

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA

JANAINA NASCIMENTO SIMÕES DE SOUZA

**IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO:**  
**OS MORADORES DA PRAIA DO AVENTUREIRO – ILHA GRANDE - RJ**

Niterói  
2013

JANAINA NASCIMENTO SIMÕES DE SOUZA

**IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO:  
OS MORADORES DA PRAIA DO AVENTUREIRO – ILHA GRANDE - RJ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Antropologia.

Vínculos temáticos

Linhas de Pesquisa do orientador:

- Principal: Identidade
- Secundários: Ritual e Simbolismo; Antropologia do Consumo.

Orientador:  
Prof. Dr. José Sávio Leopoldi

Niterói, RJ  
2013

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

**S729 SOUZA, JANAINA NASCIMENTO SIMÕES DE.**

Identidade e representação: os moradores da praia do Aventureiro – Ilha Grande - RJ / Janaina Nascimento Simões de Souza. – 2013.

396 f. ; il.

Orientador: José Sávio Leopoldi.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Antropologia, 2013.

Bibliografia: f. 353-365.

1. Representação. 2. Identidade. 3. Praia do Aventureiro (Angra dos Reis, RJ). 4. Ilha Grande (RJ). I. Leopoldi, José Sávio. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 304.2

JANAINA NASCIMENTO SIMÕES DE SOUZA

**IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO:  
OS MORADORES DA PRAIA DO AVENTUREIRO – ILHA GRANDE - RJ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Antropologia.

**BANCA EXAMINADORA**

Tese aprovada em 27 de Março de 2013

---

Prof. Dr. José Sávio Leopoldi - Orientador  
Universidade Federal Fluminense – UFF

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helena Catão Ferreira  
Universidade Federal Fluminense – UFF

---

Prof<sup>a</sup>. Dr. Nilton Silva dos Santos  
Universidade Federal Fluminense – UFF

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Teresa Cristina de Miranda Mendonça  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ

---

Prof. Dr. Isidoro Alves  
Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT

## **Dedico este trabalho**

A minha mãe Leda Nascimento Simões de Souza, a meu pai Mário Jorge Simões de Souza, a meus avós e as minhas tias-avós. Em especial, a minha avó Evangelina Araújo Nascimento. O Aventureiro me fez reviver nossas festas e eu pude ouvir novamente as histórias semelhantes as que vocês contavam. Foi muito bom poder rever novamente seus olhos nos olhos de muitos daqueles que lá vivem.

As minhas irmãs, Janira Nascimento Simões de Souza e Jaqueline Nascimento Simões de Souza, por acreditarem que eu podia, muitas vezes, mais do que eu mesma. É, por me amarem e me fazerem amar tanto, que sou a irmã mais feliz do mundo.

A meus tios e as minhas tias, primos e primas, que sei que torcem por mim, rezam, oram e sempre dão força para que tudo dê certo.

A Sandro da Silva Barbosa, pela paciência, pelo companheirismo, pelo amor e por ser um exemplo de guarda-vidas do Corpo de Bombeiros que, com competência, inteligência, força e muito conhecimento sobre o mar, você, meu herói, me salvou. E ainda me salva, principalmente neste momento de tese.

Ao Sol e à Lua, por estarem sempre por perto, esbarrando em alguma coisa, latindo, enfiando o focinho por debaixo do braço ou pulando no colo na hora mais importante da reflexão, ou na hora de salvar o arquivo.

A minha tataravó que, um dia, atravessou os mares das Ilhas Canárias até o Brasil, escondida em um navio com um filho e uma filha (minha bisavó). Espero que a senhora tenha encontrado o que veio buscar. Sua vinda proporcionou nossa vida neste lindo País. Muito obrigada.

Especialmente a todos os que já viveram, aos que hoje vivem e aos que viverão na Praia do Aventureiro.

## AGRADECIMENTOS

A meus pais, que me conduziram para que eu chegasse até aqui, por terem iniciado isso tudo por meio da valorização que davam à educação e à família, por todos os elogios, pela força, pelo acompanhamento, pelo acolhimento e pelos melhores exemplos e momentos da minha vida.

As minhas irmãs, que me dão todo o suporte de amor necessário para que se possa concluir uma tese. Janira e Jaque são duas flores de luz.

Ao Prof. Dr. José Sávio Leopoldi, grande mestre e querido orientador, que acreditou em mim e me motivou na realização do doutorado, o que, naquele momento me fez voltar a viver. Muito obrigada pela paciência e pelos ensinamentos sobre a antropologia e sobre a vida, muito obrigada por rir e por chorar junto comigo e, principalmente, por sempre me cobrar o melhor.

À Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Antonieta Leopoldi, por me ouvir e me ajudar com sugestões de livros; por suas palavras doces e sempre certas nas melhores dicas.

A Camila, pelas conversas e sorrisos de amizade. E um grande agradecimento a sua filha, a famosa netinha Rafaella, que trouxe alegria para essa família e que, generosamente, permitiu-me participar de alguns momentos de seu sorriso. Desde que a netinha surgiu, percebi que as broncas durante as orientações diminuíram...por isso, tenho um eterno agradecimento.

Ao Sandro, pela eterna paciência e por ouvir todas as minhas mil histórias e os pensamentos que passam na mente de quem está doutorando. Por ir e vir tantas vezes para me ajudar.

Ao tio Flávio Nascimento, ao Marco Felipe, ao Renato Montezor, ao Thiago, a Jessica e ao Junior, pela companhia, pelo estímulo e ajuda. Além dos momentos descontraídos em família.

À super Tia Cleó, que cedeu sua casa no Perú para que, ao tentar o isolamento, algumas dessas palavras saíssem para o papel, para terminar o tal “livrinho”.

Ao amigo irmão Rodrigo Torquatt (o eterno “Maçã”) por me acompanhar em todas as missões impossíveis, por transformar a realização da árvore genealógica em uma brincadeira de puzzle. Por me fazer rir quando estava chorando, e assim renovar as minhas forças. Muito obrigada, “maçãsito”.

Ao Paulo, a Juliana Insua e ao Thiago Barbosa, por transformarem rascunhos em textos legíveis, assim como a Roberta Zanata, por tornar visível a fala dos entrevistados com as transcrições. Aos professores Dr. Marcelo da Rocha Wanderley, Dra. Sylvia Eschiavo, Dra. Helena Catão, Dr. Isidoro Alves, Dra. Teresa Mendonça, Dr. Nilton Santos, Dr. Marcos Bezerra e Dr. Severino (Bill) Pereira, por aceitarem compartilhar comigo os momentos de defesa deste trabalho. Bill, obrigada por sempre se colocar disponível e compartilhar comigo a busca da identidade do outro. Teresa, fico sem palavras diante de sua importância em minha vida; você foi quem me levou até meu campo, sem que eu soubesse que isso iria acontecer; de certa forma, parte disso tudo compartilho com você e lhe agradeço pelas palavras, pela constante generosidade, pela ternura, pela paciência e por acreditar em mim desde sempre. Eternos e ternos agradecimentos, querida fada madrinha.

Aos meus alunos Lorena, Natássia e Vinícius, por me acompanharem nas idas ao Aventureiro, por nossas risadas tão boas juntos, por serem tão confiáveis, doces e sensíveis na busca da compreensão dos grupos sociais. Fico emocionada quando penso na sorte que tenho em ter trabalhado com vocês no Grupo de Estudos em Marketing, Tecnologia e Ecologia (GEMTE), na fundação e lançamento da Revista Destinos, entre todas as inúmeras outras coisas que fizemos. Aos meus alunos Joice, Nathalia e Kleyton, Mariana e Rachel, por compartilharem comigo este momento, realizando atividades no GEMTE (as quais não tinham nada a ver com a tese), ações que seriam abandonadas se não fosse a competência de vocês. Mil agradecimentos aos alunos Nelson e Isabela por gerenciarem com tamanha competência o GEMTE na minha ausência. Isa, a árvore genealógica teria “secado” sem você. Muito obrigada por todo suporte informatizado a esta Pedrita. Nelson, thank you pela tradução.

Ao Leandro Fontoura, pelo convite em trabalhar no projeto do Aventureiro e por compartilhar das idas e vindas ao local.

A todos do GEMTE. Em especial ao meu amigo do coração, Marcos Azevedo Benac, que também está em fase de defesa e compartilha comigo deste caminho acadêmico e profissional, o que acabou nos tornando ainda mais irmãos para a vida toda. E a Olga Venimar, por sua calma e dedicação admiráveis.

A todos os moradores do Aventureiro, em especial Deise, Cristian, Neneca, Marquinho, Samara, Vovô, Lucia, Fabinho, Flávio, Digão, Seu Nezinho, Dona Cida, Verte, Zuleika, Zeca (*in memorian*), Leninha, Seu Zé, Dona Di, Luís, Janete (e seus filhos), Purungo, Luciano, Cleozeni, Tiriba (sua filha e genro), Leonice, Ita, Seu Roseno, Dona Esmeralda, Pepeca, Luciana, Flávio (o homem que vê os peixes), Vanderlei, Thamy, Nei, Larissa e Bidi (e seus filhos), Janaina, Cauã, Sr. Mário, Sra. Antônia (*in memorian*), Sr. Barão (*in memorian*) e todos os moradores que contribuíram com este trabalho.

A Julieta Matos Freschi do INEA

Ao Marcelo (o “Professor”) e ao Paulinho (“Caretá”), pelas conversas esclarecedoras.

Ao então Pró-reitor de Extensão Dr. José Cláudio (Chicão), pelo apoio, pelas risadas, pelas percepções e falas que contribuíram muito para que eu percebesse alguns detalhes importantes no campo.

A Ilma e ao Marcelo, Secretários do PPGA, por sempre esclarecerem minhas várias e muitas dúvidas.

A meus amigos de doutorado, em especial a Karla, uma grande amiga que, ensinou-me muito sobre como a economia e a antropologia estão ligadas e me deu uma aula sobre os mestres do valor.

Ao João, meu colega de turma, por toda a força e por, generosamente, ter me dado as primeiras dicas sobre comunidades tradicionais (sou sua fã).

A Mary, por toda a conversa e por me fazer lembrar que, além da tese, preciso me casar (hehe!). E pelo compartilhamento da luta, no término dessa conquista.

Ao Marcelo Araújo, por todos os conselhos e por todas as falas sempre admiráveis, que complementaram o meu caderno de palavras novas.

A Jesus, a Jorge, a Aparecida, a Glória, a Bárbara, a Antônio, a Pedro, a Agostinho e a Sebastião, Expedito, a Cosme e a Damião, muito obrigada.

A Santa Cruz, muito obrigada.

*Imagine-se o leitor, sozinho, rodeado apenas de seu equipamento, numa praia tropical próxima a uma aldeia nativa, vendo a lancha ou o barco que o trouxe afastar-se no mar até desaparecer de vista. [...]*

*Suponhamos, além disso, que você ainda seja apenas um principiante, sem nenhuma experiência, sem roteiro e sem ninguém que o possa auxiliar – pois o homem branco está temporariamente ausente ou, então, não se dispõe a perder tempo com você. [...]*

*As informações que me foram dadas por alguns moradores brancos do distrito, apesar de válidas para meu trabalho, eram ainda mais decepcionantes. Os brancos, obstante seus longos anos de contato com os nativos, e apesar de excelente oportunidade de observá-los e comunicar-se com eles, quase nada sabiam sobre eles.*

Bronislaw Malinowski (1922, p. 19).

*Afinal de contas, perguntar quem você é só faz sentido se você acredita que possa ser outra coisa além de você mesmo; só se você tem uma escolha, e só se o que você escolhe depende de você; ou seja, só se você tem de fazer alguma coisa para que a escolha seja real e se sustente.*

Zygmunt Bauman (2005, p. 25).

## RESUMO

O Aventureiro, praia com vila de moradores, localizada na Ilha Grande, município de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro está dentro de uma Reserva Biológica, que foi decretada em 1981, mesmo com os moradores já vivendo na região, comprovadamente há cinco gerações. Os moradores da Praia do Aventureiro são identificados como comunidade tradicional caiçara. Por esse motivo, vivem um conflito, que envolve identidade, territorialidade e legalidade, no momento de pós-modernidade, quanto estes debates estão em cena mundialmente, como uma consequência da globalização, que encontra resistência na tradição. Caiçara é confundido com o termo Badjeco, que é pejorativo e discriminatório para quem vive afastado da sociedade, na Ilha Grande, e foi ouvido principalmente pelas gerações mais velhas, que sofreram com o termo. No entanto, “caiçara” passa gradativamente a fazer mais sentido, na percepção de benefício e valor principalmente para as novas gerações. Os moradores gradativamente vão incorporando o uso do termo, embora se reconheçam primeiramente e mais fortemente como moradores. Este trabalho busca compreender a identidade das pessoas que moram na Praia do Aventureiro, e toda forma de manifestação da sua representatividade. Buscou-se também identificar fatores que representam os moradores, relacionando elementos que dão autenticidade e significado ao pertencimento daquelas pessoas à praia do Aventureiro, tanto como comunidade quanto como indivíduos, através da análise da estrutura familiar e da distribuição de suas áreas de domínio na comunidade, do estudo das relações de gênero e representações políticas, a performance da AMAV e dos atores principais do drama que, até o término da pesquisa, ainda viviam colocando-os em uma posição de liminaridade com prazo de validade desconhecido. Esta tese foi desenvolvida a partir de pesquisa bibliográfica, documental, com observação participante, análise interpretativa de imagens simbólicas (desenhos, pinturas, colagem) construídas pelos moradores para significar o que é a praia do Aventureiro e seus habitantes, além de realização de entrevistas semiestruturadas dirigidas aos moradores e aos visitantes. Foi trazida para análise toda manifestação identitária material e imaterial percebida de 2009 a 2012, sendo apontados e interpretados os elementos da casa e do cenário da fachada do Aventureiro, discutindo os arranjos familiares, na reorganização entre a tradição e a modernidade, principalmente após a demolição em 1994, do histórico presídio de segurança máxima Cândido Mendes, situado na Vila de Dois Rios, o que fez com que a demanda pelo turismo na região aumentasse. O turismo aparece como uma espécie de “portal” para a sociedade de consumo, resultando na existência de mais um conflito privado, entre as gerações de filhos e de pais, visto que ambos possuem referências de modelos de vida distintos, o modelo dos pais está anacrônico à nova fase econômica e política que vivem. Os rituais de passagem, como o roubo das mulheres, e as festas, como a de Santa Cruz, são descritos, assim como alguns artefatos, expressões da linguagem, as crenças, os valores e os hábitos. O drama social da recategorização, quando provavelmente a área onde vivem os moradores poderá ser desafetada, passando a ser enquadrada como outra categoria, possivelmente Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) ou Área de Proteção Ambiental (APA).

**Palavras-chave:** Representação. Identidade. Praia do Aventureiro. Ilha Grande.

## ABSTRACT

Aventureiro is a beach with a village located in Ilha Grande, in the city of Angra dos Reis, state of Rio de Janeiro. It is located in a biological reserve, which was decreed in 1981 with the village residents already living in the region for 3 generations, until that moment. The residents of Aventureiro Beach are identified as traditional “caiçara” community. For this reason, they live a conflict that involves identity, territoriality and legality simultaneously with post-modernity, discussed by the world as a result of globalization, which encounters resistance in tradition. The term “Caiçara” is confused with the term “Badjeco”, that is derogatory and discriminatory for those who live away from society, on the Ilha Grande, and was heard mainly for older generations, who suffered with that. However, "caiçara" shall gradually make more sense, in the perception of value and benefit mainly for the new generations. Residents will gradually incorporating the use of the term, although it recognizes first and most strongly as residents. This work attempts to understand the identity of the people living in Aventureiro Beach and all forms of manifestation of their representativeness. The thesis also aims to identify factors that represent the residents, listing elements that give meaning and authenticity to those people belonging to the Aventureiro beach, while residents, both, as a community and as individuals, through the analysis of family structure and distribution of their domain areas in the community, the study of gender relations and political representations, the performance of AMAV (Aventureiro Residents and Friends Association) and the main actors of the drama until the end of the study were still alive, putting them in a position of liminality with expiry date unknown. This thesis was developed from literature, documentary, participant observation, interpretive analysis of symbolic images (drawings, paintings, collage) built by local people to mean what is the Aventureiro beach and its dwellers, and semi structured interviews with the residents and visitors. It was brought for analysis every material and immaterial manifestation of identity perceived from 2009 to 2012, being the elements related to home and the scene of the Aventureiro front appointed and interpreted, the family arrangements discussed in the reorganization between tradition and modernity, especially after demolition of the historic Cândido Mendes maximum security Prison located in the Dois Rios Village in 1994, which caused an increase in the demand for tourism in the region. Tourism appears as a "portal" to the consumer society, resulting in the existence of a private conflict, between generations of parents and children who knew the reference model of life described as anachronism to the new economic and political model. The rites of passage such as the “theft of women”, and the celebrations as the Santa Cruz fest are described, as well as some artifacts, expressions of language, beliefs, values and habits. The drama of social recategorization is described, when probably the village area may be categorized as Sustainable Development Reserve or Environmental Protection Area.

**Keywords:** Representation. Identity. Aventureiro Beach. Ilha Grande.

## SUMÁRIO

- APRESENTAÇÃO, p. 23
- 1 INTRODUÇÃO, p. 32
- 1.1 MORADORES DE FATO: ESTABELECIDOS NO ESPAÇO E NO TEMPO, p. 33
- 1.2 O CONTEXTO E A QUESTÃO, p. 42
- 1.3 LINHAS TEÓRICAS, p. 48
- 1.4 MÉTODOS, p. 54
- 2 A IDENTIDADE EM CENA: UMA REPRESENTAÇÃO DENSE, p. 78
- 2.1 O QUE O HOMEM É: NO TEMPO, NO ESPAÇO E NA IDEIA, p. 78
- 2.2 IDENTIDADE, PERTENCIMENTO E REPRESENTAÇÃO: CONCEITOS E AUTOCONCEITO, p. 88
- 2.3 CULTURA E MANIFESTAÇÃO DA IDENTIDADE, p. 102
- 2.4 COMUNIDADE TRADICIONAL CAIÇARA, p. 129
- 3 VIVER PELA METADE, CURTIR POR INTEIRO, p. 151
- 3.1 OS MORADORES DO AVENTUREIRO, p. 151
- 3.2 AS FAMÍLIAS DO AVENTUREIRO, p. 163
- 3.3 GÊNEROS E GERAÇÕES, p. 220
- 3.4 REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS E O PAPEL DA AMAV, p. 239
- 4 IDENTIDADE MANIFESTA, p. 259
- 4.1 VIDA NA ILHA, CASAS E OBJETOS, p. 259
- 4.2 ALGUMAS REPRESENTAÇÕES DA IDENTIDADE, p. 290
- 4.3 SOBRE AS FESTAS DOS MORADORES, p. 315
- 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS, p. 344
- 6 REFERENCIAS, p. 353

7 APÊNDICES, p. 366

7.1 IMAGENS FEITAS PELOS MORADORES, p. 366

7.2 FRASES QUE REPRESENTAM “O POVO DO AVENTUREIRO”, p. 378

7.3 PRÊMIO DE VALOR, p. 379

7.4 QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO PARA ORIENTAR CONVERSAS, p. 381

7.5 QUESTIONÁRIO PESQUISA VISITANTE, p. 383

8 ANEXOS, p. 384

8.1 DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007, p. 384

8.2 RECOMENDAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO, p. 389

8.3 CENSO REALIZADO EM 2008 POR DEISE BENEVIDES, p. 393

## LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 - Roteiro do significado das manifestações artísticas, f.73
- Quadro 2 - Identidade dos Sujeitos segundo Hall (2006, p.8- 18), f. 82
- Quadro 3 - Aspectos da Globalização, f. 84
- Quadro 4 - Três Sentidos Modernos da Palavra Cultura, f.114
- Quadro 5 - A trajetória dos Cárceres da Ilha Grande, f. 120
- Quadro 6 - Diacronia dos Moradores do Aventureiro, f.159
- Quadro 7 - As 13 fases da historia econômica da Ilha Grande, f. 160
- Quadro 8 - Categorias Classificatórias, f. 177
- Quadro 9 - Apelidos dos moradores, f. 213
- Quadro 10 - Espaço, domínio e Gênero, f. 222
- Quadro 11 - Atividades pertinentes aos homens e mulheres do Aventureiro, f. 227
- Quadro 12 - Depoimentos de turistas sobre os moradores do Aventureiro, f.308
- Quadro 13 - A imagem dos visitantes do Aventureiro pelos moradores, f.311
- Quadro 14 - Equipe do Festeiro, f. 327
- Quadro 15 - Momentos da Festa de Santa Cruz, f.327

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Angra do Reis no ponto “A” e a praia do Aventureiro no ponto “B”, f. 28
- Figura 2 - Mapa da Costa Verde, f. 37
- Figura 3 - Mapa da Ilha Grande, f. 37
- Figura 4 - Praia do Aventureiro na Reserva Biológica da Praia do Sul - RJ, f. 39
- Figura 5 - Mapa do turismo inspirado nos desenhos dos moradores, f. 41
- Figura 6 - Mapa de localização e rota de transporte para as praias da Ilha Grande, f. 41
- Figura 7 - Reunião dos moradores com pessoas da Universidade em 4 de abril de 2009, f. 42
- Figura 8 - Exaltação do Espírito Aventureiro na camisa de morador, f. 46
- Figura 9 - Site de compras coletivas divulgando pousada em Abraão, f. 52
- Figura 10 - O “Coqueiro Deitado”, f. 54
- Figura 11 - Morador nativo contando um pouco da história do, f. 68
- Figura 12 - O “pé de nossa senhora que passou ali”, f. 68
- Figura 13 – Foto da Vila de Provetá do alto do morro, f. 71
- Figura 14 – Placa indicativa do caminho para “Ventorero” , f. 71
- Figura 15 – Grupo presente no dia da oficina e apresentações, f. 74
- Figura 16 - O que é morar no Aventureiro? , f. 74
- Figura 17 - Qual a foto do “nosso grupo”? Grupo desenvolvendo recorte e colagem, f. 74
- Figura 18 - Aventureiros no Cristo – moradores, f. 77
- Figuras 19 - “Caiçara” feito em argila, f. 105
- Figuras 20 – Pulseira Power Balance, f. 105
- Figura 21 - Ecomuseu da Ilha Grande: o Museu do Cárcere, f. 126
- Figura 22 - Exposição de Uniformes usados nos regimes prisionais. Museu do Cárcere, f. 126
- Figura 23 - Placas explicativas - Exposição. Museu do Cárcere, f. 127
- Figura 24 - O que assustava, hoje atrai, f. 127
- Figura 25 - Foto do Museu Caiçara. Um anexo do Projeto Tamar, em Ubatuba, 2012, f. 137
- Figura 26 - Fotos do Museu Caiçara, em Ubatuba, 2012, f. 137
- Figura 27 - Foto da Praia do Provetá, Ilha Grande, RJ, f. 138
- Figura 28 - Foto do Povoado do Aventureiro, f. 139
- Figura 29 – Desenho feito por moradores, f. 140
- Figura 30 – Desenho feito por moradores: representação da casa, f. 140

Figura 31 - Comunidade do Orkut: “Eu sou badjeco” , f. 144

Figura 32 - Vista Geral Oeste, f. 152

Figura 33 - Lagoas do Sul e do Leste e arredores, f. 153

Figura 34 - Marcas de Polimento, f. 154

Figura 35 - Mapa da Praia do Aventureiro: roças, f. 161

Figura 36 - Mapa da Praia do Aventureiro - feito por moradores: campings, f. 162

Figura 37 - Grafico: Você Nasceu na Comunidade? , f. 164

Figura 38 - A Legenda e o Grupo Familiar 1, f. 178

Figura 39 - Morador Cláudio: o Barão, f. 179

Figura 40 - Grupos familiares 2, f. 180

Figura 41 - “Seu” Roseno, f. 182

Figura 42 - Purungo em seu camping, f. 182

Figura 43 - Grupos familiares 3, f. 184

Figura 44 - Seu Ze e Dona Di, f. 186

Figura 45 - Moradores Zeca e Leninha (filha de Zé e Di) , f. 186

Figura 46 - Família Zé e Di, na roça do Quintal, colheita e preparação da mandioca, f. 187

Figura 47 - Grupos familiares 4, f. 188

Figura 48 – Sr Jorge, f. 192

Figura 49 - Flavio, 35 anos (2012). O Sucessor de Jorge, o novo Espia, f. 193

Figura 50 – Pedra da Espia, f. 193

Figura 51 - Grupos familiares 5, f. 194

Figura 52 - Dona Angelina, f. 196

Figura 53 - Dona Angelina, f. 196

Figura 54 - Joaquim Cardoso dos Santos, “Meu Santo” , f. 197

Figura 55 - Foto Escola Municipal Osório Manoel Correa, f. 198

Figura 56 - Dona Guilhermina, f. 199

Figura 57 -Grupos familiares 6-7, f. 200

Figura 58 -Grupos familiares 8, f. 202

Figura 59 - O mestre Verte, f. 204

Figura 60 – Sr. Mário, f. 204

Figura 61 - Oracilda, “Cida” em sua Casa, f. 205

Figura 62 - Nezinho em sua casa, f. 206

Figura 63 - Nezinho gravando depoimento sobre a Praia do Aventureiro, f. 207

Figura 64 - Arte feita por Max, filho de Nezinho (Réplica de Barco de outro morador) , f. 207

- Figura 65 - Grupos familiares 10, f. 208
- Figura 66 - Larissa e sua filha Laura, f. 211
- Figura 67 - O casal Hamilton e Laís, f. 211
- Figura 68 - Carol, a “Nanoca”, f. 212
- Figura 69 - Lúcia regendo a missa, ao lado de seu filho Fabinho, f. 224
- Figura 70 - Neneca em seu bar, f. 225
- Figura 71 - Mulheres jogando futebol, f. 227
- Figura 72 - Gênero em números, f. 231
- Figura 73 - Faixa Etária, f. 231
- Figura 74 - As moradoras atuando, f. 232
- Figura 75 - Kauã, “O Menino da Canoa”, f. 234
- Figura 76 - Kauã desenha e explica as partes que compõem um barco, f. 235
- Figura 77 - Kauã, brincando de pescador, f. 235
- Figura 78 - Janaina 4 anos, brincando com Girino, f. 236
- Figura 79 - Janaina (4 anos) e Kauã (5 anos), f. 236
- Figura 80 - Identidade Visual da AMAV, f. 239
- Figura 81 - Mapa da Ilha Grande, destacando a Reserva e o Parque Marinho, f. 242
- Figura 82 - A Reserva e os Arredores, f. 242
- Figura 83 - Moradores participando de Assembleia em Angra dos Reis, f. 244
- Figura 84 - Assembleia em Angra dos Reis, f. 244
- Figura 85 - Personagem “Sr. Osório” representado pelo morador Zeca, f. 247
- Figura 86 - AMAV (2010), f. 248
- Figura 87 - AMAV (2011), f. 249
- Figura 88 - As oito mulheres da AMAV (2011, f.) 249
- Figura 89 - Realização de Gravações durante a festa de Santa Cruz, f. 256
- Figura 90 - Cartaz do Evento Cine Bola de 2008, f. 258
- Figura 91 - Imagem panorâmica da chegada ao Aventureiro, f. 264
- Figura 92 - Camping do Aventureiro, no quintal do morador, f. 266
- Figura 93 - Área de Atendimento da Casa da Zuleica e Verte, f. 268
- Figura 94 - A Geladeira Cônsul (a gás), f. 269
- Figura 95 - Casal Verte e Zuleica na Cozinha, f. 269
- Figura 96 - Um dos Quartos, com o mosquiteiro pendurado, f. 271
- Figura 97 - O Covo de Palha pendurado, f. 271
- Figura 98 - Sr. Nezinho em sua sala, f. 272

Figura 99 – Sr. Nezinho mostrando o cesto artesanal, f. 273

Figura 100 - Casa Sra. Cida, f. 274

Figura 101 - A disposição das panelas na Cozinha interna, f. 275

Figura 102 - O Fogão a lenha do lado de fora, ao lado do tanque, f. 276

Figura 103 – A Peneira, f. 276

Figuras 104 - A "Laterna", f. 277

Figuras 105 – A Vassoura de Folhas, f. 277

Figuras 106 - A pequena roça mostrada pela família, f. 278

Figuras 107 - Fogão a lenha, f. 279

Figuras 108 - Bar da Neneca, f. 279

Figura 109 - Exemplos de casa e quartos para alugar para Turistas, f. 280

Figuras 110 - Casa de Farinha de Neneca, mostrada por ela e por Lúcia, f. 281

Figura 111 -Imagens da casa de Farinha da Família de Leninha e Zeca, f. 282

Figura 112 - Peru (criado por seu Zé para consumo), f. 283

Figura 113 - Os tipitis (ou tapitis) pendurados nas laterais da janela, f. 284

Figura 114 - O quarto e os objetos, f. 284

Figura 115 - Detalhe do Tênis “de Marca” do morador, f. 285

Figuras 116 - Janeiro de 2012 na Praia do Sul, f. 289

Figura 117 - Mosaico do coqueiro pelos moradores, f. 294

Figura 118 - Peixes salgados, expostos ao sol para secar, f. 296

Figura 119 - O morador Vovô no reparo de rede para pesca, f. 297

Figura 120 - Moradores chegando com a pesca, f. 299

Figura 121 - Canoas como souvenir, f. 299

Figura 122 - Morador surfando, f. 300

Figura 123 - Moradores surfwear, f. 302

Figura 124 - O Futebol, f. 303

Figura 125 - O sol dos moradores, f. 304

Figura 126 - O morro (desenho de moradores), f. 304

Figuras 127 - O caiçara da argila, f. 305

Figura 128 - Pedra e Igreja de Santa Cruz em 2009, f. 307

Figura 129 - Pedra, Cristo Redentor e Igreja de Santa Cruz em 2012, f. 307

Figura 130 - Pulseira de acesso para “entrar” no Aventureiro, f. 310

Figura 131 – Blog da AMAV, f. 312

Figura 132- Matéria sobre a Roça Caiçara, f. 314

- Figura 133 - Reportagem sobre Aventureiro, f. 314
- Figura 134 - O Altar da Igreja de Santa Cruz, f. 317
- Figura 135 - Lúcia e seu filho Fabinho ensaiando as músicas, f. 322
- Figura 136 - Lúcia ministrando a celebração, f. 323
- Figura 137 - A Procissão da Festa de Santa Cruz, f. 325
- Figura 138 - A roupa da festa, f. 329
- Figura 139 - Momentos do Batismo, f. 330
- Figura 140 - Os fogos e a Procissão na festa de Santa Cruz, f. 332
- Figura 141 - Pessoas de fora fotografam mais e participam menos, f. 333
- Figura 142 - O festeiro de 2012: Vovô, f. 334
- Figura 143 - Leiloeiro anunciando o próximo festeiro, f. 335
- Figura 144 - O Forró até o sol nascer, f. 337
- Figura 145 - Cartazes do Arraiá Altos e Baixos das festas de 2010 e 2012, f. 338
- Figura 146 - Preparativos para a festa Julina, f. 339
- Figura 147 - A transformação dos moradores em personagem da festa Julina, f. 339
- Figura 148 - Festa julina 2012, f. 340
- Figura 149 - Danças. Arraiá Altos e Baixos 2012, f. 340
- Figura 150 - Teatralização do Casamento. Festa Julina 2010, f. 341

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Número de pessoas no Aventureiro, no tempo, f. 174

Tabela 2 - Composição da Vila do Aventureiro, f. 265

## LISTA DE SIGLAS

AMAV	Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro
AMHIG	Associação de Meios de Hospedagem da Ilha Grande
AMOTAP	Associação de Moradores e Amigos da Parnaioca
AP	Antes do Presente (usado em Paleontologia)
APA	Área de Proteção Ambiental
APEDEMA-RJ	Assembleia Permanente das Entidades de Defesa do Meio Ambiente
CEADS	Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável
CNPCT	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
CODIG	Comitê em Defesa da Ilha Grande
CONSIG	Conselho de Desenvolvimento Sustentável da Baía da Ilha Grande
GT	Grupo de Trabalho
DCN	Diretoria de Conservação da Natureza
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FLONA	Floresta Nacional
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
GEMTE	Grupo de Estudos em Marketing, Tecnologia e Ecologia
GT	Grupo de Trabalho
IEF	Instituto Estadual de Florestas
INEA	Instituto Estadual do Ambiente
IPCM	Instituto Penal Cândido Mendes
ISABI	Instituto Socioambiental da Baía da Ilha Grande
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MTUR	Ministério do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PEIG	Parque Estadual da Ilha Grande
PEMA	Parque Estadual Marinho do Aventureiro
PNPCT	Política Nacional De Desenvolvimento Sustentável Dos Povos e Comunidades Tradicionais
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável

ReBio	Reserva Biológica
RESEX	Reserva Extrativista
SAPÊ	Sociedade Angrése de Proteção Ecológica
SEA	Secretaria de Estado do Ambiente
SMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano
SNUC	Sistema nacional de Unidades de Conservação
TAC	Termo de Ajuste de Conduta
TBC	Turismo de Base Comunitária
TURISANGRA	Fundação de Turismo de Angra dos Reis
TURISRIO	Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro
UC	Unidade de Conservação
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

## APRESENTAÇÃO

A escolha da Praia do Aventureiro como tema desta tese ocorreu porque, em 2009, a professora Teresa Mendonça e o professor Leandro Fontoura, ambos docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), iniciaram, naquele local, um projeto financiado pelo Ministério do Turismo, objetivando o desenvolvimento do turismo de base comunitária na região. Ao aceitar o convite feito pelos coordenadores do projeto para fazer parte da equipe de docentes que iria, durante dois anos, conviver com os moradores da pequena e belíssima praia da Ilha Grande, a fim de aplicar oficinas e treinamentos à comunidade, acabei sendo levada pelas águas do destino até meu campo. Na verdade, como professora recém-chegada à UFRRJ, não sabia que, ao assumir o compromisso de participar do projeto, tantos frutos saudáveis iriam nascer como resultado dessa relação de trabalho.

Em 2009, partimos rumo à Ilha Grande. Sentia-me diferente, pois, até aquele momento, só havia estado no local para acampar como turista. No meu primeiro dia em solo Aventureiro, como “professora da Rural” (ou melhor, como “pessoal da Rural”, como diziam), senti a minha mudança de papel, o que me fez ver o que jamais havia percebido. Desde 1997, eu conhecia o local; entretanto, jamais pude enxergar o que agora me era permitido. “Que tipo de turista era eu; será que havia ficado tão fascinada pelo mar que não olhei o entorno?”. Pude agora ouvi-los (os moradores), e a observação etnográfica e o olhar antropológico pareciam querer explodir dentro de mim. “Malinowski, ajude-me a entender”, clamei. A administradora, professora de *marketing* e surfista de verão (que não deu certo), deu lugar a mais uma identidade, a de antropóloga.

Nesse dia, houve uma reunião dos coordenadores do projeto com os moradores, para darem orientações sobre as oficinas que aconteceriam lá e sobre a necessidade da construção de um logotipo, uma espécie de identidade visual que representasse o projeto chamado de “O Povo do Aventureiro”. Após uma fala do coordenador, que sugeria que os moradores fizessem o referido símbolo que os representassem, sugeri, rápida e timidamente, que poderia falar com eles sobre “identidade visual”, caso achassem conveniente. Por sorte minha, os coordenadores acharam que poderia ser construtivo, e os moradores aceitaram. E foi assim que fui responsável pela primeira oficina do projeto. O tema era, por coincidência, identidade.

O objetivo da oficina era a construção de identidade visual que representasse o “Povo do Aventureiro”, feita por eles mesmos, e esse constructo seria utilizado para identificar o projeto. A designação “Povo do Aventureiro” foi utilizada por expressar os que viviam nessa

praia. A realização da oficina, que seria algo ligado à área operacional de *marketing* para a construção e a materialização do conceito deles sobre o que é ser “Povo do Aventureiro”, por meio da elaboração de uma imagem desenhada, extravasou o limite da prática e principiou os seguintes questionamentos: “Como essas pessoas se autoconceituam, como se identificam e como se representam? A forma como se veem corresponde à imagem como são vistas? Como expressam quem eles acreditam que são?”. Desses pensamentos, decorreram outros, como: “O que fazem para que essa identidade se ratifique? O que vai acontecer após a passagem pelo drama social que vivem na atualidade, a respeito da Unidade de Conservação a que estão submetidos? Os conflitos existentes poderão alterar o sentimento de pertencimento e a forma de representação do que é fazer parte do Aventureiro?”. Esses questionamentos se transformaram em curiosidade antropológica a respeito da identidade insular dos moradores daquela região da Ilha Grande.

Durante a oficina, nasceu a vontade de registrar as expressões artísticas e espontâneas daquelas pessoas. A pergunta por trás de tanto falatório, de tantas risadas e dinâmicas de grupo, era: “Quem são vocês?”. Não somente no sentido de diferenciar o que é autóctone do que é exótico, mas na compreensão dos caminhos percorridos para a construção do que hoje chamamos ser morador do Aventureiro.

As respostas foram se transformando em pinturas, desenhos, colagens, frases, gestos. Fomos nos envolvendo em uma atividade curiosa e prazerosa. Sentia-me frente a frente com quem se despe para se mostrar melhor, à medida que se veste de representação. Cada fala, cada explicação, cada imagem era uma roupagem. Vários atores mostravam diferentes personagens reais. O meu tema gritava aos meus olhos, que passaram a ouvir e a sentir. Cheiro do som do mar azul e de bolos deliciosos. Vi risadas boas de ouvir, ouvi histórias maravilhosas de se ver. Que sorte a minha!

O que se iniciou na reunião, no outono de 2009, na oficina e nos mais de dois anos participando do projeto, favoreceu a aproximação com os moradores. No ano seguinte, quando findo o projeto, houve ainda tempo para trabalhar somente com as pesquisas de campo. Com a permissão da contemporaneidade, usufruí da pluralidade de papéis, pois a professora era também pesquisadora. Encontrar o equilíbrio entre educar e trocar experiências, sem que isso interferisse nos resultados da pesquisa, foi o desafio. Desafio que

foi perdido. É impossível. Mesmo que estivesse no campo como mais uma visitante, ainda assim a minha presença iria interferir em menor ou maior escala nas falas e nos rumos dos acontecimentos.

Portanto, no campo, o trabalho realizado se guiou pela linha tênue entre professora e pesquisadora. O caminho mais saudável que me coube seguir foi o de conhecer a cultura local, a fim de estimular as melhores práticas provenientes do conhecimento deles e de toda uma experiência de vida dos moradores. Sem julgamento, e com muito diálogo, as representações apresentadas pelos participantes abriam o debate e geravam a possibilidade de escolha. A minha fala, portanto, acabou se tornando sempre menor que a vivência deles. Como professora, as oficinas, as gincanas e os jogos que aplicamos (junto com outros professores e alunos) aos moradores favoreceram uma rica experiência de observação participante à pesquisadora de antropologia. E a antropologia inflou de responsabilidade a professora de *marketing*. Com isso, um sinérgico resultado foi gerado. Sem a antropologia, talvez, eu tivesse feito algo bastante diferente.

Esta era a difícil posição no campo de estudo e de trabalho, que aqui descrevo. Valho-me dos resultados das oficinas para interpretações antropológicas, para conhecer mais sobre a cultura local, para reunir dados e falas. A “professora da Rural” obteve, após alguns encontros nas oficinas, o favorecimento de poder conversar com alguns moradores em suas casas, em suas cozinhas, tomando o tempo de trabalho e de lazer deles. Ao mesmo tempo, coube-me apenas a posição de torcedora por meus novos amigos, visto que, embora respondessem a todas as minhas perguntas, alguns questionamentos feitos por eles, para que eu tomasse partido sobre qual seria o melhor destino para a Praia do Aventureiro, não foram respondidos. Por uma questão de evitar conflitos, e por realmente não saber responder com toda a clareza e sinceridade, visto que, o que é melhor depende exclusivamente dos desejos de cada indivíduo. O melhor é poder escolher, o que hoje eles, infelizmente, não podem.

Algumas dificuldades foram encontradas. O mar, que me assustou poucas vezes, mas de um susto “eterno enquanto durou a travessia” da Ponta dos Meros à Ponta do Drago, principalmente, ao lado do costão. Os enjoos seguidos de vômitos pelo balanço do mar. O mesmo mar que todas as vezes me impressionou com sua beleza majestosa e generosidade em nos permitir chegar. E, para chegar, contamos com o suporte perfeito dos mestres dos barcos, que, além do leme, dominavam as melhores histórias do povo da região.

Durante o trabalho de campo, pude acompanhar as festividades, os batizados e o luto. Alguns falecimentos de figuras lendárias e míticas aconteceram nesse período, como a morte de Sr. Jorge, do Sr. Barão (Cláudio), do Sr. Clementino e da Sra. Antônia. Nasceram também

novos moradores. Fiz amizades que serão eternas. Confesso que saio de campo aculturada, com a sensação de ser “meio caiçara” também. Sinto saudade do campo, das vozes contando as histórias, de ouvir Seu Roseno, de conversar com Dona Cida, de brincar com Cauã e de, contemplativamente, olhar para o mar e para o céu.

Lembro-me, novamente, do meu momento “turista totalmente *outsider*” no local, em algumas visitas à região, procurando turismo e lazer com os amigos. Já havia pisado naquelas areias da Ilha Grande em momentos de alta e baixa temporada. Por esse motivo, fatos marcariam os conflitos locais, atualmente estudados com mais profundidade, como a crescente lotação da praia, culminando nos anos de 2004 e 2005 e resultando na proibição de visitação à praia em 2006; fatos seguidos de um rearranjo no tipo de turismo local, com nova permissão de uso da praia, mas, dessa vez, com mais normas à visitação. Porém, eu era visitante. Talvez eu tenha sido mais uma pessoa entre tantas que queriam viver um pouco do “paraíso”, sem atentar para o fato da possibilidade da “superlotação”.

Conseguir chegar ao paraíso com vinte e poucos anos era uma boa experiência para muitos. Naquele momento, foi possível observar (embora a observação da vida alheia não fosse o motivo principal de estar lá) que o local estava sempre repleto de jovens, sobretudo no carnaval, nos feriados e no réveillon. Os turistas procuravam o benefício de usufruir da paz do “paraíso” em plena natureza, com baixo investimento financeiro, além de diversão e da experiência de uma espécie de fuga da vida urbana moderna, permanecendo longe de carros, computadores, telefones, televisão e luz elétrica. A diversão é acompanhada de música ao lado do silêncio, caminhadas, futebol, natação e surfe, seguido do descanso à sombra das árvores e da luminosidade do dia sendo sugada pelo breu da noite. A sensação é a de que “aqui é lugar bom de viver”, entorpecida somente pela beleza do local ou ainda pelo uso de drogas lícitas e, possivelmente, algumas ilícitas. Havia jovens turistas do Rio de Janeiro e de São Paulo, principalmente. Talvez alguns, ou até muitos, fossem melhores observadores e tivessem conhecido bem o Aventureiro, onde eu não soube, infelizmente, naquele momento, mergulhar.

Entretanto, agora, tendo-o como objeto de estudo, o olhar tinha outras finalidades. Ver, ouvir e sentir mais de perto o “paraíso” significaria também acompanhar os conflitos que os residentes vivem, como os relativos à sobrevivência econômica, à questão política e legal do enquadramento em uma das categorizações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), à preservação do ambiente natural e às tradições. Enfim, todos esses e outros fatos têm interpretações, que vão além do ambiente da fachada, onde

preferem ficar alguns turistas ou, ao menos, onde eu estive. Obviamente, eu havia mudado de papel e, como consequência, aumentado a minha responsabilidade.

O “Povo do Aventureiro” vive hoje uma arena de disputa que comporta vários participantes, tais como o governo, por quem são tutorados; os moradores, os ex-moradores e os novos moradores; as pessoas e os grupos com interesses particulares ligados ao turismo; os ambientalistas, que defendem a criação de reservas, e outros, que defendem o homem em seu lugar; os antropólogos e os pesquisadores de várias áreas que, aos montes, se esbarram na pequena areia da praia; as ONGs e as associações civis (como o Comitê de Defesa da Ilha Grande/CODIG e a Sociedade Angréense de Proteção Ecológica/SAPE); os políticos, representando interesses sobre Angra dos Reis e a Ilha Grande; a Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro (AMAV), representando os interesses da maioria dos moradores; a polícia, exercendo o papel de manter a ordem imposta pelo Estado; os turistas, buscando novas experiências; os religiosos da Ilha Grande, cuja minoria católica é vizinha da praia de Provetá, uma vila formada, na sua maioria, por evangélicos protestantes da Igreja da Assembleia de Deus; os advogados, que surgem como conselheiros e consultores que conhecem as leis e que, como bruxos, conseguem fazer com que suas palavras e seus papéis se transformem em verdades e direitos; e a mídia, do maior ao menor porte – da mídia local, como o jornal ECO da Ilha Grande, aos jornais de grande circulação –, e os *sites* nacionais e internacionais que aumentam a visibilidade de tudo o que acontece na região.

Adereçando o cenário de embates, há também um encantador universo de histórias, contos e lendas, incitados pelas noites verdadeiramente escuras, de céus, quintais e areias iluminados apenas pelas estrelas e pela lua, quando se desligam os geradores das casas (as que os possuem), após o término da novela, com algumas poucas exceções, quando a TV fica ligada até mais tarde, até o término do jogo de futebol.

A curiosidade para entender quem são, de fato, essas pessoas, como elas chegaram a esse lugar, quem foram seus antepassados, como viveram, e como as gerações atuais e futuras viverão na Praia do Aventureiro foram as principais motivações (além do encanto que o local e os moradores exercem sobre os de fora, ao menos sobre mim) que estimularam esta pesquisa. Outros pesquisadores também já se envolveram com o Aventureiro e o elegeram como tema de estudo. Suas pesquisas foram fundamentais para a compreensão de outros aspectos, direta ou indiretamente, ligados ao tema de identidade, representação e pertencimento. Encontram-se, hoje, por exemplo, vários relatos sobre a recategorização da área de reserva. Há pesquisas sobre o drama social que vivem, com a possibilidade de expulsão da praia, caso ela, definitivamente, permaneça como Reserva Biológica. Há,

também, estudos sobre os relacionamentos amorosos e os casamentos, sobre a questão fundiária, sobre o turismo de base comunitária, sobre os *campings*, a pesca e a roça, sobre a Reserva Biológica, a paleontologia na Ilha Grande, a fauna e a flora. Na introdução esta tese, são citadas algumas dessas pesquisas desenvolvidas principalmente por estudiosos de universidades do Estado do Rio de Janeiro.

A Praia do Aventureiro está localizada na Ilha Grande, que pertence à cidade de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro (figura 1). Toda a Ilha Grande é uma Unidade de Conservação ambiental. Existem vários tipos de áreas de preservação, segundo o Sistema Nacional de Unidade de Conservação. Desde 1981, a Praia do Aventureiro foi enquadrada legalmente como uma Reserva Biológica, por meio do Decreto Estadual nº. 4.972, de 2 de dezembro de 1981, fazendo parte da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, junto com o Parque Marinho do Aventureiro e com as praias do Demo, do Sul e do Leste.



Figura 1 - Angra dos Reis no ponto “A” e a praia do Aventureiro no ponto “B”  
Fonte: Google Maps (2012)

A partir desse decreto estadual, de fato, os moradores se tornam habitantes ilegais, assim como todos os visitantes. De acordo com decisões do Estado, a região é categorizada como Reserva Biológica (ReBio). Com isso, surge outra dualidade: a preservação do ambiente *versus* a preservação da cultura tradicional, a qual não é possível ser mantida na região com as restrições impostas pelo enquadramento ambiental; afinal, legalmente, ninguém pode residir em uma Reserva Biológica.

Não obstante, após a organização dos moradores, a fim de lutarem pela permanência no local, apoiados por ONGs e Universidades, a promotoria de Justiça, em 2006, orientou o Instituto Estadual do Ambiente, por meio de recomendação que relata as incongruências existentes na relação com os moradores da região, para mediar tais conflitos. Dessa forma, foi concedida, provisoriamente permissão, para que os moradores permaneçam e recebam visitantes, garantindo, com isso, o turismo controlado no local.

A região continua controlada pelo Estado: restringiu-se o número de visitas turísticas, assim como obras de ampliação nas casas caiçaras e nas limitações ligadas ao ambiente de reserva. O local não possui luz elétrica, ainda que o Programa “Luz para Todos” do Ministério de Minas e Energia, iniciado em 2003 até 2011, tenha afirmado dar prioridade às populações do entorno de Unidades de Conservação da Natureza e em áreas de uso específico de comunidades especiais, tais como: minorias raciais, comunidades remanescentes de quilombos e comunidades extrativistas (BRASIL, 2010). A população moradora de uma Unidade de Conservação na Ilha Grande, não obteve tal privilégio.

Entretanto, no meio de tantos conflitos de interesses, transformações e lutas, algo ainda havia ficado parcialmente alheio ao excesso de pluralidade da vida pós-moderna. E, mesmo com adequações reificadas pelas novas gerações, há um *modus vivendi* com relação à ecologia e à comunidade, uma forma de agir e pensar, alguns rituais, hábitos, valores, crenças, histórias, comidas e palavras, que ainda podem ser percebidos como algo possuidor de um diferencial. Nota-se, portanto, que os moradores da Praia do Aventureiro, na Ilha Grande, possuem traços culturais exclusivos, que são apresentados e interpretados neste recorte analítico. Trata-se de reflexões sobre o significado de pertencer a uma região insular, ser considerada comunidade tradicional caiçara, viver em uma ReBio, morar na Ilha Grande, Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro no momento contemporâneo.

Para cumprir o propósito da realização do trabalho, o material foi organizado com apresentação, introdução e três capítulos que apresentam o tema identidade dos moradores da Praia do Aventureiro, com as análises dos elementos constitutivos da microcultura local presentes nos rituais, na vida cotidiana, no trabalho, no lazer e na política, e com a apresentação de algumas diferenciações, como as relacionadas a gênero, idade e consumo, além de mostrar os impactos dessas representações sobre o tipo de turismo local.

A introdução traz a problematização sobre a identidade e as representações do Aventureiro, aborda a relevância do estudo, os objetivos propostos e as hipóteses levantadas. Os métodos e a exposição de algumas linhas teóricas, que serão apresentadas durante o trabalho, para esta pesquisa, também se incluem na parte introdutória. Além de reconhecer

onde está, o que é a Praia do Aventureiro e quem são seus habitantes, a região é mostrada como um fato social total, no sentido elaborado por Mauss (2003), por meio da apresentação de aspectos da sua história, desde os primeiros registros sobre o sítio arqueológico no ilhote da Praia do Leste (vizinha à Praia do Aventureiro) até o momento atual.

No capítulo 2, discute-se os conceitos de identidade, pertencimento e representação. Coloca-se em pauta como as variações sociais são impactadas pela passagem do período pré-moderno, moderno e pós-moderno. Problematiza-se a cultura e seus elementos constitutivos, chegando-se ao conceito de tradição e comunidade tradicional caiçara, como um grupo social. No capítulo 3, a estrutura da vila do Aventureiro é demonstrada através da constituição do cenário que compõe o ambiente, das diferenciações de gênero e do tipo de organização familiar. Nesse capítulo estão organizadas as árvores genealógicas dos residentes e a análise das áreas de domínio dentro dos espaços familiares. Ainda são discutidos os assuntos concernentes à composição e à representação da AMAV em relação às expectativas dos moradores, descrevendo a posição dos diferentes atores no cenário político. No capítulo 4, são descritos e interpretados os elementos que ratificam a identidade dos moradores, por intermédio de símbolos, rituais, vocabulário, histórias, vestuário, comida, consumo e valores. Descreve-se, também, o grau de importância desses recursos para a formação de um complexo identitário, que faz com que se sintam parte de um grupo tradicional pela ideia de pertencimento que é manifesta. As diferentes expressões do que é ser “caiçara” são analisadas. Os fatores levantados, que trazem mudanças a essa identidade, também são analisados. São apresentadas as convergências geradas pelos dramas, mostrando como as rupturas e as reconfigurações geram novas *performances* e como alteram o *status* do grupo ou da pessoa (TURNER, 1982). A conclusão mostra como as hipóteses se corroboram e responde à questão “quem são eles?”, pelo ângulo dos próprios moradores à luz da literatura científica e das observações locais.

São muitas as publicações de pesquisadores sobre o momento de possível passagem de *status* dos moradores do Aventureiro. Uma das mudanças é a possibilidade de deixarem de viver em uma Reserva Biológica e passarem a residir em uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável ou em uma Área de Proteção Ambiental. A comunidade está declaradamente dividida entre os que preferem uma categorização e os que preferem a outra. Além dessa mudança, são apresentadas também as novas reconfigurações sociais dadas pelas novas gerações, pelos filhos e pelos netos dos pescadores tradicionais que, hoje, trocaram o uso das redes de pesca pelas pranchas de surfe. A roça cada vez mais é substituída pelo supermercado e pela feira, em Angra dos Reis. O aumento do poder aquisitivo dos moradores com a

exploração do turismo, que passou a ser vista como a possibilidade econômica do momento, gerou novas diferenças de estratificação social.

O estudo tem relevância na contribuição que traz através da descrição da vida cotidiana de uma comunidade moradora em uma Unidade de Conservação. É exatamente a identidade do grupo, no sentido etnológico, que irá mediar as possibilidades de direitos fundiários. Portanto, fatores como “ter nascido e sido criado” ou “ter o umbigo enterrado”, como dizem os moradores, ultrapassam os limites geográficos locais e entram no debate nacional sobre o legado da tradição e da terra, com a manutenção da sustentabilidade econômica e cultural dos grupos sociais.

Há, no Brasil, várias comunidades tradicionais, que são categorizadas segundo o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (anexo 8.1). A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) é a responsável por gerir o assunto, que é de interesse político do governo federal. A Comissão é ligada diretamente ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e secretariada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), agindo por meio do Comitê. O Decreto nº 6.040 designa o que é uma comunidade tradicional, a importância do respeito ao território como um espaço para a reprodução cultural da comunidade e a política de desenvolvimento sustentável como a forma de interação da sociedade com o meio ambiente natural. Há diversos tipos de comunidades tradicionais, que passam a participar da discussão sobre seu destino e a reivindicar direitos. É o caso de povos indígenas, quilombolas, ciganos, pomeranos, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, pescadores artesanais, caiçaras, castanheiros e povos dos faxinais, dos gerais e dos fundos de pasto.

Este trabalho trata de moradores da praia do Aventureiro, especialmente da identidade de um grupo atualmente classificado como caiçaras da Praia do Aventureiro.

## 1 INTRODUÇÃO

“O Aventureiro não é aquilo que tá no papel”.  
(Vovô, 61 anos, morador do Aventureiro - 2012)

O tema identidade tem sido recorrente na contemporaneidade. Fatores como a globalização e a pós-modernidade, que favoreceram tanto a massificação da cultura, como a pluralidade social, geraram também correntes de ação de sentido contrário, como a valorização da tradição de microculturas locais e da identidade do indivíduo. Essa dicotomia entre o plural e o individual, o híbrido e o original, faz com que muitos autores e muitos pesquisadores da área das Ciências Sociais se debrucem sobre a questão.

O paradigma da identidade cultural, considerando-se uma sociedade heterogênea, plural e disseminada, deve considerar também, como fatores relevantes, o tempo e o lugar. Segundo Bhabha,

O ‘além’ não é nem um novo horizonte, nem um abandono do passado... Inícios e fins podem ser os mitos de sustentação dos anos no meio do século, mas, neste *fin de siècle*, encontramos-nos no momento de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade, passado e presente, interior e exterior, inclusão e exclusão (BHABHA, 1998, p. 19),

Para Bhabha, há, na sociedade, uma sensação de “desorientação”, devido à necessária passagem “das narrativas para além das subjetividades originárias e iniciais”, a fim de focalizar na sociedade “momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais”. O autor usa o termo “distúrbio de direção” (BHABHA, *ibidem*) ao que Hall chama de “crise de identidade”.

Stuart Hall é autor e teórico de estudos culturais. De origem insular jamaicana, naturalizado na Inglaterra. Ele próprio representa e exemplifica, por meio de sua própria história migratória, o processo de hibridização. Segundo ele, a crise citada significa o declínio de velhas identidades, fazendo surgir novas formas de identificação, fragmentando ainda mais as possibilidades de representação do indivíduo moderno. A crise, para esse autor, é um processo de mudança, de deslocamento das estruturas que davam referência aos indivíduos sobre suas próprias identidades (HALL, 2006, p. 7).

Este trabalho, cujo foco de pesquisa é a praia do Aventureiro e seus moradores, abarca o tema da identidade, ao mostrar como esses sujeitos estão (re)organizando o conceito que têm de si próprios, no mesmo momento em que o local onde vivem está sendo

recategorizado. Ao se engendrar a Praia do Aventureiro, no pós-modernismo, com demanda turística e população considerada como tradicional, moradora de unidade de conservação ambiental, observa-se o quanto os predicados, descritos e interpretados neste trabalho, influenciam a representação, o sentimento de pertencimento que as famílias têm a respeito do local em que residem.

De fato, não só a pequena praia, mas o mundo exterior, que passa por um momento de reestruturação dos sistemas de representação cultural, está cada vez mais repleto de significados “na busca para dar ao sujeito uma fantasiosa ‘narrativa do eu’” (HALL, 2006, p. 13). Essa narrativa “do eu” é a própria afirmação da identidade da pessoa e do grupo em que vive. Justamente nesse cenário de mudanças e reconfigurações locais e globais, realizadas de 2009 a 2012, as observações e as análises se reportam à comunidade insular, denominada como tradicional e moradora da Ilha Grande, cidade de Angra dos Reis no Estado do Rio de Janeiro: os moradores da Praia do Aventureiro.

#### 1.1 MORADORES DE FATO: ESTABELECIDOS NO ESPAÇO E NO TEMPO

Segundo o Censo de 2010 (IBGE), a população brasileira é composta por aproximadamente 190 milhões de pessoas e, desse total, 15.180.636 moram no Estado do Rio de Janeiro. O município fluminense de Angra dos Reis tem 169.511 habitantes, dentre os quais se encontram na Ilha Grande cerca de 7.500 moradores fixos, embora durante os períodos de alta temporada (férias, verão, carnaval e réveillon), a Ilha chegue a receber 25 mil visitantes. Os aproximadamente 120 moradores que, no momento da realização desta pesquisa, vivem na Praia do Aventureiro, representam 0,0000631% dos brasileiros e 1,6% dos Ilhéus da Ilha Grande. Essa quantidade de moradores não é um valor exato, visto que há uma variação sazonal migratória entre a Ilha e o litoral dentre os que se afirmam moradores. Adotou-se esse número por representar um valor médio da quantidade de moradores apresentados em outras pesquisas. Embora 120 pessoas não consigam eleger um candidato a eleições governamentais, no estado do Rio de Janeiro, ou não consigam manter um mercado de consumo, após a percepção qualitativa e subjetiva do lugar e das pessoas, vê-se o quanto temas emblemáticos, referentes ao Aventureiro – como a “preservação da natureza”, a “identidade cultural”, o “turismo” –, ultrapassam o limitado número de habitantes e se tornam

algo do debate público. E, ao dar publicidade aos fatos, interesses políticos e mercadológicos voltam à cena.

Os fenômenos que possuem a força social de influenciar a vida das pessoas precisam ser compreendidos de forma complexa. Essas manifestações, externas à pessoa, coercitivas a ela e comuns a todos do mesmo grupo social, são chamadas por Durkheim de “fatos sociais”. Esses fatos sociais mostram o arranjo cultural e social que preexiste ao nascimento do indivíduo, que vai continuar a existir após a sua morte, e dar característica social e cultural à perpetuação da humanidade.

Eis, portanto, uma ordem de fatos que representa características muito especiais: consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõem a ele. Por conseguinte, eles não poderiam confundir com os fenômenos orgânicos, já que consistem em representações e ações; nem com os fenômenos psíquicos, os quais só têm existência na consciência individual e através dela. Esses fatos constituem, portanto uma espécie nova, e é a eles que deve ser dada e conservada a qualificação de sociais (DURKHEIM, 2007, p. 3-4).

Estudar os fenômenos sociais da praia do Aventureiro, referentes à vida de seus moradores, significa experimentar e observar elementos constitutivos de sua natureza e mergulhar nos caracteres mais exteriores e mais imediatamente acessíveis aos menos visíveis, mais profundos e mais subjetivos. Esse caminho do entendimento da coisa observada e experimentada é feito por meio de análises de diferentes aspectos integrados, os quais são chamados por Mauss (2003) de fatos sociais totais. A totalidade abordada por esse autor contribui para a amplitude do debate e do entendimento a respeito do fato, que toma característica multidimensional. Para ele, os fenômenos a respeito do objeto – um enorme conjunto – são apresentados por meio de análises de diversas relações complexas de trocas sociais. Os fatos sociais totais se manifestam de diferentes formas e exprimem, ao mesmo tempo, questões de aspecto religioso, jurídico, moral, econômico, psicológico, social etc. A política e a família se referem aos aspectos da religião, justiça e moral, assim como as formas de produção, consumo, fornecimento e distribuição derivam da necessidade de manutenção do sistema econômico familiar. E esses fatos acabam por impactar também os fenômenos estéticos e morfológicos da sociedade.

A estrutura social possui implicações simultâneas em diferentes níveis. Nesse sentido, fato algum deve ser visto de modo isolado, pois todos eles são sistemicamente interligados. Um fato é causa e, ao mesmo tempo, efeito nos estudos das sociedades. Acrescenta-se também o seu caráter contínuo, assim como o dar, o receber e o retribuir no

sistema de prestações totais. Em suma, o fato social é apresentado e aprendido como uma experiência concreta e multiconstituída. Para Bauman (2005) e Mauss (2003), uma forma possível de colher o sentimento, o estilo de vida e o comportamento coletivo é analisar os contextos sociais, culturais, políticos, econômicos e estéticos em que o fenômeno particular existe, assim como analisar o próprio fenômeno. Partindo dessa discussão, buscou-se compreender como o morador da Praia do Aventureiro percebe a si mesmo e a localidade onde vive.

As mudanças sociais referentes ao enquadramento da categoria de unidade de conservação do lugar, assim como as possíveis mudanças de representação dos moradores aqui apresentados são vistas dentro da concepção de totalidade, pois, na territorialidade, como na região da Ilha Grande, ratificam-se os laços da tradição cultural. Além disso, se as variações sobre o lugar geram modificações econômicas, sociais e culturais na comunidade, o lugar se mescla com seus habitantes. O historiador Asa Briggs (1972 *apud* SIMÕES, 2008, p. 39) entende o conceito de lugar como algo tangível, constituído pelos usos. São as formas de uso, de agir e de pensar que, influenciadas pelo ambiente e moldadas pelas culturas, dão ao espaço o significado de um lugar. Também corrobora isso o antropólogo Ingold (2005, p. 9 *apud* MENDONÇA, 2010, p. 25): “todo mapa está, necessariamente, embutido em um modo de vida”.

Os moradores da Praia do Aventureiro possuem seu próprio lugar e tempo. Evans-Pritchard (1978), ao estudar o Nuer, usa uma forma de distinção temporal e espacial a fim de explicar as correlações utilizadas pelo grupo. Para o autor, entre os Nuer, tempo e espaço podem ser apresentados em relação à ecologia ou em relação à estrutura. O tempo ecológico diz respeito às influências naturais do meio ambiente, como o dia e a noite ou as estações do ano; e o tempo estrutural provém das intervenções humanas. Desse modo, as variações econômicas, que estão no tempo estrutural, decorrem das variações sazonais do tempo ecológico. O espaço ecológico se refere à localização geográfica, ou seja, à distância real, que pode ser medida em quilômetros. Já os espaços estruturais são as relativizações do ambiente por meio das relações sociais e culturais humanas. Portanto, no espaço estrutural, a distância pode ser mediada pela tecnologia ou pela falta dela, o que pode fazer com que a percepção do espaço ou da distância se torne maior ou menor, indiferente da quilometragem.

Valendo-se dos conceitos explicativos apresentados por Evans-Pritchard (1978), é possível perceber que, no Aventureiro, há também um tempo próprio ecológico que exerce forte influência sobre a estrutura. No verão, há a alta temporada do turismo e, no inverno, a baixa temporada. Com relação ao espaço ecológico, a distância entre o litoral e a ilha,

percorrida por barco, medido em milhas ou km, foram apresentadas diferentes informações<sup>1</sup> variando entre 26 km, 32,5 km, 33 km, 45 km e 70 km. As maiores distâncias foram dadas pelos moradores. O tempo do percurso também pode variar dependendo do tipo de transporte utilizado e das condições do mar. Por mais que essa distância não represente um afastamento significativo, por se tratar de um local insular, sem iluminação pública e à mercê do tempo ecológico, com variações do mar, a Praia do Aventureiro se manteve um pouco mais isolada do ambiente urbano do litoral, o que favoreceu a manutenção de algumas tradições e o não fornecimento de alguns serviços públicos. A variação do tempo de travessia pode influenciar na percepção da distância entre a ilha e o litoral.

A localização do espaço estrutural é a Ilha Grande, município de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Para se chegar à Praia do Aventureiro ou à Vila do Aventureiro, por se tratar de uma região insular, é necessário cruzar o mar, usando algum transporte, como barco, lancha, iate ou helicóptero. Comumente, embarca-se em Angra dos Reis, cujo porto é o mais próximo e mais utilizado para chegar ao local, ou em Mangaratiba.

Pode-se chegar de diferentes formas ao pequeno povoado do Aventureiro. Pelo porto de Angra, trajeto escolhido por alguns turistas e moradores, é preciso tomar um barco e, após uma média de duas horas e meia de travessia do mar, aporta-se no vilarejo. Ainda, algumas pessoas chegam pela mata, pois vêm caminhando de Abraão ou de Provetá, que são também praias da Ilha Grande. Para chegar por Abraão, calcula-se de 7 a 8 horas (tempo médio) de caminhada por trilha, com travessia por praias e áreas de proteção ambiental. A chegada por Provetá, que é uma praia vizinha, leva em torno de 2 horas e meia por trilha, com aproximadamente 2 km de extensão. Quando o mar está muito agitado, geralmente os barcos que se destinam ao Aventureiro, por segurança, param em Provetá. Desse modo, o tempo ecológico pode variar estruturalmente, visto que os moradores nativos, em geral, caminham mais rápido que os não nativos.

A Ilha Grande está localizada na Região Administrativa da Costa Verde, conforme mostram as Figuras 2 e 3, onde é possível visualizar a Praia do Aventureiro na região sul, de frente para o mar aberto do oceano atlântico.

---

<sup>1</sup> Há divergências sobre essa distância. Há a informação de 32,5 km fornecida por L. professor e pesquisador da UFRRJ que mediu com GPS. No cadastro de Turismo de Base Comunitária do Instituto Virtual do Turismo consta 26 km, segundo informação de C. que trabalhou em pesquisa no local e ex-aluna da UFRRJ. A pesquisadora e professora N. da UFRJ informou 33 km e afirma ter feito a travessia e ter “contabilizado as milhas náuticas”. O morador e mestre V. registrou algo próximo de 45 km, e o morador N. informou (não dando certeza) que acreditava girar em torno de 70 km. Nota-se que a distância está sendo avaliada com relação ao percurso feito de barco de Angra dos Reis até a Praia do Aventureiro.



Figura 2 - Mapa da Costa Verde com destaque para Ilha Grande e Praia do Aventureiro  
 Fonte: Fundação CIDE (2001).

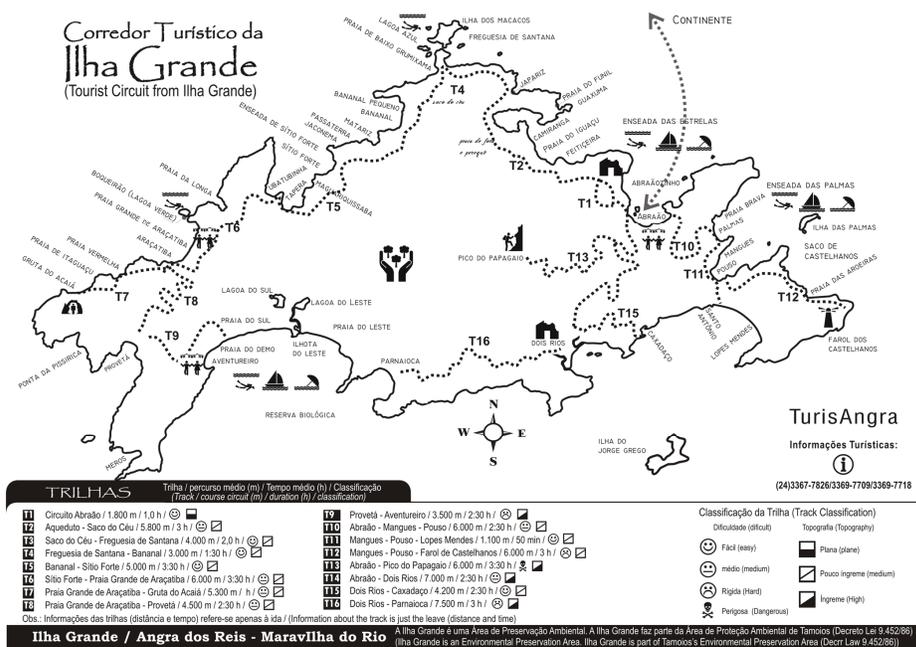


Figura 3 - Mapa da Ilha Grande.  
 Fonte: Prefeitura de Angra dos Reis (2011).

Pelo mar, o percurso da viagem começa no litoral, que fica ao norte da Ilha Grande, e termina na região Sul, de frente para o mar oceânico. Antes de chegar à praia, é preciso navegar de barco ao lado de extenso costão de pedras; além disso, tal viagem, em traineiras, pode durar cerca de 2 horas e meia a 3 horas, dependendo das condições climáticas e das marés.

Na Ilha Grande estão presentes três unidades de conservação, Área de Proteção Ambiental dos Tamoios (APA dos Tamoios), Parque Estadual da Ilha Grande (todo o território da Ilha), Parque Estadual Marinho do Aventureiro (criado em 1990) e Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul (criada em 1981). Quem aporta à praia pode desconhecer que a região é uma unidade de conservação, território que abrange um espaço delimitado com seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, e com características naturais relevantes. A Unidade é legalmente instituída pelo Poder Público, com o objetivo de conservação e com limites definidos sob o regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC, 2000). As Unidades de Conservação podem ser de dois tipos: com a permissão ou sem a permissão da presença humana para moradia. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000), portanto, descreve:

- Unidades de Proteção Integral: restritiva à presença humana. É composta pelas seguintes categorias de Unidade de Conservação:

- I. Estação Ecológica.
- II. Reserva Biológica (Rebio).
- III. Parque Nacional.
- IV. Monumento Natural.
- V. Refúgio de Vida Silvestre.

- Unidades de Uso Sustentável: permissiva à presença humana, com controle ambiental. É composta pelas seguintes categorias de Unidade de Conservação:

- I. Área de Proteção Ambiental (APA).
- II. Área de Relevante Interesse Ecológico.
- III. Floresta Nacional (Flona).
- IV. Reserva Extrativista.
- V. Reserva de Fauna.
- VI. Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS).
- VII. Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

Dentre os diferentes tipos de reserva apresentados, o Aventureiro está inserido em três tipos. Faz parte de duas unidades restritas (que impossibilita permanência humana):

- a) a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, criada em 1981 (que engloba também as praias vizinhas do lado leste: Praia do Demo, Praia do Sul e Praia do Leste – e do lado oeste: a praia dos Meros);
- b) o Parque Marinho do Aventureiro, sendo este o mar que banha toda a região, foi criado em 1990.

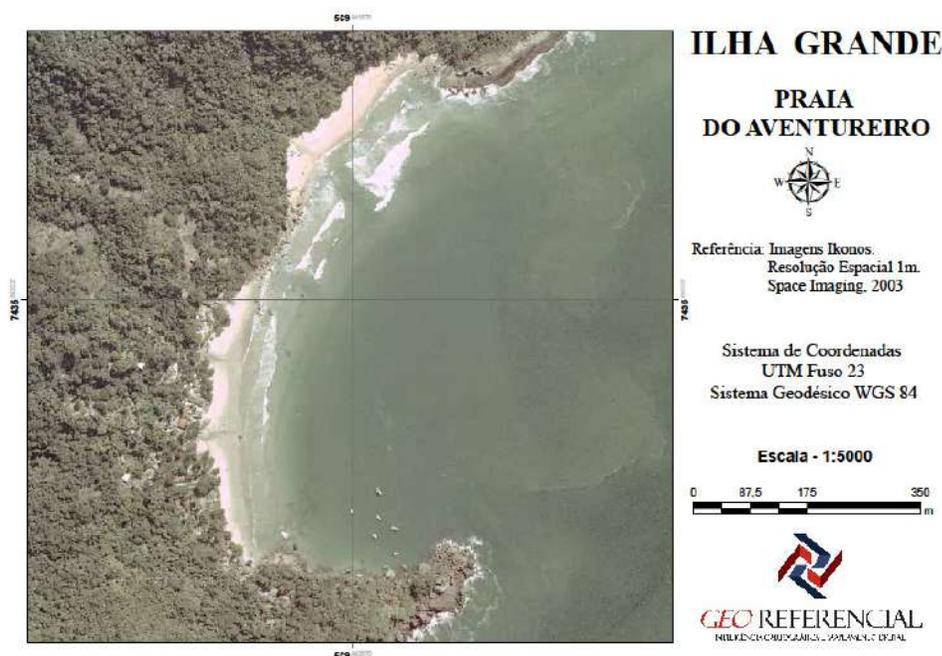


Figura 4 - Praia do Aventureiro na Reserva Biológica da Praia do Sul - RJ.  
Fonte: Ribeiro (2011).

Com relação à restrição de permanência, embora a vila do Aventureiro e a praia dos Meros sejam Unidades de Conservação de proteção integral, portanto restritas, há casas com moradores. Com aproximadamente 600 metros de praia (figura 4), a localização geográfica do Aventureiro é a sudoeste da Ilha. Ademais, como faz parte da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul e do Parque Estadual Marinho do Aventureiro (ambas são categorias de proteção integral, do tipo mais restritivo), não poderia o Aventureiro ter moradores ou receber a visitação de turistas.

Entretanto, comprovadamente, há mais de cinco gerações, os moradores permanecem nesse local. Além disso, eles sempre receberam turistas e continuam a recebê-los, com permissão fornecida por meio de um termo de compromisso assinado em 2006, para que a população, que lá vive, possa receber e hospedar visitantes, distribuídos em 18 *campings*. Essa atividade traz renda para a população da região, pois como está proibida de pescar (atividade que constituía a principal fonte de renda até a instalação da reserva), passou a trabalhar também mais intensamente com o turismo (após o término do presídio<sup>2</sup>). A área hoje é controlada pelo governo Estadual e administrada pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA).

São vários os motivos para se chegar, ficar ou passar pelo Aventureiro. Há moradores que saem para trabalhar ou para estudar em outras partes da Ilha ou no litoral de Angra e, depois, voltam. Existem ex-moradores ou familiares que vêm visitar os que ficaram. Há ainda os turistas que chegam e voltam no mesmo dia, assim como os mochileiros que chegam para acampar ou que estão dando a volta na Ilha Grande, com lanternas, mapas e bússolas. Há os surfistas, os ecoturistas, os pesquisadores, gente do INEA, e o “pessoal da universidade”. Encontram-se pessoas que preferem acampar, outras que escolhem ficar em quartos e aquelas que, sem saber que existe lugar para ficar, “batem e voltam” no mesmo dia. Tem gente que sabe o que irá encontrar e gente que não tem a mínima ideia de como é a praia.

Nas Figuras 5 e 6, os mapas sinalizam a vila de moradores e a trajetória que liga Angra dos Reis às praias da Ilha Grande, em especial às que ficam de frente para o continente; o Aventureiro fica do outro lado da Ilha e de frente para o mar oceânico. Vale ressaltar que o acesso ao Aventureiro é dificultado pela sua posição geográfica, em decorrência da instabilidade das marés.

---

<sup>2</sup> A Ilha Grande, por muitos anos foi conhecida pela mídia como “Caldeirão do Inferno”, por conter um presídio de segurança máxima até 1994. A Ilha tem sua história intimamente ligada a esse local de reclusão e aprisionamento. Devido a sua posição geográfica e seu afastamento do litoral, a região foi escolhida para o isolamento das pessoas do convívio social. Serviu como lazareto, colônias correcionais, prisões e penitenciárias. O presídio de Segurança Máxima, instalado na praia de Dois Rios, chamado Instituto Penal Cândido Mendes foi a última instituição do tipo na região, sendo implodido em 1994.

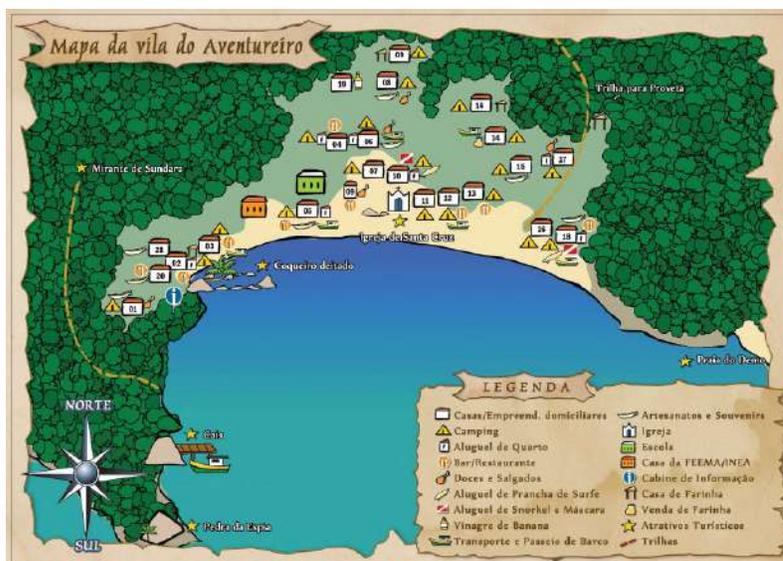


Figura 5 - Mapa do turismo inspirado nos desenhos dos moradores.  
 Fonte: Projeto “O povo do Aventureiro - Turismo de Base Comunitária” (2011).



Figura 6 - Mapa de localização e rota de transporte para as praias da Ilha Grande.  
 Fonte: Adaptado da Prefeitura de Angra dos Reis (2011).

A categoria ambiental de área protegida onde está localizada a vila do Aventureiro não é o foco principal desta pesquisa, entretanto os enquadramentos legais afetam a identificação dos habitantes, cuja identidade é o objeto de investigação aqui tratado.

## 1.2 O CONTEXTO E A QUESTÃO

Desde 2009, por aproximadamente dois anos, professores, pesquisadores e alunos fizeram parte do dia a dia dos moradores da Praia do Aventureiro, durante a realização e toda a concretização do projeto de extensão chamado “Povo do Aventureiro: desenvolvimento de Turismo de Base Comunitária”, coordenado por professores da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e CODIG, com apoio do Ministério do Turismo. Mesmo com o término do projeto, as visitas para a pesquisa de campo deste trabalho ainda continuaram. Participar desse grupo de trabalho possibilitou assistir, no dia 4 de abril de 2009, à primeira reunião da comunidade com as pessoas da universidade que coordenavam o projeto. Foi impossível não permitir que o olhar antropológico buscasse interpretações do comportamento desconfiado, pensativo e aparentemente incrédulo dos moradores.

A reunião aconteceu no pátio da Igreja Católica (onde sempre ocorrem reuniões), localizada na região central da praia. Após serem chamadas de casa em casa para participarem (com alguma insistência dos representantes da Associação de Moradores), as pessoas apareceram, devagar, algumas se sentaram em cadeiras colocadas dentro do pátio e outras se debruçaram sobre a mureta, ficando do lado de fora e com o olhar para dentro, acompanhando o que se passava. Houve homens e mulheres, jovens e adultos, senhores e senhoras, além de algumas poucas crianças que brincavam no pátio e fora dele, como que ignorando o universo adulto da reunião. Algumas pessoas ficaram sentadas do lado de fora do pátio da Igreja e, ao espiarem o acontecimento, deixaram clara, por meio da posição do corpo e do local afastado onde permaneceram sentadas, a declarada não participação ativa ou, talvez, demonstraram apenas sua timidez (figura 7).



Figura 7 - Reunião dos moradores com pessoas da Universidade em 4 de abril de 2009.  
Fonte: Projeto “O Povo do Aventureiro” (2009).

Esse tipo de comportamento do grupo parece ser comum aos “rituais” de reunião no pátio da Igreja, como se público e privado se transformassem em algo híbrido nesse ambiente. Isto pode ser comparado ao texto seguinte, que apresenta outro encontro, ocorrido no dia 20 de junho de 2009.

As pessoas iam chegando aos poucos. Algumas ficavam do lado de fora, debruçadas no muro do *coreto* da Igreja de Santa Cruz, mais numa condição de espectadoras. Outras entravam no salão e sentavam nas cadeiras em círculo. Um cachorro ocupava o centro da cena, deitado no meio do salão. Pedi que alguém arranjasse uma mesa para apoiar o gravador e A., que há 16 anos tem casa no Aventureiro, trouxe uma dessas mesas de plástico branco, que foi colocada no lugar onde estava o cachorro. Este se arrastou um pouco para o lado. Fabinho, de 21 anos, presidente da associação, fez a abertura da reunião, não sem antes pedir educadamente licença ao cachorro, que acabou indo para fora (FERREIRA, 2010, p. 220).

O tema da primeira reunião, em abril de 2009, era a apresentação das pessoas da Universidade aos moradores e as iniciais palavras de confirmação do início efetivo do projeto. No final da reunião, foi solicitado aos participantes que assinassem a lista de presença. Nesse momento, outro comportamento muito curioso foi presenciado: algumas pessoas se negaram a assinar qualquer coisa e outras afirmaram, sussurrando e virando o rosto, que “não iam assinar nada”. Expressaram-se, principalmente, através de olhares uns para os outros, com desconfiança, e deram a entender que foram enganados outras vezes e este era o motivo da necessidade de cautela para assinar qualquer papel. Depois de algumas explicações e insistência da Associação dos Moradores, alguns assinaram.

Iniciou-se, no momento da reunião, o campo de estudos, e as observações se fundiram em questões preliminares e hipóteses empíricas. O que essas pessoas viveram para se comportarem assim de forma tão desconfiada? Para responder à pergunta, foi necessário saber, em sua totalidade, quem são os moradores, como narram suas histórias, o que é a Praia do Aventureiro e o que a região, onde essas pessoas moram, representa para elas.

Depois de algumas conversas e leituras a respeito, percebeu-se que identificar a Praia do Aventureiro e seus moradores, no atual contexto, é uma tarefa bem complexa. Os habitantes da localidade passam por um momento conflituoso ligado à legislação ambiental que decretou, desde 1981, que a área onde vivem há mais de quatro gerações faria parte de

uma Reserva Biológica<sup>3</sup>, o que implica a retirada de qualquer pessoa (morador ou visitante) da região. Ao mesmo tempo, essa comunidade “naturalizada” por pesquisadores como tradicional caiçara, o que ao mesmo tempo fortalece a luta por sua permanência no local, com o argumento de preservação da tradição e da cultura caiçara.

Os residentes vivem, por conseguinte, momentos paradoxais. Há um sentimento de insegurança a respeito da possibilidade de permanência ou não na localidade e sensação de paz e de prazer (expressos por alguns moradores e visitantes) em viver no lindo local com vista para o mar e para a mata, o que ainda lhes fornece a sustentabilidade econômica pelo trabalho com o turismo.

A própria sazonalidade é outro fator ambivalente que influencia a vida insular. O mar, que atrai visitantes no período de verão, também repulsa no período de inverno. Na alta temporada, período de verão, com o mar calmo e baixo, ocorre o aumento da demanda turística, e a praia fica cheia de moradores, seus familiares e visitantes. Na baixa temporada, no inverno, quando o mar fica agitado, a praia fica mais vazia, e ocorre, muitas vezes, o próprio êxodo temporário de alguns integrantes das famílias de moradores, à procura de oportunidades de trabalho no continente.

Pode-se afirmar, portanto, que se trata de uma região de oximoros. Aliás, não só o Aventureiro, mas toda a Angra dos Reis é composta de opostos em amplos aspectos, como afirma Ferreira, em sua tese, ao falar sobre o triste episódio do desabamento<sup>4</sup> de 2010:

Angra é assim: no centro da cidade, morros por todos os lados, com casas e mais casas. Boa parte dos moradores são pessoas pobres, muitas vindo da própria Ilha Grande, atraídas pelas “facilidades urbanas” e ao mesmo tempo expulsas pelo turismo, que valorizou as terras da Ilha, tornando-as proibitivas para sua população nativa. Outros vieram de longe, para trabalhar em grandes empresas que se instalaram na região e na construção de hotéis e condomínios. Essa é uma Angra pobre, difícil, sofrida, e agora com uma ferida exposta na tevê pelo acidente. [...] Convivendo com essa, há uma outra Angra dos Reis, a do mar, das ilhas, das praias, hotéis, *resorts*, condomínios; a que ocupa as páginas das revistas de celebridades da tevê. A Angra-Cenário, de locação de filmes e propagandas, lugar de felicidade e glamour, que habita o imaginário de ricos e estrangeiros como um paraíso tropical. A classe média também sonha com o mar de Angra, e principalmente com a Ilha Grande, mais acessível, ao contrário das ilhas privativas da elite, que está em Angra, mas não aparece nas ruas. (FERREIRA, 2010, p. 15)

---

<sup>3</sup> De acordo com o SNUC (2000), nas reservas biológicas, é proibida a presença de moradores ou visitantes.

<sup>4</sup> Em 2010, ocorreram, em Angra dos Reis e na própria Ilha Grande, desabamentos que geraram mortes de moradores e de pessoas que estavam hospedadas em Angra e de trabalhadores de uma pousada localizada em Bananal, na Ilha Grande. Os desabamentos são recorrentes na região devido às chuvas de verão e à estrutura de morros habitados, com solos e vegetação de mata atlântica os quais, quando alagados, favorecem o desabamento.

O ganho e a acumulação de capital, com as diferentes bases econômicas, ao longo do tempo, sempre implicaram em diferenciações entre os moradores. Atualmente, com a passagem da base econômica da pesca para o turismo, ocorre uma modificação nos *status* das famílias, visto que aquelas que têm melhor desempenho com serviços turísticos e que gerenciam bem seus investimentos têm aumento de poder aquisitivo. No caso, algumas famílias têm se destacado nos negócios de *camping* e de serviços prestados aos turistas, além de possuírem o hábito de economizar e de aplicar o dinheiro em poupança bancária. Investem em infraestrutura, compra de barcos e lanchas, assim como na aquisição de bens de consumo e serviços, tipo de consumo que afirmam lhes dar uma postura mais parecida com a dos visitantes, por meio do vestuário e da esporádica busca de lazer fora da Ilha, por exemplo.

A sustentabilidade econômica dos moradores não foi sempre associada ao turismo, visto que já estivera ligada à pesca. A história da comunidade mostra um grupo ligado ao mar e a terra, ora por meio da pesca ora por meio da roça, respectivamente. Os moradores foram também marcados pela insularidade e pelo medo. Insularidade algumas vezes próxima do isolamento da sociedade litorânea, em decorrência do mar aberto, muitas vezes intransitável, e principalmente o isolamento decorrente da falta de fornecimento de serviços, como energia e telefonia, além do medo das fugas dos presos do presídio de segurança máxima, ativo até 1994 na Ilha Grande. Atualmente compartilham o medo de uma possível desapropriação da região onde vivem. Tais medos fizeram com que as articulações de autoproteção fossem feitas pela própria comunidade.

Quando os fatos que acometem o lugar são analisados, sente-se que o termo “Vila dos Resistentes” seria outro bom nome para a região. Mas “Aventureiro” foi o nome que pareceu ser mais significativo para os moradores, pois personifica a coragem de enfrentar o mar agitado e, algumas vezes, inóspito, para chegar a essa parte da Ilha. Esse perfil ligado a aventuras no mar pode ser encontrado nas muitas narrativas dos moradores sobre as travessias e as pescas. Como mostra a figura 8, na camisa de um jovem morador, foi possível ler: “Para ser chamado de ‘o cara’ tem que enfrentar o mar que eu dominei”.



Figura 8 - Exaltação do Espírito Aventureiro na camisa de morador.  
Fonte da imagem: Arquivo pessoal (2009).

A região é habitada por uma média de 120 pessoas (com variações sazonais para mais e para menos), os quais vivem em uma unidade de conservação de proteção integral – tipo de enquadramento de proteção ambiental mais rigoroso e restrito, sem a possibilidade da residência de pessoas e reservado para pesquisa e educação ambiental (SNUC, 2000). De 1981 até 2006, não houve a efetiva retirada dos moradores, contudo houve ameaças e punições, como a aplicação de multas. A partir de 2006, iniciaram reais tentativas de desativação do turismo e retiradas das moradias do lugar, motivadas pela denúncia de superlotação turística feita por um ambientalista no ano de 2000, fomentada por cenas midiáticas no mesmo período, as quais mostravam o crescimento desordenado do turismo e o desmatamento na Ilha Grande. Isto garantiu o apoio da sociedade de fora da Ilha estimulada pelo sentimento de querer “salvá-la dos turistas e de seus nativos”. Esse movimento gerou muito conflito, chegando ao uso de força do poder de polícia para a retirada de visitantes, assim como à destruição de barracas de moradores da Praia do Aventureiro.

Tal evento fez com que os moradores do Aventureiro se organizassem e reivindicassem sua permanência junto à Prefeitura e aos órgãos públicos – naquele momento, Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), hoje, Instituto Estadual do Ambiente (INEA). Essa mobilização resultou em uma permissão temporária para que os moradores tradicionais vivam no local de forma tutelada pelo Estado, até que se resolva um novo tipo de enquadramento de Unidade de Conservação mais pertinente àquela realidade ou até que se confirme sua atual categoria. O episódio descrito foi detalhado nas teses de Costa (2008) e de Ferreira (2010).

Diante do contexto apresentado, este trabalho objetiva contribuir para que se possam obter mais dados registrados sobre a identidade cultural dos moradores do Aventureiro, tendo como objetivo final detalhar os elementos constitutivos da identidade de seus habitantes, de acordo com o que foi observado durante o trabalho de campo. O estudo apresenta também os seguintes objetivos intermediários: (i) construir, por meio das falas dos entrevistados, a identidade dos moradores; (ii) confrontar a forma de representação dos moradores com a imagem que as pessoas de fora possuem sobre eles; (iii) documentar elementos que caracterizam a cultura local por intermédio do levantamento de elementos constitutivos intangíveis (como crenças, conceitos aplicados, linguagem, formas de aprendizagem, hábitos, rituais e dramas sociais) e de elementos constitutivos tangíveis (como vestuário, aparência, artefatos e habitações existentes na localidade); (iv) destacar as mudanças ocorridas nos papéis dos principais personagens locais, tendo em vista os conflitos que marcaram a história do Aventureiro; (v) destacar os elementos constitutivos caracterizadores da identidade de uma comunidade tradicional.

Neste estudo, buscou-se entender como é representada a identidade dos moradores da Praia do Aventureiro, baseando-se nas seguintes hipóteses: (a) a crise de identidade da pós-modernidade, de que trata Hall (2006, p. 7), sinaliza um período quando os conceitos estão sendo repensados, a fim de marcar uma passagem da modernidade. Portanto, os dramas vividos na localidade são gerados pela falta de conceitos sólidos estabelecidos; (b) o atual momento é marcado por conflitos, rupturas, e novas perspectivas sobre antigos temas resultam em representações reconfiguradas, pós-dramas; (c) o Estado, que sempre deteve o maior poder em afirmar quem são os indivíduos, começa a compartilhar com a própria sociedade essa responsabilidade de estratificação das pessoas em seus grupos; (d) a cultura, como afirma Geertz (2008), é adaptável ao tempo e a tudo que nela interfere e, portanto, fatores culturais também são passíveis de adaptações; (e) a tradição é um legado que depende da percepção de valor dela pelas novas gerações para que se perpetue.

### 1.3 LINHAS TEÓRICAS

Para o sociólogo Zigmunt Bauman (2005), na contemporaneidade há a “liquefação” das estruturas e das instituições sociais. O autor explica o atual momento de fluidez acelerado que marca a passagem da fase “sólida” da modernidade para a fase “fluida” da pós-modernidade. Esta é caracterizada pela falta de manutenção rígida e duradoura das formas, as quais se adaptam aos “recipientes” que as contêm, dando, assim, formato e, possivelmente, significado temporário à coisa líquida. A fluidez é, portanto, a condição de incerteza, volatilidade e adaptação, que coloca inclusive a habitual soberania do Estado de criar nações em uma situação secundária na construção de sentimentos de unicidade de um grupo, ou seja, o Estado perde gradual espaço de poder para o mercado. Bauman (2005, p. 34, p. 57-58) afirma que “a globalização significa que o Estado não tem mais o poder ou o desejo de manter uma união sólida e inabalável com a nação” e que as pessoas encontram poucas garantias no Estado para manter a identidade que acreditam possuir.

Os diferentes significados do que é ser caiçara exemplificam esse momento de permitida pluralidade. E entre os caiçaras da Praia do Aventureiro, as diferentes faixas etárias apresentam fronteiras que geram formas distintas de encarar a terminologia. Soma-se a isso, o sentimento de incerteza que os moradores têm demonstrado a respeito do local onde vivem.

Caiçara é um termo dependente da região onde o morador nasceu, do local onde as gerações ancestrais de sua família viveram e do local onde as futuras gerações descendentes nascerão. Entretanto, essa mesma terra que dá identidade ao grupo não lhe pertence, pois, no caso do Aventureiro, pertence ao Estado, o mesmo que dá poucas certezas sobre a possibilidade de permanência ou de retirada dos moradores. Isto fortalece as afirmações de Bauman no que se refere ao Estado não dar garantias a respeito das decisões que impõe.

A sensação de viver em um lugar indefinido e incerto, até que se institucionalize seu novo *status* de categoria de área protegida (ou se confirme a categoria já existente), pode ser comparada ao drama social vivido nos ritos de passagem, como apresentado por Turner (1982), que mostra que o grupo é levado a uma sensação de estar em um espaço liminar quando o ambiente em que vive está “repleto de conflitos, crises e problemas não resolvidos, que ameaçam ruir as bases da estrutura social” (SILVA, 2005, p. 37-38).

Esse momento liminar é também observado por Ferreira, ao afirmar que “de agricultores-pescadores passaram a criminosos ambientais, por habitarem uma terra interdita. Essa situação colocou-os num estado de liminaridade permanente” (FERREIRA, 2010, p. 239). Costa recorre a Bhabha, destacando que grupos indígenas e “populações tradicionais”,

no território brasileiro, têm vivido em “fronteiras” – “regiões mais fluidas, como áreas liminares que possuem outra temporalidade” (BHABHA, 1990 *apud* COSTA, 2004, p. 49).

Costa ainda apresenta a seguinte questão: como o Estado, que torna invisíveis os grupos minoritários, ao mesmo tempo, cria os mecanismos de proteção a essas minorias? O autor conclui que o Aventureiro vive fora da temporalidade (Quando serão retirados de lá? Quando poderão viver lá definitivamente? Não há prazos), já que “não existe como solução possível dos conflitos inerentes à constituição de Reservas Biológicas” (COSTA, 2004, p. 49-50).

Portanto, pode-se perceber que a Praia do Aventureiro não se enquadra em nenhum modelo hoje existente legalmente e pode ser, portanto, definida como um “não lugar ambientalmente legal”. Desse modo, pode-se afirmar, assim como os outros pesquisadores já destacaram, a situação liminar, de caráter conflituoso, da região. Todos os fatos narrados até aqui visam a validar a contribuição a que este estudo se propõe, ao registrar os elementos estabelecidos em uma cultura tradicional em fase de transição natural (visto que as mudanças fazem parte do ciclo evolutivo da humanidade) e em fase de transições aceleradas por outros fatores, como mercado e legislação.

Para Geertz, existe uma indissociabilidade entre o que o homem “é” e a sua necessária adaptação ao “tempo”, ao “lugar” e à “circunstância”, visto que não se trata de um ser constante. O autor esclarece a dificuldade em “traçar uma linha entre o que é natural, universal e constante no homem, e o que é convencional, local e variável”:

O que quer que seja que a antropologia moderna afirme - e ela parece ter afirmado praticamente tudo em uma ou outra ocasião -, ela tem a firme convicção de que não existem de fato homens não-modificados pelos costumes de lugares particulares, nunca existiram e, o que é mais importante, não o poderiam pela própria natureza do caso (GEERTZ, 2008, p. 26).

Portanto, os dramas vividos, que geram adaptações no modo de viver, fazem parte da própria característica da cultura, que não é, assim como o homem, invariável. Ainda segundo o referido antropólogo, o conceito de cultura nasce justamente da aceitação da não existência de um ser humano uniforme: o que o “homem é pode estar tão envolvido com onde ele está, quem ele é e no que ele acredita, que é inseparável deles” (GEERTZ, 2008, p. 26). Dessa forma, neste trabalho, intenciona-se mostrar que as modificações na forma de viver das diferentes gerações do Aventureiro, assim como as restrições impostas pela legislação e pelo

mercado, sob a ótica de Geertz, não tiram a legitimidade da cultura caiçara, mas apenas sinalizam a importância do aceite às adaptações.

Ainda como ponto de relevância desta pesquisa, é importante destacar a postura política do governo, que visa a reconhecer e valorizar grupos étnicos e tradicionais no País, instituindo, por meio do Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Trata-se de povos indígenas, quilombolas, ciganos, pomeranos, ribeirinhos, quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, pescadores artesanais, caiçaras, castanheiros e povos dos faxinais, geraizeiros e dos fundos de pasto, conforme aponta a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT, 2008). Observa-se que os objetivos apresentados nesse documento estão diretamente ligados ao tema da identidade, considerando que a PNPCT visa a “promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”, assim como o “reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições”. Ademais, os primeiros objetivos específicos do Decreto nº 6.040/2007 são:

- I - garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;
- II - solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável. (BRASIL, 2007).

Essa passagem exemplifica os conflitos dicotômicos por que passam os residentes da vila do Aventureiro. Por uma lei, são considerados tradicionais; por outra lei, vivem de modo ilegal em uma Unidade de Conservação integral. Isso significa dizer que, enquanto uma lei ratifica a importância de se valorizar o grupo social em sua região de origem, outra lei incrimina essa mesma comunidade por continuar vivendo (afinal, comprovadamente, vivem na região há mais de 300 anos) em uma área em que a permanência é proibida, por ser uma Reserva Biológica. Assim se estabelece o conflito. Fatos como este fazem com que os temas identidade, representação e pertencimento tenham relevância em razão das polêmicas taxonomias sociais e legais.

Desse modo, embora o cenário favoreça amplos ângulos temáticos de observação, buscou-se focar o entendimento da identidade ou das identidades expressas pelo povoado do Aventureiro, valendo-se do estudo das fachadas que fazem parte da construção do tipo de

pessoa moradora dessa praia. Fachada é, no sentido tratado por Goffman, “o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconsciente empregado pelo indivíduo durante sua representação”. Segundo o autor, a fachada social é composta por três “partes tradicionais”, chamadas de “cenário, aparência e maneira” (GOFFMAN, 2009, p. 36), cada uma delas detalhada no presente trabalho.

A linguagem, o vestuário, as manifestações artísticas, a casa, os rituais, os mitos, a constituição familiar, os empreendimentos, as diferenças relacionadas a gênero e idade, as crenças, os valores, os hábitos e os costumes, o consumo, as lendas, as histórias orais e todos os elementos relacionados a estereótipos, ou não, que foram coletados durante a pesquisa, estão aqui apresentados. Da mesma forma, por meio das expressões acerca do que o Aventureiro afirma ser, é apresentado todo o acontecimento detectado que tenha gerado uma descontinuidade do sentimento de pertença.

Um dos principais fatores de mudança no Aventureiro decorre de fatores econômicos. O Aventureiro, uma vila de pescadores, passou a constituir uma vila de *campings* (e de outros serviços) oferecidos ao turista pelos próprios moradores. Por essa razão, os signos de destaque, nesse segmento turístico, são também analisados.

O principal ícone que identifica a praia do Aventureiro no mercado turístico é o “Coqueiro Deitado”. Segundo os moradores, ele é “o cartão postal da praia”. Esse destaque ecoa nos diferentes *sites* que fazem a mesma referência ao ícone. Muitas vezes, midiaticamente, como toda a vida insular da Ilha Grande remeta à ideia de “viver no paraíso”, utiliza-se a imagem do coqueiro. Nesta pesquisa, será apresentada e interpretada, por exemplo, a história de duas argentinas que foram ao Abraão (outra praia da Ilha) à procura do coqueiro prometido nos *sites* da internet, o que abre, dessa forma, o espaço para o debate entre a imagem e o imaginário.

A visão paradisíaca é reforçada hoje pela mídia moderna que vende a ilha como símbolo do natural, do primitivo, do único. Ela torna-se cada vez mais o domínio do que é sonhado, idealizado, como o espaço de liberdade, de prazer, e de aventura para o homem moderno, alienado e pressionado pela sociedade urbano-industrial. Nesse sentido, as ilhas, sobretudo as tropicais, são vendidas pela mídia e pelas empresas de turismo e viagens como o último pedaço do paraíso perdido (DIEGUES, 1997, p. 15)



Figura 9 - Site de compras coletivas divulgando pousada em Abraão.  
Fonte: Hotel Urbano (2012).

Na Figura 9, o *site* de compras coletivas faz uso da imagem do coqueiro para atrair clientes para uma pousada localizada no Abraão. Isso pode confundir alguns turistas, como no caso das argentinas que foram “procurar” a imagem na praia errada. Esse diálogo entre imagem e imaginário é cada vez mais explorado pela mídia, a qual faz uso das fachadas e dos estereótipos para a construção de um discurso que seja adequado, algumas vezes, à realidade em si e, outras, a um recorte dela ou ainda a uma nova realidade criada. Guy Debord, no livro “A Sociedade do Espetáculo”, cita o filósofo Feuerbach para exemplificar o “nosso tempo”:

E sem dúvida o nosso tempo... prefere a imagem à coisa, a cópia ao original, a representação à realidade, a aparência ao ser... Ele considera que a ilusão é sagrada, e a verdade é profana. E mais: a seus olhos o sagrado aumenta à medida que a verdade decresce e a ilusão cresce, a tal ponto que, para ele, o cúmulo da ilusão fica sendo o cúmulo sagrado (FEUERBACH, 1843 *apud* DEBORD, 1997, p. 13).

Gastal mostra que o turismo é identificado pelo deslocamento estimulado pela busca do desconhecido, motivado pelo estranhamento ao que é novo. Para a autora, nos diferentes deslocamentos, há a presença de imagens e imaginários. No caso das imagens, antes da viagem a um determinado local, as pessoas entram em contato principalmente visual com ele,

por meio de fotos em jornais, folhetos, cenas de filmes, páginas na internet ou mesmo por intermédio de cartões postais. No caso da presença dos imaginários, as pessoas querem provar dos sentimentos alimentados por amplas e diversificadas redes de informação, as quais irão corroborar a construção de pareceres como “local romântico”, “perigoso” etc. (GASTAL, 2005, p. 12-13).

No que se refere ao Aventureiro, as imagens geram interpretações traduzidas para o imaginário, como “uma ilha paradisíaca”, “uma vila de pescadores”, “um local que parou no tempo”, “um lugar preservado”. Ao perguntar ao jovem morador Marcos Vinícius (14 anos, 2011), o que as pessoas não conhecem sobre o Aventureiro, ele disse: “As dificuldades em viver aqui”.

Muitas vezes, o que a coisa “é” em si faz menos sucesso do que o seu estereótipo, conforme demonstra Debord sobre a preferência da sociedade pelo “parecer” em detrimento do “ter” e do “ser”:

A primeira fase da dominação da economia sobre a vida social acarretou, no modo de definir de toda a realização humana, uma evidente degradação do *ser* em *ter*. A fase atual, em que a vida está totalmente tomada pelos resultados acumulados da economia, leva a um deslizamento generalizado do ter para o parecer, do qual todo “ter” efetivo deve extrair seu prestígio imediato e a sua função última. Ao mesmo tempo, toda a realidade individual torna-se social, diretamente dependente da força social, moldada por ela. Só lhe é permitido parecer aquilo que ela não é. Quando o mundo real se transforma em simples imagens, as simples imagens tornam-se seres reais e motivações eficientes de um comportamento hipnótico (DEBORD, 1997, p. 18).

O ícone do turismo local, o “Coqueiro Deitado” (figura 10), consoante contam os moradores, é uma árvore que caiu durante uma tempestade, ficando em posição horizontal sobre uma pedra, mas sem que suas raízes fossem arrancadas. Com o passar do tempo, a metade do tronco da árvore se reergueu em direção do sol, dando-lhe um formato diferenciado de 90° graus em sua estrutura. Todos os moradores afirmam que esse ícone é um “chamariz” para os turistas; portanto, trata-se de um importante elemento de identificação.



Figura 10 - O “Coqueiro Deitado”.  
Fonte: Arquivo pessoal (2009).

#### 1.4 MÉTODOS

Para o desenvolvimento deste trabalho sobre identidade e representação, de 2009 a 2012, cumpriram-se diferentes etapas metodológicas até que se chegasse à construção do objeto. Para Umberto Eco, é necessário dar “ordem das próprias ideias”, que significa uma árdua e prazerosa tarefa de dispor os dados, analisá-los e organizá-los para a exposição escrita. Para o autor, “não importa tanto o tema da tese quanto à experiência de trabalho que ela comporta”. A experiência de que trata o autor, para a materialização da pesquisa em algo que possa ser útil ao leitor, é composta pelos difíceis e enriquecedores (ao menos para quem escreve) passos a seguir:

(1) identificar um tema preciso; (2) recolher documentação sobre ele; (3) por em ordem estes documentos; (4) reexaminar em primeira mão o tema à luz da documentação recolhida; (5) dar forma orgânica a todas as reflexões precedentes; (6) empenhar-se para que o leitor compreenda o que se quis dizer e possa, se for o caso, recorrer à mesma documentação a fim de retornar o tema por conta própria (ECO, 1985, p. 5).

A corporização da pesquisa em um documento de tese é o empenho referido por Eco no quinto e no sexto itens acima. Esse empenho requer dedicação para uma ideal organização dos dados, não obstante a quantidade de informações que uma etnografia de mais de três anos proporciona.

A experiência etnográfica para o desenvolvimento do trabalho foi realizada através de pesquisas de campo como metodologia principal. A vivência no campo orientou os caminhos para as escolhas das melhores formas de condução da pesquisa. “Em matéria de métodos, aliás, jamais se pode fazer senão o provisório, pois os métodos mudam à medida que a ciência avança” (DURKHEIM, 2007, p. XVI).

A Etnografia foi desenvolvida a partir de visitas mensais à praia. Vivenciou-se a experiência de estar no local e de pertencer provisoriamente àquele ambiente, quando houve a observação participante, e de se experimentarem as emoções e as reflexões junto aos moradores. Participou-se de reuniões importantes, da vida cotidiana, de festividades e de momentos de luto, conflitos e conquistas. “O etnógrafo “inscreve” o discurso social: ele o anota. Ao fazê-lo, ele o transforma de acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em sua inscrição e que pode ser consultado novamente.” (GEERTZ, 2008, p. 14)

Utilizaram-se entrevistas semiestruturadas, com roteiro através de questionários (Apêndices 7.4 e 7.5). Além disso, recorreu-se a fotos e imagens para documentar, registrar e servir de importante instrumento para análise, trabalhando-se com imagens construídas pelos moradores sobre si e sobre o local.

A imagem, hoje, não pode mais estar separada do saber científico. A Antropologia não dispensa os recursos visuais – e não são recursos apenas como um suporte de pesquisa, mas imagens que agem como um meio de comunicação e expressão do comportamento cultural. A Antropologia Visual não almeja, dentro dos novos padrões de pesquisa, apenas esclarecer o saber científico, mas humanisticamente compreender melhor o que o outro tem a dizer para outros que querem ver, ouvir e sentir (ANDRADE, 2002, p. 110-111 *apud* BONI; MORESCHI, 2007, p. 139-140).

No campo, foram utilizadas várias formas qualitativas de coleta e análise de dados, detalhadas a seguir. As tipologias, os procedimentos de coleta e os tratamentos dos dados aqui descritos são fundamentados nos autores Becker (1993), Malinowski (1978), Thiollent (2009), Bourdieu *et al.* (1999), Radcliffe-Brown (1978) e Geertz (2008).

Busca-se apresentar os relatos do campo com base na “sinceridade metodológica” nas etnografias, exigida por Malinowski, a qual se dá por meio da narração de todos os dados

específicos a respeito do objeto, levando em consideração a “condição sob as quais foram feitas as observações e coletadas as informações”.

A meu ver, um trabalho etnográfico só terá valor científico irrefutável se nos permitir distinguir claramente, de um lado, os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e, de outro, as inferências do autor, baseadas em seu próprio bom-senso e intuição psicológica. (MALINOWSKI, 1978, p. 18).

São detalhados, de forma cronológica e descritiva, os caminhos empíricos percorridos para a coleta dos dados. O convívio com os “argonautas” da Praia do Aventureiro proporcionou a experiência descrita por Malinowski sobre o etnógrafo ser, ao mesmo tempo, seu próprio cronista e historiador. Mas não somente um contador de histórias, visto que há uma interpretação das simbologias, e desta forma, a etnografia se aproxima da ideia desenvolvida por Geertz, de forma descritiva e interpretativa:

Assim, há três características da descrição etnográfica: ela é interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o "dito" num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis. O *kula* desapareceu ou foi alterado, mas, de qualquer forma, *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* continua a existir. Há ainda, em aditamento, uma quarta característica de tal descrição, pelo menos como eu a pratico: ela é microscópica (GEERTZ, 2008, p 15)

Microscópica, como o próprio Geertz (2008) elucida, não por trabalhar um lugar específico e único, mas por desenvolver sobre pequenos temas observáveis. Neste sentido, a etnografia apresentada mostrou não o lugar, mas sua identidade. E foi estudada durante um processo de compartilhamento dos momentos da vida dos moradores. “O *locus* do estudo não é o objeto do estudo. Os antropólogos não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças...), eles estudam *nas* aldeias” (GERTTZ, 2008, p.16). Por isso, por mais que haja diferentes pesquisas sobre o lugar, cada uma versa sobre um assunto distinto ou apresenta um detalhe específico, e por mais que seja tão pequeno lugar, há ainda muito a ser dito e a ser interpretado.

A fim de dar luz às percepções obtidas no campo, foi realizada também pesquisa bibliográfica e documental. Sucederam-se, portanto, coletas de dados secundários para a fundamentação teórica, por meio da leitura de autores e pesquisadores que publicaram suas teses, dissertações, monografias, livros e artigos sobre o Aventureiro. Da mesma forma, procurou-se o suporte de autores a respeito dos temas identidade e representação.

É justamente com essa espécie de material produzido por um trabalho de campo quase obsessivo de peneiramento, a longo prazo, principalmente (embora não exclusivamente) qualitativo, altamente participante realizado em contextos confinados, que os megaconceitos com os quais se aflige a ciência social contemporânea — legitimamente, modernização, integração, conflito, carisma, estrutura... significado podem adquirir toda a espécie de atualidade sensível que possibilita pensar não apenas realista e concretamente *sobre* eles, mas, o que é mais importante, criativa e imaginativamente *com* eles (GEERTZ, 2008, p.16-17).

A seguir são apresentados os principais autores e as respectivas obras que contribuíram para a fundamentação teórica “microscópica” especificamente sobre o Aventureiro. O primeiro trabalho, que retrata detalhadamente a vida dos moradores com bastante equivalência ao que foi encontrado em campo a respeito da identidade local, é de autoria de duas biólogas, as quais, naquele momento, envolviam-se com Antropologia: Aparecida Maria Neiva Vilaça (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro) e Ângela de Azevedo Maia (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis). Esse trabalho, denominado “O Povo do Aventureiro” (VILAÇA; MAIA, 2006), realizado em 1984, é um documento que foi solicitado pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) objetivando uma análise social para subsídios à implantação da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul na localidade. O relatório foi feito 3 anos após e se posiciona contrariamente à determinação de que a região se transforme em Reserva Biológica, visto que a comunidade de pescadores e agricultores que vivia ali, como povo, há muitas gerações, apresentava como modo de subsistência a exploração dos recursos naturais e, portanto, uma reserva proibiria hábitos comuns, como pesca nas praias, caça eventual na floresta e agricultura doméstica voltada principalmente para a produção de farinha de mandioca. Conclui-se que a sobrevivência da comunidade do Aventureiro no ambiente restritivo não seria possível; entretanto, criou-se a Reserva Biológica da Praia do Sul. A contribuição que esse texto traz ao tema identidade é imensa, em razão do detalhamento cultural, da identificação dos hábitos de pesca (como, por exemplo, o ritual do espia e o chamado para o cerco dos peixes), da descrição da divisão social do trabalho, do relato do dia a dia dos moradores e da união da comunidade, da narração dos costumes e das festividades (como é o caso da festa de Santa Cruz). Esse texto faz com que se perceba claramente o grupo que vive na região e os muitos antigos costumes que ainda sobrevivem nos anos de 2009 a 2012, mesmo que com outras roupagens. Destaca-se o uso de fotografias que imortalizam cenas do cotidiano. Também o livro “Ilha Grande: do sambaqui ao turismo”, organizado por Rosane Prado (2006), apresenta textos de diferentes autores que contribuíram para a compreensão do tipo de vida insular que

existe na Ilha Grande, com destaque para Prado, Tenório, Oliveira e Netto, Vilaça e Maia e Wuder, os quais, especificamente, abordam o Aventureiro como tema principal ou secundário.

Outros pesquisadores (apresentados abaixo na ordem cronológica de suas publicações) que ilustraram o Aventureiro auxiliaram muito no esclarecimento sobre o objeto de estudo, já que possibilitaram entendê-lo como um fato social total, além de dar uma sequência histórica à vida insular na região.

Em 1997, Cristiana Simão Seixas apresentou sua dissertação (Universidade Estadual de Campinas/Unicamp) na área de Ecologia, trabalhando com a etnoecologia (a percepção dos nativos sobre as diferentes divisões da biologia a respeito de plantas, animais e homens) e com a etnobiologia (uso, percepção e classificação que o homem faz do ambiente biológico). O tema é a pesca e o uso de animais terrestres por comunidades pesqueiras, comparando moradores do Aventureiro e de Provetá com relação à alimentação, aos tabus alimentares, à utilização dos animais como fármacos e ao estudo das taxonomias dos peixes usadas nas duas praias. No trabalho, destaca-se a apresentação do perfil socioeconômico da população estudada de 1995 a 1997: a vila possuía 22 famílias em 21 residências, com uma média de 5 pessoas por casa e com 2 pescadores por residência (embora todos os homens afirmem pescar). A autora aponta Provetá como o “porto seguro” do Aventureiro, pois mostra sua dependência comercial desta praia vizinha e com Angra. Nela reside uma comunidade católica, sem luz (presença de lampião), sem água encanada e com espírito bastante comunitário. Esse trabalho também é importante por apresentar a passagem dos moradores da base econômica da roça e pesca para a pesca somente, o que evidencia a diminuição gradativa da roça nas atividades familiares. Sinaliza também o início do aquecimento do turismo ainda muito pouco organizado no local, quando principalmente surfistas acampam nos quintais dos moradores. É bastante interessante a apresentação sobre as preferências, as rejeições (tabus) e os usos medicinais dos peixes e das caças pelos moradores, já que a autora relaciona essas escolhas com a manutenção da biodiversidade e da subsistência local.

Já em 1999, a tese de Paulo Guilherme da Silva Sá (Fundação Oswaldo Cruz/Escola Nacional de Saúde Pública) compara duas comunidades de pescadores: a do Aventureiro (Ilha Grande-RJ) e a da Ilha da Madeira (Itaguaí-RJ). A primeira, localizada em região de reserva, com a hipótese de a região ser considerada mais “limpa”, é comparada com a segunda, que se localiza próxima ao distrito industrial de Santa Cruz e Itaguaí, com a hipótese de a região ser considerada mais “suja”. O objetivo da pesquisa foi acompanhar, por meio de exame de sangue e urina de moradores, o nível de contaminação por metais pesados, considerando que, na região Sul do Estado do Rio de Janeiro (Costa Verde), a contaminação dos mares e dos

peixes se dá, sobretudo, pelos resíduos industriais, em consequência de décadas de atividades industriais potencialmente poluidoras por materiais tóxicos. Com relação ao Aventureiro, o trabalho constata a presença de metal pesado (chumbo) nos exames dos moradores, decorrente de sua forma de vida: usam chumbo na pesca, colocam-no na boca para jogar a rede, cortam-se com tal metal (o corte aumenta a contaminação), além de os peixes possuírem chumbo devido ao material usado para a pesca. Vale ressaltar que o fumo de palha e a bebida intensificam a contaminação. O autor alerta que o sistema de saúde deve atentar para o local, ainda que seja visto como “um paraíso natural”, pois os hábitos de seus moradores podem favorecer contaminações – o chumbo, por exemplo, leva a distúrbios neurológicos, afeta o crescimento e aumenta a chance de hipertensão. A leitura do trabalho contribui por destacar a vida dos pescadores, principalmente na questão trabalhista. Valendo-se de Diegues, Paulo Sá mostra a distinção entre pescadores-lavradores (a quem chama de caiçara por trabalharem com pesca e roça para subsistência) e pescadores artesanais (que comem e também vendem os pescados). Os primeiros residem no Aventureiro e, segundo o autor, se defrontam com a falta de amparos trabalhistas, principalmente os pescadores que oferecem sua força de trabalho à indústria pesqueira. Mostra, ainda, que a expansão da frota mundial e da indústria de pesca, com o uso de tecnologias mais avançadas, e a insuficiência de medidas de controle e regulamentação destinadas a limitar as atividades pesqueiras indiscriminadas e prejudiciais ao meio ambiente, leva a um ponto de “quase esgotamento dos recursos”, o que faz diminuir a quantidade de pescados e ocasionar perda de emprego para pescadores (SÁ, 1999).

No ano de 2001, Flávio d’Assumpção Brito defende sua dissertação (Programa de Ciência Ambiental, Universidade Federal Fluminense) com foco no turismo, ao apresentar as transformações socioambientais da Ilha Grande. O trabalho é importante por mostrar os fatores que favoreceram o desenvolvimento do turismo, do consumo e da explosão imobiliária na região da Costa Verde – particularmente, em Angra dos Reis e, sobretudo, na Ilha Grande. O autor mostra que a construção da BR-101 (Rio-Santos na década de 1970) e a desativação do presídio (em 1994) foram importantes para a aceleração do crescimento populacional e para o aquecimento da economia na região, principalmente com o turismo. A especulação imobiliária e a legislação se mostraram como fatores determinantes para a desapropriação das terras pelas populações tradicionais (caiçaras) da Ilha Grande. Apresentando a população da Ilha como receptiva e um pouco desconfiada, entrevistou moradores e turistas a fim de obter informações sobre o seu interesse na preservação ou no resgate da cultura local como atrativo aos visitantes. Seu foco principal é a praia do Abraão, embora também considere o Aventureiro e a Araçatiba. Brito critica a valorização turística da venda da imagem do

“santuário ecológico” em detrimento da “cultura tradicional caiçara” e afirma que o turismo cresceu de forma desordenada. Destacando o capítulo sobre a comunidade tradicional caiçara, mostra que, gradativamente, a roça e a pesca dão lugar ao turismo como base da sua economia.

Em 2003, é publicada a tese “O lugar dos aventureiros”, escrita por Maria Cristina Tenório de Oliveira (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), que dá um salto até o passado, por dentro do campo da arqueologia, ao escrever sobre a identidade, a dinâmica de ocupação e o sistema de trocas no litoral do Rio de Janeiro há 3500 anos. A autora faz considerações sobre a identidade, o contato e o sistema de trocas valendo-se do traço cultural dos amoladores polidores fixos encontrados no litoral brasileiro. Ela avança que a grande incidência de amoladores polidores fixos, encontrados na Ilha Grande, sugeriria a existência de centros de produção e de distribuição de lâminas de machados polidas, e que o Holoceno (período da era quaternária, com o surgimento e a evolução do homem) tardio, na costa do Rio de Janeiro, poderia ter sido marcado pelo desenvolvimento de especialização tecnológica e intensificação dos sistemas de trocas. A reconstituição do processo de formação do sítio “Ilhote do Leste”, localizado na Ilha Grande, permitiu inferir a presença de eventos que envolviam uma concentração de um número considerável de pessoas. A autora apresenta a variação e a adaptação cultural do grupo às condições locais e destaca a importância dos sambaquis para a compreensão da identidade cultural da comunidade que vivia na região (TENÓRIO, 2003). O conhecimento dos hábitos e do modo de vida dos habitantes pré-históricos do Ilhote da Praia do Leste, vizinha à Praia do Aventureiro, é importante para evidenciar que os hábitos estão necessariamente ligados ao local em que se vive. Além disso, mostra que alguns moradores trabalharam prestando serviços arqueológicos secundários de escavação para a realização da pesquisa e serviços de alimentação e de hospedagem para os pesquisadores. A autora também publicou, em 2006, o artigo “Povoamento pré-histórico da Ilha Grande”, no livro “Ilha Grande: do sambaqui ao turismo” (PRADO, 2006).

Gustavo Villela Lima da Costa publicou em 2004 sua dissertação (Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro) a respeito dos conflitos que se instauraram na Praia do Aventureiro após a criação da Reserva Biológica (Rebio). O autor apresenta argumentos sobre a questão territorial e demonstra como aconteceu no Aventureiro a redistribuição dos moradores que, a partir de então, tornaram-se habitantes ilegais de uma reserva em seu território de moradia. Com relação à identidade, o autor mostra que a comunidade local faz uma reapropriação das imposições legais a que são submetidos, valendo-se de alguns discursos (como “ser pescador artesanal”) como mediação para que

algumas atividades tenham legitimidade e permissão. Mostra também o distanciamento que mantém do termo “caiçara” como algo que os represente. Costa ainda faz um detalhamento muito esclarecedor a respeito do acontecimento de 2000, que originou todos os conflitos que se sucederam à ameaça da efetiva retirada da população moradora. Em sua gênese, aponta-se um importante personagem desse drama, o Sr. Gerhard Sardo (jornalista e ativista ecológico), que entrou com um inquérito civil público junto ao Ministério Público Estadual, em nome da Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA), com os seguintes objetivos: remanejamento da população da Praia do Aventureiro (Reserva Biológica) na Ilha Grande e prisão do então presidente da FEEMA, além de acusação de improbidade administrativa da Prefeitura de Angra dos Reis, da FEEMA e do Instituto Estadual de Florestas (IEF) (COSTA, 2004, p. 55). Partindo desse acontecimento, o autor dá luz à legislação e apresenta considerações de Gerhard, que se viu motivado para a abertura do inquérito pelo fato de não considerar mais a população local como caiçara.

Ainda em 2004, a pesquisadora Helena Catão Henriques Ferreira publicou sua dissertação (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), em que analisou como os moradores do Aventureiro perceberam e lidam com o fato de o território onde moram fazer parte de duas Unidades de Conservação restritas, ao mesmo tempo em que o local avança economicamente por intermédio do turismo. A autora ainda faz reflexões a perspectiva preservacionista instalada na localidade e as consequências sociais que ela estimula e reconstrói também o histórico evolutivo das Unidades de Conservação em aspecto mundial e nacional, apresenta um diálogo entre os diferentes olhares sociais a respeito da representação “tradicional” e “caiçara” e ainda mostra a atuação de alguns grupos para a manutenção do “paraíso” em algum lugar, como na Vila do Aventureiro. Além disso, Ferreira aborda a dicotomia existente entre a manutenção desse “paraíso” Aventureiro e o desejo das pessoas “de fora” em participar dele por intermédio do turismo. E se aproxima vigorosamente do tema identidade ao considerar temas, como o cotidiano familiar, o trabalho, a escola, as casas, a festa tradicional local e os relacionamentos sociais. A autora ainda esclarece o significado e o conceito do que é ser caiçara, além de mostrar as posições demarcadas pelos diferentes tipos de pessoas fixas e flutuantes do local, desenvolvendo a importante tabela “Descrição de Categorias de População do Aventureiro”. Além disso, discute questões como território e *habitus*, apresenta a festa da localidade (festa de Santa Cruz) e a da praia vizinha (festa da Parnaióca) e considera que, como a identidade se relaciona com a territorialidade, cabe à população local a escolha entre manter traços culturais ou provocar mudanças em alguns aspectos da sua cultura daquele momento.

Em 2008, Angélica Estanek publicou a dissertação “Trabalho e convívio no paraíso insular: paleopatologia dos remanescentes ósseos de Ilhote do Leste/RJ” (Fundação Oswaldo Cruz), para a área de saúde pública, cujo tema é as patologias verificadas por meio de estudo da paleontologia. A autora apresenta a relação entre a forma de vida dos habitantes do Ilhote como populações pré-históricas associadas ao processo de saúde e doença, as quais podem refletir o estilo de vida do grupo em análises realizadas em seus remanescentes esqueléticos. Foram estudados 30 indivíduos pertencentes ao sítio Ilhote do Leste, localizado na Ilha Grande, que viveram há cerca de 3060 anos AP (antes do Presente), aplicando-se a análise das osteoartroses à inferência do tipo de vida que levaram. Os principais resultados refletem a distribuição sexual de trabalho: entre os indivíduos femininos, foram observadas lesões que remetem a atividades intensas e/ou frequentes dos membros superiores, como a confecção de artefatos e o transporte de peso; entre os indivíduos masculinos, podem ser enfocadas tarefas como cortar árvores, puxar redes e explorar seu território. Mais uma vez, a territorialidade, assim como o tempo, influenciava o modo de vida.

Também em 2008, Gustavo Villela Lima da Costa apresenta sua tese (Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro) sobre as mudanças sociais ocorridas no Aventureiro. Pontua a passagem da base econômica principal dos moradores para o turismo (ficando a pesca em segundo plano e a roça mantida por reduzidas famílias). O turismo cresce na região devido à desativação do presídio e, também, segundo o autor, ao tipo de vida tutelada pelo Estado, que impede a população praticar suas atividades tradicionais, restando atuar com o turismo. Costa afirma que a situação jurídica no Aventureiro favoreceu um conjunto de práticas tutelares de dominação sobre a população por parte do órgão ambiental, por um lado, e acabou protegendo a praia da intensa especulação imobiliária, por outro. Isto possibilitou a permanência dos moradores no Aventureiro e sua gestão do negócio do turismo, ao contrário das demais praias da Ilha Grande, em que o turismo é administrado pelo grande capital ou por empresários vindos de outras localidades. O autor contribui com o debate sobre identidade ao afirmar que fomentar a existência de “identidades” implica justamente a criação e a manutenção de uma “memória coletiva” (COSTA, 2008, p. 72).

Já em 2010, é apresentada a tese de Helena Catão Henriques Ferreira (CPDA /UFRRJ), com o título “A dinâmica da participação na construção de territórios sociais e do patrimônio ambiental da Ilha Grande-RJ”. O trabalho se valeu da observação dos fóruns participativos “por meio dos quais tem se articulado a atual política ambiental que incide sobre o território da Ilha Grande, sob a inspiração da ideia de sustentabilidade”, para a análise dos processos políticos sociais da Ilha Grande. A autora apresenta o diálogo entre

territorialidade e políticas públicas ambientais e destaca a participação popular no debate sobre novas estruturas legais e ambientais. Para tanto, Ferreira (2010) observa que a Ilha Grande conta com vários conselhos consultivos, como o Conselho Gestor do Parque Estadual da Ilha Grande, o Conselho Gestor da Área de Proteção Ambiental de Tamoios, o Núcleo Gestor do Plano Diretor da Ilha Grande, o Grupo de Trabalho para a Gestão Sustentável da Ilha Grande, as reuniões relativas ao processo de recategorização de parte da Reserva Biológica da Praia do Sul e, ainda, o Grupo de Trabalho do Aventureiro. Isso sinaliza um Estado que chama a sociedade para “conversar”, mas demora a decidir, como no caso do Aventureiro, que se encontra, como mostrado pela autora, em situação de liminaridade.

Teresa Cristina de Miranda Mendonça, também em 2010, apresenta sua tese sobre a “Turismização da Ilha Grande”, com o objetivo de descrever a trajetória do turismo na Ilha Grande em referência à imagem da Ilha-paraíso, além de avaliar como se dá a relação do turismo com as questões ambientais e buscar os significados relacionados ao que está constituído como turismo (tanto no nível dos discursos e das representações quanto nas práticas e nas relações sociais instituídas). Utiliza-se turismização no sentido de demonstrar os caminhos percorridos até que o turismo tenha se tornado o que é. Essa pesquisa merece destaque por mostrar a imagem e o imaginário sobre a Ilha, no ambiente do turismo, da arte e da mídia, além de conter um capítulo dedicado especificamente à Vila do Aventureiro. Mostra, assim como Helena Ferreira (2010), a presença dos moradores nas reuniões, evidenciando uma postura participativa nos interesses junto ao Estado. Como autodenominação dos moradores, aparece o termo “O povo do Aventureiro”, assim como no trabalho de Vilaça e Maia (2006), que será discutido no capítulo 2 do presente trabalho. A autora apresenta o Aventureiro como local de turismo e de proteção ambiental e, tomando posição na defesa do turismo de base comunitária para a sustentabilidade econômica da população nativa na região, conclui que:

Estamos diante de uma demanda envolvendo o capital econômico e o cultural. A defesa de uma melhor apropriação do turismo pelos “caiçaras” ou do que se define como turismo comunitário ou inclusivo se refere a incluir os nativos com pequeno capital econômico e cultural em um modelo hegemônico no qual os mais beneficiados com este tipo de atividade são os que possuem maior acúmulo de capital econômico e cultural (MENDONÇA, 2010, p. 274).

Ainda em 2010, Roberta Mociaro Zanatta publicou a dissertação chamada “Abraão e Aventureiro: pensando o turismo de *camping* na Ilha Grande”, que, por meios da percepção do morador e do visitante, mostra como se manifesta a cultura desse tipo de turismo na Ilha. O

*camping* é a forma de hospedagem hoje praticada no Aventureiro, assim como é a organização “oficial” dos estabelecimentos familiares que prestam serviços aos turistas. Assim, a autora, ao mostrar que, no Aventureiro, o turismo de *camping* está relacionado com o ecoturismo, faz considerações sobre a possibilidade de continuidade desse tipo de negócio na região, levando em consideração os aspectos sazonais, os interesses imobiliários e as limitações dos moradores, atuais gestores dos *campings*. Destaca como a população do Aventureiro é dependente da sazonalidade, principalmente dos períodos de sol.

Vale mencionar também um texto de conclusão de curso em jornalismo (Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com apoio da Universidade Federal do Rio de Janeiro), que se deu pelo desenvolvimento de um vídeo, realizado em 2010, por Viviane Inojosa, chamado “Encanto Aventureiro”. O vídeo, um documentário etnográfico, apresenta casais da Praia do Aventureiro contando sobre casamento, amor e segredos da união. Destaca-se a narração dos “roubos” das noivas, característica nativa da consolidação da união da maioria dos casais.

Para o desenvolvimento deste trabalho, consultaram-se, também, o material desenvolvido de 2009 a 2011 (como produto final do projeto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, financiado pelo Ministério do Turismo), o livro intitulado “O Povo do Aventureiro e o turismo de base comunitária” (MENDONÇA; MORAES, 2011), um mapa de turismo comunitário da Vila do Aventureiro (MENDONÇA, 2011), além da Revista de Extensão Universitária da UFRRJ, “Destinos: olhares além da fachada”, cujo tema era a “Praia do Aventureiro” (SOUZA, 2011).

A leitura desse material se mostrou imprescindível para a compreensão histórica dos fatos que moldaram os caminhos percorridos pelos habitantes da região Sul da Ilha Grande até o momento da realização da pesquisa. Conforme Frans Boas, “na antropologia, há duas tarefas a serem empreendidas. Uma delas é ‘reconstruir’ a história de regiões e de povos particulares”. A segunda tarefa é “uma comparação da vida social de diferentes povos” (FRANZ BOAS, 1888, 1896 *apud* RADCLIFFE-BROWN, 1978, p. 43).

Vários trabalhos sobre o Aventureiro destacam a questão do pertencimento e do levantamento de traços culturais dos moradores, assim como descrevem a representação da praia como território de disputas. Entretanto, o tema identidade fica em plano secundário, interdisciplinar, um coadjuvante ou, ainda, um figurante, que não representa papel principal nos trabalhos acadêmicos de modo geral. Estudar esse tema é, portanto, uma das relevâncias do presente estudo. Para elucidar o assunto e discutir a questão insular e insular caíçara utilizam-se as linhas teóricas de autores como Malinowski (“Argonautas do Pacífico

Ocidental”, 1978), Diegues (“Ilhas e Sociedades Insulares”, 1997) e Willems (“A Ilha de Búzios”, 2003).

Recorre-se a Bauman (“Identidade”, 2005), Hall (“A Identidade Cultural na Pós Modernidade”, 2006), Guiddens (“Identidade e Modernidade”, 2002), Jameson (“Pós-Modernismo: A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio”, 2006), Handler (“Is Identity a useful cross-cultural concept?”, 1994), Canclini (“Consumidores e Cidadãos”, 2010) para se trabalhar a questão da identidade e da cultura na sociedade de consumo.

Bhabha (“O local da cultura”, 1998), Barth (“O guru, o Iniciador e outras Variações Antropológicas”, 2000), Guertz (“A interpretação das culturas”, 2008), Simmel (“Questões Fundamentais da Sociologia”, 2006), Berger (“Perspectivas Sociológicas”, 1989), conduzem a discussão nos temas como identidade cultural, grupo social, pertencimento e tradição.

Turner (“A Floresta de Símbolos”, 2005), Goffman (“Representações do Eu na vida Cotidiana”, 2009), Balandier (“O Poder em Cena”, 1982), Debord (“A Sociedade do Espetáculo”, 1997) foram as bases para se discutir temas como conflitos, dramas sociais, rituais, *performance*, representação, fachada, papéis sociais, estereótipos, imagem e imaginário.

As leituras fundamentais para imersão no chamado “povo do Aventureiro”, trabalhando com considerações sobre “ser caiçara” e “turismo de base comunitária” foram: Mendonça (“O povo do Aventureiro e o turismo de base comunitária”, 2011) e Prado (“Ilha Grande: do sambaqui ao turismo”, 2006).

Seguem as datas das idas à Praia do Aventureiro e as impressões empíricas, nelas vivenciadas, lembrando que “a reflexão natural sobre essa descrição é que ela representa as impressões do etnógrafo, mas não as do nativo” (MALINOWSKI, 1978, p. 88). As duas primeiras idas são apresentadas de forma mais descritiva para que se possa visualizar detalhadamente o cenário dos contatos preliminares.

Em 4 e 5 de abril de 2009, foi feita a primeira visita como participante da equipe de trabalho do projeto para desenvolvimento de turismo de base comunitária na Praia do Aventureiro. O deslocamento foi feito de barco, como geralmente se faz, partindo de Angra dos Reis. O mestre experiente se chama Verte. O mar estava relativamente calmo, havia sol e fazia calor mediano. Na chegada, foi impossível não se impressionar com a beleza do Aventureiro, após a curva da Pedra da Espia. O mar azul transparente, a vegetação verde bandeira (com nuances diferentes em algumas plantas) e a Igrejinha azul e branca se misturavam. Pouca coisa tinha mudado, ao menos visualmente e à distância, em comparação com a última vez que havia estado no local, por volta de 2004, como turista. O grupo era

relativamente grande, composto por 15 pessoas, entre professores, alunos, integrantes do Comitê de Defesa da Ilha Grande (CODIG) – também coordenador do projeto – e da Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro (AMAV), que não são residentes fixos do Aventureiro. O objetivo da ida era a realização do I Fórum para a apresentação do projeto à comunidade e para a apresentação da equipe, como já foi relatado nesta parte do trabalho. Assim que o “pessoal da universidade” (como os moradores chamavam o grupo) chegou, tomaram-se providências para alojar todo o grupo foram: alojar a todos e organizar o material, enquanto os alunos e os integrantes da AMAV foram às casas dos moradores para lembrar a hora da reunião, a ser iniciada após o almoço.

As pessoas chegaram em seus próprios horários, que não eram exatamente o horário marcado. Houve atraso na reunião, mas os moradores se atrasaram mais ainda. Tomaram posições que indicavam a receptividade ou não à presença do grupo de fora; vários deles apenas não entravam no pátio para se sentar. Além disso, as cadeiras foram pegadas dentro da igreja, já que não havia assentos para todos.

Iniciaram-se as falas: coordenadora, coordenador, apresentações, AMAV. Os presentes na reunião agiam como se não tivessem certeza do que iria acontecer ali. Os sentimentos de insegurança e incredibilidade podiam ser percebidos pelo gestual e pelas conversas entre eles, “ao pé de ouvido”, enquanto olhares desconfiados miravam quem tinha a fala.

Em determinado momento, já quase no final da reunião, foi avisado que o projeto iria “precisar de um logotipo” e que a proposta era que ele deveria ser criado pelos moradores. Para tanto, haveria um concurso, cujo prêmio para o melhor trabalho seria um MP4. Nesse momento, houve uma manifestação espontânea e surgiu a ideia da disponibilização de uma oficina de criatividade para estimular a criação do logo. De fato, a sugestão veio por imaginar-se que, como a construção de logotipos não era uma atividade habitual da comunidade, com a oficina haveria mais participantes no mencionado concurso. Segundo dados do projeto “Povo do Aventureiro”, estiveram presentes nessa reunião 33 pessoas, as quais assinaram a lista de presença. Como alguns moradores não têm o hábito de escrever ou não o sabem fazer, no final da reunião, uma pergunta foi feita pela coordenadora do projeto: “Vocês querem que a Universidade venha para cá dar oficinas para vocês treinarem a escrita?”. Após o susto da demora das respostas, o “sim” de alguns concretizou o início dessa aliança.

Encerraram-se as exposições dos coordenadores, perguntas foram respondidas e houve, por parte dos moradores, cobrança “da luz que não chegava” e da “solução para a questão da recategorização do local”. Percebeu-se, então, que eles viam a Universidade como

o Estado. E isto justificaria a inquietação e a desconfiança aparente de alguns. Após mais esclarecimentos sobre a real limitação de ação e intervenção por parte da Universidade, houve agradecimentos e a finalização das atividades. Iniciou-se, a seguir, o reconhecimento da área e das pessoas.

Os moradores deixavam evidente que receber os “de fora”, que chegavam com o “discurso de querer ajudar”, significava uma ameaça. Essa desconfiança foi tratada por vários outros pesquisadores: “mesmo assim, a maioria reagiu, a princípio, com certa desconfiança” (FERREIRA, 2004, p. 14); “pareciam arredios” (ZANATA, 2010, p. 13).

O “pessoal da universidade rural” estava ali para apoiar e ajudar no desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária, por meio de projeto de extensão apoiado pelo Ministério do Turismo e classificado em Edital de chamada pública em 2008. Segundo o Ministério do Turismo (MTur), ter como diferencial a incorporação do modo de vida da comunidade local e o intercâmbio cultural entre o turista e a comunidade, quando ambos se beneficiam da experiência e da troca de saberes, é o que representa o Turismo de Base Comunitária (TBC). A oferta diversificada dos produtos e serviços turísticos possibilita oportunidades econômicas e desenvolvimento local, através do turista que busca usufruir de uma experiência específica. Geralmente esses visitantes têm bom nível de escolaridade, buscam um turismo não convencional e formas de interação com a população local e, muitas vezes, têm interesse em questões socioculturais e ambientais, possuem bom poder aquisitivo, experiência em viajar pelo Brasil e pelo exterior, e estão em busca de uma proposta diferenciada do turismo. O público, em sua maioria, é composto por residentes das grandes capitais do país e, entre os estrangeiros, destacam-se os europeus. O TBC faz parte das estratégias maiores do MTur de diversificar a oferta turística do país e estruturar produtos turísticos diferenciados que atendam as várias demandas do mercado (BRASIL, MTur, Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo 2010).

No dia seguinte, houve uma caminhada pela praia liderada por um senhor chamado Nezinho (dono do *camping* 1), que conduziu a todos, juntamente com outra pessoa nativa da Praia, mas não residente fixa, a Sra. Neuzeli (Figura 11). Os dois foram contando histórias sobre o local e mostrando as marcas nas pedras feitas pelos “amoladores” que viveram na região há 4.000 anos (Figura 12). As histórias eram maravilhosas. Nezinho, em especial, gostava de contá-las. Eram lendas, lembranças e fatos históricos guardados na memória dos moradores, além de pequenos relatos de sua vida particular. Enfatiza-se que a história oral é a forma por excelência para se compreender a vida dos moradores.



Figura 11 - Morador nativo contando um pouco da história do Aventureiro ao grupo  
Fonte: Projeto “Povo do Aventureiro” (2009)



Figura 12 - O “pé de nossa senhora que passou ali”, segundo história do morador.  
Fonte: Projeto “Povo do Aventureiro” (2009)

A análise dos discursos, observadas as falas dos interlocutores e compreendida a mensagem direta e indireta, é desenvolvida no decorrer dos próximos capítulos, distribuídos de acordo com o tema tratado. Nesta primeira visita ao Aventureiro, trabalhou-se com a observação participante e, dessa observação, resultaram algumas das hipóteses já apresentadas. Conforme registra Bordieu, “[...] toda observação ou experimentação implica sempre a formulação de hipóteses” (BOURDIEU et al, 2000, p. 48).

De 16 a 18 de maio de 2009, deu-se sequência ao trabalho na Praia do Aventureiro. Foram feitas várias tentativas de deslocamentos anteriormente a essa data, mas todas foram canceladas por motivo do mar inadequado ou do mal tempo. Para a viagem de meados de maio, não foi feito contato com o mestre de barco do Aventureiro, como da primeira vez. Optou-se pelo barco do Mestre Ernani (uma grande traineira de pesca), que sai de Angra para Provetá, mas também pode ir até a Praia do Aventureiro (dependendo do número de pessoas e da negociação do valor a ser pago). Nesse período, estava frio em Angra e começou a chover em alto mar. O mar estava muito agitado e causaram-se transtornos pelo movimento do barco, que transportava principalmente moradores de Provetá. Algumas pessoas oravam, enquanto outras passavam mal. As mulheres eram logo identificadas pelas roupas mais longas e “comportadas”, o que indicava sua adesão à igreja de linha evangélica protestante.

Nessa viagem, havia apenas três “pessoas da universidade” no barco – dois professores e uma aluna. Os outros passageiros eram moradores da Ilha, principalmente de Provetá, que trabalhavam em Angra e estavam voltando no final de semana ou que tinham ido fazer compras em Angra, além de alguns poucos turistas. Muita coisa ficou molhada e, pela informação do Sr. Ernani, que passou pela turbulência com maestria, seria impossível chegar até a Praia do Aventureiro naquele dia. Portanto, havia a necessidade de se hospedar em Provetá e, no dia seguinte, caminhar até o Aventureiro para a realização da Oficina. E assim se fez.

Provetá fica ao lado do Aventureiro, distante, em média, 40 minutos de barco ou 2 horas de caminhada pela trilha. Trata-se de uma vila de pescadores que tem o diferencial de ser, quase em sua totalidade, composta por moradores que seguem a Igreja Evangélica. A mais antiga Igreja do local é a Assembleia de Deus, havendo, também, atualmente, outras designações. Provetá é a segunda praia mais habitada da Ilha Grande, com uma população estimada de 2.000 moradores (PREFEITURA DE ANGRA DOS REIS, 2006); em primeiro lugar está Abraão, com uma média de 3.000 moradores (ZANATA, 2010, p. 125).

A lembrança de 1996 me veio à mente, já que trouxe a imagem da minha primeira visita à Ilha Grande, como turista. Por causa da chuva, tivemos que aportar em Provetá

(embora o objetivo fosse Parnaióca) e, de lá, seguiram-se expedições às praias vizinhas. Naquele ano, não havia fornecimento de luz elétrica às casas da vila, as quais eram um número bem menor que na atualidade. Não havia telefone. Não havia também muitos banheiros adequados. A mata era mais fechada. A hospedagem para *camping* era o quintal de uma senhora, parteira, muito simpática, inteligente e bem humorada, chamada de Dona Normandina, e de seu esposo, Sr. José, pescador, ambos também fiéis da igreja. As pessoas em geral tomavam banho de mar com roupas: as mulheres com vestidos compridos e os homens com calças dobradas e camisas. “É melhor não ir ao centro de biquíni”, avisou docilmente Dona Normandina. O “centro” era a rua de trás, mais afastada da praia, onde ficava a Igreja da Assembleia.

Em 2009, Provetá estava bem diferente em comparação a 1996, pois estava muito maior. A vila se desenvolveu morro acima. Havia fornecimento de luz elétrica nas casas, havia postes e fios, aliás, muitos fios cortam os céus pelas ruas. Havia muitas pessoas e casas com muro. A casa de Dona Normandina parecia ter passado por uma reforma familiar: cada filho fez sua casa no quintal, o qual, agora, tinha muro e água encanada, e o Sr. José havia falecido. Foi uma emoção enorme revê-la. Continuava com a mesma alegria, com os olhos de entusiasmo, embora com a força diminuída por algumas doenças. Antes, para se tratar, ela fazia chás e garrafadas, mas, agora, tratava-se especificamente com remédios receitados pelos doutores de Angra dos Reis. Chovia na vila e era possível ver e ouvir o barulho de curto-circuito nos postes; alguns até arrebentaram. Em Provetá, havia ainda mais fatores curiosos: não eram vendidas bebidas alcoólicas no pequeno mercado perto da igreja; e havia um alto-falante utilizado pelo pastor ou por outras pessoas da igreja a fim de se comunicarem com os fiéis. Ademais, não havia sinal para telefones móveis na região e a telefonia fixa ainda era muito precária. Em Provetá, havia escola (onde estudam os jovens do Aventureiro) e posto de saúde.

A hospedagem ocorreu em uma casa que alugava quartos e, no dia seguinte, iniciou-se o deslocamento para o Aventureiro. A caminhada foi muito agradável, com momentos de muito cansaço. A vista de cima da pedra do morro de onde se vê Provetá era belíssima (Figura 13).



Figura 13 – Foto da Vila de Provetá do alto do morro.  
Fonte: Arquivo pessoal (2009).



Figura 14 – Placa indicativa do caminho para “Ventorero”  
Fonte: Arquivo pessoal (2009).

Na chegada à Praia do Aventureiro, o cansaço dividia lugar com a fome. Enquanto o material (o que não molhou com a tempestade do dia anterior) para a oficina era organizado, o outro professor ia às casas entregar o convite para os moradores participarem da atividade. Após o almoço, iniciou-se a oficina, como sempre, no pátio da Igreja. Era uma tarde de domingo, estava frio e chovia pouco. O mar continuava inóspito. Os moradores se mostraram muito surpresos: “Vocês vieram mesmo com o tempo assim?”; “Nossa, as pessoas só vêm

aqui quando faz sol”. E pareciam deslumbrados com a perseverança e pela superação das dificuldades do grupo para estar com eles. Isto foi muito positivo para o projeto, visto que há certo sentimento de abandono e isolamento no pessoal do Aventureiro, gerado pelas dificuldades de chegar até a região quando o mar e o tempo “decidem ficar ruins”. “O lixo fica até meses sem ser coletado no período de inverno, quando o mar fica grande”, afirmou um morador.

A oficina se iniciou com atraso. Os moradores iam chegando no tempo deles, tempo menos estrutural e mais ecológico (EVANS-PRITCHARD, 1978), de caráter menos coletivo e mais individual. O propósito da oficina era estimular a criação artística dos moradores, sugerindo-lhes que explicitassem o que significava “a vida no Aventureiro”. No projeto, pretendia-se uma identidade visual, um logotipo, para o nome “Povo do Aventureiro”.

O logotipo foi traduzido como “uma imagem que pode ser pintada, desenhada e pode ser feita através de várias formas de arte” e o slogan se transformou em “grito de guerra” durante as oficinas. A oficina estava repleta de moradores, talvez devido ao frio, talvez devido ao fato de o trabalho ser desenvolvido de forma lúdica e não como uma aula expositiva tradicional, talvez pela curiosidade em saber como seriam as oficinas do “pessoal da universidade”. Os moradores pareciam se divertir também; uns riam de suas artes enquanto outros se entregavam à manifestação artística com prazer. A oficina precisava ser suficientemente interessante, pois competir com a atração dos moradores pelo mar e com as atividades domiciliares cotidianas significava estar em desvantagem. A oficina parecia um momento de lazer dos moradores. Os trabalhos foram feitos com a distribuição das pessoas em quatro grupos criados por afinidade. Os participantes eram estimulados a expressar “o que é o Aventureiro” e o que significava “morar naquele lugar” e a representar “quem mora no local”, o que era “ser caiçara” e “o que as pessoas encontram na região”. As expressões artísticas, em caráter lúdico, foram feitas conforme apresentado no Quadro 1

Perguntas a serem respondidas	Representação
Como é morar no Aventureiro? Quais os sentimentos? O que significa morar aqui?	Projetado em pintura usando pequena tela com tinta guache e pincel. O grupo discutiu o significado e o sentimento de morar no local e os participantes realizaram uma pintura única para o grupo.
Se o Aventureiro fosse uma pessoa, um personagem ou uma mascote, quem seria?	Projetado por meio de trabalho com argila. O grupo discutiu e chegou à resposta. Aquele que se sentiu mais à vontade dentro de cada grupo materializou a arte em argila. Foi feito um personagem por grupo.
Quem somos nós? Quem é o nosso grupo? Como seria esse quadro se ele fosse uma foto do nosso grupo?	Recorte de revista com colagem em uma tela única. Revistas, tesouras e colas foram distribuídas. Todos os integrantes de um grupo escolheram as figuras e colaram em um mesmo lugar, elaborando a tela: “Nosso Grupo”. Cada pessoa poderia escolher a imagem que quisesse na revista (poderia ser mais de uma) e colar na tela, indiferente do grupo.
Que frase, queremos dizer? Gritar? Qual seria o grito de guerra do Aventureiro? Qual seria o slogan do Aventureiro para todos?	Desenvolvimento de frase que representasse o “Povo do Aventureiro”, ou ainda o que ele gostaria de dizer aos outros. Expressão da frase por meio de grito e de uma <i>performance</i> com movimento corporal. Uma frase para cada grupo.

Quadro 1 - Roteiro do significado das manifestações artísticas.  
Fonte: Dados da pesquisa (2009).

Quase todas as atividades foram realizadas em grupo. Algumas dificuldades foram propositalmente criadas como parte da dinâmica para motivar, gerar o sentimento de dificuldade e superação e para animar as equipes. Os “gritos de guerra” deveriam ainda ser performáticos. As colagens deveriam mostrar como o morador se vê no Aventureiro. Os grupos ensaiaram, planejaram e discutiram entre eles, cada qual querendo apresentar um trabalho melhor que os outros grupos. Independentemente da idade, todos demonstraram levar os desafios como algo muito interessante. Os grupos comemoravam a superação de cada atividade, assim como riam e brincavam de zombar dos trabalhos dos outros grupos: “Tá horrível”, “Que desenho é esse?”. Seguiam-se risadas, pois havia intimidade entre eles para brincar. Percebia-se ainda uma sensação de competição e colaboração, de forma equilibrada. As Figuras de 15 a 17 mostram imagens da oficina.



Figura 15 – Grupo presente no dia da oficina e apresentações  
Fonte: Arquivo pessoal (2009).



Figura 16 - O que é morar no Aventureiro? Grupo desenvolvendo pintura e apresentação das telas.  
Fonte: Arquivo pessoal (2009).



Figura 17 - Qual a foto do “nosso grupo”? Grupo desenvolvendo recorte e colagem.  
Fonte: Arquivo pessoal (2009).

Desta forma pode-se perceber que se trabalhou com pesquisa-ação, todas as vezes que as observações foram geradas através das atividades desenvolvidas dentro do projeto “O Povo do Aventureiro: desenvolvimento de Turismo de Base Comunitária”. Por se compreender a pesquisa-ação como participativa e interventiva, também são analisados, durante o presente trabalho, os resultados gerados com a intervenção do projeto citado. A Pesquisa Ação atua “em acoplar pesquisa e ação em um processo no qual os atores implicados participam, junto com os pesquisadores, para chegarem interativamente a elucidar a realidade em que estão inseridos, identificando problemas coletivos, buscando e experimentando soluções em situação real” (THIOLLENT, 2009, p.2).

Trata-se de uma metodologia constituída de ação educativa e que, segundo Oliveira (1981, p. 19), promove “o conhecimento da consciência e também a capacidade de iniciativa transformadora dos grupos com quem se trabalha”. Uma concepção de pesquisa que Pinto (1979, p. 456) considera “fundamentalmente como ato de trabalho sobre a realidade objetiva”. E já para Gamboa (1982, p. 36) a pesquisa-ação “busca superar, essencialmente, a separação entre conhecimento e ação, buscando realizar a prática de conhecer para atuar” (*apud* MELO NETO, 2003).

Na feira que os moradores organizaram, foi apresentada a gastronomia “tradicional”, além de artefatos, a dança do “Arara”, a casa de farinha e mapas sobre a região.

Entre os dias 12 e 14 de março de 2010, realizaram-se visitas às casas dos moradores, assim como de 21 a 23 de abril de 2010. Deu-se preferência às casas das famílias que ofereciam *campings* ou produtos e serviços aos visitantes, pois seria uma oportunidade de observar a relação entre moradores e turistas. No dia 22 de abril de 2010, foi possível participar de uma interessante reunião da AMAV com os coordenadores do projeto, para discutir mais formalmente os seus objetivos..

Na festa julina que ocorreu nos dias 31 de julho e 1º de agosto de 2010, coletaram-se dados e fotos por intermédio de um informante. No dia 31 de agosto, houve ainda a participação na reunião do Conselho Consultivo em Angra dos Reis para tratar do processo de recategorização. Nesse dia, um morador foi atropelado e faleceu, episódio que comoveu a todos. Infelizmente, na sequência, ocorreram mais dois falecimentos, o que sensibilizou todas as famílias do Aventureiro, as quais, por isso, pediram para as atividades de projeto e pesquisa serem suspensas por um período, mas a própria comunidade pediu que voltassem as atividades, pois, dessa forma, “se distrairiam mais um pouco”.

Nas visitas de 6 a 8 de novembro de 2010, houve mais entrevistas e a realização de um “jogo de cooperação”, que visava à realização de teatralização das atividades do dia a dia, como o atendimento ao turista e a construção de roteiros de viagens estimulada pelos sentidos (paladar, visão, audição, tato e olfato). A construção de um arranjo ideal para a melhor gestão da praia foi solicitada aos participantes, assim como um “inventário” de todos os produtos e serviços ofertados na localidade. Mais uma vez, todos atenderam às solicitações, motivados não somente pelos chocolates que lhes foram distribuídos, mas pelo fato de “se distraírem mais”. Nessa ocasião, informou-se aos moradores o que as pessoas diziam sobre o Aventureiro nas redes sociais da internet, principalmente as mensagens que os internautas deixaram para os familiares das pessoas falecidas. Mostraram-se *blogs*, comunidades do *Orkut* e do *Facebook* e *sites* nacionais e internacionais, com o objetivo de evidenciar a abrangência global do Aventureiro na internet.

Entre os dias 27 e 28 de novembro de 2010, os moradores apresentaram uma peça teatral que contava a história deles. Havia poucos homens para fazer os personagens masculinos; então, as mulheres se dividiam entre papéis femininos e masculinos. De 11 a 13 de dezembro de 2010, foram feitas mais visitas às casas com questionário semiestruturado e, também, iniciou-se o levantamento de dados para a construção da árvore genealógica dos moradores do Aventureiro.

Como finalização do projeto, todos os moradores, em 15 de dezembro de 2010, visitaram o Cristo Redentor no Rio de Janeiro (figura 18). Embora chovesse bastante e a travessia do mar tivesse sido bem difícil, todos estavam bastante envolvidos e cantaram uma canção católica para o Cristo: “Eu vim de longe, mas eu cheguei... mas eu cheguei...”, dizia a canção, e os cantores foram fotografados por turistas que por ali passavam.



Figura 18 - Aventureiros no Cristo  
Fonte: Arquivo pessoal (2010).

De 22 a 26 de janeiro de 2011, assim como de 22 a 24 de fevereiro de 2011 e de 26 a 29 de julho de 2011, seguiram-se visitas às famílias para conversas e construção de árvore genealógica, assim como entrevistas aos turistas. No total, foram feitas 23 entrevistas com os visitantes. Não houve festa junina em 2011, devido aos falecimentos e, segundo a fala de Lúcia, “não tem homem para dançar” (assim como não teve na peça para atuar). De 12 a 16 de janeiro de 2012, foram realizadas entrevistas com os moradores e com os turistas, além do mapeamento da tradicional Festa de Santa Cruz. De 27 de julho a 1º de agosto de 2012, houve ida ao Aventureiro para participação na festa junina dos moradores.

## **2 A IDENTIDADE EM CENA: UMA REPRESENTAÇÃO DENSA**

### **2.1 O QUE O HOMEM É: NO TEMPO, NO ESPAÇO E NA IDEIA**

O assunto identidade aqui desenvolvido considera que as sociedades, principalmente as ocidentais e europeias capitalistas, estão envoltas no debate sobre pós-modernidade e são influenciadas pela sociedade de consumo, por estarem incorporadas nela. Entretanto, situar a praia do Aventureiro neste universo foi uma questão inquietante e conflitante. Viveriam a pós-modernidade, a modernidade, ou ainda um entre-lugar? Não há uma resposta única, mas vieses que conduziram às interpretações sobre o tema proposto. Existem fronteiras entre o tempo presente e o tempo dos moradores. E o espaço (a localidade territorial onde vivem) tem influência sobre esse tempo, sendo, portanto, tempo e espaço fundamentais para descrever como é ser morador do Aventureiro. Contudo, deve-se ainda levar em consideração que a interpretação destas descrições se faz, também, no tempo e no espaço do observador. Neste sentido, desenvolve-se sobre identidade, representação e pertencimento, aceitando os discursos de pluralidade, de sujeitos descentrados, espaços globalizados, com intervenções tecnológicas e influências midiáticas, políticas e de mercado, ao mesmo tempo em que se compreende que os efeitos da pós-modernidade não sejam algo generalizado a todos os espaços, portanto “não é um simples sinônimo para o contemporâneo” (KROKER; COOK, 1986 apud HUTCHEON, 1991, p. 20).

A vida insular na parte da Ilha Grande, onde se situa o Aventureiro, gera um distanciamento, mas não a ponto de configurar um isolamento total da vida urbana. Pode-se dizer que há um afastamento parcial (hoje ainda relativamente grande), mas que a tecnologia, a boa vontade política, a prestação de serviços ao cidadão e ao cliente poderiam reduzir, a ponto de tornar esse isolamento significativamente menor (esforços que não se observam na região). Essa diminuição do isolamento é feita pelo turismo e pelo interesse de pesquisadores na localidade, pela escola frequentada geralmente pelos mais jovens em Provetá e pela busca dos moradores ao que há no centro urbano, a fim de usufruir das facilidades e benefícios ofertados e desejados por qualquer pessoa. E cada vez mais os moradores, principalmente os das novas gerações, estão divididos entre o costume tradicional herdado e a inovação. Os moradores da vila do Aventureiro, por estarem vivendo um momento liminar, relativo à passagem de pescadores para empreendedores do turismo, no momento que são informados de uma reserva biológica, além de uma identidade caiçara e uma possível desapropriação, convivem em um ambiente de fronteira com o passado próximo, o presente transitório e um

futuro incerto e, desta forma, “o ‘passado-presente’ torna-se parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver” (BHABHA, 1998, p. 27).

Esses “entre-lugares” fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação - singular ou coletiva - que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade. [...] De que modo se formam sujeitos nos “entre-lugares”, nos excedentes da soma das “partes” da diferença (geralmente expressas como raça/classe/gênero etc.)? De que modo chegam a ser formuladas estratégias de representação ou aquisição de poder [*empowerment*] no interior das pretensões concorrentes de comunidades em que, apesar de histórias comuns de privação e discriminação, o intercâmbio de valores, significados e prioridades pode nem sempre ser colaborativo e dialógico, podendo ser profundamente antagônico, conflituoso e até incomensurável? (BHABHA, 1998, p. 20)

Assim sendo, os moradores vão aprendendo novos hábitos com os turistas, e construindo um conceito próprio de “comunidade tradicional”, principalmente através do assédio científico dos pesquisadores. Considerando-se que a valorização da tradição (ligada ao conceito de modernidade) não se traduz, neste trabalho, em condenar uma sociedade ao atraso, da mesma forma que também pós-modernidade não tem obrigatoriamente relação com avanços econômicos e tecnológicos que garantam o bem-estar social em massa (sendo apenas outra concepção de percepção do mundo que se vive), admite-se que o diálogo sobre o significado da modernidade e da pós-modernidade seja válido para as considerações sobre o tipo de perspectiva que será dado à identidade que está sendo considerada.

O conceito de modernização refere-se a um conjunto de processos cumulativos e de reforço mútuo: a formação de capital e mobilização de recursos; ao desenvolvimento das forças produtivas e ao aumento da produtividade do trabalho; ao estabelecimento do poder político centralizado e a formação de identidades nacionais; à expansão dos direitos de participação política, das formas urbanas de vida e da formação escolar formal; à secularização de valores e normas etc. (HABERMAS, 2000, p. 5)

Percebe-se que a modernidade traz a valorização da subjetividade e da razão. Ela está possivelmente em fase de transição para outro momento histórico ou simplesmente ideológico, que faz com que as denominações “pós” ou “tardia”, juntas à palavra modernidade, sinalizem a passagem. Do outro lado da modernidade está a pós-modernidade, que parece chegar e dar permissão para que as diferentes identidades apareçam, para que possam compartilhar dos mesmos ambientes públicos e privados, sem que precisem sempre justificar sua existência. Ela abre as cortinas para que entre em cena um número mais diverso de tipos representativos, gerando uma sensação de que se vive em uma sociedade mais plural

na atualidade. Portanto, identificar algo ou alguém se faz ainda mais complexo e quiçá audaz, como uma “tarefa intimidadora de alcançar o impossível”. Bauman explica que “essa expressão genérica (alcançar o impossível) implica em tarefas que não podem ser realizadas no tempo-real, mas que serão presumivelmente realizadas na plenitude do tempo - na infinitude [...]” (BAUMAN, 2005, p. 16 e 17). Identidade é algo que está sempre se construindo, como se seu tempo verbal fosse o gerúndio. Um constructo resultante do que “foi”, do que “é” e do que “será”, interpretado no momento de sua observação, como “sendo” algo significativo para o olhar de quem observa, e é permitido, ainda, que cada observador possa ter um entendimento distinto sobre o que percebe. Para Bauman, não há na identidade uma unicidade comum de elementos constitutivos que possam ser fatores de identificação de uma pessoa para sempre. Segundo Stuart Hall (2006, p. 7), as velhas identidades que, por tanto tempo, estandardizaram o mundo social, estão em declínio. O indivíduo moderno (até o momento visto como um sujeito unificado) é fragmento em suas representações. Fatores como classe social, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, identificam a pessoa. A pulverização de possibilidades de representações da identidade faz com que, a identidade, como já foi dito anteriormente, “entre em crise”.

Essa crise diz respeito ao momento de se repensar e reproduzir estes papéis sociais. Para Hall (2006, p. 7), as estruturas que, no passado, tinham fornecido sólidas localizações para o sujeito, perdem força (ou alguns sentidos) na pós-modernidade. Não há mais como engessar o indivíduo a apenas um enquadramento eterno de representação. Adverte-se que não se deve confundir a multiplicação de possibilidades identitárias com liberdade total de escolhas; afinal, toda opção gera alguma restrição. A construção de uma identidade, ao mesmo tempo em que objetiva gerar, através de liames de traços culturais comuns, uma unidade, também gera exclusões de outras possibilidades não escolhidas (ou não disponíveis, ou não permitidas) para compô-la. A identidade brasileira, por exemplo, é plural, híbrida e inventada, segundo Souza<sup>5</sup> (2006, p 7), mas permitiu a construção de uma singularidade nacional, a despeito das múltiplas possibilidades excluídas, em prol da ideia de ser singular. Essa posição acaba gerando conflitos políticos, tendo como tema: etnia, cor, raça, entre os diferentes tipos e interesses sociais.

Além das escolhas sobre um discurso plural ou singular, a respeito de uma imagem construída como identidade de uma sociedade, há também as identidades que são construídas

---

<sup>5</sup> Telma Regina de Paula Souza se refere neste artigo sobre à invenção e à dificuldade de construção de uma identidade singular, diante da pluralidade nacional, afirmando que identidade é uma questão política e não racial ou étnica.

individualmente, pelas próprias escolhas. De acordo com Norbert Elias (1994, p 102), à medida que os indivíduos deixam para trás os grupos pré-estatais estreitamente aparentados, dentro de sociedades nacionais cada vez mais complexas, eles se descobrem diante de um número crescente de opções. E quanto maior for esse número e o afastamento das relações parentais, maior a responsabilidade de escolha do indivíduo. Nesse sentido, faz diferença sobre sua autonomia a respeito de sua identidade, quando a pessoa está dentro ou fora de uma comunidade como a do Aventureiro. É notório que o sentimento de pertença à localidade é ainda mais fortalecido pelos laços coercitivos familiares locais, visto que a maioria de moradores do Aventureiro é parente por laços consanguíneos, de matrimônio ou por apadrinhamento, o que faz com que as escolhas sejam mais compartilhadas, haja representações mais aceitas e repetidas. Haverá, no entanto, mais pluralidade de identidades individuais à medida que as relações coercitivas familiares se distanciam ou se perdem. O reconhecimento de uma identidade se faz, na presença de outra identidade que, por oposição ou estranheza, leva a primeira a se afirmar. Para o sociólogo Bauman, o reconhecimento de identidade só surge com a exposição a outras categorias diferentes. Só há a agremiação a uma ideia, por existir outra ideia com a qual não se deseja partilhar naquele momento:

A questão da identidade só surge com a exposição a *comunidades* da segunda categoria - e apenas porque existe mais de uma ideia para evocar e manter unida a *comunidade fundida por ideias* a que se é exposto em nosso mundo de diversidades e policultural. É porque existem tantas dessas ideias e princípios em torno dos quais se desenvolvem essas comunidades de indivíduos que acreditam que é preciso comparar, fazer escolhas, fazê-las repetidamente, reconsiderar escolhas já feitas em outras ocasiões, tentar conciliar demandas contraditórias e frequentemente incompatíveis (BAUMAN, 2005, p. 17).

De acordo com o autor, o grupo a que se pertence é formado por um compartilhamento de algumas ideias comuns. E para se reconhecer como integrante de um grupo, é importante a comparação deste com outros grupos diferentes, a fim de encontrar elementos que efetivamente sinalizem as fronteiras entre eles, dando corpo a cada grupo. Nesse sentido, o pensamento de Bauman é validado pelas palavras de Simmel, sobre o reconhecimento de uma identidade pela diferença através da comparação. A comparação com o outro, na busca por diferencial, é uma forma de reconhecimento.

Acima de tudo o significado prático do ser humano é determinado por meio da semelhança e da diferença. Seja como fato ou como tendência, a semelhança com os outros não tem menos importância que a diferença com relação aos demais. Semelhança e diferença são, de múltiplas maneiras, os grandes princípios de todo desenvolvimento externo e interno [...], para a ação no âmbito das relações do indivíduo, a diferença perante outros indivíduos é muito mais importante que a semelhança entre eles [...] Precisamos observar as diferenças dos outros[...] O objeto do interesse prático e que forma a base evidente da ação dinâmica é o que nos garante vantagem ou desvantagem perante os demais indivíduos, e não aqueles aspectos pelos quais coincidimos com eles (SIMMEL, 2006, p. 45- 46).

A essência da identidade não é algo “constante”, nem algo “rígido”, nem “sólido” (BAUMAN, 2005, p. 17- 18). Identidade é algo “passível de fluidez” (BAUMAN, 2005, p. 18), “deslocamento e descentração do sujeito” (STUART HALL, 2006, p. 9). E esta inconstância encontra um terreno fértil na cultura que é adaptável e não uniformidade do homem, como demonstra Geertz, ao discorrer sobre o fato da não existência dos “homens não modificados pelos costumes de lugares particulares” (GEERTZ, 2008 p. 26). Mas será a pós-modernidade capaz de tamanha aquiescência de pluralidade ao indivíduo e à sociedade? Para Stuart Hall, a sociedade viveu três últimos momentos que geraram concepções distintas de identidade e que o autor intitulou “sujeito do iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno” (HALL, 2006, p. 10), conforme demonstrado no quadro 2 a seguir.

Sujeito do Iluminismo	Sujeito Sociológico	Sujeito Pós-moderno
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indivíduo Centrado</li> <li>• Dotado de Razão</li> <li>• Consciência da Ação</li> <li>• Masculino</li> <li>• “O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa”</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mundo moderno</li> <li>• Sujeito se constrói na relação, pela interação</li> <li>• Valores, sentidos e símbolos – a cultura- dão significado a sua existência.</li> <li>• Identidade suturada a estrutura, sendo unificável e predizível</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A identidade torna-se uma “celebração móvel”</li> <li>• Identidades diferentes em diferentes momentos</li> <li>• perda de um “sentido de si”</li> <li>• deslocamento (LACLAU, 1990)</li> <li>• descontinuidade (GUIDDENS, 1990)</li> <li>• descentração do sujeito.</li> </ul>

Quadro 2 - Identidade dos Sujeitos segundo Hall (2006, p.8- 18)

Fonte: Elaboração Própria

Do sujeito do iluminismo com razões centradas no indivíduo, passando pelo sujeito sociológico moderno, narrado de acordo com a estrutura simbólica e cultural, ao sujeito pós-moderno descentrado e plural, Hall mostra os elementos que marcaram a chegada ao tempo da modernidade tardia (termo que usa para se referir à pós-modernidade, com uma conotação de continuidade e não de rompimento com a modernidade). Para o autor, as sociedades da

modernidade tardia não são caracterizadas pela diferença, mas pela “multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis”, em cada uma das quais as pessoas podem se identificar, ao menos temporariamente, o que produz uma variedade de posições ao próprio sujeito. Desta forma, constata-se que é possível a pessoa assumir representações distintas de acordo com o momento, gerando identidades não unificadas ao redor de um “eu” coerente (HALL, 2006, p 13-17). Esse panorama atesta que, enquanto na modernidade as estratificações sociais estavam ligadas às estruturas das relações (como classe social, gênero, idade, raça), na pós-modernidade, há a superfragmentação, agora não da sociedade, mas do indivíduo que vive nela. Segundo o sociólogo britânico Anthony Giddens, a rapidez das transformações, iniciadas na sociedade industrial moderna, faz com que tanto em extensão, quanto em intensidade, as mudanças sejam maiores que nos períodos anteriores. Com relação à “extensão”, o sociólogo demonstra que “elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos de intensidade, elas alteraram algumas das características mais íntimas e pessoais da existência cotidiana” (GIDDENS, 1990, p. 21 *apud* HALL, 2006, p. 15 e 16).

Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora “narrativa do eu” (veja Hall, 1990). A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, em cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente (HALL, 2006, p. 13).

Fredric Jameson correlaciona o termo “Pós-Modernidade” com algo que vai além da descrição de determinado estilo. Para o autor, a década de 60 é o período-chave de transição, quando a nova ordem internacional (neocolonialismo, a Revolução Verde, a informatização e a mídia eletrônica) se funda, se conturba, é abalada por suas próprias contradições internas e pela oposição externa. Marca um período “cuja principal função é correlacionar a emergência de novos traços formais na vida cultural com a emergência de um novo tipo de vida social e de uma nova ordem econômica” (JAMESON, 1985, p. 17). Segundo Jameson, chamar esse “novo” momento de modernização, sociedade pós-industrial ou sociedade de consumo, sociedade da mídia ou do espetáculo, ou capitalismo multinacional, trata-se de um “eufemismo”.

Enquanto a industrialização marca a entrada no período moderno, a globalização dissemina a pós-modernidade. Giddens recorre a Anthony McGrew (1992) para explicar que a globalização atua em escala universal, atravessando fronteiras nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e em experiência, mais interconectado, distanciando a ideia de uma sociedade bem delimitada, substituindo por uma perspectiva que se concentra na forma como a vida social está ordenada ao longo do tempo e do espaço (GIDDENS, 1990, p. 64 *apud* HALL, 2006 p. 67-68).

- a) A globalização caminha em paralelo com um reforçamento das identidades locais, embora isso ainda esteja dentro da lógica da compressão espaço-tempo.
- b) A globalização é um processo desigual e tem sua própria "geometria de poder"
- c) A globalização retém alguns aspectos da dominação global ocidental, mas as identidades culturais estão em toda parte, sendo relativizadas pelo impacto da compressão espaço-tempo.

Quadro3 - Aspectos da Globalização  
Fonte: Hall (2006, p. 80 e 81)

O moderno é gerado pela ruptura com o passado imediato, associado à promessa do futuro, no presente. Entretanto o pós-moderno diferencia-se do moderno como superação deste e não como sua negação, no sentido antimoderno. Segundo Ribeiro (1990) o Moderno rompeu com o antigo no passado, instaurando a consciência do novo, o pós-moderno supera o moderno que se tomou tradicional.

Hall (2006) descreve que o sujeito moderno nasceu da dúvida, do questionamento do ceticismo metafísico. O ser cartesiano de Descartes, que pensa, por isso existe, que é consciente da razão, centrado de si, com representações unificadas de sua identidade, vai perdendo espaço para um sujeito moderno, identificado por suas posições sociais, representado pelos papéis que lhe são ofertados pelas estruturas sociais e culturais. Já o sujeito pós-moderno é descentrado, deslocado de sua razão, uma vez que sua representação não necessariamente tem que fazer sentido na estrutura social; ele é plural, múltiplo, fragmentado em seu próprio "eu". Ainda de acordo com o sociólogo, cinco fatores principais levaram a esta modernidade tardia, ou pós-modernidade:

- i. Uma releitura de Karl Marx sobre a humanidade ao afirmar que "homens fazem a história, mas apenas sob as condições que lhes são dadas".
- ii. A teoria do inconsciente oculto de Freud, que diminui o poder da razão central cartesiano, no homem.

- iii. A Semiologia através da linguística de Saussure: "como diria Lacan, a identidade, como o inconsciente, está estruturada como a linguagem" (HALL, 2006, p. 41).
- iv. O "poder disciplinar", explicado por Foucault, como uma forma de tratar o ser humano como "um corpo dócil" que precisa ser vigiado e punido, mantendo as "as vidas" individuais em controle.
- v. O feminismo se opondo às estruturas políticas, questionando, dando publicidade a elementos do ambiente "público" (masculino) e do "privado" (feminino), a fim de fortalecer a equidade humanitária.

Sobre a pós-modernidade, representar ou não uma ruptura com a modernidade, o filósofo e antropólogo brasileiro, Rouanet (1987) destaca que existe uma "consciência de ruptura", como uma identidade moderna negada. Para o escritor, o que está em jogo são as experiências negativas do período moderno como: duas guerras mundiais, viver num mundo ameaçado pela aniquilação atômica, pela ressurreição dos velhos fanatismos políticos e religiosos e pela degradação dos ecossistemas. Portanto, "o homem contemporâneo está cansado da modernidade", devido aos males que lhe foram atribuídos. O desejo de ruptura, afirma ainda o autor, pode levar à certeza de que essa ruptura já ocorreu, ou está em vias de ocorrer. Por isso o prefixo "pós" tem muito mais "sentido de exorcizar o velho (a modernidade) do que articular o novo (o pós-moderno)".

À consciência pós-moderna não corresponde uma realidade pós-moderna. Nesse sentido, ela é um simples mal-estar da modernidade, um sonho da modernidade. É, literalmente, falsa consciência, porque é a consciência de uma ruptura que não houve. Ao mesmo tempo, é também consciência verdadeira, porque alude, de algum modo, às deformações da modernidade. Fantasmando uma pós-modernidade fictícia, o homem está querendo despedir-se de uma modernidade doente, marcada pelas esperanças traídas, pelas utopias que se realizaram sob a forma de pesadelos, pelos neofundamentalismos mais obscenos, pela razão transformada em poder, pela domesticação das consciências no mundo industrializado e pela tirania política e pela pobreza absoluta nos 3/4 restantes do gênero humano (ROUANET, 1987, p 268-269).

Da ideia de "descentramento" (HALL, 2006) ou "fluidez" (BAUMAN, 2005), à crítica de que o "descentrar" significa uma manifestação da insatisfação com a condição da modernidade (JAMESON, 2009; HUTCHEON, 1991), quando indivíduos e seus grupos têm suas histórias contadas pelas teias pouco flexíveis das estruturas sociais, observa-se que o lugar da identidade na contemporaneidade precisa considerar esse sentimento de insatisfação com as estruturas sociais, que não bastam para representar as pessoas, que também sem poder confiar nas referências que sempre garantiram a posição dentro da sociedade, buscam, nos

mais diversos elementos, a construção da identidade. As "certezas" e as "verdades" sobre si e sobre o grupo no qual se vive, são ainda condicionadas à globalização, pela singularidade, pela sociedade fortemente estruturada para o consumo e pelas aparências.

Acredito que a emergência da pós-modernidade está estreitamente relacionada à emergência desta nova fase do capitalismo avançado, multinacional e de consumo. Acredito também que seus traços formais expressam de muitas maneiras a lógica mais profunda do próprio sistema social. No entanto, vou limitar-me a indicar esta relação a propósito de um só de seus temas capitais: o desaparecimento do sentido da história, o modo pelo qual o sistema social contemporâneo como um todo demonstra que começou, pouco a pouco, a perder a sua capacidade de preservar o próprio passado e começou a viver em um presente perpétuo, em uma perpétua mudança que apaga aquelas tradições que as formações sociais anteriores, de uma maneira ou de outra, tiveram de preservar (JAMESON, 2009, p. 26)

Há uma incongruência: são narrados indivíduos e grupo com identidades plurais, dentro de um discurso da estandardização das sociedades através da globalização e do mercado de consumo. A pluralidade seria, então, uma libertação para se vivenciar qualquer personagem em diferentes situações? Ou uma compartimentalização da vida, da ciência, do ser humano, dando a sensação de fluidez, mas como tudo que é líquido, dependente do recipiente que o comporta. Quais seriam os invólucros limitadores da identidade? Eles existiriam realmente? O crítico literário Jameson (2009) considera que a teoria do pós-modernismo deve ser encarada de forma dialética, pois não se possuem instrumentos para afirmar se tratar de uma época ou de um sistema. Segundo o autor:

A teoria do pós-modernismo é, então, dialética, pelo menos na medida em que tem a sagacidade de usar essa incerteza como sua primeira pista e agarrar-se a esse *fio de Ariadne*<sup>6</sup> em seu caminho através de algo que talvez não se revele, no fim das contas, um labirinto, mas um *gulag*<sup>7</sup>, ou talvez um *shopping Center* (JAMESON, 2009, p. 15).

Curiosamente, é importante destacar que tanto a concepção plural de mundo da modernidade tardia, detalhada por Stuart Hall, que mostra a fragmentação do sujeito deslocado e descentrado, a quem é ofertada uma diversidade de papéis para representar, quanto o conceito de pós-modernidade, desenvolvido por Fedric Jameson, que relaciona o

---

<sup>6</sup> O termo vem da mitologia grega. Ariadne ajuda Teseu a conseguir achar a saída do labirinto do Minotauro, sugerindo a ele usar um novelo de linha, que ficou presa à entrada do labirinto e ao Teseu, fazendo com que ele encontrasse a saída. Usa-se a expressão como sinônimo de forma de solução de um problema.

<sup>7</sup> Campo de concentração e trabalho forçado na antiga União Soviética, período de Stálin. Há um museu *online* sobre os Gulags: <http://museum.gulagmemories.eu/en/home/homepage>.

excesso dos prefixos “pós” e “des”, como o sentimento de vontade de ruptura com todos os problemas modernos, se aplicam à situação de liminaridade que vivem os moradores do Aventureiro: sujeitos vivendo entre a ruptura com o passado (por motivos de restrições ambientais impostas, por novas propostas do mercado de consumo e da sua migração de sustentabilidade econômica da roça e pesca para o turismo), ao mesmo tempo em que se faz necessário o resgate da “tradição”, para sua possível permanência no território. A ideia que se constrói sobre o que é “ser humano”, portanto impacta diretamente na forma como se observa a identidade cultural do homem observado. Em uma perspectiva antropológica, o conceito de homem, através do olhar iluminista, moderno e pós-moderno, influencia como se entende esse homem, seu grupo e sua individualidade.

A perspectiva iluminista do homem era, naturalmente, a de que ele constituía uma só peça com a natureza e partilhava da uniformidade geral de composição que a ciência natural havia descoberto sob o incitamento de Bacon e Newton. Resumindo, há uma natureza humana tão regularmente organizada, tão perfeitamente invariante e tão maravilhosamente simples como o universo de Newton. Algumas de suas leis talvez sejam diferentes, mas *existem leis*; parte da sua imutabilidade talvez seja obscurecida pelas armadilhas da moda local, mas ela *é* imutável (GEERTZ, 2008, p. 25).

Transições nas vidas dos indivíduos sempre demandaram a reorganização psíquica, algo que era frequentemente ritualizado nas culturas tradicionais na forma de ritos de passagem. Mas em tais culturas, nas quais as coisas permaneciam mais ou menos as mesmas no nível da coletividade, geração após geração a mudança de identidade era claramente indicada – como quando um indivíduo saía da adolescência para a vida adulta. Nos ambientes da modernidade, por contraste, o eu alterado tem que ser explorado e construído como parte de um processo reflexivo de conectar mudança pessoal e social (GIDDENS, 2002, p. 37).

[...] sujeito pós-moderno, conceptualizado como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente. A identidade torna-se uma “celebração móvel”: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 1987). É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (HALL, 2006, p. 13).

A forma dialética, histórica ou evolutiva de como se compreende o mundo, irá influenciar no conceito que o observador poderá ter da sociedade e de seus indivíduos. Nesse sentido, a percepção pode mudar, de acordo com as novas perspectivas e acontecimentos da humanidade. Portanto, como observa o antropólogo Clifford Geertz, “temos que descer aos detalhes, além das etiquetas enganadoras, além dos tipos metafísicos, além das similaridades vazias [...]”, pois desta forma, a aproximação será capaz de trazer revelações além das pré-

concepções, “para apreender corretamente o caráter essencial não apenas das várias culturas, mas também dos vários tipos de indivíduos dentro de cada cultura, se é que desejamos encontrar a humanidade face a face” (GEERTZ, 2008, p. 38).

## 2.2 IDENTIDADE, PERTENCIMENTO E REPRESENTAÇÃO: CONCEITOS E AUTOCONCEITO

A identidade é dotada de poder e autoridade. Poder no sentido de fazer-se tomadora de um espaço que lhe pertence socialmente por sua representatividade. Possui a autoridade de fazer-se aceita ou negada, contudo reconhecida por sua capacidade de intervir nas relações. Nesse sentido, a identidade é dotada de viés político. "O grande ator político comanda o real através do imaginário", segundo o etnólogo e sociólogo francês Georges Balandier (1982, p. 6). Para o autor, as pessoas e as instituições, no exercício diário do poder que possuem, atuam através da representação de um drama encenado, como em um teatro. E o poder está presente nas atuações, tanto de forma declarada, quanto de maneira não percebida, por estar disfarçada na ideologia dominante e na cultura. Desta forma, a identidade se dá pela representação em cena, sendo o cenário a própria vida em sociedade. Balandier (1982) mostra que as instituições, assim como tudo que é instituído socialmente por elas, dominam as representações sociais, sendo difícil para o indivíduo sair do *script* que lhe é imposto desde que nasce, seguindo, dessa forma, o código de conduta que cabe ao seu papel social.

Um papel, portanto, pode ser definido como uma resposta tipificada a uma expectativa tipificada. A sociedade pré-definiu a tipologia fundamental. Usando a linguagem do teatro, do qual se derivou o conceito de papel, podemos dizer que a sociedade proporciona o *script* para todos os personagens (BERGER, 1989, p. 108).

A identidade vai gerar diferenças sociais, pois justamente ela é percebida pela não semelhança, e essas diferenças acabam gerando categorizações que, no contexto das estruturas sociais, podem estratificar e hierarquizar. Uma forma de se perceber o poder da identidade é a relação entre identidade cultural do grupo e identidade da pessoa. O poder coercitivo do grupo faz com que algo seja esperado nas representações, nos comportamentos, nas condutas, nos valores, e mesmo que haja modificações ou representações que fujam do padrão, essas alterações não são uma constante. A identidade é, portanto, um fato social.

É fato social toda maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda, toda maneira de fazer que é geral na extensão de uma sociedade dada e, ao mesmo tempo, possui uma existência própria, independente de suas manifestações individuais (DURKEIM, 2007, p. 13).

O sociólogo Peter Berger, ao mostrar o quanto há da sociedade nas decisões pessoais, discorre sobre a influência que o grupo tem sobre o indivíduo: “a sociedade determina não só o que fazemos como também o que somos” (BERGER, 1989, p. 107). Nesse sentido, a cultura é um balizador dos comportamentos individuais, visto que a identidade cultural do grupo e a identidade do indivíduo estão estritamente ligadas através dela. Afinal “uma pessoa não pode ser humana sozinha e, aparentemente, não pode se apegar a qualquer identidade sem amparo da sociedade.” (BERGER, 1989, p. 114). O que Berger identifica como coerção, pode ser compreendido através do que Norbert Elias (1994) denominou como um mecanismo de proteção social, a fim de garantir que a sociedade se mantenha coesa e se perpetue. A coerção, portanto, é uma forma geradora de coesão. Nesse sentido, a máxima aristotélica, que afirma que o homem é um animal social, é sancionada também nos estudos da identidade, visto que essa relação identidade do “nós” sociedade serve de espelho para a identidade do “eu” indivíduo. Logo, uma forma de se entender “o outro” está relacionada com o que “os outros” são. E é importante observar que, como ressalta Norbert Elias (1994), a sociedade é composta de indivíduos.

A identidade é formada por diversos fatores endógenos e exógenos ao indivíduo. Parte é adquirida por “sua herança genética, a qual se manifesta em qualquer meio social” (BERGER, 1989, p. 113). Parte é concebida pela cultura do meio onde nasceu e/ou viveu. Outros fatores (como a psique), que não são tratados aqui, ainda podem engendrar a identificação de uma pessoa. Como mostra Balandier: “A sociedade não depende exclusivamente da coerção, das relações de força legitimadas, mas também do conjunto de transfigurações de que é, ao mesmo tempo, objeto e realizadora.” (BALANDIER, 1982, p. 21). Para o antropólogo Richard Handler (1994, p 30-31) “quem você é” é um processo de comunicação de que participam muitas vozes. O próprio ato de identificar já muda ou constrói nova identidade, mesmo que a epistemologia dominante continue afirmando que a identidade seja algo imutável e influenciado pela determinação da visão Ocidental do mundo.

O indivíduo nasce em uma estrutura que já existe e ele recebe como mundo a ser vivido; desde então vai moldando esta mesma teia (seu mundo), que pode ainda se transformar em outra à medida que cada indivíduo se transforma ou modifica. Essa via de mão dupla é mostrada por Elias (1994) e Berger (1989). Há uma sociedade que tem o poder

de manter seus indivíduos coesos, através de diferentes mecanismos mantidos pelos mesmos indivíduos. E, sendo a identidade um elemento social, essa ideia da “via de mão dupla” também se aplica a ela. Os sistemas sociais apresentam “dispositivos de geração de identidade” (BERGER, 1989, p. 116), mas para o indivíduo fazer-se detentor de um “papel”, é necessário que o mesmo tenha “reconhecimento social. Somos aquilo que os outros creem que sejamos” (BERGER, 1989, p. 113). É claro, que é importante que esse indivíduo também reconheça o papel que lhe é imputado, através, por exemplo, do autoconceito. E cada vez mais esse indivíduo, nesse processo de passagem da modernidade para pós-modernidade, fica mais responsabilizado por suas escolhas, assim como é estimulada a sensação de poder escolher. Mas o “conceito” de autoconceito, aplicado na prática, não é algo fácil, pois a dicotomia entre poder escolher e viver em uma sociedade com estruturas estabelecidas é um conflito. A confusão pode ser ainda maior quando se trata de uma sociedade plural, com uma teia de opções ofertadas, como uma espécie de *self-service* identitário, principalmente ao se falar de sociedade vivendo a pós-modernidade, a globalização e o consumo. A pluralidade não significa que a força da coesão do grupo se perca totalmente, talvez esteja momentaneamente mais branda, até que os novos papéis se estabeleçam, visto que a flexibilidade se faz coerente nas mudanças da contemporaneidade. Para Elias (1994, p.102) “a coesão dos grupos rompe-se à medida que perdem suas funções protetoras e de controle”.

Fortalecido o indivíduo, ele passa a ter voz para opinar sobre si, não apenas aceitar o que a sociedade lhe determina. Surge então a valorização do autoconceito. Em uma sociedade plural, em que as estruturas que não têm mais a força social de identificar as pessoas, o autoconceito pode parecer como a panaceia do multiculturalismo. Afinal, o indivíduo é quem ele diz que é. "As identidades ganharam livre curso e agora cabe a cada indivíduo, homem ou mulher, capturá-las em pleno voo, usando os seus próprios recursos e ferramentas" (BAUMAN, 2005, p. 35). Mas o indivíduo se sente preparado para se autoconceituar? Ao perguntar à moradora da praia do Aventureiro, Dona Cida (mais de 70 anos), se ela era caçara, ela respondeu: “esse negócio de caçara veio com o turismo”. E não respondeu no primeiro momento. Desde a década de 80 se dizia aos moradores desta parte da ilha que eram caçaras. E eles, se afirmavam como tal? Como alguém se reconhece por uma identidade de que pouco ouvia falar e pouco sabia a respeito? Cada vez mais o indivíduo tende a se sobressair e a mostrar opiniões, mas estaria a sociedade preparada para vê-lo e respeitá-lo? A Sociedade não funciona mais como antes. Nesse sentido, gradativamente, é mais Elias e menos Durkheim.

O deslocamento das responsabilidades de escolha para os ombros do indivíduo, a destruição dos sinalizadores e a remoção dos marcos históricos, rematados pela crescente indiferença dos poderes superiores em relação à natureza das escolhas feitas e à sua viabilidade, foram duas tendências presentes desde o início no desafio da autoidentificação (BAUMAN, 2005, p. 57).

É ainda novo o processo de autoconceito para a população brasileira, ao menos para os indivíduos acostumados a serem informados de sua identidade desde quando nascem, principalmente quando a identidade confere uma posição muito estrutural e estratificadora. Percebe-se que a subjetividade da pergunta “quem você é?” não se coaduna com respostas tão objetivas. A identidade pode comportar tantos papéis, que o indivíduo acaba por se sentir com qualquer resposta que exija escolhas, incompleto, ou talvez, inseguro. Nesse sentido, para Bauman, “só se pode comparar a biografia com um quebra-cabeça incompleto, ao qual falem muitas peças (e jamais se saberá quantas)” (BAUMAN, 2005, p. 54). O autoconceito precisa ser problematizado, pois por mais que seja válido e importante, ainda apresenta alguns detalhes que colocam em “cheque” sua prática. Como mostra Berger ao desenvolver sobre o “poder” de poder escolher:

É inteiramente correto dizer que a sociedade é um fato objetivo, que nos coage e até nos cria. No entanto, também é correto dizer que nossos próprios atos significativos ajudam a modificá-lo. Com efeito, as duas afirmativas encerram o paradoxo da existência humana: a sociedade nos define, mas é por sua vez definida por nós. [...] Necessitamos do reconhecimento da sociedade para sermos humanos, para termos uma imagem de nós próprios, para possuímos uma identidade. No entanto, a sociedade necessita do reconhecimento de muitos para sequer existir. Em outras palavras, não somente nós, mas também a sociedade existe em virtude de definição. O êxito de nossa recusa em reconhecer uma determinada realidade social dependerá de nossa localização social. Ao escravo, pouco adianta recusar-se a reconhecer sua escravidão. Mas o caso muda de figura quando um dos senhores o faz (BERGER, 1989, p. 144).

Aboliu-se a escravidão humana, ou, ao menos hoje, é considerada um crime. Então se percebe que é possível a mudança das muitas convenções e práticas sociais, o que faz com que as identidades acompanhem tais mudanças. “Um indivíduo se habitua a tal ponto com certas identidades que, mesmo quando sua situação social muda, ele encontra dificuldade para acompanhar as novas expectativas” (BERGER, 1989, p. 120).

Bauman critica a postura da elite social instruída que, em nome do “multiculturalismo”, se dirige ao povo com um comportamento do tipo “salve-se quem puder”.

É como se aqueles que louvam e aplaudem as divisões multiculturais estivessem dizendo: somos livres para nos tornar qualquer coisa que desejemos ser, mas “o povo” prefere ater-se à condição em que nasceu e foi ensinado a permanecer. Que o faça - é problema dele, não nosso (BAUMAN, 2005, p. 104).

Como a identificação gera estratificação, em se tratando de autoconceito, as identidades associadas a estereótipos, construídos histórica e socialmente, os quais levam a sentimentos de diminuição, humilhação, estigma, desumanização, que possam permitir qualquer possibilidade de zombaria, direta ou indireta, pública ou privada, ou até estimular o contemporâneo *Bulling*, serão evitadas.

Em outras palavras, as instituições proporcionam métodos pelos quais a conduta humana é padronizada, obrigada a seguir por caminhos considerados desejáveis pela sociedade. E o truque é executado ao se fazer com que esses caminhos pareçam ao indivíduo como os únicos possíveis (BERGER, 1989, p. 101).

A autoidentificação precisa caminhar junto com o conhecimento da própria história, da valorização de memórias, com o reconhecimento de manifestações culturais e artísticas de seu grupo que representem e narrem quem é o indivíduo e sua tribo. Com valorização, reconhecimento, respeito, divulgação e muito investimento em tudo isso. Assim, o indivíduo poderá ter a opção de se autoconceituar com segurança, sentindo-se valorizado e incluído.

Baseados na noção de Foucault de governamentalidade, que significa a canalização da conduta dos indivíduos através de estratégias para “dispor das coisas” numa sociedade benfeitora (FOUCAULT, 1982, p. 221; 1991, p. 95-103), poderíamos dizer que as estratégias e as políticas de inclusão são um exercício de poder pelo qual as instituições constroem e interpretam representações como “mulheres”, “as pessoas de cor”, “gays” e “lésbicas” (os “outros”). Ao invocar a noção de governamentalidade, eu não estou sugerindo que não existem processos de exclusão e subordinação. Meu argumento é que esses processos envolvem a produção e a canalização de representações que são gerenciadas pelos intermediários do poder (YÚDICE, 2006, p. 221-222).

A identidade na pós-modernidade, como já foi ressaltado, é fluida. Essa fluidez é uma projeção da “acelerada liquefação das estruturas e instituições sociais” (BAUMAN, 2005, p. 57). Nesse sentido, Bauman se refere à pós-modernidade como “modernidade líquida”, para expressar a falta de capacidade de garantir, principalmente através do Estado, qualquer forma ou categorização do sistema social e dos indivíduos. Mesmo passando de uma sociedade menos flexível, mais sólida, para outra mais líquida, alguns aspectos permanecem, como o fato de o indivíduo, sendo sociedade, ainda precisar destacar-se dela,

através da diferenciação dos outros indivíduos de seu grupo. Segundo Elias, o ego do indivíduo, o desejo de se destacar dos outros, a conquista pessoal, as próprias qualidades, aptidões, propriedades ou realizações são componentes fundamentais da pessoa individualmente considerada. Sem esses elementos ela perderia sua própria identidade que, segundo o autor, não é simplesmente parte de sua natureza. Aquele desejo é algo que se desenvolveu através da aprendizagem social (ELIAS, 1994, p. 118). E mesmo de forma idiossincrática, o indivíduo também tem um desejo de pertencer a um grupo social. E os diferentes grupos sociais, manifestam uma espécie de mimetismo da relação “eu” diferente de “nós”, projetada na relação “nós” diferentes deles (dos outros indivíduos que juntos não somos “nós”). Desta forma, percebe-se que as sociedades não são iguais. Para o sociólogo alemão Simmel (2006, p 18), “sociedade não é, sobretudo, uma substância, algo que seja concreto para si mesmo. Ela é um acontecer que tem uma função pela qual cada um recebe de outrem ou comunica a outrem um destino e uma forma”.

A sociedade, como sabemos, somos todos nós; é uma porção de pessoas juntas. Mas uma porção de pessoas juntas na Índia e na China forma um tipo de sociedade diferente da encontrada na América ou na Grã-Bretanha; a sociedade composta por muitas pessoas individuais na Europa do século XII era diferente da encontrada nos séculos XVI ou XX. E, embora todas essas sociedades certamente tenham consistido e consistam em nada além de muitos indivíduos, é claro que a mudança de uma forma de vida em comum para outra não foi planejada por nenhum desses indivíduos. Pelo menos, é impossível constatarmos que qualquer pessoa dos séculos XII ou mesmo XVI tenha conscientemente planejado o desenvolvimento da sociedade industrial de nossos dias. Que tipo de formação é esse, esta "sociedade" que compomos em conjunto, que não foi pretendida ou planejada por nenhum de nós, nem tampouco por todos nós juntos? Ela só existe porque existe um grande número de pessoas, só continua a funcionar porque muitas pessoas, isoladamente, querem e fazem certas coisas, e, no entanto, sua estrutura e suas grandes transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa em particular (ELIAS, 1994, p. 13).

Os indivíduos, expressando o desejo de pertencer a um grupo de referência, acabam gerando afiliações sociais e fortalecendo o sentimento de pertença. Na modernidade, o sentimento de pertencimento está ligado ao Estado-Nação, sendo que esta ligação identitária passa a ter sua força abrandada com a pós-modernidade e a globalização. A nação refere-se "tanto ao moderno Estado-Nação quanto a algo mais antigo e nebuloso - a *natio* - uma comunidade local, um domicílio, uma condição de pertencimento" (BRENNANM, 1990, p. 45 *apud* HALL, 2006, p. 58).

A “naturalidade” do pressuposto de que “pertencer-por-nascimento” significava, automática e inequivocamente, pertencer a uma nação foi uma convenção arduamente construída - a aparência de “naturalidade” era tudo, menos “natural” [...] dos homens e mulheres da era pré-moderna [...] passavam suas vidas do berço ao túmulo [...] (BAUMAN, 2005, p. 29)

Da mesma forma que, como uma espécie de manutenção de alguns liames sociais, para que não haja a desestrutura geral do sentimento de nação, ou ainda como uma reação ou um resgate plural do sentimento de pertença, surge a elevada valorização das microcategorias dentro da mesma nação. Mais fortemente a partir da década de 90, há uma tendência à valorização das microculturas (ou subculturas), o que tem como resultado o fortalecimento e surgimento de diferentes tribos que defendem causas específicas, compartilham os mesmos valores ou possuem os mesmos hábitos.

Em uma sociedade plural, a sensação de não poder vivenciar identidades variadas pode equivaler a um “fardo, uma repressão, uma limitação da liberdade de escolha” (BAUMAN, 2005, p. 59- 60). Bauman acrescenta que a identidade e o pertencimento não são garantidos para toda a vida, sendo bastante negociáveis e revogáveis. Para o sociólogo, as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age e a determinação de se manter firme a tudo isso são fatores cruciais tanto para o pertencimento quanto para a identidade (BAUMAN, 2005, p. 17- 18). Existem lugares e grupos que levam à sensação de “encontrei o meu lugar, ou a minha tribo”, diferente da sensação de “deslocado”, quando não há o sentimento de pertença, através da falta de identificação com um grupo ou lugar, ou ainda quando o grupo rejeita o indivíduo.

Em nossa época líquido-moderna, o mundo em nossa volta está repartido em fragmentos mal coordenados, enquanto as nossas existências individuais são fatiadas numa sucessão de episódios fragilmente conectados. Poucos de nós, se é que alguém, são capazes de evitar a passagem por mais de uma "comunidade de ideias e princípios", sejam genuínas ou supostas, bem-integradas ou efêmeras, de modo que a maioria tem problemas em resolver (para usar os termos cunhados por Paul Ricoeur) a questão da *la mêmète* (a consistência e continuidade da nossa identidade com o passar do tempo) (BAUMAN, 2005, p. 19)

O filósofo Frances Michel Serres chama atenção para que não se confunda esta variação de pertencimentos com a possibilidade de múltiplas identidades. Para o autor, o que acontece é que há uma ampla possibilidade de que a identidade possa participar de vários pertencimentos. Segundo ele, há uma confusão entre identidade e pertencimento, a primeira (a identidade) é singular: você é você mesmo e nenhum outro. O segundo (os pertencimentos) são coletivos: você faz parte dos franceses ou dos argelinos, dos morenos ou dos calvos, dos

homens ou das mulheres, dos brancos ou negros. A identidade, segundo o autor, só comporta dois ou três pertencimentos, dentre os que são mantidos por toda a sua vida, uma vez que você permanece mulher ou homem e filho de sua mãe (SERRES, 1997). Os pertencimentos expressam a identidade, mas segundo Serres, as indentidades não menos variáveis que os pertencimentos, Uma pessoa com a sua “identidade” mais “centrada”, é capaz de experimentar diferentes sentimentos de pertença durante sua vida. Portanto, diferentes do que acredita Bauman, Serres uma mostra que a pessoa é capaz de se sentir pertencendo a diferentes grupos, papéis ou lugares, o que não significa mudança “total” da sua identidade mais estrutural. O que Serres define como pluralidade de pertencimentos, Bauman chama de fluidez de identidade (BAUMAN, 2005). A liquidez gera a quebra de um eterno pertencimento a um tipo único, podendo o ser humano experimentar um leque infinito de opções ofertadas a sua própria escolha.

Para Geertz (1974, p 35), a fluidez também faz com que aqueles que necessitam da compreensão de cenários, através dos conceitos e significados contextualizados, tentem se adaptar, muitas vezes às pressas, à pluralidade de interpretações, buscando propriedades significativas conectadas ao que geraria uma forma mais organizada de entendimento intelectual, sem ser hermético.

Em consonância com a tese de fluidez do sociólogo Bauman, o teórico cultural jamaicano, naturalizado na Inglaterra, Stuart Hall, destaca que a identidade não mais costura para toda vida o sujeito a uma estrutura rígida, estabilizando-o, assim como seu mundo cultural, tornando-os reciprocamente unificados e predizíveis. O autor também afirma que a identificação, assim como o que ela representa, está cada vez mais fragmentado, compondo-se de várias possibilidades de pertencimento, muitas vezes até contraditórias ou não resolvidas, assim como a cultura entra em colapso com a falta de conformidade entre as paisagens sociais e as necessidades objetivas da cultura. O processo de identificação cultural, ainda segundo Hall, torna-se mais provisório, variável e problemático, devido às mudanças estruturais e institucionais, muito influenciados pela globalização (HALL, 2004, p. 13-15). A identidade pode ser entendida como um conceito flutuante, visto que, biologicamente e culturalmente, o corpo, ideias e sentimentos mudam.

Alguém que teve rubéola ou qualquer outra doença infecciosa, não a terá mais, pois essa pessoa criou anticorpos para evitar uma nova invasão. Mas, será que se trata da mesma identidade biológica, da mesma pessoa agora que antes? Não, não, não se trata mais da mesma. De certa maneira, é sempre Michel Serres. Mas, dado que ele possui outra população de anticorpos agora, seus sistemas imunitários mudaram profundamente. Consequentemente, um sistema de identidade é invariante por

variação. Ele é flutuante: globalmente estável, mas localmente variável. Ele é invariável por variação (SERRES, 2000, p. 139).

Ser invariável por variação significa que, sendo o homem um “animal muito variado” (GEERTZ, 2008, p. 30), a variabilidade é uma razão de sua existência, mas esta variação não significa a mudança estrutural e completa de sua identidade profundamente construída. A relação que Serres faz com a flutuação da variação identitária deixa clara a posição do autor, mais uma vez, em diferenciar identidade de pertencimento, conforme expressa: “Não me agrada que as pessoas falem em ‘identidade sexual’, ‘identidade nacional’, ‘identidade cultural’ etc. Por quê? Porque elas confundem identidade com pertencimento” (SERRES, 2000, p. 139). Para Serres, nacionalidade, naturalidade, religião, família, grupos de afinidade e convivência são pertencimentos. Ainda segundo o filósofo francês, confundir pertencimento com identidade seria a própria definição de racismo. “Porque se diz: ele é negro, ele é judeu, ele é católico, ele é... Não! Ele é Michel Serres. A identidade não deve ser confundida com pertencimento”. Serres diferencia “ser” de “pertencer”. A identidade pode ser expressa pela intersecção de todos os pertencimentos exteriores, o que enriquece a identidade, sem que ela se perca (SERRES, 2000, p. 139-140). Usando a nomenclatura do teatro, muito comum nos estudos de identidade, a posição de Serres remete à ideia da identidade como um ator que, indiferente dos personagens (pertencimentos) que represente, irá continuar sendo o mesmo ator, ao mesmo tempo em que evolui com os personagens, por poder aprender e ensinar através deles. Essa é a invariabilidade da identidade (do ator), na variação dos pertencimentos (personagens).

Tornamo-nos conscientes do que o “pertencimento” e a “identidade” não têm a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age - e a determinação de se manter firme a tudo isso - são fatores cruciais tanto para o “pertencimento” quanto para a “identidade”. Em outras palavras, a ideia de “ter uma identidade” não vai ocorrer às pessoas enquanto o “pertencimento” continuar sendo o seu destino, uma condição sem alternativa (BAUMAN, 2005, p. 17-18).

Uma das diferentes formas de gerar o pertencimento dá-se pelo lugar de nascimento e de vida. Ao perguntar sobre o que é ser morador do Aventureiro aos que lá vivem, a resposta mais comum, principalmente dada pelos moradores acima de 40 anos, foi: “ser nascido e criado aqui”, ou “ter o umbigo enterrado aqui”. A nativa não moradora, Neuseli Cardoso (55 anos), é coautora do livro “Onde deixei meu coração: a história dos últimos

caiçaras da Ilha Grande”, que trata da vida no lugar. Quando perguntados sobre o que representa a praia do Aventureiro, Neuseli e os moradores Roseno (70 anos, 2012) e Nezinho (64 anos, 2012) respondem respectivamente: “O Aventureiro é a minha vida”, “é minha vida”, “é a minha vida toda o Aventureiro, aqui nasci, aqui eu me criei”. As frases traduzem, além de um costume tradicional de enterrar os umbigos dos recém-nascidos, o sentimento de pertença, representado pela ligação umbilical do indivíduo com a terra onde se vive, lugar onde se deixam “os corações”, onde ficam os órgãos que nutrem e impulsionam. É uma ligação literalmente visceral. Pelas respostas, pode-se perceber que nascer e viver geram uma simbiose identitária com o lugar, a ponto de o pertencimento constituir a liga-mestra da própria identidade, pois o Aventureiro é parte deles mesmos, é “a vida toda”.

Para Tim Ingold, a identidade é um constructo também ligado à territorialidade, no sentido do pertencimento gerado pelas histórias e memórias relacionadas ligadas ao lugar: “[...] os lugares não têm posições e sim histórias. Unidos pelos itinerários de seus habitantes, os lugares existem não no espaço, mas como nós, em uma matriz de movimento” (INGOLD, 2005, p. 1). Dessa forma, o lugar se mescla com seus habitantes. E é assim que o historiador Asa Briggs entende o conceito de lugar, ou seja, como ambientes que favorecem diferentes experiências através da vivência, notando que cada indivíduo ou grupo vivencia o lugar de forma diferente (BRIGGS, 1972, p. 75).

Considero os lugares, como Susanne Langer (1953) o faz em *Feling and Form*, como “coisas criativas”, “domínios étnicos que se tornaram visíveis, tangíveis, sensíveis”. Em relação a isto um navio, mudando constantemente de localização é, mesmo assim, um lugar encerrado em si mesmo e um acampamento cigano é bem diferente de um acampamento indígena, apesar de, geograficamente, estar situado num local em que os índios acampavam anteriormente (BRIGGS, 1972, p. 78).

Os moradores do Aventureiro apresentam uma ideia de lugar muito próxima do que propõe Briggs: “quando nos referimos a lugares, estamos falando de vida e nunca deveríamos sequer tentar delegá-la” (BRIGGS, 1972, p. 94). Diferentes dos espaços, que são áreas passíveis de demarcação, os lugares expressam emoção através das percepções resultantes das experiências. É a decodificação da identificação de um lugar que gera frases do tipo: “Não é interessante que esse castelo muda, tão logo a gente imagina que Hamlet viveu aqui?” (TUAN, 1983, p. 4). Para o geógrafo Sino-americano Yi-Fu Tuan, a experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras pelas quais uma pessoa constrói a realidade (TUAN, 1983, p. 9). O território habitado é, nesse sentido, agente de construção de identidade.

Para Haesbaert (2007, p. 97), territorializar-se significa criar mediações espaciais que proporcionem efetivo poder sobre a reprodução enquanto grupos sociais. Contudo, é preciso considerar a variedade geográfica, pois essas mediações são diretamente influenciadas por aspectos culturais e de identidade. Tanto é que Raffestin (1993, p. 162), referenciando Soja, cita os três elementos que compõem a territorialidade: senso de identidade espacial, senso de exclusividade e compartimentação da interação humana no espaço. [...] A territorialidade, embora possa ser um componente do poder, é também uma mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade diferencial (natural e/ou socialmente produzida) do território permite (DUMITH, 2011, p. 62).

Outros fatores vão proporcionar diferentes pertencimentos, como a economia e as diferenças entre as gerações, conforme demonstra Elias. O nível de desenvolvimento de um país vai influenciar na amplitude da pluralidade. Norbert Elias, ao analisar as identidades dos indivíduos (que chamou de “identidade-eu”) e a identidade da sociedade (“identidade-nós”), observa que, nos países menos desenvolvidos, a relação de cada pessoa costuma ser, por hábito, mais estreitamente ligada à família (que geralmente é uma família ampliada), à aldeia ou à cidade natal, do que nos países mais desenvolvidos, tendo a maioria delas uma relação de integração com o Estado relativamente nova (portanto mais distante). Isto faz com que a família ampliada e a aldeia nativa sejam mais preponderantes na construção do que o autor chama de “identidade-nós” pessoal dos indivíduos. Nota-se a presença da “identidade-eu” e da “identidade-nós”, tanto nos países mais quanto nos menos desenvolvidos. Os países mais desenvolvidos são mais individualistas, com maior ênfase na identidade-eu, enquanto nos menos desenvolvidos a força recai sobre a identidade-nós pré-nacional, seja ela a família, a aldeia nativa ou a tribo (ELIAS, 1994, p. 147). Elias também comparou as diferentes identidades distribuídas pelas gerações, e concluiu que para as gerações mais velhas das nações que só recentemente se tornaram independentes, é comum a identidade-nós em relação ao Estado ser relativamente fraca, implicando poucos sentimentos positivos. Isso se modifica nas gerações mais novas, mas a princípio, com frequência, sem provocar o desaparecimento do intenso apego emocional à família, aos parentes, à terra natal ou à tribo (ELIAS, 1994, p. 147).

Os pertencimentos estão, portanto, relacionados com as “máscaras” que o ser humano precisa usar para representar o papel que lhe é imputado ou ainda de que o mesmo se apropriou. De acordo com Berger, “o homem representa papéis dramáticos no grande drama da sociedade e, falando-se sociologicamente, ele é as máscaras que tem de usar para representar.” (BERGER, 1989, p. 119). A representação é um termo diretamente ligado à arte teatral. Há a representação, porque existe um papel e um *script*. Há ainda um ator e uma plateia. E as atuações devem ser naturalmente convincentes. Erving Goffman (2009) vê a

representação como um comportamento manifestado por alguém que, observado por outra pessoa, atua. O fato de ser observado faz do indivíduo que representa uma espécie de ator que encena um papel. Neste sentido, segundo o autor, “ator” e público compartilham uma relação simbiótica, visto que o primeiro depende da crença do segundo, em sua *performance*, crença que vai variar segundo sua atuação. Ainda para Goffman, a cena de representação de um papel pode ser potencializada por alguns “adereços”, que o autor chama de fachada, sendo composta por cenário, aparência pessoal e maneira de agir (GOFFMAN, 2009, p. 29-31).

Ao representar, o indivíduo pode estar muito compenetrado em sua tarefa, “estar sinceramente convencido de que a representação da realidade que encena é a verdadeira realidade” (GOFFMAN, 2009, p. 25), ou pode atuar não acreditando em seu papel. No primeiro caso, quando o sujeito está convencido de seu ato, Goffman o denomina ator “sincero”. Mas quando o próprio ator não acredita em sua *performance*, o autor o identifica como “cínico”. Cinismo e Sinceridade são duas posturas que vão aparecer nas representações de uma mesma pessoa. O cinismo pode ser tratado como uma forma de enganar o espectador, ou ainda como um meio de proteger uma identidade que precisa ser preservada, pelo ator social (GOFFMAN, 2009, p. 26). O cinismo pode se transformar em sinceridade à medida que o ator se empodera de seu personagem. O contrário também acontece: a sinceridade pode se transformar em cinismo quando o papel já não tem mais representatividade ou valor para quem atua.

O cinismo pode ser uma forma de resistência, um morador, por exemplo, pode afirmar-se como “caiçara”, mesmo que não concorde com o rótulo, mas desta forma pode agradar a quem pergunta. Segundo Yúdice, as escolhas dos indivíduos, frente aos modelos sociais (os papéis), estão inseridas em uma “política de representação” que, em uma visão multicultural, se refere a uma negociação da cidadania. De acordo com o autor, “esses processos envolvem a produção e a canalização de representações que são gerenciadas pelos intermediários do poder” (YÚDICE, 2006, p. 221-222). Goffman recorre a Park, para relacionar os diferentes papéis sociais, com “máscaras” usadas pelos sujeitos em suas representações. “Ao final, a concepção que temos de nosso papel torna-se uma segunda natureza e parte integral de nossa personalidade. Entramos no mundo como indivíduos, adquirimos um caráter e nos tornamos pessoas” (PARK, 1950, p. 250 *apud* GOFFMAN, 2009, p. 27)

Há ainda algumas máscaras que são usadas, por um período muito curto, como um papel situacional, algo metamórfico, como um camaleão que muda de fachada pessoal de acordo com o cenário. É o que acontece com os turistas, por exemplo. É comum poder

acompanhar, na praia do Aventureiro, a metamorfose de alguns deles, que chegam com seus calçados e ar urbano e, gradativamente, como uma transmutação temporária, aparecem descalços, misturam-se com o mar, a areia e a mata, sem medo de se sujar ou molhar, tomando posse de uma aparência mais despojada, um ar mais tranquilo, ou ainda excitado pela experiência. Perde-se a noção de tempo, e constrói-se nova temporalidade: o tempo do “quando der vontade”. Comer, beber, descansar e dormir, quando se quer, não quando se deve. Tal personagem apresenta cinismo, mas gradativamente vai se tornando sincero, no sentido de Goffman. É uma reação resultante da experiência no lugar. O sentimento de pertencimento a um grupo novo, ainda que com um sentimento “fast”, gera um processo de dramatização idealizada. Isto porque o ator, que encena seu papel temporário, faz sua performance nos moldes de compreensão do público que assiste à metamorfose. Neste caso, a idealizada “vida da comunidade do Aventureiro” serve como espelho para a transformação.

Assim, quando um indivíduo se apresenta diante dos outros, seu desempenho tenderá a incorporar e exemplificar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade e até realmente mais do que o comportamento do indivíduo como um todo. Na medida em que uma representação ressalta os valores oficiais comuns da sociedade em que se processa, podemos considerá-la à maneira de Durkheim e Radcliffe-Brown, como uma cerimônia, um rejuvenescimento e reafirmação, expressivos dos valores morais da comunidade. Além disso, tanto quanto a tendência expressiva das representações venha a ser aceita como realidade, aquela que é no momento aceita como tal terá algumas das características de uma celebração (GOFFMAN, 2009, p 41).

Para o turista, a comunidade local é vista através de um “espelho mágico”, onde ele se vê de uma forma projetada, algumas vezes distorcida e idealizada, e constrói, com outros turistas, outra comunidade, próxima ao que Bauman denominou "comunidades guarda-roupa", ou seja, aquelas que existem apenas enquanto dura o espetáculo e, quando findo, são prontamente desfeitas. Elas não são genuínas, são de curta duração em seu ciclo de vida, além de ser precário o compromisso necessário para ingressar nelas e, por um breve tempo, aproveitá-las (BAUMAN, 2005, p. 37).

Percebe-se que há ainda identidades que são rejeitadas, negadas ou escondidas. As identidades rejeitadas são as que não despertam, nos indivíduos, a vontade de participação. A rejeição de uma identidade vem da manifestação do indivíduo de não desejar pertencer a um grupo não aceito, de um grupo excluído pela sociedade. Bauman alerta que há no mundo uma quantidade de "pessoas rejeitadas" – “pessoas não mais necessárias ao perfeito funcionamento do ciclo econômico e, portanto, de acomodação impossível numa estrutura social compatível

com a economia capitalista" (BAUMAN, 2005, p. 47), grupo que é por ele chamado de "lixo humano". Quem quer compartilhar deste pertencimento, deste rótulo, na sociedade do Consumo? O rótulo de excluído é ainda pior que o de explorado, segundo Bauman, visto que o segundo ainda possui seu papel na estratificação social, de sustentar na base a produtividade capitalista. A exclusão é um caso evidente de polarização social, "de aprofundamento da desigualdade e de aumento do volume de pobreza, miséria e humilhação", que são problemas localmente produzidos, mas que exigem uma solução global (BAUMAN, 2005, p. 47). O reconhecimento destas identidades sinaliza um risco à estrutura social, forçando, assim, uma política de inclusão social, a fim de tornar estes indivíduos participantes da vida social (de consumo). As estratégias de inclusão são, portanto, mecanismos de coesão social para proteção do grupo excluído ou ameaçado de exclusão (ELIAS, 1994).

Outras pessoas "têm negado o direito de reivindicar uma identidade distinta da classificação atribuída e imposta. Pessoas, cujas súplicas não serão aceitas e cujos protestos não serão ouvidos, ainda que pleiteiem a anulação do veredicto" (BAUMAN, 2005, p. 45). Para Bauman, há grupos aos quais não é assegurado ou respeitado o autoconceito, sendo considerados uma "subclasse". A "identidade da subclasse" é a "ausência de identidade", e isso significa que o indivíduo é "excluído do espaço social em que as identidades são buscadas, escolhidas, construídas, avaliadas, confirmadas ou refutadas". Pertencer a uma subclasse significa ter abandonado a escola, ser mãe solteira vivendo da previdência social, viciado ou ex-viciado em drogas, sem-teto, mendigo ou "membro de outras categorias arbitrariamente excluídas da lista oficial dos que são considerados adequados e admissíveis" (BAUMAN, 2005, p. 45- 46). A negação de identidade gera a exclusão do indivíduo da sociedade.

Pode ainda acontecer de o próprio indivíduo ocultar sua identidade de um determinado grupo, ficando restrita ao ambiente privado ou para manifestação em momentos muito específicos, como um segregar de consciência e de conduta. "Este processo poderá talvez ser ilustrado pela maneira como atos sexuais desaprovados pela sociedade ou atos moralmente questionáveis de qualquer espécie são segregados na consciência" (BERGER, 1989, p. 122). Identidades ocultadas são decorrentes do entendimento da não aprovação do grupo, mesmo que o grupo entenda (e finja não entender) que tais identidades existam.

Indiferentemente do tipo de identidade, do pertencimento ou da representação, há algo que está implícito nos papéis, nas máscaras e nos *scripts*: a cultura. A cultura é a mão do autor que escreve o drama. Ela dá formato à trama e está por trás dos roteiros e da ajuda na construção dos personagens. É, ao mesmo tempo, autor e texto, dá cor aos cenários e

vitalidade aos personagens a ponto de os mesmos roubarem a cena, deixando a cultura sem saber o que virá nos próximos capítulos. Assim ela se renova, se adapta, estando nos sujeitos e os sujeitos nela, transformando indivíduos em pessoas e pessoas em personagens.

### 2.3 CULTURA E MANIFESTAÇÃO DA IDENTIDADE

Segundo Geertz (2008, p. 9), “a cultura é pública, porque o seu significado o é”. Quando a frase - “aqui no Aventureiro as mulheres são roubadas” - foi expressa naturalmente por um dos moradores, causando para os de fora muita estranheza, o significado da frase citada por Geertz foi completamente compreendido. Como as mulheres poderiam ser roubadas sem que ninguém se revoltasse ou ainda manifestasse protesto contra tamanha violência? E, pior, como as mulheres que foram roubadas poderiam elas mesmas contar tais histórias, assumindo a situação com tanto orgulho, prazer e alegria? Certamente, a cultura é pública, porque seu significado o é para o grupo que a compartilha. E de alguma forma, quando se é de fora de um contexto cultural, é a estranheza que faz com que as fronteiras cognitivas se tornem mais visíveis. A maioria das mulheres moradoras da praia do Aventureiro instituiu sua união através do “roubo” (é esta a expressão usada localmente) consentido. Os casais adoram contar suas românticas histórias de fuga, que não têm vínculo com força, mas com consentimento. Essa manifestação cultural é detalhada em outro capítulo, mas serve de exemplo para as palavras de Geertz. A “cultura consiste em estruturas de significados socialmente estabelecidos”, que são entendidos pelo grupo que a compartilha. Para “o de fora” da cultura “há a falta de familiaridade com o universo imaginativo dentro do qual os seus atos são marcos determinados” (GEERTZ, 2008, p.9).

São as maneiras de fazer, de pensar, de construir identidades reconhecidas que criam e caracterizam as especificidades da cultura local. Segundo Darcy Ribeiro, a cultura pode ser compreendida através de vários vieses. Antropologicamente, entende-se como a “herança social de uma comunidade humana, representada pelo acervo coparticipado de modos estandardizados de adaptação à natureza para provimento de subsistência, de normas e instituições reguladoras das relações sociais” (RIBEIRO, 1972, p 93). Neste sentido, os valores, as crenças mostram as experiências e exprimem a criatividade artística, sendo consideradas manifestações culturais. A cultura, assim apresentada, é mostrada como uma réplica adaptada a cada geração. Nesta interação intracultural, os homens se humanizam. “Por isto mesmo a cultura é percebida pelos seus detentores como uma visão de mundo e como um

modo natural e necessário de serem homens em face dos membros do seu próprio grupo e em face de outros grupos” (RIBEIRO, 1972, p. 94).

Darcy Ribeiro mostra que todas as sociedades (das pré-industriais, pré-estatais às pós-modernas) têm cultura, sendo elas identificadas por um conjunto integrado de tradições diferenciadas. Os principais elementos de mudança cultural são: a criatividade (através das invenções e descobertas) e o contato entre povos (com o processo de aculturação). Ribeiro distingue três elementos fundamentais constitutivos da cultura: a adaptação, a associação e a ideologia.

Na cultura assim definida se podem distinguir, conceitualmente, três conteúdos fundamentais: o sistema adaptativo, que é o conjunto das formas de ação sobre a natureza para a produção das condições materiais de existência das sociedades. O sistema associativo, que é o conjunto de modos de organização das relações interpessoais para os efeitos da reprodução biológica, da produção e da distribuição de bens e da regulação do convívio social. E o sistema ideológico, que compreende as ideias e os sentimentos gerados no esforço por compreender a experiência coletiva e por justificar ou questionar a ordem social (RIBEIRO, 1972, p. 97- 98).

Segundo Berger, a cultura se manifesta à percepção, através de “vestuário, comportamento e jargão”, que “irão dar demarcação ao grupo de referência” (BERGER, 1989, p. 134). "O grupo de referência nos proporciona um modelo com o qual nós podemos nos comparar continuamente" (BERGER, 1989, p. 133), portanto, a comparação é uma forma de dar as coordenadas para que seja feita a identificação das tribos e dos indivíduos. Os estudos da fachada são importantes para darem contornos mais perceptíveis a respeito da diferenciação de uma cultura, de forma mais panorâmica, tendo maior facilidade de identificação do que o sistema ideológico. Fachada, de acordo com o cientista social Erving Goffman, é todo “o equipamento expressivo de tipo padronizado intencional ou inconsciente empregado pelo indivíduo durante sua representação” (GOFFMAN, 2009, p. 29). Segundo o autor, a fachada social é composta por três partes, sendo elas chamadas de “cenário, aparência e maneira”. Os “cenários” estão relacionados com mobília, decoração, disposição física, assim como os elementos do pano de fundo. “Aparência” são estímulos que funcionam no momento de revelação do *status* social do ator (sinalizam um momento formal ou informal do ator, por exemplo). “Maneira” tem a função de informar, naquele momento, sobre o papel de interação que o ator espera desempenhar na situação que se aproxima (exemplos seriam: maneira arrogante, maneira agressiva). A “fachada”, além de social, também pode ser “pessoal”, sendo relacionada com elementos característicos que, por serem mais íntimos ao próprio ator, acredita-se que irão acompanhá-lo para toda a vida. Goffman considera como fachada pessoal o

vestuário, sexo, idade, características raciais, altura, peso, aparência, atitude, padrões de linguagem, expressão facial, gestos corporais (GOFFMAN, 2009, p 29-31).

Os moradores valorizam a fachada pessoal e social. Nos dias festivos vestem-se com as “roupas de festas”, assim como usam acessórios que, geralmente, não usam no dia a dia, principalmente as mulheres. Nas conversas, sempre destacam a comparação que fazem com os turistas na maneira de vestir e agir. Além disso, comparam-se entre si, gerando críticas, elogios e brincadeiras, dependendo do grau de afinidade e se “estão de bem” ou se “estão de mal”, com o outro morador. As fachadas, algumas vezes, podem ser expressas pelos moradores e visitantes através da descrição de um imaginário que, em certas situações, não corrobora a realidade encontrada.

O morador Nezinho (64 anos em 2012) descreve o caiçara através de fachada pessoal: uma pessoa com “calças remendadas”, usando “chapéu de palha”, com “pés no chão”. Desta mesma forma, “o caiçara” materializado em argila foi apresentado durante atividade para construção da personalização que representasse os moradores, “a mascote”, conforme figura 19. Nezinho diz que quem usa cabelos com *dreads* ou usa piercing não é mais caiçara. Entretanto o morador, no momento de sua fala, veste camiseta e bermuda, roupas com estilo mais despojado, *surfwear*. Ele está sempre usando uma pulseira *Power Balance* (aliás, muitos moradores usam a pulseira), que é um acessório utilizado por surfistas, geralmente. A referida pulseira promete, através de tecnologia da NASA, levar equilíbrio a quem a usa (figura 18).



Figura 19 -- “Caiçara” feito em argila (em 2009)  
Fonte: Arquivo pessoal (2009)



Figura 20 -- Pulseira *Power Balance*  
Fonte: Arquivo pessoal (2011).

Com relação às formas de manifestação e expressão da identidade cultural, os autores desenvolvem propostas e caminhos, na maioria das vezes, semelhantes. Para Berger (1989), devem ser consideradas as perspectivas relacionadas à teoria do papel (as representações tipificadas, as *performances* esperadas socialmente), a sociologia do conhecimento (situa e contextualiza as ideias socialmente) e a teoria do grupo de referência (proporciona um modelo de comparação). Stuart Hall, em estudos sobre as culturas nacionais, destaca que a cultura é composta de instituições culturais, símbolos e representações.

[...] cultura nacional é um discurso - um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. [...] Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. Como argumentou Benedict Anderson (1983), a identidade nacional é uma “comunidade imaginada” (HALL, 2006, p. 50-51).

O autor explica que a unificação de uma cultura não é desenvolvida por lealdade, união ou identificação simbólica. Demonstra que a unificação da cultura de uma nação é “uma estrutura de poder cultural” construída através de longos processos de conquista violenta. O autor ainda destaca que cada conquista subjugou povos conquistados e suas culturas, costumes, línguas e tradições, e impôs uma hegemonia cultural mais unificada. Na maioria das vezes, a violência aplicada nas origens das nações é “esquecida”. Além disso, as nações nunca são efetivamente iguais, são compostas de diferentes classes, etnias, gêneros. O terceiro aspecto importante, desenvolvido por Hall, para se entender o engendrar da imagem unificada de uma “cultura nacional”, está no fato de que as nações ocidentais modernas exercem hegemônica influência neoimperial sobre as culturas dos colonizados (HALL, 2006, p. 59-61).

A despeito das forças colonizadoras que dominam os grupos, há algo que permanece nas culturas. Segundo Simmel (2005), será transmitido a outras gerações o que for reconhecido como algo de valor. São as novas gerações que percebem ou não valor naquilo que recebem como herança, descartando ou incorporando ao seu uso. Simmel considera que o apreço pelo que sempre existiu e que é herdado culturalmente se deva não somente à sua camada de antiguidade e a seu encanto “romântico-mítico”, mas também por ser mais amplamente disseminado, por ter raízes firmes plantadas nos indivíduos. “A ancestralidade habita” dentro dos indivíduos “na camada (ou perto dela) em que brotam os juízos mais instintivos, indemonstráveis e inatacáveis” (SIMMEL, 2005, p. 44). Todo esse movimento cíclico da cultura no homem e vice-versa acontece de forma quase “invisível”, os elementos

culturais são incorporados, rejeitados ou reinventados, como de maneira “inconsciente” ou “sem reflexões” a respeito. Culturalmente, a sociedade é híbrida, formada de tradição e inovação. O sistema adaptativo da cultura faz com que ela se ajuste. O hibridismo cultural parece ser bastante adequado à pluralidade dos tempos globais.

Em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em transição, entre diferentes posições; que retiraram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas [...] unificadas no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e [...] a várias “casas” (e não a uma “casa” particular). As pessoas pertencentes a essas culturas híbridas têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural “perdida” ou de absolutismo étnico. Elas estão irrevogavelmente traduzidas. A palavra “tradução”, observa Salman Rushdie, vem, etimologicamente, do latim, significando “transferir”; “transportar entre fronteiras” (HALL, 2006, p. 88- 89).

Para o filósofo e crítico literário, o britânico Terry Eagleton (2005), a noção de cultura, que tem sido usada na antropologia, é “debilitantemente ampla”, ao trabalhar com diversos conceitos, que incluem um infinito de possibilidades, incluindo formas de fazer, o uso e a interpretação semiológica dos objetos, nomenclaturas da genealogia etc. Apesar da amplitude, o autor reconhece que o uso da cultura na antropologia tem ratificado a distância entre os homens. Eagleton mostra os caminhos etimológicos do conceito da palavra cultura, relacionando seu sentido original mais ligado com a natureza, através do significado de plantio e lavoura. Assim “as pessoas seriam cultivadas” e este cultivo estava ligado ao trabalho no campo, na roça. Na atualidade, a cultura se torna praticamente um antônimo de natureza, sendo confundida com política e economia, devido à forte influência que as últimas exercem sobre a cultura. O sentido semântico da palavra cultura mostra a transição da humanidade de uma existência rural para uma existência urbana. Com a transição, há o enfraquecimento do sentido de cultura ligado a terra e fortalece-se o sentido ligado à urbanidade. A mudança semântica, para Eagleton, é um paradoxo, visto que, hoje, “cultos” são os habitantes urbanos, e aqueles que “vivem lavrando o solo não o são”. Essa visão traz a crença de que aqueles que cultivam a terra são menos capazes de cultivar a si mesmos. “A agricultura não deixa lazer algum para a cultura” (EAGLETON, 2005, p. 10).

Eagleton discorre que a palavra cultura possui também o sentido original de seu termo latino *colere*, relacionado a “colonialismo” e “culto”, ou seja, ao sagrado. Podendo-se analisar que, desta forma, herda autoridade religiosa e permissão para invasão e domínio,

respectivamente. Sendo assim, pode-se entender que a crítica fundamental do autor ao conceito de cultura, é que a mesma retém uma herança ligada à discriminação, sendo, portanto, a cultura, segundo Terry Eagleton, “desconfortavelmente rígida”. A categorização de diferentes culturas tem gerado mais distanciamento entre as pessoas do que ajudado na integração das sociedades. Assim sendo, deve-se ter atenção, pois sua utilização pode ratificar e aumentar a distância entre as fronteiras sociais imaginadas, alerta o filósofo. Ele observa também que, na relação natureza-homem-cultura, a natureza produz cultura que acaba por transformar essa própria natureza.

Os seres humanos não são meros produtos de seus ambientes, mas tampouco são esses ambientes pura argila para a automodelagem arbitrária daqueles. Se a cultura transfigura a natureza, esse é um projeto para o qual a natureza coloca limites rigorosos. A própria palavra “cultura” compreende uma tensão entre fazer e ser feito, racionalidade e espontaneidade, que censura o intelecto desencarnado do Iluminismo tanto quanto desafia o reducionismo cultural de grande parte do pensamento contemporâneo. Ela até alude ao contraste político entre evolução e revolução — a primeira “orgânica” e “espontânea”, a última, artificial e forçada — e também sugere como se poderia ir além dessa antítese batida. A palavra combina de maneira estranha crescimento e cálculo, liberdade e necessidade, a ideia de um projeto consciente, mas também de um excedente não planejável. E se isso é verdadeiro quanto à palavra, também o é quanto a algumas das atividades que denota (EAGLETON, 2005, p 14).

Cultura, ressalta ainda o autor, também está relacionada com a “matéria constitutiva do eu” como indivíduo, e neste sentido, o termo está associado com o que existe na construção do homem, em contraposição à biologia e ao instinto (ligados ao conceito de natureza). Sendo assim, o homem compartilha com outros seres a mesma natureza que o constitui; no entanto, distingue-se dos últimos porque pela cultura pode modificar sua própria natureza e cultura, através da autorreflexividade e da dominação ideológica política. O autor destaca também que os interesses políticos governam os interesses culturais, e não o contrário. A necessidade de cultura do ser humano sugere que a sua “condição natural” é também bastante “inatural” (EAGLETON, 2005, p 16). Pode-se concluir que sendo elementos constitutivos do ser humano, o que é herdado e o que é modificado, então a cultura é natural ao homem, assim como sua natureza.

Se a palavra “cultura” guarda em si os resquícios de uma transição histórica de grande importância, ela também codifica várias questões filosóficas fundamentais. Neste único termo, entram indistintamente em foco questões de liberdade e determinismo, o fazer e o sofrer, mudança e identidade, o dado e o criado. Se cultura significa cultivar, um cuidar, que é ativo daquilo que cresce naturalmente, o termo sugere uma dialética entre o artificial e o natural, entre o que fazemos ao mundo e o

que o mundo nos faz. E uma noção “realista”, no sentido epistemológico, já que implica a existência de uma natureza ou matéria-prima além de nós; mas tem também uma dimensão “construtivista”, já que essa matéria-prima precisa ser elaborada numa forma humanamente significativa. Assim, trata-se menos de uma questão de desconstruir a oposição entre cultura e natureza do que de reconhecer que o termo “cultura” já é uma tal desconstrução (EAGLETON, 2005, p. 11).

A cultura, entendendo-a como diversa, é adaptada ao tempo, ao espaço, à ideia e a tudo aquilo que não é controlado ou previsto. Encontra seu significado ao que seja adequada ao entendimento das diferentes expressões dos grupos sociais que compõem a humanidade. O termo deve ser ainda percebido como um elemento que, embora abrangente, não é capaz de, isoladamente das relações sociais, dar sentido à pluralidade do ser humano. Compreendendo-se, segundo Eagleton, também que não é função principal da cultura a construção de um “eu” ou de um “nós” ideal, é função da política fazer isso. O autor acrescenta ainda que a imaginação é um forte aliado na compreensão da cultura.

O antropólogo norte-americano Roy Wagner, assim como Eagleton, coloca a ideia de cultura sobre análise. Wagner (2010) acredita que a invenção seja elemento expressivo da cultura, a forma como a cultura se materializa e se explica. O antropólogo escreve sobre a ideia central de sua tese que, segundo ele, se empenha em situar o argumento da “invenção da cultura” no contexto da constituição e da motivação simbólicas dos atores em diversas situações culturais.

Especificamente, leva adiante a ideia central de *Habu*, de que todas as simbolizações dotadas de significado mobilizam a força inovadora e expressiva dos tropos ou metáforas, já que mesmo símbolos convencionais (referenciais), os quais não costumamos pensar como metáforas, têm o efeito de “innovar sobre” (isto é, “ser reflexivamente motivados em contraste com”) as extensões de suas significações para outras áreas. Assim, *Habu* deriva significado cultural de atos criativos de entendimento inovador, construindo metáfora sobre metáfora, de modo a redirecionar continuamente a força de expressões anteriores e subsumi-la em novas construções. A distinção entre metáforas convencionais, ou coletivas, e metáforas individuantes não é, contudo, perdida; ela fornece um eixo de articulação entre expressões socializantes (coletivas) e expressões que conferem poder (individuativas) (WAGNER, 2010, p.17).

A cultura, portanto, é uma construção, uma invenção. Sendo o ato de inovar fator intrínseco cultural. Desta forma, não há cultura que não seja criada, inventada, inovada. Logo, a inovação também exerce o papel de situar a cultura em um lugar do futuro e não apenas do passado, pois é construída de inovação. Por conseguinte, esta visão abre espaço para novas perspectivas inventadas, não somente a valorização de um pretérito cultural previamente existente. Wagner critica a cultura descrita pelos antropólogos como uma ilusão,

uma criação que não é real, porém inventada pelo observador que narra a outra cultura por meio da sua própria perspectiva. A cultura é “uma espécie de ilusão, um contrapeso (e uma espécie de falso objetivo) para ajudar o antropólogo a ordenar suas experiências” que acontecem através da observação e do aprendizado (WAGNER, 2010, p. 14). Trata-se de uma criação que define fenômenos de relações comportamentais e significados relativos, uma construção fictícia baseada em fatos reais. Ainda para o autor, há a apropriação da cultura através das relações e do aprendizado. Sua aplicação, inconscientemente feita, media as diversificadas formas de pensar, principalmente em um contexto bastante fluídico como o pós-industrial. Conceitos como cultura e identidade nas relações entre o nativo e o *outsider* acabam por gerar concepções e, conseqüentemente, um sistema de fronteiras e de hierarquias, que são uma consequência destas relações sociais observadas e que efetivamente também são passíveis de observação e análise. As fronteiras atuais deixaram de ser mais fortemente físicas e passaram a ser principalmente imaginadas.

Os moradores da vila do Aventureiro utilizam as denominações que lhes são atribuídas no seu discurso de acordo com o benefício e a valorização que lhes tragam os significados de tais identificações. Entre os mais jovens, alguns gostam de narrar o quanto suas formas de vestir são semelhantes a dos turistas. Quando estão conversando com “os de fora”, podem demonstrar conhecimento dos costumes locais, se percebem que o interlocutor os valoriza. No entanto, se reconhecerem que “o outro” relaciona os costumes locais como inferiores ou atrasados, passam a “disfarçar”, “negar” ou agem “indiferentes” como se não conhecessem ou também desgostassem, como se também fossem de fora. Isso ocorre através de uma ótica de *status* relacionada à hegemonia e dominação. Reconhecer culturas distintas é criar fronteiras. Sendo assim, as representações e identidades levam a categorizações e construção de conceitos inventados que, muitas vezes, geram diferenciais de trato e valor, adaptando-se aos interesses do agente (“nativo”, “de dentro”, “morador”) que narra, e de acordo com as expectativas do intérprete, que ouve (“observador”, “de fora”, “outsider”, “visitante”).

Entre os autores que defendem como importante analisar a sociedade através da cultura, está o antropólogo americano Marshall Sahlins. Ao discorrer sobre a relevância dos estudos culturais nas ciências humanas, especialmente na antropologia, para o entendimento da vida em sociedade, Sahlins acaba por advogar a favor da cultura.

Mas a “cultura” não pode ser abandonada, sob pena de deixarmos de compreender o fenômeno único que ela nomeia e distingue: a organização da experiência e da ação humanas por meios simbólicos. As pessoas, relações e coisas que povoam a existência humana manifestam-se essencialmente como valores e significados — significados que não podem ser determinados a partir de propriedades biológicas ou físicas (SAHLINS, 1997a, p. 41)

A cultura, para Sahlins, proporciona os parâmetros para se decodificar a leitura do mundo dentro dos diferentes grupos. Mesmo que haja domínio econômico e colonialista, a cultura é capaz de ressignificação, proporcionando outras interpretações aos elementos hegemônicos. Logo, por mais que o capitalismo e a globalização tenham poder e força de massificação, a cultura é um componente de resistência. O autor considera importante o uso da cultura como instrumento semiótico, principalmente se a mesma não for submetida a um uso empobrecido de se marcar diferenças e possivelmente dominações, como também já foi advertido por Eagleton, visto que, dessa forma, a cultura teria um caráter discriminatório, fazendo da antropologia uma certificadora de diferenças e ratificadora de estratificações.

“Sei lá...eu não. Esse negócio de caiçara não é gente da roça, que é feita de bobo, atrasada?”, refuta Dona Esmeralda (64 anos, em 2012), quando perguntada sobre ser caiçara. Esmeralda é uma das moradoras mais antigas do local, matriarca da família dos “espias<sup>8</sup>”, visto que seu marido e filho são considerados os melhores na função relacionada à pesca. O medo da discriminação pode ser percebido em falas como a da moradora. Ao mesmo tempo, há, entre os jovens, uma maior afirmativa sobre a denominação, principalmente percebida nos últimos anos de pesquisa. “Eles gostam de tirar onda dizendo que são caiçaras”, afirma Thamy (23 anos, em 2012, professora de Educação Física, não moradora, namorada de jovem morador). A valorização do exotismo aflora com mais força entre aqueles que vivenciam mais a pós-modernidade, de alguma forma. Deve-se considerar ainda que o conceito do que é “ser caiçara” obtenha diferentes vieses entre os moradores.

Essa diversidade desconexa (ao menos aparentemente) de atividades e a mistura do novo com o velho, formando um cenário cultural sincrético, são características desconfortáveis com as quais o antropólogo irá se defrontar em quase todo lugar. Somos treinados a suprimir os sinais de incoerência e de multiculturalismo encontrados, tomando-os como aspectos não-essenciais decorrentes da modernização, apesar de sabermos que não há cultura que não seja conglomerado resultante de acréscimos diversificados [...] (BARTH, 2000, p. 109).

---

<sup>8</sup> O espia é o indivíduo que reconhece, observando o mar, onde há o cardume, o tipo de peixe, a quantidade, e tem a função de avisar aos companheiro quando é o momento certo para entrar com a rede para a pesca.

A teia construída socialmente, através das relações de cada indivíduo com outro, resulta em concordâncias ou desacordos, que os fazem mais próximos ou distantes, mas antes os fazem humanos. Teias repletas de códigos de condutas e papéis prontos para serem representados, além dos agentes que a qualquer momento podem refazê-las. Dessa forma percebe-se que essas relações são cruciais para que os indivíduos se reconheçam e também para que sua existência se sustente. Segundo Berger, a vida se desenrola dentro de uma complexa trama de reconhecimentos e não reconhecimentos, preferindo os indivíduos se ligarem às pessoas que sustentem suas autointerpretações. “Em termos sucintos, todo ato de ligação social resulta numa escolha de identidade. Inversamente, toda identidade exige ligações sociais específicas para sua sobrevivência” (BERGER, 1989, p. 115).

O estudo da cultura, na visão de Geertz (2008), possui valor desde que usado de forma interpretativa e microscópica, como um caminho para o entendimento do significado dos comportamentos e, conseqüentemente, das identidades.

O conceito de cultura que eu defendo, e cuja utilidade os ensaios abaixo tentam demonstrar, é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado. É justamente uma explicação que eu procuro, ao construir expressões sociais enigmáticas na sua superfície (GEERTZ, 2008, p. 4).

Em sentido metafórico, a sociedade é um emaranhado de diferentes tipos de fios e de teias, como se fossem descritas por Geertz, citando Weber, entretanto desenhadas por Bauman ou Hall, por serem plurais em estrutura, aparência e significados. As teias são criações, invenções, previstas por Wagner, que se modificam, adaptam e inovam por vontade, ou pela força de elementos sutis como o vento que as move, ou de forma abrupta quando são rompidas por mãos curiosas, descuidadas ou mal intencionadas. Antropólogos são observadores de fios e teias, e um simples respirar profundo, uma observação participante. Eagleton ensina que o significado dos fios e das teias não está nas mãos do observador, mas no domínio dos artrópodes que as desenvolvem e nelas vivem. A realização da teia é, de acordo com as leituras de Goffman e Turner, sem dúvida, uma performance.

Não dirigido por padrões culturais — sistemas organizados de símbolos significantes — o comportamento do homem seria virtualmente ingovernável, um simples caos de atos sem sentido e de explosões emocionais, e sua experiência não teria praticamente qualquer forma. A cultura, a totalidade acumulada de tais padrões, não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela — a principal base de sua especificidade (GEERTZ, 2008, p. 33).

A cultura também está relacionada com recurso e sustentabilidade. Segundo o pesquisador cultural George Yúdice (2006), a cultura é hoje um recurso que gera e atrai investimentos, cuja distribuição e utilização, seja para o desenvolvimento econômico e turístico, seja para as indústrias culturais ou novas indústrias dependentes da propriedade intelectual, mostra-se como fonte inesgotável. Então, a cultura pressupõe seu gerenciamento. Essa perspectiva, contudo, não implica que sua análise inviabilize “aplicações” antropológicas, mas que imprime uma necessária revisão da importância da análise situacional nos estudos que se debruçam sobre práticas e representações culturais contemporâneas. Nesse movimento, formou-se uma economia cultural, brotando um conjunto de ações e produções culturais alinhadas com o crescimento econômico, em uma economia política que se fundamenta no esforço coletivo, que transforma atividades sociais em propriedades, sobretudo, intelectuais. Identidade performática, decorrente de uma cultura conveniente, é capaz de gerar sustentabilidade de recursos aos indivíduos, defende George Yúdice (2006, p. 29). Contudo, dentro desta concepção de cultura, percebe-se que ela se sustenta através do imaginário dos que atuam como público para a “conveniência” de tais culturas, enquanto recurso.

A relação entre as esferas cultural e política ou cultural e econômica não é nova. Por um lado, a cultura é o veículo no qual a esfera pública emerge no século XVIII, e, como argumentam os estudiosos de Foucault e dos estudos culturais, ela se tornou um meio de internalizar o controle social - isto é, via disciplina e governamentalidade - ao longo dos séculos XIX e XX. Tony Bennett (1995), por exemplo, demonstrou que a cultura proporcionou não somente uma melhoria ideológica, segundo a qual as pessoas seriam avaliadas em termos de valor humano, mas também uma inscrição material nas formas de comportamento. O comportamento humano foi transformado pelas exigências físicas envolvidas na movimentação pelas escolas e museus: modo de andar, de se vestir, de falar etc. O que também foi bem estudada é a utilização política da cultura para promover uma ideologia em particular com vistas a interesses clientelistas ou a bajulação nas relações exteriores, como já foi evidenciado no avanço da cultura do proletariado pela Comissão Soviética de Iluminismo (FITZPATRICK, 1992), no patrocínio clientelista do muralismo pelo Estado mexicano nos anos 1920 e 1930 (FOLGARAIT, 1998), ou na busca de influências nas relações exteriores como no caso do US's Good Neighbor [O bom vizinho dos Estados Unidos] (YÚDICE, 2000a) e nas políticas culturais durante a Guerra Fria (SAUNDERS, 1999). (YÚDICE, 2006, p 26)

Sendo assim, principalmente a partir da modernidade, a cultura, economia e política se entrelaçam de tal forma que se torna difícil desvinculá-las. O imbricar desses conceitos tem sido objeto de crítica por parte de autores, pois o consideram muito abrangente, fazendo com que a cultura enfraqueça sua primazia como elemento fundamental para compreensão

humana. Logo, confirma-se que a pluralidade atinge o conceito de cultura. Eagleton (2005) demonstra a multidimensionalidade conceitual extremamente abrangente da cultura, que dá a sensação de que “tudo” é cultura. Para o autor, seu sentido amplo e flutuante demonstra que está constantemente em crise, como se não houvesse conceito suficientemente completo. O quadro 4, a seguir, mostra algumas passagens do significado semântico da palavra, cultura a partir da modernidade pós-industrial.

Civilidade Civilização	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Civilização; costumes adequados e aceitos socialmente; ser polido; <i>gentleman</i>; refinamento intelectual.</li> <li>• Abstrata; alienada; fragmentada; mecanicista; utilitária.</li> <li>• O selvagem, o nativo, o não urbano, não seria culto.</li> <li>• Sentido Francês.</li> <li>• Século XVIII.</li> </ul>
Cultura Modo de vida	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Com a decadência e descrença do significado de civilização, o termo cultura ganha força.</li> <li>• Holística; orgânica; sensível; autotélica, recordável.</li> <li>• Modo de vida característico.</li> <li>• Sentido Alemão (contra o sentido Francês anterior).</li> <li>• Virada do Século XIX.</li> </ul>
Exótico Plural	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plural.</li> <li>• “Valorização das sociedades exóticas subjugadas”.</li> <li>• Surge com o Crescimento da Antropologia Cultural.</li> <li>• A valorização do exotismo aflora com mais força na pós-modernidade.</li> <li>• Valorização da cultura popular e das culturas chamadas de “primitivas”.</li> <li>• “Numa inversão curiosa, os selvagens agora são cultos, mas os civilizados, não” (EAGLETON, p 25).</li> <li>• Século XX.</li> </ul>

Quadro 4 - Três Sentidos Modernos da Palavra Cultura

Fonte: Adaptado de (WILLIAMS, 1976 apud EAGLETON, 2005, p.19-29)

Quando se dá identidade cultural a um grupo ou a uma pessoa, construções representativas e possibilidades morais e legais são concedidas ou não. Atualmente, um dos argumentos de desqualificação da comunidade como tradicional, gerando a possibilidade de retirada dos moradores da praia, é o argumento usado por agentes políticos, lideranças influentes, ligadas ao INEA, com poder de intervenção, como a Sra. Norma Crud Maciel, no ano de 2012, atuando como chefe do Serviço Aplicado de Ecologia do INEA. Ela pode ser encarada como um personagem polêmico na arena de conflitos sobre a recategorização do Aventureiro. Ela defende que a localidade precisa ser garantida como reserva biológica e desconsidera, através de suas colocações públicas, que os moradores sejam uma comunidade tradicional caiçara. Em mensagens apregoadas em sites e enviadas por email, ela deixa clara a sua concepção sobre a “não existência de uma comunidade tradicional local”, fazendo um apelo preservacionista da região como reserva biológica, sem possibilidade de moradores.

Norma Crud promoveu, no ano de 2010, uma campanha através de mensagem, aclamando que o “Parque Marinho de Aventureiro e a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul (Rebio PSUL)” precisavam “urgentemente do seu total apoio”. Neste texto ela faz críticas ao então ex-ministro do Ambiente e ex-secretário Estadual do Ambiente, Carlos Minc, naquele momento Deputado Estadual, por ele ter dado entrada na ALERJ no Projeto de Lei Nº 3250/2010, propondo a “extinção do primeiro e único Parque Marinho fluminense, o Parque Marinho de Aventureiro e a redução da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul (Rebio PSUL)”, segundo ela apoiado por alguns funcionários do alto escalão da Secretaria de Estado do Ambiente e do Instituto Estadual do Ambiente. Defende ainda, em seu texto, a retirada dos moradores da região (que lá vivem há mais de quatro gerações).

A proposta do Sr. Minc e seus partidários é deletéria e nociva aos interesses preservacionistas de todos nós e jamais esperada de uma pessoa que foi Ministro, ex-Secretário e que quer voltar a sê-lo em janeiro de 2011. O argumento desses antipatriotas é que é necessário acabar com um Parque Marinho para beneficiar famílias de caiçaras, pessoas de costumes “tradicionais” que porventura ainda morem por lá. É importante esclarecer a todos vocês, no entanto, que essas pessoas não são, nem têm mais costumes tradicionais. Elas só querem aquilo que todo mundo quer: ganhar dinheiro e levar sua vida da maneira mais moderna possível. E é o que eles vêm fazendo desde a década de 90, quando o antigo presídio da Ilha Grande foi desativado: exploram “camping” no quintal, na varanda, dentro de casa, onde fornecem bebida e comida aos turistas. Hoje a “Vila do Aventureiro”, no verão, é um lugar como qualquer outro ponto turístico do País, onde se toca e se ouve música pop, hip-hop e funk. A alegada tradição dos antigos moradores há muito deixou de existir, substituída por atividades muito mais proveitosas e fáceis. Vários deles moram em Angra e mantêm a casa em Aventureiro apenas para explorar e passar o verão. Vários pescam em traineiras de suas propriedades. Ou seja, se o foram, não são mais caiçaras com seus costumes tradicionais (NORMA CRUD MACIEL, 08/11/2010, SITE BOCAINA.ORG, 2010).

A bióloga Norma Crud Maciel, que se autoconceitua em uma entrevista ao jornal “O ECO” (2007), como alguém que “pode bater no peito e se orgulhar por ter interferido diretamente na criação de importantes unidades de conservação do Rio de Janeiro” (Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, a Reserva Biológica da Praia do Sul e o Parque Estadual Marinho de Aventureiro - ambos na Ilha Grande, além de diversas Áreas de Proteção Ambiental, como a de Guapimirim), faz críticas a diversos segmentos de interlocutores envolvidos com educação, política e meio ambiente.

Como bem diz Joãozinho Trinta “quem gosta de pobreza é intelectual”. O mesmo se aplica neste caso. Muitos sociólogos e antropólogos participantes deste processo, assim como pessoas politicamente envolvidas que têm como mote “tudo pelo social”, mais um grupo de oportunistas, que espera abocanhar um pedaço de poder, ou de emprego, com a pretendida criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), estão destruindo o que foi objeto de uma grande luta contra o

poder do dinheiro, no tempo de Chagas Freitas, Delfim Neto e outros. Para a criação dessa RDS, a solução mais adequada e fundamental seria desafetar (retirar) aquela comunidade de dentro do espaço geográfico da Rebio PSUL para cumprir o que está escrito no SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação). Para isso, bastaria alterar POR LEI o decreto que criou a Rebio (Reserva Biológica), sem a necessidade de extinguir ou recategorizar o Parque Estadual Marinho do Aventureiro, como proposto no projeto de Lei apresentado. [...] O povo brasileiro, enfim, todos aqueles que queiram deixar algo durável e de valor inestimável para seus descendentes têm que formar esta oposição. Têm que impedir que mais uma barbaridade seja cometida contra o bem de todos, contra o meio ambiente. Cabe a você fazer a sua parte! Não há nada contra a defesa de pobres e oprimidos. Há espaço e oportunidade para cada um de nós ser como Robin Hood, inclusive o Sr. Minc. O que não é possível aceitar é a perda do único Parque Estadual Marinho importante para a preservação da biodiversidade e manutenção de recursos pesqueiros de grande valor econômico. Recursos estes que vão atender, sobretudo, às colônias pesqueiras de todo o Estado. Entre esses recursos estão a sardinha, que lá se reproduz e cresce, além de polvos, lagostas etc. Use este material e peça aos seus amigos da sua lista de e-mail para fazerem o mesmo. Agradeço antecipadamente seu apoio a esta campanha (NORMA CRUD MACIEL, 08/11/2010, SITE MOSAICO BOCAINA, 2010).

Esse texto gerou muita polêmica, e esse embate acabou sendo citado em algumas pesquisas e artigos sobre o tema. Gerou também a réplica da Sra. Alba Simon, ex-coordenadora do GT (Grupo de Trabalho) Aventureiro<sup>9</sup>, ex-Superintendente de Biodiversidade SEA (Secretaria de Estado do Ambiente), naquele momento Assessora da Comissão de Ciência e Tecnologia do gabinete do deputado estadual Carlos Minc. Alba, no site “Mosaico Bocaina”, publicamente lamenta o que ela chama de “terrorismo” feito através da mensagem (citada acima), que adjetiva de “tendenciosa e irresponsável”.

A conclusão pela categoria de conservação Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) aponta para o fortalecimento da Reserva Biológica da Praia do Sul e ao mesmo tempo para a garantia do direito à permanência definitiva da comunidade que habita o local há mais de 150 anos. O argumento preconceituoso e desinformado sobre a ausência de caiçaras no Aventureiro pode ser facilmente contestado pela leitura de diversos estudos acadêmicos disponíveis ou simplesmente pela observação cuidadosa da história e do dia a dia daquelas famílias. Com a RDS, os moradores saem da situação de ilegalidade em que foram colocados em 1981 e passam a parceiros legítimos na gestão da RDS e da ReBio, assinando compromissos de não construir novas casas, não vendê-las a pessoas de fora, não praticar a pesca predatória, etc. e protagonizando um turismo de base comunitária, apoiados através de muitas possibilidades de iniciativas e projetos, como o que está sendo desenvolvido pela UFRRJ. [...] A RDS do Aventureiro vem diminuir, portanto, o atraso e o enorme passivo socioambiental do Estado do Rio, conhecido por muitos por virar as costas para as suas populações rurais, ao criar basicamente Áreas de Proteção Ambiental (APAs) e unidades de conservação de proteção integral (ALBA SIMON, ex-coordenadora do GT Aventureiro, ex-superintendente de biodiversidade SEA - Secretaria do Estado de Ambiente, Site Mosaico Bocaina, 11/11/2010).

---

<sup>9</sup> O Grupo de Trabalho do Aventureiro é composto por agentes de diferentes instituições com o objetivo consultivo a fim de discutir qual o melhor tipo de unidade de conservação para a localidade. “Em abril de 2008, a SEA (Secretaria de Estado do Ambiente) criou o Grupo de Trabalho do Aventureiro (GT Aventureiro), com a missão de estudar e propor a redelimitação da Reserva Biológica da Praia do Sul de modo a excluir o Povoado do Aventureiro de seu interior” (BIDEGAIN e FRESCHI, 2009, vol 1, p.9).

O episódio apresentado é mais que um conflito de interesses políticos. Ele exemplifica o quanto a identificação cultural está envolvida com o setor político, legal e econômico, visto que os conceitos adotados sobre identidade, cultura e tradição irão influenciar no destino dos moradores da praia do Aventureiro. Há lideranças institucionais que não consideram a adaptação e a pluralidade da cultura, nos tempos pós-modernos, insistindo em correlacionar preservação de tradição com manutenção de hábitos e usos de recursos que ficam obsoletos com o avançar da tecnologia. Norma Crud avalia “tradição” apenas pela fachada e pelo cenário material. Não mergulha na semiologia da representação dos objetos, sequer discute o sistema ideológico imaterial, além de não considerar o sistema adaptativo. Sua forma parcial da compreensão da preservação da identidade cultural influencia diretamente nos rumos políticos que impactam os moradores do Aventureiro. Tem sido lugar-comum, o questionamento da “autenticidade” das culturas, principalmente das tradicionais, ainda mais se os grupos identificados são beneficiados pela categorização.

A busca pelo autêntico surge na modernidade com o descentrar (descolar) do sujeito, com a possibilidade de pluralidade que um indivíduo possa, a seu prazer, exercer múltiplos papéis sociais. A autenticidade buscada nas identidades culturais das nações, dos grupos étnicos, tradicionais ou de qualquer outro grupo identificado, e nas identidades culturais pessoais, é a manifestação da desconfiança da originalidade, relacionada à gênese dos elementos que o representam e constituem. Richard Handler relaciona três pressuposições sobre a relevância da Autenticidade nos discursos da atualidade. Primeiro, ela é uma construção cultural da sociedade moderna ocidental. Ele demonstra que as muitas pesquisas antropológicas ocidentais sobre essa temática significam que, “nossa busca por uma experiência cultural autêntica – virgem, intocada, genuína, original e tradicional - diz mais sobre nós do que sobre os outros” (HANDLER, 1986, p. 2). O segundo pressuposto é que a autenticidade é uma construção cultural intimamente ligada às noções ocidentais do indivíduo. “O indivíduo tem um lugar central em nossa compreensão da realidade” (HANDLER, 1986, p. 2), visto que a cultura moderna é caracterizada pelo individualismo. O terceiro pressuposto de Handler sobre a valorização da autenticidade, está correlacionado e é explicado considerando as suposições anteriores. Autenticidade e individualismo estão correlacionados, tanto no senso comum quanto nas ideias antropológicas sobre cultura, mesmo que o foco da investigação sobre cultura e autenticidade estejam mais vinculados geralmente a aspectos do grupo que do indivíduo, da humanidade que da pessoa. As culturas

são imaginadas como unidades únicas, discretas e limitadas, semelhantes à configuração de uma personalidade.

As culturas, em nosso senso comum, são entidades individuais da sociedade mundial, assim como, no nosso entendimento de senso comum da realidade política, as nações são os atores individuais da política mundial internacional. Essa perspectiva é especialmente clara em ideologias nacionalistas e étnicas, com as quais a teoria antropológica é intimamente relacionada embora seja uma variante mais sofisticada (HANDLER, 1986, p. 2).

O autor exemplifica que, na sociedade moderna, o museu é o templo da autenticidade, em que partes da cultura material de uma sociedade acabem por representar as culturas dos seus possuidores e criadores como um todo. E critica que, geralmente nos museus, os objetos étnicos estão relacionados a pouca tecnologia e associados à “cultura do outro”. Entretanto, os museus modernos, que expõem alta tecnologia, estão apresentando a “nossa cultura” (HANDLER, 1986, p. 4). O crítico literário Lionel Trilling é citado por Richard Handler e por José Reginaldo Santos Gonçalves<sup>10</sup>, como a referência a respeito do debate sobre autenticidade. Segundo os autores, Thilling relaciona a “autenticidade” à “sinceridade”. A sinceridade, para Thilling, está relacionada ao não fingimento, à ausência de simulação ou dissimulação. Nas sociedades pré-modernas, há pouca variação de papéis, sendo os indivíduos mais “centrados”, mais “únicos”, refletindo desta forma na característica da cultura daquela sociedade. Com a entrada da modernidade, indivíduos passam cada vez mais ao descentramento, à pluralidade de papéis, o que faz com que as diversas representações e os vários pertencimentos acabem por gerar uma certa insegurança da “sinceridade” do ator social, na realização de seu papel, no momento que atua.

Como saber, com certeza, que aquele que desempenha um papel social está sendo sincero e não está nos mistificando? Desse modo, sinceridade tem a ver com a maneira como apresentamos nosso *self* nas relações com o outro. Do ponto de vista de Trilling, sinceridade expressa, nesse contexto, a luta entre uma concepção de *self* socialmente determinada, onde a relação com o outro ainda é prezada, e as modernas e emergentes concepções individualistas do *self* (1972: 1-25). A noção de autenticidade, que Trilling define como "*a sentiment of being*" (1972: 92), emerge no contexto em que predominam as concepções individualistas do *self*. Dessa forma, autenticidade tem a ver não com o modo como apresentamos nosso *self* ao outro em nossas interações sociais, mas sim com o que ele realmente é, ou o que realmente somos, independentemente dos papéis que desempenhamos e de nossas relações com o outro (1972: 106-133) (TRILLING, 1972 *apud* GONÇALVES, 1988, p. 265).

---

<sup>10</sup> José Reginaldo Gonçalves é pesquisador sobre museus, desenvolveu pesquisa sobre nacionalismo e ideologias de patrimônio cultural no Departamento de Antropologia da Universidade de Virgínia. Recebe influência de Richard Handler, por ter sido seu interlocutor durante a pesquisa. É autor do livro *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*.

Na sociedade moderna ocidental, sociedade do consumo, do espetáculo, plural e fluida, a autenticidade é valorizada como algo raro, pois significa o elemento sincero que será imutável, independente da circunstância e do tempo, leal a uma forma única e constante. A problemática está na busca do conceito de autenticidade com concepções pré-modernas, na modernidade. Como a variação, as rápidas mudanças e os avanços tecnológicos estão relacionados à pós-modernidade e à globalização. Outra problemática do discurso de autenticidade está associada ao fato de que se algo permanece constante, acaba por ficar muito rapidamente associado ao passado, como um elemento exótico do tempo presente. Culturalmente, a autenticidade, neste sentido, nunca poderá ser criada nas gerações que vivem “agora”. Estaria ligada à tradição recebida, mantida e nunca adaptada.

Autenticidade relacionada à originalidade é outra concepção que surge na sociedade moderna pós-industrial. A capacidade de reprodução em massa, com cópias fiéis ao objeto que lhe deu origem, influencia a ideia de que pode existir um original e uma cópia, que difere da original por não ser a primeira. Gonçalves alerta no sentido de que este conceito só faz sentido quando realmente há uma diferenciação de valor entre o original, que está ligado à gênese de sua elaboração, e a sua cópia, que passa a ser desvalorizada, por ser entendida como não autêntica. Dessa forma, “o autêntico é identificado como o original, e o inautêntico, com a cópia ou reprodução” (GONÇALVES, 1988, p. 265). Culturalmente, muitas ações, denominadas como “resgate cultural” de uma manifestação da tradição de um grupo, são criticadas por serem “não originais” e “não autênticas”.

A complexidade, na cultura, está no fato de como valorizar o passado sem desvalorizar o presente, o que não é o primeiro e o que não é único, e vice-versa. Como a representação pode ser valorizada, possuir significado próprio de maneira que seja adequada à pós-modernidade? Os conceitos de autenticidade e originalidade podem ser válidos sem que agrave os problemas com diferenciação e discriminação? Ou realmente estas fronteiras são importantes para a sociedade? Haveria um caminho mediador que ainda desse lugar à autenticidade ligada à tradição como herança, e que ao mesmo tempo aceitasse que os simulacros culturais são até adequados aos tempos pós-modernos, para dar autenticidade e originalidade àquilo que necessariamente não é a gênese ou o único. Uma espécie de caos cronológico e espacial, deslocando os conceitos do tempo, do espaço e dos julgamentos. Um simulacro (BAUDRILLARD, 1991), onde as representações ganham a originalidade e a autenticidade próprias. O difícil seria enquadrar este conceito tão agnóstico na legalidade cartesiana, que dá direitos e deveres de acordo com as categorias criadas.

A relação da cultura com o tempo, o espaço e a ideia, torna “extraordinariamente difícil”, como afirma Geertz, “traçar uma linha entre o que é natural, universal e constante no homem, e o que é convencional, local e variável”. Geertz observa que “traçar tal linha é falsificar a situação humana, ou pelo menos interpretá-la mal, mesmo de forma séria” (GEERTZ, 2008, p. 27). Logo, pode-se questionar o que é autêntico e legítimo em tempos de globalização. Da mesma forma, de forma superficial é impossível identificá-los, considerando que existam. Somente a profunda aproximação com a cultura local é capaz de sinalizar aquilo que é valorizado na herança cultural, o que se mantém e é adaptado significativamente. Handler também traz uma reflexão conceitual do que significa identidade e seus impactos. Desenvolve o questionamento sobre o real peso social da construção ou invenção de uma identidade cultural. Para o autor, por exemplo, fatores como delimitação espacial, temporal e fronteira cultural não dão conta da determinação de uma unicidade (cultural) nacional, embora a nacionalidade seja imaginada, ensinada e aprendida orientando-se por estas delimitações (HANDLER, 1994, p 29). Seria um simulacro a nacionalidade?

Um elemento que é perceptível na cultura local do Aventureiro, que na verdade diz respeito a toda a Ilha Grande e que, decerto, se pode afirmar como constante cultural imaterial ideológico, é o medo. Medo decorrente da presença de instituições carcerárias na Ilha Grade desde 1884, como pode ser visto no quadro 5.

1884	Construído Lazaredo (Na Vila do Abraão) – em antiga fazenda – início de decadência das fazendas. Leprosario, triagem e quarentena aos passageiros das embarcações. Atendeu mais de 4000 embarcações em 28 anos de funcionamento. Mais tarde é transformado em presídio político.
1893	As Edificações de Dois Rios são utilizadas para manter rebeldes da Revolta Armada
1903	Colônia Correccional de Dois Rios volta a ser estabelecida.
1932	As Edificações do Lazareto (Abraão) para presos da revolução constitucionalista, onde ficou Graciliano Ramos.
1940	Havia duas Instituições Carcerárias: Colônia Penal Cândido Mendes (Abraão) e Colônia Agrícola do Distrito Federal (Dois Rios).
1962	Colônia Penal Cândido Mendes (Abraão) é desativada
1963 1994	Período de duração do Instituto Penal Cândido Mendes, o “presídio de segurança máxima”, situado na Vila de Dois Rios, sendo implodido em 1994.
2009	Foi Criado o Museu do Cárcere e o Ecomuseu onde estavam os escombros, sob gestão da UERJ.

Quadro 5 - A trajetória dos Cárceres da Ilha Grande.

Fontes: Adaptado de SANTOS (2006) e do site Ilha Grande.Org (2012)

O medo e a insegurança são relatados através das histórias contadas pelos moradores, desde o “período do presídio” (implodido em 1994) aos dias atuais, com as restrições legais

associadas à política ambiental. Em muitos trabalhos, os moradores são adjetivados de desconfiados, assim como também tal fato foi percebido nesta pesquisa. Myrian Sepulveda dos Santos, professora da UERJ, que trabalhou no projeto, “História e Memória das Instituições Carcerárias da Ilha Grande”, a partir de 1999, descreve, em um de seus trabalhos, sobre “o ambiente paranoico, dominado por desconfiança e medo”, no presídio, uma “norma entre presos que se defendem de guardas e de presos que estão prontos para roubar, estuprar e matar. Ninguém pode confiar em ninguém”. A “desconfiança exagerada”, segundo a pesquisadora, ainda faz parte dos hábitos dos moradores da Ilha Grande. Essa desconfiança se estende também sobre os que “chegam de fora”: os turistas, pesquisadores, visitantes. A autora descreve a narração de episódios dentro do presídio<sup>11</sup>, entre presos e carcereiros, que mostram a construção de uma escola de violência, que acabou gerando uma cultura de medo, além dos muros prisionais.

No imaginário popular, a história dos presídios da Ilha Grande tem-se associado a uma história de arbítrio e de degradação física e moral do ser humano. A ilha foi chamada de “Ilha do Medo”, “Inferno Verde”, “Sucursal do Inferno”, “Ilha dos Homens sem Alma” e “Caldeirão do Diabo”. As práticas de aviltamento e indignidade sofridas na Ilha Grande foram denunciadas no mundo escrito, primeiro por presos políticos e, recentemente, por outros presos. Em comum, nos diversos relatos, há a constatação de que o inferno era construído por seres humanos: detentos que estupravam, roubavam e matavam outros detentos, e policiais que, com suas práticas corretivas, marcaram a instituição enquanto cárcere do inferno (Lessa, 1933; Ramos, 1953; Torres, 1979; Lima, 1991; Cypriano, 2001) (SANTOS, 2006, p. 217)

As fugas dos presos do presídio da praia de Dois Rios, que cruzavam as praias de Parnaióca (também habitada), praia do Sul, do Leste, Demo, até chegar à comunidade do Aventureiro, são lembradas nas histórias contadas. Sr. Roseno narra que a praia da Parnaióca era a segunda mais habitada da Ilha Grande, mas “as coisas ruins que aconteceram lá”, que os presos fizeram na comunidade em uma das fugas, assustaram e afugentaram a população habitante da Parnaióca. Segundo Zanatta (2010, p. 43), atualmente apenas três famílias permaneceram nesta praia<sup>12</sup>. Segundo Wunder (2006, p. 111–112), Parnaióca já teve cerca de 1.500 habitantes. Em 1950, foi abandonada pelos conflitos com presos (com possível assassinato). Entretanto, o autor apresenta também outro dado importante, afirmando que o declínio no manancial de peixes, foi o motivo decisivo para o êxodo dos moradores da praia

---

<sup>11</sup> Episódios como as matanças, o “estripamento” do preso, que teve seu coração jogado aos vira-latas, o corredor polonês, os maus tratos aos presos ensinados aos policiais etc..

<sup>12</sup> As famílias que permanecem na praia de Parnaióca são as de Silvio e Janete, que são proprietárias dos dois campings existentes nesta praia; e seu João Bulé, morador local, que trabalha como caseiro em uma casa de veranistas (ZANATTA, 2010, p. 43).

da Parnaióca. Os três moradores, que resistiram, têm hoje outro motivo para lutar: Parnaióca virou Parque e, segundo a lei, eles não poderão mais viver lá. Outros tempos, outros conflitos, mesmos medos.

Uma teatralização da sua história foi apresentada pelos moradores do Aventureiro. Realizaram uma dramatização para contar sobre sua trajetória e, neste contexto, os momentos de fugas dos presos, que chegavam à praia do Aventureiro pela praia do Sul, foram também simulados. Podem-se perceber os gritos de “entrem crianças”, “bota todo mundo pra dentro”, “tem gente no morro”. Durante a teatralização do drama, as faces de pavor se misturavam aos gritos, choros e correrias para se esconderem. E quando passa o drama, há os abraços e o acolhimento social, na reestruturação do grupo, pós-susto. Uma história clássica, que não foi teatralizada, mas que os moradores gostam de contar aos de “fora”, trata-se de quando o Sr. Nezinho foi refém de bandidos, e da força tarefa dos homens para ajudá-lo a sair da situação. O “filme 400 contra 1: Uma História do Crime Organizado”, de 2010, conta a surgimento do Comando Vermelho, no presídio. Na internet é possível encontrar o dois vídeos do Repórter Wanderley Moreira e repórter cinematográfico Johnson Gouvêa<sup>13</sup>. Trata-se de uma reportagem no presídio, que foi ao ar no Fantástico e mostra os detalhes, assim como a influência do presídio na vida insular, na década de 60-70. “Como o uso constante da violência seria impraticável e, além disso, ineficiente, os órgãos oficiais de controle social confiam, sobretudo, na influência inibidora da disponibilidade dos meios de violência” (BERGER, 1989, p. 82).

O medo atravessa a história da Ilha, do passado ao presente. Antes um lugar onde os “inimigos” sociais foram colocados para “sumirem de circulação”, local de onde os presos queriam fugir para a liberdade. Hoje, com o turismo, foi transformado em um local para onde os turistas querem fugir, para “sumirem” da urbanidade, temporariamente. Para os moradores, fica o clima de desconfiança, como herança do histórico de reclusão carcerária da Ilha Grande. Antes o medo do inimigo, que a qualquer momento poderia surgir pela mata, fazer mal e matar. Agora o inimigo pode surgir a qualquer momento, para expulsão dos moradores do local, pela preservação da natureza, pela mata. Todo assunto relacionado à reserva é

---

<sup>13</sup> Os Vídeos realizados pelo Repórter Wanderley Moreira e repórter cinematográfico Johnson Gouvêa, que foram apresentados no Fantástico (sem informação certa sobre o não, relacionado a dec 60 ou 70), narram bem como era a vida no “Caldeirão do Diabo” e na Ilha Grande. Pode ser visto no Youtube: Presídio da Ilha Grande 01: <http://www.youtube.com/watch?v=P7Ixf1BuwfY> e Presídio da Ilha Grande 02: <http://www.youtube.com/watch?v=8IVTE9tD0bo&list=UU4uUCo0IxHQWudlD0KXNtdg>

motivo de conflito, pelo clima de medo e desconfiança. Todo aquele que chega de “fora”, pelo mar ou pela mata, é um estranho e precisa ser mais bem observado.

Na viagem fomos muito bem recebidos, apesar do relatado em algumas entrevistas, da desconfiança que se torna até de certa forma natural dos moradores para as pessoas que chegam à ilha e não são turistas. Devido à péssima aproximação (que foram narradas) dos fiscais da reserva e promessas por parte de políticos que nunca foram realizadas, eles acabaram criando uma incerteza nas pessoas que vêm ajudá-los ou têm algum interesse com a ilha. (VINÍCIUS DA COSTA MACEDO, Relatório de Viagem de para o Projeto O Povo do Aventureiro, 2010, p 1).

Já o início de meu trabalho de campo na Praia do Aventureiro se deu de modo diferente do que no Abraão. Em um primeiro momento, os moradores dessa praia me pareceram mais arredios. Um dos motivos se deve ao histórico de disputas em torno da questão da recategorização da Reserva Biológica, que abrange o território em que vivem e que os impede de fazer obras e reparos em suas casas, de plantar, caçar; impõe restrições para a pesca, e à própria presença deles ali (ZANATTA, 2010, p.13).

Existe um sufocamento muito grande aqui também. Um sufocamento pelos órgãos. A prefeitura sufoca. Você percebe que existe um sufocamento pra expulsar as pessoas daqui. Eles não querem estruturar o povo aqui, não querem dar luz, não querem dar condições dignas. Nunca quiseram. Entendeu? Essa escola aqui foi uma batalha imensa pra ter essa escola aqui. Mas uma batalha imensa por parte do seu Osório pra ter essa escola aqui. Eu vi essa escola ser construída, foi uma batalha imensa. Imensa. Por quê? Porque tudo que vai estruturar eles aqui a prefeitura não quer, tudo que vai deixar eles bem aqui, condições de criar a família aqui, condições de você defender o lugar. Se você chegar e colocar aqui condições de ter emprego, condições dignas, o Nézinho não vai querer ir embora. Não vai. Ele não vai dar ideia pros outros, pode ter certeza disso. Agora ele não vê perspectiva de vida pros filhos dele. [...] Uma angústia, eu falo eles não ficarem nessa angústia, mas não adianta falar, porque não tem como né, a gente tá fora. (Marcelo, apelidado pelos moradores de “professor”, Professor de Educação Física, 38 anos, frequentador da praia do Aventureiro desde 1991. Entrevista realizada em 2012)

“Eu sinto um desamparo social, isolamento físico, geográfico. A maioria tem dificuldade, falta de interesse político. O INEA foi pressionado. Os Empresários conseguem tudo” (Deise, 31 anos, ex-prestadora de serviço do INEA, não nascida, moradora casada com nativo)

Um importante interlocutor de fora, com muito conhecimento sobre os moradores, por ser um constante visitante desde 1991, considerado como amigo de alguns moradores, o professor de Educação Física Marcelo, “coincidentalmente” apelidado pelos moradores de “professor”<sup>14</sup>, explica sobre os motivos do sentimento de insegurança e coação com que vivem os moradores: - “eles tomaram uma pernada do estado. Essa reserva aqui foi uma pernada. Prometeram poucas e boas pra eles, eles assinaram, os caras meteram a reserva e proibiram tudo deles, entendeu?”. Por isso que qualquer movimento, que tenha ligação direta

<sup>14</sup> Mesmo apelido do personagem principal do filme “400 contra 1”, que narra sobre o presídio da Ilha Grande.

com Reserva ou Reserva de Desenvolvimento de Sustentável, os assusta. “Eles acham que vão ser enganados de novo, eles vão assinar um documento, nego vai mandar eles embora sem nem ter direito a nada. Porque eles tomaram uma pernada. E eu também tenho esse medo”, desabafa Marcelo, que também associa que haja interesses políticos e de mercado (principalmente imobiliário) nas decisões tomadas sobre a região da Costa Verde.

Eles viveram num processo de isolamento aqui, vamos te dizer, geográfico, de isolamento, né? E com o presídio, esse isolamento ficou bem maior, porque a função do presídio, isso na minha visão, era essa. Colocar o presídio aqui na Ilha Grande, só tinha como uma função: é tirar todos os caiçaras que moravam na Ilha Grande pra depois você vir ocupar ela com empreendimentos imobiliários. Pra mim a intenção foi essa, pra mim a intenção da usina nuclear... Tem um livro que conta isso, é *A história da Rio-Santos*, você pega a usina nuclear e esse presídio da Ilha Grande, foi especulação imobiliária que financiou isso junto com deputados para votar e aprovar (Marcelo, apelidado pelos moradores de “professor”, Professor de Educação Física, 38 anos frequentador da praia do Aventureiro desde 1991. Entrevista realizada em 2012)

Conversando com os moradores, percebe-se que os medos e os inimigos são narrados como medos: do IBAMA, FEEMA, INEA, da expulsão, de bala perdida, de morrer, da violência, do barulho da cidade, das pessoas beberem demais (ou usarem outras drogas) nas festas e “perderem a cabeça”, dos filhos não terem sustento no futuro, do desemprego e de não ter perspectiva de trabalho. Os moradores ficam muito atentos às restrições ambientais impostas, com medo das expulsões e penalizações com multas.

O objetivo do "poder disciplinar" consiste em manter "as vidas", as atividades, o trabalho, as infelicidades e os prazeres do "indivíduo"... como sua saúde física e moral, sua práticas sexuais e sua vida familiar, sob estrito controle e disciplina, com base no poder dos regimes administrativos, do conhecimento fornecido pelas "disciplinas" das Ciências sociais. Seu objetivo básico consiste em produzir "um ser humano que possa ser tratado como um corpo dócil (DREY; RABINOW, 1982, p. 135 *apud* HALL, 2006, p. 42)

Conversando com alguns moradores, eles falam de alguns medos que possuem e descrevem a imagem que tem de fora, da cidade, principalmente, fomentados por imagens e noticiários da televisão. Hoje, na Ilha Grande, a história de violência virou atração turística, transformando o presídio em museu (figuras 21, 22 e 23). Maniqueistamente, o “caldeirão do diabo” virou “paraíso” (figura 24). A violência explícita agora está do lado de fora, na cidade, que se vê pela mídia. A violência no Aventureiro é silenciosa, é psicológica, desgasta a emoção através da incerteza de poder ou não ficar. E enquanto isso, trabalha-se com o turismo.

Primeiro o meu maior medo é morrer de um jeito sinistro, e morrer primeiro né, de um jeito horrível. Claro, meu segundo maior medo é sair daqui. Sair obrigado a, tipo assim, colocar a gente para fora, sair para estudar, tudo bem, porque sai, estuda, volta feriado tal. Agora sair, é assim a força, eu tenho medo (Marquinho, 14 anos, morador, ano de 2011, sobre seus medos)

É tem que ir (falando sobre não poder ficar até tarde na rua, fora do Aventureiro) porque, é perigoso, você pode, lá você sai pode ter algum bandido tal, que o raio que o parta, né? Sai não sei da onde, pode sair uma bala, te matar. ... Eu tenho medo de bala perdida (Marquinho, 14 anos, morador, ano de 2011, falando sobre medo de bala perdida).

Ah, eu acho que é a beleza, o sossego (motivo pelos quais as pessoas vão para o Aventureiro), o medo de violência, que aqui não tem isso. Medo de ser roubada. Porque eu vejo em Angra dos Reis. ...meu cunhado mora numa casa lá perto da defesa civil. Você entrou pra dentro tem um portão (tome) a chave. Entrou dentro de casa, fechou a porta. Eu não estou acostumada com isso. Eu durmo com a porta da minha casa aberta. Eu boto o colchão aqui na sala e deito com ele aqui. A gente dorme a noite inteirinha e nada te perturba, entendeu? Roupa nova fica tudo na corda, botijão de gás. E se você deixar um varal de roupa na cidade, na hora que você voltar no outro dia, tu não encontra nada. Roubaram tudo não é verdade? Aquela barulheira lá... Deixa chegar em Angra pra pegar um ônibus, quando chegar na cidade. Pegando a Avenida Brasil já começa o sufoco. É trânsito, não é... Aquela coisa horrível. Eu já morei no Rio também. É o que eu falo pra ele: “Cidade eu já vi.” E naquela época, que não era igual a hoje em dia. Não era tão perigoso. A gente vê na televisão,... as pessoas na porta do ônibus, as pessoas passam... Bala perdida... É horrível. Você tem medo de ser assaltado, você anda com medo. ... “Ó não vai pro banco sozinha.”... Tem medo. Tem que levar um homem com você, senão te roubam, te levam você junto com dinheiro, com tudo. Aí esse é que é o medo de cidade. O Rodrigo meu filho já não gosta não adianta. Ele não gosta. Ele foi a Angra hoje, mas brigando. Eu brigando, o pai brigando. Falando: “Aí você tem que fazer essa prova meu filho.”. Ele não queria ir de jeito nenhum. Ele não gosta. (Lúcia, 49 anos, moradora, sobre a cidade)



Figura 21 - Ecomuseu da Ilha Grande: o Museu do Cárcere  
Praia de Dois Rios  
Fonte: Arquivo pessoal (2010)



Figura 22 - Exposição de Uniformes usados nos regimes prisionais. Museu do Cárcere –  
Praia de Dois Rios – Ilha Grande  
Fonte: Arquivo pessoal (2010)



A ideia do medo, vindo de um passado carcerário mais assustador, atualmente adereça as histórias, contos, lendas e atualmente o museu. Medo transforma-se em ameaça, na atualidade dos moradores. As ideias e conceitos, embora intangíveis, fazem parte de um sistema cultural que precisa ser penetrado, a fim de caracterizar a forma como o grupo vivencia a realidade. A realidade é uma negociação entre a sociedade e o indivíduo, os grupos, as tribos. "Enunciemos essa perspectiva da sociologia do conhecimento numa proposição sucinta: a realidade é construída socialmente" (BERGER, 1989, p. 132). Considerando que a sociedade viva em um sistema de tribalização, segundo Maffesoli, então, há diferentes culturas, como reflexo das diferentes realidades construídas.

Deve-se considerar a diferenciação (e a interligação) indicada por Eagleton, existente entre uma "Cultura dominante" (com letra maiúscula) e as "culturas locais" (com letra minúscula). O autor observa que o encontro colonialista é um encontro entre "a Cultura e a cultura". Há um embate entre um poder, que é universal e, por essa razão, difuso e instável, e um estado que é local, mas seguro, até o momento em que a "Cultura" (com letra maiúscula) nele mergulha. A relevância deste suposto multiculturalismo é evidente. A sociedade é constituída por diferentes culturas e, num certo sentido, não é mais do que isso. "A sociedade local", porém, que possui a sua "cultura" (com letra minúscula) específica, embora não seja vista e não tenha visibilidade em amplo aspecto, acaba sendo representada pela "Cultura" (com letra maiúscula) que, de certa forma, é a "medida e a matriz" de todas as "culturas". (EAGLETON, 2005). São as "culturas" (com letra minúscula) que mostram as diferenças, por trás das semelhanças.

O "direito" de se expressar a partir da periferia do poder e do privilégio autorizado não depende da persistência da tradição; ele é alimentado pelo poder da tradição de se reinscrever através das condições de contingência e contraditoriedade que presidem sobre as vidas dos que estão "na minoria". (BHABHA, 1998, 20-21).

Se queremos descobrir quanto vale o homem, só podemos descobri-lo naquilo que os homens são: e o que os homens são, acima de todas as outras coisas, é variado. É na compreensão dessa variedade – seu alcance, sua natureza, sua base e suas implicações – que chegaremos a construir um conceito da natureza humana [...] (GEERTZ, 2008, p. 37)

À compreensão das variedades.

## 2.4 COMUNIDADE TRADICIONAL CAIÇARA

Então, os antigos contam que nós somos portugueses, mas da ilha de Açores, porque na época da colonização vinham os barcos portugueses, assim como vinham os franceses, os ingleses e tal. Então, nós somos descendentes da ilha de Açores, então somos portugueses. E os açoreanos foram a Paraty e de Paraty vieram parar aqui. (Século) XVII, por aí, tanto que nós temos o perfil de portugueses. Os meus dentinhos são de portugueses. A minha dentista, ela reclama toda vez que vai tratar dos meus dentes, a odontologia, ela diz: “Esses dentinhos de portugueses”, é porque são pequeninhos, sabe, e isso dá um trabalho desgraçado para o dentista. Enfim, daí é uma forma de provar que eu sou descendente de portugueses. Ah, tem (referindo-se a mistura étnica). Na verdade o povo brasileiro é o índio, o negro e o europeu. Então, quando meus bisavôs chegaram aqui... É, os índios já estavam aqui e os negros também, e daí teve o cruzamento e estou eu aqui pra contar a história (NEUZELI, 55 anos, professora, nascida e criada na praia do Aventureiro, moradora do Abraão, 2012).

– Já perguntaram como é que é, como é que você morar lá, né? Como é que é ser caiçara, essas coisas, já ouvi um monte...

– *E você é caiçara?*

– Acho que sim e que não. Ser caiçara é você, tipo assim, você morar, não é morar só na ilha, morar no negócio, ser caiçara é você ter todos os costumes do lugar, daquele lugar onde você mora, todos os costumes, não ser diferente, que os outros, ser igual aos outros sempre dali. Os outros...Pode ser da sua família, do lugar onde você mora. Entende?... Bairro, essas coisas.... Ah! Tem, tipo assim, várias coisas, cada lugar tem sua cultura, eu acho que caiçara é aquela pessoa que tem cultura. A cultura do Aventureiro? Pescar, ir para a roça. Eu não. Por isso que eu falo sou, mais ou menos. Acho que sim e que não. É pescar, ir para a roça, é jogar bola, mas o mais importante é que meus pais estão sempre unidos com os outros. Os costumes daqui... É esses pescar, ir pra roça... Já pesquei, já. Ser unido e tipo assim, muita gente daqui vai pra igreja. (Conversa com morador MARQUINHO, 14 anos, 2011)

O tema tradição é complexo, porque qualquer aspecto de diferenciação assim o é. E a complexidade aumenta quando é atribuído um direito à identidade. E quando esse direito beneficia a minoria, ou destituídos de poder, mais elementos conflituosos podem aparecer, como uso da força, dominação e imposição hierárquica. Como já foi apresentado, o fato da existência das especificidades culturais acabam por resultar na constatação das diferenças entre um “indivíduo” e “outro indivíduo”, “um grupo” e “outro grupo”. O momento do encontro com o “outro” é marcado por percepções e interpretações que geram sentimentos e julgamentos de fato e de valor. O que é identificado como “diferente” e “semelhante” traz como resultado a construção de identidades delimitadas pelas fronteiras entre os distintos grupos ou indivíduos. Nesse sentido, a identidade se dá pela outridade, como espelho, onde o “eu” consegue se mirar e se reconhecer nas semelhanças e diferenças em relação ao “outro”.

O outro sugere ser decifrado, para que os lados mais difíceis de meu eu, do meu mundo, de minha cultura sejam traduzidos também através dele, de seu mundo e de sua cultura. Através do que há de meu nele, quando, então, o outro reflete a minha imagem espelhada e é às vezes ali onde eu melhor me vejo. Através do que ele afirma e torna claro em mim, na diferença que há entre ele e eu. Mas a mesma diferença necessária ao entendimento é a razão do conflito, ou é o que se inventa para torná-lo legítimo, quando inevitável. Sobretudo quando do conflito entre diferentes—desiguais um estende sobre o outro o poder de seu domínio (BRANDÃO, 1986, p. 7).

Dois aspectos são importantes na fala do morador Marquinho, apresentada no início do texto. O questionamento sobre sua identidade e o reconhecimento dela por seu grupo. As mudanças no sistema de vida dos moradores trazem aos mesmos uma inquietação sobre “ser”, “não ser”, “deixar de ser”. São conflitos interiores do indivíduo, assim como sociais, que julgam, de acordo com a forma que entendem, a apropriação da identidade caiçara. Segundo Berger, “a filiação ou desafiliação está ligada a compromissos cognitivos. Sua cosmovisão do mundo ao qual pertence” (BERGER, 1989, p. 134). É algo novo para eles esta dicotomia, ainda mais que, neste caso, a identidade está relacionada a direitos territoriais que não dependem somente do sentimento de pertença. Percebe-se, pela fala do jovem morador, citada logo no início, o valor de se reconhecer pelo grupo “ser igual aos outros sempre dali... família, ... lugar onde você mora. ... Bairro...Cada lugar tem sua cultura, ... caiçara é aquela pessoa que tem cultura ... . estão sempre unidos com os outros”. O morador descreve o que é ser caiçara através do reconhecimento do comportamento do seu grupo de convívio. Neuzeli oferece coordenadas sobre a ancestralidade biológica de nascimento, mostrando como a miscigenação ocorre na Ilha, trabalhando com conceitos étnicos e raciais.

Barth (2000) não considera o isolamento e o afastamento dos outros grupos o motivo principal da diversidade étnica, assim como da sua manutenção, sendo justamente a relação com o outro que marcará as fronteiras limítrofes de identificação dos grupos. Foi o que percebeu o antropólogo Emilio Willems, ao estudar uma comunidade tradicional caiçara da Ilha de Búzios (em São Paulo), entre 1941 a 1947. Willems escolheu essa Ilha de Búzios por ser a mais isolada das comunidades do litoral sul; “contudo, o que se propôs ser um estudo sobre o isolamento cultural, tornou-se um estudo sobre o contato cultural”, explica o autor. Segundo ele, a Ilha de Búzios se diferenciou culturalmente, na realidade, muito menos do que supunha de outras comunidades da ilha de São Sebastião e do litoral em frente.

Na literatura sobre o Aventureiro, há alguns autores que consideram que a cultura denominada como tradicional caiçara, atribuída aos moradores, se manteve pelo isolamento

em relação a outras localidades da região e o distanciamento de outros moradores da própria Ilha. O isolamento, para Barth, não é um fator de construção de identidade. O autor não considera que a cultura, vista separadamente do contexto completo da vida do grupo, seja fator crítico para se delimitar as diferenças. Ele trata principalmente do aspecto imaterial do sentimento de pertença, que vai além dos limites territoriais e do uso de artefatos. A cultura precisa ser relativizada na vivência do campo, visto que grupos considerados diferentes podem apresentar as mesmas respostas culturais aos efeitos do ambiente. Assim como os mesmos grupos podem responder culturalmente de forma distinta às circunstâncias ecológicas variáveis,

Será que as mesmas pessoas, com os mesmos valores e ideias, não adotariam diferentes padrões de vida e institucionalizariam diferentes formas de comportamento, se postas diante de oportunidades diferentes oferecidas por ambientes distintos? (BARTH, 2000. p. 30).

Considerando como exemplo a fala do morador Marquinho, saber pescar e roçar são fatores representativos para reconhecimento do grupo caiçara, porém, nem todos que pescam e roçam e, porventura, estejam vivendo no local, podem ser considerados caiçaras. Da mesma forma, por exemplo, se em virtude de questões de proibições circunstanciais, um grupo não pode mais pescar ou roçar, acaba institucionalizando outras formas culturais de hábitos, que não estas para provisão de alimentos.

Entende-se que o isolamento não é o elemento essencial para a manutenção das fronteiras, visto que elas são geradas e adaptadas na relação com os “outros” e com o ambiente ecológico. As fronteiras se adaptam às mudanças circunstanciais, sociais ou ambientais. Shalins critica o uso da cultura enquanto “tropo ideológico do colonialismo”, uma forma intelectual de controle para “encarcerar” os povos periféricos em seus espaços de sujeição e para a estabilização da diferença, como a legitimação das múltiplas desigualdades (SAHLINS, 1997, p. 43). Portanto, não é a cultura, mas as fronteiras que dão os caminhos diacrônicos para o reconhecimento dos grupos.

De acordo com Barth, o pertencimento a um grupo social implica reconhecer-se e ser reconhecido pelos pares, através dos critérios de fronteira que, naquela dada circunstância, orientarão os padrões para que a identidade seja corroborada, sendo ainda as fronteiras passíveis de adaptação (BARTH, 2000). Nesse sentido, o que for valorizado e escolhido como elemento diferencial importante acaba se perpetuando através da tradição, com as mesmas ideias recebidas ou com conceitos ressignificados adaptando-se às outras gerações,

aos novos usos. A tradição não é algo criado ou inventado, segundo Marshall Sahlins. O autor afirma que não se inventa algo que não faz parte da vida daquela população. O que há é a apropriação de símbolos que, com o desenvolvimento dos sistemas, passam a se inovar ou renovar, e esse processo não indica falência da tradição, mas sim sua habilidade de se adaptar (SAHLINS, 1997, p. 63-64). O tempo de duração de um conceito depende do valor que o grupo percebe nele. Dessa forma, a permanência de uma tradição depende de sua durabilidade entre as gerações. Quanto mais antiga uma forma for, mais disseminada, segundo Simmel (2006). O que é consolidado pelo tempo traz aquilo que é mais antigo, portanto, permanente por mais tempo e, conseqüentemente, mais universal, e penetra no indivíduo, como tradições conscientes ou inconscientes, como normas de juízo e vontade. Tais correntes de pensamento mais tradicionais e menos complexas pertencem a todos (são universais), sendo que à medida que correntes de pensamentos mais complexos surgem, diminui-se a quantidade de indivíduos que delas compartilham. “O legado da espécie será transmitido ao indivíduo de maneira tão mais segura quanto mais longamente preservado e consolidado for esse legado” (SIMMEL, 2006, p. 42). O apreço pelo antigo se dá pela sua disseminação, enquanto o apreço pelo novo se dá pela sua diferença. “A diferenciação perante os outros é o que incentiva e determina, em grande parte, a nossa atividade. Precisamos observar as diferenças dos outros, caso queiramos utilizá-las e assumir o lugar adequado entre eles” (SIMMEL, 2006, p. 46).

“Eu me classifico assim: sou caçara da Praia do Aventureiro, na Ilha Grande. Pronto, eu acho o máximo”, assim fala Neuzeli, que é nascida e criada no Aventureiro, embora possua uma casa como segunda residência e esteja no lugar constantemente. A despeito de morar efetivamente no Abraão, outra vila da Ilha Grande, onde trabalha, Neuzeli é reconhecida pelos moradores como pertencente ao grupo. Isto é comum no local. Muitos moradores saem, depois voltam, ou não voltam, mas efetivamente o fato de ser “nascido e criado” é um elemento mais forte do reconhecimento de pertencimento do que efetivamente ser atualmente morador.

O sistema ideológico que Barth apresenta, mostra a importância dos critérios de avaliação e de julgamento (de si e do grupo sobre si) para ratificação da identidade, de acordo com um código de valores compartilhados. Esse código dará as coordenadas sobre os papéis sociais dentro do grupo, que exerce coerção (valorizando-o ou imputando sanções) sobre o indivíduo, fazendo com que esses papéis se mantenham no grupo social, e que novos papéis sejam evitados. Porém efetivamente, Barth reconhece que o grupo não é imutável, por mais que protegido.

Mesmo que quisesse não poderia me sentir caçara, eles são ímpares e viveram coisas no passado que eu nem em relatos poderia imaginar com veracidade, as dificuldades e as bonança vividas. A localização, os meios de sobrevivência e o isolamento os deixam mais semelhantes, por exemplo, aos moradores de Provetá (Deise Cristina Benevides, jovem moradora não nascida e criada, casada com morador nativo, 2011).

De acordo com Giddens, entende-se que a tradição está de algum modo envolvida com o controle do tempo, ela é orientada para o passado, que tem uma pesada influência sobre o presente, e ainda a “repetição” da tradição se reconstrói no presente a fim que chegue ao futuro (GIDDENS, 1997). Ela envolve um ritual, que traz a tradição para a prática; mas sem se confundir com o cotidiano, o ritual “conecta a reconstrução contínua do passado com a ação prática” (GIDDENS, 1997, p.82). A tradição possui guardiães, que são os “especialistas em tradição”, os “fornecedores do sistema abstrato” que têm “competência” para falar sobre o assunto (GIDDENS, 1997, p. 83-84). E ainda possui um “conteúdo normativo ou moral que lhes proporciona um caráter de vinculação”. A natureza moral da tradição está relacionada aos processos interpretativos que conectam o passado com o presente. “A tradição representa não apenas o que ‘é’ feito em uma sociedade, mas o que ‘deve’ ser feito” (GIDDENS, 1997, p. 84).

Norbert Elias (1994) mostra que, nas sociedades pré-industriais, “as tribos” eram mais controladas por valores coercitivos, morais e relacionados à tradição do próprio grupo, ao passo que nas sociedades pós-industriais, o Estado assume parte desse sistema de controle coercitivo, o que enfraquece a força da tradição, da moral e dos valores para manutenção “das tribos” modernas.

Na mediação dos conflitos entre as categorizações dos grupos tradicionais e seus respectivos direitos no Brasil, o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (Anexo 8.1), institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Este decreto apresenta conceitos importantes para o reconhecimento dos grupos tradicionais no Brasil. Cultura, estrutura social e territorialidade associadas à sustentabilidade e sobrevivência, assim como inovação e tradição, são as referências fundamentais para delinear o seu reconhecimento. O decreto define povos e comunidades tradicionais, “seus territórios de direito e a viabilidade do desenvolvimento sustentável destes grupos”.

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e

III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras (BRASIL, Decreto 6040, 07/02/2007).

O ensaio “O Conceito Jurídico da Expressão “Povos e Comunidades Tradicionais” e as Inovações do Decreto 6.040/2007”, desenvolvido por Marcelo Ribeiro de Oliveira, Procurador da República no Estado do Pará, aponta como positivas as alterações promovidas, “destacam-se os conceitos de povos e de comunidades tradicionais, bem como a reafirmação de que tais coletividades são detentoras de territórios, conceituando-se também esses espaços”. Segundo o procurador, “antes dessa conceituação de povos e comunidades tradicionais, havia o veto Presidencial ao conceito que constava da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação” (OLIVEIRA, 2009, p. 1). O veto<sup>15</sup> diz respeito à dependência da categorização da comunidade tradicional ao tempo de permanência no território.

O que se aponta como meritório no conceito jurídico introduzido pelo Decreto n.º 6.040/2007 é a observância de elementos de natureza antropológica, sem equívocos vistos na conceituação vetada na lei do SNUC, que impunha condicionamentos exógenos à coletividade, no que concerne à delimitação do território e ao tempo necessário para a caracterização como comunidade tradicional. Diferentemente disso, adotaram-se a autodenominação e o pronunciado objetivo de se respeitarem as diversidades presentes nesses grupos. [...] O Decreto 6.040/2007 mostra-se como um

<sup>15</sup> Segue o texto vetado sobre o conceito de Povos Tradicionais que constava no SNUC e os motivos do Veto. Ouvido, o Ministério do Meio Ambiente assim se manifestou sobre os seguintes dispositivos:

Inciso XV do art. 2º:

" população tradicional: grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, **três gerações em um determinado ecossistema**, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável;"

Razões do veto: "O conteúdo da disposição é tão abrangente que nela, com pouco esforço de imaginação, caberia toda a população do Brasil.

De fato, determinados grupos humanos, apenas por habitarem continuamente em um mesmo ecossistema, não podem ser definidos como população tradicional, para os fins do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. O conceito de ecossistema não se presta para delimitar espaços para a concessão de benefícios, assim como o número de gerações não deve ser considerado para definir se a população é tradicional ou não, haja vista não trazer consigo, necessariamente, a noção de tempo de permanência em determinado local,; caso contrário, o conceito de populações tradicionais se ampliaria de tal forma que alcançaria, praticamente, toda a população rural de baixa renda, impossibilitando a proteção especial que se pretende dar às populações verdadeiramente tradicionais. Sugerimos, por essa razão, o veto ao art. 2o, inciso XV, por contrariar o interesse público." (BRASIL, MENSAGEM Nº 967 , DE 18 DE JULHO DE 2000)

importante instrumento na defesa dos interesses das comunidades tradicionais. Além de explicitar o significado da expressão “povos e comunidades tradicionais”, levando em conta aspectos antropológicos, reconhecendo territórios dessas comunidades e otimizando o autorreconhecimento, o mencionado Decreto, de modo não taxativo, contemplou, legitimamente, de forma não exaustiva, um rol de objetivos, de políticas públicas destinadas ao resguardo de direitos fundamentais dessas comunidades, direitos esses aqui compreendidos como dimensão da dignidade desses povos (OLIVEIRA, 2009, p. 2).

A composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), criada pelo Decreto de 13 de julho de 2006, foi iniciada a partir do I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais<sup>16</sup>, organizado pelo Governo Federal, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e do Ministério do Meio Ambiente.

Um passo importante para que se avançasse nesse sentido foi a realização, em agosto de 2005 em Luziânia/DF, do 1º Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais, do qual participaram, além de povos indígenas e quilombolas, agroextrativistas, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais e caiçaras, geraizeiros, vazanteiros, pantaneiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro, fundos de pasto, faxinais<sup>5</sup> e ribeirinhos do São Francisco. O encontro foi importante principalmente porque ajudou a definir a composição da nova Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, a qual foi criada a partir do Decreto de 27 de dezembro de 2004 e representou um passo importante para a inclusão social e política desses grupos (RELATÓRIO DE PESQUISA DO IPEA, 2012)

Durante o evento, os grupos foram divididos para debates de interesses comuns. O grupo, composto por Pescadores Artesanais, Caiçaras e Pantaneiros, discutiu as seguintes questões: demanda 1 - a regularização fundiária das terras das comunidades tradicionais e da pesca predatória; demanda 2 - conversão de áreas em Unidades de Uso Sustentável; demanda 3 - adequação, garantia e fortalecimento na educação; demanda 4 - criação de ordenamento nas áreas para pesca ornamental; demanda 5 - segurança marítima e fluvial – regularização de embarcações (BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2005). Segundo dados da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, ¼ do Território Nacional Brasileiro é ocupado por povos e comunidades tradicionais (2006).

O morador Luís, em 2005, então presidente da Associação de Moradores e Amigos de Aventureiro (AMAV), afirma ter participado de um desses encontros. Ele narra a

---

<sup>16</sup> O encontro foi realizado entre os dias 17 e 19 de agosto de 2005, no Centro de Formação Vicente Canhas, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em Luziânia, no Distrito Federal.

importância do apoio do governo para que todos os interessados estivessem reunidos. Destaca a interessante e, segundo ele adjetiva, “curiosa” diversidade no país. A organização do evento, e agentes de fomento, patrocinou a ida dos representantes dos diversos grupos, distribuídos pelo Brasil. Nota-se que a participação em um encontro deste porte e natureza fez com que o morador reconhecesse (e acreditasse) a capacidade de intervenção dos agentes, quando articulados politicamente, levando-o a uma visão macro das questões legais e territoriais, tratadas nacionalmente, o que estimula e fortalece o sentimento de pertença, de valorização, reconhecimento e empoderamento das bases. Nas palavras do morador Luís: “foi maneiro”, “tanta gente diferente”, “ali você vê como é importante”, “eu sou caiçara, caiçara do Aventureiro, e tenho orgulho disso”. Trata-se portanto de interesse político, fazer com que uma pessoa se identifique como “caiçara”.

Caiçara, segundo o Dicionário da Língua Portuguesa, Novo Aurélio Século XXI, é proveniente do Tupi e tem os seguintes significados: (1) estacada de proteção, à volta das tabas ou aldeias indígenas; (2) cerca feita de varas ou galhos; (3) ramos de árvores, postos dentro da água, como armadilha de peixe; curral; (4) galhos de árvores abatidos no corte de madeira, (5) cercado de madeira, à margem de um rio ou igarapé navegável para embarque de gado; (6) palhoça, junto à praia, para abrigar as embarcações ou apetrechos dos pescadores; (7) cerca tosca de troncos e galhos, em torno de uma roça, para impedir a entrada de gado; (8) recesso onde o caçador se embosca; (9) sardinha-laje; (10) malandro, vagabundo; (11) caipira; (12) praiano; (13) natural ou habitante de Cananeia (SP); (14) de, ou pertencente, ou relativo a Cananeia (SP) (FERREIRA, 1999).

Em busca do significado da palavra, foi realizada visita à Ubatuba, a fim de conhecer o Museu Caiçara<sup>17</sup> (figura 25), assim como o Acervo da Memória Caiçara, organizado pela compositora, pesquisadora e etnomusicóloga, Dra. Kilza Setti. No Museu Caiçara, há objetos da cultura material caiçara tradicional, relacionados à pesca e à produção de farinha, bem como objetos de casa, que remontam a um tempo do passado. No local é possível ver uma folha de papel, plastificada, onde está escrito o que é Caiçara.

---

<sup>17</sup> O museu foi fundado em 1983, e transferiu-se para o Projeto Tamar em 1996. Foi fundado por Praxedes Mario de Oliveira e pelo jornalista Luiz Ernesto Kawal. Pode ser consultado no site: <http://www.muscai.com.br>.



Figura 25 - Foto do Museu Caiçara. Um anexo do Projeto Tamar, em Ubatuba, 2012.  
Fonte: Arquivo pessoal, 2012.



Figura 26 - Fotos do Museu Caiçara, em Ubatuba, 2012  
Fonte: Arquivo pessoal, 2012.

Caiçara é um povo, mistura do índio, do português e do negro; assim como todo povo brasileiro. Por sobreviver entre a serra e o mar tem sua cultura própria e diferenciada em seus mais diversos aspectos. A palavra por si representa uma linguagem indígena (do Tupi) que significa lugar fechado, tipo de cerco de pesca estivado com varas de bambus e taquaras. Como o índio nomeava as regiões, lugares, nomes próprios, [...] sempre referindo-se à natureza; a nossa região para os índios era considerada caiçara só que cercados ou fechados pela Serra do Mar (MUSEU CAIÇARA, visitado em 2012)

Segundo dados do Museu Caiçara, a palavra “Caa-içara” é uma junção de palavras de origem Tupi-Guarani. *Caa* significa galhos, paus, mato. *Içara* significa armadilha. Faz menção a algo cercado ou protegido, fechado, envolto ao ambiente. No museu também há referência ao atual uso da palavra para designar comunidades tradicionais de pescadores do sul do Rio de Janeiro, Paraná e São Paulo. O primeiro conceito considera a estrutura morfológica da região onde se encontram as pessoas que são consideradas pelos pesquisadores como “caiçaras”. Observando as imagens (figura 27 e 28), percebe-se que a posição da serra e mar, do litoral dessa região, faz um formato “fechado”, encurralado entre a serra com mata fechada e o mar, algumas vezes inóspito. É também o local onde residem, onde estão protegidos nos lares, ou ainda, o local para pesca.



Figura 27 - Foto da Praia do Provetá, Ilha Grande, RJ (nota-se a estrutura fechada).  
Fonte: Arquivo pessoal (2009)



Figura 28 - Foto do Povoado do Aventureiro.  
Fonte: SEA/INEA (2009)

Os moradores estão entre dois gigantes, a terra e o mar, em uma situação de “homem pequeno”. A tecnologia é capaz de “aumentar” o tamanho do homem e sua capacidade de acesso. Entretanto, no caso do Aventureiro, as limitações tecnológicas ainda condicionam seu poder de amplitude. A epistemologia da palavra caiçara dá duas orientações, segundo a fonte apresentada: pode tanto estar protegido, quanto pode estar “encurralado”, envolto pela própria natureza, principalmente no caso da condição insular. Como mostra o cientista social e pesquisador Antônio Carlos Diegues, ao escrever sobre o espaço de uma ilha.

Cada um sabe que habita numa montanha, mesmo quando os relevos não são visíveis; cada um sabe que habita numa ilha mesmo quando não vê o mar. O espaço fechado da ilha se confronta com o mar perigoso, hostil, mas também um mar protetor para os insulares. A ilha é mar e também é terra. Se o mar é sempre presente nas representações do território, ele o é como fronteira e limite. Habitar uma ilha é viver numa terra irremediavelmente limitada (DIEGUES, 1997, p. 20)

O desenho (figura 29) elaborado por moradores durante a realização de oficina sobre identidade visual, apresenta a montanha, mata verde e o mar, exemplifica a representação territorial, assim como a figura 30 apresenta a residência imbricada no meio da mata com vista para o mar.

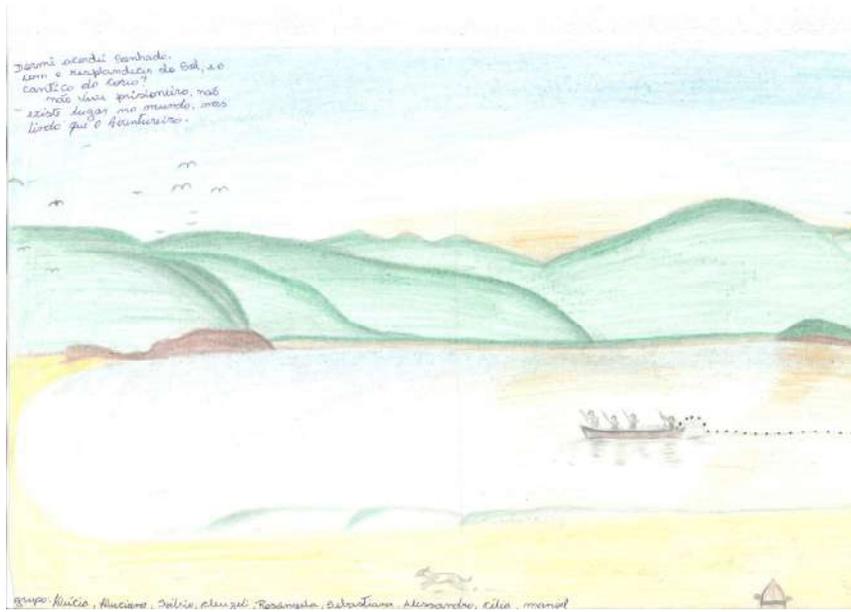


Figura 29 – Desenho feito por moradores. Representação da vida dos moradores na Praia do Aventureiro. Atenção para morro com mata verde e mar, com proporções bem distintas.  
Fonte: Arquivo pessoal (2009)

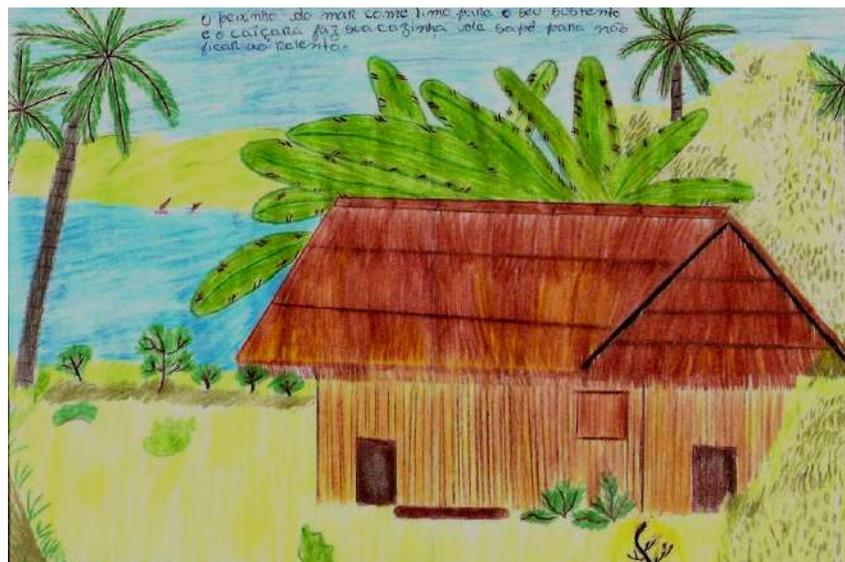


Figura 30 – Desenho feito por moradores; representação da casa imbricada no ambiente  
Fonte: Arquivo pessoal (2009)

A maioria dos significados aplicados ao termo está relacionada a seu uso como sinônimo de população tradicional litorânea, moradora entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná, com tradição relacionada à pesca e à roça, principalmente de mandioca. É o caso do antropólogo Emilio Willems que, em 1940, considerou os caçaras como grupos rurais, que viviam no litoral sul do Brasil, trabalhando para subsistência com pesca, roça e caça, e

possuíam uma forma distinta para construir seus bens, como canoa e casa (WILLEMS, 2003, p. 17-18).

Ainda em Ubatuba, em 2012, ao visitar o Acervo Memória Caiçara<sup>18</sup>, localizado em uma sala da Fundação de Arte da Prefeitura Municipal de Ubatuba (FUNDART), por uma grande coincidência, encontrei sua idealizadora, Kilza Setti, que estava no local, preparando-se para fazer uma palestra na semana seguinte, quando seria comemorada, na cidade, a semana Caiçara. Na conversa com a Dra. Kilza Setti, foi possível ouvir sobre seu trabalho de mapeamento sonoro das vozes e da manifestação cultural musical, assim como instrumentos e formas de fala de moradores caiçaras de São Paulo, que foram materializados no livro “Ubatuba nos Cantos das Praias”, publicado em 1985. Tratava-se da sua tese de doutorado, pela Universidade de São Paulo (USP). A etnomusicóloga destacou a pouca importância que se dá à cultura caiçara, que não tem seu espaço reconhecido. Falou das fronteiras culturais, do reconhecimento de instrumentos comuns encontrados em outras comunidades e do fandango, tipo de música e dança que caracteriza a cultura caiçara. Falou, também, de seu trabalho como compositora, associando música popular indígena e caiçara à música clássica, e de seu reconhecimento mais fora que dentro do Brasil, por suas composições.

Em seu livro, Kilza Setti, usa o conceito de caiçara no sentido de “ser o que melhor definiu os indivíduos moradores do litoral paulista, que nasceram e sempre ocuparam a região”. Entretanto ela destaca que os mesmos não se definem desta forma. Consideram-se ubatubanos, praiano ou barriga-verde (pelo consumo de banana verde com peixe e farinha). A autora, então, usou o termo para designar os nascidos e criados, sem limitar seu uso a um sentido ligado à etnia (SETTI, 1985, p. 15-16).

Assim como na pesquisa de Kilza Setti, na praia do Aventureiro, as autodenominações passam primeiramente por outras denominações, como “morador”, “nascido e criado”, “fluminense”, “ilhéu”, “badjeco” (conotação pejorativa), e gradativamente, percebeu-se que, de 2009 para 2012, a expressão “caiçara” foi gradativamente fazendo cada vez mais (e mais rapidamente) parte da identificação reconhecida pelos moradores. Entretanto ainda não é a primeira a ser citada e alguns ainda a negam.

---

<sup>18</sup> O acervo, em Ubatuba, consta de uma sala com computador e documentos que podem ser consultados. Como há pouco pessoal para atendimento, a visita precisa ser agendada. Muitos destes documentos também estão disponíveis em: <http://www.memoriacaicara.com.br>.

Os Caiçaras – uma mistura étnica entre portugueses, índios e negros – são os habitantes rurais tradicionais em grande parte da Mata Atlântica no sudeste do Brasil. Em todo litoral, entre Rio e São Paulo, comunidades tradicionais foram fortemente afetadas, e muitas vezes substituídas, por causa das mudanças trazidas pela estrada Rio-Santos (LUCHIARI, 1997). Na Ilha Grande, restam poucas comunidades tradicionais caiçaras atualmente – a Vila do Aventureiro [...] é uma delas (WUNDER, 2006, p. 125)

A pesquisadora Dra. Rosane Manhães Prado esclarece que a categoria “caiçara” é usada de forma naturalizada pelos estudiosos. Ela destaca que, da mesma forma que outras classificações, assim como “índios” e “populações tradicionais”, essa atribuição, algumas vezes, é dada de fora para dentro, e os grupos não necessariamente se autoclassificam, sendo comum se autoidentificarem de modo específico e que usem outra designação externa e genérica, como acontece com o “povo do Aventureiro” (PRADO, 2006, p. 8-9).

Na Ilha Grande, de um modo geral, as pessoas usam o termo caiçara quando querem marcar que se trata de alguém “verdadeiramente do lugar”, “nativo da Ilha Grande”. Assim, na situação atual de intensificação do turismo e da vinda de muita gente de fora, igualmente se intensifica uma polaridade entre “nativos” e “não nativos”; e diante da fluidez e da manipulação possível dessas próprias categorias, nos termos atuais, os caiçaras são considerados os “mais nativos” (PRADO, 2006, p. 9). Especialistas estimam que a comunidade do Aventureiro ocupe a região há pelo menos 150 anos e reconhecem-na como uma das mais “tradicionais populações caiçaras” do Estado do Rio de Janeiro, remanescente das que teriam habitado amplas faixas litorâneas no passado, constituídas por mestiços de indígenas, brancos e negros, associadas à agricultura itinerante, à pesca artesanal e ao extrativismo vegetal. A identidade “caiçara” é uma categoria criada por especialistas e estudiosos em ciências humanas há mais de 50 anos. A comunidade do Aventureiro tomou conhecimento do termo a partir da intensificação dos contatos com cientistas e representantes do poder público (BIDEGAIN; FRESCHI, Relatório da Secretaria do Ambiente, 2009, p. 16)

Os moradores afirmam que aprenderam o termo com a entrada do turismo. O assédio dos pesquisadores também acabou por afirmar aos moradores que são caiçaras. A escola também ensinou aos mais jovens o significado da palavra, relacionando a homem do litoral, que pesca e faz roça. Alguns contam quando a ouviram pela primeira vez e que o termo já é bem usado, mas não é tão antigo. Outra denominação, que aparece bastante nas falas ligadas à autodenominação, é o termo *badjeco ou badieco*<sup>19</sup>. Serão usadas as duas formas com o mesmo sentido neste texto, devido a sua oralidade, na tentativa limitada de expressar graficamente a palavra falada. Badjeco é o termo usado pelos moradores quando se referem a

---

<sup>19</sup> Não se sabe a grafia correta, está escrito de acordo com a sonoridade escutada. Trata-se de um termo mais ligado à oralidade.

si mesmos, mas em tom de brincadeira, como se ironicamente aceitassem o termo pejorativo, relacionado a ser “bobo”, “fácil de enganar”, mas que efetivamente não o são.

Ah, eu lembro (referindo-se a quando ouviu o termo caiçara pela primeira vez). Eu lembro quem falou. Pra mim o termo caiçara é um termo paulista. É porque na verdade a primeira vez que ouvi foi meu marido quem falou. Meu marido era paulista e, quando ele me apresentou à família, ele falou assim: olha, é uma caiçara. Eu falei: “Caiçara?” Ele explicou: “É...” caiçara é quem vive da lavoura e da pesca. E eu falei: “Eu sou caiçara, sim.” Então, daí... já tem cerca de 35 anos que ouvi a primeira vez esta palavra caiçara... Falada pelo meu marido paulista. Eu creio que seja paulista este termo, esta expressão (Neuzeli, nascida e criada no Aventureiro, professora, 2011)

Olha, é, a turma aqui... caiçara, foi pouco tempo que é turma caiçara. A turma chamava aqui, a turma da ilha, ilhéu. Depois passou caiçara, turma caiçara. Aí ficou com o nome caiçara. E hoje em dia, tão caiçara, né.[...] Caiçara é morar numa ilha, igual a nós. É morar numa ilha, né? Então caiçara é quem mora numa ilha [...] Ah, esse negócio de caiçara vem de pouco tempo pra cá, não faz muito tempo, não. A turma aqui era ilhéu, era badjeco, era uma porção de coisa [...] Eu sou bajeco. (Antônio Cardoso, o “Vovô”, morador, funcionário do INEA, 2012)

A palavra “badjeco”, ou “badieco”, não é encontrada nos dicionários. Há uma palavra “bajesto”, que segundo o dicionário Novo Aurélio, significa “coisa sem valor, insignificante” (FERREIRA, 1999, p. 256), que possivelmente foi a expressão que originou a forma transformada pela oralidade em “badieco”. Vê-se que ambas as palavras, com distintos significantes, possuem significados semelhantes. Fazem referência ao outro de forma depreciativa e demeritória. Há uma dissertação de 2008, da UFRJ, chamada “Ecoturismo no Parque Estadual da Ilha Grande - RJ: Refletindo o contexto atual a partir do olhar dos badjecos”, da pesquisadora Larissa Fernandes de Oliveira, em que o termo é usado. É possível encontrar na internet alguns blogs ou comentários de pessoas em sites, assinando “badieco ou bajeco”, fazendo referência a nascer e viver na Ilha Grande<sup>20</sup>, mesmo que não necessariamente esteja morando na localidade (figura 31).

<sup>20</sup> O termo pode ser visto em sites e blogs. A internauta Patrícia, moradora de São Gonçalo, em 08/03/2012 escreve: “tenho sangue dos badiecos.. Meu pai foi nascido na praia vermelha rsr.sr. Queria ter casado com um badieco, pois adoro a ilha grande..... Que beleza natural!!!! Amo a ilha grande” (site Ilha Grande.org. pode ser visto em: <http://www.ilhagrande.org/praiavermelha>). Foi encontrado na rede também no “blog Transparência Angra”, que um internauta assina como “badieco da ilha grande” (<http://transparenciaangra.blogspot.com.br/2010/02/e-policia-militar.html>). Há ainda um blog que o seu responsável se identifica como “badieco original da ilha Grande” (<http://www.blogger.com/profile/03049902392707887319>) e no orkut uma comunidade faz referência ao termo, associando aos que nasceram e cresceram na Ilha Grande: “Eu Sou Badjeco” (<http://www.orkut.com/Main#Community?cmm=40293580&hl=pt-BR>).



Figura 31 - Comunidade do Orkut: “Eu sou badjeco!!!”

Fonte: <http://www.orkut.com/Main#Community?cmm=40293580&hl=pt-BR>. Acesso em: 2012.

Interessante que a maioria dos internautas, que se identificou como badieco ou bajeco, atualmente não mora na Ilha Grande, mas expressa o sentimento de pertença, por ter nascido e ter sido criado na localidade. Como a moradora de São Gonçalo, Patrícia, que afirma ter “sangue badieco”, pois o pai nasceu na Ilha, acrescentando ainda que gostaria de ter casado com um badieco também, por amar a Ilha Grande. Esse sentimento de pertencimento ao grupo, que vai além dos laços que amarram a residência no território como região no espaço, é explicado por Barth, como uma fronteira que faz com que, indiferente de onde esteja vivendo, o autoconceito irá orientar a identidade relacionada ao pertencimento. Isso faz com que uma pessoa, que esteja vivendo hoje na Ilha Grande ou na Praia do Aventureiro, possa não se identificar como badjeco ou caiçara; no entanto outra, que não vive mais na região, possa se afirmar como tal. Afinal, são os grupos, nas suas relações de contato, que definem seus critérios de pertença. Para os ilhéus desta região, “ser nascido”, “ser criado”, “ser descendente de quem nasceu e foi criado”, “não ter nascido, mas ter vivido por bastante tempo, convivendo principalmente em períodos difíceis” dá à pessoa a concessão de se afirmar como parte do grupo de referência.

“Também quem mora na Ilha Grande, chama badieco, a turma de badieco”, relata o morador Vovô, nativo do Aventureiro e funcionário do INEA. Ele explica o que significa badieco, ao sinalizar como os outros os “veem”, disso resultando uma desconsideração no trato. Relata um mau atendimento ocorrido em um banco em Angra, ao solicitar a troca desse

banco por outro. “Aí me enrolaram, me enrolaram, e vai pra lá e vai pra cá, e não sai do banco, eu não sei, sei nada. E era pra fazer só um papel, a menina já abriu lá a conta, não era pra abrir a conta em Angra, era pra abrir na Jacuíba onde que estão os papéis”. Ele relata que a atendente, além de demorar, comete um equívoco por fazer o serviço de forma apressada, sem dar a devida atenção ao morador.

Ela apressada, a tal de Andreia, aí já abriu o papel. Já abriu, era pra levar a identidade que eu nem levei, não, nem CPF. Quando eu fui levar ela falou que não era com ela não, que ela tinha feito a diária pra outra. Eu falei: minha filha, você acha que eu sou alguma bobina todo enrolado? Porque no computador é vocês, agora no mató sou eu, cada um no seu quadrado, né? [...] Cada um no seu quadrado, porque vocês no computador, você fica aí direto, tititi, tô vendo aqui ... Na hora que você pegar no mató pra ensinar, pra ir, pô sou vigia há trinta anos. Então sou eu, cada um no seu quadrado, não quero saber do seu. Sentado lá, não tem perigo de cobra, de nada. No meu tem perigo de cobra, perigo de cipa, perigo de um trabuco, tem perigo de tudo, mas é o meu serviço, né? Então eu tenho orgulho com ele. Tenho orgulho porque é o meu serviço. Seja o que for. Mas também quando tu cair nas garras do meu, tu vai se lascar, porque não vai saber fazer. Né verdade? Cada um no seu quadrado, não tem jeito, não tem jeito não (Antônio Cardoso, o “Vovô”, 61 anos, morador, funcionário do INEA, relatando o significado de badjeco, através do exemplo, 2012)

O relato está sendo usado para explicar o que significa badjeco, segundo a visão das pessoas de “fora”, especialmente do morador de Angra (comumente dizem “badjeco”, é como o “povo de Angra” chama o “povo da Ilha”), como depreciativa. Ele se refere a uma pessoa que foi “enrolada”, demonstrando também a “crença” por parte do “outro” de uma suposta “passividade” na reação. Essa é a imagem que os moradores atribuem aos “de fora”, sobre os “nativos” da Ilha Grande. Vovô deixa claro - “cada qual no seu quadrado” - e traz ao discurso a sua valorização pelo seu trabalho na Ilha Grande, como funcionário público do INEA, trabalhando na Reserva Biológica da Praia do Sul, onde fica o Aventureiro, o que lhe dá status. A palavra badjeco foi inicialmente confundida com a palavra caiçara, entre os moradores, fazendo com que alguns a associassem à forma pejorativa. Cada vez mais rápido a imagem inicial do conceito caiçara, como algo pejorativo, está mudando, principalmente com o assédio dos pesquisadores, que valorizam a população tradicional local.

Somos caiçaras. Nascemos aqui, diz que é quem nasce aqui... e nunca saí daqui. [...] Falavam que a gente era caiçara. Achava que era gente ignorante, analfabeto. Depois falaram com a gente que caiçara é quem mora aqui, que nunca sai. Que é da raiz daqui mesmo. Mas eu era pequena quando escutava falar isso, não me lembro. Tem uns 30 anos, não sei. Uns dizem que a gente é caiçara, outros dizem que a gente é badieco. [...] Acho que (badieco) deve ser ruim. Nem procurei no dicionário pra saber o que é. Acho que nem existe. Falavam “vocês são badiecos, moram na Ilha Grande”. Na rádio de Angra mesmo, Costa Azul, FM. Estão falando que o pessoal da Ilha Grande é badieco. Mas badieco é o pessoal de Angra. Aí não sei o que é. Vou

procurar saber (Leninha, 44 anos, nascida e criada no Aventureiro, filha do Sr. José e Dona Di).

O que as pessoas imaginam? Ah, aquele pobre coitado sem eira nem beira, que não tem onde cair morto; quando a gente fala assim: eu sou caiçara da Praia do Aventureiro, a maioria fala assim: ah, coitada, uns coitadinhos, não é? Não sabem de nada. Aí quando começam a conversar, a se inteirar do problema, aí está, sim: êpa, esse pessoal não é tão bobo assim não, esse pessoal sabe o que quer, tem os pés no chão. É caiçara sim, mas sabe o que quer, sabe lutar pelos seus direitos (Neuzeli, 55 anos, nascida e criada no Aventureiro, professora e moradora em Abraão – Ilha Grande).

Segundo Peter Berger, o pré-julgamento afeta não só o destino externo da vítima nas mãos de seus opressores, mas também sua própria consciência, visto que essas ideias são construídas socialmente, gerando uma expectativa por parte da sociedade. “A coisa mais terrível que o preconceito pode fazer a um ser humano é fazer com que ele tenda a se tornar aquilo que a imagem preconceituosa diz que ele é” (BERGER, 1989, p. 116). Portanto, o mal gerado por rótulos relacionados ao distanciamento social, que resultou da insularidade geográfica e isolamento tecnológico dos moradores da praia do Aventureiro, começa lentamente a ser diminuído, principalmente através das novas gerações que sofreram menos preconceitos que seus antepassados. Isto justifica o fato de serem os “mais novos” os que mais rapidamente se apropriaram da identidade caiçara. “A sociologia do conhecimento entra em nosso raciocínio para demonstrar que, tanto quanto os homens, as ideias têm localização social” (BERGER, 1989, p. 125).

Outro estereótipo, associado à pessoa caiçara, é o de preguiçoso, devido à dissonância de hábitos entre os de “dentro” e os de “fora”. Os nativos têm uma origem de sustentabilidade econômica que gerou uma forma de fazer (pescar, roçar), que se articula com “esperar” a natureza fazer também a sua parte, além da valorização do ócio criativo. Ocorre, também, que muitas atividades realizadas pelos caiçaras são vistas como se eles não estivessem “fazendo nada” pelos de fora, como por exemplo, o “espia” olhando o mar, à espera dos cardumes para utilizarem as redes, a confecção de artesanato, o conserto da rede, à espera da linha, à espera do turista para atender, ir pescar, ir surfar. Além disso, a insularidade (fenômenos sociais relativos ao isolamento que podem ser quantificados) e a ilheidade (formas de representações simbólicas e imagens decorrentes da insularidade) (DIEGUES, 1997, p. 12) influenciam o olhar de quem é de fora, para a construção da noção de caiçara. Willems também destacou, na década de 1940, este olhar pré-concebido sobre os nativos caiçaras.

Os caboclos do planalto, que tiveram contatos esporádicos com o litoral, estereotiparam os caiçaras como preguiçosos e bêbados imorais. Brasileiros urbanos, que chegam ao litoral para estabelecer empreendimentos industriais ou agrícolas modernos, tendem a considerar o povo do litoral indolente e não confiável (WILLEMS, 1948, p. 49 *apud* WILLEMS, 2003, p. 19)

O ritmo da vida que ele foi obrigado a se adequar durante toda a história de vida do caiçara não combina com o nosso, o ritmo da vida dele era numa época ele trabalhava muito, na roça, a outra época ele ficava, saía de manhãzinha cedo pra puxar a rede e só ia no final de tarde pra colocar. Ficava o dia inteiro contemplando, encostado, consertando a sua rede, deitado, era o ritmo da vida dele. É um ritmo diferente da nossa vida. Então o que é preguiçoso pra gente, na verdade, se você for olhar filosoficamente não é preguiçoso nada, eles é que tão no ritmo certo da vida (Marcelo, “o professor” não morador, visitante, ano de 2012)

Olhando mais de perto, nas constatações do campo etnográfico, o que se pode observar no cotidiano é o excessivo trabalho dos moradores. Os mais jovens trabalham no período de aulas e durante as férias escolares, pois é momento de alta temporada no turismo. Há pouco descanso. Dormem cedo para acordar cedo. Os mais velhos trabalharam na roça na juventude. A roça gera um grande desgaste, comparado com a baixa produtividade. “O gasto em trabalho é claramente superior aos rendimentos energéticos em termos alimentícios” (VILAÇA; MAIA, 2006, p. 85). Alguns ainda mantêm roça e criação de aves. A moradora Janete reconhece que os filhos dela com seu marido Luis trabalham demais nos afazeres administrativos e de manutenção do camping do pai. “Ninguém é de ferro”, afirma Janete. De manhã cedo, enquanto turistas tomam café, é possível ver moradores que trabalham para a prefeitura, varrendo a praia, chegando com peixe, cortando ingredientes para o almoço, arrumando a casa, organizando os barcos. Portanto, a imagem de preguiçoso é uma observação distorcida, etnocêntrica, do modo de vida adereçada pelo imaginário do “paraíso insular”. E parece que o que há de comum, no paraíso construído no imaginário coletivo, é que lá ninguém trabalha. As frases “eles não gostam de trabalhar”, “não fazem nada para melhorar”, “não querem fazer nada”, algumas vezes podem simbolizar a “inveja” do paraíso e da boa vida, que na verdade só existem no imaginário de quem vê superficialmente de fora.

Para o morador nascido e criado no Aventureiro, Criste, fiscal do INEA na Praia, “ser caiçara é andar descalço, pegar peixe pra comer, subir no coqueiro, pular pedra e morar na beira da praia”. Sua esposa Deise Benevides, que não é nativa, acredita que ser caiçara representa “pessoas que lidam de forma muito íntima com a natureza (mar, terra, clima)”. Deise observa que antigamente a ligação era “mais intrínseca”, associada à necessidade de sobrevivência, “mas com o incremento do turismo, a ligação com a terra foi ficando um pouco mais distante”. Entretanto, a despeito de não ser mais necessário o uso apenas do ambiente

natural como fonte de subsistência, a moradora destaca que “ao clima e ao mar eles continuam bem ligados, porém os traços culturais de ligação com a natureza não são mais obrigatórios como antigamente”. Ela afirma que “só de viver no local, as crianças já são diferentes, não perdem a identidade, mas se forem para Angra vão perder a identidade naturalmente”

Para Cláudia (“Pepeca”, 34 anos), caiçara está relacionado com roça, pesca e trabalhar com o turismo. Esse pensamento também é compartilhado pela moradora Cleuzenir (41 anos), explicando que o caiçara do Aventureiro vai fazer o que tiver para fazer: “se for roça, então é roça, se for turismo, então é turismo, se for outra coisa, então vai ser”, demonstrando a importância da coesão do grupo, a despeito da sustentabilidade econômica praticada.

Eu sou caiçara. Eu não tenho vergonha, eu grito para todo mundo eu sou caiçara. Eu tenho orgulho de ser caiçara. Eu tenho orgulho de ser caiçara. Tem várias comunidades aí, mas eu tenho orgulho de ser caiçara, nasci aqui, vou fazer 50 anos, por que é que eu vou querer mudar agora de outra? Pô. (Luis, morador, nascido e criado, 2012)

Os pesquisadores, que atuaram e atuam na praia do Aventureiro, possuem um papel importante na valorização da comunidade. Eles surgem trazendo um espelho novo, uma imagem que não havia sido ainda construída, trazendo um significado completamente novo ao seu sentido. O assédio, por parte das universidades, dos pesquisadores, das ONGs, da mídia, dos políticos, faz com que os chamados “badjecos” do Aventureiro passem de meros espectadores a atores principais, representando papéis importantes, que são valorizados nas pesquisas, fazendo com que se tornem personagens das dissertações, teses e artigos publicados pelo mundo científico que eles desconhecem. Os investigadores, que muitas vezes se encontram para troca de informações e experiências, quando atuando com pesquisa e também como agentes de intervenção social, construíram uma espécie de “espelho mágico”, um “outro espelho”, onde os moradores refletem a nova imagem. Trouxeram para a comunidade um “contra-argumento”, “contra” o “reconhecimento” bajesto. Como afirma Peter Berger, “a dignidade humana é uma questão de permissão social” (BERGER, 1989, p. 117).

Sintomaticamente, essa luta só terá possibilidade de êxito se o indivíduo for protegido de sucumbir (ao programa traçado pelo preconceito para sua personalidade) por aquilo a que chamaríamos de contrarreconhecimento, por parte de membros de sua comunidade imediata. [...]

Quando um indivíduo é obrigado a se ver refletido num espelho construído de modo a refletir uma imagem deformada, ele tem de procurar freneticamente outros homens com outros espelhos, pois de outra forma chegará a esquecer que um dia já teve outro rosto (BERGER, 1989, p. 116-117).

Alguns moradores acham o assédio “legal”, “maneiro”. Outros deixam claro que não gostam de conversar sobre suas vidas. “Eu respondo, não me ofende, mas não muda nada”, afirmou a moradora Tunica, em 2009. “Sei que muitas pessoas terminaram os estudos com isso, é bom ajudar, é legal”, afirma Luís. Eles conversam, sabendo que estão sendo “investigados” e têm também os seus artifícios para fugir da conversa, com frases amigáveis, deixando claro o limite: “Você me pegou de novo! Não é? [Risos]”; “marca um dez aí, vou lá no barco”, “eu não quero nem saber de você com um papel e uma caneta na mão no carnaval”. O morador “Vovô” explica a importância que tem seu papel de orientador daqueles que buscam compreender o Aventureiro e narra um trabalho feito com pesquisador, da troca de experiência e dos títulos obtidos através das investigações científicas.

É aquele negócio, filha, às vezes, o pessoal me procura, claro, eu aprendo com ele, mas também ele aprende comigo. Aqui tem um rapaz chamado Rogério, é a última, Rogério era um pesquisador, nosso encarregado, aí Rogério fica aí, fica aí, fica aí, quando chegou no dia, ele queria estudar a pinheira e água de chuva, aquelas coisas, né? Foi do Jardim Botânico. Aí eu fiquei trabalhando pra ele, trabalhei três anos pra ele. E outro rapaz do Pico de Papagaio também trabalhou três anos. Hoje é doutor Rogério, trabalha na PUC. Quando ele entra numa casa pra fazer uma palestra, a casa não cabe. Todo mundo quer se dar com ele. Inclusive, tá três alunas dele agora aqui, vieram me dar um abraço que ele mandou. Então, é o negócio: nós aprendemos com ele, mas ele aprendeu muito mais com nós, virou doutor (Vovô, 2011)

Pode-se afirmar que a pesquisa realizada por Aparecida Maria Neiva Vilaça e Ângela de Azevedo Maia, publicada com o nome de “O Povo do Aventureiro” em 1984, para compor o relatório apresentado à Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), seja uma descrição densa do modo de vida dos moradores do Aventureiro. Entre vários outros trabalhos importantes, que foram desenvolvidos, destaca-se mais recentemente o projeto “O Povo do Aventureiro: fortalecimento do Turismo de Base Comunitária”, realizado pela UFRRJ, coordenado por Teresa Mendonça, Leandro Fontoura e Alexandre Silva (então presidente do CODIG), apoiado pelo Ministério do Turismo, materializado no livro “O Povo

do Aventureiro e o Turismo de Base Comunitária: experiências vivenciadas na Vila do Aventureiro – Ilha Grande, RJ” (Org. Mendonça e Moraes), publicado em 2011.

A situação da praia do Aventureiro dentro da reserva esbarra nas definições da mesma, já que a praia abriga o povo do Aventureiro, cuja vida é profundamente dependente do ambiente em que se situa. [...] A opção de remover o povo do Aventureiro do local que ocupa hoje e que – pelo que se pode depreender das histórias de vida e da memória dos mais velhos – já ocupava há várias gerações, seria um ato etnocida, pois implicaria a extinção de uma cultura viva e única, que tem em sua localização, a Praia do Aventureiro, um meio essencial de reprodução, tanto objetivamente pela pesca e agricultura, quanto em termos simbólicos, pelo significado do mar para sua vida ritual e religiosa (escrito em 1984 por VILAÇA; MAIA, 2006, p. 103)

O turismo no Aventureiro, alternativa às diversas dificuldades enfrentadas pela comunidade desde a criação da Reserva em 1981, tornando-se a cada dia uma atividade econômica muito importante. [...] O “Povo do Aventureiro” foi historicamente excluído do processo de decisão sobre o lugar onde vivem com a criação da Reserva Biológica. A população, mesmo com restrições, se organiza e é chamada a ser incluída no processo de decisão sobre a nova categoria de unidade de conservação que será estabelecida no lugar – decisão esta que oferece à comunidade a oportunidade de ter grande parcela da responsabilidade sobre a gestão do lugar onde vivem (MENDONÇA, 2011, p. 26)

### 3 VIVER PELA METADE, CURTIR POR INTEIRO...

#### 3.1 OS MORADORES DO AVENTUREIRO

“Eu me sinto morador daqui, porque 24 horas é aqui, 24 horas moro aqui sofrendo dificuldades ou não, eu sempre estou aqui “ (Marquinho, 14 anos, morador, 2011).

“Eu sou ex-morador. Fico mais em Angra. Venho pra cá mais de férias, feriado” (Alexandre, 16 anos, 2011).

O objeto deste trabalho é a identidade dos moradores do Aventureiro. A vila é composta por uma comunidade que se reconhece como “morador” e “não morador”, e estes conceitos não estão relacionados com “ser caiçara” e “não ser caiçara”. “Ser morador” mostra seu significado na fala de Marquinho (apresentada acima), pois o grupo valoriza quem está junto, independente da sazonalidade. É como está mostrado na frase “viver pela metade e curtir por inteiro, gostar da Ilha e Amar o Aventureiro”, desenvolvida por um grupo de moradores para o Projeto “O Povo do Aventureiro” (2009), no concurso de frases sobre “o que é ser morador do Aventureiro”, como apresentado na introdução. A expressão diz respeito à vida das famílias, dos moradores, sendo explicada pela comunidade como “amar o Aventureiro a ponto de viver aqui com todas as dificuldades”.

Antes de serem tratadas as famílias que, de 2009 a 2012, compunham a vila de moradores, faz-se interessante conhecer, de forma diacrônica, os que viveram na região. Constata-se o quanto o ambiente ecológico, descrito por Fredrik Barth (BARTH, 2000), influencia nas decisões das pessoas, do grupo e na construção da cultura. Da mesma forma pode ser percebido que a insularidade e a ilheidade (DIEGUES, 1997) são elementos influenciadores dos comportamentos e como consequência da vida dos que viveram no Aventureiro e na Ilha Grande, na decorrência do tempo. A partir da perspectiva histórica e econômica, traçou-se a trajetória de como viveram as pessoas que habitaram e as que hoje habitam a localidade do Aventureiro e da Ilha Grande, valendo-se principalmente dos registros reunidos no livro “Ilha Grande, do Sambaqui ao Turismo”, organizado por Rosane Magalhães Prado, em 2006. A esses registros, foram acrescentados outros dados coletados na pesquisa.

Partiu-se do mais antigo registro que se tem sobre moradores da região, que viviam no Ilhote há 3500 anos (localizado entre as praias do Sul e do Leste, vizinhas ao Aventureiro), onde foi encontrado um sítio arqueológico, dos Tupis-guaranis. Os dados pré-históricos são o

resultado de quinze anos de trabalho, com descobertas arqueológicas na Ilha Grande, realizado pela pesquisadora Maria Cristina Tenório. Ela encontrou no Ilhote um sítio arqueológico<sup>21</sup> supostamente conservado pela dificuldade de acesso à Ilha Grande e, mais atualmente, pela Reserva Biológica da Praia do Sul. Tenório (2006) registra que, no Ilhote da praia do Leste (figura 32), viveu há cerca de três mil anos um grupo de pescadores, coletores, caçadores, que se apossou deste morro. “Essa comunidade e seus descendentes permaneceram no Ilhote do Leste por algumas centenas de anos, o que gerou quase três metros de acúmulo de material arqueológico composto de restos alimentares, artefatos e sepultamentos” (TENÓRIO, 2006, p. 20-210). Esse levantamento de vestígios possibilitou à pesquisadora reconstituir o cotidiano do grupo que lá viveu.



**Vista Geral Oeste – Leste da Reserva Biológica e do Parque Marinho**

**Legenda:**

1 Ponta da Tucunduba

2 Praia do Leste

**3 Ilhote do Leste**

4 Montanhas com florestas

5 Planície litorânea com florestas

6 Mata alagada de restinga

7 Canal de ligação da laguna com o mar com manguezais nas margens

Figura 32 - Vista Geral Oeste – Leste da Reserva Biológica e do Parque Marinho (foto Paulo Bidegain, 2009 )

Fonte: Acervo Parque Estadual da Ilha Grande (IN, SEA, 2009, p. 4)

<sup>21</sup> “No Brasil, denominados sambaquis, esses amontoados de conchas são definidos como sítios arqueológicos relacionados ao litoral, construídos por grupos que tinham como principais atividades a pesca e a coleta de moluscos, cujas carapaças eram acumuladas, formando montes de diferentes alturas, onde eram descartados artefatos, outros restos de alimentos e, também, enterrados os mortos” (OLIVEIRA, 2003, p. XXXVI)



#### Lagoas do Sul e do Leste e arredores

##### Legenda:

1 - Praia do Sul

2 - Brejo

3 - Lagoa do Sul

4 - Lagoa do Leste

5 - Canal de ligação da lagoa com o mar

6 - Manguezal

Figura 33 - Lagoas do Sul e do Leste e arredores (foto de Paulo Bidegain, maio 2009)

Fonte: Acervo Parque Estadual da Ilha Grande (IN SEA, 2009, p. 5)

Segundo os resultados publicados por Tenório (2006), a comunidade se originou no Ilhote do Leste, quando o mar estava mais baixo e formavam-se as lagoas e o canal do Sul e do Leste. O local foi escolhido por ser estratégico, visto que o Ilhote está situado no centro de uma área formada por montanhas, planícies e praias. Além disso, as lagoas do Sul e do Leste (Figura 33) eram maiores e mais ricas em tainhas, que desovam no local. “De cima do morrote, provavelmente era possível vigiar tanto os inimigos como a entrada de cardumes, e quando o mar estivesse muito forte - como costuma ocorrer por todo o inverno -, a pesca poderia ser feita nas lagoas” (TENÓRIO, 2006, p. 22). Percebe-se, com esta passagem, que a função de “espíar” é antiga e favorecida pela condição ecológica ambiental. Com relação a hábitos e cultura material em geral, os habitantes usavam canoas feitas com troncos de

guapuruvu, adornos e instrumentos feitos de dentes de macacos e porcos do mato; coquinhos e folhas de palmeiras eram usados nas coberturas das casas. No local, há rochas que datam de mais de três mil anos (Figura 34) e eram usadas pelos que lá viviam para confeccionar objetos polidos, com o uso da rocha como amoladores-polidores, lâminas de machado eram feitas a partir de seixos encontrados dentro dos riachos e desembocados nas praias. Através da análise das ossadas, constatou-se que as alterações nos ossos dos membros superiores e inferiores dos ilhéus comprovam que remavam pequenas embarcações, além de terem intensa atividade física como natação, escalada, remo, longas caminhadas, uso de redes etc.. Apresentavam deficiência de ferro, pela dieta. Os homens tinham uma carga de trabalho com mais impactos que as mulheres. O grupo era canoeiro, e a disseminação dessas comunidades se deu pela navegação de cabotagem (TENÓRIO, 2006).



Figura 34 - Marcas de Polimento (3.000 AP)  
Fonte: SEA (2009, p. 12)

Ali se constituía uma comunidade predominantemente de pescadores, embora a coleta de moluscos também fosse praticada em menor escala. Restos abundantes de peixes foram encontrados nos rituais de sepultamentos e nos artefatos encontrados. Existência de rituais de passagem, casamentos e funerários ocorridos no centro do sítio. Sepultamentos ocorriam perto de rochas, possivelmente para marcar a localidade. Em um mesmo local, se

acharam vários restos humanos sobrepostos e lâminas de machados, golfinhos e animais marinhos foram encontrados sobre os mortos. O desaparecimento do grupo está associado a infecções e epidemias ou ainda a disputas (hipótese de possível conflito com Tupis), uma vez que se encontraram enterramentos de indivíduos cercados por pontas de flechas, bem como lanças que, provavelmente, foram atiradas durante conflitos. A posição da comunidade no Ilhote, nos conflitos, favorece o lançamento armas, por estarem acima dos inimigos. Do alto do morro também se avista melhor o inimigo, e tocaias podem ser organizadas. Escondidas nas rochas, mulheres e crianças ficam mais protegidas no topo do morro. A posição dos amoladores-polidores (rochas) possibilita ao artesão ficar escondido de quem chega à praia. O Ilhote servia como templo, centro de trocas, habitação e proteção, e seus habitantes mantinham intercâmbio com outros grupos, o que trouxe novas influências como resultado do contato (TENÓRIO, 2006).

“A progressiva mudança dessas populações, para grupos indígenas de outras culturas, (talvez Tupinambás e Guianazes) trouxe, como principal alteração geocológica, o aparecimento da agricultura feita com uso do fogo” (OLIVEIRA; NETTO, 2006, p. 44). Segundo ainda os pesquisadores Rogério Ribeiro de Oliveira (PUC) e Ana Luiza Coelho Netto (UFRJ), no ano de 2006, essa forma de roçar é retomada séculos mais tarde pelos caiçaras. O pesquisador Wunder (2006) constata que os Tupis-Guaranis povoaram em alto número populacional a Ilha Grande, levando a grandes impactos sobre as regiões de Mata Atlântica, resultando em redução na cobertura florestal de forma irrecuperável. O uso da agricultura, por parte deste grupo, alterou mais a estrutura da floresta do que a sociedade anterior de pescadores, caçadores e coletores.

Wunder cita dados os quais mostram que, na época da conquista portuguesa, a Ilha Grande era habitada pelos goianas ou pelos tamoios (o que parece mais provável para o autor). Wunder apresenta informações, descritas por Hans Staden (1999), acerca dos tupinambás, como caçadores, pescadores e cultivadores de mandioca habilidosos, sem tradição para o comércio, em constantes guerras com ameríndios vizinhos, antropófagos que migravam quando os recursos naturais se esgotavam. Segundo Wunder (2006), os tupinambás eram inimigos dos portugueses e mantinham relações com os franceses, comercializando com eles pimenta, mandioca em troca de machados, facas e outros manufaturados. Conflitos, pirataria, o medo da invasão e desenvolvimento de colônias inglesas, francesas e holandesas fizeram com que os portugueses tomassem certas medidas sobre a Ilha Grande, proibindo até 1.725 que se vivesse no local, mas retomando o assentamento ainda no século XVIII. Dados históricos e antropológicos demonstram que os Tupinambás foram dizimados pelos

portugueses, durante a histórica “Guerra dos Tamoios<sup>22</sup>”. A pesquisadora, Maria Cristina Tenório de Oliveira, em sua tese “O Lugar dos Aventureiros: identidade, dinâmica de ocupação e sistema de trocas no litoral do Rio de Janeiro há 3500 anos antes do presente”, no ano de 2003, refuta a ideia de que indígenas Tupinambás teriam morado na Ilha Grande, principalmente do lado de mar aberto, mostrando que não há evidências sobre isso e que houve muita confusão sobre as “ilhas” do Rio de Janeiro, nas interpretações dos textos do século XVI<sup>23</sup>.

De acordo com Oliveira e Netto (2006) e Wunder (2006), do século XVIII ao século XIX, foram criadas, na Ilha Grande, fazendas que exploravam maciçamente a extração de recursos florestais e cuja economia era baseada na monocultura (*plantation*, principalmente no século XIX) de cana de açúcar (principalmente), cacau e café. Encontram-se, ainda, na Reserva Biológica da Praia do Sul, ruínas das antigas fazendas que causaram um desmatamento maior e mais permanente que as posteriores roças caiçaras. As fazendas eram um “tipo de construção colonial” que “pressupõe a utilização intensa de toras de madeira para

---

<sup>22</sup> Aconteceu no século XVI e “em meados do século XVII, já não havia notícia de grupos tupis ao longo da costa de que antes eram senhores” (PERRONE-MOISÉS; SZTUTMAN, 2010). Resultou da revolta contra a escravização dos indígenas. Os Tupinambás eram bem organizados politicamente. Lutaram contra os portugueses, aliando-se aos franceses. Os Franceses tinham interesse, pois dominaram algumas regiões do Rio de Janeiro. Os franceses logo abandonaram a aliança e partiram. Os Tupinambás foram dizimados. Segundo desenvolvem os pesquisadores Beatriz Perrone-Moisés e Renato Sztutman (2010), a perda da guerra resultou, a despeito da superioridade tecnológica dos portugueses, da desarticulação entre os parentes que disputavam também entre si. “Quando Florestan Fernandes trata de responder por que, afinal, os Tamoios perderam a guerra, deságua num paradoxo. Para ele, como já salientado, os Tupis da costa eram capazes de se organizar politicamente, de coordenar suas diferenças. Por outro lado, ele constata que tais formas de organização não conseguiam perdurar, revelando de súbito sua própria inviabilidade. As alianças logo seriam desfeitas e, a despeito de proximidades culturais e linguísticas, critério suficiente, segundo ele, para se criar uma nação, não se alcançaria a construção de uma unidade propriamente dita. Aí residiria para ele a causa da derrota dos Tamoios, bem como a inexorabilidade de seu extermínio.” (PERRONE-MOISÉS; SZTUTMAN, 2010, p. 414). Os autores citam a passagem de Florestan Fernandes, como segue: [A] importância histórica da [guerra dos Tamoios] provém de comprovar que as populações indígenas tinham capacidade de opor resistência organizada aos intuídos conquistadores dos brancos. Ela também revela a inconsistência do sistema organizatório tribal para atingir semelhante objetivo. Na ocasião, ainda que, temporalmente, a desvantagem tecnológica dos indígenas podia ser amplamente compensada pela supremacia oriunda da preponderância demográfica e pela iniciativa de movimentos, combinada ao ataque simultâneo a diversas posições dos brancos, do litoral ao planalto. Tudo parecia indicar que os brancos seriam varridos da região [...]. No entanto, o êxito dos índios foi parcial e efêmero. As fontes de funcionamento eficiente da sociedade tribal impediram a formação do sistema de solidariedade supratribal, exigido pela situação. As alianças fragmentaram-se e a luta contra o invasor retornou ao antigo padrão dispersivo, que jogava os índios contra os índios, em benefício dos brancos. É que os laços de parentesco, que promoviam a unidade das tribos, engendravam rivalidades insuperáveis, mesmo em ocasiões de emergência no âmbito mais amplo da cooperação intertribal (FERNANDES, 1975, p. 28 *apud* PERRONE-MOISÉS; SZTUTMAN, 2010, p. 414).

<sup>23</sup> Segundo Oliveira, o “trecho da carta de Anchieta pode indicar a presença do Tupinambá na Ilha Grande em 1565, por outro, parece indicar também que não se trataria de uma ocupação antiga, bem estabelecida e, sim, decorrente de uma intensa movimentação e desestruturação social promovida pelo contato com o europeu e por uma situação de guerra” (OLIVEIRA, 2003, Cap. 4, p VII). A autora conclui que “parece pouco provável que a Ilha Grande tivesse sido efetivamente ocupada por grupos ceramistas. Tudo indica que os amoladores polidores fixos encontrados estão relacionados apenas a grupos pré-cerâmicos” (OLIVEIRA, 2003, Cap. 4, p VII).

sustentação dos assoalhos e telhados, assim como para os engenhos que consumiam muita lenha” (OLIVEIRA; NETTO, 2006, p. 45). A região também explorou o comércio de escravos, como centros de recuperação e adaptação pós- viagem continental. Tal comércio continuou mesmo após a abolição (WUNDER, 2006).

Com a chegada do século XX, o sistema de *plantation* definitivamente entra em declínio, e as florestas começam a se recuperar na Ilha Grande. Uma fazenda na praia de Dois Rios foi transformada em prisão (1893 a 1903), e outra fazenda, em Abraão, foi transformada em lazareto. “Obviamente, a presença de ambas as instituições não promoveu exatamente a expansão das atividades produtivas no local” (WUNDER, 2006, p. 113). Surgem as roças caiçaras, feitas pelas pessoas que, naquele momento, habitavam a localidade e que, pela miscigenação racial-étnica “pós-conquista”, eram “índios, portugueses e negros” (WUNDER, 2006, p. 112). As roças se faziam basicamente para subsistência, em regime de policultura de mandioca, feijão, guando, inhame, abóbora, milho, arroz de sequeiro, mamão, melancia, batata-doce, além de produtos secundários como cará do ar, caruru e taioba (OLIVEIRA; NETTO, 2006). Essas eram as roças do litoral.

A cultura caiçara é característica do litoral sul do Rio de Janeiro e Norte de São Paulo, baseada na pesca e em roças de subsistência. Encontra atualmente fortes pressões provocadas pela especulação imobiliária, achando-se em declínio populacional em muitos pontos do litoral. Na Ilha Grande, a maioria das informações de que se dispõe sobre o modo de ocupação do espaço pela cultura caiçara é oriunda de tradição oral. Tem-se como certo que a população residente na área de reserva era muito maior do que a atual e encontrada de forma mais espalhada do que se vê hoje. Em numerosos pontos da mata de encosta da RBEPS, hoje encobertos por mata densa, é possível encontrar vestígios da ocupação dos caiçaras – baldrames de casas, fornos de farinha e adensamento de espécies semidomesticadas como o cambucá (*Marliera edulis*) – que permitem identificar sua presença na floresta. Esta forma de ocupação do espaço se dava em função de a economia estar mais centrada na subsistência, em que as roças desempenhavam um papel fundamental. Assim, a posse do território era feita em função da capacidade de suporte do ambiente para a exploração dos recursos. (OLIVEIRA; NETTO, 2006, p. 46)

Em 1984, Aparecida Maria Vilaça e Ângela de Azevedo Maia apresentaram um relatório sobre os moradores da vila do Aventureiro, em que citam um grupo caiçara ainda de acordo com o apresentado por Oliveira e Netto: focado na roça, na pesca e na caça. As autoras descrevem famílias vivendo em regime virilocal<sup>24</sup>, desenvolvendo roças para subsistência, com destaque para a plantação de mandioca para o preparo de farinha, assim como a pesca para consumo próprio. Os homens faziam trabalho “embarcado” em traineiras, ficando a roça sob a responsabilidade das mulheres, visto que a pesca assalariada faz com que os homens se afastem da vila, por viajarem embarcados por períodos longos. As famílias nucleares podem ser identificadas pelas roças: “a posse de uma roça caracteriza uma família nuclear” (VILAÇA; MAIA, 2006, p. 81), ocorrendo ajuda entre eles para o roçado. As viagens para o continente (para venda de farinha, fazer compras, ir ao médico) são feitas de canoa, e os passageiros custeiam o valor do combustível. Entretanto, principalmente após eventos como o fim do presídio (em 1994), a implantação das restrições ambientais e a “descoberta” mais massificada do “paraíso” Ilha Grande, cada vez mais as famílias caiçaras da “pesca e roça” caminham para a sustentabilidade econômica, tornando-se “famílias caiçaras do turismo”. De acordo com Oliveira e Netto, a desativação do presídio permite a entrada segura do turismo e representa, em médio prazo, um divórcio entre o ilhéu e a exploração da floresta, uma vez que aquele empreendimento torna desinteressante a produção para o autoabastecimento, além de romper de vez com a insularidade da Ilha Grande.

O principal valor turístico do território dos caiçaras – praias e enseadas – constitui alvo de especulação imobiliária por causa da sua beleza e excelente estado de conservação. Esta característica pode fazer com que a paisagem se torne uma mercadoria, um consumo do espaço. [...] As roças vêm perdendo a cada ano sua extensão e seu significado, face à relativa facilidade de aquisição de produtos no continente. O mutirão – base fundamental do trabalho caiçara – vem sendo substituído por uma concorrência interfamiliar (OLIVEIRA; NETTO, 2006, p. 55).

Baseado em dados de pesquisas bibliográficas, documentais e de campo, o quadro 6 foi desenvolvido e apresenta de forma resumida e diacrônica os moradores do Aventureiro.

---

<sup>24</sup> “O regime virilocal se dá quando novo casal vai morar junto com os pais do noivo, na mesma casa ou preferencialmente em uma casa separada, construída no terreno da família do homem” (VILAÇA; MAIA, 2006, p. 75)

	<b>PESCADORES, COLETORES, CAÇADORES</b>	<b>TUPIS-GUARANIS</b>	<b>COLÔNIAS E FAZENDAS</b>	<b>CAIÇARAS DA ROÇA</b>	<b>CAIÇARAS DO TURISMO</b>
<b>Tempo</b>	3.500 anos a.p. <sup>25</sup> Até contato com Tupis-Guaranis	Até século XVIII	Do Século XVIII ao XIX	Fim do Século XIX e século XX	Século XX e XXI
<b>Grupo</b>	Pescadores, coletores, caçadores.	Tupinambás Guaianazes Temiminós	Portugueses (principalmente), franceses, holandeses, piratas.	Miscigenação entre Negros, Brancos e Índios. “Caboclos” organizados em famílias que vivem da caça, roça e pesca no século XX do Turismo. “Nascidos e Criados”. “O Povo do Aventureiro”.	Moradores. Grande parte reconhecida como caiçara. “O Povo do Aventureiro”
<b>Sobrevivência e/ou Sustentabilidade de Econômica</b>	Pesca, Caça, coleta, tecnologia na fabricação de machados	Pesca, Caça, coleta, plantio de mandioca, extração e troca por manufaturados	Maciça extração florestal e monoculturas (sistema de <i>plantarion</i> ). Piratarias .	Roça, pesca e Caça para sobrevivência. Produção de farinha de mandioca. Iniciam o comércio de pescado e farinha em pequena escala. Trabalharam para indústria pesqueira. Começa a partir da década de 90 o avanço do Turismo.	Turismo, comércio, prestação de serviços à indústria de pesca, venda de farinha e artesanato (pouca escala). Ser funcionário Público, prestar serviço ao funcionalismo público. Recebimento de aposentadoria e benefício dos 65 anos. Venda de barcos.
<b>Cultura material</b>	Canoas de Guapuruvu, artefatos e enfeites com dentes de animais. Tecnologia para elaborar lâminas de machado	Canoas, material de guerra, caça e pesca	Fazendas construídas com pedra de mão com cimento feito com conchas e óleo de baleia. Estruturas de madeira. Engenhos.	Canoas, Tipitis, cestas de palha, casas de farinha, colchas, casas caiçaras (chamada casa de "pau a pique" ou de "taipa"), material de pesca, material de roça. Comidas como peixe com banana, paçoca. Entre o barco a motor	Construção de canoas. Construção de barcos. Artesanato. Prancha de surfe. Comida, bolos. Peixe com Banana. Compra de lanchas e barcos mais potentes. Casa de farinha em poucas casas ativada.
<b>Cultura imaterial</b>	Cerimônias rituais, celebrações fúnebres conhecimento da navegação em alto-mar.	Rituais, formas de organização política e de guerra. Organização parental. Linguagem. Guerreiros, políticos. Pouca orientação para comércio.	Técnicas de plantar e extrair. Religião católica. Língua. Inicia cultura do medo através de instituições de reclusão.	Técnicas de pesca, roça e caça, forma própria de administrar os campings, fazer comércio e lidar com os visitantes. Palavras Linguagem. Cultura do medo. Festas, danças e músicas. Rezas, forma de curas. Uso medicinal das plantas. Costura. Catolicismo. Casamento por Roubo das mulheres. Medo pelo presídio.	Catolicismo com Avanço da religião evangélica protestante. Prática esportiva (futebol e Surfe). Pesca artesanal, pouquíssima roça. Forma própria de administrar os campings, fazer comércio e lidar com os visitantes. Casamento por Roubo das mulheres, civil e igreja . Festas, danças e músicas. Diminui uso de rezas e uso de ervas para cura. Medo da expulsão pela Reserva Biológica.

Quadro 6 - Diacronia dos Moradores do Aventureiro

Fonte: Elaboração Própria (2012)

<sup>25</sup> “A.p”. significa antes do presente.

Acompanhando um caminho cronológico, fundamentado segundo a economia e o padrão de assentamento, mostrando “realidades distintas, criadas por sistemas sociais e dinâmicas de ocupação diferentes”, Oliveira (2003) dividiu a história da ilha Grande em 13 fases distintas, conforme quadro 7.

Período inicial: Extração	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Ocupação por pescadores, coletores, caçadores (cerca de 3000 AP.); Engloba toda a Ilha.</li> <li>2. Ocupação por grupos ceramistas (que a autora mostra não haver evidências).</li> <li>3. Ocupação indígena na época do contato com o europeu (1554 – 1557); parte continental.</li> </ol>
Período Médio - extração	<ol style="list-style-type: none"> <li>4. Ilha como centro de abastecimento de embarcações (1580); parte continental. (Provavelmente da ponta de Castelhana à praia de Ubatuba).</li> <li>5. Primeiro período de isolamento.</li> <li>6. Ciclo do contrabando: pau-brasil e escravos; parte continental. (Provavelmente da ponta de Castelhana à praia de Ubatuba).</li> <li>7. Período da pirataria; redor marítimo e parte continental.</li> </ol>
Período da domesticação	<ol style="list-style-type: none"> <li>8. Ciclo da lavoura ou das grandes fazendas de escravos, cana de açúcar e de café; parte continental (Freguesia de Santana).</li> <li>9. Povoados oriundos de fazendas decadentes: surgimento das aldeias caiçaras; toda a Ilha.</li> <li>10. Pesca e Indústria da sardinha; lado leste.</li> <li>11. Presídios; influência por toda a Ilha.</li> <li>12. Isolamento, decadência das aldeias e venda de terras; toda a Ilha.</li> </ol>
Período atual	<ol style="list-style-type: none"> <li>13. Ciclo do turismo; toda a Ilha.</li> </ol>

Quadro 7 - As 13 fases da história econômica da Ilha Grande

Fonte: Adaptado de Oliveira (2003, p. 223)

Antes, a vila do Aventureiro era dividida por roças distribuídas entre 23 famílias, como pode ser visto no mapa da Figura 35 a seguir. Com a entrada e desenvolvimento do turismo, e a crescente demanda do público, que deseja “consumir” a Ilha Grande e o “paraíso” praia do Aventureiro, houve uma reorganização da estrutura social, ficando diferente da anterior (baseada em roças), agora está disposta nos campings, como pode ser visto no mapa da Figura 36 a seguir. O turismo faz com que os campings tomem os lugares das roças, na representatividade da localização de uma família e toda parentela, em seu espaço. Antes a referência usada geograficamente era a posição da roça, através das falas, “o Coqueiro Deitado fica à frente da roça de Angelina”. Contemporaneamente a referência para localização é o camping, “o Coqueiro Deitado fica à frente do Camping da Neneca”. Não se usa, não se fala mais, a fim de dar localização, as roças como ponto de referência.

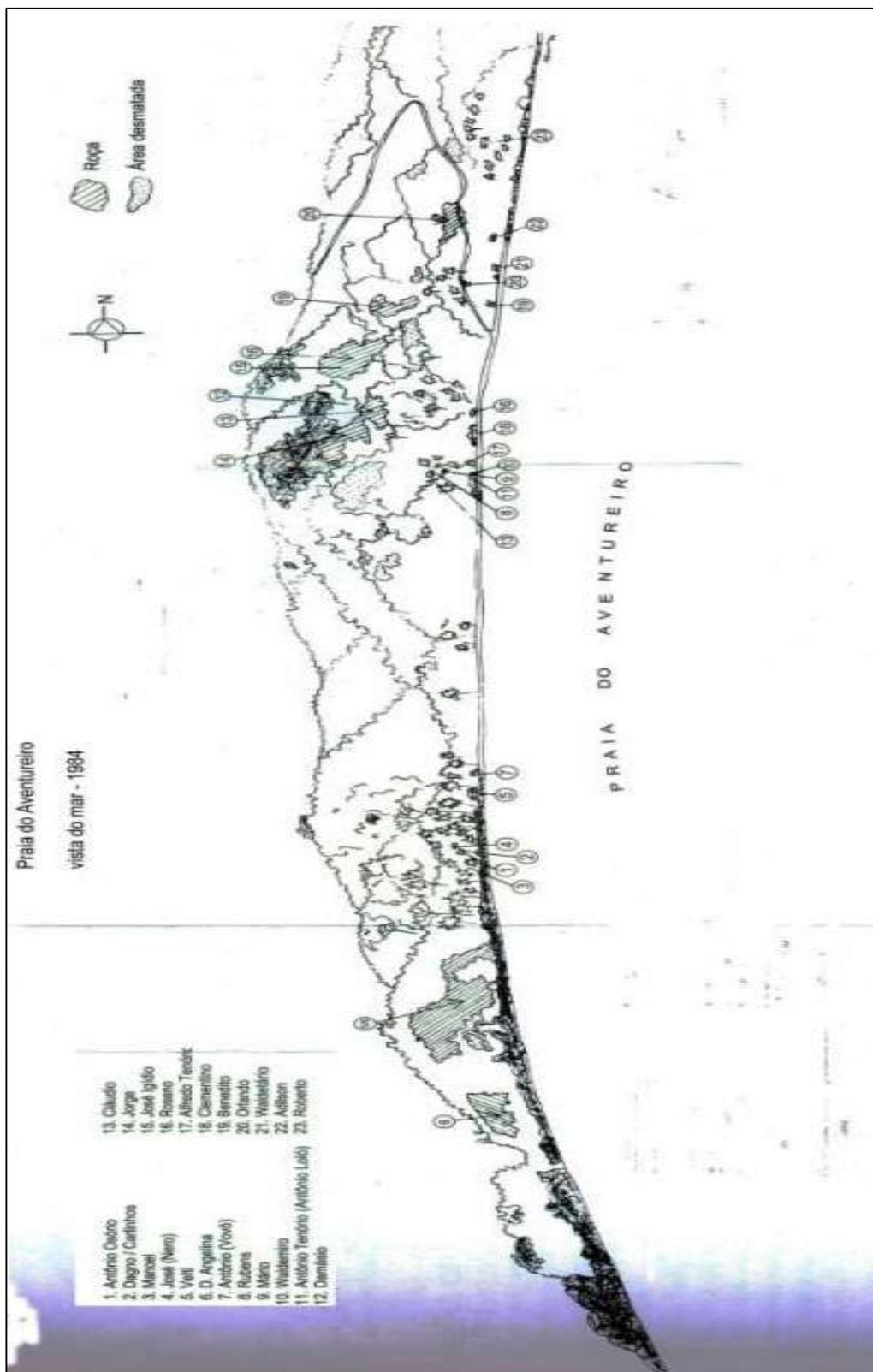


Figura 35 - Mapa da Praia do Aventureiro (evidenciando as roças, em 1984)

Fonte: Vilaça e Maia (1984, anexo, figura 1: Praia do Aventureiro, vista do Mar, 1984). Disponível também em Bidegain e Freschi, 2009, v. 1.

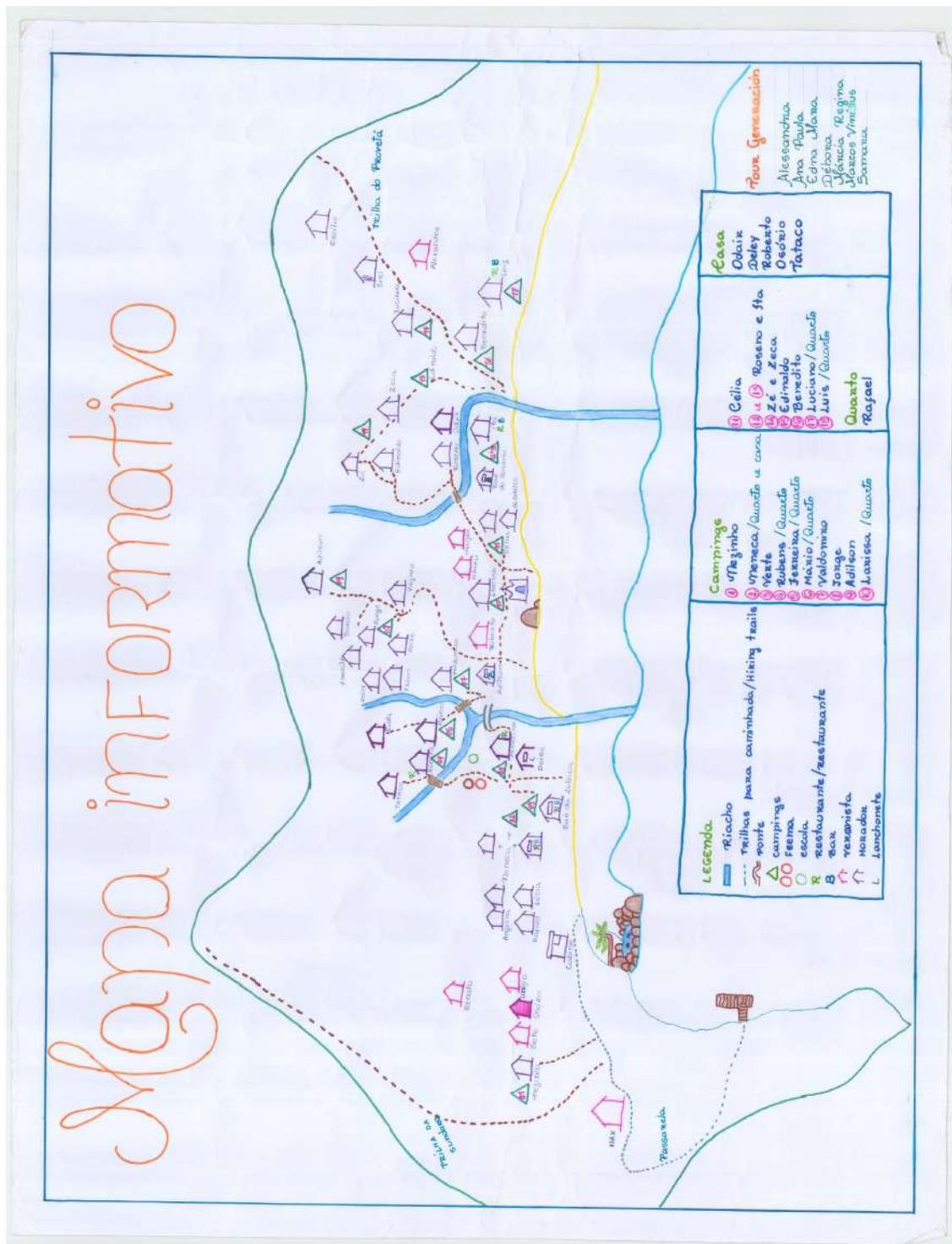


Figura 36 - Mapa da Praia do Aventureiro, feito por moradores, evidenciando casas e campings. 2009  
 Fonte: Dados da pesquisa (2009) e projeto “O Povo do Aventureiro”

### 3.2 AS FAMÍLIAS DO AVENTUREIRO

Para o desenvolvimento desta parte da pesquisa, alguns aspectos foram considerados e precisam ser explicados. As árvores genealógicas foram desenvolvidas a partir de informações dadas pelos moradores e informantes, tendo como ponto de partida o material publicado em 1984, por Aparecida Maria Neiva Vilaça e Ângela de Azevedo Maia. Valendo-se destes dados, adotaram-se alguns critérios para o esboço da estrutura, com o acréscimo de outras legendas, sendo ampliado o registro do desenho da genealogia dos moradores aqui apresentada. A complementação das informações foi feita principalmente de acordo com a memória e relatos orais, motivo por que alguns nomes podem estar graficamente errados. Sinalizaram-se os falecimentos e nascimentos de acordo com o relatado e, no caso de dúvida, optou-se por não indicar falecidos ou nascidos. Possíveis outras dúvidas, na estrutura da árvore, foram indicadas por ponto de interrogação “(?)”. Todos os que estavam presentes, convivendo na comunidade, participando do seu dia a dia, de 2009 a 2012, e que, além disso, afirmaram-se como moradores da praia, foram registrados, sendo ou não caiçaras. Da mesma forma, os “nascidos e criados” no Aventureiro e seus descendentes também foram registrados, a fim de organizar a análise das relações de parentesco, independente de estarem vivendo na localidade ou não. O material usado por Vilaça e Maia (2006) foi imaginado com divisões de 10 grupos familiares, para uma melhor adequação ao espaço para leitura, visibilidade e análise. A ancestralidade (que orienta sobre a gênese, a origem) é uma das vertentes para o reconhecimento de um grupo étnico ou de uma identidade étnica, pois postula sobre eles. A importância da ancestralidade pode ser percebida na história dos moradores, haja vista que o atestado de óbito do pai de uma nativa foi mais um elemento relevante para se comprovar as gerações que viviam no local, quando naquele momento, o tempo de habitação em uma localidade garantia direitos à população nativa sobre o território, desde que no mínimo três gerações fossem comprovadas. A recomendação jurídica 10/06, sobre o Inquérito Civil 581, de 2006 (Anexo 8.2), acerca da retirada dos moradores da região, reputa o tempo de permanência dos mesmos no local e, junto com outras considerações, recomenda o “Termo de Compromisso<sup>26</sup>”, tornando possível a permanência dos moradores nativos até que a nova categorização da unidade de conservação seja concebida.

---

<sup>26</sup> O “Termo de Compromisso” do Aventureiro foi celebrado entre a Fundação Estadual de Engenharia e de Meio Ambiente (FEEMA), o Instituto Estadual de Florestas (IEF), a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Urbano (SEMADUR), a Prefeitura Município de Angra dos Reis e a AMAV, a fim de, até a solução para a habitação em local de Reserva Biológica, o moradores tenham direitos e deveres de continuar residindo no território.

De acordo com os resultados publicados em 2011, referentes à pesquisa desenvolvida por Teresa Mendonça, Lindalva Brandão e Gabriele Martins, 84,26% dos moradores afirmam ter nascido no Aventureiro. Em um total de 104 pessoas vivendo na comunidade, 96 moradores são permanentes, e 87 se dizem nativos (MENDONÇA; BRANDÃO; MARTINS, 2011, p. 50). Mais uma vez, o significado da expressão “viver pela metade, curtir por inteiro, gostar da Ilha, amar o Aventureiro” (frase criada pelos moradores para descrever o que é morar no Aventureiro, em 2009), aparece também nos resultados da pesquisa de 2011, quando os não nativos moradores justificam os motivos que os levaram a viver na vila, manifestam a “paixão pelo local tranquilo e belo”, a despeito de toda dificuldade sempre enunciada.

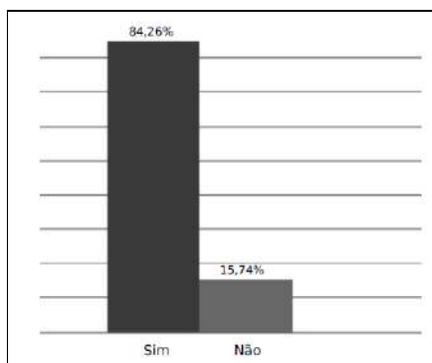


Figura 37 - Gráfico: Você Nasceu na Comunidade?  
Fonte: Mendonça, Brandão e Martins (2011, p. 50)

Houve acréscimo de pessoas nativas à Vila do Aventureiro, desde que foi proibida a presença humana, por meio da REBIO, há 29 anos. Do mesmo modo, a presença da REBIO freou o fluxo imigratório para a Vila, o que diferenciou o processo de migração do lugar comparativamente com as demais localidades da Ilha Grande. Registra-se, no entanto, a chegada de novos moradores não nativos após a criação da RBPS. Assim, dos 15,74% dos não nativos que vivem na comunidade atualmente, 14,28% se estabeleceram na Vila após a criação da RBPS. Assim, a motivação de 17,24%, dentre esses mesmos 14,28%, é o sentimento de paixão pelo local tranquilo e belo, razão pela preferência do lugar (MENDONÇA; BRANDÃO; MARTINS, 2011, p.50-51).

A questão da origem, “de onde vieram” os moradores e “por que motivos vieram”, é sempre polêmica, muitas vezes desrespeitosa e até agressiva, nos embates entre aqueles que defendem a bandeira - “retirem os moradores, que lá ninguém é tradicional caiçara”- e os que afirmam - “deixem os moradores, que lá tem tradicional caiçara”. As questões sobre identidade, território, preservação e direitos caem sempre no debate político, ficando a população e a natureza, no final da história, reféns de conflitos e brigas de poder. Segue um episódio virtual que exemplifica esse cenário e está público no site “O Eco”, quando após

uma reportagem intitulada “O Destino de Aventureiro”<sup>27</sup>, de 2010, internautas comentam a notícia. O texto mostra a posição dos dois lados, defendidos por conservacionistas ligados ao INEA, os quais apoiam a retirada dos moradores para a continuidade da Reserva Biológica também na área do Aventureiro, a saber, “Alceo Magnanini, então membro do Conselho Nacional da Biosfera da Mata Atlântica, Norma Crud e Dorothy Araújo”, declarados como “nomes de peso no conservacionismo no Rio de Janeiro” e o proponente da recategorização, o “deputado estadual Carlos Minc (PT-RJ)”, o qual “argumenta que a área do Aventureiro já não pode ser contada como Reserva Biológica” (CAMARA, “O ECO”, 2010). Seguem passagens do texto e os comentários dos internautas. Entre eles podem ser identificados nomes de pesquisadores (como Helena Catão e Alba Simon), o próprio Alceo Magnanini, e alguém que se apresenta como “Nativo Caiçara”.

O que incomoda a Magnanini é que estejamos vivendo mais uma vez as consequências da política do fato consumado. Ele argumenta que no processo de criação da reserva biológica nunca houve apoio para remover a população de lá. “Na década de 80, eu e Norma fomos lá e nos hospedamos na casa do já falecido “cacique da comunidade”, Cabo Antonio Osório, um morador, que não era caiçara. Reunimos os moradores e explicamos que aquele lugar se tornaria uma reserva biológica, dizendo que precisariam ser assentados e que receberiam uma benfeitoria para conseguir um lugar em Angra dos Reis. Nenhum deles se negou a aceitar a proposta. Mas não houve interesse político de seguir adiante e cumprir a lei”, relembra. Se naquela época os moradores queriam rumar da ilha para o continente, esse desejo agora mudou. Junto com o GT eles assinaram abaixo-assinados e enviaram cartas ao Instituto Estadual do Ambiente (INEA) pedindo a criação da RDS. Neuseli Cardoso, nascida e criada na praia, é membro da Associação de Moradores do Aventureiro e veio esta semana ao Rio de Janeiro pedir o apoio dos deputados da ALERJ. “A maioria da comunidade não quer um reassentamento. Sabemos conviver com a natureza. Queremos o direito de permanecer nesta localidade e meios dignos de sobrevivência como plantar, a pescar, fazer turismo, artesanato, o ir e vir pela Ilha Grande”, explica ela. (CAMARA, site “O ECO”, 2010).

Que história eim? Acho que no caso ali tem mesmo é que acontecer as desapropriações! Na ilha grande ninguém é tradicional..... Inclusive eu não acredito nesse conceito (Comentário do Internauta Raul, site “O ECO”, 2010).

Eu conheço bem a ilha grande, ali é tudo pessoal que veio do rio de janeiro, está morando lá, se você achar algum nativo é raro na ilha grande, ainda tem, .mas são poucos. È o caso da ilha do Castor de Andrade, próximo a enseada do Saco do Céu, o desmatamento que está sendo praticado lá até hoje... ficou esquecido, panos quentes, cadê o INEA ????? NÃO FAZ NADA!!!! Porque o desmatamento está a todo vapor e as obras também lá... (Comentário do Internauta Fernando, site “O ECO”, 2010).

---

<sup>27</sup> Reportagem escrita por escrita por Thiago Câmara, em 22 de outubro de 2010 para o site “O ECO”, narrando o conflito entre as partes que defendem que os moradores fiquem e a outra parte que defende que saiam, na arena política. com a participação de 42 comentários de internautas. A reportagem polêmica pode ser vista em: <http://www.oeco.com.br/es/reportagens/24481-o-destino-de-aventureiro#idc-cover>

Todos ambientalistas urbanos devem ter sido criados em apartamento. Salvem as comunidades não urbanizadas, por que delas dependerá nosso futuro (Comentário do Internauta José Henrique, site “O ECO”, 2010).

Muito infelizes os comentários que eu li aqui até agora (tirando o do Jose Henrique). Alguns de vocês que falaram que lá não existe população tradicional conhece o local? Se conhece beleza, mas conhecem a comunidade, já pararam para conversar ou saber da vida deles? Antes de chegar aqui e dar palpites furados vamos tentar obter mais informação... ou pelo menos não falar nada. Embora eu não concorde, posso até entender aquele que diz que não aceita esse conceito de população tradicional, realmente é bastante debatido. Mas o mesmo tem que admitir que aquela é uma população humana estritamente próxima e dependente do ecossistema natural para a perpetuação de sua cultura e modo de vida. Como você vai chamar isso não faz diferença [...] (Comentário da Internauta Renata Daco, site “O ECO”, 2010).

Renata, você conhece a Norma, Dorothy e Alceo? Estas pessoas são renomados TÉCNICOS e importantes nomes do ambientalismo nacional. Eles são os responsáveis pela criação de muitas UCs. Veja bem, para propor alguma coisa temos sempre que ter uma sólida base técnica, associada às questões sociais e ambientais. Não dá para falar nada em nome do "achismo". Você conhece a Ilha Grande como um todo? Eu conheço bem a Praia dos Aventureiros e sei que lá não tem mais caçara. Como disse o José Henrique sobre a foto acima "... os barcos são de pescadores". Será que um deles é o seu? [...] (Comentário do Internauta Alvar, site “O ECO”, 2010).

Lamentamos a matéria tendenciosa do jornalista Thiago Câmara que apostou na polêmica a partir de suas crenças ao invés de informar. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro que será criada em apenas 3% da área da Reserva Biológica da Praia do Sul (300 hectares, criada em 1981) é uma resposta à política de conservação da década de 1980, que reproduzia a conduta do Estado ao qual estava subordinada: era arbitrária, centralizadora e tecnocrata e, portanto desprezava a existência de comunidades historicamente localizadas. Essa premissa é tão verdadeira que o próprio Alceu Magnanini, enquanto Diretor do Departamento de Pesquisa e Conservação da Natureza do IBDF foi responsável pela extinção do Parque Nacional Sete Quedas e chegou a propor a extinção do PN de Paulo Afonso, medida arbitrária para driblar os projetos faraônicos e desenvolvimentistas do governo militar. Diferente do ato de se extinguir uma UC de proteção integral, pertencente ao povo brasileiro, o GT do Aventureiro da SEA/INEA propõe fortalecer a Rebio da Praia do Sul, propondo uma mudança de categoria de conservação em uma pequena parte desta, tendo como base as lições aprendidas nos erros do passado, as pesquisas científicas e o apoio e participação dos moradores que habitam o local há mais de 150 anos. A decisão pela RDS, abraçada de forma responsável pelo ex- Ministro de Meio Ambiente e atual Deputado Estadual Carlos Minc, valoriza e respeita a Convenção da Biodiversidade, as legislações federais (SNUC, Decreto 4340/02, Decreto 5758/2006; Decreto 6040/07) e, sobretudo o Termo de Compromisso firmado pela extinta FEEMA e atual INEA com o MP Estadual que impôs a recategorização da Rebio. Vitória da biodiversidade, da cultura tradicional e da democracia participativa. Alba Simon (ex-coordenadora do GT Aventureiro, ex-superintendente de Biodiversidade - SEA) (Comentário da Internauta Alba Simon, site “O ECO”, 2010).

Gostaria de deixar aqui minha opinião sobre a polêmica RDS Aventureiro. Tenho estudado a questão Aventureiro muito de perto, desde 2003 (dissertação de mestrado) até setembro de 2010, quando defendi tese de doutorado em que abordei, entre outras questões, o processo de recategorização do Aventureiro. Na Ilha Grande, entretanto, pesquisei e acompanho de perto as movimentações desde 1991. Quero deixar claro que entendo que a criação da Reserva Biológica da Praia do Sul, em 1981 era muito necessária devido à expansão dos grandes interesses econômicos na Ilha, que ameaçavam uma parte muito importante dos ecossistemas locais.

Considero importantíssima a atuação de Alceo Magnanini, Norma Crud e Doroty Araújo na luta pela criação da reserva. Não concordo, entretanto, que a população que ali vivia, há pelo menos 150 anos antes da criação da reserva, conforme diversos estudos e relatos, inclusive atestados pela genealogia dos moradores, devesse ser removida da área. (Comentário da Internauta Helena Catão, site “O ECO”, 2010).

Amigos, é fato sabido por todos, especialmente pelos sociólogos, que a História é aquela contada pelos vencedores. Muitos já sabem que nem por isso é a verdadeira. Para cada mentira, há uma verdade. E, agora, li a mentira que "o próprio Alceu Magnanini, enquanto Diretor do Departamento de Pesquisa e Conservação da Natureza do IBDF foi responsável pela extinção do Parque Nacional Sete Quedas e chegou a propor a extinção do PN de Paulo Afonso, medida arbitrária para driblar os projetos faraônicos e desenvolvimentistas do governo militar". A verdade sobre esses episódios lamentáveis é que, naquele tempo, eu fui o ÚNICO funcionário público federal que se manifestou contra e que veementemente se opôs aos projetos. Não me demitiram talvez em razão do renome, justo ou não, que já naquela época eu adquirira organizando a Fundação Brasileira Para a Conservação da Natureza e realizando a Campanha Nacional de Educação Florestal desde o governo de Kubitschek, e que hoje está olvidada. Mas, me excluíram da Delegação Brasileira que foi a Estocolmo para a ECO-1972, onde teimosamente fui, como cidadão, com passaporte particular e no gozo de férias acumuladas em 1972. Esta é a verdade, pura verdade, de quem vivenciou os fatos. (Comentário do Internauta Alceu Magnanini, site “O ECO”, 2010).

Devemos acreditar na verdade. Conheça o aventureiro!!!! Você merece!!! Vamos todos desmistificar esses velhos cobertos de traças!!! Lá ainda acordamos com o canto dos pássaros raros, os pescadores tecendo, costurando, jogando e recolhendo suas redes no mar, comemos peixe fresco todo dia plantamos e colhemos e respeitamos o solo a nossa interação é tão completa que conseguimos sobreviver durante anos com os recursos locais apenas: água, coco, peixe, banana, mandioca, feijão, batata-doce, plantas medicinais, madeira, cipós e bambu para diversos fins construímos nossas canoas e também sabemos construir barcos e redes, artefatos de agricultura e pesca e mantemos o costume de utilizar uma ferramenta para confeccionar canoas, de origem indígena; o inxó a maioria das casas são de pau-a-pique, nossa arquitetura é impar, calem-se senhor Alceo, senhora Norma e senhora Dorothi. Venham ter conosco, será um imenso prazer!!! Me surpreende tremendo disparate vindo de vocês, que vergonha!!! (Comentário do Internauta Alceu Magnanini, site “O ECO”, 2010).

As polêmicas frases, como “nos hospedamos na casa do já falecido ‘cacique da comunidade’, cabo Antonio Osório, um morador, que não era caiçara”, “ali é tudo pessoal que veio do Rio de Janeiro, está morando lá, se você achar algum nativo é raro na Ilha Grande”, mostram desqualificação, como media Helena Catão em sua fala, do tempo que moram na localidade, “Não concordo, entretanto, que a população que ali vivia, há pelo menos 150 anos antes da criação da reserva, conforme diversos estudos e relatos, inclusive atestados pela genealogia dos moradores, devesse ser removida da área”. A maioria dos moradores, efetivamente, sem iluminação pública, sem tecnologia adequada para telefonia, não tem o hábito de acompanhamento constante da internet e, efetivamente, não toma conhecimento do que se passa na rede. E ainda que o perfil de morador, apresentado pelo internauta “Nativo Caiçara”, seja tão tendencioso ao “bom selvagem”, quanto a reportagem é tendenciosa e

parcial ao não evidenciar o sentimento dos moradores pelo fato de terem sido enganados pelo “Estado”, quando da tentativa de retirada da população, além de dar poucas informações a respeito do assunto. A matéria, que data de 2010, só mostra que há muito espaço na mídia para conflitos polêmicos, mas pouca “coragem” ou “poder” para tomada de decisão. Os moradores, independente de crenças em conceitos construídos social ou legalmente, têm sido agentes passivos, desde 1981, de “indefinição” e “insegurança”, além dos vários adjetivos *online* que sequer chegam aos seus ouvidos, que vivem no paraíso sem telefonia adequada e sem internet nas casas. Apenas para ilustrar, uma criança, que nasceu em 1981 no Aventureiro, hoje é um adulto e desde seu nascimento não é capaz de saber se “fica” ou se “sai”. Com um exemplo hipotético de esta pessoa possivelmente já ter filhos, mesmo que não saiba o motivo de sua família ter ido viver na localidade, ela nasceu lá, seus filhos também e, somando seus pais com seus filhos, tem-se o total de três gerações sem respostas, com soluções demorando, e morando. Epistemologicamente, no Aventureiro, “morar” é “demorar”. Todavia, os 31 anos de incerteza (em 2012) das famílias parecem ser mais fáceis de serem resolvidos nas linhas tecladas da internet.

A genealogia das famílias, conforme apresentada nos resultados a seguir, mostra o grupo. Eles dizem não saber os motivos que levaram os antepassados a terem ido viver na localidade, assim como muitas pessoas não sabem como seus ancestrais foram viver nos lugares onde moram. Através da análise das falas contemporâneas dos que não nasceram, contudo vivem na região, pode-se perceber que “os casamentos”, a busca por ter um “lugar mais isolado da urbanidade”, a possibilidade de “sobreviver” através do “trabalho” em relação de dependência dos recursos ou atrativos naturais ali existentes, “a oportunidade de trabalho” na ilha, a “capacidade de resistência” frente às dificuldades e restrições, a percepção de “valorização do território” e o “encantamento” pelo lugar podem ter sido, também, os motivos dos moradores que, não importa o rótulo que se crie, foram constituir suas famílias no Aventureiro.

A família, como instituição social, no sentido de Durkheim, é dotada de poder coercitivo, com regras e procedimentos padronizados, reconhecidos e aceitos, a fim de manter a organização do grupo e satisfação dos indivíduos que a integram, sendo, segundo o autor, de natureza conservadora, contra as mudanças e a favor da ordem. A família pode ser composta não somente por nascimento, casamento e adoção, mas também pelo compartilhamento de uma luta comum, da sobrevivência a uma adversidade, pelo sentimento de unidade e pertencimento decorrente da confiança mútua, que está associada ao compromisso com o grupo. Esse sentimento do somatório de vidas “vivas pela metade” que, “unidas”, fazem

com que se “sintam por inteiro”, é descrito pelos moradores, principalmente quando fazem alusão a um tempo do passado que, narrado no tempo presente, cria uma atmosfera “saudosista” dos “bons tempos” quando estavam mais unidos e juntos. Tem-se a sensação de que a família do passado é sempre mais “certa” do que a família do presente. O saudosismo se explica pelo acesso às novas gerações e a impossibilidade de mudar o passado, segundo Berger, "como não se pode redarguir a nossos ancestrais, comumente é mais difícil nos livrarmos de suas fatídicas heranças do que das tolices criadas em nossa própria geração. Este fato é expresso no aforismo segundo o qual os mortos são mais poderosos que os vivos" (BERGER, 1989, p. 98).

A família não deve suas virtudes à unidade de descendência: ela é, simplesmente, um grupo de indivíduos que foram aproximados uns dos outros, no seio da sociedade política, por uma comunidade mais particularmente estreita de ideias, sentimentos e interesses. A consanguinidade pode ter facilitado essa concentração, pois ela tem por efeito natural inclinar as consciências umas em direção às outras. Mas muitos outros fatores intervieram: a proximidade material, a solidariedade de interesses, a necessidade de se unir para lutar contra um perigo comum, ou simplesmente de se unir, foram causas muito mais poderosas de aproximação. Ora, elas não são específicas da família, mas se encontram, muito embora sob outras formas, na corporação. Portanto, se o primeiro desses grupos, teve um papel tão considerável na história moral da humanidade, por que o segundo seria incapaz de exercê-lo? Sem dúvida, sempre haverá entre eles esta diferença e de que os membros da família põem em comum a totalidade de sua existência, ao passo que os membros das corporações colocam apenas preocupações profissionais. A família é uma espécie de sociedade completa, cuja ação se estende tanto a nossa atividade econômica quanto a nossa atividade religiosa, política, científica etc. Tudo o que fazemos de alguma importância, mesmo fora de casa, nela ecoa e provoca reações apropriadas (DURKHEIM, 1999, p. XXIII e XXIV).

A família, no sentido contemporâneo, descrito pela pesquisadora Lia Zanatto Machado (2001), distancia-se do sentido durkheimiano, pelo maior reconhecimento do papel do indivíduo dentro dela. A compreensão do papel da família, enquanto categoria classificatória e do indivíduo que ela comporta (ou não), é engendrada pelo aprofundamento da análise do “valor” e da “estrutura social” enquanto instituição, de acordo com a cientista social Machado (2001).

A relação do indivíduo com a família, e vice-versa, dá a ambos uma posição de reconhecimento social, visto que tanto as famílias identificam a pessoa, quanto podem ser também identificadas por um pertencimento pessoal. Ao se referir à família de “Isídio”, “Osório”, ou de “Angelina”, ao mesmo em tempo que se agrupa a todos em uma linha de descendência, a família é identificada por uma pessoa, que representa e marca o território ou o “pedaço” da família como um todo. Nesse sentido, compreende-se que as identidades também

possam ser localizadas no espaço e no tempo simbólico, como “geografias imaginárias”, segundo Edward Said (1990 *apud* HALL, 2006), através do seu senso de “lugar”, e principalmente de “casa/lar”, de forma micro. De forma macro, essa “geografia imaginária” localiza uma identidade no tempo, nas tradições inventadas, que é capaz de ligar “passado e presente, em mitos de origem que projetam o presente de volta ao passado, em narrativas de nação que conectam o indivíduo a eventos históricos nacionais mais amplos, mais importantes” (SAID, 1990 *apud* HALL, 2006, p. 71-72). A ideia de situar a identidade no tempo e no espaço, através do conceito de “geografia imaginária”, usada por Said (1990 *apud* HALL, 2006) e neste caso aplicada às famílias, favorece o amalgamar do “valor” à “estrutura”, através do reconhecimento de todo simbolismo que há por trás dos papéis que os indivíduos representam nas famílias, assim como seu próprio papel.

Segundo Machado (2001), as tendências brasileiras sobre as famílias não obedecem a um caminho linear único. Apesar de uma homogeneização, individualização e de redução de fertilidade e natalidade, há também uma “subjetividade simbólica”. Portanto, as “famílias” precisam ser densamente interpretadas, a fim da compreensão de seu sentido dentro das diferentes culturas, adaptando-se ao tempo, ao espaço e à ideia. Machado destaca, ainda, que a individualidade pode gerar tanto uma maior autonomia do indivíduo frente ao grupo, quanto uma maior dessensibilização na relação entre seus pares.

Ao lado mesmo de uma certa tendência homogeneizadora no ocidente, presente tanto nos valores individualistas quanto nos efeitos da redução da fertilidade e da natalidade, não se pode perder a riqueza das diferenças presentes e das reinvenções possíveis das diferenças, nem deixar de apostar na possível e revolucionária reinvenção das relações de gênero, no sentido da construção de relações igualitárias. Por último, uma breve alusão a um tema que merece todo um outro aprofundamento: a pergunta de como as famílias se instituem como “fábricas de construção de subjetividades”. Se o “código relacional da honra”, tão presente nos modelos tradicionais das famílias brasileiras, é em grande parte responsável pela legitimação de relações violentas no seu âmbito e pela legitimação das relações hierárquicas e de poder de gênero, este mesmo código é, em grande parte, responsável pela legitimação de relações baseadas na reciprocidade e na responsabilidade do pertencimento a uma comunidade social. De outro lado, o “código individualista”, cada vez mais presente nos modelos das famílias da modernidade clássica e da alta modernidade, é em grande parte responsável pela responsabilização e autonomização dos indivíduos, e pela dessensibilização do indivíduo em relação ao seu semelhante e em relação ao seu pertencimento social, diminuindo a apreensão dos seus limites e da sua situação de compartilhamento (MACHADO, 2001, p. 24).

O conceito de família do Aventureiro, dentro da “subjetividade simbólica” de Machado (2001), está relacionado com uma unidade produtiva, atuando de forma emocionalmente protetiva, coercitiva e demarcadora de posição de status social na

comunidade, posição que está ligada à economia, à política e à religião. Com relação à economia, através do trabalho, da capacidade produtiva e da propriedade de bens de capital, é possível perceber que as famílias ocupam posições distintas. Aqueles que moram na praia têm mais acesso aos turistas, geralmente não têm roça ou têm pouco tempo para ela, principalmente na alta temporada, ou têm uma pequena roça de hortaliças e ervas medicinais. Aqueles que possuem emprego público têm mais status e influência, pois representam novas oportunidades de trabalho através da indicação para prestação de serviços a órgãos públicos, o que a comunidade parece muito desejar. Há famílias que administram de forma muito produtiva os negócios do turismo, por ocuparem posições geográficas estratégicas, como por exemplo: o camping do Luís, que fica mais próximo da praia “boa para surfar”; e o camping da Neneca, que fica quase em frente ao coqueiro deitado, onde os turistas param para fotografar. Ambos oferecem alimentos e bebidas também, em qualquer época do ano. Em ambos os casos, a família (pai, mãe, filhos e parentes) dá conta das atividades familiares de casa e dos serviços associados ao atendimento ao turista, da limpeza do local ao preparo dos alimentos. Eles trabalham muito e, nitidamente, no final do dia, principalmente na alta demanda de verão e feriados, estão exaustos. Gerenciam o dinheiro recebido com poupança e novos investimentos para melhoria do camping e dos meios de transporte, visto que ter um barco para passeio e transporte do turista, é uma forma de garantir a estada dele no camping. No passado, até a implosão do presídio, morar ou ter espaço de terra no morro simbolizava capacidade produtiva através da roça, e as casas da praia simbolizavam improdutividade e a vulnerabilidade frente ao perigo das fugas dos presos. Agora é o morro que representa baixa produtividade no turismo.

Com relação à política, as famílias estão divididas em “torcidas” por um tipo de unidade de conservação - Área de Proteção Ambiental (APA) ou Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Ninguém acha interessante Aventureiro dentro da Reserva Biológica, e são a favor (ou aceitam) a permanência da Reserva, desde que ela inicie a partir da praia do Sul. A situação da definição da unidade de conservação pode ser comparada com o jogo de futebol. Eles podem torcer e motivar a equipe, mas efetivamente a decisão do jogo não está nas mãos dos “torcedores moradores”, mas dos jogadores mais bem entrosados no campo político e legal. Entretanto, o fato de uma “decisão” interminável tem gerado rachas contínuos e fomentado brigas entre as famílias que preferem a APA e as que preferem a RDS. O grupo da APA (unidade de conservação para área urbana) está preocupado e ligado ao território como bem de capital para a geração de recursos, através da valorização do lugar. Isto facilitaria a possibilidade de venda e uso do dinheiro para compra de outro lugar

para viver, principalmente na velhice e, possivelmente, em Angra dos Reis. Além disso, propiciaria a garantia de emprego para os filhos, pois possuem a crença em que, caso alguém faça algo no local como uma pousada, um hotel ou um resort, isso geraria emprego. O grupo, que deseja a RDS (unidade de conservação mais restritiva, a qual só permite a permanência e venda a moradores tradicionais, no caso, caiçaras), também percebe o local como bem de capital, mas de forma que ele seja o agente dono do estabelecimento que irá gerar novas opções de trabalho e renda. Podem até pensar em sair do local na velhice, ou para estudar, mas desejam ainda viver no Aventureiro, no mínimo, como segunda residência. Falam que receiam que o local vire “Abraão”, cheio de gente e com estabelecimentos em que os donos não moram na Ilha (e geralmente são estrangeiros).

Nas reuniões do Aventureiro, ou nas conversas do dia a dia, os embates sobre as possibilidades políticas e legais, fazendo com que as matérias do público e do privado se misturem, e os juízos de valor associados a pontos de vista pessoais dão adjetivos como sinais diacríticos que associam a pessoa a suas escolhas, engendrados em frases como “aquele mercenário que só pensa em dinheiro, quer APA”, “o metido que pensa que tá rico quer RDS”, e outros elementos como “gordo”, “gorda”, “feio”, “feia”, “olha só parece até um(a)...”, e alguns poucos palavrões, dão “tons” e alimentam um pulsar de emoções. Por bastante tempo, “o tipo de unidade de conservação”, por mais que haja ainda muita incerteza sobre o significado das letrinhas “APA”, “RDS” e “ReBio”, fomenta cochichos e fofocas familiares, que entretêm os moradores, visto que podem “falar do parente” ao discutir política, e vice-versa.

A posição política também está arrolada ao tipo de trabalho que o indivíduo possui, e desta forma política e economia se justapõem. Há moradores que trabalham no INEA, órgão que controla e fiscaliza a unidade de conservação. Há uma unidade do INEA na própria praia. Desde o passado, aqueles que trabalharam na FEEMA tinham maior poder e domínio sobre o grupo, visto estarem dentro do sistema que os controla e tutela. “Os antigos” (como alguns se referem) donos e donas das canoas e redes tinham forte domínio do grupo. Hoje, os que possuem barcos e melhores estruturas de estabelecimentos turísticos podem oferecer trabalhos àqueles que estejam disponíveis e acabam ampliando seu domínio sobre a parentela. Como, por exemplo, Cleuzeni que tem camping (camping do Luciano), o qual fica no morro, mas prefere, mesmo na alta temporada, trabalhar na cozinha do seu Tio Luís. Segundo ela, é mais seguro receber um valor “certo” pelo trabalho do que investir em comida no seu próprio camping e não vender.

Com relação à religião, a praia do Aventureiro é uma das poucas da Ilha Grande onde os moradores da vila são, em sua maioria, católicos, ainda que a praia ao lado seja dominada pelas igrejas protestantes, sendo a principal a Assembleia de Deus. Assim como no Brasil, o protestantismo está adquirindo mais adeptos no Aventureiro também, o que faz com que os moradores católicos se preocupem, pois eles veem que isso extingiria as principais festividades do lugar: “a festa de Santa Cruz” e a “festa Junina”. Os protestantes não participam das festividades da Igreja.

Na “geografia imaginária”, a família ocupa o lugar da casa, que está estritamente ligada ao trabalho, quando na região do quintal, da cozinha, da varanda e área de camping, assim como o interior da casa representa a posição de privacidade e descanso, proporcionada pelo sentimento de estar “dentro dela” e, dessa forma, não ser visto pelo “de fora”, que não tem permissão de entrada. Os objetos descritos como um dos mais importantes nas casas, pelos moradores, foram a cama, o quarto, o travesseiro. Neste ambiente, composto pelo cenário destes objetos, descrevem-se “estamos em família”, como se uma placa sinalizadora de “não perturbe”, ou “fim do expediente” fosse posta, a fim de desfrutarem de isolamento e fuga do trabalho, que está geralmente bem perto, acampado no quintal.

Com relação ao número de pessoas e famílias, há alguma variação, mesmo que pouca, dos moradores que, por motivos como trabalho, estudo, falecimento, adoecimento, casamento, separação, gravidez, acabam por “morar” no Aventureiro e “morar” em um segundo lugar, na maioria das vezes, em Angra, onde se refugiam. É difícil haver um número exato e contínuo de moradores. Adotou-se 120 como um número para os estudos, considerando que este seria um valor referente ao um valor imaginado de todas as casas ocupadas com moradores. Segue registros desenvolvidos pela Secretaria do Estado de Ambiente (SEA), no ano de 2009 na tabela 1. No anexo 8.3 há o censo realizado pela moradora e pesquisadora Deise Benevides, no ano de 2008.

De acordo com as análises dos dados de 2009 a 2012, a vila de moradores do Aventureiro é composta por famílias, distribuídas em seus “pedaços” territoriais, como zonas de domínio. Nesse sentido, os moradores estão organizados com famílias e parentes compartilhando espaços simbólicos de áreas onde o “pessoal da ponta de lá”, “os do outro canto da praia”, “os que moram lá em cima”, “os de atrás da igreja” fazem sentido na “geografia imaginária” dos “pedaços” (MACHADO, 2001) do lugar.

O processo de transformar as relações de vizinhança em relações de parentesco e vice-versa (MACHADO, 1985b; ARTI, 1996) acaba por instituir a noção de “pedaço” (MAGNANI, 1984), território simbólico de parentes e conhecidos que faz avançar o mundo

da família e dos princípios relacionais sobre o mundo da rua e dos princípios vivenciados pelas classes populares como o do anonimato, da dignidade e da indiferença (MACHADO, 2001, p. 8-9)

#### Evolução temporal

<b>Ano</b>	<b>Nº pessoas</b>	<b>Nº casas</b>	<b>Fonte</b>
1980	82	24	IBGE
1988	87	23	FEEMA (Villaça)
1996	90		Ribeiro
2000	95	33	IBGE
2004	103	44	Catão
2008	117 *	32	GT
* 90 são permanentes			
Fonte: GT Aventureiro			

Tabela 1 – Número de pessoas no Aventureiro, no tempo  
Fonte: Bidegain e Freschi (2009, p. 29)

Efetivamente, há duas representações que, embora expressas de forma comum, são dotadas de profundo significado simbólico. São as identificações: “morador” e “nascido e criado”. Morar, segundo o dicionário Novo Aurélio (FERREIRA, 1999, p. 1365) significa ter residência, habitar, residir. Tem sua origem no latim como “*morare*”, sentido também relacionado à palavra “demorar”, levar tempo. O tempo do “morar” é proporcional ao reconhecimento do grupo, e àquele que “demora”, valendo-se do tempo que habita no lugar, é dado o título de morador. Legalmente, a Constituição Federal prevê a moradia como um direito social, um direito relacionado à dignidade humana, assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo XIII, 1948) declara a “livre escolha da residência no interior de cada Estado”.

Para se alcançar a dignidade humana, não pode ser olvidado o direito à moradia, que significa garantir a todos um lugar onde se abriguem de modo permanente, pois a etimologia do verbo morar, do latim *morari*, significa demorar, ficar. No Brasil, embora a Constituição Federal estabeleça os direitos sociais, no artigo 6º, foi necessária a Emenda Constitucional 26/2000 de 15 de fevereiro de 2000 para incluir, expressamente, no rol daqueles direitos, a moradia. A inclusão desse direito à moradia pela Emenda Constitucional 26/2000 evidenciou a proteção implícita presente no artigo 1º da Lei Magna, que estabelece, como fundamento da República Federativa do Brasil, a dignidade da pessoa humana, que pressupõe, necessariamente, o direito à moradia (CANUTO, 2008, p. 14).

Há alguns casos em que há uma espécie de posição “híbrida” na autoafirmação em “ser morador”. Algumas pessoas, que se autoconceituam moradores, podem efetivamente não ser reconhecidos da mesma forma pelos habitantes. Em alguns casos, principalmente em se tratando de “nascidos e criados”, geralmente acontecem quando utilizam suas casas como “segunda residência”. De acordo com as pesquisadoras Maria Aparecida Pontes da Fonseca e Renata Mayara Moreira de Lima, o IBGE criou, desde 1980, uma categoria denominada de “domicílio de uso ocasional” e, desde 1991, assim como nos censos de 2000 e 2010, as residências secundárias foram contabilizadas por este órgão. Entretanto, com relação ao Aventureiro, nem todos que compraram casas de nativos são verdadeiramente considerados moradores, visto que há uma fronteira clara, que distingue os dois perfis. Para esta pesquisa, foram considerados moradores de “segunda residência”, os “nascidos e criados”, que moraram por muito tempo na localidade e que ainda mantêm uma “casa” de seu próprio uso e posse no Aventureiro, sem que outro parente esteja habitando, ainda estejam constantemente nessa casa, participando da vida da comunidade, mesmo que possuam “casa” em outra localidade.

Esta categoria é considerada neste trabalho. “Uma das características mais marcantes que distinguem os usuários de segunda residência dos turistas é o vínculo que os primeiros têm com o lugar” (FONSECA; LIMA, 2012, p. 4). Ainda segundo as autoras, os usuários de segunda residência diferem dos turistas, visto que a alta frequência na localidade faz com que o vínculo territorial se expresse através de: “(1) vínculo afetivo e psicológico com o lugar, sendo esta uma das distinções mais importantes entre o usuário da segunda residência e o turista”, assim como os “(2) vínculos de vizinhança e sociabilidade com outros usuários de segundas residências e moradores locais” (FONSECA; LIMA, 2012, p. 4). Ainda segundo Fonseca e Lima, a segunda residência pode ser utilizada para finalidades distintas como lazer, descanso, trabalho e, ainda, em certas ocasiões, o imóvel pode “assumir a função de alojamento turístico, quando for ocupado por um turista” (FONSECA; LIMA, 2012, p. 3). Entretanto, um dos principais motivos para o uso deste tipo de residência é o “compartilhamento” de momentos através da “reunião familiar”. Os turistas que buscam alugar estes tipos de imóveis para temporada buscam, além da reunião familiar, uma hospedagem com “redução significativa dos custos” em relação aos hotéis (FONSECA; LIMA, 2012, p. 14)

No Brasil, “residência secundária” ou “segunda residência” são denominações comumente aplicadas às propriedades particulares utilizadas, temporariamente, por pessoas que têm sua residência permanente em outro lugar (TULIK, 2011). Uma definição que compreende a discussão atual sobre a segunda residência, segundo nosso entendimento, é elaborada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), da Espanha: uma residência familiar é considerada como secundária quando é utilizada somente parte do ano, de forma estacional, periódica ou esporádica e não constitui residência habitual de uma ou várias pessoas. Pode ser, portanto, uma casa de campo, praia ou cidade utilizada nas férias, verão, finais de semana, trabalhos temporários ou em outras ocasiões (*apud* LÓPES CÓLAS, 2003, p. 29)

Surtem algumas dúvidas e inseguranças, ainda mal esclarecidas, entre os moradores, quando relacionam “morar”, “ser caiçara”, “ser nascido e criado” com a possibilidade de retirada da população não tradicional, no caso de mudança de categoria da unidade de conservação. Esses questionamentos podem se agrupados nas seguintes perguntas: “Se não morar mais aqui, deixo de ser caiçara?” “Se não me afirmo como morador, perco o direito à minha casa (no caso de segunda residência), mesmo sendo ‘nascido e criado’?” “Quem não é ‘nascido e criado’ e não é ‘caiçara’, mas mora aqui aproximadamente há uma década, com filhos nascidos durante este período, terá direito a continuar morando? E, neste caso, as crianças podem ser consideradas ‘caiçaras’ incipientes”? Todas as indagações estão diretamente relacionadas aos direitos adquiridos através de uma identidade associada ao pertencimento territorial e à tradição. Em uma escala de importância, o “tempo” de vida, associado ao período de “nascer” e “ser criado” no Aventureiro, faz com que o sentimento de pertença à comunidade dure, indiferente de, mais atualmente, ser morador. O tempo, portanto, em relação à gênese, à genealogia, ao nascimento, também é mais um componente fundamental para que um morador seja reconhecido como “tradicional caiçara”, termo que já aprenderam a usar.

A fim de organizar as diferentes possibilidades de posições das pessoas que frequentam e moram na localidade, a pesquisadora Helena Catão Ferreira (2004) desenvolveu um critério de categorias classificatórias, conforme quadro 8.

CATEGORIAS CLASSIFICATORIAS	DESCRIÇÃO
Moradores Nativos	Nasceram ou moraram no local
Moradores Incorporados	Não Nasceram, mas moram por casamento ou outros motivos. Têm residência fixa. Consideram-se geralmente como pertencentes ao lugar.
Nativos não Moradores	Nasceram no Aventureiro, mas foram morar em outros lugares. Voltam frequentemente para passar temporadas.
Residentes secundários, conhecidos como veranistas pela população local	Compraram casas dos nativos que foram embora. Não moram no local, mas passam férias, feriados e temporadas.
Turistas Frequentadores	Retornam frequentemente, ficando em geral nos mesmos campings, ou em quartos alugados pelos moradores. São conhecidos pela comunidade. Alguns se consideram amigos e algumas vezes são assim considerados pela comunidade.
Turistas Recentes/ de passagem	Pessoas que visitam o local pela primeira vez ou estão dando a volta na Ilha por trilhas e pernoitam no Aventureiro.
Outros Frequentadores	Pessoas que vão regularmente ao Aventureiro por motivos diferentes do turismo, como por exemplo, os funcionários da FEEMA (hoje INEA) a trabalho, outros funcionários públicos, ONGs, pesquisadores etc.

Quadro 8 - Categorias Classificatórias

Fonte: Ferreira (2004)

A partir de agora, serão apresentadas e comentadas as árvores genealógicas dos moradores, distribuídas por dez fragmentos chamados de “grupos familiares”, por uma questão apenas de organização dos dados e melhor visualização. O termo “grupos familiares” foi usado apenas como título que faz referência a uma, duas ou algumas famílias representadas, tendo elas relações de parentesco ou não. Foram considerados, como já foi dito, aqueles que, de 2009 a 2012, moravam na localidade (aceitando o caso de segunda residência de “nascidos e criados”, conforme explicado), e toda ancestralidade de pessoas que nasceram e foram criadas na região, ou que não nasceram, mas, segundo os dados, “moraram” na localidade ou seus ancestrais moraram. Foi marcada ainda a presença de pessoas que apareceram na contagem como morador desde 2008 e, até 2012, viviam no lugar, mesmo sem vínculo de compra de casa ou terreno.

Não é a Genealogia, como saber, que conduz à exclusão social. É o desconhecimento dela, pois desfalca o homem de uma dimensão fundamental de sua vida, que é o conhecimento de seu passado familiar. Ter genealogia, portanto, é ter uma história. História que começa antes de nós e se projeta em nossos filhos e netos. Conhecê-la não é apenas uma curiosidade. É um caminho para que não nos sintamos perdidos na massa, isolados, desenraizados. É direito de todos ter a sua história, saber quem é e poder transmitir aos pósteros a memória de seus maiores. Pessoa alguma é uma célula isolada. Todos somos elos de uma cadeia que vem de longe, passa por nós e se projeta sobre o futuro. Inserir-se nela é sobreviver ao tempo e ao esquecimento. E é exatamente a genealogia, como fio condutor de nosso estar no mundo, que nos pode ajudar nessa empreitada (MIRANDA, 2008, p. 98).

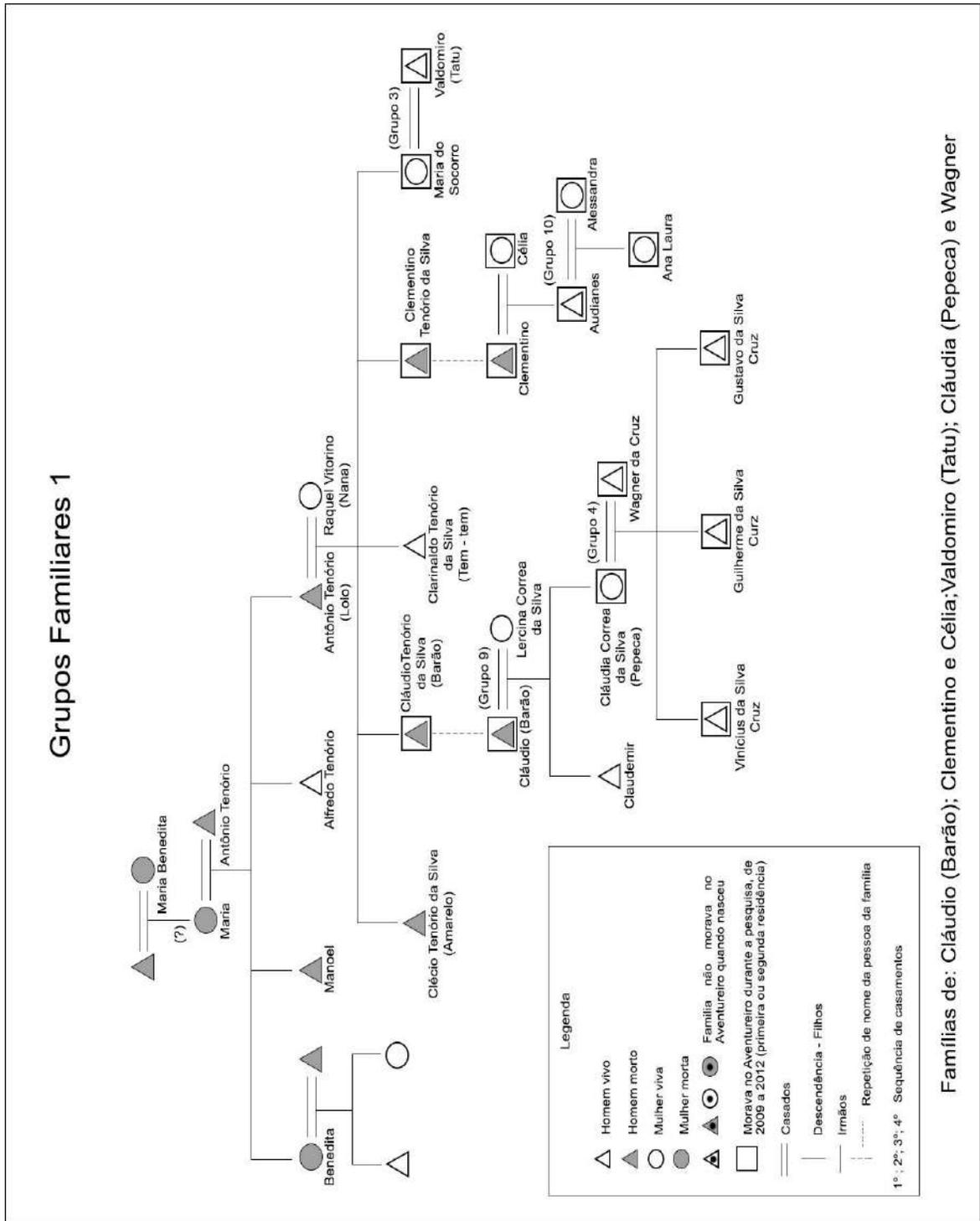


Figura 38 - A Legenda e o Grupo Familiar 1  
 Fonte: Adaptado de Vilaça e Maia (2006), acrescido de dados da Pesquisa (2009-2012)

No grupo familiar 1, nota-se a presença de quatro gerações de moradores. Há casamento entre pessoas do Aventureiro. De 2009 a 2012, houve o falecimento de dois destes moradores, o Sr. Cláudio (Barão) em 2010 e o Sr. Clementino em 2009. A pesquisa teve acesso a três gerações desse grupo familiar. O Sr. Barão (figura 39) foi conhecido confeccionando e consertando redes e, na pesca no mar, ele ocupava posição de cozinheiro. Foi elogiado pela sua desenvoltura na cozinha. Barão não possuía camping ou aposentadoria. O Sr. Valdomiro (apelidade de Tatu) possui camping, gerenciado junto com seu filho Marcelo e, além disso, trabalha para prefeitura, na conservação da praia. A Sra. Célia, esposa do Sr. Clementino, é cozinheira da escola municipal da praia. Embora o camping do Sr. Clementino tenha, até seu falecimento, sido reconhecido por seu nome, após sua morte, alguns moradores preferem usar “camping da Célia”. O jovem casal Audianes (filho de Célia e Clementino) e Alessandra (filha de Joana e Adilson) optou por casamento no civil, desviando-se do tradicional casamento por “roubo” das mulheres.



Figura 39 - Morador Cláudio, o “Barão”  
Fonte: Dados da Pesquisa (2009).

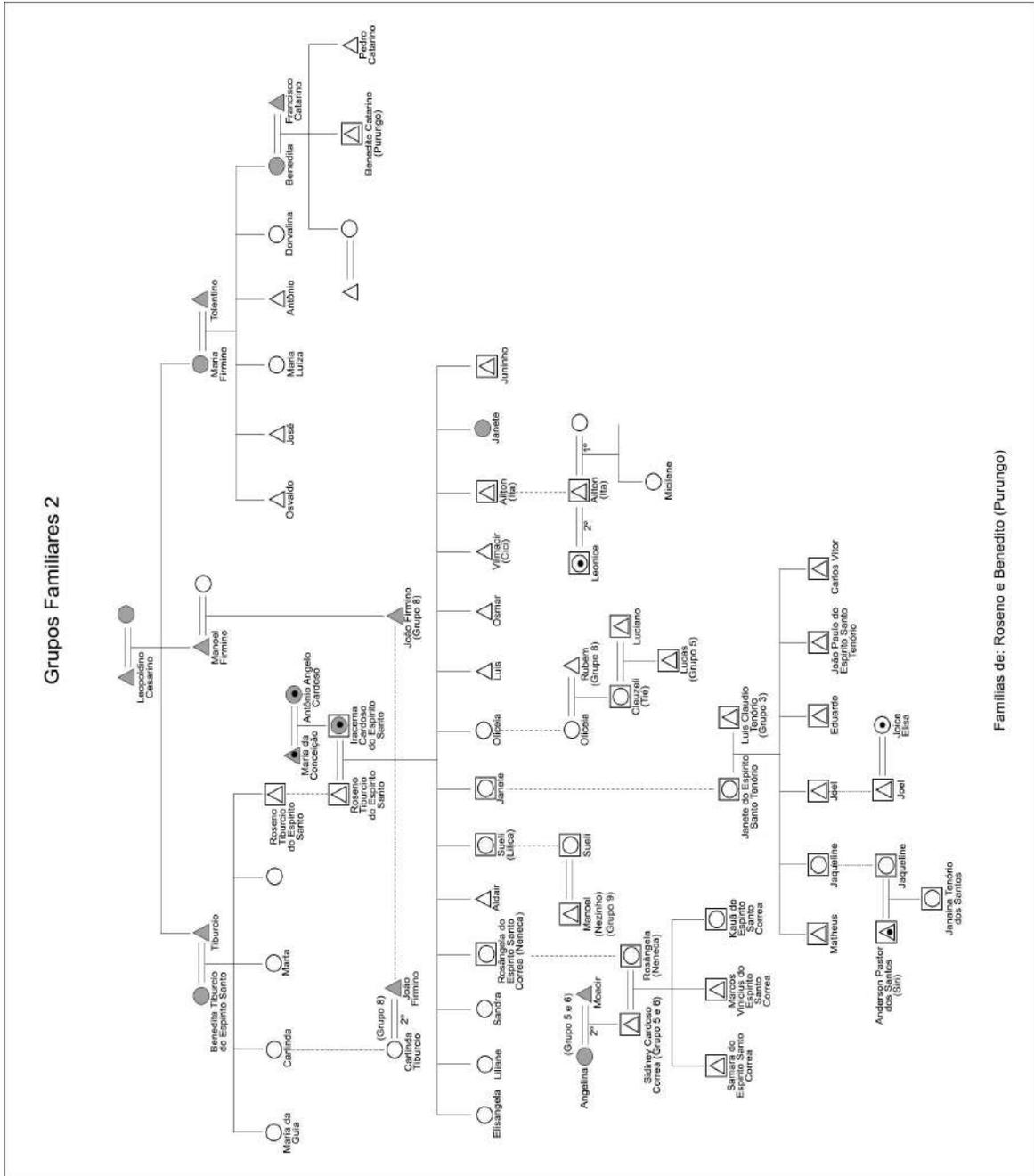


Figura 40 - Grupos familiares 2  
 Fonte: Adaptado de Vilaça e Maia (2006), acrescido de dados da Pesquisa (2009 – 2012)

No grupo familiar 2, podem identificar casamentos com pessoas de fora do Aventureiro, que tanto resultaram em permanência quanto em saída dos moradores. Com destaque para as últimas gerações, a união de Jaqueline (nativa) com Anderson (de fora) resultou em permanência. A união de Joel (nativo) com Joice (de fora) resultou em saída. Há também a presença de casamento entre primos e a frequência de segundo ou mais casamentos na comunidade, com pessoas de dentro ou de fora. Nesse grupo, foi possível o acesso a quatro gerações. Alguns filhos e netos não moram mais na praia. A filha do Ita, Micelene, saiu do Aventureiro em 2004 e afirma ser caçara, “participando sempre das atividades familiares e tradicionais do grupo”. Ela confirma: “eu venho toda festa e nas férias. No ano em que se iniciaram as pesquisas junto ao Projeto, em 2009, houve a morte da moradora Iracema, esposa do Sr. Roseno.

“Seu” Roseno e Dona Iracema tiveram muitos filhos e são parentes de quase todos da praia, através de casamentos dos filhos e netos. Roseno (70 anos em 2012, figura 41), além do camping, tem uma pequena “vendinha”, que oferece bebidas e produtos de conveniência, como fósforo, pilhas, açúcar, óleo, vela, papel higiênico, enfim, coisas que “salvam” os turistas e alguns moradores, nas compras de emergência. A família do Sr. Roseno, contando com ele, seus filhos e neta, são donos de seis dos dezoito campings (1/3 dos campings) oficialmente reconhecidos na praia.

O “pedaço” familiar dos “Espírito Santo Correa” é focado no comércio e serviço. Juntos, também possuem os campings mais procurados pelos turistas, pois quase todos estão na parte de baixo (na praia) e possuem sempre à venda alimentos, bebidas e conveniências, seja em alta ou baixa temporada. O camping do Luís, considerado o mais “estruturado”, entre os turistas, é preferido entre os praticantes de surfe. Os filhos de Luís são excelentes surfistas, conhecem bem o mar, conduzem barcos e lanchas, que são usados pela família e para passeio com turistas. A família, liderada por Luís, treinada para valorizar o trabalho, antes do lazer, divide as tarefas diárias da casa e manutenção do camping. Um dos filhos de Luís está assumindo, junto com ele, a administração dos negócios.



Figura 41 - "Seu" Roseno  
Fonte: Arquivo pessoal (2010).



Figura 42 - Purungo em seu camping  
Fonte: Arquivo pessoal (2009)

Benedito (72 anos, em 2012, figura 42), mais conhecido como Purungo, mora sozinho e possui um camping. Não possui irmãos no Aventureiro. Afirma ter sempre trabalhado para seu sustento. Trabalhava na roça e pescava também. Trabalhou depois uns vinte anos da pesca, vendia os peixes para fora e viajava pescando. Mais tarde, voltou para a roça e, segundo ele, “correu para pegar a aposentadoria” com a ajuda de um político de Angra. Na verdade, o morador não deixa claro se é aposentadoria ou benefício dos 65 anos. Parece que está mais relacionado a benefício, devido à dificuldade que muitos tiveram de reunir dados para comprovarem o tempo de trabalho com a pesca (assim como aconteceu com as parteiras da Ilha Grande). A ideia de fazer um camping veio mais tarde.

Purungo contou que gosta de conhecer lugares de fora, viajar (ele exemplifica com Aparecida do Norte, onde foi através de uma excursão). Ele diz, no entanto, que prefere ficar “aqui no meu cantinho”. Purungo tem um problema vascular sério, segundo ele, resultante de uma cirurgia mal feita de varizes. Uma de suas pernas, na panturrilha, é muito mais inchada que a outra, motivo por que, constantemente, fica internado em Angra dos Reis, faz uso de medicamentos, não bebe e precisa seguir dieta. Purungo é parente de Roseno.

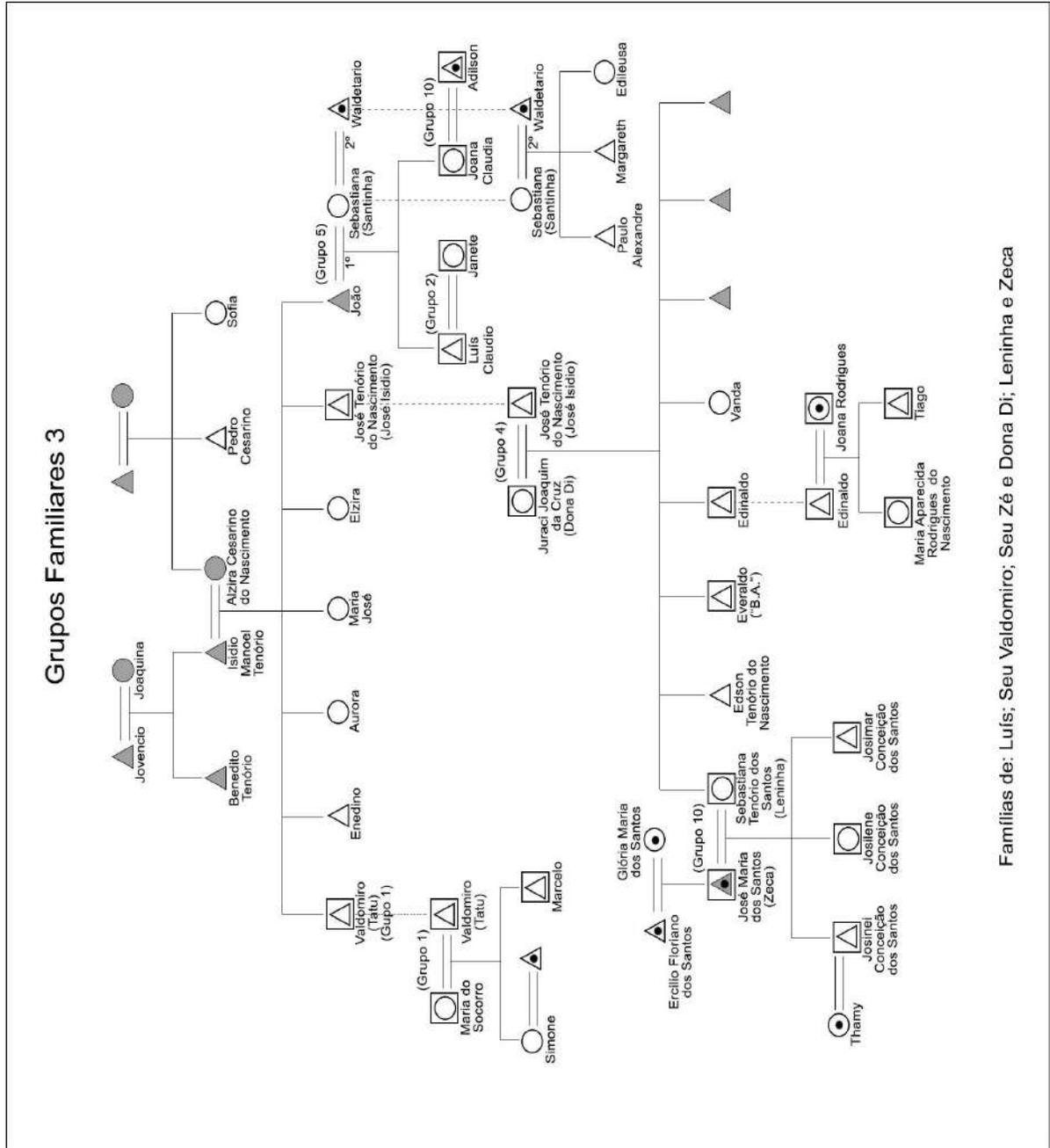


Figura 43 - Grupos familiares 3  
 Fonte: Adaptado de Vilaça e Maia (2006), acrescido de dados da Pesquisa (2009-2012)

Famílias de: Luís; Seu Valdomiro; Seu Zé e Dona Di; Leninha e Zeca

Há, neste caso, acesso a três gerações, assim como a presença de segundo casamento, casamento com pessoas de fora que resultaram tanto em permanência quanto em saída. A família do “Seu Zé e “Dona” Di (figura 44) é considerada, pelos moradores, uma das mais tradicionais, tanto quanto a do Sr. Jorge e “Dona” Esmeralda. A diferença é que a família de Zé e Di tem tradição de roça e a de Jorge e Esmeralda tradição em pesca. Eles mantêm roça, muitas árvores frutíferas, criação de algumas aves, como codornas, galinha, peru. Fazem farinha para venda como uma atividade complementar, têm a casa de farinha ativa, se reúnem para roçar e fazer farinha, que usam e também vendem. Leninha, filha do casal, afirma gostar da roça, pois “distrai a cabeça e passa o tempo”. Filho e netos do Sr. Zé também surfam.

Os moradores são muito envolvidos e lideram as atividades das festas tradicionais da Igreja, sendo muito católicos. Foi de Dona Di o presente recebido e colocado na pedra em frente à Igreja. Ela ganhou de um parente um Cristo Redentor de gesso e os moradores instalaram-no em uma pedra na frente da Igreja. Em fevereiro de 2013, o morador Zeca, esposo de Leninha (figura 45), faleceu, contaminado por leptospirose. Zeca era originário da praia dos Meros e tinha duas irmãs também casadas com moradores do Aventureiro. Ele era pescador, roçava, fazia e vendia farinha. Era um anfitrião perfeito, principalmente para aqueles desejosos de experimentar a cultura local. Foi quem nos deu, para experimentar pela primeira vez, café de cana. Sua morte comoveu muitos pesquisadores e amigos, devido a sua receptividade e simpatia, gerando também uma preocupação, no ambiente acadêmico, acerca da saúde e segurança dos moradores.



Figura 44 - Seu Ze e Dona Di  
Fonte: Arquivo pessoal (2009)



Figura 45 - Moradores Zeca e Leninha (filha de Zé e Di)  
Fonte: Arquivo pessoal (2009)



Figura 46 - Família Zé e Di, na roça do Quintal, colheita e preparação da mandioca (2011)  
Fonte: Arquivo pessoal (2011)

Na figura 50 a família de Dona Di preparando a mandioca para preparo de farinha. A família é uma das poucas que ainda tem casa de farinha ativa.

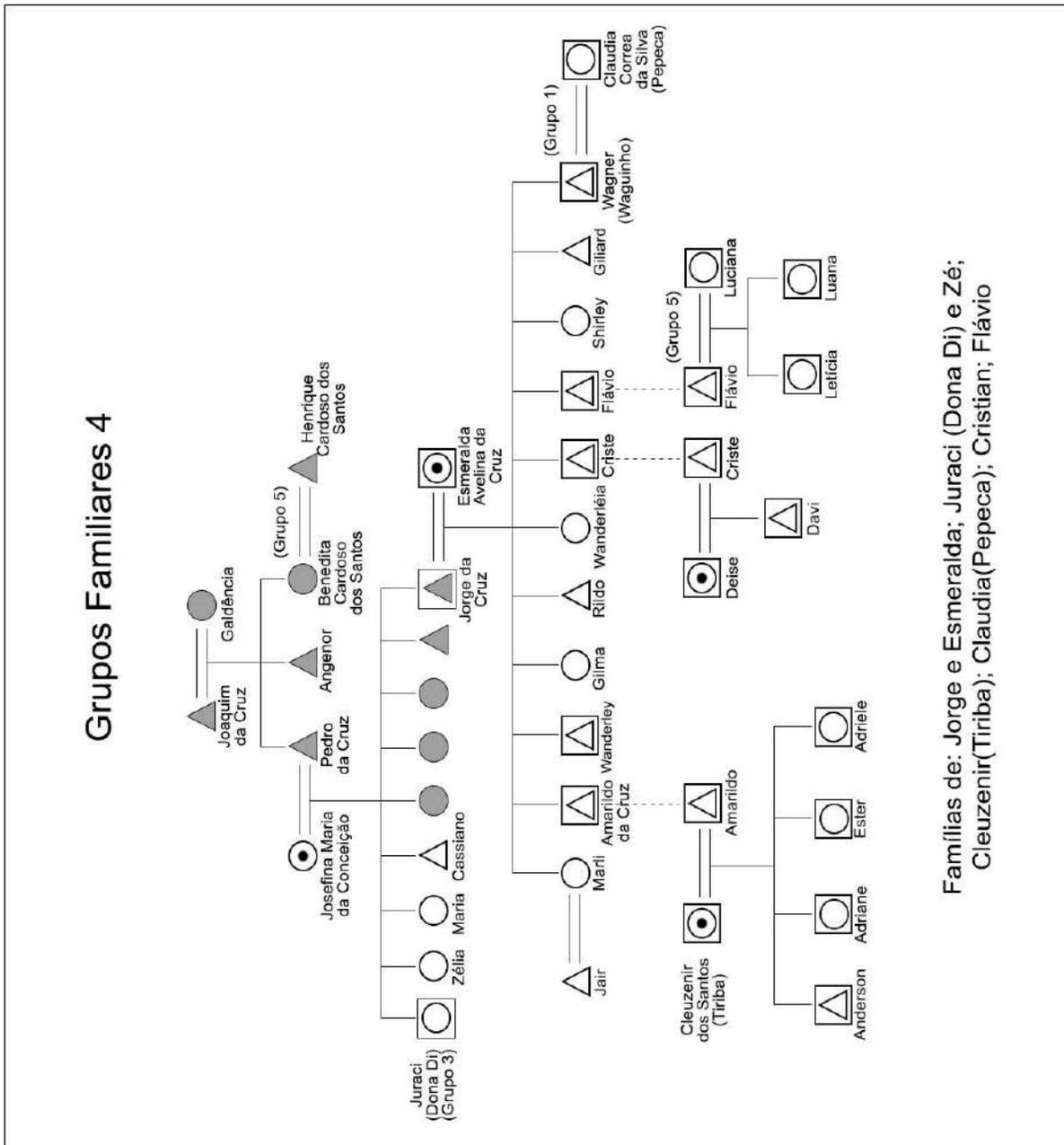


Figura 47 - Grupos familiares 4

Fonte: Adaptado de Vilaça e Maia (2006), acrescido de dados da Pesquisa (2009-2012)

Durante a pesquisa, houve o falecimento do morador Jorge (figura 48). “Seu” Jorge era considerado o “espia” da comunidade. Espia é a pessoa que tem a capacidade de “ver peixes”, ou seja, olhando para o mar, é capaz de analisar o movimento do cardume e dar orientações sobre a quantidade, o tipo de peixe e a hora exata de entrar com a rede: “os pescadores conseguem identificar o cardume, mas somente o espia prevê seu tamanho e a rota de seu deslocamento” (VILAÇA; MAIA, 2006, p. 90). Jorge coordenava os homens, geralmente da “Pedra da Espia” (figura 50), que entram com a rede no mar para cercar o cardume. A família do Sr. Jorge e Dona Esmeralda é uma família de pescadores e “espias”.

Os filhos do Sr. Jorge aprenderam a pescar com ele e são considerados bons para “ver peixe” também, sendo Flávio (figura 49) identificado, por todos da praia, como o melhor, o sucessor de Jorge, o novo “espia”. Flávio (35 anos em 2012) possui duas filhas e, segundo ele, a caçula já demonstrou que também tem o “dom”. Talvez seja a primeira “espia” mulher do Aventureiro. Afirmam que o sobrinho, filho de Waguinho e Pepeca, Vinícius (demonstrado no grupo familiar 1) também “vê peixe”. Vinícius (18 anos em 2012) é estudante do ensino médio em Provetá. Ele afirma gostar muito de pescar, não gosta de roça e é praticante de surfe. Aprendeu a pescar com seu pai.

A família dos “espias” também tem habilidade para artesanato, na confecção artística de barcos e canoas, que são vendidos como *souvenir* para os turistas, de forma esporádica. Eles, assim como a maioria dos moradores, fazem artesanato para “passar o tempo” ou porque gostam do resultado, e não de forma massiva para venda. Nos momentos de baixa temporada do turismo, alguns filhos trabalham como prestadores de serviço em barco de pesca industrial. Criste (33 anos em 2012) trabalha como Guarda da Reserva Biológica da Praia do Sul e também surfa. Amarildo é zelador na Escola municipal. Seu Jorge, ainda antes de falecer, dividiu o seu “camping” em quatro partes, deixando espaço para alguns filhos, de forma que pudessem ter sustentabilidade através do turismo. A família do Sr. Jorge é considerada uma das mais tradicionais do Aventureiro, especificamente através da pesca. A maioria dos casamentos, desse grupo familiar, resultou em permanência na comunidade. Foi possível o contato com três gerações desse grupo familiar. Há belos relatos da atuação de “seu Jorge” como Espia.

Jorge, o espia, é chefe de uma das duas famílias que vivem da roça. Não é pescador, embora seja o melhor espia do local, e desse modo, pessoa fundamental para a pesca comunitária. Desde a manhã deslocava-se rapidamente da Pedra da Espia para as roças e para a Praia do Demo, para conseguir melhores pontos de observação. Estava solene e tenso. Por volta das duas da tarde, apitou da Pedra da Espia. Rapidamente, as pessoas desceram de suas roças e os homens foram para a praia. Duas canoas do local foram conduzidas à praia e os pescadores ficaram sentados na areia, ao lado das canoas (cada uma em seu cais, diante da casa do proprietário, observando atentamente o mar e a Pedra da Espia, de onde viriam sinais de Jorge. A rede – ao que parece pertencente a um homem de Provetá, que a havia emprestado – foi colocada em uma das canoas. Jorge, então, da Espia gritou algo que não conseguimos compreender e as duas canoas entraram o mar. [...] Jorge, gritando da espia, conduz os movimentos das canoas: parar, seguir, esquerda, direita. Nesse momento, estávamos na Espia, próximos a Jorge, e mesmo assim não conseguíamos identificar suas palavras. Os pescadores – afastados dele mais de 500 metros – compreendiam e obedeciam (VILAÇA; MAIA, 2006, p. 90-91).

Flávio, considerado o “espia” sucessor de Jorge, descobriu que era capaz de ver peixe desde pequeno: “eu fui vendo com meu pai, com o pessoal que pescava. Fui aprendendo”. Ele não se considera o melhor; segundo ele, a diferença é que além de ver, ele é o que mais pesca de barco. Segundo ele “de linha, de ver em praia, não sou só eu que vejo. Mas de barco daqui eu acho que sou o melhor. Todo mundo vê. Mas eu acho que é porque eu vou, mato o peixe. Mas depende de cada um. Ver lá e matar”. Flávio pesca de barco ou canoa. Como um especialista, ele é capaz de explicar algumas diferenças de comportamento do peixe no mar: “parati e cavala também pula. Parati é pequeno e a tainha é grande. E a tainha tem a época dela, e o parati o ano todo”. Sua mãe, Dona Esmeralda também dá coordenadas sobre o tempo do peixe: “Agora não tem tainha, nessa época. Você vê pulando na areia, só pode ser parati ou cavala, tainha é no começo de junho, maio e junho”. A mãe Esmeralda, durante a conversa se mostra orgulhosa do filho e do marido: “de cima dessa pedra aí ele viu o peixe e dizendo que aquilo lá é o xerelete” (observa-se que eles moram no morro, em local alto). Flávio explica que o espia vê o cardume, na verdade, e não o peixe.

Quando ele está no fundo você não vê, só vai ver quando você passar de barco ou de canoa. Agora quando ele vier lá em cima, o peixe fica em cima d’água, fica comendo, batendo. Daqui a gente vê, vê o cardume. Ele fica em cima d’água, aquele macaréu. E dá pra ver. Fica mexendo. Não tem aquelas sardinhas? Ficam batendo, comendo. Aí dá pra ver em cima d’água batendo, aquele macaréu, aquela espuma. Macaréu é a maré que ele faz. Identifico sempre no olho. Pela experiência também, onde tem e onde não tem.

[...]

Espia é mais antigamente que o pessoal usava aqui né, mãe. Falavam que era o pessoal que espiava com rede de praia. Mas pra barco, não. É proeiro. Aí chamaram a gente pra ir num barquinho agora. Um cara aí, comprou um barco, ele chamou, chamou, a gente foi lá, tentou e deu sorte. Se deu bem. E agora ligou de novo pra eu ir pro barco dele. Aí eu falei: “fala que não estamos aqui, não”. Amanhã ele vai ligar de novo. Mas esse pessoal não dá muito valor pra gente, não. Então a gente não

pode ficar muito ligado a eles. O negócio deles é botar peixe e botar dinheiro no bolso. Até que esse cara aí é um cara maneiro, mas tem gente aí que não dá valor, não. Eles são patrão, mas quem faz eles é a gente. Por isso não pode dar muita bola pra eles, não. Senão eles trepam em cima e fazem a gente de escravo. Não dou mole pra eles, não (Flávio, espia, 35 anos, 2012)

A família dos espias parece ser reconhecida em Angra pelo talento em “ver” peixe. O tio de Flávio, Sr. Tio Cassiano (em 2012 com mais de 80 anos, irmão do Sr Jorge), nascido e ex-morador do Aventureiro, que saiu pequeno para trabalhar em barco, virou proeiro em Angra e, segundo seus familiares: “ninguém matava peixe, ninguém ganhava dinheiro igual a ele, não. O melhor de Angra era ele, Cassiano”. A lembrança mais marcante que Flávio tem de seu pai Jorge, no reconhecimento de peixe, foi quando ele voltava da trilha de Provetá, onde trabalhava, para o Aventureiro, que é muito alto, além de distante da praia, e então ele avistou o cardume do alto. Naquele dia, havia um jornalista acampado em seu camping e, por sorte, registrou o feito, que acabou saindo em uma revista, a qual a família guarda com recordação. E são várias as outras recordações.

Mas teve um cardume que ele também viu, foi outro. Um rapaz estava aqui em casa, Aloísio, aquele que era vereador, ele ficava sempre aqui em casa, gostava muito do Jorge, sempre ficava aqui. Ele ajudava a gente sempre, a gente era mais pobre. Aí um dia foram pescar, o Jorge disse: “Vou na praia ver o peixe, pescar.” e saiu, aí ele disse: “Também vou.”, ele e a namorada dele. Aí chegaram lá e cercaram o peixe: “Isso aqui é um cardume de olhudo”. Quando o peixe chegou na praia era tudo olhudo. O homem ficou irado (FLAVIO, espia, 35 anos, 2012).

Algumas pessoas, admiradas, chegavam a pensar que o Sr. Jorge fazia “reza”. Pela conversa, percebe-se como a relação com o mar, o conhecimento sobre o comportamento dos cardumes, a valorização do trabalho, como resultado da pesca, são importantes para essa família. Seria uma capacidade ocular, uma predisposição genética? Uma grande coincidência familiar, com várias pessoas reconhecidas como bons espias? Certamente, a valorização do hábito no ambiente familiar tratou de preservar a tradição. Como observa Simmel (2006, p. 42) “o legado da espécie será transmitido ao indivíduo de maneira tão mais segura quanto mais longamente preservado e consolidado for esse legado”.

Flávio comenta acerca do incentivo e da valorização deste “dom” aprendido.

O negócio é o pai incentivar ele naquilo ali, porque senão... Não pode perder. Vinícius já sabe pescar, mas não sabe arrumar uma rede. Mas está aprendendo, de vez em quando ele pega aí (Flávio, espia, 35 anos, 2012).

Tem alguma coisa que o senhor sabe, não é possível. Alguma reza o senhor sabe (Esmeralda, esposa de Jorge, sobre as pessoas duvidarem de sua capacidade como espia, 2012).

O outro dia eu estava lá na praia também, olhando o mar e o pessoal vendo peixe. Mas eu estava vendo só a onda. Que isso! (Larissa, 33 anos, moradora, surpresa com a capacidade dos espias).

Isto não significa, é claro, que não existam certas características com as quais um indivíduo nasce, que fazem parte de sua herança genética, a qual se manifesta em qualquer meio social. Nosso conhecimento da biologia humana ainda não nos possibilita uma imagem muito clara da extensão em que isso será verdade" (BERGER, 1989, p. 113).

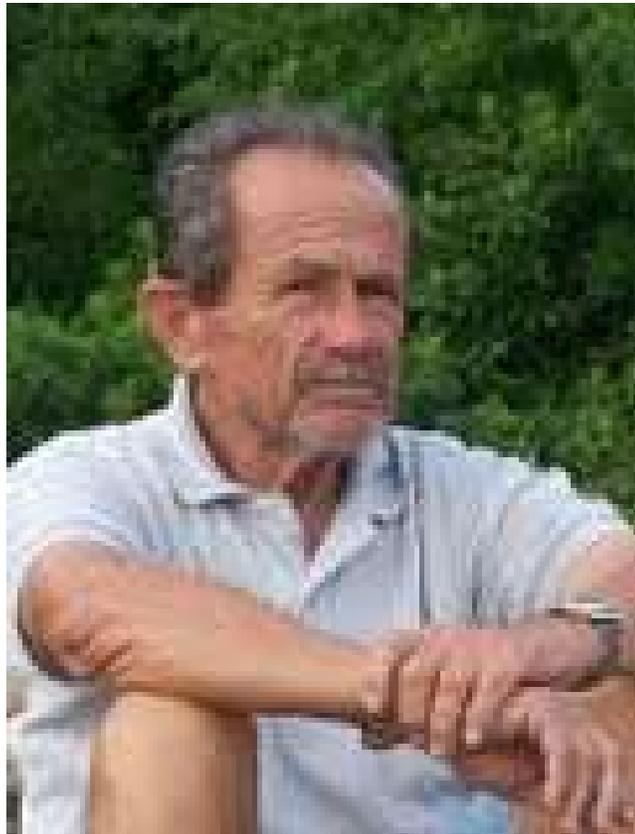


Figura 48 - Foto tirada de um porta-retrato da família, em 2010  
Fonte: Arquivo pessoal (2010, data da foto original desconhecida)

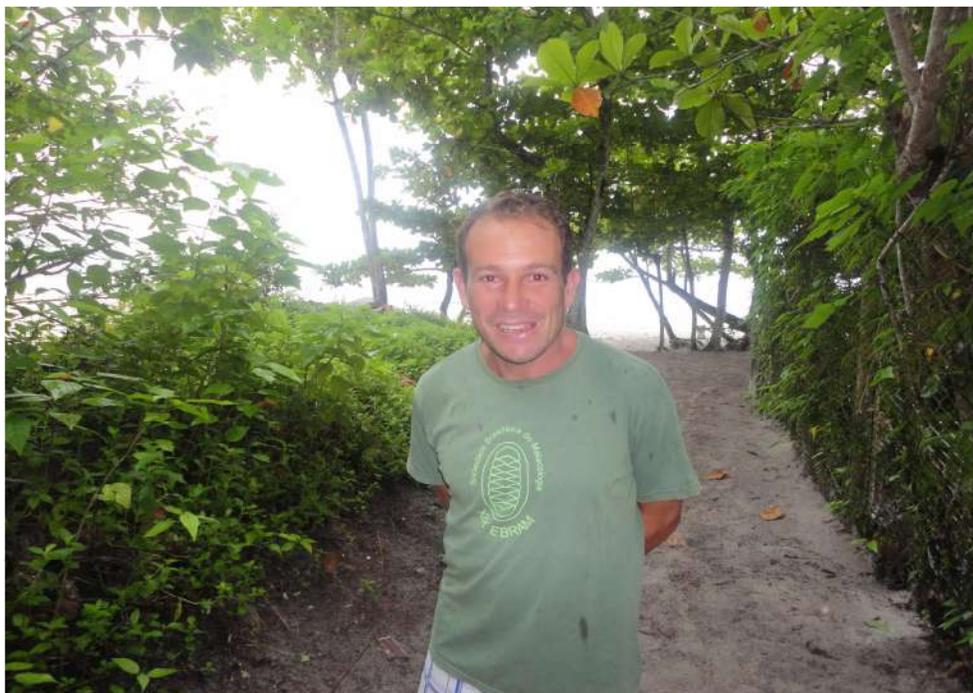


Figura 49 - Flavio, 35 anos (2012). O Sucessor de Jorge, o novo “Espia”  
Fonte: Arquivo pessoal (2012)



Figura 50 – Pedra da Espia  
Fonte: Arquivo pessoal (2009)

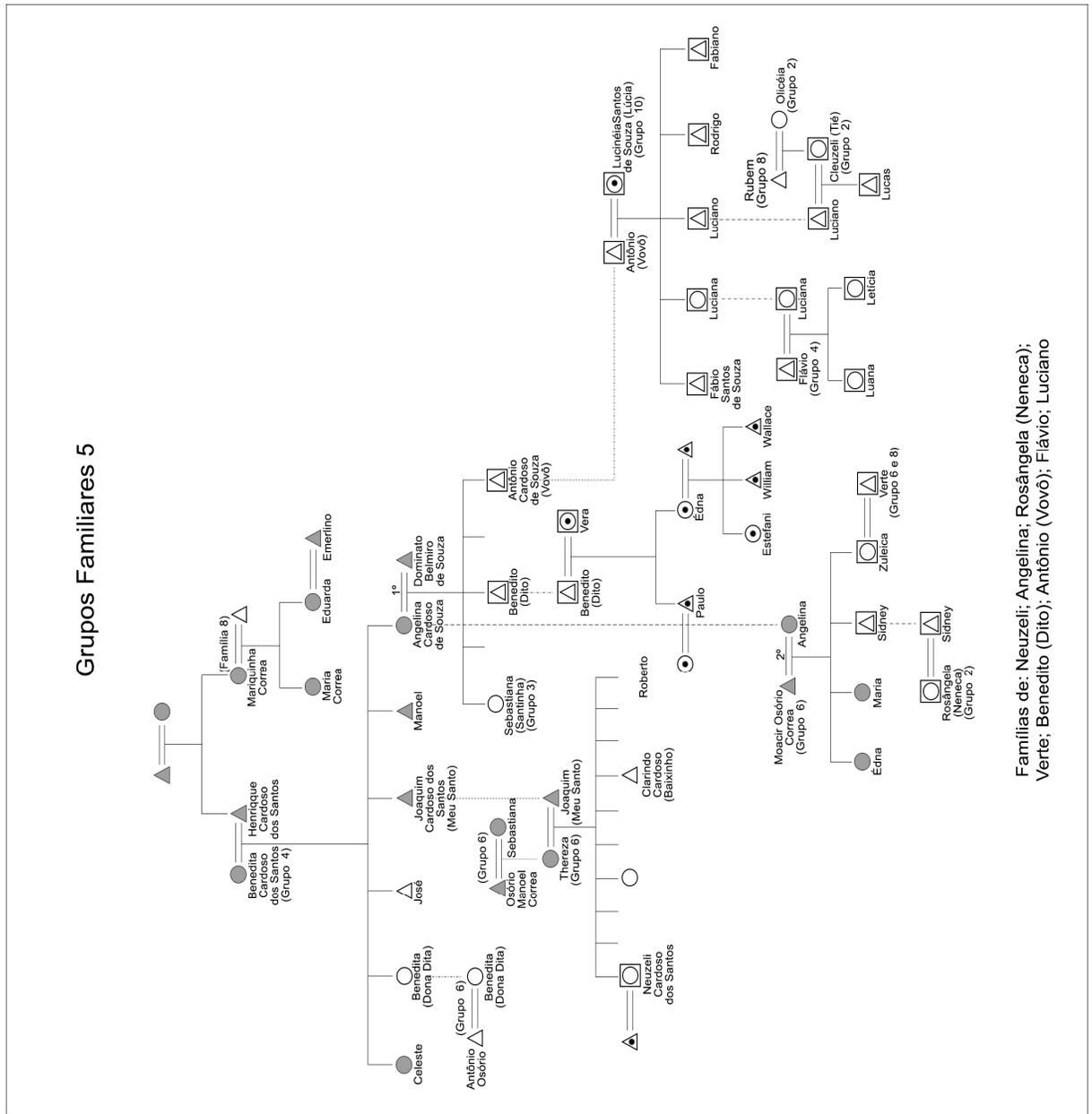


Figura 51 - Grupos familiares 5

Fonte: Adaptado de Vilaça e Maia (2006), acrescido de dados da Pesquisa (2009-2012)

Neste grupo familiar, houve o contato com três gerações. Aqui estão os parentes e descendentes de Angelina (figura 52 e 53), contando com seu primeiro e segundo casamentos. Angelina era dona da canoa e da rede. Consideravam-na dotada de poder espiritual. As histórias de Dona “Angelina” são sempre lembradas, tanto sobre seus dois casamentos, quanto sobre suas magias.

Dona Angelina com uma faca na mão e suas poderosas rezas desmanchou uma tromba d’água que vinha na direção do Aventureiro e também fez uma queimada acabar, tal que iria acabar com as moradias de estuque de lá (DEISE, moradora não nativa, conta os feitos de Angelina, 2010).

Angelina era rezadeira, curandeira. Era “líder local e dona de canoa e rede” (VILAÇA; MAIA, 2006, p.76). Seu nome é relacionado a poder e influência em diferentes pesquisas. Sua fama é também declarada nas redes virtuais, conforme citação retirada do site IlhaGrande.com. Angelina faleceu em 2007, com câncer no intestino. Todos que a conheceram se referem a ela como uma mulher forte e inesquecível.

Vivendo entre o mar e a montanha, os aventureiros pescam e cultivam a terra. Dona Angelina é a conselheira e guia da comunidade do Aventureiro. Seus conhecimentos das matas e do poder curativo de algumas plantas da região fizeram com que “Tia Angelina” fosse considerada uma “bruxa”. Uma bruxa simpática, de personalidade forte e humor instável, como o mar de sua amada praia (SITE ILHA GRANDE.COM. Foto e Texto, acesso em 2011).

Além de parteira e rezadeira, a moradora chamada Dona Angelina (falecida em 2007) foi a dona da primeira e maior canoa de rede a motor. A principal função dessa canoa era a pesca da tainha, que era o mais importante trabalho comunitário e de pesca do Aventureiro, embora servisse para todo tipo de pesca e para o transporte de pessoas também. Sempre que havia uma pescaria, do resultado final, metade ficava com Dona Angelina, seja em peixes ou em dinheiro. Dessa forma, o dono da canoa se capitalizava ao mesmo tempo em que aumentava seu prestígio junto aos demais, já que, naquele tempo, as pessoas dependiam da canoa a motor tanto para se deslocar quanto para vender seus produtos, seja em Angra dos Reis ou no Provetá. Nesse sentido, o dono da canoa a motor assumia, a seu tempo, um papel e um *status* semelhante ao do dono de barco dos dias de hoje. Hoje, essa grande canoa foi restaurada por seu filho Sidneis, que a rebatizou como “Lembrança”, em homenagem à sua falecida mãe, e repousa na praia como um monumento do passado, em uma espécie de “enterro” simbólico da canoa. A canoa dava prestígio e poder a seu proprietário e tais atributos estavam concentrados na figura de Dona Angelina, pois não havia outras canoas a motor em sua época. Dona Angelina pôde comprar sua canoa, o motor e a rede porque herdara outra canoa menor de seu tio e tinha, ainda, algumas economias (havia trabalhado como babá para os filhos do ex-diretor do presídio, em Dois Rios) (COSTA, 2011, p. 513-514).



Figura 52 - Dona Angelina  
Fonte: Site Ilha Grande.com, acessado em 2011



Figura 53 - Dona Angelina.  
Fonte: Foto cedida pelos moradores (ano da foto desconhecido)

A irmã de Angelina era casada com Antônio Osório (que foi citado como “cacique da comunidade”, por Magnanini, no site “O Eco”, como foi mostrado anteriormente). Osório também era irmão do segundo marido de Angelina, Moacyr. Angelina era irmã de Joaquim Cardoso dos Santos, “Meu Santo” (figura 54), eternizado como pensador e poeta nos livros de sua filha Neuzeli Cardoso dos Santos. Neuzeli é professora, escritora e uma liderança política importante para a luta dos moradores do Aventureiro. Faz lobby junto às lideranças políticas para a solução do caso do impasse sobre o tipo de Unidade de Conservação, lutando pela RDS. Tem o objetivo de construir um museu sobre os “Caiçaras do Aventureiro”. Seu avô materno, “Osório Manuel Correa”, dá nome à escola da prefeitura do primeiro segmento do ensino fundamental (figura 55) que há na comunidade. Antônio “Vovô” é filho de Angelina. Vovô trabalha para o INEA, na Reserva Biológica da Praia do Sul e é uma figura respeitada por seu equilíbrio e capacidade mediadora no grupo. Sua esposa Lúcia é agente de saúde e é quem celebra o sermão da Igreja, regularmente, visto que o padre celebra apenas esporadicamente. Como cada vez mais a comunidade troca a reza e as plantas por remédios, Lúcia, de certa forma, acaba complementando uma lacuna de liderança espiritual e capacidade de trazer a cura, como um legado de Angelina, adaptado aos novos tempos modernos. Fabinho é filho de Lúcia e Vovô e, de 2009 a 2012, foi um dos que presidiram a AMAV.

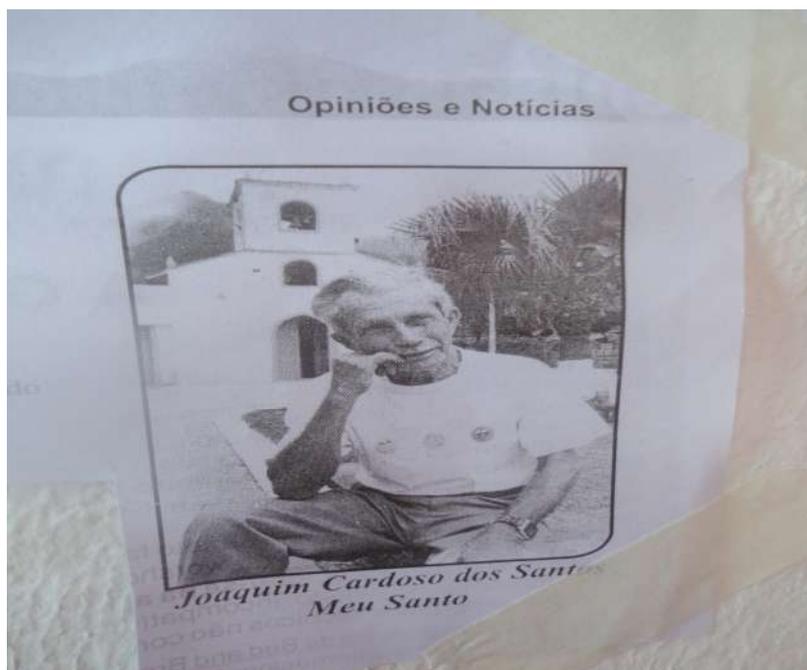


Figura 54 -Joaquim Cardoso dos Santos, “Meu Santo”, pai de Neuzeli  
Fonte: Imagem disponibilizada por Neuzeli



Figura 55 - Foto Escola Municipal Osório Manoel Correa  
Foto: Arquivo pessoal (2010)

Os outros filhos de Angelina são: Sidney (construtor de barcos, marido de Neneca, dona de um dos principais bares e camping da região), Zuleika (esposa de Verte, dono de camping e Barco), Santinha (que é mãe de Luís, dono do mais próspero camping do Aventureiro) e Benedito (Tio Dito, esposo de Vera, a qual embora não seja nativa, mas é articulada para a promoção do Aventureiro no turismo).

Dito, esposo de Vera, por causa do exército morou fora do Aventureiro, na casa de Dona Guilhermina. Guilhermina (figura 56) foi a mulher, que não era moradora (morava em Realengo, bairro da cidade do Rio de Janeiro) e conheceu o Aventureiro por intermédio de uma nativa que trabalhava em sua casa (era comum mulheres e meninas trabalharem nas casas de pessoas fora da Ilha Grande) e, ao se encantar pelo lugar, não só frequentou, mas, como era católica, catequizou os moradores. Ela celebrava as missas e ensinava o catolicismo. Percebe-se que o “pedaço” desse grupo familiar está muito ligado ao poder político, através das redes, mas não de pesca, e sim de relações de empoderamento e da propriedade de bens de capital.

A Dona Guilhermina vinha para catequizar as crianças, tinha aulas de catecismo e ela trazia os livrinhos. Então, eu fui aluna dela, aprendi a rezar com ela, Dona Guilhermina, isso há cinquenta anos. Então, todo mundo que é da geração foi Catequizado pela Dona Guilhermina, aquela senhora que vinha de Realengo, na época da festa Santa Cruz, mas ela ficava, assim, uns três meses preparando a comunidade. Ficando aqui. Ela ficava três meses, ela tinha um amigo, um compadre, então... Ela tinha um compadre que era o Seu... Seu Isidio, que era o sogro da Dona Di. A Dona Di, hoje, ela está com quase setenta anos, então, era o sogro da Dona Di que era o compadre da Dona Guilhermina. Enfim, a Dona Guilhermina vinha com aquele serviço voluntário. E ela catequizava as crianças, eu fiz a primeira comunhão, fiz a crisma. A crisma, através dela, graças ao conhecimento dela, não só eu, como todos da minha geração. Então, antes da Lúcia, tivemos a Dona Guilhermina. (NEUZELI, 55 anos, 2012).



Figura 56 - Dona Guilhermina (ano da foto desconhecido)  
Fonte: Foto cedida pelos moradores do Aventureiro

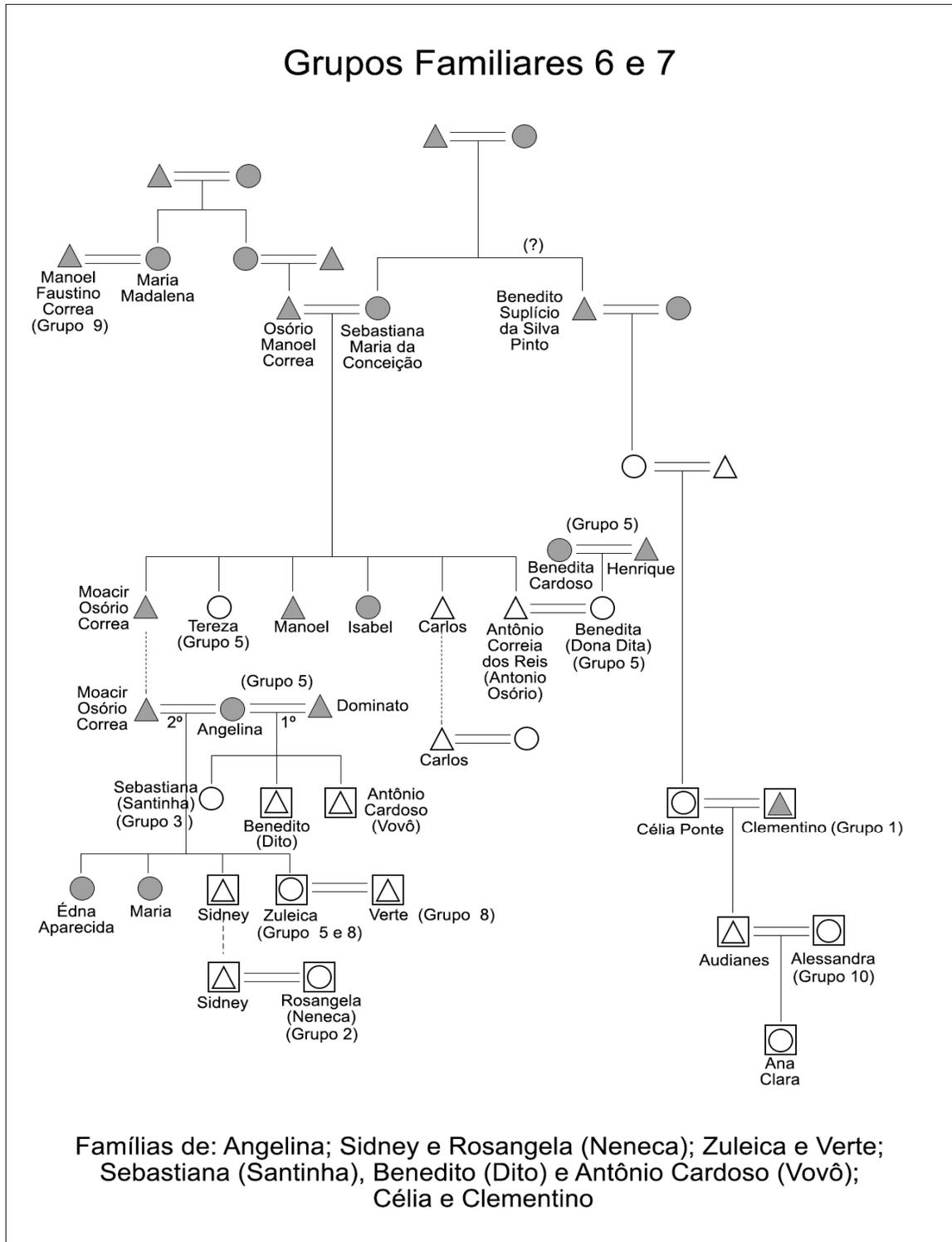


Figura 57 - Grupos familiares 6-7

Fonte: Adaptado de Vilaça e Maia (2006), acrescido de dados da Pesquisa (2009-2012)

O “seu” Clementino parece ter exercido o papel de Mediador na comunidade. Seu nome está relacionado a pesca, brincadeiras e alegria. Ele era o leiloeiro da festa de Santa Cruz, uma das figuras mais importantes, depois do festeiro, para garantir a animação da festa e integração do grupo. Com a morte de Sr. Clementino em 2009, o Sr. Nezinho (64 anos em 2012) e Fabinho (25 anos em 2012) assumiram como “leiloeiros” da festa mais tradicional da Igreja de Santa Cruz. Fabinho, na festa de 2011, imitou as mesmas brincadeiras do “Seu” Clementino. O nome de Clementino está, através das palavras de Vilaça e Maia (2006), relacionado à pessoa com entrada em todos os grupos, ligado à operacionalização, ao fazer, mediar, servir ao grupo, responsável pela motivação, animação e integração da comunidade. Fabinho (25 anos) tem um perfil de mediador e de “pessoa para execução”, muito parecido com o de “seu” Clementino.

Clementino – importante figura de mediação da comunidade – contou os peixes, os homens, então, discutiram a distribuição [...] (VILAÇA; MAIA, 2006, p. 93)

Após a procissão a que assistimos, o festeiro entregou a Clementino um papelzinho. Nele estavam escritos os nomes dos festeiros da próxima festa, [...] O leiloeiro é tradicionalmente o Clementino, porque sabe oferecer os produtos, valorizando-os, ao mesmo tempo em que brinca com as pessoas. (VILAÇA; MAIA, 2006, p.100-101).

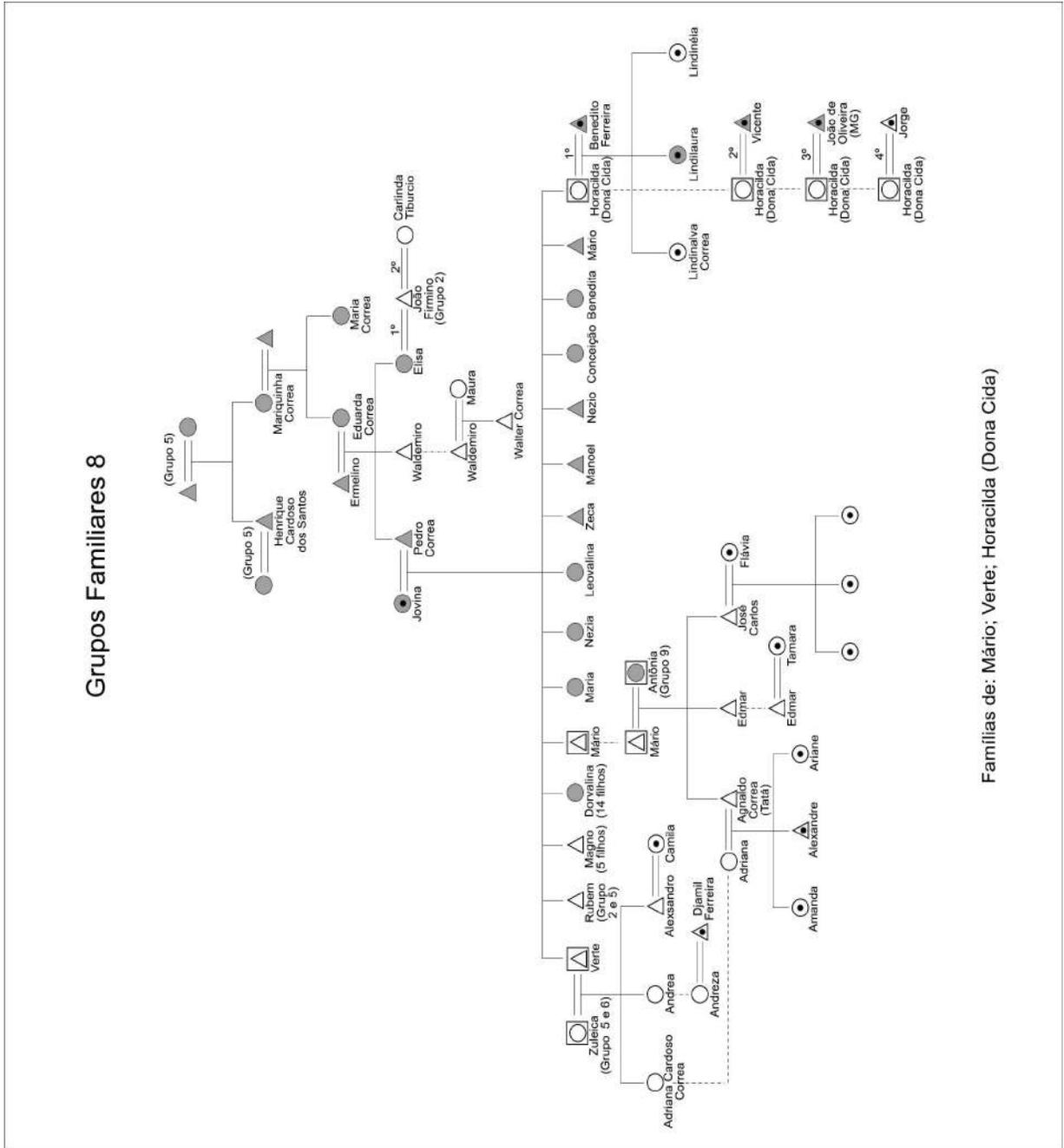


Figura 58 - Grupos familiares 8  
 Fonte: Adaptado de Vilaça e Maia (2006), acrescido de dados da Pesquisa (2009-2012)

Uma família com muitos filhos foi formada pela Sra. Jovina e o Sr. Pedro Correa. Muitos filhos faleceram ainda crianças. Neste grupo familiar, a maioria dos casamentos resultou na saída do morador do Aventureiro. Esse, possivelmente, é o grupo que mais percebe o Aventureiro como “bem de capital”, como um mecanismo de sustentabilidade econômica, através do valor do território e do resultado do trabalho aplicado no lugar. Isso não significa para os mais velhos, desafeto, desamor, desapego ou um desligamento de seus pares, mas que a idade tem aproximado insularidade de isolamento, pela falta de recursos tecnológicos. A idade cada vez mais avançada, associada ao falecimento de familiares próximos, faz com que os filhos se preocupem e queiram os pais mais próximos e mais protegidos, e os pais também desejam o mesmo, mas não abandonam o lugar, acabam vivendo no mar, entre Angra e a Ilha, visto que não são homens e mulheres do litoral. Verte (60 anos aproximadamente), por exemplo, não dirige e tem “pavor” de volante que, segundo ele, “não é seguro quanto o mar”. Verte (figura 59) faz transporte para o Aventureiro. Sua casa é segunda residência, sendo sua esposa Zuleika, mais voltada para a roça e para as atividades da comunidade no Aventureiro, onde também tem irmãos. Rubem arrendou seu camping para o casal aposentado Laís e Hamilton. Mário (64 anos em 2012, figura 60), viúvo desde 2011, fez de sua casa do Aventureiro, segunda residência, usando-a cada vez menos como residência e cada vez mais para fins de prestação de serviços turísticos, com área de camping e quartos. Está morando em Angra e aproveitando as facilidades do universo urbano: “aqui em Angra tem mais facilidade, comprei o gás por telefone, rapaz, eles entregam na minha casa e nem precisa pegar peso”. Verte e os irmãos são exímios contadores de histórias. Com uma memória impressionante, contam com detalhes e emoção. Horacilda (Dona Cida, mais de 70 anos, figura 61) casou e foi morar por bastante tempo fora do Aventureiro. Hoje, voltou a viver na localidade, a despeito da idade. Protestante, mantém relações sociais com amigas moradoras de Provetá, onde caminha constantemente pelo morro (em média duas horas de caminhada) para frequentar os cultos da igreja. Divertida, esperta e espirituosa, narra suas histórias, seus romances amorosos com firmeza, momentos de alegria, lembranças de um amor inesquecível e algumas histórias ruins de desafeto amoroso. É aposentada e faz vinagre de banana, mas não se sustenta com tal atividade. Narra, de forma divertida e com saudade, como conheceu o grande amor de sua vida, no trem.

Eu conheci ele no trem. Fiquei olhando, ele olhou também, mas eu não disfarçava não, encarava para ele ter certeza que eu tava olhando mesmo, sabe. (CIDA, mais de 70 anos, contando o encontro com seu verdadeiro amor, entre risos e emoção, 2009)

Verte e sua irmã Cida foram muito importantes para o levantamento de lembranças sobre a população, na construção da árvore genealógica. Sem eles, a árvore não teria uma folha sequer.



Figura 59 - O mestre Verte  
Fonte: Arquivo pessoal (2010)



Figura 60 – Sr. Mário  
Fonte: Arquivo pessoal (2012)



Figura 61 - Oracilda, “Cida” em sua Casa, construída por ela mesma  
 Fonte: Arquivo pessoal (2009)

Durante a pesquisa também houve o falecimento da Sra. Antônia ou Dona Tunica, uma integrante desse grupo familiar. Depois de seu falecimento continuam apenas seu irmão Nezinho (figuras 62 e 63), com sua Esposa Sueli (Filha de Roseno) e seus filhos. Nezinho parece viver sentimentos dicotômicos entre o amor que tem pelo lugar, a estima que realmente tem pelos moradores, a valorização, o prazer que sente em participar da vida comunitária, das tradições, e a cobrança que faz de si mesmo, ao exigir que o Aventureiro possa dar garantias de sustentabilidade aos filhos. Algumas filhas do Nezinho demonstram vontade de sair do lugar em que vivem.

O filho Max é artista. Ele faz réplicas perfeitas de embarcações (figura 64), geralmente por encomenda e, principalmente, por prazer. Possuem o primeiro camping da chegada à praia e controlam, junto com a AMAV, a cabine de controle do fluxo de visitantes, pois a cabine fica em seu território, sendo pago a ele uma espécie de aluguel ou participação. Nezinho entende sua casa como uma opção de garantia econômica dos filhos, por isso, faz escolhas políticas que envolvam a possibilidade de venda da casa, assim como fazem Verte e seus irmãos. Se pudessem ficar no local, com garantias de sustentabilidade econômica, tenderiam a menos conflitos e preocupações. Nezinho conhece muito sobre as histórias, contos, lendas, dividindo com Verte a posição de melhor contador de histórias sobre o Aventureiro. Ao morador pescador aposentado, foi feita a pergunta: caso não fosse pescador,

o que gostaria de ser? - Artista de televisão”, disse ele. Com o assédio de pesquisadores e da mídia no Aventureiro, o desejo de Nezinho está se realizando, na sociedade do espetáculo.

Minha mãe falava que meu umbigo está enterrado aqui no quintal, debaixo da jabuticabeira – conta Nezinho, 62 anos, sobre suas raízes com a Praia do Aventureiro, que contando com seus filhos, são quatro gerações de moradores nascidos e criados no lugar ( O GLOBO, 04 de julho de 2011).



Figura 62 - Nezinho em sua casa  
Fonte: Projeto O Povo do Aventureiro (UFRRJ, 2010)

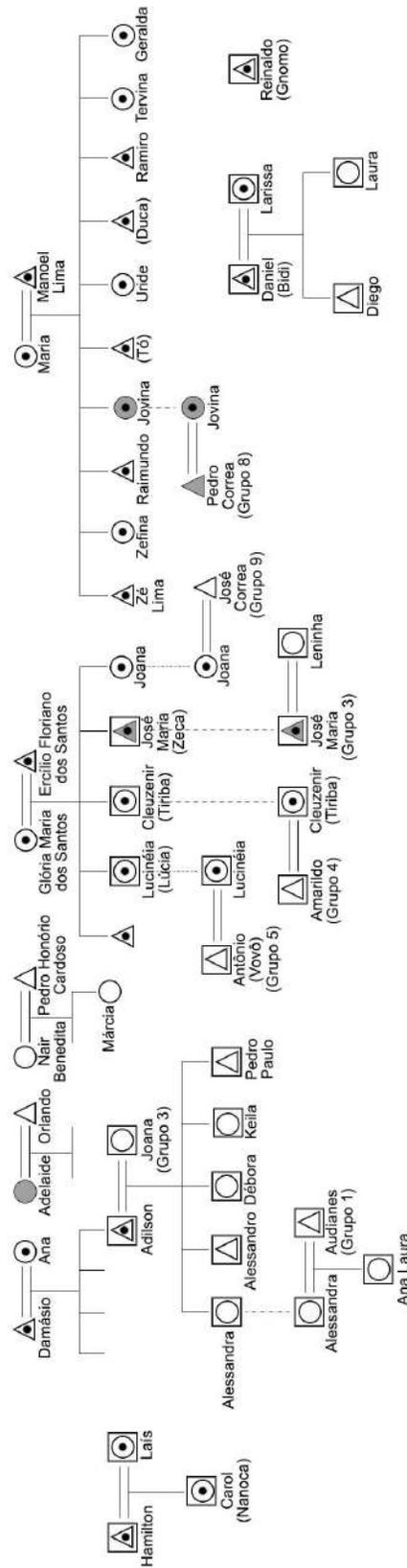


Figura 63 - Nezinho gravando depoimento sobre o Aventureiro para o Projeto O Povo do Aventureiro  
Fonte: Arquivo pessoal (2010)



Figura 64 - Arte feita por Max, filho de Nezinho (Réplica de Barco de outro morador)  
Fonte: Projeto "O povo do Aventureiro" (2010)

### Grupos Familiares 10



Famílias de: Ana e Damásio; Adelaide e Orlando; Nair e Pedro; Glória e Ercilio;  
 Maria e Manoel; Larissa e Daniel; Joana e Adilson

Figura 65 - Grupos familiares 10  
 Fonte: Adaptado de Vilaça e Maia (2006), acrescentado de dados da Pesquisa (2009-2012)

Esses Grupos familiares estão relacionados principalmente a casamentos com pessoas de fora do Aventureiro, na maioria das vezes com pessoas da própria Ilha Grande, como pode ser exemplificado e visto na família de Lúcia, Tiriba e Zeca, que eram da Ilha, da praia dos Meros, mas não do Aventureiro, e todos os irmãos casaram com moradores do Aventureiro. Assim como o caso de Adilson, marido de Joana, que também é nascido na Ilha, mas não no Aventureiro, e casou-se com a moradora Joana. Adilson é um homem reservado e trabalhador. Em sua casa ainda há roça e fica situada no morro. Sua esposa Joana é irmã de Luís. Joana é protestante, assim como Luís, que por mais que oscile, suas crenças se relacionam mais aos dogmas protestantes que aos da igreja católica.

As pessoas de fora, que não nasceram e não se casaram com ninguém do Aventureiro, mas que, de 2009 a 2012 moravam na localidade, também foram nesse grupo registrados. Há a família composta por Larissa (32 anos em 2012) e Bidi (31 anos em 2012), e mais dois filhos que nasceram quando o casal já morava no Aventureiro. O casal Larissa e Bidi é proveniente de São Paulo e escolheu morar no Aventureiro por uma opção de vida. Eles compraram o terreno de um morador e lá vivem até o momento, já com dois filhos nascidos. Eles têm um camping reconhecido, o camping da Larissa (figura 66), e recebem uma possível retirada, por não serem nativos.

Outra família, que escolheu viver também no local, por uma questão de estilo de vida, foi o casal Laís e Hamilton (figura 67), com a filha Nanoca (figura 68). A diferença entre esta família e a de Larissa está no fato de que a segunda está “curtindo” a aposentadoria através de uma realização de viver no Aventureiro, fugindo da urbanidade e, com seu restaurante “Cantinho”, vem trazendo um pouco do que há de urbano para o Aventureiro, através das requintadas comidas preparadas por Laís, que tem o prazer em dizer que são todas receitas suas. Hamilton prepara os drinques. Laís é professora universitária aposentada e Hamilton, arquiteto aposentado, que trabalhou com pessoas importantes. Eles arrendam o camping do Rubem. Sua filha Nanoca possui uma deficiência, com paralisia cerebral, e faz da sua estada uma superação constante. Ela faz capoeira, ceticismo, estuda, caminha e faz exercícios na praia. Nanoca acha que o “isolamento” da urbanidade atrapalha seu desenvolvimento pela falta de tecnologias e recursos. Esses dois últimos grupos apresentados exemplificam o que Bauman chama de comunidades de ideologia. Segundo Bauman, existem dois tipos de comunidades que o indivíduo pode participar, por questão de “destino” ou “ideologia”. Para o autor, existem “comunidades de vida e de destino”, na qual os “membros (segundo a fórmula de Siegfried Kracauer) vivem juntos numa ligação absoluta”, assim como outras comunidades podem ser fundidas unicamente por “ideias ou por uma variedade de

princípios" (BAUMAN, 2005, p. 17). A maioria dos moradores, que vive hoje na Vila do Aventureiro, está no local por uma questão “de vida ou destino” (por nascimento ou casamento, por exemplo). Mas há o caso de duas famílias, que hoje moram no local, que optaram por viver nesta região insular, por questões ideológicas: as histórias do jovem casal Larissa e Daniel “Bidi” (donos do camping da Larissa) e do casal já aposentado Laís e Hamilton (que arrendaram o camping do Rubem). Estes dois casos, principalmente o de Larissa e Bidi, exemplificam a associação a uma comunidade através de escolhas ideológicas. Os casais buscavam a “fuga” da cidade, a “paz”, adotando um estilo de vida menos urbano. Contam com recursos tecnológicos que diminuem tenuemente a falta de estrutura do local, visto que possuem equipamentos como geradores, luz solar, geladeira. É bem verdade que também se preocupam com o envelhecimento e o aumento das dificuldades para continuarem vivendo no local, assim como a saúde e educação dos filhos. As escolhas de pertencimento à comunidade geram, portanto, benefícios e percalços. Ao ser incluído no grupo do Aventureiro, abre-se mão de uma urbanidade que possivelmente traz acesso mais rápido a alguns benefícios, a despeito de viver no “paraíso dos caiçaras”. Toda escolha leva a inclusões e exclusões. Neste sentido, Serres descreve que, na cultura, um indivíduo pertence a um subconjunto, e isso supõe que exista, pelo menos, outro que não pertença a esse mesmo agrupamento, sendo, por isso, expulso do subconjunto, de fato ou pela força. Fora do limite que o pertencimento designa este outro não pode se valer dos mesmos benefícios: “a inclusão implica e explica a exclusão” (SERRES, 1997).

Há o caso de uma pessoa que, por constar como presente na localidade desde 2008, e constante no censo (Anexo 8.3), foi identificada como morador, mesmo que não nativo. Trata-se do Gnomo, que vive sozinho, é artista, pintor e desenhista. Não tem família no Aventureiro. É um forasteiro que chegou e, por enquanto, vive no lugar. Pode viver em sua barraca de camping ou em um quarto temporariamente. A comunidade o aceita. A comunidade o contrata como mão de obra para obras e pintura de casas. Faz pinturas e desenhos artísticos lindos. Ele parece ter tido problemas com vício.

Você conhece o garoto que trabalha com nós. Aquele menino é profissional dessas coisas. Aquele é um artista. Parece que não. Ele, aquele, aquele lá, são tudo artista. Aquele joga fora o que ele sabe, né. Aquele ali joga fora o que ele sabe. [...] Ele pinta, é pintor profissional. Tá vendo? Serviço dele. Afora o que está lá na porta da venda, que foi tudo ele que fez (mostra pinturas e desenhos feitos pelo rapaz). Então eu considero ele um artista, né (VOVÔ, 60 anos, falando sobre o dom do rapaz, 2012).

Eles me aceitaram aqui como uma família, eu nunca vi isso (Gnomo, 2012).

O fato de “não ter família”, estar “sem família” dá à pessoa o status de “coitado”, de acordo com o Damatta: “quem não tem família já desperta pena antes de começar o entrecho dramático; e quem renega sua família tem, de saída, a nossa mais franca antipatia” (DAMATTA, 1987, p. 125 *apud* MACHADO, 2001, p. 15). Pela vila de moradores do Aventureiro ser organizada por “pedaços” familiares, quem não se encontra em “nenhum pedaço”, é passível de desconfiança, e se não é turista, se questiona “onde está sua família?”, “Por que você não está com ela?”. O sentimento de compaixão leva ao comportamento de “dar uma força” ao jovem por parte da comunidade, desde que ele aja de forma respeitosa com a família que o acolhe.



Figura 66 - Larissa e sua filha Laura  
Fonte: Arquivo pessoal (2009)



Figura 67 - O casal Hamilton e Laís  
Fonte: Arquivo pessoal (2010)



Figura 68 – Carol, a “Nanoca”, filha de Laís  
 Fonte: Arquivo pessoal (2012)

Após o passeio pelas famílias que compõem as casas da vila (ou da praia, como também é usado) do Aventureiro, seguem considerações demográficas e simbólicas a respeito.

Com relação aos nomes dos moradores, é comum dar o nome de um filho que faleceu para outro que nasceu. Os sobrenomes de família são diversos: Correa, Silva, Cruz, Espírito Santo, Tibúrcio, Cardoso, Tenório, Santos, Firmino, Cesarino, Nascimento, Rodrigues, Avelina, Faustino, Suplício, Pinto, dos Reis, Lima. As famílias Correa, Cruz, Espírito Santo, Cardoso, Nascimento e Silva igualmente assumem posições de liderança. É muito comum o uso de apelidos pelos moradores.

Foram encontrados 25 apelidos masculinos e 14 femininos (quadro 9). Os apelidos estão relacionados à sonoridade do nome de forma mais abreviada (Vilmacir – Cici), ao seu diminutivo (Wagner – Waguinho), ou enveredados por uma história que acabou contextualizando o apelido (Barão, Purungo). Pode se relacionar ao jeito da pessoa, à aparência, bem como a um animal (Tatu, Tié, Tiriba), podendo ainda designar a ancestralidade (pai, mãe, avô, avó) ou o cônjuge, como por exemplo, “José Isídio” (José que é filho do Sr. Isídio). Há, ainda, pessoas com mesmo apelido (Tié). As histórias de Barão e Purungo são contadas pelos moradores mais antigos. Segundo narraram, Barão (Cáudio) e seus irmãos tinham plantação de coco na praia do Demo (praia ao lado do Aventureiro). O apelido, segundo os informantes, resulta do “ar de Barão”, “cheio da grana”, que foi enganado em uma compra, como a história do rico que é feito de bobo, por não saber lidar bem com suas posses. Já a história de Purungo está relacionada com o recipiente com o qual buscava

água para sua mãe. Purungo deriva de Porongo ou cabaça, segundo o Dicionário Novo Aurélio (1999).

Apelidar é uma forma de fornecer uma “certidão de nascimento” com nome dado pela alteridade, pela posição passiva de ser observado pelo outro. É um nome construído pela vida em relação com o grupo, pela experiência, pela sua própria história, contada geralmente pelos outros, engendrada por um apelido. O costume que os moradores têm de apelidar mostra o *habitus* social de observação e comparação do “outro”, identificando-o e marcando-o através de um significante dado, através de outro elemento nominal, diferente do seu de nascimento.

Homens	Mulheres
1. Lolo (Antonio Tenório)	1. Pepeca (Cláudia)
2. Barão (Cláudio)	2. Neneca (Rosangela)
3. Amarelo (Clecio)	3. Lilica (Sueli)
4. Tem-tem (Clarinaldo)	4. Tié (Cleuzeli)
5. Waguinho (Wagner)	5. Santinha (Sebastiana)
6. Purungo (Benedito)	6. Leninha (Sebastiana)
7. Nezinho (Manoel)	7. Di (Juraci)
8. Cici (Vilmacir)	8. Tiriba (Cleuzenir)
9. Ita (Ailton)	9. Dita (Benedita)
10. Juninho	10. Lúcia (Lucineia)
11. Tatu (Valdomiro)	11. Cida (Horacilda)
12. José Isídio (José Tenório filho de Isídio)	12. Tunica (Antônia)
13. Zeca (José Maria)	13. Loca (Laura)
14. B.A. (Everaldo)	14. Tié (Luciana)
15. Meu Santo (Joaquim Cardoso)	
16. Dito (Benedito)	
17. Vovô (Antônio Cardoso)	
18. Antonio Osório (Antonio Correa filho de Osório Manoel)	
19. Tatá (Agnaldo)	
20. Nero (José Correa)	
21. Max (Marcone)	
22. Tó	
23. Duca	
24. Bidi (Daniel)	
25. Gnomo (Reinaldo)	

Quadro 9 - Apelidos dos moradores  
Fonte: Dados da pesquisa (2009-2012)

Analisando os dez grupos familiares, percebe-se que, de 2009 a 2013, houve cinco falecimentos, por motivos de doença e acidente (atropelamento). Quando há falecimento, os moradores entram todos em período de luto que, geralmente, leva de um a dois anos. Não há festas na comunidade por esse período. Antigamente, os católicos eram enterrados em Parnaióca e os protestantes em Provetá. Quando chegavam à idade adulta, os antigos, com as dificuldades de transporte, o qual era feito a canoa, enterraram as crianças, principalmente as

que nasciam mortas ou as que morriam ainda pequenas, nas praias ao lado do Aventureiro. Alguns adultos também foram enterrados no mesmo lugar. A própria história da Igreja de Santa Cruz, do milagre da "Santa Cruz", inicia com um rapaz que foi enterrado, "onde hoje é atrás da igreja". Na atualidade não se enterra mais ninguém nas praias ao lado, sem cemitério determinado e também não há mais enterros em Parnaióca (que agora é um Parque Estadual). Agora eles são feitos em Provetá ou em Angra, e a escolha está mais relacionada à facilidade de visitação das famílias e em conseguir espaço.

Houve, também, no mesmo período de pesquisa, dois nascimentos. Atualmente, os nascimentos não são mais realizados por parteiras, geralmente ocorrendo em maternidades situadas em Angra dos Reis ou nas adjacências. A terminologia "nascidos e criados aqui" poderia, principalmente até a década de 90, ser entendida quase que literalmente, pois os moradores nasciam realmente lá, agora, "ser nascido" significa que a mãe do nascituro era moradora (com residência primária, principal) no Aventureiro, quando de seu nascimento, visto que, quando as mulheres chegam aos últimos meses de gravidez (de 4 a 2 meses antes de dar à luz), elas migram para uma casa em Angra (pertencente a um parente geralmente) e voltam depois do período de resguardo (de 1 a 2 meses). A outra expressão importante e muito usada pelos mais velhos, "enterrar o umbigo aqui", talvez deixe de existir ou poderá ser ressignificada pelas novas gerações. Nenhum nascido após a década de 80 usou tal expressão para si, somente para seus ancestrais, como "meu avô teve o umbigo enterrado aqui". Possivelmente os umbigos sejam, em um futuro próximo para a humanidade, guardados para eventuais tratamentos de células-tronco. Atualmente as gerações, que nasceram no final da década de 80 e principalmente as que nasceram depois de 90, não relacionam o nascimento com o umbigo, afirmando apenas: "nasci aqui" e, muitas vezes explicam, "aqui não, na maternidade". Os moradores diminuíram substancialmente a natalidade. Aqueles que tiveram filhos, nascidos nas décadas de 30 a 60, tinham em média oito filhos, com o caso máximo de 15 filhos (grupo familiar 8) do casal Jovina e Pedro Correa. Atualmente a taxa de fertilidade das mulheres tem sido, em média, de dois a três filhos.

Era comum na ilha, e em famílias pobres com muitos filhos, que alguns deles fossem para a casa de outra pessoa, para serem criados ou para "ajudar", geralmente trabalhando com serviços domésticos. Algumas famílias "ajudadas" acabavam por "criar" também. Isso acontecia, pois a "situação era difícil", como afirmam. No caso do Aventureiro e de outras partes da Ilha, viviam dependentes da pesca, roça e caça, com muitos filhos para suprir. Foi o que houve com Lúcia, que morava nos Meros. Lúcia foi morar na casa de uma senhora em Copacabana, ainda menina (com 6 anos), antes de se casar com Vovô, lembrando que o

próprio casamento, narrado por ele e Lúcia, deixava claro que a saída dela de casa significava melhorar a vida da família através do casamento. Lúcia tinha 12 anos quando se casou, ou melhor, quando foi “roubada” por Vovô. Outros “nascidos” e “criados” no lugar também moraram por um período na casa de alguém lá fora. Há o caso de uma moradora que trabalhou na casa de Dona Guilhermina, onde também se hospedou o morador Dito, quando foi servir o exército.

Durante a pesquisa de 2009 a 2012, foi possível entrar em contato, na maioria das famílias, com até três gerações, havendo contato com quatro gerações na família de Roseno. Pode-se notar que a possibilidade de mais de um casamento é algo comum tanto para homens, quanto para mulheres, e principalmente para as mulheres, desde os “antigos”. Existem casamentos entre primos e pela aproximação acabam se casando com habitantes da própria vila, fazendo com que sejam todos, em algum aspecto, parentes. Os casamentos entre pessoas do próprio Aventureiro geram mais casos de permanência no local, embora não seja uma regra, visto que há moradores que também casaram com moradoras e foram morar fora do local, assim com há muitos casos de moradores que casaram com pessoas de fora e ficaram residindo, também há casos que optaram por sair. O que vai definir “ficar” e “sair”, após os casamentos, é o espaço ou a permissão para construir uma casa que comporte o casal e filhos, associado à oportunidade de trabalho e estudo.

Muitos dos casamentos locais foi instituído através dos “roubos das mulheres”. Institucionalizado, no sentido tomado de Durkheim, da instituição social como um mecanismo de ordem coercitiva e moral do grupo, através das crenças e todos os modos de conduta, instituídos pela coletividade (DURKHEIM, 2007, XXX). O roubo não se dá no sentido do “raptio das Sabinas<sup>28</sup>”, mas da forma “Lampião e Maria Bonita<sup>29</sup>”, visto que se trata

---

<sup>28</sup> O raptio das Sabinas diz respeito a uma estratégia de simulação de festa em Roma, para que durante a mesma as mulheres de Sabina (vila vizinha) que estivessem no local fossem raptadas pelos homens de Roma, a fim de conceder-lhes casamento. O episódio inspirou muitas obras de arte, conforme explicado nas passagens a seguir. “O episódio da lendária história da fundação de Roma conta que a primeira geração de homens romanos adquiriu suas mulheres capturando-as do vilarejo vizinho Sabine; esse conto rendeu grandes interpretações de vários pintores ao longo dos séculos (E.CURY Artwors, acesso em 2012)”

“A fonte principal é Tito Lívio, *Ab urbe condita libri*, I,9: Roma, há pouco fundada (753 a.c.), era tão grande quanto as populações confinantes (caenina, Crustumium, Antemne, Sabina, etc.), mas carecia de mulheres. Rejeitados por seus vizinhos, os romanos, sob liderança de Rômulo, recorrem a um ardil. Rômulo institui os jogos consagrados a Netuno ou a Consul, de onde o nome das festas, Consualia, em relação com a colheita e que viviam mais tarde a ter lugar no Circo Massino. A estes festejos acorrem todos os povoados vizinhos: “ao sinal combinado (escreve Tito-Lívio), os jovens romanos precipitam-se em todas as direções a raptar as jovens” (MARQUES, 2010).

<sup>29</sup> Maria Bonita era casada com um sapateiro. Seu amor por Lampião teria motivado a combinação culminando no raptio consentido. “Lampião teria encontrado Maria Bonita pela primeira vez, por volta de 1930. [...] Durante cerca de 1 ano ele a teria visitado regularmente, até ela tomar a decisão de segui-lo para sempre” (GRUNSPAN-JASMIN, 2006, p. 128).

de um “roubo” consentido. Maria Bonita se juntou a Lampião, por paixão, por admiração, por decidir que aquela seria a vida que queria ter com ele e pela possibilidade que Lampião teria para sustentá-la.

Lampião era de aço  
 Porém diante da beleza  
 Daquela mulher mimosa  
 Com um porte de princesa  
 Cabelos e olhos grandes  
 Parecendo uma duquesa.

Morena cor de canela  
 Dessa que o vento palpita  
 Muito bem feita de corpo  
 Lábios cor de uma fita  
 Disse lampião: te levo  
 Minha Maria Bonita.

(ARAUJO<sup>30</sup>, Poema de Cordel, 1985, p. 177-178 *apud* GRUNSPAN-JASMIN, 2006, 126 p.).

No Aventureiro também é assim. Os casais, quando planejam o roubo, geralmente já estão se relacionando, e combinam o “fato” para acontecer em uma noite, quando o rapaz vai até a casa da moça de madrugada, “bate na janela” e ela, já com uma pequena bolsa arrumada, foge com ele para a sua casa. No dia seguinte, ele com seus pais, ou só seus pais vão até a casa da moça para tornar o casamento oficial, conversando com os pais dela. A partir deste momento, são casados.

A minha família foi toda roubada. A maioria, minha tias todas. Tia Zélia, Tia Maria. As irmãs da minha mãe, tudo roubada. Tio Jorge roubou, minha família foi toda roubada (LENINHA, 44 anos, “moradora roubada”, 2012).

É de madrugada, [...] elas fogem pela janela. Ficou junto e no dia seguinte, ela é considerada como senhora. É assim. Ninguém recupera não, a partir do dia seguinte, são casados. Todos respeitam (NEUZELI, “nascida e criada”, não foi roubada, casou com pessoa de fora da Ilha Grande, 2012)

A comunidade se diz católica, no entanto a forma de casamento (religioso) não é tradicional. Em um dia a namorada foge com o rapaz e vai morar com ele. Não sendo por isso discriminada, mas vista como casada com o “raptor” (HEITOR NEY MATHIAS DA SILVA, participante do projeto “O Provo do Aventureiro – UFRRJ”. 2010, p. 2).

O roubo é mais rápido. O cara casa e vai embora. É mais rápido, aí depois se casa, né, ó, é mais complicado (VOVÔ, morador, “roubou Lucia dos Meros”, 2011).

---

<sup>30</sup> ARAUJO, Antônio Amauri Correa de (Transcrição). Poema de cordel, p 177-178,1985.

O roubo é mais barato. Fazer festa é muito caro (LUCIANA, moradora, “roubada por morador”, 32 anos, 2011).

A Lúcia morava no Rio. É, lá em Copacabana. Ela nasceu aqui, foi embora pra lá com seis anos... Eu conheci ela nos Meros. Aí, eu tava namorando a irmã dela quatro anos, a irmã da Lúcia, eu namorava a irmã dela. Aí nós ia até se casar, a irmã dela, mais velha que a Lúcia. Aí, nisso aí ela namorou outro. Aí me desarmou. Aí eu cheguei lá, ué, [...]. Ah, é, não ia ligar pra aquilo. Aí, tá ela lá, aí conheci ela. Saí, não vou perder mais tempo de casa não, meu tempo de casa, quatro anos. Eu vou levar, chamei e ela veio. Tá comigo. Seis meses, aí ela veio morar comigo. Veio pra cá. É, ela não sabia nada de roça, porque morava na cidade, tudo na mãozinha lá. Ela trabalhava reclamando. Aí veio pra cá, eu tinha que fazer farinha, que é um serviço perigoso, lavar a roupa, essas coisas. E veio, não trouxe roupa, só uma muda de roupa. [...]. Sabe, era tudo pra não dar certo. Mas é um jogo de duas pessoas, aí você vai se casar um dia, você vai ver. O casamento tem que ter jogo. Que você fala, o marido fala, você não sei o que, na mesma hora, o marido fala, você briga, mesma hora você fala e o marido briga, não vai dar certo nunca. É um jogo isso aí, é muito jogo de cintura (VOVÔ, 60 anos, 2011).

Durante a festa de Santa Cruz, em janeiro de 2012, foi possível conversar com o padre que realizou a missa e participou de todo o evento. Frei Luiz, um padre novo, acima de 30 anos, não mais que 40, trabalhou com uma geração de padres com uma postura preparada para trabalhar com a diversidade, principalmente no caso de trabalho missionário na Ilha Grande. Era a primeira vez que estava celebrando a festa de Santa Cruz, mas não a primeira na Praia do Aventureiro. Ele não conhecia o “roubo” das mulheres como forma institucionalizada de casamento no local, ainda que a população se afirme como católica em sua quase totalidade. Muito receptivo e mostrando bastante conhecimento e compreensão a respeito das pluralidades sociais, ele justificou o fato de nunca terem lhe contado sobre o “roubo”. Comentou, então, entre risos: “Talvez, o pessoal tenha medo de falar para o padre muitas coisas”. Esta percepção do Frei corroborou-se no comportamento de preocupação da nativa Neuzeli, que estava ao lado do padre e logo tratou de justificar que estão ocorrendo mudanças. Segundo ela, “Não é tão frequente... hoje as mulheres já vão casar. Por exemplo, o filho da Célia casou ano passado, em dezembro, lá no cartório, em Angra”, como quem, de forma preocupada, tenta amenizar a situação. Ele manteve uma postura sem críticas ou julgamentos e observou que é “quase um milagre” o local ter permanecido católico, haja vista o descaso da igreja em enviar padres para a celebração de missas no Aventureiro (assim como para a Ilha Grande). Explica que o “roubo” não impede o casamento na igreja, pois não é algo visto de forma negativa ou que o impeça.

Mas aí, só para falar sobre esta questão do roubo. Isto também não é visto de uma forma negativa, porque, por exemplo, existem casos em que o casal, ele quer ficar junto, mas, às vezes, por diferença de classe social, os pais de um deles não querem e tal. Se eles querem permanecer juntos, nada os impede de se casarem na igreja. O padre celebrará. Ainda que os padres não queiram, ainda que ninguém queira, mas se os dois querem e não existe nada e nenhum impedimento concreto de se celebrar esse momento. Vamos supor, não tem um vínculo parentesco maior, não é? Então, a Igreja celebra o casamento com muita tranquilidade, ainda que seja escondido se faz, porque, percebendo-se a autenticidade do sentimento entre os dois, na relação entre os dois. Isso basta, não importa que o resto não queira (FREI LUIZ, padre que celebrou a missa na festa de Santa Cruz em 2012, sobre o casamento via “roubo das mulheres do Aventureiro”, 2012).

O roubo ou rapto consentido parece ter sido comum na Ilha Grande. A moradora de Provetá, “Dona” Normandina (mais de 70 anos, parteira), também foi roubada por seu marido “seu” José (já falecido). Ela narra uma história de amor, que “sempre via o “Zé” passando de barco e acenava. Um dia combinaram de fugir” e ela foi com ele por livre vontade. Segundo Normandina, seu irmão foi a sua busca e o casal acabou “casando dentro da delegacia”. Ela narrou a história sorrindo, como uma boa lembrança. Todas as mulheres e homens do Aventureiro relatam o “ritual de passagem”, com a mesma postura que a da moradora da praia vizinha.

Acredita-se que os “roubos” de hoje, como acontecem no Aventureiro, tenham suas origens, quando na vicissitude de casamentos não aceitos pela família, obrigando os pais a aceitarem o noivo. Ou ainda para se evitar um casamento arranjado, fugindo com aquele que realmente se deseja. No livro “História das Mulheres no Brasil” (de 2006), organizado por Mary Del Priore, há um artigo intitulado “Mulheres do Sertão Nordeste”, de Miridan Knox Falci, que mostra o caso de raptos consentidos no nordeste do país. Segundo Falci, “muitas vezes o namoro não desejado pelos pais encorajou o rapto da moça pelo pretendente. Mas um rapto consentido pela mulher, com a promessa de casamento pelo raptor” (FALCI, 2006, p. 267). A autora relata que foi comum em Oeiras, em Teresina e em Icó (no Ceará), as mulheres fugirem à noite, a cavalo, com rostos virados ou tapados, na expectativa de casarem com seus raptos. O noivo poderia inclusive não ter relações sexuais com a mulher, sendo o rapto uma forma de pressionar a família a aceitar e agilizar o casamento. As famílias, então, “faziam o casamento, mesmo sem ser “do gosto” no dia seguinte, sem festas, sem proclamas” (FALCI, 2006, p. 267). Contudo, na ausência da realização do casamento, a honra da moça ficaria prejudicada. É relatado que, caso o raptor não cumprisse com o casamento, seria punido pelo pai ou irmão da moça, matando-o ou capando-o (serviço que poderia ser feito por capangas), pois havia “roubado a honra da moça”, principalmente nos casos de gravidez. Restava ao raptor as opções de casar, fugir ou morrer. O casamento “reparava o erro”.

O número de fugas de jovens enamorados foi tão grande no Piauí, que se começou a pensar em outro sentido para o fato. Ao final do século XIX, uma longa série de “causos” e anedotas procurava dar conta de raptos que ocorriam como uma reação aos casamentos impostos pelos pais. [...] O progressivo aumento na idade mínima para casar - de 12 anos para mulheres e 14 para homens a 14 e 16 anos respectivamente, em 1890, e 16 e 18 em 1916 - passou a oferecer melhores condições para os jovens contestarem os casamentos forçados. A fuga, ou rapto podia significar ideias de liberdade, vontade própria, mas podia significar também não precisar fazer festa, pois muitos pais, de categoria pouco abastada, gastavam “o que tinham” e “o que não tinham” (como diz um provérbio local) para casar as filhas moças (FALCI, 2006, p. 268).

O “roubo” das mulheres no Aventureiro está associado à manutenção de uma tradição, sustentada pelo beneficiamento de “não ter que fazer festa”. O roubo é facilitado pela falta de iluminação, pois seria mais complicado com o local iluminado. Além disso, há todo um clima, uma cenário, uma “ilheidade” (no sentido de DIEGUES, 1997), que são adequados a esta performance romântica. É um ritual de passagem que favorece e facilita a concepção e o aceite de novos casais. O caráter de transgressão fica por conta da ratificação do perfil da maioria das mulheres do Aventureiro, menos submisso, mais articulador. No passado os casamentos por roubo eram mais associados a um caráter de imposição da vontade do casal contra a orientação familiar. Hoje, significam mais o concretizar de algo que já se esperava. Alguns “casamentos por roubo” ocorreram também associados à gravidez.

As famílias são espelho, acolhimento e padrão. Elas nutrem as gerações futuras a partir do conceito que construíram do mundo, sabendo que o que delas descendem está ainda sujeito às transformações pertinentes às mudanças dos tempos, das ideias e dos lugares, no entendimento do ser humano como um ser variado. Sua força está na proteção e coesão, mas também no prazer que proporciona, nas celebrações e no compartilhamento, quando “estamos todos juntos”. São assim as famílias do Aventureiro. Podem demonstrar poder coercitivo através da “moral” das histórias contadas, das zombarias do outro, dos conselhos e do uso do pulso. Mas também celebram o prazer de estarem juntos, nas festas, nas rodas de conversa, nas pescarias, nas roças, nos trabalhos, nas cozinhas das casas. E o segundo caso parece ter tanta força quanto o primeiro.

Por fim, o grupo humano no qual transcorre a chamada vida privada da pessoa, ou seja, o círculo da família e dos amigos pessoais, também constituiu um sistema de controle. É nesse círculo que se encontram normalmente os laços sociais mais importantes de um indivíduo. A desaprovação, a perda de prestígio, o ridículo ou o desprezo nesse grupo mais íntimo têm efeito psicológico muito mais sério que em outra parte. O fato de o chefe concluir que uma pessoa é imprestável pode ter consequências econômicas desastrosas, mas o efeito psicológico de tal opinião é incomparavelmente mais devastador para um homem se ele descobrir que sua

mulher chegou à mesma conclusão. Um homem escolhe uma mulher e um bom amigo em atos de autodefinição. Aquelas pessoas que ele conhece mais intimamente são aquelas com que ele tem de contar para sustentar os elementos mais importantes de sua autoimagem. (BERGER, 1989, p. 89- 90)

### 3.3 GÊNEROS E GERAÇÕES

Para Lévi-Strauss, o sistema de parentesco, as regras de casamento e os grupos de descendência constituem um conjunto coordenado, cuja função é assegurar, pela costura dos laços consanguíneos e afins, a permanência do grupo social. Podem ser considerados como a fábrica (*blueprint*), cujo mecanismo retira (*pumps*) as mulheres de suas famílias consanguíneas para redistribuí-las nos grupos de afinidade, resultando desse processo a criação de novos grupos consanguíneos e dando, assim, continuidade à vida em sociedade (LÉVI-STRAUSS, 1954, p. 546 *apud* LEVY, 2009, p. 117).

A construção dos arranjos familiares, conforme mostrado por Lévi-Strauss, mostra a mobilidade da mulher, na estrutura social, gerando novos espaços e ratificando espaços já existentes nos grupos sociais. A genealogia dos moradores do Aventureiro desenha bem essa “dança de gêneros”, mostrando o que acarreta quando pais “cedem” seus filhos e filhas, e através do casamento, “compartilham-nos” com outras famílias, estimulando a continuidade da dança. Entretanto, além da ancestralidade, uniões, desenlaces, mortes, nascimentos e descendências, registrados na dimensão plana do papel, há também, a “geografia imaginária”, que serve como uma espécie de “óculos 3D”, favorecendo a obtenção de outras dimensões espaciais, além da fachada plana, estabelecida na superfície, em que homens e mulheres estão distribuídos.

A posição espacial ocupada pelas famílias e pelos sujeitos que as compõem, é, portanto, um constructo dos acontecimentos no tempo, que geraram valores e posições dispostos de forma hierarquizada. Os diferentes grupos familiares detêm domínio sobre áreas econômicas, sociais, culturais e políticas. Esses caminhos foram abertos por homens e mulheres no passado. Algumas mulheres tiveram papéis fundamentais na construção de valor social do Aventureiro, como, por exemplo, Dona Angelina (era dona da rede e da canoa), Dona Santinha (foi professora) e Dona Guilhermina (não moradora, mas visitante frequente que catequizou e deu continuidade ao Catolicismo).

É claro que as mulheres, mães de família, ou as mais idosas, ou em algumas situações como a de Dona Lúcia, que é agente de saúde, ou de Dona Angelina, que era dona de canoa ou de sua filha, Dona Santinha, que foi professora, são casos de mulheres que detêm ou detiveram cargos e posições de prestígio. Outro fato novo ocorrido neste mesmo ano foi a efetivação de Deise, esposa do presidente da Associação de Moradores e moradora do Aventureiro, como funcionária da FEEMA na REBIO. Esta moradora entra no lugar de Carlinhos, que ocupava o cargo há mais de treze anos e representa uma importante novidade: pela primeira vez um morador, ainda que não seja nascido no Aventureiro, é nomeado como o encarregado da FEEMA no local (COSTA, 2008, p. 14).

A área de domínio de cada família do Aventureiro decorre de um passado que a justifica. A construção do Quadro 10, baseou-se nas informações coletadas de 2009 a 2012, acompanhando as atividades familiares e as aspirações dos moradores. É possível perceber que a tradição é mantida no “morro”, pela posição geográfica das famílias reconhecidas, pelos moradores, como “mais tradicionais”: a família de seu Zé e Dona Di (Roça) e a família de Seu Jorge (falecido) e Dona Esmeralda (pesca). A pesca é de domínio masculino e a roça, feminino. Historicamente os homens viajavam para trabalhar na pesca, e elas cuidavam da roça e da casa. Com a entrada do turismo, a experiência feminina, adquirida na “gestão e afazeres” da casa, é um trunfo importante. Os campings fazem com que o público e o privado se misturem, tanto no sentido do espaço, quanto pela atividade não ter “gênero” de domínio definido, sendo, das áreas de interesse econômico sobre o Aventureiro, a mais híbrida. Assim como o “de fora” (turista) se coloca no espaço de dentro (nos quintais das casas), a mulher sai do espaço “de dentro da casa e da roça”, o homem “sai do espaço de fora, da rua, e da pesca”, e todos se encontram no quintal. E a experiência com isso é nova para o grupo. A perda da delimitação clara dos espaços, no aspecto de sustentabilidade econômica da família, ainda está se consolidando na localidade.

Algo que também se percebe nesse contexto é a liderança das mulheres na administração e operação dos negócios, pois, historicamente, além de terem sido as pioneiras no atendimento aos visitantes, também ficavam responsáveis pelos campings, durante a ausência dos homens envolvidos com a pesca embarcada, assim como eram responsáveis pelo trabalho nas roças. Mesmo atualmente, sem a pesca embarcada, as mulheres ainda lideram algumas atividades ligadas ao turismo, exceto com as relacionadas à operação de transporte e passeios de barco (MENDONÇA, 2010, p. 259-260).

<b>Setor de Domínio</b>	<b>Significação de valor</b>	<b>Representação Familiar</b>	<b>Gênero</b>	<b>Localização geográfica</b>
Pesca	Antes associada à sustentabilidade econômica e tradição. Hoje associada à tradição cultural	Família de Jorge e Esmeralda - status dos "Espias"	Masculino	Morro
Roça	Antes associada à subsistência e tradição. Hoje associada à tradição cultural	Família de Zé e Di Liderado pela filha.	Feminino	Morro
Comércio e Serviço Turístico	Ligados à modernidade. Desempenho influenciado pela experiência e propriedades obtidas no passado	Família de Roseno	Híbrido	Praia
Poder e autoridade Política	Associados à capacidade de influência relacionada ao reconhecimento de autoridade e poder sobre a comunidade.	Descendentes e parentes de Angelina.  Vovô, Lúcia, Luís, Verte	Híbrido	Praia
Religiosidade	Associada à crença, fé e rituais de integração tradicionais do local.	Parentes de Angelina. Destaque para Lúcia e família de Zé e Di	Feminino	Praia Centro
Bem de Capital/ Valor Territorial / Futuro dos Filhos	Aventureiro como Commodity. Resultado da preocupação e da garantia da sustentabilidade dos filhos, face, por exemplo, ao falecimento do "cabeça" da família. A descendência já não mora e afirma não querer morar no local.	Descendentes de Pedro e Jovina (Verte e irmãos) e família de Nezinho, família de Valdomiro	Masculino (geração dos pais)  Híbrido (geração dos filhos)	Praia
Realização de Sonhos / Fuga	Pessoas de fora, consideradas Moradores que se juntaram à comunidade por ideal, a fim de "viver uma experiência" diferente da vida urbana.	Laís e Hamilton Larissa e Bidi	Feminino	Praia e mata

Quadro 10 - Espaço, domínio e Gênero

Fonte: Dados da pesquisa (2009-2012)

Tem-se a sensação de uma “liderança” das mulheres por elas serem mais pró-ativas e por estarem em seus ambientes antropológicamente de domínio, mas não se pode afirmar que, de forma geral, isso é verdadeiro para todas as famílias. Os serviços são compartilhados, mas a mulher trabalha mais, pela dupla jornada com serviços da casa (cuidando da família) e do quintal (cuidando dos negócios). É importante distinguir o quanto ela efetivamente lidera, do quanto ela “serve”, além do conhecimento de como é distribuída a renda, que resulta do trabalho de todos, entre os membros da família, e o nível de autonomia dessa mulher para decidir sobre os investimentos no negócio.

Outro aspecto, que está relacionado com gênero e família, é a busca do tratamento das doenças. A “cura”, da forma como Angelina fazia junto com as outras rezadeiras, vai-se perdendo, enquanto tradição. Os moradores lamentam que “não tem mais reza” e negam ir a qualquer outra designação religiosa de linha espírita, porque “não é bem visto”. “O povo pode falar que é macumba, que é coisa de espírito, ninguém vai assumir, se alguém vai não conta”, explica um morador. Apesar disso, uma pessoa afirmou que uma neta (não moradora) de Angelina tinha herdado seus dons espirituais, e que “trabalha em um centro” fora da ilha, sugerindo que Angelina era também orientada por espíritos.

P. Se alguém ficasse doente como era?

Luís: minha avó sabe rezar. Que nem lá no Amazonas aquelas benzedoras de lá. Hoje em dia, tá passando mal, telefone, é Defesa Civil pegando. Hoje até faz uns remedinhos aí, mas hoje se morder uma cobra, agora, antes de pegar um remédio, é pegar um celular e ligar pra Defesa Civil. Antes não. Quando eu era moleque era muito chá, minha mãe fazia muito chá. Tem umas ervas aí que pode beber que é tranquilo. Faz efeito. Era pra pancada que tu dava no pé, tinha uma erva preá, fumo de rolo, com urina, com álcool, pra você botar em cima, praquilo desinchar, entendeu? Chá pra dor de barriga...

P. como que tratava?

Dona Angelina (avó materna de Luís): benzimento e ervas. Pegava a erva, socava, botava em cima daquela cesura e com o benzimento, né? Aí você pegava, botava lá o pezinho dele aí você rezava: “Ô cobra, você não mordeu no Manoel, você mordeu na veia do pé direito de nosso Senhor Jesus Cristo, no manto da Virgem Pura, da Virgem de Conceição e o sagrado São Clemente tome conta de você, que ele é o curador. Jesus na sabatana, na sabatana de Jesus, aonde se achava Jesus, José e Maria, esses bichos para eles não há. Se é jararaca, folha-seca se é jaracuçu e cipó”. Pronto, tu tava rezado. Aí com aquela reza curava, né? Aí pronto, ficava bom, rezava, dava o remédio, fazia as ervas socadas e tudo. E graças a Deus nunca morreu ninguém não (COSTA, 2008, p. 78).

Atualmente a “cura” é buscada nos remédios, na solicitação da presença da agente de saúde “Lúcia” (nora de Angelina) e da Defesa Civil, nos casos de emergência. Os chás ainda são feitos e assumidos, principalmente para tratamento de “dor de barriga” e febre. A reza de Angelina, conforme mencionado acima, mostra a “repreensão do mal”, em nome da família

de Jesus, José e Maria. A moradora era um agente mediador, no sentido de “rezar a pessoa, dar a ela ervas, e ordenar a cura”.

Lúcia leva o “tratamento” e o “acolhimento”, não a “certeza da cura” como as rezadeiras faziam, de acordo com a memória que os moradores têm sobre elas. Também tem relação com a espiritualidade, visto que ela “reza” a missa (sermão) e é “ministra” da igreja na comunidade (figura 69). Lúcia é agente de mediação, através da “palavra” na missa, e do “atendimento”, como agente de saúde pública. Todas as pessoas da praia, quando se sentem mal, afirmaram “mandar correndo alguém chamar a Lúcia”.



Figura 69 - Lúcia regendo a missa, ao lado de seu filho Fabinho  
Fonte: Foto cedida pela moradora Lúcia

De todos os campings, acordados formalmente, somente dois têm nomes de mulheres. Todos pertencem ao “seu” ou ao “senhor” dono do camping. Apenas o camping e bar de Neneca (figura 70) e o camping de Larissa, possuem nomes de mulheres. Neneca também é nora de Angelina e afirma que “tudo que aprendeu de cozinha e comércio foi com ela”, visto que Dona Angelina fazia refeições para quem viesse de fora para trabalhar na região, como alguns pesquisadores. Neneca trabalhou para pesquisadores no Ilhote. Com o dinheiro que conseguiu, ficou em dúvida entre construir um novo rancho para Barcos para o marido ou abrir o bar. O bar e logo depois o camping venceram na sua escolha. Parece que as moradoras do lado da praia ( perto do Coqueiro Deitado) herdaram, além do território na beira da praia e

de outros bens que empoderaram, uma influência feminina de Angelina. Angelina quebrou paradigmas, era “dona”, as coisas eram “dela”, a pesca com uso de sua canoa e rede rendia-lhe 45% do pescado (VILAÇA; MAIA, 2006, p. 92). Ela ainda fez de sua vida amorosa, a despeito dos olhares críticos que até hoje fazem observações sobre seu comportamento, o que lhe conveio. Foi casada duas vezes, tendo filhos das duas uniões, sendo anos mais velha do que seu segundo marido e ficou viúva de ambos. Seu nome é citado em várias pesquisas, livros e está na rede (agora na rede da internet). Angelina é sinônimo de poder, autoridade e liberdade. Essa personagem abriu um espaço público para outras mulheres de sua família, que possivelmente deve ter lhe custado algo como o despertar do amor e do ódio, além do julgamento moral do grupo. Mas o poder econômico e a “aproximação espiritual com Deus” absolveram-na.

**Dona Angelina:** Aventureiro eu vou te dizer: lugar de criar pobre. Isso tudo é meu. A propriedade é minha. As casas são minhas, meus filhos moram comigo, meus netinhos, tudo criado aí. Muito bonito. Muito bonito o Aventureiro ! O Aventureiro no dia que tá de sol quente, mar morto, você fica na praia, olhando pra fora. Aqui o lugar é impagável. Para mim eu acho tudo muito bonito na Ilha Grande, sabe? Uma fartura. Meu irmão ia pescar lá, matava cada cavala. Aí matava aquelas cavalas tudo bonitas, trazia, nós escalava, nós fazia a comida. Era uma vida de anjo, né? Uma vida boa (COSTA, 2008, p. 68).



Figura 70 - Neneca em seu bar  
Fonte: Arquivo pessoal (2009)

Larissa dá seu nome ao segundo camping que designa uma “dona”. Ela comprou o terreno, e “avisou” para o marido que iriam morar no Aventureiro. Segundo ele, “ele fez do sonho dela, o seu sonho”. Larissa e o marido são de fora, oriundos do estado de São Paulo, ela já havia viajado por muitos lugares do mundo, buscando sempre ficar perto da natureza, do mar, do surfe. Escolheu, no mundo, o Aventureiro para construir sua família. Ela quebra todos os protocolos previstos sobre “ser morador”. A despeito de ser de fora e não ter entrado na comunidade através de casamento, é considerada, pela maioria dos moradores, junto com seu marido e filhos, como parte da comunidade. Tornou-se parente dos moradores de forma institucionalizada, através das relações de apadrinhamento, batizando filho de morador e tendo seu filho padrinhos locais.

O mesmo morador de ontem é o de hoje. O turismo aqui é em terceiro lugar. A fonte principal é a pesca e a roça. Eu faço farinha, adoro fazer e vender. Muitas pessoas querem comprar, mas agora não tem pra vender, nem pra consumo próprio, pois com esse sol, a terra seca e não tem como tirar mandioca (LENINHA, filha de seu Zé e Dona Di, moradora do morro, 2010).

O espaço se confunde com a própria ordem social de modo que, sem entender a sociedade com suas redes de relações sociais e valores, não se pode interpretar como o espaço é concebido. Aliás, nesses sistemas, pode-se dizer que o espaço não existe como uma dimensão social independente e individualizada, estando sempre misturado, interligado ou "embebido" como diria Karl Polanyi - em outros valores que servem para a orientação geral (DAMATTA, 1997, p.30).

Apresentam-se, a seguir, as análises sobre ser “morador” e “moradora”, que dizem respeito a como o grupo percebe o que é ser “masculino” e “feminino”, como é ser “homem” e “mulher” em suas relações no Aventureiro. Destacam-se as atividades mais relacionadas ao mundo feminino e ao mundo masculino (quadro 11). Buscou-se encontrar, nas falas dos moradores e de pessoas de fora, a identidade e representação, decorrentes da alteridade e, nessa perspectiva, o “o outro” torna-se sujeito da narrativa.

Eu vejo assim, um morador do Aventureiro é uma pessoa assim, é... Uma pessoa simples, não é? Uma pessoa corajosa, uma pessoa também persistente. Com toda essa geografia, com toda essa realidade assim, de difícil de acesso, ele é lutador, não é? Assim, batalhador, é esforçado, é incansável, é resistente, é... Bom, é isso que eu vejo. Mas o que mais sobressai acho que é a simplicidade, a doçura das pessoas. Não é... Até isso, eu vejo assim, não é um... Uma cultura, apesar desse isolamento, eu não vejo aqui, uma cultura machista, não é? Eu não vejo um machismo, até pelo contrário, vejo os homens assim, muito... Até muito ternos, muito afáveis, o que a gente não sente nos homens, em particular, lá fora, a gente sente aqui, por exemplo, homem não é muito de abraçar, não é? E, aqui, as pessoas são muito afáveis, mesmo os homens, não é? Têm essa característica. É um povo alegre, é um povo sorridente, é um povo brincalhão, descontraído, simpático. Também, com uma beleza dessas, não é? A sua janela não pode ter outro ar, outro estado de espírito, outro humor. Um povo muito bem humorado, muito alegre e acolhedor (Frei Luis, 2012).

Homens	Mulheres
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Limpam Peixe.</li> <li>• Não querem dançar.</li> <li>• Fazem rede.</li> <li>• Fazem artesanato de barco.</li> <li>• Pescam.</li> <li>• Matam peixe.</li> <li>• Aprenderam a pescar com o pai.</li> <li>• O pai trabalha fora.</li> <li>• Só Rodam o moto .</li> <li>• Não fazem nada.</li> <li>• Carregam peso.</li> <li>• Não fazem comida.</li> <li>• Sabem se virar na cozinha.</li> <li>• Homens cozinham no barco.</li> <li>• Fazem Cordão como artesanato.</li> <li>• Mais velhos estão usando roupa <i>surfwear</i> dada pelos filhos.</li> <li>• Filhos usam roupa <i>surfwear</i>.</li> <li>• Surfam.</li> <li>• Jogam futebol (há campeonato masculino).</li> <li>• Compram produtos pelo preço.</li> <li>• Decidem sobre compra de barco.</li> <li>• Soltam fogos no dia de Santa Cruz.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pescam como lazer.</li> <li>• Rezam.</li> <li>• Fazem crochê.</li> <li>• Querem dançar, insistem, mas eles não dançam.</li> <li>• Limpam a casa.</li> <li>• Cuidam dos filhos.</li> <li>• A mãe cuida da casa e dos filhos.</li> <li>• Capinam e roçam.</li> <li>• Fazem Farinha.</li> <li>• Fazem tapete e artesanatos para uso e decoração da casa.</li> <li>• Usam bermudinha, shortinho e camiseta.</li> <li>• Usam vestidos</li> <li>• Compram produtos pelo preço também se consideram ser “é bom”.</li> <li>• Gostam de cosméticos.</li> <li>• Fazem o cabelo.</li> <li>• Organizam missa e eventos da igreja.</li> <li>• Surfam.</li> <li>• Jogam futebol (há campeonato feminino).</li> <li>• Influenciam na compra de produtos, dando opinião.</li> <li>• Carregam o andor de Nossa Senhora na festa de Santa Cruz.</li> </ul>

Quadro 11 - Atividades pertinentes aos homens e mulheres do Aventureiro  
 Fonte: Dados da pesquisa (2009-2012)



Figura 71 - Mulheres jogando futebol  
 Fonte: Arquivo pessoal (2011)

Durante as conversas e entrevistas, uma pessoa se autoafirmou homossexual, dizendo “sentir-se como mulher”, ter “sensibilidade, carinho, cuidado, ficar preocupado em deixar tudo sempre limpo”. Segundo um visitante (informante) sobre como os moradores lidam com a homossexualidade: “Há. E há o respeito local. Não sei se assumido pra família. Eles tratam ele bem pra caramba, pelo menos os caiçaras aqui não tratam ele diferente, o pai eu não sei...” (Visitante, informante, 2012).

Esses questionamentos por um lado são frutos da vivência numa sociedade heteronormativa, o que faz com que os gays tenham que se adaptar e negociar as barreiras entre estes dois mundos nas diferentes situações no seu dia a dia (que variam enquanto a aceitação da homossexualidade) [...] (PEREIRA, 2009, p. 12)

Houve, também, a informação que uma moradora teria apanhado do marido duas vezes, não como um fato contínuo, mas como algo relacionado ao uso de álcool por ele.

As mulheres, eu acho que são mais tímidas, me parecem ser mais tímidas, pelo menos as moças, não é? É isso que elas... É isso que eu percebo, são mais tímidas em relação às mulheres do continente (Frei Luis, 2012).

Se ele me vê fazendo artesanato, ele fala, tá aí fazendo nada (Moradora, 2010).

Muitas pessoas, quando chegam ao Aventureiro, percebem que a “fachada” da praia é tomada pelos homens. As mulheres são identificadas como mais recolhidas, mais tímidas, menos presentes. Uma jovem moradora disse: “quem manda são os homens, eles têm pulso”. Não obstante, também se observa que elas dominam através do aconselhamento, do aumento cada vez maior do poder econômico e político. Conversando sobre a festa de Santa Cruz nunca ter sido administrada por uma “festeira<sup>31</sup>”, um morador afirma que uma mulher poderia ser escolhida.

Pode ser mulher também, mas ainda não botaram. É que agora é tudo é mulher, né, que tá aí? Não, nunca teve, mas pode um dia ter uma mulher, e tem mulher aí com grande responsabilidade. Tem, a minha Lúcia aqui, não mandando ela, não, mas se mandar fazer uma festa, ela faz. E vai fazer melhor que certos homens, não é verdade? Mas hoje quem dirige nosso Brasil é uma mulher, né? Um Brasil desse grande aí, né, o Brasil quem dirige, o Brasil...(VOVÔ, 61 anos, sobre mulher ser “Festeira” da festa de Santa Cruz, 2012)

---

<sup>31</sup>Festeiro é quem lidera a organização da festa de Santa Cruz, será detalhado no próximo capítulo.

Não se pode afirmar que é delas o domínio do lugar. Isso vai variar bastante dentro de cada ambiente familiar. Historicamente elas têm presença no campo político e econômico, mas algumas mulheres ainda são dependentes economicamente dos homens. Moralmente elas sofrem preconceitos, menos ligados a escolhas e quantidade de relacionamentos amorosos e mais associados à capacidade cognitiva, havendo a idealização da incapacidade das mulheres de serem realizadoras de fato, ainda que a escolaridade feminina seja maior que a masculina no local, ainda que elas tenham segurança financeira ou recebam mais que os homens. Esse papel da mulher no Aventureiro está de acordo com o novo perfil da mulher no Brasil, com aumento de poder aquisitivo, tomadora de acentos nos ambientes públicos, trabalhando também fora dos lares. No Aventureiro também dominam os serviços domésticos e os empregos que decorrem do papel de educadora. “A” professora e “a” catequista têm dividido o ambiente com “a” presidente da Associação dos Moradores. E todas elas compartilham da mesma batalha, que é a dupla jornada (MONTESINOS, 2002). A dupla jornada leva a mulher a uma divisão interna complexa (trabalhar fora, cuidar dos filhos, da casa, do marido e ainda se manter bela), o que faz com que muitas optem por deixar o mercado de trabalho.

Ele não se divide. Ao passo que a mulher para que realize a feminilidade, pede-se que se faça objeto e presa, isto é que renuncie a suas reivindicações de sujeito soberano. Esse é o conflito que caracteriza singularmente a situação da mulher liberta (BEAUVOIR, 1980, p 452).

As pessoas não têm tempo para ir para o Rio de Janeiro, tem as tarefas domésticas (Pepeca, presidenta da AMAV, falando sobre o conflito em realizar atividades políticas para fazer Lobby na ALERJ e cuidar da casa)

Se o espaço das mulheres está associado à casa, o tempo para elas também possui significação. O tempo das mulheres do Aventureiro é o “tempo da espera” pelos seus homens que voltam do mar. Como o tempo “passa mais lento” para quem espera, ele é “mais lento” para elas. O tempo, principalmente para aqueles que viveram no período no qual a base econômica consistia na “pesca e roça”, é associado à natureza, baseando-se nas fases da lua, no período seco e úmido, na hora que dão as coordenadas para plantar e colher. As estações do ano e os meses indicam o tipo de peixe que será feito para comer. Contemporaneamente, essa forma de ver o tempo ainda é usada por todos. E ainda possui outra divisão, o da baixa e da alta temporada. Para eles, baixa temporada (mais ou menos de abril a setembro) é o momento de se cuidar, cuidar da casa, fazer artesanato para enfeitar o lar, estudar. A alta

temporada é o tempo de cuidar dos negócios com o turismo. O tempo é mensurado pela ecologia (EVANSPRITCHARD, 1978).

O mundo diário pode marcar a mulher como o centro de todas as rotinas familiares, mas os ritos políticos do poder ressaltam apenas os homens; a vida diária centra a vida da casa nos adultos, mas num cerimonial como o do Natal as crianças adquirem uma importância extraordinária; as regras normais de denominação e trabalho se certificam da manutenção da hierarquia e das fronteiras rígidas entre as pessoas que representam essas posições no desenrolar da vida comum (DAMATTA, 1997, p. 39).

Através das análises dos resultados das atividades realizadas pelo projeto “O Povo do Aventureiro – UFRRJ” (do qual esta autora também participou e que deu início às pesquisas desta tese), publicados por Mendonça, Brandão e Martins (2011), pode-se perceber que, embora haja mais homens que mulheres (figura 71), elas participaram mais que eles das atividades do projeto. Aquelas mulheres recolhidas e tímidas, descritas por turistas, por quem acaba de chegar e por algumas pesquisas, vai dando espaço a uma pessoa mais pró-ativa, resolvida, inteligente, próxima, divertida e sagaz. É apenas uma questão de aproximação e convivência para que se passe de uma imagem para outra.

Observei, no domingo, como eles são saudáveis durante o futebol, até os mais velhos “voaram” no campo improvisado na praia. Nenhum morador obeso ou esquelético. Não vi ninguém miserável. Enquanto as mulheres participavam das dinâmicas, observei vários homens cuidando dos filhos sem nenhum sinal de irritação. Outra observação, que vale maiores questionamentos, é que só as mulheres participam das oficinas, mas os homens ficam do outro lado do salão paroquial que pé aberto ouvindo tudo que é dito, mas sem oposição, ficam como já disse, tomando conta dos filhos e acompanhando de perto. Somando esta observação com o papel da mulher na missa, parece que as mulheres são o elemento dinâmico do local. No entanto para complicar esta análise, a Associação de Moradores é Presidida pelo rapaz que além de barqueiro, existem alguns outros na comunidade, é o que toca na missa. Para o papel da mulher no Aventureiro apontamos duas hipóteses. A primeira é que como a comunidade é caiçara, os homens saiam para pescar e as mulheres é que tocavam o cotidiano das atividades na Praia. Outra hipótese é que as oficinas são no salão paroquial, anexo à igreja, e a comunidade tem três festas religiosas por ano, nas quais os homens são proibidos, regra local, de participarem dos preparativos e só vão à festa. Temos que interagir melhor para observar esta dinâmica social. (SILVA, 2010, p. 2).

Tem que ter atenção, se continuar assim, será criada uma sociedade onde as mulheres fazem tudo e os homens, fazem o quê? (Cinegrafista participante do Projeto O Povo do Aventureiro - UFRRJ, 2011)

E os homens, eu vejo, assim, como eu disse, essa... São mais calorosos, são mais simpáticos, mais próximos, não é? Afáveis, não têm esse estereótipo do machão, do homem durão. Não tem isso, não é? É isso que eu vejo, não é? Não é verdade? (FREI LUÍS, 2012).

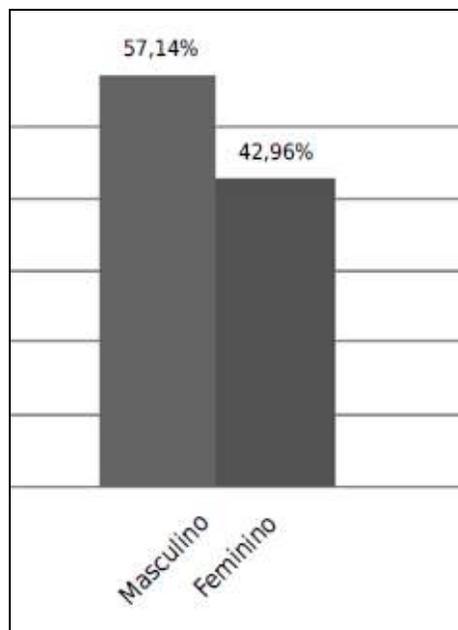


Figura 72 - Gênero em número

Fonte: Mendonça, Brandão e Martins (2011, p. 38)

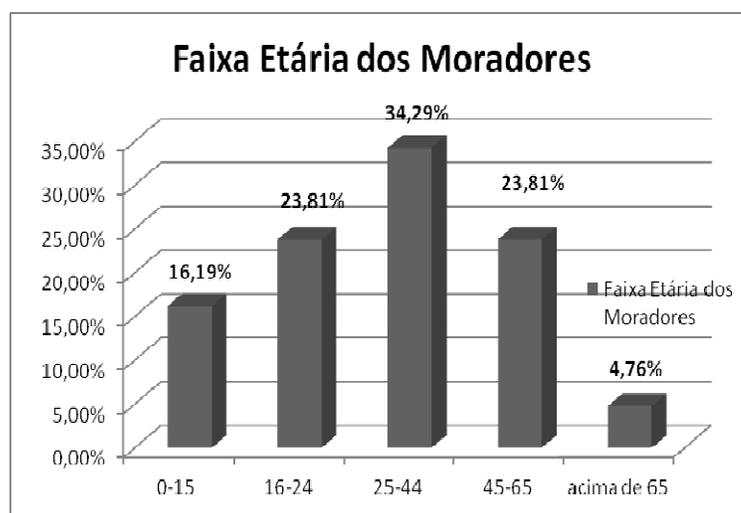


Figura 73 - Faixa Etária

Fonte: Adaptado de Mendonça, Brandão e Martins (2011, p. 40)

Outros dados demográficos mostram que a maioria dos moradores possui entre 25 e 44 anos (figura 73). Os homens mais jovens (até 35 anos) são mais tímidos, não querem dançar nas festas, têm mais vergonha, são menos articulados para resolver as coisas, menos pró-ativos. Os homens do passado são qualificados de maneira diferente. Os mais velhos dançam e não compreendem porque “os mais novos ficaram assim”. Os homens em geral

evitavam participar das oficinas. A partir da leitura das observações de Heitor Silva (2010), apresentadas anteriormente, adequou-se uma oficina, sendo intitulada de “jogo”. Foi espalhado na praia que não seria uma “oficina”, seria “um jogo”. Deu resultado. Houve mais homens participando neste dia. Um morador, ao entrar para participar disse: “eu vim porque disseram que aqui ia rolar um jogo”, justificando sua presença. Os moradores organizaram, motivados pelas atividades do projeto, uma peça teatral, para contar a história de vida da população. As mulheres estavam presentes em massa. O texto foi escrito pelas mulheres e a peça também foi dirigida por elas. As crianças participaram e apenas três homens atuaram, fazendo com que as mulheres tivessem que “representar o papel dos homens” (figura 74).



Figura 74- As moradoras atuando. Neneca representa o papel do seu pai, seu Roseno  
Fonte: Arquivo pessoal (2010)

Uma primeira hipótese sobre o comportamento dos homens, poderia estar associada à entrada na pós-modernidade. Seria uma resposta à supervalorização do indivíduo tornando-o menos sensível ao grupo, lembrando que os homens tem mais acesso aos turistas que as mulheres, e sempre viajaram para pesca, sempre estiveram mais no “mundo de fora”. O que leva a outra hipótese. Pensando na construção do indivíduo, esses “novos” homens, que agora são chamados para trabalharem em “terra”, não viram seus pais e avós fazendo isso. Se eles hoje não pescam, vão surfar. Não tem um modelo no qual confiam plenamente, que já tenha sido experimentado e estabelecido, como “coisa de homem” em terra, que não seja trabalhar como funcionário do governo (INEA ou prefeitura). Enquanto seus “espelhos masculinos” estavam no mar, quem estava na casa e no quintal, eram as mulheres. A natureza da “terra”, nesse sentido, é feminina, e tudo o que provém dela, é do universo das mulheres. Nesse caso, ainda não foi percebida, pelos “novos” homens, uma recompensa suficientemente interessante para se dedicarem às atividades em terra, em casa, no quintal. Os novos modelos começam a surgir como alteridade, a fim de reconhecimento e entendimento de si mesmo, tendo Luís e seus filhos como o maior exemplo, no campo do turismo.

A leitura que pensadores psicanalíticos, como Jacques Lacan, fazem de Freud é que a imagem do eu como inteiro e unificado é algo que a criança aprende apenas gradualmente, parcialmente e com grande dificuldade. Ela não se desenvolve naturalmente a partir do interior do núcleo do ser da criança, mas é formada em relação com os outros; especialmente nas complexas negociações psíquicas inconscientes, na primeira infância, entre a criança e as poderosas fantasias que ela tem de suas figuras paternas e maternas. Naquilo que Lacan chama de "fase do espelho" (HALL, 2006, p. 37)

Tanto Luís quanto seus filhos trabalham no camping e fazem do turismo a principal e mais importante fonte de renda. Luís aproveitou bem o cenário. Ele não tinha muitas outras opções, com a diminuição da pesca (há menos peixes no mar). Sua casa tinha uma localização desprivilegiada até a implosão do presídio (pois ficava mais perto do lugar por onde os presos chegavam), mas após a implosão, com o *boom* do turismo, seu camping é reconhecido como o lugar mais perto do melhor “pico” (como se referem os surfistas ao melhor ponto da praia) para surfar. Ele, sua esposa e filhos estão sabendo aproveitar a oportunidade oferecida pelo mercado. As crianças, portanto, nascidas no mundo pós-moderno e plural, ainda precisam dos modelos, como espelhos para se reconhecerem, refletidas. Segundo Berger, a teoria do papel, numa perspectiva sociológica, mostra que a identidade é atribuída socialmente, sustentada socialmente e transformada socialmente. “Isto já foi demonstrado abundantemente em estudos

de "socialização" - o processo pelo qual uma criança aprende a ser um membro participante da sociedade" (BERGER, 1989, p. 112).

Engraçado. Por exemplo, eu fico observando assim, um caçara, que para mim, aquele ali, ele vai ser caçara para o resto da vida. Pelo menos, é essa impressão que eu tenho dele. Não dá nem para fazer previsão nenhuma. Mas, olhando para ele, hoje, não consigo vê-lo em outra realidade. É o menininho, filho da Neneca do restaurante, aquele menininho. Ele é um menino assim... Uma criança tão, assim, alegre, tão à vontade, que gosta tanto, é tão feliz aqui e a mãe fala que, quando vão a Angra, ele fala: “Ah mãe, vamos embora para casa, vamos embora para casa”. Porque, aqui, ele tem tudo que precisa e gosta. Que é o mar, a areia, a praia, tudo, não é? Eu vejo... Eu não consigo ver aquele menininho em outra realidade. (FREI LUÍS, 2012).

Acima, Frei Luís, padre missionário da Ilha Grande, fala de Kauã (5 anos em 2012, figura 75), “o Menino da Canoa”, que inspirou seu pai (construtor de barcos) para o novo nome do bar de sua esposa Neneca, mãe do menino. Kauã fala dos peixes, vive brincando e explica com muita precisão todas as partes que compõem um barco (figura 76 e 77), além de simular surfar com um isopor. De 2009 a 2012, foi possível acompanhar o crescimento de Kauã, de 2 a 5 anos, uma experiência interessante e emocionante.



Figura 75 - Kauã, “O Menino da Canoa”  
Fonte: Arquivo pessoal (2009)



Figura 76 - Kauã desenha e explica as partes que compõem um barco  
 Fonte: Arquivo pessoal (2012)



Figura 77 - Kauã, brincando de pescador  
 Fonte: Arquivo pessoal (2009)

Na vila do Aventureiro, moram, hoje, cerca de dez crianças até dez anos. Os que já têm idade para estudar, o fazem na escola da própria praia. É a primeira geração que tem um maior distanciamento do medo do presídio. Eles, assim como aqueles 16,19% de moradores de 0 a 15 anos, conforme ilustrado na Figura 79, os quais não eram nascidos quando da existência do presídio. Os medos que vivenciam são referentes à expulsão do Aventureiro, que é um medo que deve ser enfrentado politicamente e não com armas.

As crianças brincam na praia, acordam cedo, correm, andam de bicicleta, acham bichos mortos na areia (peixe, algum pássaro), que vão inspecionar. Outro dia, Kauã brincava de subir e descer um morrinho com um carrinho de mão com brinquedos dentro, mesmo contra a vontade de sua mãe. Ele tem músculos aparentes, em decorrência da atividade física constante.

Janaína (4 anos em 2012, figura 78 e 79) é neta de Luís, e amiga de Kauã. No dia da foto a seguir, ela brincava com girinos no córrego. Pegava os girinos, colocava-os em um copinho e depois jogava novamente na água: “tem que devolver para ele não morrer, né”, “ele é um filhote de sapo”, explicou ela.



Figura 78 - Janaina 4 anos, brincando com Girino  
Fonte: Arquivo pessoal (2012)



Figura 79 - Janaina (4 anos) e Kauã (5 anos)  
Fonte: Arquivo pessoal (2012)

A aproximação com o ambiente natural favorece muitas brincadeiras e atividades das crianças, mas não os distanciam da tecnologia. Os jovens e adolescentes possuem, usam, conhecem muito bem todo o universo tecnológico que qualquer outro adolescente ou jovem gostaria de possuir. Trazem também novos hábitos que aprenderam com os turistas, com os amigos da escola, com a internet. Só não usam constantemente a “rede”, em suas casas, pois não há oportunidade. Com tanto avanço tecnológico, é até difícil acreditar que não há iluminação pública e serviço adequado de telefonia no Aventureiro, mas essa é a realidade.

É a nova Era, tempos mais modernos com mais conhecimento das coisas, do mundo de hoje do século XXI, mais aberto. As crianças usam DVD e celulares, sabem tudo que eu não sei. Sabem pescar, mas mudam o jeito de viver, não tomam café com angu, tem que ter Nescau, comer queijo todo dia. Antes eu só colocava roupa nova em festa. Hoje eles já vão colocar, a roupa de casa deles era a roupa nova de antigamente. Vinícius (o filho) não usa roupa baratinha. Eu brigo, digo: “Vinícius você não é filhinho de papai não”. Ele fala: “mãe, roupa é pra usar. A roupa do dia a dia é a mesma de sair. Guilherme, se tiver rasgadinho, não quer usar. Acho que ficaram assim com a convivência com outras pessoas. Vinícius usou fralda de pano. Há 18 anos, era Pampers. Caro. Os outros já usaram descartável, hoje é mais barato. (CLÁUDIA “Pepeca” , 33 anos, 2011)

Estão nascendo no meio do turismo, os pais nasceram no presídio (Bibi, 31 anos em 2012, morador, não nascido no Aventureiro, com filhos nascidos, 2012)

Uma criança muda psicologicamente, porque o mundo a sua volta muda. Como muda à medida que cresce, desde sempre é agente de mudança e sujeito de todo o processo. O processo de continuidade dos papéis sociais tem relação com o que se mantém com a mudança. Isso será o que fica e disso depende a tradição como legado. “A criança descobre o que ela é ao aprender o que é a sociedade”, ao aprender a desempenhar os papéis que lhe são adequados, ao aprender, como diz Mead, "a assumir o papel do outro" (BERGER, 1989, p. 112). A interação dará significados aos papéis que serão desempenhados quando criança, adolescente e adulto. “Esse nível mais alto de abstração na resposta social é denominado por Mead de descoberta do ‘outro generalizado’ ” (BERGER, *ibidem*, p. 113). Nesse sentido, não há só uma expectativa familiar sobre a criança, mas uma expectativa da sociedade.

As mudanças de representação e identidade também estão relacionadas com o envelhecimento do indivíduo. Segundo Berger, a transformação da identidade, tanto quanto sua gênese e sua manutenção, constitui rito de passagem, envolve o repúdio de uma antiga identidade (como ser criança, por exemplo) e a iniciação numa nova identidade, como a de adulto (BERGER, *ibidem*, p. 117). Portanto, percebe-se que as variações identitárias, dentro do mesmo grupo social, também estão relacionadas às diferentes gerações que compõem o grupo. Ainda segundo o autor, na sociedade “os sistemas de controle têm necessidade

constante de confirmação e reconfirmação por parte dos controlados”. Entretanto, o agente transformador é capaz de intervir no sistema, o que pode representar uma ameaça ao grupo social. As mudanças, que acabam por ocasionar dramas sociais, podem ser geradas por transformação, alheamento ou manipulação e deslocam o grupo de seu ponto de segurança e comodidade, através das alterações da forma como se vive.

As transformações estão relacionadas à capacidade do indivíduo de convencimento e mobilização de seu grupo, que passa a compartilhar ideias e ações com o agente transformador (chamado de carismático por Berger). O alheamento é uma forma de manifestação mais silenciosa. Através do desprezo, ignora-se o outro gerando resistência. Já manipulação está relacionada à ação de burlar as normas para favorecer o microssistema, como a “si próprio” (BERGER, 1989). O alheamento tem sido uma forma de resistência usada pelos moradores, enquanto as novas gerações têm a oportunidade de ser agentes de mudança. Muitos jovens afirmam que pretendem estudar e levar melhorias ao Aventureiro.

Há muitas formas através das quais os homens são conscientizados, ou talvez se conscientizem, da passagem do tempo — marcando a mudança das estações, as alterações da Lua ou o progresso na vida de uma planta; pelo ciclo medido dos ritos, do trabalho agrícola, das atividades domésticas: pela preparação e programação de projetos e pela lembrança e avaliação dos projetos executados; pela preservação de genealogias, o recital de lendas ou o enquadramento de profecias. Entre as mais importantes, porém, está certamente o reconhecimento, em si mesmo e em seus companheiros, do processo de envelhecimento biológico, o surgimento, a maturidade, a decadência e o desaparecimento dos indivíduos concretos. A maneira como se vê esse processo afeta, portanto, e profundamente, a maneira como vê o tempo (GEERTZ, 2008 p. 168).

O reconhecimento dos seus pares, os modelos e as lideranças locais fazem-se essenciais para que as gerações do Aventureiro tenham referências do grupo, com as quais se identificam. Hoje, quando são questionados sobre aqueles que admiram, os jovens citam seus próprios familiares, os moradores da praia, como: “minha mãe, ela é sinistra, cria a gente sozinha”, “Dona Di”, “tia Célia”, “minha mãe Neneca”, “Tia Vera, por causa da luta e força”. Para uma comunidade tradicional, estas repostas mostram que os valores compartilhados no grupo são valorizados pelas novas gerações, que admiram e se espelham nos mais velhos. E quando questionados sobre as expectativas para o futuro, todos os que falaram a respeito dos jovens, os viram no Aventureiro, com futuro próspero e seguro para a família.

O que eu queria para daqui a 5 anos? O meu filho Vinícius trabalhando no INEA, os outros estudando. Eu acompanhando eles. Vagner trabalhando em terra na prefeitura, no INEA, a pesca varia muito. Queria que o povo que saiu voltando tudo. Pessoal do Verde, do Mário, do Rubem. Tia Vera mesmo quer voltar. (CLÁUDIA Pepeca, 33 anos, moradora, presidente da Associação dos Moradores, falando sobre o futuro, 2012).

### 3.4 REPRESENTAÇÕES POLÍTICAS E O PAPEL DA AMAV

Na Figura 80, a seguir, apresenta-se a identidade visual da Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro (AMAV).



Figura 80 - Identidade Visual da AMAV  
Fonte: Arquivo pessoal (2009)

Quando um indivíduo desempenha um papel, implicitamente solicita de seus observadores que levem a sério a impressão sustentada perante eles. Pedem-lhes para acreditarem que o personagem que veem no momento possui atributos que aparenta possuir, que o papel que representa terá as consequências implicitamente pretendidas por ele e que, de um modo geral, as coisas são o que parecem ser. [...] Será conveniente começar o estudo das representações invertendo a questão e examinando a própria crença do indivíduo na impressão de realidade que tenta dar àqueles entre os quais se encontra. (GOFFMAN, 2009, p. 25)

Os estudos da atuação política dos moradores, assim como dos agentes externos envolvidos nos dramas pelos quais a comunidade vem passando, são aqui descritos analisando-se as representações dos papéis tanto da AMAV, quanto dos sujeitos participantes da trama. A Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro (AMAV) nasce em um momento de necessidade de articulação interna para proteção e defesa dos moradores, com a função de representar a comunidade do Aventureiro no macroambiente político e legal. Sequencialmente, passa a atuar na normatização e controle do que se considera “comum” a todos, na vida em “comunidade”. O nascimento foi gerado de um parto turbulento, meio prematuro e às pressas, sem apoio de médicos ou parteiras, contando com a experiência dos recursos humanos ali existentes. Muitos pesquisadores narraram a “novela” que será aqui descrita, focando principalmente os conflitos que permeiam poder e território, associados a

temas como leis ambientais e direitos das comunidades tradicionais. O pesquisador Gustavo Villela Lima da Costa, em 2009, se referiu à história das primeiras experiências de liderança política do grupo no artigo “O Surgimento da Associação de Moradores do Aventureiro, Ilha Grande–RJ: Reconfigurações de Identidades e Usos Locais do Direito”. Este texto é importante para a visualização do detalhamento dos fatos que acometeram o grupo e que justificariam a urgência na criação da AMAV. Costa também trabalhou o assunto em sua dissertação em 2004 e em sua tese, em 2008. Alguns dos fatos destacados por ele são novamente aqui descritos.

Como já foi mencionado, em 1981 foi instituída a Reserva Biológica da Praia o Sul, cobrindo uma área de mata e praias. Dentre as praias incluídas na reserva, estava também a praia do Aventureiro e a praia dos Meros, ambas com residências. A praia do Aventureiro, conforme comprovado pelos moradores e visto na sua genealogia mostrada neste trabalho, é povoada há mais de quatro gerações. Há muito debate sobre a praia do Aventureiro, mas pouco se encontra sobre a questão da praia dos Meros. Segundo alguns moradores do Aventureiro e um morador de Provetá, “ninguém mexe com o pessoal dos Meros”. De acordo com o CODIG (2012), há uma “presença de ocupação ilegal na praia dos Meros”. Os “donos” da praia dos Meros são de fora, e conforme os moradores do Aventureiro, eles afirmam ter “comprado” a área da “marinha” e estariam, portanto, legalmente assistidos. Mas, este polêmico assunto não será aqui tratado. As “lentes” estão focadas nos moradores do Aventureiro, mais uma vez.

As sociedades contemporâneas regidas pela racionalidade técnica tornam-se de novo e aparentemente mais responsáveis pela gestão do mundo natural, do meio em que se inserem os grupamentos humanos. Elas abrem o Espaço e aí se entregam às rivalidades de poder. Elas exploram uma forma de energia – a do átomo – trazendo em si a capacidade de destruição absoluta ou, quando mais pacificada, o risco. Elas sentem a limitação de recursos em matérias-primas e energéticas, e estão envolvidas em uma guerra econômica endêmica. Elas se descobrem – e se confessam mais ou menos – culpadas de poluições e degradações da natureza. O drama se recoloca em uma cena cujos limites ultrapassam as fronteiras da sociedade. Reaparecem as entidades negligenciadas: Hélios, no centro das novas festas solares, torna-se um mensageiro do futuro. Entretanto a ligação poder/natureza se mostra de um modo mais cotidiano. Na gestão: a administração de Los Angeles gere o ar da aglomeração; os ministros do Ambiente começam a ser, aqui e acolá, responsáveis pela boa ordem do meio natural. No protesto: as lutas teatralizadas asseguram a defesa contra as poluições industriais e contra o estado antinatural criado nas megalópoles em expansão. O combate ecológico, recorrendo aos símbolos e espetáculos, também fornece a prova de que o poder é o culpado. Ele visa a definir a economia de outro modo (no que se relaciona com a natureza), as relações sociais e o regime político que as exprime (BALANDIER, 1982, p. 15).

Como detalha Balandier, a sociedade tem incutido esforços para reorganizar todos os problemas socioambientais modernos, os pós-modernos e ainda os acumulados da pré-modernidade. No caso específico da Ilha Grande, sua história mostra um local que foi ambientalmente “mexido”, desde os Tupinambás. Defende-se aqui que a “causa” da reserva biológica é tão meritória quanto a “causa” da permanência dos moradores em seu território, percebendo-se que ambos ainda estão vulneráveis nessa história. E o culpado é o poder.

No Aventureiro, a restrição à roça e à pesca, associada à implosão do presídio em 1994, fez crescer o turismo no local. E com o aumento da demanda turística, em 2000, surge um inquérito. Desde então, os mapas se fortalecem em cena, para que se faça valer um novo espaço. O espaço do papel.

O mapa tem o papel de representar o ambiente. O mapa é a representação, em superfície plana e em escala menor, de um terreno, país, território etc. Nesse sentido, é o ambiente que dá as coordenadas do que será representado no mapa. Entretanto, o arranjo político, legal ou econômico, é capaz de se sobrepor ao ambiente natural, fazendo com que o ambiente passe a se adequar ao mapa. Cabe ao território, nesse caso, adaptar-se às limitações impostas pelas restrições criadas, inventadas socialmente. Essa inversão mostra o poder do imaginário idealizado sobre o real. O território é delimitado pelo mapa; o concreto no ambiente é uma simulação do imaginado. É o mapa é quem agora dita o que é o lugar, como observa o sociólogo e filósofo Jean Baudrillard.

Hoje a abstração já não é a do mapa, do duplo, do espelho ou do conceito. A simulação já não é a simulação de um território, de um ser referencial, de uma substância. É a geração pelos modelos de um real sem origem nem realidade: hiper-real. O território já não precede o mapa, nem lhe sobrevive. É agora o mapa que precede o território – precessão dos simulacros – é ele que engendra o território cujos fragmentos apodrecem lentamente sobre a extensão do mapa (BAUDRILLARD, 1991, p. 8).

Os mapas a seguir (figura 80 e 81) mostram a posição do Aventureiro, da Reserva Biológica da Praia do Sul e do Parque Marinho do Aventureiro.

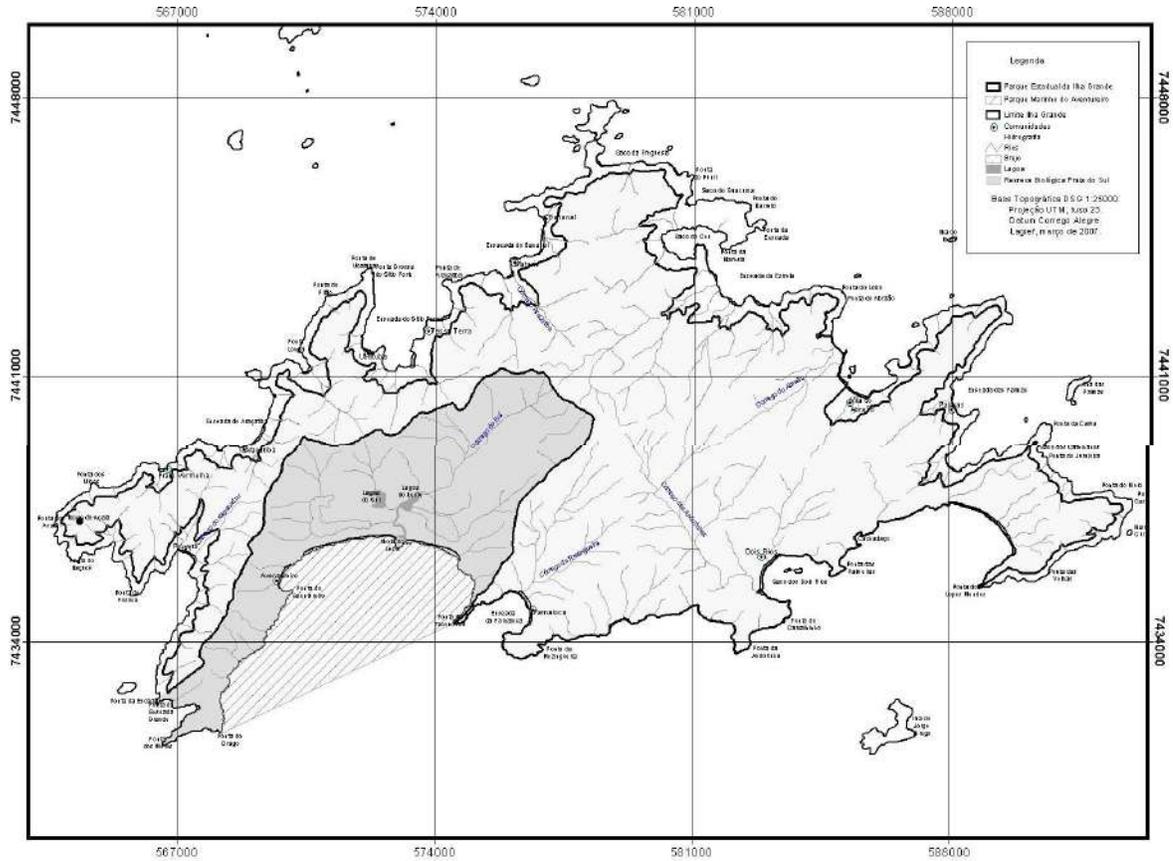


Figura 81 - Mapa da Ilha Grande, destacando a Reserva e o Parque Marinho  
 Fonte: Bidegain e Freschi (2009, p. 11)

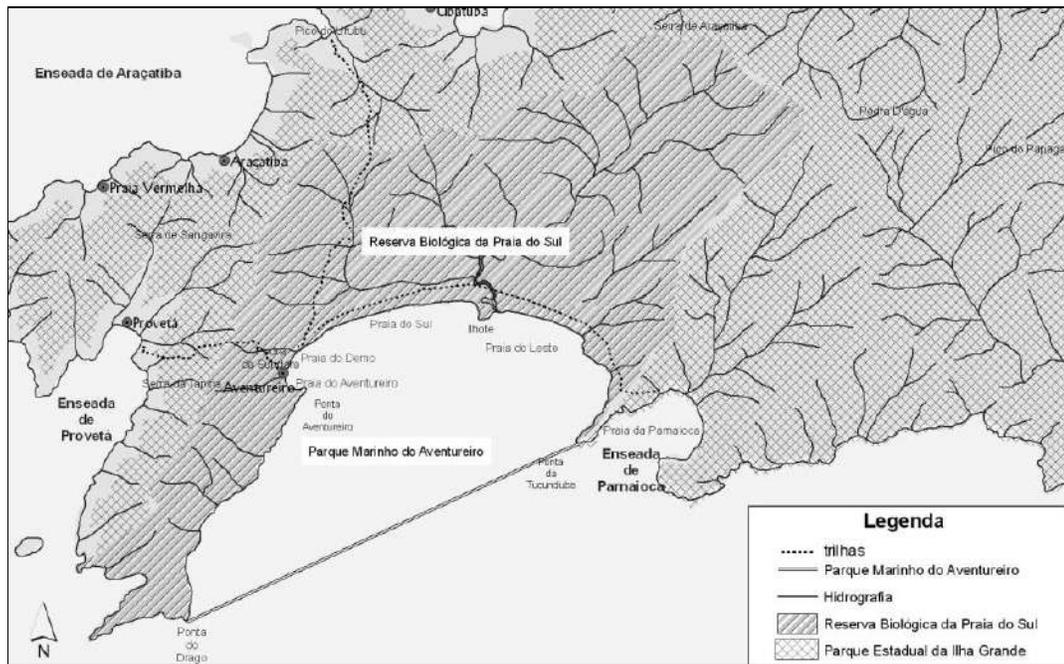


Figura 82 - A Reserva e os Arredores  
 Fonte: Bidegain e Freschi (2009, p. 11)

A AMAV foi criada em 2000, principalmente para defender a população do inquérito civil público aberto pela Assembleia Permanente das Entidades de Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA), através de Gerhard Sardo<sup>32</sup>, um dos seus coordenadores (COSTA, 2004), junto ao Ministério Público Estadual, que solicitava a remoção da população do Aventureiro do lugar onde vivia, visto se situar na Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul. O ápice dos conflitos se deu em 2006, através do novo processo jurídico proibindo o camping no local e gerando a remoção de turistas do Aventureiro, através da ação “Angra Legal”, que teve espaço na mídia e registro no Jornal “O ECO”.

Desperta de manhã cedo, toma café, dá um mergulho no mar, sai para uma trilha na Mata Atlântica. Volta para o acampamento, come um prato feito, toma uma cerveja, descansa um pouco, mergulha de novo, faz outra trilha [...] Tudo perfeito, a não ser por um pequeno detalhe. Esses veranistas, amantes da natureza, foram acordados em plena madrugada por uma tropa de fiscais que incluiu gente da Polícia Militar Florestal, do Instituto Estadual de Florestas, da Prefeitura de Angra dos Reis e da Capitania dos Portos. Apesar da escuridão da noite, barracas foram desarmadas e os turistas “convidados” a se retirar da Ilha (MENEZES, “O ECO”, 2006).

Entre os anos de 2000 e 2006, o conflito a respeito do uso do território da praia do Aventureiro passou para o campo jurídico, culminando com a proibição total dos campings no local, no ano de 2006, com a operação Angra Legal. A partir daí, a Associação de moradores passa a ter um importante papel nas negociações com o poder público. O Ministério Público Estadual instaura um segundo inquérito civil público em 2006, dessa vez demandando a permanência da população na praia do Aventureiro e a recategorização da Reserva Biológica em outra Unidade de Conservação compatível com a presença dos moradores. As identidades atribuídas como “tradicional” e “caiçara”, dessa vez são utilizadas na defesa dos moradores, se observarmos as atas de reunião do Ministério Público Estadual, em que estas identidades são amplamente utilizadas na defesa da permanência dos moradores, reificando-as, portanto, e constituindo um vocabulário comum para as negociações. A entrada do Ministério Público se insere também na dinâmica tutelar, como podemos observar nos próprios termos de fundamentação do inquérito em que o Ministério Público assume o papel de mediador autorizado e legítimo para tutelar os interesses dos moradores, que são definidos como “comunidade caiçara” (COSTA, 2009, p. 63).

Como consequência da reação AMAV, apoiada pela ONG SAPE, foi gerado o inquérito instituído pelo Ministério Público, que permitiu a permanência da população no local, exigindo a recategorização da área, passando de Reserva Biológica para outro tipo de unidade menos restritiva, além do desenvolvimento de um Termo de Compromisso de caráter

---

<sup>32</sup> “Em 2000, um dos coordenadores da Assembleia Permanente das Entidades de Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA/RJ), Gerhard Sardo (Jornalista, pós-graduando em Análise e Avaliação Ambiental (PUC-Rio), conselheiro titular no Conselho Nacional do Meio Ambiente, conselheiro titular no Conselho Municipal do Meio Ambiente de Niterói, coordenador regional da APEDEMA/RJ e coordenador do Centro de Referência de Justiça Ambiental (CEREJA) entrou com um inquérito civil público junto ao Ministério Público Estadual, em nome da APEDEMA, buscando os seguintes objetivos: remanejamento da população da Praia do Aventureiro (Reserva biológica) na Ilha Grande, prisão do então presidente da FEEMA, além de acusação de improbidade administrativa da prefeitura de Angra dos Reis, da FEEMA e do Instituto Estadual de Florestas (IEF)” (COSTA, 2003, p. 55).

transitório, acordando como as práticas no lugar seriam realizadas até que algo legalmente fosse definido. Isso ocorreu em 2006, mas, ainda hoje vale o compromisso, o acordo entre as partes, já que não há legalmente uma definição. Tal período de liminaridade do grupo, de “situação interestrutural”, “de transição entre estados” (TURNER, 2005, p. 137), já dura seis anos, desde a solicitação do Termo de Compromisso (em 2006) e trinta e um anos desde a criação da Reserva Biológica da Praia do Sul (em 1981). Cabia à AMAV, a partir de então, cuidar do cotidiano do turismo e das necessidades dos moradores do local, além de participar das reuniões com o INEA, a fim de discutir e assistir de forma consultiva (figuras 83 e 84) as decisões que, possivelmente, serão tomadas um dia, no futuro.



Figura 83 - Moradores participando de Assembleia em Angra dos Reis, 2010  
Fonte: Arquivo pessoal (2010)



Figura 84 - Assembleia em Angra dos Reis. Na mesa, Daniel Toffoli, da Gerência de Unidades de Conservação de Uso Sustentável (GEUSO); Dr. Lessa, Procurador Geral do Estado; Cristiane Benedetto, do SPU; Julieta Matos, Assistente técnico da SEA/SUPBIO; Alba Simon, da Alerj. No microfone, o líder da ONG SAPE..  
Fonte: Arquivo pessoal (2010)

Assim como ocorreu com o “turismo” e com a descoberta de constituírem uma “população tradicional caiçara”, a AMAV também “aconteceu” estimulada de “fora para dentro”. E para lidar com as questões políticas e as práticas de gestão, pode-se dizer que os envolvidos na AMAV contam principalmente com o conhecimento ambiental do local onde vivem, com a experiência que desenvolveram na articulação da proteção do grupo, durante o período do presídio, e com a competência da realização das atividades coletivas como pesca, roça e mutirões (COSTA, 2009). Devem-se considerar, ainda, a experiência e conhecimento de pessoas de fora que se casaram com nativos, assim como dos “nativos” que já não moram mais na localidade, mas participam da vida da comunidade. Pode-se afirmar que, até o momento, nunca tinha havido uma experiência de confronto político dos moradores deste porte, visto que todas as outras situações de embates ocorreram internamente na praia. E, para entrar na arena de batalhas, os dirigentes da AMAV, assim como os moradores em geral, valeram-se de suas experiências de vida, seus sentimentos e conhecimentos, segundo Bourdieu, como *habitus*, a fim de se mobilizarem politicamente. A noção de “habitus” engendrada por Bourdieu se aplica amplamente a essa situação.

A prática é, ao mesmo tempo, necessária e relativamente autônoma em relação à situação considerada em sua imediatidade pontual, porque ela é o produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus* - entendido como um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz. de percepções, de apreciações e de ações - e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas, que permitem resolver os problemas da mesma forma, e as correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidas por esses resultados (BOURDIEU, 1983, p. 65).

O *habitus* é a origem de uma destas séries de movimentos que são objetivamente organizadas como estratégias sem ser o produto de uma verdadeira intenção estratégica - o que pressupõe, no mínimo, que eles são percebidos como uma estratégia entre outras estratégias possíveis (BOURDIEU, 1977, p. 73).

*Habitus* surge, então, como um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais. Capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. *Habitus* é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano. Pensar a relação entre indivíduo e sociedade com base na categoria *habitus* implica afirmar que o individual, o pessoal e o subjetivo são simultaneamente sociais e coletivamente orquestrados. O *habitus* é uma subjetividade socializada (BOURDIEU, 1992, p. 101 *apud* SETTON, 2002, p. 63).

Os moradores sabiam que não estavam se organizando para retirar peixes do mar ou para se proteger contra presos. Dessa vez, o campo de ação era menos claro, possivelmente mais confuso e mais difícil de enxergar que os peixes percebidos pelos espias. São muitos os interesses turísticos, imobiliários, econômicos, de favorecimentos políticos, ambientais e sociais. E estes agentes não se colocam todos do mesmo lado. Estão distribuídos pelos vários grupos e os reais interesses podem estar escondidos. Não se trata de uma batalha contra a natureza e a favor do homem. Natureza e homem estão do mesmo lado, o lado de quem não tem poder de decisão. Trata-se de competição por mercados e territórios, através do domínio dos espaços. Percebendo-se esta complexidade do fato, houve o “acolhimento” da comunidade por diferentes agentes. Surgiram pesquisadores, universidades, ONG SAPE, ONG CODIG, advogados, políticos, FEEMA/INEA.

No caso do Aventureiro, os administradores de campings independentes passam a ser considerados, por alguns setores sociais, como competidores diretos com o grande capital e dos grandes investimentos turísticos da região. Esses grandes investimentos, por sua vez, são vistos com bons olhos pela administração municipal de Angra dos Reis, que procura altos impostos de uma política de turismo voltada para o público de alta renda. Além disso, é claro que os investidores do turismo possuem grande força política financiando campanhas em mais um exemplo claro de associação do grande capital com o governo (COSTA, 2009, p 65).

A disputa no campo jurídico é, portanto, uma novidade para a população do Aventureiro e para a Associação de moradores. [...] É nesse momento de crise, de mudança das “regras do jogo” que a população local descobre o “coletivo” no Aventureiro, quando a AMAV se torna um objeto de luta e um sujeito político (COSTA, 2009, p. 71).

Uma das estruturas que compõem o cenário do Aventureiro é a instalação, praticamente no meio da praia, da sede da Reserva Biológica da Praia do Sul, administrada pelo INEA (antes FEEMA), o qual controla a reserva. Essa presença “central” já é intimidadora, gerando um sentimento antagônico entre querer pertencer a essa organização (visto que muitos desejam ser funcionários do INEA e da prefeitura, por significar *status* dentro do grupo) e as reclamações e queixas que têm sobre os mesmos órgãos.

Durante as atividades do projeto “O Povo do Aventureiro – UFFRJ”, foi realizada, pelos moradores, uma encenação de sua história, como já foi dito, e um dos personagens era o “Sr. Osório<sup>33</sup>”, um funcionário da FEEMA e morador. A fala do personagem (assim como seu adereço usado na camisa) durante a performance era: “não pode”, “é proibido”, “é proibido” (figura 85). Percebe-se, através desse diálogo, representado na encenação, que a relação dos moradores com os órgãos ligados ao meio ambiente baseou-se, por algum tempo, em um monólogo.



Figura 85 - Personagem “Sr. Osório” representado pelo morador Zeca  
Fonte: Arquivo pessoal (2010)

De 2009 a 2012, foi possível ter contato com três presidentes da AMAV: Luís, Fabinho e Cláudia (Pepeca). De 2010 a 2011, o grupo (figura 86) era composto por moradores e não moradores, sendo presidido por Fabinho, que conduziu parte das negociações para a mudança de unidade de conservação no local. Em 2011, o grupo foi substituído por uma

<sup>33</sup> Antonio Osório, já falecido, era ex-combatente da 2ª Guerra e não havia recebido sua aposentadoria até os anos 1980. Um amigo da família, que frequentava o Aventureiro como turista, cujo pai também era militar, o levou ao Rio de Janeiro e ele pôde conseguir o dinheiro a que tinha direito. Antonio Osório era também funcionário, vigia da FEEMA e, com esses aportes, pôde se tornar o primeiro proprietário de barco no Aventureiro. Assim como a autoridade da dona da canoa a motor se concentrou, primeiro, na figura de D. Angelina, Antônio Osório centralizou a autoridade local em um segundo momento, suplantando não apenas as canoas que ficaram obsoletas diante do barco a motor, mas a autoridade de seus proprietários. Esse morador dispunha também de outros fatores de prestígio, além da posse do barco: sua idade, seu cargo na FEEMA e sua condição de ex-combatente da 2ª Guerra Mundial (COSTA, 2011, p. 514).

equipe formada somente por mulheres (figuras 87 e 88). Formação é explicada pela fala de uma das integrantes: “ao escolher as mulheres para a chapa fizemos questão de escolher a mais diversificada representação das famílias, com o intuito de minimizar conflitos e acho que deu certo”. A AMAV já havia tido uma presidente anteriormente, mas uma equipe completamente feminina, foi a primeira experiência. A essa altura, o termo “comunidade tradicional caiçara” começou a se solidificar. Em 2009, no início do projeto, havia uma insegurança muito maior sobre o “título caiçara” do que em 2012. A valorização e o assédio dos pesquisadores e da mídia, associados ao direito sobre o território, têm ajudado a consolidar um *script* padrão na fala dos moradores, cada vez mais convencidos da identidade. Alguns habitantes já incorporaram completamente o uso do termo. O camping do Sr. Zé, em 2012, usava uma placa indicativa “camping caiçara”. Luís, que já foi presidente da AMAV e participou de evento de comunidades tradicionais fora da ilha, afirma com propriedade a importância da preservação da cultura caiçara, mas com uma vida melhor do que aquela que ele teve quando mais jovem. Afinal, segundo ele, “somos caiçaras modernos”.



Figura 86 - AMAV (2010)  
Fonte: Revista Destinos (2011, p. 43)



Figura 87 - AMAV (2011)  
Fonte: Dados da pesquisa (2011)



Figura 88 - As oito mulheres da AMAV (2011): da esquerda para direita, Cleuzeli, “Tié1” (secretária); Leninha (Fiscal); Jaqueline (fiscal); Deise (ex-funcionária do INEA, vice-presidente); Claudia “Pepeca” (Presidente); Lúcia (Vogal - substituta); Luciana “Tié 2”(Fiscal); Cleuzenir “Tiriba” (Tesoureira).  
Fonte: Arquivo pessoal (2011)

Caminhando com os compromissos e cobranças de proteger, além de valorizar o papel da comunidade local, a associação tem seguido da melhor forma possível, com conflitos muito comuns a qualquer organização. No dia a dia, as rotinas da AMAV implicam realização de reunião mensal, controle de verba, pagamento e prestação de contas. E quando precisa agir,

no cenário externo, se percebe que sempre há o acompanhamento, principalmente de políticos, ONGs e pesquisadores.

Há uma preferência à Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), pelos pesquisadores, principalmente quando pertencente à área de Ciências Sociais. A RDS é uma categoria menos restritiva que a Reviu. Na RDS, é permitida a presença de população tradicional já estabelecida, não podendo ser donos de suas propriedades, portanto, sem poder vendê-las a qualquer pessoa que não seja também moradora ou ao Estado. Na comunidade, há ainda moradores que gostariam que a região se tornasse uma Área de Proteção Ambiental (APA), como é o caso de Abraão e Provetá. E eles brigam por suas preferências, articulando-se com agentes de fora da comunidade, capazes de intervenção. Como alguns consideram que a AMAV seja politicamente a favor da RDS e com a divisão de opiniões entre os moradores, chegou-se à tentativa de ser criada outra AMAV (chamada de Associação dos Moradores do Aventureiro, retirando a palavra “Amigos”), mas, até o momento, parece que não foi dada continuidade à proposta. Em 2012, a opinião de uma integrante da AMAV, sobre a relação dos moradores com a Associação, é a seguinte: “é péssima, entre os moradores, podendo existir graves conflitos, muitos não se falam, às vezes por discussões particulares, mas no geral por uns acharem que APA seja melhor e outros não”. Seguem algumas opiniões sobre o tema, que mostram um grupo dividido.

A RDS assegura a comunidade caçara não evoluir, evita que pessoas vendam a casa para qualquer um. A RDS assegura. A briga agora congelou, [...] muito processo contra (VOVÔ, funcionário do INE, 61 anos, 2012).

RDS ou APA só vão piorar... Queremos qualquer coisa que deixem vender a casa. O sentimento é de revolta, temos muita preocupação, revolta... A terra é nossa, nós moramos aqui. (EDNA, 22 anos, 2012).

Todo mundo fica assustado, com medo se a RDS é melhor mesmo. Acho estranho uma casa que não é minha, é pública e a gente paga Sistema de Patrimônio da União (SPU). É chato por causa da insegurança (ZULEIKA, 51 anos em 2011).

Eu, por mim, RDS, claro, é a melhor opção pra gente. (LUÍS, 50 nos, 2011)

É chato, é confuso, é triste não saber se pode ficar, se vão chutar-nos. Não tá esclarecido. O dono verdadeiro apareceu, um bancário (ZULEIKA, 50 anos em 2010).

A estrutura interna da AMAV é composta por presidente, vice-presidente, tesoureiro, vogal (substituto), secretário, 3 fiscais. Eles participam dos conselhos consultivos, mas não têm envolvimento com o desenvolvimento de um Plano de Manejo para o Aventureiro. Efetivamente foi constatado que, além do controle da entrada de pessoas e de dinheiro com o turismo e o pagamento das despesas e investimentos da comunidade, a AMAV teve outras preocupações, como reunir-se com a comunidade, para discutir a necessidade de investimento na localidade. Junto com pessoas de fora (pesquisadores, advogados, políticos e INEA), discutiu-se a proposta de recategorização da unidade de conservação. “Muito se falou, pouco se fez”, é o que falam os moradores. As lideranças da AMAV encontram dificuldades e parece que muito se aborrecem, quando estão no poder. Ouviu-se de um ex-presidente da AMAV que “nunca mais gostaria de voltar à presidência. Só estresse”. Seguem outros desabafos sobre como é liderar a associação do Aventureiro. Parece que quem experimenta o papel da presidência, e vê o que há por trás do *status* de liderança, não quer mais voltar ao palco para atuar. O que não é positivo, devido à importância dessa Associação para o desenlace que, um dia, está por vir e para alavancar o desenvolvimento do grupo.

Pergunta: Como é liderar a AMAV?

Marcar reunião com 30 pessoas, só ir 15. Só sabem criticar. Experiência que eu não gostei. Todo mundo só critica. Fizemos obra na ponte, “operação tapa buraco”. As pessoas não têm tempo para ir ao Rio de Janeiro, têm as tarefas domésticas. O legal seria se pudéssemos falar na Televisão o que está acontecendo. Falar com o Minc é difícil, Dilma é difícil, e a pior coisa de Angra é o prefeito (Presidente da AMAV, 2012).

Pegamos uma mulher de cada canto da praia, para diversidade e ajuda à comunidade. As pessoas poderiam participar mais e dar opinião nas reuniões. Quem é contra não vai à reunião (Vice-presidente da AMAV, 2011).

Quando as mulheres assumem as expectativas, as críticas parecem que tomam um tom de comparação, outras vezes de preconceito, julgamento ou questionamento da capacidade relacionada ao gênero. Deve-se considerar que as observações feitas estão também relacionadas às experiências familiares de cada uma dessas próprias pessoas, assim como a opinião vai variar de acordo com a posição de estar ou não participando do grupo.

Os homens brigavam muito, as mulheres são mais amigas, têm mais conciliação. Todas as mulheres são parentes, tudo na mesma família. Ninguém vai brigar. Espero que a AMAV possa melhorar as coisas no Aventureiro, arrumar a igreja. As mulheres que dão a palavra final (integrante da AMAV, 2011).

Mulher diminui a briga. A briga é com Raquel, que deu um soco na cara da Deise por causa do dinheiro da Associação (Moradora, 2011).

Não boto fé nas mulheres, os homens têm mais pulso firme, as mulheres podem sofrer preconceito pelos turistas e pelos moradores. A Associação é só fachada (Jovem moradora, 2011).

Tanto mulher quanto homem, ninguém resolve nada. Até agora não teve mudanças. Elas são mulheres, e os homens que tomam as decisões, eles que mandam na casa e na família, as mães e filhos obedecem. Mesmo o homem estando errado, sabe como é, elas abaixam cabeça (Jovem moradora, 2011).

Os problemas de gestão apontados são decorrentes da cobrança por uma forma de fazer que vai além do *habitus*. Se forem pensadas como eram tradicionalmente feitas as reuniões dos moradores do Aventureiro, elas teriam, no passado, um caráter de solução de alguma emergência, ou de confraternização, luto, sentido religioso, pesca e roça. Reunir-se para construção de um projeto, plano, estratégia, isso definitivamente também vem de fora e ainda é novo. Implementar algo desse porte, mais novo ainda. Não é preciso dizer que isso não significa que não saibam ou não possam fazê-los. Eles possuem inseguranças, ou não querem fazer, pois esperam uma solução de fora, do mesmo lugar de onde também vieram os problemas. Na verdade, não gostariam que nada disso estivesse acontecendo, e a maioria se mantém nesta posição: sem ação, se não há estímulo externo.

Após a crise de 2006, a Associação de Moradores se tornou mais importante e legítima e por consequência se tornou um cargo de prestígio e de importante peso político nas decisões, presente em reuniões com a FEEMA, Prefeitura e Ministério Público Estadual. A Associação teve sua legitimidade até exigida por órgãos públicos, assim como sua participação no processo de negociação e luta pelos direitos dos moradores. Dessa forma, esse novo cargo de prestígio também exerce uma pressão muito maior sobre seus dirigentes, que devem ser muito hábeis para contornar as desavenças e as exigências, tanto dos moradores, quanto dos órgãos públicos e que ficam presos em uma intrincada rede de obrigações sociais. A Associação de Moradores representa um novo canal de liderança local, baseado em outros fatores que não são os tradicionais (idade, posse de barco ou cargo público e do gênero masculino). Como exemplo podemos citar o fato de que seus presidentes já foram uma mulher, um morador que veio de fora e um jovem (COSTA, 2008, p. 14).

Os moradores desde 1981 são tutelados pelo Estado e, em decorrência disso, criaram um perfil menos mais passivo, o que é natural, face à cultura do medo que viveram no passado e ainda vivem. Parece que têm a esperança do aparecimento de um “herói”, alguém vindo de fora que possa salvá-los, trazendo um projeto ou uma solução. E eles algumas vezes aparecem. A dificuldade está em saber quem é herói ou pseudo-herói, como julgar cada um e quem vai julgar. A solução pode vir através da esperança de uma oportunidade para falar na

mídia, pode ser através de quem os representa na ALERJ, ou ainda um advogado, um político, uma universidade. Alguns personagens externos são importantes na história política que está sendo construída pelos moradores do Aventureiro. O conceito que cada um desses agentes tem sobre a identidade e representação da comunidade acaba por conduzir a forma como interferem nos destinos da população e do lugar.

O herói não é desde logo considerado como tal porque seria notadamente “o mais capaz” – de assumir o encargo da soberania, como afirma Carlyle. Ele é reconhecido em virtude de sua força dramática. Dela deriva sua qualidade e não do nascimento ou da formação recebida. Ele aparece, age, provoca a adesão, recebe o poder. A surpresa, a ação, e o sucesso são as três leis do drama que lhe dão existência. (BALANDIER, 1982 p. 7).

Uma surpresa foi gerada em 2012, durante a festa de Santa Cruz, quando um homem acompanhado de uma “corte”, chegou à praia. A “corte” era composta por alguns homens e mulheres, um *camera man* e um fotógrafo com câmera profissional. No primeiro momento, o homem era fotografado junto ao Coqueiro Deitado, e o que chamava a atenção era o fato de usar calça, camisa e sapato, a despeito de estar na areia da praia e em um dia de sol. Simpático, apertava as mãos das pessoas e conversava atenciosamente com todos, até se reunir com um grupo de moradores, sentando com eles. Aproveitando o ensejo, e parecendo uma figura conhecida e importante, esta autora decidiu entrevistá-lo. Tratava-se do presidente da câmara dos vereadores de Angra dos Reis, o qual, gentilmente, concedeu a entrevista, que foi também com muita atenção acompanhada por uma pessoa que se identificou como seu assessor. O entrevistado disse estar ali com a família para a festa de Santa Cruz, pois era amigo dos moradores, conhecia o lugar desde a década de 70, quando acampava nos arredores, e que havia estudado com uma pessoa que se casou com uma nativa. Afirmou que, desde 2008 (quando foi eleito vereador), acompanha o impasse da recategorização, por ser também advogado. O homem parecia agir de forma sincera, desde sua chegada, visto que transmitia uma certa “honestidade social” (TRILLING, 1971, p. 9 *apud* HANDLER, 1986, p. 3) ao falar com as pessoas e ao contar sobre sua relação com a comunidade de forma clara e direta, ainda que seu vestuário colocasse sua autenticidade sob suspeita. Considerando a autenticidade como a “constância do ser, indiferente do papel que execute” (HANDLER, 1986, p. 3), o entrevistado pode ser considerado autêntico, no caso de sempre se vestir assim quando vai a uma ilha, ou no caso ainda de, neste dia, por causa da festa vestir uma “roupa de missa”. Mas, pensando no tempo que levou para cruzar o mar (ainda que de lancha), estar de sapato, camisa e calça gerava um certo desencontro com o cenário. A despeito da implicância

desnecessária com o figurino, visto que cada um se veste como quer, a entrevista fluiu muito bem.

Ele falou sobre sua posição política a favor da criação de APA, explicando detalhadamente e, com muita propriedade, usando palavras bem acessíveis, sobre as vantagens e desvantagens de cada tipo de unidade de conservação. Falou que acreditava na possibilidade do desenvolvimento de uma APA, com uma política de proteção ambiental através de leis e explicou a diferença entre ambas as categorias, APA e RDS. No decorrer da conversa, disse o que achava da população. Como reconhece os moradores como uma população tradicional caiçara, sinalizou a importância de continuarem no território. E um sinal de longe, feito por uma mulher que o acompanhava, fez com que a conversa, que ele permitiu que fosse gravada, caminhasse para o encerramento. Seguem algumas passagens da entrevista

Ou seja, se foi proposto uma RDS, e aí a comunidade se dividiu. Quando a comunidade se dividiu, eles foram buscar ajuda em alguns lugares, em algumas pessoas. Por eu ter me eleito vereador em 2008 e por ser advogado e por ser amigo do “morador X”, ele me procurou. Aí, a partir de 2008, eu comecei a acompanhar, muito mais de perto, essa questão do Aventureiro. Aí participei de reuniões Qual a diferença entre uma coisa e outra? RDS, ninguém aqui é proprietário de nada, eles são usufrutários, ou seja, eles só têm a benfeitoria. Se eles quiserem vender, eles não podem. Isso passa a ser do Estado e eles passam a ser usufrutários disso aqui. Ou seja, eu tenho o uso e o fruto dessa área, mas essa área não é minha. E na APA? Na APA cada morador pode ser proprietário. (Fala do Entrevistado, 2012)

Pergunta: Um ponto positivo e negativo de ser RDS e positivo e negativo de ser APA.

Eu vou te dar o positivo de RDS. Por ser do Estado e eles não podem vender, você inibe o fim da comunidade, ela se permanece. Tá certo? Se você deixar que as pessoas tenham a opção de venda, é possível que com a exploração, vamos dizer, se eu chegar aqui com trezentos mil reais e oferecer numa casa dessa aqui, vão acabar vendendo e vão embora. Não é? Isso é possível acontecer. Com a RDS não acontece, porque eles são usufrutários, não podem vender e ninguém vai querer comprar. Na APA pode. Embora o acervo de preservação ambiental, você compra e dentro dos limites que estabelece as leis ambientais você pode construir, fazer qualquer coisa. Não se pode fazer empreendimento turístico, hotel ou coisa parecida. Essas são as diferenças básicas. E a favor do morador é que, na APA, ele é proprietário, na RDS, ele não é. A outra questão negativa da RDS é o seguinte: você só tem aquele número de pessoas e isso não está esclarecido ainda. O filho de A casa com a filha de B, esse casal pode construir uma nova casa aqui ou tem que ir embora? Isso não está claro. Então, isso é uma coisa confusa ainda na cabeça das pessoas. (Fala do Entrevistado, 2012).

Pergunta: O que a praia do Aventureiro tem de diferente das outras da Ilha Grande?

Eu acho que a sua característica original de população caiçara. As demais já são tomadas. Se você for na Longa, na Araçatiba, é, Praia Vermelha, Mataris, Bananal, você teve, os japoneses vieram pra cá, o outro lado, a parte da Ilha Grande que fica de frente para o continente, ela foi tomada pelos japoneses com fábricas de salga de sardinha. E eles transformaram isso em hotéis. E pela sua proximidade com o continente, as pessoas começaram a comprar, os turistas, vamos chamar assim, compravam pequenas propriedades e iam construindo casas. Então já está descaracterizado. O Aventureiro mantém a sua característica de população caiçara. Essa é a grande diferença entre o Aventureiro e as demais praias. Se você for à praia de Araçatiba, você vai encontrar paulista, carioca, de Angra dos Reis, do Mato Grosso, pessoas que já moram ali. Por falta de emprego começaram a pescar, porque é mole. Jogar a rede no mar é uma coisa mais fácil. Você tem aquelas profissões que só o pescador conhece, o proeiro – você sabe o que é o proeiro do barco? . (Fala do Entrevistado, 2012)

Há um desencontro na fala do entrevistado, com relação à APA e à valorização da “manutenção” da comunidade como “tradicional”. Todas as praias que, segundo ele, “foram tomadas” por “gente de fora”, por “japoneses”, foram transformadas em “hotéis” etc., são APA. Esse é justamente esse o mesmo argumento usado por aqueles que defendem a RDS. Foi criado o impasse, que não houve tempo de ser esclarecido. Durante a missa da festa de Santa Cruz, o entrevistado foi filmado pelo seu *camera man*, fez gravações como se fossem representações de entrevistas e tirou fotos (figura 89). Por alguns momentos, não era a festa a protagonista do espetáculo. A festa era apenas cenário, um elemento do pano de fundo, sendo a praia o palco para a apresentação do ator (GOFFMAN, 2009). As imagens capturadas por sua equipe se diferenciavam, em alguns aspectos, das fotos e vídeos realizados pelos turistas, porque as últimas tinham, na maioria das vezes, o destino do *youtube ou facebook*, para promoção de si mesmo, no estilo “estive no Aventureiro”, para recordação e reconhecimento. As imagens, tomadas pelo entrevistado, ainda seriam trabalhadas e preparadas, também, para a promoção de si mesmo. No entanto, seriam usadas no momento e lugar certos, com as falas adequadas e deixando claro que, por mais que a aparência, através do vestuário (calça, sapato, camisa, diferente dos turistas), não tivesse relação com o cenário, elas revelavam o *status* social do ator (GOFFMAN, 2009). Afinal, as tomadas de cena pareciam fazer parte de um espetáculo que ainda estaria por vir. “O espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens” (DEBORD, 2005, p. 9).



Figura 89 - Realização de Gravações durante a festa de Santa Cruz, 2012.  
Fonte: Arquivo pessoal (2012)

[...] a “teatrocracia”. É o regime permanente que se impõe aos diversos regimes políticos, revogáveis, sucessivos [...] monta um tribunal teatral para todas as manifestações da existência social, notadamente as do poder: os atores políticos devem “pagar seu tributo cotidiano à teatralidade” (BALANDIER, 1982 p. 5).

A imagem pode ter representações plurais, de acordo com seus usos. As fotos mostradas anteriormente, com mesmo cenário e paisagem, podem fazer parte, ao mesmo tempo, de três espetáculos diferentes: para o turista, o espetáculo de lazer; para o entrevistado, espetáculo eleitoral; e para o entrevistador, um espetáculo científico. E cada um fará um discurso diferente e necessário para contextualizar a cena registrada. Entende-se que a pouca quantidade de moradores do local não representa suficientes eleitores para se ganhar uma eleição. Mas a adoção de uma coisa que se acredita, que é polêmica, que rende espaço na mídia, pode ser interessante e ajuda a dar visibilidade ao candidato, que é amigo da comunidade e participa de suas festas tradicionais. O entrevistado, nas eleições de 2012, foi eleito novamente, sendo o terceiro mais votado no município de Angra dos Reis.

A adoção de causas também parece ser a escolha de Gerhard Sardo, o ator político que abriu o inquérito em 2000, exigindo a retirada dos moradores. De acordo com o seu blog, ele afirma a importância que teve a abertura do inquérito, devido à falta de organização do turismo desenfreado no Aventureiro e lembra atuações escusas da empresa “Boat Club

Brasil”, que estava articulando a construção de pousadas e resorts na área de reserva, além de um “investidor financeiro”, que objetivava especulação imobiliária no local. Há sempre um inimigo que precisa ser vencido. O jornalista e analista ambiental Gerhard Sardo foi secretário municipal de Projetos Especiais de Niterói, candidatou-se nas eleições de 2012 e, atualmente, é suplente de vereador no município. O curioso, ou o incongruente, é o mesmo indivíduo, que exigiu a retirada dos moradores da Praia do Aventureiro em 2000, escrever em seu blog, em 2009, apoiando a ação da Associação de Moradores da Parnaióca, que pede a permanência no local. Como “diria Heráclito”, “o mesmo homem não entre duas vezes no mesmo rio”.

A intenção da líder comunitária é assegurar o cumprimento da lei estadual nº 2.393, de 20 de abril de 1995, que dispõe sobre a permanência de populações nativas residentes em unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro. Não há dúvida que, por sua posição geográfica privilegiada na Ilha Grande, a praia da Parnaióca detém uma função estratégica na implantação do Parque Estadual da Ilha Grande e, por isso, deve ser um exemplo de diálogo dos órgãos públicos com sua comunidade tradicional. O tempo da intolerância já findou. Hoje exigimos o diálogo. Que os direitos dos herdeiros da comunidade tradicional da praia da Parnaióca sejam respeitados (GEHRARD SARDO. SARDO, 2009).

[...] é bem nítido no discurso do ambientalista Gerhard Sardo, que se baseou nos termos da lei do SNUC para instaurar o primeiro inquérito civil público junto à procuradoria geral do Estado, no ano de 2000, solicitando "o remanejamento da comunidade em virtude da descaracterização da cultura das comunidades tradicionais do Aventureiro", pois o que resguardava os direitos desta comunidade "era a manutenção de sua cultura" e que "essa cultura não existe mais, que seria a pesca de subsistência e toda uma série de atividades que antes eram vistas lá e que não são mais identificadas [...] porque hoje, esta comunidade do Aventureiro, infelizmente, se tornou um fator gerador de destruição, de turismo predatório do ambiente natural [...] o pescador tradicional não pode atrair milhares de turistas, na base de 4 a 5 mil a cada verão, a cada carnaval, numa praia que tem por volta de 200 habitantes (COSTA, 2008, p. 168).

Outros agentes também participam do enredo do Aventureiro, cada um deles com um interesse distinto: a ONG CODIG - Comitê de Defesa da Ilha Grande, que acompanha o desenvolvimento da ilha como um todo; a ONG SAPE - Sociedade Angrense de Proteção Ecológica, que acompanha a AMAV nas atuações políticas e realizou o evento “Cine Bola” (figura 90) na localidade; a UFRRJ, que realiza o projeto “O Povo do Aventureiro: Desenvolvimento de Turismo de Base Comunitária” em parceria com o CODIG e a AMAV; o INEA, através das reuniões e ações de controle na comunidade. Norma Crud, Alba Simon, Magnanini e tantos outros personagens que poderiam realizar outro encontro de “cinema caiçara”.



Figura 90- Cartaz do Evento Cine Bola de 2008, realizado pela ONG SAPE, ocorrido em 2008.  
 Fonte: Arquivo pessoal (2009)

Ao longo deste processo, ainda em curso de mudança social, foi possível observar de que forma são criadas identidades, que passaram a determinar em grande parte a legitimidade ou não da permanência dos moradores no Aventureiro e que foram amplamente utilizadas tanto como fator de acusação, quanto de defesa, - tais como “caiçara”, “população tradicional”, entre outras - e de que maneira a sobrevivência do povoado do Aventureiro depende da apreensão e interpretação deste novo capital simbólico, que vem sendo apropriado localmente em um processo histórico de interação e de circulação de diferentes tradições de conhecimento entre os vários agentes sociais, tornando possível o estabelecimento de um diálogo entre as partes, mediado pelo Ministério Público e pela ação personalizada de cada um dos procuradores, dos funcionários públicos e dos moradores, entre outros. Neste sentido utilizo a premissa de Barth de que os grupos sociais não constituem unidades fechadas, e autocontidas, cujo contato com outras unidades pode representar uma ameaça para suas “identidades” (COSTA, 2009, p. 73).

No decorrer de sua história toda cidade se enriquece de lugares aos quais pode ser atribuída uma função simbólica [...] São os teatros onde se apresenta a sociedade “oficial” [...] (BALANDIER, 1982, p. 11).

Cabe destacar que o mais importante de toda essa experiência é a afirmação do espaço político dos moradores, através do reconhecimento de sua identidade como agentes de representação do grupo.

## 4 IDENTIDADE MANIFESTA

### 4.1 VIDA NA ILHA, CASAS E OBJETOS

Todas as casas no Aventureiro têm uma abertura, como porta ou janela, na direção do mar. Entre todas as casas e camping visitados, apenas três delas não era possível ver o mar e ainda que não desse para vê-lo da casa ou do quintal, é possível sentir sua presença pelo vento, pelo cheiro e pelo som das ondas em qualquer parte da vila. O mar é a parte mais importante para que o todo da ilha se situe no espaço. A água em oposição a terra sinaliza a fronteira da descontinuidade do continente. O caminho percorrido através do mar no inverno leva mais tempo que no mar de verão. E o tempo do mar de ressaca, ou o tempo do mar acometido pelo vento sudoeste, pode impedir ou dificultar bastante o cruzamento desse espaço marítimo. Dessa forma, dois elementos exercem poder sobre o mar: o vento e as marés. A sensação é de que os moradores do Aventureiro se tornaram especialistas no reconhecimento e decodificação desses “elementos invisíveis da natureza”, que não são previamente percebidos por outras pessoas vindas de lugares diferentes de fora da ilha, principalmente do mundo urbano. Eles sabem sobre o vento e as marés e dão diagnósticos através de consultas realizadas diretamente nas fontes, com assertividade igual ou maior do que a busca da previsão do tempo na internet. Isto não significa que descartem as informações da referida rede, haja vista que, para isso, hoje alguns moradores já fazem esse tipo de consulta, principalmente os mais jovens, mas com a vantagem de ainda disponibilizarem de duas tecnologias: a percepção humana e a criada pelo homem.

A percepção humana é o resultado da interpretação do que é obtido através dos sentidos como visão, audição, paladar, tato e olfato. A certeza e a intuição sobre o tempo e as marés aparecem como o resultado do *habitus* associado à leitura interpretativa dos sinais da natureza no dado momento. Nesse caso, nada é fundamentado em leis da física, química ou biologia, sendo apenas comprovado pela experiência e pelo tempo de vida em relação com o ambiente, favorecidos pela insularidade e pelo isolamento tecnológico do lugar. Os moradores conhecem e traduzem os códigos, como pode ser observado no diálogo a seguir. É comum ocorrer cenas como esta em que os visitantes ficam preocupados e receosos com a possibilidade de fortes chuvas, pela intensidade de relâmpagos e trovões, e os moradores, calmamente, afirmam que, quando tem barulho, não é para se preocupar, é “chuva de trovoadas”.

- É chuva? (Pergunta do visitante)
- Não, é trovoada. (Resposta do morador)

Observou-se que no fluxo de ida para o Aventureiro, chegar à ilha pode significar voltar para casa, no caso de um morador, ou chegar ao campo, no caso do pesquisador. Para um trabalhador do INEA, não ilhéu, significa ir trabalhar; para o turista, aventura, fuga, estar no paraíso e para um ex-morador, festa, matar saudade, visitar parentes e marcar território. Da mesma forma, o fluxo contrário, de saída da ilha em direção ao continente, também tem significados distintos: para o morador, está associado a fazer compras, a trabalhar, a ir ao médico, visitar parente, estudar, namorar. Para o pesquisador, é voltar para casa trazendo um quebra-cabeça, com a possibilidade de ter deixado algumas peças que ainda precisarão ser buscadas novamente, ou que nunca serão encontradas, gerando o sentimento de algumas questões ainda abertas, por mais que se possa ver bem o desenho que tal quebra-cabeça proporciona. Para um trabalhador do INEA, significa descanso; para um ex-morador, voltar para casa com notícias atualizadas acerca de parentes e do território, ou ainda descansar da festa; e para o turista, é voltar para a realidade. De acordo com o “temperamento” do mar, do vento e das marés, esses distintos grupos podem compartilhar sentimentos comuns durante a viagem no barco.

Algumas vezes, o mar fica inóspito, principalmente no percurso próximo à chegada ao Aventureiro, ao lado de costão rochoso. Quando isso acontece, percebe-se que todos os passageiros, a par de sua procedência, assim como os tripulantes, só desejam uma coisa: desembarcar logo em terra firme. Durante as atividades em campo, intercorrências fluviais como essa geraram, algumas vezes, a não continuidade do percurso, com retorno a Angra dos Reis, ou encurtamento do trajeto, atracando em Provetá ou na Praia Vermelha e perfazendo o restante do caminho pela trilha ou esperando o dia seguinte, para cumprir o percurso em outro barco. Os homens, moradores da ilha, parecem desfrutar mais esses momentos de tensão nas travessias do que as mulheres. Eles se agitam, conversam seriamente, falam mais alto palavras do jargão dos homens do mar, como: “de leste”, “de oeste”, “de proa”, “de popa”, “boreste”, “bombordo”. Talvez pareça que falem mais alto, pois todos estão em silêncio profundo, face à preocupação, mas o agito dos homens e a segurança do mestre do barco fazem com que a esperança dos passageiros sempre fique mais firme. Algumas vezes os homens brincam e riem das caras apavoradas de alguns passageiros, mas sempre acolhem a todos, perguntando se estão bem, quando alguém “passa mal” vomitando. Eles sempre vão à pessoa para saber se está melhor.

É como se esses homens, que entram em cena no mar, não fossem os homens da terra; são outros homens: mais fortes, espertos, conhecedores e intuitivos. Eles se enchem de autoconfiança, de certeza, de todo sentimento de que necessitam para superar uma dificuldade, ao liderar um grupo que fica completamente à mercê das decisões do mestre e da tripulação. Quando chegam à ilha, contam para seus pares e turistas, com expressões satisfeitas, postura e ar de vencedores, sobre o desempenho para o controle do barco. Essa história acaba por gerar a lembrança de outras, tanto suas como de outros moradores. Quando a narrativa traz “o outro” como protagonista, sempre é seguida de explicações do que era realmente “o melhor a ser feito”, iniciando sempre por “o que ele tinha que ter feito ali naquela situação era...”, ou “o correto mesmo era ele ter voltado”, ou ainda, “dava para vir, ele que ficou com medo”. Suas mulheres ouvem e acrescentam informações heroicas sobre seus homens. Nenhuma mulher, durante a narrativa das histórias dos homens (maridos ou filhos), discordou ou diminuiu a proporção da atuação dos mesmos. Elas sempre acrescentaram dados que mais os fortaleciam como heróis. Muitas vezes, eles pedem a elas que confirmem o que estão contando, falando: “quer ver, vou perguntar para a ..., para você ver que eu não tô mentindo, não é, ....? Conta pra eles...”. Elas confirmam e acrescentam informações que laureiam ainda mais os heróis argonautas, gerando uma relação de confiança, segurança e certeza entre eles, advinda da admiração dos feitos heroicos com relação ao domínio das águas. A superação de travessia difícil faz com que muitos que estão no barco se expressem da seguinte forma: “parece que nasci de novo”.

O mar é então relacionado com a figura materna, o líquido amniótico protetor que envolve o feto, e a ilha é o símbolo da própria figura materna, o útero protetor. Inúmeros mitos e lendas atestam a presença do mar e da ilha na constituição do mundo e na criação da cultura. Essas imagens e representações estão muito presentes na literatura e na arte ainda hoje. Para Jung, o mar é o símbolo das águas maternas, fecundas e criadoras, símbolo do inconsciente (DIEGUES, 1998, p. 8).

Relacionando o sentido do mar associado ao líquido amniótico, conforme o olhar analítico junguiano, apresentado por Antônio Carlos Diegues, ao sentimento de nascimento com a chegada à ilha, pós-travessia, pode-se afirmar sobre o alto grau de valor emocional dado ao acolhimento das famílias, ou das pessoas que estão em terra firme, ao “recém-chegado” ou “recém-nascido”, indiferente da travessia ter sido complicada ou não. Quanto mais complicada ela tiver sido, maior o grau de necessidade de acolhimento social. O acolhimento também pode ser observado, dentro das relações sociais do grupo, como uma forma de proteção, a fim de manter o grupo coeso. Outras formas simbólicas de representações sociais serão desenvolvidas a seguir.

Não sei é até perigoso dizer essa característica, mas, eu vejo que, assim, as pessoas são muito inocentes, são muito puras. É... Posso dizer em relação à Ilha, mas em relação a toda realidade que nos cerca, não é? Eu vejo essas pessoas, elas são muito puras, inocentes, são muito abertas, são muito dadas, são muito acolhedoras, não é? Mas, às vezes, isso nem sempre pode ser muito positivo, porque, hoje em dia, há muita maldade, não é? Há pessoas, às vezes, com... Às vezes, para tirar proveito desta situação podem iludir e enganar também. Então assim, são pessoas muito... Que são muito abertas, não é? Que não veem maldade, que não veem maldade nos outros, não é? Acolhem a todos [...] (Frei Luiz, 2012).

Ao falar de si, os moradores preferem usar: “sou da Ilha Grande” que “sou ilhéu”. Isto mais rapidamente faz com que o interlocutor o situe no espaço. A mesma ideia foi usada por moradores que inseriram um mapa da Ilha Grande no desenho para representar o Aventureiro. A explicação foi que, dessa forma, o observador da imagem logo localizaria o Aventureiro no espaço. Acredita-se que a afirmativa, “sou da Ilha Grande”, gere uma identificação com alguns valores desse local, mas não traduz a especificidade de viver em uma “ilha” como morador do Aventureiro. Afirmar ser da “Ilha Grande” também não significa que estão dizendo que todos os moradores da Ilha Grande sejam iguais. Trata-se apenas de uma forma de localizar, pela maior probabilidade de conhecimento, o lugar, guiando-se pelo pensamento: “é mais fácil alguém conhecer a Ilha Grande que o Aventureiro”. Percebe-se que, quando fazem referências à vida de morar na ilha, à vida de ilhéu, usam a expressão “sou do Aventureiro”, “moro no Aventureiro”. “Morar na Ilha Grande”, portanto, está relacionado com a região, com a localização e a descrição geográfica. Representa que se vive em uma ilha, em meio a uma floresta de Mata Atlântica, envolta ao mar oceânico, pertencente à cidade de Angra dos Reis. Tem relação com ser fluminense, pertencer a uma zona eleitoral determinada e ter uma prefeitura responsável pela gestão da cidade. “Morar no Aventureiro” corresponde ao lugar. Às experiências vividas no dia a dia, narradas pelos moradores através das falas que exaltam a admiração da beleza do lugar, juntam-se as dificuldades e as articulações para a superação das mesmas, os conflitos, a vida em família e em comunidade. Por mais que haja traços de semelhança entre os moradores de lá com os outros ilhéus da Ilha Grande, ou ainda, ilhéus que possam ser considerados caiçaras de outra região, a vida do Aventureiro é distinta, porque as experiências usufruídas na região assim o são. A “região” diferencia-se do “lugar”, porque no segundo, a vida da sociedade pulsa, gerando relações e percepções dessa relação social.

Segundo Santos, o lugar se cria e se renova a cada movimento da sociedade. Esses movimentos são impulsionados pelo trabalho, localizados pelo tempo através dos objetos de produção e dos objetos produzidos. Além disso, o lugar, em relação à totalidade, é a fragmentação, a unificação e a individuação, dentro da globalização. Nesse sentido, os lugares podem ser vistos como um intermédio entre o Mundo e o Indivíduo, ligados através das ações das pessoas que unem o universal

ao particular, fazendo com que o universal levado ao lugar tenha ali uma particularidade (SANTOS, 2006).

E esta sobreviva como Particular, ao movimento do Todo, para ser ultrapassada pelos novos movimentos. A particularidade ultrapassada precede a universalidade atual e sucede à universalidade defunta. Há, pois, um movimento interativo no qual particularidade e universalidade fertilizam-se mutuamente (SANTOS, 2006, p. 80).

De acordo com o geógrafo Yi-Fu Tuan, os lugares são espaços geográficos diferenciados, dotados de valor, construídos à medida que o lugar é conhecido (TUAN, 1983, p. 7), ou seja, que é vivido, experimentado. Acrescenta-se ao pensamento do autor, a lembrança de que os “espaços geográficos”, de acordo com Stuart Hall (2006), podem ser reais ou imaginários. E pode-se pensar que há lugares construídos na perspectiva de “espaços virtuais”. Portanto, aplicando-se o conceito usado por Tuan a esses diferentes tipos de “espaços”, vê-se a importância da experiência vivida para que o lugar se caracterize. De acordo com Tuan, as experiências são constituídas de pensamento e sentimento e dão ao lugar a sua unicidade. E as experimentações geram a certeza, a previsibilidade. Segundo Tuan, “o lugar é segurança e o espaço é a liberdade, estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. Não há lugar como o lar” (TUAN, 1983, p. 3). O autor ainda afirma que a experimentação é dependente dos sentidos humanos para que seja decodificada e traduzida a um significado para o indivíduo. “Experenciar é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência. O que pode ser conhecido é uma realidade que é um constructo da experiência, uma criação de sentimento e pensamento (TUAN, 1983, p. 10). E as experiências estão ligadas ao cotidiano da vida no lugar, de acordo com Santos.

O espaço é experienciado quando há lugar para se mover. Ainda mais, mudando de um lugar para outro, a pessoa adquire um sentido de direção. [...] O espaço assume uma organização coordenada rudimentar centrada no eu, que se move e se direciona. Os olhos humanos, por terem superposição bifocal e capacidade estereoscópica, proporcionam às pessoas um espaço vivido, em três dimensões. [...] Tocar e manipular coisas com as mãos produz um mundo de objetos – objetos que conservam sua constância de forma e tamanho. Avençar até as coisas e brincar com elas revela sua descontinuidade e a sua distância relativa. O movimento intencional e a percepção, tanto visual como háptica, dão aos seres humanos seu mundo familiar de objetos dispaes no espaço. O lugar é uma classe especial de objeto. É a concreção de valor, [...]; é um objeto no qual se pode morar. Por isso o espaço pode ser experimentado de várias maneiras [...] (TUAN, 1983, p. 13-14).

No lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições - cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens

precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 2006, p. 218).

Quem chega ao Aventureiro tem a sensação de que a vila de casas foi sugada pela vegetação (figura 91). Com relação à descrição da organização física dos espaços e composição do cenário, a vila do Aventureiro, ou praia do Aventureiro, como é também chamada, trata-se de uma comunidade que vive entre o morro com mata, a praia e o mar. As casas são simples e foram referidas, por alguns moradores, com o título de “caiçara”, sempre no sentido de justificar a simplicidade. A infraestrutura existente, para uso e manutenção da vida no local, é composta por famílias organizadas, que vivem como vizinhos em um espaço próximo, constituído por casas nas quais, na maioria das vezes, vivem famílias nucleares. A vila é composta por residências localizadas na praia, ou entre a praia e o morro, ou ainda no morro.

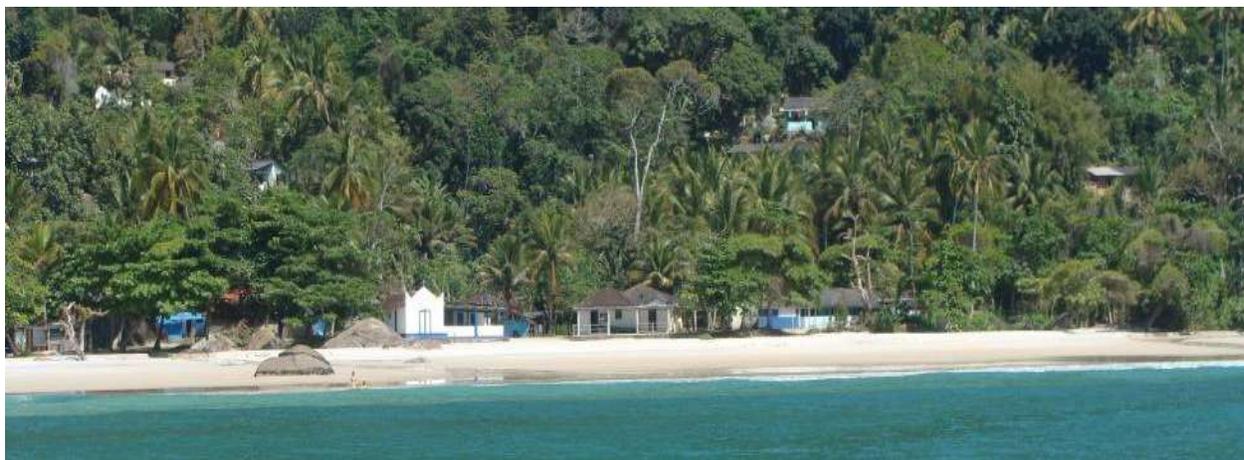


Figura 91- Imagem panorâmica da chegada ao Aventureiro  
Fonte: SEA (2009, v. II, p. 10)

Há dezoito campings, declarados e acordados formalmente, sendo que, em sua maioria, são os próprios quintais das casas. Apenas três campings não estão nos quintais, tendo suas áreas separadas das casas dos donos. São eles: o camping da Neneca, do Verte e do Ednaldo. A maioria das casas compartilha geradores entre os parentes e alguns vizinhos. Existem casas de farinha ativadas e algumas desativadas, que viraram casa de máquina, comportando o gerador. Há, ainda, no cenário do Aventureiro: a escola municipal Manoel Osório Correa, o cais, a sede do INEA, a igreja de Santa Cruz, os ranchos para os barcos, canoas e redes. Em algumas casas, geralmente onde existe camping,

há bar, venda de café da manhã, almoço, jantar e lanche, pequena “vendinha” ou mercearia, nos quais podem ser encontrados produtos de conveniência.

<b>Edificação</b>	<b>Qtde.</b>
Casa	47
Sede RBPS/INEA	2
Escola (municipal)	1
Igreja (de Santa Cruz)	1
Rancho	6
Edícula com gerador de energia	16
Cais	1
Fonte: GT Aventureiro	

Tabela 2 - Composição da Vila do Aventureiro  
Fonte: Bidegain e Freschi (2009, p. 32)

O abastecimento de água vem direto dos reservatórios oriundos das nascentes. Diferentemente de trinta anos atrás, todas as casas atualmente possuem banheiro, mas nem todas possuem água quente. Os moradores têm modernizado a frota de embarcações, sendo comum a troca de barco, mas com a permanência de seu nome. Como exemplo, pode-se citar o caso de Verte, que tinha uma traineira de madeira denominada “Amanda” e a trocou por um barco de fibra, mantendo o nome anterior.

Um morador destaca que percebe a diferença entre “camping no quintal” (figura 92) e “camping fora do território da casa”. Ele acredita que há distinção entre ambos e, por isso, afirma que “camping mesmo só existem dois ou três no Aventureiro”, apontando aqueles que são fora do quintal. A seu ver, no primeiro caso, o morador acaba por compartilhar espaços, como banheiro, com os turistas. Para ele, isto é um fato interessante, “pois assim pode controlar aquilo que está acontecendo”, mas ressalta que esse tipo de espaço não deveria ser considerado “camping”. Assevera, então, que o camping separado da casa, em outro terreno, dá mais status a seu dono do que o aquele compartilhado no quintal.



Figura 92- Camping do Aventureiro, no quintal do morador  
Fonte: Arquivo pessoal (2009)

No Aventureiro não existem nomes de ruas, pois elas não existem. Para se encontrar alguém, é necessário conhecer outras referências, como um nome da pessoa, de um camping, ou outra coordenada, como por exemplo: “perto do camping do Valdomiro”. Pode também ser dada uma referência de um elemento do cenário, como: “do lado esquerdo da Igreja”, “atrás da escola”. Segundo Da Matta, “para que se possa ver e sentir o espaço, torna-se necessário situar-se” (DAMATTA, 1997, p. 29).

Costa destacou a seguinte apreciação acerca da Vila do Aventureiro e de seus moradores entre os anos de 2004 a 2008:

Na praia do Aventureiro vivem cerca de cem pessoas, que estão distribuídas em pouco mais de trinta casas. Em geral, as casas dos membros de uma mesma família nuclear se distribuem ao redor da casa dos pais nos terrenos contíguos. Um morador só podia, na época da pesquisa, construir sua própria moradia com autorização da FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente), quando se casa e constitui sua própria família, em um acordo tácito entre os próprios moradores e os funcionários do órgão ambiental. Em função das proibições da lei ambiental, que atuam ali desde a criação da Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul, no ano de 1981, percebe-se que a proibição de construir novas moradias fez com que as casas habitadas tenham todos os seus cômodos ocupados por moradores, em uma situação de superlotação de algumas casas (COSTA, 2011).

A situação de 2009 a 2012 continua a mesma, só que agora o INEA substitui a FEEEMA. Afora as decisões políticas, buscou-se sair do público em direção ao privado, a fim de compreender as casas, os lares, os objetos familiares existentes e consumidos pelas famílias. Para isso, perguntou-se aos moradores como eram suas moradias e se podiam mostrar suas casas. Durante a apresentação do lugar da família, a conversa se dirigia ao significado da casa e quais eram os objetos de mais estima e importância.

Assim, qualquer evento pode ser sempre "lido" (ou interpretado) por meio do código da casa e da família (que é avesso à mudança e à história, à economia, ao individualismo e ao progresso), pelo código da rua (que está aberto ao legalismo jurídico, ao mercado, à história linear e ao progresso individualista) e por um código do outro mundo (que focaliza a ideia de renúncia do mundo com suas dores e ilusões e, assim fazendo, tenta sintetizar os outros dois). Os três códigos são diferenciados, mas nenhum deles é exclusivo ou hegemônico em teoria (DA MATTA, 1997, p. 48).

Para Prassinis, no artigo *Les Machines Infernales*, constante do livro *Technologies du Quotidien: La Complainte du Progrès* (1992), muitas vezes, os objetos de um lar, do cotidiano ficam “invisíveis. Segundo Prassinis, as máquinas e os objetos do cotidiano de um lar acabam não sendo percebidos, pois somem na rotina do dia a dia. No decorrer da apresentação, pelos moradores, de suas casas e objetos, percebeu-se que as respostas dadas eram precedidas de pensamento, fazendo com que a observação do ambiente fosse feita também na imaginação, no pensamento, a fim de relembrar experiências que justificassem a escolha do objeto preferido.

Segundo o arquiteto Witold Rybczynski, no livro “Casa: Pequena História de uma ideia” (1999), os objetos possuem função, *design* e espírito. A função se refere à praticidade na resolução dos problemas, dos desejos, e o foco deixa de ser o objeto e passa, então, a ser a relação com o outro, quem usa, troca e deseja. Portanto, o benefício buscado em algum objeto vai variar mais em relação a quem o busca, do que em relação ao próprio objeto. O *design* agrega valor através de sua mediação entre a função, o estilo e o aspecto visual. O estilo, ainda segundo Rybczynski, é algo que depende muito do imaginário popular, sobre o que as pessoas acreditam que seja determinada época ou lugar; uma espécie de ficção, uma forma de tentar encaixar a realidade em um mundo imaginário, como por exemplo, o desejo de se reviver o rústico, o tradicional, o passado ou até o futurista, além do luxuoso, o sofisticado, o alternativo, o natural. Mas, efetivamente, esses cenários não passam do que se imagina que eles sejam. Já o espírito é a construção do objeto sociabilizado, seu sentido no compartilhamento com o grupo. A espiritualidade do objeto dará forma a sua subjetividade e o valor que possui em relação ao olhar de fora do próprio objeto.

Apresentam-se, a seguir, os resultados da pesquisa, que teve como objetivo avaliar e registrar como é uma casa do Aventureiro, o que ela significa para quem vive lá, quais os objetos de valor e importância, além da descrição de algumas compras. “Minha casa é muito boa, é o meu trabalho, ganho dinheiro lá, gosto de trabalhar”, assim Zuleica (48 anos, 2009) se expressou acerca de sua casa. Essa casa de Verte e Zuleica é feita de 25% de estuque e 75% de alvenaria. Na frente da casa, fica o bar, e, nos fundos, há duas cozinhas. A casa tem três banheiros, sendo um deles pertencente ao bar; e dois quartos da casa são suítes. Zuleica foi quem fez o emboço e os pisos na parede da casa nas cores azul e rosa. Os pisos foram colocados na cozinha por ela. Zuleica comentou que não gosta de ver as panelas jogadas, sendo as mesmas penduradas na parede (prática comum entre as casas da localidade), seguras em pregos. Na área da frente, há uma “varanda”, onde os turistas são servidos com alimentos e bebidas, como em uma pensão. Ao lado, há uma construção de bambu e alvenaria, onde fica um quarto. “Eu construí com meu filho”, comenta Verte.

A geladeira, de marca Cònsul, foi o objeto mais importante para a Zuleica. A geladeira foi comprada pela Internet (de Angra), com a ajuda de sua filha, que administrou o processo de compra. Zuleica e Verte possuem casa em Angra e também no Aventureiro, onde trabalham comercialmente. Para Zuleica, a geladeira a gás (figura 94) resolveu o problema da falta de luz, uma vez que, segundo ela, há a certeza de que o alimento, para a sua família, não vai estragar.



Figura 93 - Área de Atendimento da Casa da Zuleica e Verte, com clientes.  
(no fundo o quarto de bambu e alvenaria)  
Fonte: Fotos Leandro Fontoura (2009)



Figura 94 - A Geladeira C nsul (a gás)  
Fonte: Arquivo pessoal (2009)



Figura 95 - Casal Verde e Zuleica na Cozinha  
Fonte: arquivo pessoal (2009)

Verte (56 anos), esposo de Zuleika (figura 95), afirmou que o mais importante objeto de sua casa é o freezer, o qual fica dentro da casa, na área onde há abertura para o Bar. “O meu freezer é o objeto mais importante, porque se não tiver freezer no bar, a gente não tem nada. Além do freezer, outro importante, é o fogão, que faz comida, e a área lá fora.”. Nesse freezer, os recursos são estocados para servir a alimentação. Quando perguntado sobre o que sua casa representava para ele, respondeu que: “tudo, minha moradia, meu conforto e descanso”. Observa-se que a casa do Aventureiro de Verte e Zuleika é considerada segunda residência.

. Os quartos possuem mosquiteiros pendurados na direção das camas (figura 96). Outro objeto curioso, usado na casa, pode ser observado na Figura 98, que é o Covo. Além das restrições de pesca no local, os moradores informaram que a utilização desta espécie de armadilha possui algumas proibições. O Covo, portanto, quando não utilizado, passa a ser usado como objeto de arte e decoração, ou ao menos foi assim apresentado, a fim de justificar sua presença, mas não o seu uso. Observa-se, também, na Figura 99, a seguir, o telhado de amianto, substância proibida de uso.

As casas sofreram mudanças radicais nos últimos 20 anos. Quando não foram totalmente reconstruídas em alvenaria, têm pedaços em alvenaria acoplados ao restante de estuque. Não se observa mais nenhum telhado de sapê. Alguns poucos são de telhas, mas a maioria é de amianto (substância proibida pela legislação brasileira), material mais leve e barato (BIDEGAIN; FRESCHI, 2009, p.32-33).



Figura 96 - Um dos Quartos, com o mosquiteiro pendurado (objeto comum nas casas)  
Fonte: Dados da pesquisa (2009)



Figura 97 - O Covo de Palha pendurado. Objeto proibido para pesca  
Fonte: Dados da pesquisa (2009)

Adrielle (17 anos, 2009) comentou que é uma alegria chegar a casa e estar com os pais e os irmãos. Em sua casa, além dela, vivem os seus pais e os três irmãos. Na casa, há dois quartos, que acomodam os filhos, e pai e mãe dormem na sala. Além desses cômodos, há cozinha e banheiro. O objeto mais importante da casa, para Adrielle, é o seu travesseiro, que ela não admite emprestar a ninguém. Adrielle, além de estudar, trabalha ajudando seus pais, no atendimento aos turistas. O travesseiro está ligado ao seu momento privado de descanso.

Segundo as palavras do morador Nezinho, “Minha casa é tudo, é o sonho que tenho hoje. Minha casa é própria e foi construída pela minha própria mão”. Assim Nezinho (60 anos, 2009) se referiu a sua casa de 63 m<sup>2</sup>, três quartos, sala, cozinha e banheiro. Quando perguntado sobre o objeto mais importante de sua casa, respondeu: “Eu me sinto bem o mais perto do fogo, então o objeto mais importante é o fogão, por que é ele que prepara a comida”. A casa de Nezinho é decorada com objetos criados por sua família (figura 98). Seu filho constrói barcos, e sua mulher e filhas, fazem decorações para embelezamento do lar. Nezinho faz objetos de madeira e palha (figura 99).



Figura 98- Sr. Nezinho em sua sala  
Fonte: Projeto O povo do Aventureiro (2009)



Figura 99 – Sr. Nezinho mostrando o cesto artesanal  
 Fonte: Projeto O povo do Aventureiro, 2009

O Sr. Cláudio, o “Barão” (67 anos em 2009), comentou que, em sua casa, havia fogão e penteadeira. Afirmou que todos os objetos que estavam em sua casa eram importantes, sendo que não conseguiria viver sem sua penteadeira. No final do bate-papo, o Sr. Barão solicitou que fosse inserida ainda a informação de que ele pertencia ao time do Vasco. A casa do Sr. Barão fica no grupo familiar do Sr. Jorge. Barão faleceu em 2010 e, desde o acontecido, sua casa permanece fechada, sem uso, mesmo tendo herdeiros.

A Sra. Oracilda, ou “Dona” Cida, mora em uma casa colorida e florida no alto do morro (figura 100). O caminho para chegar em sua casa e toda a organização do quintal, de sua varanda e algumas trilhas importantes foram feitos por ela mesma, que mora sozinha. De religião protestante, atravessa sempre o morro (caminhada de duas horas e meia) para ir à igreja em Provetá. Em sua casa, não há luz, geladeira ou televisão. Há uma geladeira que funciona como armário. Possui objetos feitos por ela mesma, como flores artificiais e objetos de casa, muitas vezes reciclados ou reutilizados, que são feitos por ela ou comprados de uma pessoa amiga (figura. Ela produz e comercializa um vinagre especial feito de banana. De temperamento alegre e determinado, ela gerencia quem pode ou não se aproximar de sua residência e de sua confiança. Ela questionou para onde iriam as fotos que estavam sendo tiradas, e brincou: “se você fizer macumba com elas, vai voltar para você”.



Figura 100 - Casa Sra. Cida  
 Fonte: Dados da pesquisa (2009)

Na cozinha, é comum as panelas serem colocadas em pregos na parede (figura 101), assim como é comum que as casas tenham um fogão à lenha do lado de fora (figura 102), ainda que haja um fogão a gás do lado de dentro da casa. O tanque, do lado de fora, serve para lavar roupa e limpar peixe. A água das casas vem diretamente das cachoeiras, havendo reservatórios para distribuição. Dona Cida coloca a água em vasilhas de plástico e as expõe ao sol, para o processo de eliminação de bactérias e higienização. Há que se destacar: a peneira (figura 103), a lanterna feita de lata e vela (figura 104) para auxiliar a fazer as trilhas e andar durante a noite, e a vassoura de plantas (figura 105).



Figura 101 - A disposição das panelas na Cozinha interna. Cida envazando o vinagre de banana  
Fonte: Arquivo pessoal (2009)



Figura 102 - O Fogão a lenha do lado de fora, ao lado do tanque  
Fonte: Dados da pesquisa (2009)



Figura 103 – A Peneira  
Fonte: Dados da pesquisa (2009)



Figura 104 – A “laterna”  
Fonte: Dados da pesquisa (2009)



Figuras 105 – a vassoura de folhas  
Fonte: Dados da pesquisa (2009)

Outra moradora a falar sobre sua casa foi Luciana (30 anos, 2009). Ela mora com dois filhos e o marido. Após ser perguntada sobre o que significa a sua casa, Luciana respondeu que: “minha casa é meu castelo, meu cantinho. Gosto da minha casa”. O castelo de Luciana possui um quarto, corredor, cozinha bem grande, um banheiro e uma área. No quarto, onde dormem todos da família, os quatro se reúnem para ver televisão (até que o gerador seja desligado, por volta de 22 h) e conversar. “Ver a novela é divertido; à noite gosto mais de novela, porque quando roda o motor dá pra ver a novelas das oito (fazendo referência à novela da Rede Globo)”.

Ao falar sobre sua casa, Neneca (38 anos, em 2009) afirmou: “é bom ter o teto da gente, né?”. Ela citou como objetos mais importantes as panelas e o fogão. Para Marcos Vinícios (12 anos, em 2009), filho de Neneca, a casa para ele representa a família, e o objeto mais importante é a sua cama (relacionada ao descanso, pois além de estudar também ajuda sua mãe no bar e acomodações). Neneca mostra sua horta na parte de trás da casa (figura 106). Segundo Neneca há 28 anos havia roça e todos trabalhavam nela, ninguém ficava na praia. “Era todo mundo na roça trabalhando, era feijão, mandioca, milho, cará, mas depois que entrou a reserva, foram cortando, foram cortando, foram imprensando a gente, que a gente está nessa situação. Hoje temos chuchu, abóbora grande, que fica até bonita” (Neneca, sobre a roça, 2009). A casa possui fogão a lenha (figura 107). O camping de Neneca é separado da Casa, e ainda há um bar (figura 108).



Figura 106 - A pequena roça mostrada pela família: Chuchu, abóbora, mamão, folhas e hortaliças para alimentação.  
Fonte: Dados da pesquisa (2009)



Figura 107 – fogão a lenha  
Fonte: Dados da pesquisa (2009)



Figuras 108 - Bar da Neneca  
Fonte: Dados da pesquisa (2009)

As casas e quarto, para temporada, são simples (figura 109) e, geralmente, também possuem luz até às 22 horas, quando os geradores são desligados. Não possuem televisão, mas há mosquiteiro sobre a cama para proteger dos insetos, equipamento muito útil, devido à alta frequência de mosquitos. Não possuem ventilador ou ar condicionado, mas o vento refresca e o som que vem do mar, para muitos turistas, compensa. Algumas casas possuem chuveiro de água quente, outras não. As diárias variam de R\$ 25,00 a R\$ 35,00 (2011).



Figura 109 – Exmpl de casa e quartos para alugar para Turistas  
Fonte: Dados da pesquisa (2009)

Algumas poucas famílias ainda produzem a farinha de forma artesanal, como a da Neneca (figura 110). Muitas casas de farinha viraram casas de máquinas, comportando o gerador de energia.

Os objetos, para confecção da farinha, ficam para exposição ou decoração, quando não são mais utilizados. Os objetos principais são: prensa, forno, roda, tapiti (ou tipiti), gamela e peneira.



Figuras 110 - Casa de Farinha de Neneca, mostrada por ela e por Lúcia  
Da esquerda para direita, parte de cima Neneca fazendo farinha. Ao lado, casa de farinha  
Na parte de baixo, Lúcia mostra a peneira e ao lado direito mostra a gamela.  
Fonte: Dados da Pesquisa (2009).

Outra família muito tradicional é a do Sr. Zé e Dona Di. Eles possuem um quintal rural, com árvores frutíferas, criações de aves como galinhas, codornas e peru, e uma casa de farinha produtiva, operacionalizada por Leninha e o marido Zeca (figuras 111 e 112).



Figura 111 -Imagens da casa de Farinha da Família de Leninha e Zeca  
Da esquerda para direita, na parte de cima os Tipitis usados para secar a farinha. Do lado direito a prensa.  
Na parte de baixo ao lado esquerdo a casa de farinha e do lado direito a farinha torrando.  
Fonte: Dados da pesquisa (2011)



Figura 112 - Peru (criado por seu Zé para consumo)  
Fonte: Pesquisa (2011)

Para Neuseli, nativa com casa como segunda residência, os objetos possuem um especial valor. Ela deseja abrir um museu, chamado “Casa do Caiçara do Aventureiro”. Em sua casa, mantém objetos decorativos que não possuem mais as funções para as quais foram criados, como: Tapiti (ou Tipiti); cestos (na figura 113 abaixo, ao lado da janela), que serviam para fazer a farinha, amassando a mandioca; gamela (que se usa também na confecção de farinha e peneira). No quarto (figura 114), os móveis foram feitos por seu marido, já falecido, e possuem especial importância. Para a moradora é uma espacial historicamente constituída de objetos que remetem a uma época, representada por objetos resultantes do esforço do trabalho manual.

Através do processo da produção, o "espaço" torna o "tempo" concreto. Assim, a noção de trabalho e a de instrumento de trabalho são muito importantes na explicação geográfica, tanto ou mais do que no estudo dos modos de produção. O trabalho realizado em cada época supõe um conjunto historicamente determinado de técnicas. Segundo uma frase muito frequentemente citada de Marx (Capital I, p. 132, edição de M. Harnecker), "o que distingue as épocas económicas umas das outras, não é o que se faz, mas como se faz, com que instrumentos de trabalho". Esta noção tem, pois, um valor histórico e espacial. A cada lugar geográfico concreto corresponde, em cada momento, um conjunto de técnicas e de instrumentos de trabalho, resultado de uma combinação específica que também é historicamente determinada (SANTOS, p. 34-35).

Além de seu quarto, possui quarto para receber as visitas e as crianças da família, que não residem lá. “É na cozinha, enquanto a comida está sendo preparada, que o caiçara e sua família se reúnem para conversar com quem chega” destaca Neuseli para uma turista. Outro local importante, para sociabilização, é a varanda.



Figura 113 - Os tipitis (ou tapitis) pendurados nas laterais da janela  
Fonte: Dados da pesquisa (2009)



Figura 114 - O quarto e alguns objetos  
Fonte: Dados da pesquisa (2009)

Um morador, ao exemplificar um objeto tradicional do Aventureiro disse: “gerador”. Assim deixava evidente que o moderno e o tradicional se misturam no Aventureiro. Desde a entrada do turismo, de forma mais substancial, os moradores vivem mais claramente uma espécie de mudança e resistência, comum a todos os grupos. Tomam outros objetos para uso, que aprenderam com os turistas, fora do Aventureiro, com a internet, ou televisão, mas que, a partir do momento da apropriação do uso, torna-se também um objeto deles. É a durabilidade, o “demorar” de um objeto na comunidade, como um outro elemento qualquer que possa “morar” no lugar, que dará a este objeto o significado de tradicional, ou seja, o quanto ele conseguir ser valorizado pelas gerações, sendo transmitido como um legado, com função e significado simbólicos, reconhecidos pelo grupo. Junto às

tipitis e às gamelas, que vão lentamente se tornando mais decorativas e menos ligadas à tradição de fazer farinha, alguns outros objetos novos aparecem, muitas vezes associados à “moda”, materializada no tênis da Nike do morador e na bermuda e camisa “de marca” ligada ao estilo do universo do surfe (figura 115). O que é comum na sociedade contemporânea, objetos vão sendo comprados de acordo com o gosto pessoal, para “satisfação indovidual ou familiar”, são associados à tecnologia, àquilo que o poder aquisitivo e o crédito poderão permitir o uso, não limitados pela insularidade, mas pelo capital. Como exemplo, enquanto a distribuição de iluminação pública não chega, os lampiões ainda existem, mas tiveram seus usos substituídos pelos geradores, que começam também a perder espaço para os equipamentos de luz solar.

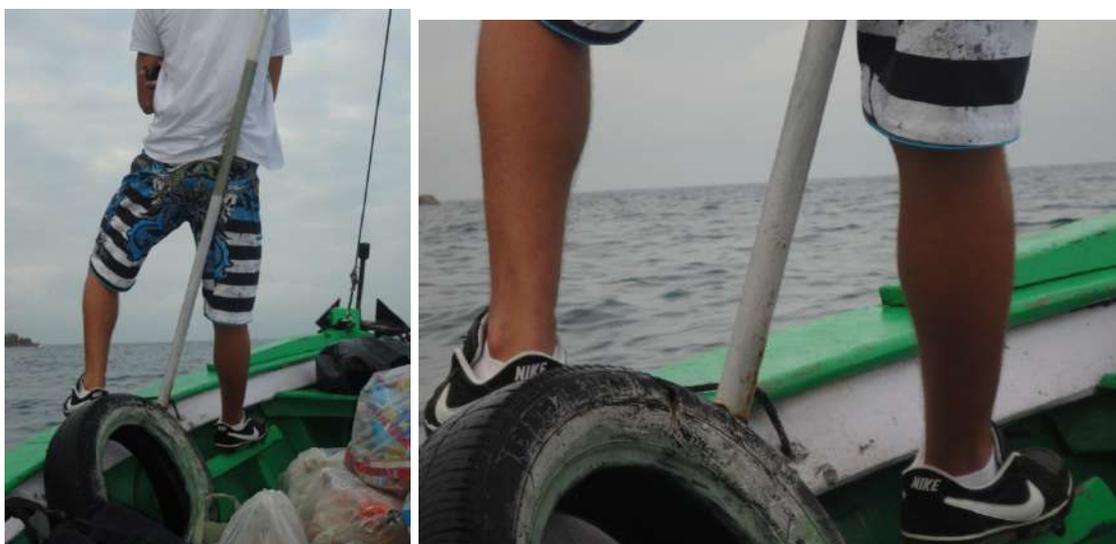


Figura 115 - Detalhe do Tênis “de Marca” do morador  
Fonte: Arquivo pessoal (2012)

Em geral são muito modestos, não precisam de mais de um salário por mês para estarem bem. A pesca ajuda bastante, não só na venda do pescado, mas como base proteica da alimentação. As bananas, o coco são complementos alimentares que, em conjunto com a água mineral consumida, garante subsistência e qualidade de vida, mas nem todos possuem salário e o turismo é um grande propulsor nas aquisição de bens como eletrodomésticos e reformas nas casas, compra de roupas e móveis (Deise, moradora do Aventureiro, não nativa, casada com nativo, 2012).

Tem turista que vende roupa para os moradores. Dei R\$220,00 em uma bermuda da Lost. Os mais velhos usam roupas de surfista porque ganham dos filhos. Meu marido já compra as dele, só Quicksilver. (Pepeca, moradora do Aventureiro, 2012)

Sabão em pó tem que ser brilhante, os outros acabam com a unha. Eu e Jaque não vivemos sem creme, quando eles vão fazer compra em Angra quando vão ver a gente está fazendo o cabelo no salão (Janete, moradora do Aventureiro, 2012).

A tradição, no sentido trabalhado por Anthony Guiddens, pode ser entendida como algo ligado à memória, à organização do passado em relação ao presente, podendo ser, no presente, reconstituída. O passado não é preservado, mas continuamente reconstruído, tendo como base o presente. Essa reconstrução é parcialmente individual, porém, mais fundamentalmente, é social e coletiva (GUIDDENS, 1997, p. 80). “Muitas vezes, “tradições” que parecem ou são consideradas antigas são bastante recentes, quando não são inventadas” (HOBSBAWM, 1984, p. 9). Afinal, todos os dias, pontualmente, os geradores são ligados às 18h e desligados às 22 h, e isso já está se tornando uma “tradição” inventada.

Por “tradição inventada”, entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam a inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWM, 1984, p. 9).

Há, no Aventureiro, a presença de objetos e rituais “tradicionais”, “modernos” e “tradicionalmente inventados”, lembrando que à medida que o grupo dialoga com a pós-modernidade, mais a valorização da tradição ganha força, a fim de reificar uma identidade tradicional, valorizada na pós-modernidade. Portanto, o conflito entre a reconstituição do uso de objetos antigos e a entrada de objetos novos será mediado pelo valor que as gerações derem aos seus usos. O valor que possui um objeto só pode ser compreendido se quem o observa, sendo ele o possuidor do objeto ou não, entende os significados e os códigos culturais, emocionais e familiares que envolvem este bem. Appadurai refere-se a Simmel, ao falar do julgamento de valor dos objetos.

Para ele (Simmel), o valor jamais é uma propriedade inerente aos objetos, mas um julgamento que sujeitos fazem sobre eles. Mas de acordo com Simmel, a chave para compreender o valor reside em uma região onde “essa subjetividade é apenas provisória e, com efeito, não muito essencial” (SIMMEL, 1978, p. 63). [...] Simmel sugere que os objetos não são difíceis de adquirir porque são valiosos, “mas chamamos de valiosos aqueles objetos que opõem resistência a nosso desejo de possuí-los” (SIMMEL, 1978, p. 67). O que Simmel denomina em particular, objetos econômicos, existe no espaço entre o desejo e a fruição imediata, com alguma distância, o que ocorre e por meio da troca econômica, a qual se determina reciprocamente o valor dos objetos. Ou seja, o desejo de alguém por um objeto é satisfeito pelo sacrifício de um outro objeto, que é o foco do desejo de outrem. Tal troca de sacrifícios é o que constitui a vida econômica, e a economia, como forma social específica, “consiste não apenas em trocar valores, mas na troca de valores” (SIMMEL, 1978, p. 80) O valor econômico é, para Simmel, gerado por essa espécie de troca de sacrifícios. (APPADURAI, 2008, p. 15-16).

Alguns sonhos de consumo e as estratégias de aquisição são descritos pelos moradores, como: a compra da Televisão nas “Casas Bahia”, parcelada no cartão da cunhada, a compra de barco novo. Gustavo Costa narra a compra do Barco Rei Mateus, por Luís e sua performática chegada à praia, soltando fogos, anunciando a sua alegria ao adquirir o objeto, deixando claros a sua posição e seu status social.

A compra de um barco é um grande evento no Aventureiro e em toda a Ilha Grande, pois com a compra de um barco, o morador e sua família adquirem, muito além da mobilidade e da possibilidade de realizar fretes, um status diferenciado e ganham muito prestígio. Os preços de um barco podem variar de 25 mil a 40 mil reais, o que caracteriza sua compra como um investimento dos mais importantes na história das famílias. Podemos perceber a importância desse evento na entrevista abaixo realizada com os filhos de Luís logo depois da compra de seu barco “Rei Mateus” em que falam da sensação da chegada no cais, a provocação com a queima de fogos e do orgulho de seu filho mais novo (que tinha oito anos na época da entrevista e cujo nome Mateus batiza o barco) que ressalta o fato do motor do barco ter seis cilindros, pois os demais barcos do Aventureiro têm apenas quatro cilindros (COSTA, 2008, p. 239-240).

Os símbolos da posição de uma pessoa são de grande importância. Isto é, pelo uso de vários símbolos (como objetos materiais, estilos de comportamento, gosto e linguagem, tipos de associação e até opiniões apropriadas) uma pessoa está sempre a mostrar ao mundo o ponto a que chegou. [...] Contudo, a classe determina as possibilidades na vida em muitos outros sentidos, além do puramente econômico. A posição de classe de uma pessoa determina o nível de educação que seus filhos provavelmente terão. Determina os padrões de assistência médica desfrutados por ela e por sua família, e, por conseguinte, as expectativas de vida no sentido literal da palavra. As classes superiores de nossa sociedade alimentam-se melhor, moram melhor, são mais bem educadas e vivem mais do que seus concidadãos menos afortunados (BERGER, 1989, p. 92-93).

A forma de consumo, que começa a ficar mais parecida com o “de fora”, principalmente entre as novas gerações, não corresponde a algumas demandas que ainda existem no lugar, como falta de luz e o precário recolhimento do lixo, o que vem gerando conflitos entre as gerações. Os mais antigos, que viveram mais dificuldades, questionam muitas vezes o que é necessário e o que é desejado pelos mais novos.

Ninguém está satisfeito com o que tem. Essa conclusão manifestava a um só tempo muitas ideias: a satisfação pelo que tinham conquistado aqueles que saíram do campo para as cidades, pelos avanços da industrialização e a chegada à existência cotidiana de novos itens de conforto (luz elétrica, telefone, rádio, talvez o carro), tudo aquilo que os fazia sentirem-se habitantes privilegiados da modernidade (CANCLINI, 2010, p. 30).

Diferente do exposto por Canclini, a passagem da população de uma forma de vida mais rural para algo mais associado a uma “inicial entrada” na sociedade de consumo, ainda não garantiu “luz, telefone”. Tecnicamente, os cidadãos ainda não entraram na modernidade, embora os consumidores já estejam quase chegando à pós-modernidade: “poderíamos dizer que no momento em que estamos a ponto de sair do século XX, as sociedades se organizam para fazer consumidores do século XXI e, como cidadãos, levar-nos de volta para o século XVIII” (CANCLINI, 2010, p. 40).

No século XXI, com tantas formas diferenciadas de consumo, ainda não se encontrou para o lugar, uma maneira de compartilhamento do ser humano com o meio natural, de forma efetivamente saudável e duradoura para ambos, que efetivamente fazem parte de uma só ecologia. Nesse sentido, faz-se importante descrever alguns aspectos gerais do cenário de viver na Ilha Grande, ser “ilhéu”, ser um cidadão morador da praia do Aventureiro, referentes à vida em meio ao ambiente natural.

No cotidiano da vila, um animal convive com os moradores, a maioria como “animais domésticos” comunitários da praia: o cão. Os moradores reclamam que muitos turistas os trazem pelas trilhas, visto que os animais costumam segui-los, ou ainda chegam de barco, sem que retornem aos seus lugares de origem, ficando “perdidos” na vila. Há muitos cães na Ilha Grande e, segundo relato de moradores, alguns estão em matilha na mata, vivendo de forma mais selvagem. No verão, com maior fluxo de turistas, o problema se agrava, visto que, assim como os gatos, os cães são hospedeiros de um verme que se desenvolve bem, no ambiente de praia, com solo arenoso, úmido e quente, gerando, todos os anos, uma epidemia durante o estio, o “bicho-geográfico<sup>34</sup>” brincando com moradores e visitantes, com ou sem “nome ou donos”, os cães fazem parte da vida cotidiana do lugar. Porém sem um controle de Zoonose, acabam disseminando “bicho-geográfico”. Doenças de pele e “dores de barriga” são as consequências mais “reclamadas” entre os moradores.

Como já foi descrito, não há iluminação pública na praia do Aventureiro. Os moradores acreditam que, enquanto não for definida a categorização, diferente de reserva biológica, não terão iluminação pública. A luz é de extremo interesse dos moradores. Além disso, há o mal ou o não

---

<sup>34</sup> O problema é mais comum em pessoas que frequentam praias e terrenos arenosos, poluídos com fezes de cães e gatos, pois, as condições de solo, umidade e calor favorecem o desenvolvimento de larvas infectantes. Em algumas regiões ocorre apenas nos meses do ano caracterizados por temperatura e umidade mais altas. Nas praias, as áreas sombreadas onde a areia não é invadida pelas marés são muito favoráveis ao desenvolvimento da forma infectante. Não ocorre nas áreas diretamente banhadas pelo mar devido ao alto teor salino (PROGRAMA DE ZOONOSES REGIÃO SUL, 2010).

atendimento dos serviços que são normais de fornecimento a todos os cidadãos, como a coleta de lixo. Os moradores afirmam enterrar lixos orgânicos e reciclar materiais, assim como óleos de cozinha, que viram sabão para limpeza de louco. Segundo as mulheres, um tipo de sabão que “detona muito as mãos”. Alguns poucos confessam enterrar orgânicos e não orgânicos, queimar o lixo e dizem que “já ocorreu” de jogar o lixo no mar, quando o mesmo estava há vários meses sem ser recolhido pela prefeitura”.

Tem outras praias, aqui da Ilha, que são bem sujas, e aqui, a gente não vê isso, é muito bem cuidada. Então, eu acho que... Ainda que as pessoas discordem disso, mas é mais por falta de consciência, de entendimento do que seja realmente, do que por opinião formada. Então, eu vejo que seria mais adequado para a realidade deles, e é o que vai garantir a permanência deles, sem ter invasão em massa de outros grupos ... (Frei Luiz, 2012).



Figura 116 - Janeiro de 2012, lixo na Praia do Sul (A Praia do Sul faz parte da Reserva Biológica da Praia do Sul, assim como a praia do Aventureiro, praia do Demo e Praia do Leste. A praia não é habitada, mas recebe uma quantidade de lixo muito grande trazida pelas marés  
Fonte: Dados da Pesquisa (2012)

Na praia do Sul, ao lado da praia do Aventureiro, encontrou-se muito lixo na areia (figura116). Como se trata de área de reserva, onde efetivamente não há morador, é surpreendente como o lixo que vem do mar desemboca nesta região. Observa-se o quanto o ambiente é sistêmico. Os moradores do Aventureiro apoiam atividades ambientais. Em 2008, segundo os moradores, houve mutirão de limpeza na praia do sul. Os moradores participaram e demonstraram gostar de atividades práticas e coletivas que envolvam ação. Entretanto, são poucos os projetos que existem na comunidade para atuar com o ambiente, não no sentido de convivência, visto que convivem há muitos anos, mas no sentido da identificação e reconhecimento de algumas práticas que, através de uma postura educativa, não colonizadora (se é que é possível), respeitem as especificidades da cultura

local, no que for possível, para o aumento de responsabilidade pelo lugar, que é uma unidade de conservação, associado ao convívio simbiótico do ser humano no ambiente.

Volta à natureza! Isso significa: ao contrato exclusivamente social juntar o estabelecimento de um contrato natural de simbiose e de reciprocidade onde a nossa relação com as coisas deixaria domínio e posse pela escuta admirativa, pela reciprocidade, pela contemplação e pelo respeito, onde o conhecimento não mais suporia a propriedade nem a ação a dominação, nem estas os seus resultados ou condições estercorárias. Contrato de armistício de guerra objetiva, contrato de parasita – nosso estatuto atual – condena à morte aquele que pilha e que habita, sem tomar consciência de que no final condena-se a desaparecer. O parasita toma tudo e não dá nada, o hospedeiro dá tudo e não toma nada. O direito de domínio e de propriedade se reduz ao parasitismo. Ao contrário, o direito de simbiose se define por reciprocidade: o que a natureza dá ao homem é o que este deve restituir a ela, transformada em sujeito de direito (SERRES, 1991, p. 51).

#### 4.2 ALGUMAS REPRESENTAÇÕES DA IDENTIDADE

A identidade, seja ela individual ou do grupo ao qual o indivíduo pertença, é capaz de manifestar-se como significativa à percepção do observador. As análises “microscópicas” (GEERTZ, 2010), a respeito das manifestações culturais e sociais dos moradores e da comunidade do Aventureiro, serão consideradas nesta seção, iniciando pela análise da imagem que os moradores têm de si mesmos, através dos símbolos, que denotam um Aventureiro que se mostra de dentro para fora. Para tanto, este estudo valeu-se dos desenhos e das frases criadas, desenvolvidos em 2009, com a finalidade da construção da “identidade visual” que representasse o Aventureiro e seu “Povo”, para o projeto “O Povo do Aventureiro – UFRRJ”. As “figuras” (Apêndice 7.1) foram construídas, de forma individual ou coletiva, pelos moradores, conforme detalhado na metodologia descrita neste trabalho. Outros elementos encontrados como representativos da identidade são também aqui mostrados e estão distribuídos a partir da organização dos signos criados pelos moradores, através dos desenhos e palavras, como um despertar à interpretação.

Percebe-se que a tradição e a transformação estão presentes nas representações, através do conflito entre a resistência cultural e a adaptação econômica e política. Descreveu-se e interpretou-se o que foi percebido e narrado direta ou indiretamente pelos próprios moradores, a respeito do diferencial identitário das pessoas, da comunidade e do lugar. A vida da comunidade, construída por famílias, parentes e amigos, gera uma maior interdependência entre as representações e entre os papéis sociais, no lugar.

Enfim, as comunidades locais, construídas por meio de ação coletiva e presentes pela memória coletiva, constituem fontes específicas de identidade. Essas identidades, no entanto, consistem em reações defensivas contra as condições impostas pela desordem global e pelas transformações, incontroláveis e em ritmo acelerado. Elas constroem abrigos, mas não paraísos (CASTELLS, 2010, p. 84).

Nesse sentido, a comunidade do Aventureiro, reconhecida politicamente de fora para dentro como uma comunidade tradicional caiçara, vivendo em uma reserva biológica, abrigada pela posição insular e exposta ao mundo global pós-moderno pela rede como um paraíso, resiste. Nos resultados apresentados, os moradores expressam a insularidade, ilheidade e maritimidade dieguesiana e ainda explicitam sua relação com a terra, com o grupo de dentro e com os de fora, apontando transformações e permanências. Identificaram-se como “moradores do Aventureiro”, que é a resposta mais sincera e autêntica (no sentido tratado por HANDLER, 1986) que dão, ao serem questionados sobre sua identidade, pelo fato de ser um conceito sobre os quais há poucas dúvidas. E gradativamente vão incluindo o pertencimento (no sentido usado por SERRES, 1997) no “entendimento sobre si” e no “discurso para o outro”.

Os significados das palavras não são fixos, numa relação um a um com os objetos ou eventos no mundo existente fora da língua. O significado surge nas relações de similaridade e diferença que as palavras têm com outras palavras no interior do código da língua. Nós sabemos o que é a “noite” porque ela não é o “dia. Observa-se a analogia que existe aqui entre língua e identidade. Eu sei quem “eu” sou em relação com o “outro” (por exemplo, minha mãe) que eu não posso ser. Como diria Lacan, a identidade, como o inconsciente, “está estruturada como a língua” (HALL, 2006, p. 40-41).

As “artes” criadas pelos participantes foram usadas como uma forma de materialização da ideia de pertencer ao Aventureiro. Ao falar dos “objetos” como se fossem “o outro”, sabendo que este “outro” representava o Aventureiro e seus moradores, o trabalho de alteridade foi capaz de sinalizar alguns aspectos da identidade desses mesmos moradores, como uma espécie de espelho feito de argila, papel, cores do lápis de giz, pinturas em tela com tinta guache, recortes de jornal e algumas poucas palavras.

As civilizações não-ocidentais nunca separaram as informações (digamos, “as verdades”) fornecidas pela imagem daquelas fornecidas pelos sistemas da escrita. Os ideogramas (o signo escrito copia algo num desenho quase estilizado sem limitar-se a reproduzir os signos convencionais, alfabéticos e os sons da língua falada) dos hieróglifos egípcios ou os caracteres chineses, por exemplo, misturam com eficácia os signos das imagens e as sintaxes abstratas. Em contrapartida, antigas e importantes civilizações como a América pré-colombiana, a África negra, a Polinésia etc., mesmo possuindo uma linguagem e um sistema rico em objetos simbólicos, jamais utilizaram uma escrita. Todas estas civilizações não-ocidentais, em vez de fundamentarem seus princípios de realidade numa verdade única, num único processo de dedução da verdade, num modelo único do Absoluto sem rosto e por vezes

inominável, estabeleceram seu universo mental, individual e social em fundamentos pluralistas, portanto, diferenciados. Aqui, toda diferença (alguns mencionam um “politeísmo de valores”) é percebida como uma figuração diferenciada com qualidades figuradas e imaginárias (DURAND, 1999, p. 3-4).

Entre autores que trabalham com a interpretação das simbologias. Antônio Carlos Diegues, no livro “Ilhas e Mares: Simbolismo e Imaginário” (1998), analisa a vida insular pelo ângulo antropológico, psicológico, histórico e literário, através de incursões sobre os símbolos e imagens relativos ao mar e à ilha. Diegues tem sido bastante citado nas fundamentações científicas, devido a sua ampla pesquisa sobre as diferenciações do comportamento das populações insulares. Com relação à antropologia, o autor escreve que as “vertentes antropológicas tratam da questão do papel dos mitos, símbolos e representações mentais que são importantes para o entendimento do imaginário relacionado com o mar e as ilhas (DIEGUES, 1998, p. 16). As representações são imagens significativas para Diegues que, valendo-se de autores como Marc Augé, Dan Speber, Lévis-Strauss, Marshall Sahlins, Maurice Godelier, realizou, de acordo com Clifford Geertz, uma análise interpretativa dos signos sobre ilhas e populações insulares.

O antropólogo Victor Turner, ao considerar os rituais, destacou que a estrutura e as propriedades dos símbolos “podem ser deduzidas de três tipos de dados: (1) forma externa de características observáveis; (2) interpretações dadas por especialistas e leigos; (3) contextos significativos amplamente elaborados pelo antropólogo” (TURNER, 2005, p. 50). De acordo com as observações de Turner, vê-se que o estudo dos símbolos traduz valores que são relacionados aos fatos observáveis e destacam, a partir da abstração, as representações dos signos e a interdependência semântica entre os diferentes significados, sendo possível, ainda, reconhecer distinções de status. O autor evidencia, através de seu exemplo de interpretação dos símbolos, que o mesmo elemento, observado de acordo com o grau de aprofundamento das interpretações, gera resultados discordantes, como ele demonstra sobre o significado da “árvore leiteira” como parte do ritual Ndembu: “assim, eles (os informantes) afirmam que a árvore leiteira representa o laço íntimo entre mãe e filha. No entanto, a árvore leiteira separa uma filha de sua mãe”. Portanto, um problema de interpretação, destacado por Turner, precisa ser justificado; afinal, como questiona o autor, “aqui se tem de formular uma questão importante: ‘Significado para quem’?”

Objetivou-se, neste trabalho, ouvir os atores sociais, a fim de lhes dar a fala responsável pelos significados, evitando o que Roy Wagner chamou de “inovação” ou “invenção” sobre significações, através das metáforas interpretativas da cultura (WAGNER, 2010). Entretanto, assim

como no caso da “árvore leiteira dos Ndembu”, a observação do agente que não participa do grupo se justifica, por ser outro ângulo possível de entendimento dos significantes.

O antropólogo, por meio da utilização de suas técnicas e conceitos especiais, é capaz de enxergar o desempenho de um dado tipo de ritual. [...] Por outro lado, cada pessoa que participa do ritual o encara de seu ângulo particular de observação. [...]. O que não tem significado para o ator que desempenha um papel específico pode ser altamente significativo para um observador ou analista do sistema total (TURNER, 2005, p 57).

Nesse sentido, a fim de mediar o conflito entre “o significado para quem representa” em comparação com o “significado para quem analisa o que foi representado”, e ao tentar responder à questão “significado para quem”, os resultados estão desenvolvidos de forma que possam trazer ao debate as diferentes (ou semelhantes) considerações. Em alguns momentos, há comunhão entre as distintas visões dos atores e dos observadores, ao contrário do que acontece em outros. As diferentes perspectivas se tornam, dessa forma, outra questão a ser investigada.

A identidade está profundamente envolvida no processo de representação. Assim, a moldagem e a remoldagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas (HALL, 2006, p. 71).

O “Coqueiro Deitado” é a imagem mais explorada que representa não só o Aventureiro, mas, muitas vezes, toda a Ilha Grande e, em algumas outras vezes, qualquer ilha paradisíaca nas imagens das propagandas. Ele está estampado em souvenirs de todos os tipos, principalmente vendidos em Angra ou Abraão. O coqueiro deitado é “o cartão postal”, segundo os moradores. Sua forma também representa adaptação, resistência e resiliência, visto que, após a sua queda durante uma tempestade, adaptou-se e se reergueu (“em direção ao sol”, lembram os moradores). Ele venceu a tromba d’água. Seu histórico de sucesso, em um ambiente de dificuldades, faz dele uma referência, um exemplo, a força das raízes, a ligação com a terra, que faz superar o inesperado, o imprevisível representado pela força das águas. A moral da sua história aponta para a tradição. Um coqueiro, mesmo que “torto”, ainda é um coqueiro. Ele mantém traços da sua identidade, associado a sua possibilidade de adaptação. Essa adaptação faz dele um Coqueiro diferente, autêntico. E a sociedade “pós-moderna”, na busca por algo que não tenha se esvaído em pluralidade, à procura de autenticidade, o escolhem como ícone do paraíso. Internamente, no Aventureiro, isso é traduzido através da fala: “ele é nosso

cartão postal” (figura 117). Os moradores desenvolveram frases para o lugar, e muitas vezes o coqueiro era o motivo da construção da ideia, como segue.

Não suba no coqueiro, ele pode quebrar, ele é nosso cartão postal. Se perdermos este, onde vamos arrumar outro? (Frase apresentada por moradores, 2009)

Se vier ao Aventureiro e não passar pelo coqueiro, quando voltar para casa, não comente nada, você não foi ao Aventureiro (Frase apresentada por moradores, 2009).



Figura 117 - Mosaico do Coqueiro Deitadoo feito pelos moradores  
Fonte: Arquivo pessoal

Um cartão postal é uma forma de comunicar a existência de algo. Ele chega às pessoas como uma lembrança, ele é comercial. O cartão postal é a fachada do cenário, um pequeno recorte da realidade, mas não a realidade inteira, e é isso que a maioria dos visitantes vê no Aventureiro, um recorte da realidade vivida no local. Portanto os moradores verificam que conhecer o coqueiro Deitado, não significa vivenciar o cotidiano e principalmente as dificuldades em se viver no local.

Eles não conhecem as dificuldades de viver aqui, quando se vai ao supermercado, não se sabe se tem promoção, a compra é feita com o preço que tiver, depois tem que carregar (Marquinho, 14 anos, morador, 2012).

O pessoal de fora não sabe que aqui tem um povo humilhado. (Fabinho, morador, 2012)

Quem nunca veio acha que o Aventureiro é o fim do mundo. O Pessoal lá em Provetá fala que o Aventureiro é o lugar que Jesus não pisou, não tem luz, e ninguém vem no inverno (Pepeca, 2012)

Morar no Aventureiro tem as suas dificuldades, não é, porque nem tudo é perfeito. Mas é bom. Tipo agora aqui, nós estamos conversando, só o som da televisão. Em cidade você não pode parar é barulho de carro, é carro buzinando, é bagunça de som aquela noite quase toda. É horrível! Você vai no supermercado fazer a compra é um aperto danado. Tu vai no banco é uma fila danada. Tu entra numa loja pra comprar alguma coisa, é uma fila danada. Ah, não! Aquilo dá stress na gente. Até no dinheiro, não é? Aqui você segura o dinheiro. Na cidade, acaba com tudo (Lucia, moradora, 2012)

O “cartão postal Coqueiro Deitado”, além de ser a fachada principal de reconhecimento do lugar pelo turista, significa, portanto a nova forma de sustentabilidade econômica. Ele é a associação de quando se é descoberto pelo turismo e identificado como atrativo turístico. Os de fora pouco sabem ou querem saber em seus momentos de lazer sobre “cultura caiçara”, “conflitos sobre categorização da unidade de conservação”. Eles podem até “não ver” os moradores, que passam a fazer parte do cenário. Os visitantes, ávidos por “sinalizar que estiveram no Aventureiro”, buscam fotografar o cartão postal. O “coqueiro deitado” é uma forma de ser visto, de dar visibilidade, continuidade, é uma forma de entrar na sociedade de consumo. Ele é o portal que leva à pós-modernidade.

Observando-se o Apêndice 7.1, vê-se que, das 34 imagens resultantes, as que mais se repetiram foram: o mar (21 vezes), o sol (16 vezes), o morro (15 vezes) e o coqueiro deitado (11 vezes). Assim, essas representações serão analisadas pela “insistência” em aparecer repetidamente nos contextos, e essas imagens ou símbolos serão aqui denominados “reiterantes”. As “imagens reiterantes” querem dizer que elas são, pela própria insistência em aparecer, uma forma de expressão que toma o espaço, a fim de solicitar ser vista novamente, ser entendida pelo incômodo ou curiosidade que gera a sua repetida presença. É uma mensagem ecoada, que necessita ser decodificada. É uma forma de manifestação pela “presença” e possui caráter estatístico de moda. As imagens reiterantes solicitam ser interpretadas, o que agora será feito com os dados coletados.

Turner denomina de “símbolo dominante” aquele que é foco de interação nos rituais, e também passível de significados díspares, expressando valores axiomáticos (TURNER, 2005). Portanto, as imagens do coqueiro deitado, do sol, do mar e do morro também são consideradas símbolos dominantes nesse sentido. Outros elementos também aparecem nos desenhos, como canoa, surfe, barcos, corações, formas circulares, casa, peixes, “o caiçara”, ondas, futebol, jovens, carro, igreja, procissão, trevo da sorte, tartaruga, enxada, prancha, artistas, modelos, etc.

O mar é masculino. É do mar que vêm os peixes para venda e para alimentação. Ele traz a proteína pelo pescado, o sustento, a pesca. Com relação à representação do papel masculino, relacionado ao trabalho, “caçar, especialmente caçar bem, significa ter prestígio e o poder que ele suscita, por mais diluído que seja” (LEOPOLDI, 2004, p. 65). Da mesma forma, no sentido da tradição da pesca, “pescar bem”, ou “matar peixe”, como os moradores dizem, está relacionado a um status social masculino. A carne pescada, para ser conservada, passa por um processo de “salga” e “secagem” (figura 118). Muitos moradores mantêm o hábito, tendo ou não geladeira e gerador, sendo mais constante entre os que não os possuem.



Figura 118- Peixes salgados, expostos ao sol para secar  
Fonte: Arquivo pessoal (2012)

O local passa por várias mudanças na sua base econômica, o que influencia o comportamento social do grupo que se adéqua aos novos tempos. Até a década de 50, a pesca era feita para o consumo da população da vila, que tinha, na terra, com o sistema de roça, parte de sua subsistência. Era, praticamente, uma população agrícola, que vivia de pesca e caça para o sustento da família. Após esse período, os homens começaram a trabalhar também para a indústria pesqueira, e o povoado entrou na era da produção, como mão de obra operacional. Atualmente, apenas um morador afirma que ainda trabalha da forma tradicional mais continuamente, e poucos disseram que “de vez em quando” trabalham para “alguém que tem barco de pesca”. Alguns deixaram claro que evitam este tipo de trabalho, por se sentirem explorados, sendo interessante apenas pelas “viagens”. Para o filho

do espia Jorge, atual espia Flávio: “não dão valor ao conhecimento que a gente tem sobre o peixe e sobre o mar”. Hoje há equipamentos que substituem a função dos proeiros, por exemplo, e diminuem a quantidade de mão de obra contratada. Entraram na era da tecnologia.

Como a pesca é sazonal, os pescadores, os que ainda trabalham para a pesca, tanto no passado quanto contemporaneamente, trabalham na maioria das vezes em regime temporário, sendo remunerados “basicamente por dois sistemas: o de “quinhão” ou “partes” (50% para o dono da empreitada, 50% divididos entre os trabalhadores) ou o de “aviamento” (o “patrão da pesca” adianta, aos pescadores, alimentos para a viagem no mar e para a família na terra, em troca, os pescadores se comprometem a entregar toda a produção a um preço estipulado, bem abaixo do preço de mercado, havendo alta dependência dos “patrões”). Mas a maioria dos moradores pesca como o Vovô na figura 119, para consumo da família. E a pesca entre os homens é uma atividade que proporciona o aprendizado de outras realizações paralelas com a família, como a confecção das redes.



Figura 119 - O morador Vovô no reparo de rede para pesca  
Fonte: Arquivo pessoal (2011)

Meu pai fez a rede que nós temos. Fez junto com a gente. Meu pai é tudo para mim. Ele era um coroa e fazia qualquer coisa, não tinha tempo ruim. Comecei a pescar com meu pai com 12 anos. (Flávio “espia”, sobre o Pai Jorge também “espia”, já falecido, 2012)

Entre as falas dos pescadores, é unânime uma constatação: “atualmente há menos peixes no mar”. O fator, que leva à diminuição dos cardumes, é a expansão da frota mundial e da indústria de pesca, com uso de tecnologias mais avançadas, assim como a insuficiência de medidas de controle e regulamentação, destinadas a limitar as atividades pesqueiras indiscriminadas e prejudiciais ao meio ambiente, chegando a um ponto de quase esgotamento dos recursos. Isto faz diminuir a quantidade de pescados, ocasionando perda de emprego para pescadores (SÁ, 1999).

Pergunta: E você acha que diminuiu a quantidade de peixe?

Resposta: Acho que diminuiu. Pelo o que minha mãe e meu pai e minha mãe falavam, bem na época em que eu era menor tinha muito, agora...

Pergunta: Mas dá pra pescar peixe todo dia ou não?

Resposta: Todo dia. Quer dizer, todo dia pescar pra comer você vai tirar, agora todo dia pra vender não vai ter.

Pergunta: É por causa do barulho dos barcos?

Resposta: Não é por causa do barulho do barco, é por causa da matança, é muito barco, muita gente matando.

Pergunta: Mas o barulho do barco também pode afugentar o peixe, não pode?

Resposta: Pelo barulho acho que nem tanto.

Pergunta: Você acha que é muita matança mesmo?

Resposta: Acho que é muita matança.

Pergunta: E você acha que o pessoal respeita, porque tem esse período em que eles estão tendo filhote... Como chama?

Resposta: Época da defesa. Isso aí é só pra Sardinha e Corvina, que também está proibida. Nós mesmos é difícil matar sardinha.

Pergunta: Você acha que eles respeitam isso?

Resposta: Agora estão respeitando. Há uns cinco anos atrás não respeitavam, não. Matavam mesmo. A pesca era proibida, mas eles continuavam matando. Não tinha nada a ver, pra eles estava liberado. Mas tinha muita gente que ganhava dinheiro em cima, o Ibama, os corruptos igual [?] ganhavam muito dinheiro. Chegavam com o barco cheio de sardinha e davam aí cinco mil, dois mil pra eles e estava liberado. Podiam sair e matar de novo. (Diálogo com morador sobre a diminuição dos peixes, 2012)

Com a diminuição dos peixes e a proibição da pesca na região, o turismo passa gradativamente a ser a base econômica. A pesca volta a ser para a alimentação de famílias e turistas na pequena vila. Pesca para venda, só na sorte de “ver um cardume passando”, junto à vontade e coragem de se jogar a rede. A pesca é mais realizada pelos pescadores no momento de baixa temporada, e é, neste período, que alguns homens voltam a prestar serviços a “alguém que tenha barco”. Isto não deixa as mulheres satisfeitas: “eles ficam muito tempo fora de casa”, além do resultado de sucesso ser incerto. “Com o turismo é melhor, eles ficam aqui”. Com a troca da pesca

para se dedicar ao turismo, a renda dos moradores aumenta. Essa informação é confirmada pelos moradores. Estão presentes, a despeito de toda mudança, a pesca artesanal e para consumo familiar (figura 120), a resignificação de objetos (como as canoas que estão se transformando também em souvenir, figura 121) e a consagração do turismo, e o aumento da demanda pelo lugar a procura do surfe, resultando no envolvimento dos moradores com este universo da prática do esporte (figura 122). E por trás de todas estas possibilidades está o mar.



Figura 120 -Moradores chegando com a pesca  
Fonte: Arquivo (2009)



Figura 121 - Canoas como souvenir  
Fonte: Arquivo pessoal (2009)



Figura 122 - Morador surfando  
Fonte: Foto cedida por morador (2010)

Nesse sentido, o mar, que concebe a pesca e por onde navegam as canoas e barcos, também representa gênero e tradição. O mar é a imagem vista das janelas e dos quintais, é a lembrança cotidiana de estar em uma ilha, pois é ele quem gera a fronteira. É pelo mar que os moradores chegam ao litoral e por ele também chegam os visitantes. O mar é o caminho, é o mundo do lado de fora, “o eixo da vida pública (do universo da rua)” (DAMATTA, 1997, p. 17). A posição do “mar aberto”, ao mesmo tempo em que dificulta o acesso, traz o “pessoal que vem para cá acampar e surfar”. A tradição da pesca divide espaço mais uma vez com a mudança de hábito. O surfista entra no mar com a prancha. O pescador com a canoa. Canoa é tradição, a prancha, a mudança.

A sociedade nos procedeu e sobreviverá a nós. Nossas vidas não são mais que episódios em sua marcha majestosa pelo tempo. Em suma, a sociedade constitui as paredes de nosso encarceramento na história. (BERGER, 1989, p. 105)

Segundo Bronislaw Malinowski, a canoa precisa ser contextualizada etnograficamente. De acordo com o antropólogo, “o barco está envolto numa atmosfera de romance, construída de tradições e experiências pessoais. É um objeto de culto e admiração, uma coisa viva que possui personalidade própria” (MALINOWSKI, 1978, p. 87). Os moradores ainda confeccionam canoas de troncos das árvores, e segundo eles, troncos de árvores que caíram<sup>35</sup>. Gostam de narrar suas experiências na confecção e no uso delas. No meio da praia, há uma canoa, como já foi citado, chamada “lembrança”, que é uma homenagem à antiga “dona” da canoa usada pela comunidade no passado, para pescar. São “os homens que fazem barcos”, afirmam os moradores. para usos reais ou para “lembranças” como souvenir. O souvenir é para o turista, embora a sua confecção ainda esteja relacionada ao “prazer de fazer”, de talhar a madeira, pintá-la, e não ao lucro previsto pela quantidade produzida.

Neste caso, não há possibilidade de engano no que diz respeito à grande admiração que os nativos têm por uma boa canoa, sua rapidez em apreciar diferenças de velocidade, flutuação e estabilidade, e sua reação emocional a essas diferenças. [...] Mesmo quando não está sendo usada e repousa solitária na praia de uma aldeia, a canoa é um elemento típico da paisagem e constitui parte integrante da vida da aldeia (MALINOWSKI, 1978, p. 88-89).

Com relação aos objetos tradicionais, em primeiro as canoas, em segundo a ferramenta desaparecida no Brasil, utilizada na confecção de canoas o enxó, ainda se tem uns dois lá. O Criste utilizou um pra fazer a canoinha do Davi há uns 4 anos. As casas de farinha, e seus respectivos acessórios, os tachos de secar farinha, a arquitetura, enfim, mil coisas. (Deise, moradora, não nativa, 2010)

A associação do Aventureiro com o surfe é bastante alta, tanto para os moradores quanto para os de fora. Os surfistas têm um perfil “aventureiro” e desafiador das águas. Eles “destroem as ondas”, como é dito no local. Têm um perfil admirado e mais associado à juventude. O surfe representa uma nova ordem econômica e social. Os surfistas são turistas e os maiores influenciadores dos jovens. Influenciam a maneira de vestir e falar, o tipo de esporte preferido e os ídolos.

Tá vindo bastante surfista profissional, essa galera mais assim, global, é. (Bidi, morador, 31 anos, 2012)

É, verão, você vê que é gente de tudo quanto é tipo, né. Dá de tudo, né, no verão. Em todo lugar, não é? Agora, no inverno já é um pessoalzinho mais conhecido mesmo. Sabe, já é o pessoal do Surf (Larissa, moradora, 32 anos, 2012)

---

<sup>35</sup> Alguns moradores gostam de explicar qualquer tipo de extração a fim de justificar o hábito a despeito de morar em uma reserva, como se o interlocutor o julgasse.

Os homens do Aventureiro, em geral, se vestem com roupas como “bermudas de surfista” (figura 123), feitas de material específico que possa molhar e secar rapidamente, com estampas coloridas, florais, hibiscos, com velcro e cordão. São usadas para banho no mar; surfa-se, banha-se no mar, veste-se com elas. Os mais jovens diferenciam marcas e associam valor às “marcas de surfistas”, como “Rip Curl” e “Bilabong”, entre outras. As camisas seguem a mesma ordem, podendo ser, geralmente, menos coloridas que as bermudas. Independente de idade, o morador do Aventureiro é *surfwear*. A diferença está na escolha da marca. Os jovens preferem o status das grifes. Os mais velhos, quando não ganham de seus filhos, como afirmou o Sr. Purungo, compram “baratinho na banca ou no camelô”.



Figuras 123 - Moradores surfwear  
Fonte: Foto de Gustavo Paixão (2009)

Outro esporte, que divide o apreço dos moradores, é o futebol (figura 124). Enquanto o surfe é do mar, ele é da terra. Assim como o surfe, é praticado por homens e mulheres, havendo campeonato para ambos os gêneros. Os moradores se dividem em times e sempre estão com camisas de seus times. Eles gostam muito de discutir sobre futebol. Todos os dias há jogo na areia, que também é visto como opção de lazer e distração para os que não jogam, mas observam a atividade.



Figura 124 - O Futebol  
Fonte: Dados da Pesquisa (2009)

Outro elemento constitutivo da representação dos moradores, analisando as imagens desenhadas é o sol, que é central em muitas imagens (figura 125). Como “imagem reiterante”, ele ocupa nos desenhos a posição central, ou acima, ou envolve o “cartão postal coqueiro deitado”. Por mais que os visitantes venham atraídos pelo coqueiro deitado, eles ficam por causa do sol. É no sol do verão que os homens estão em casa, não estão pescando. A festa de Santa Cruz passou a ser em janeiro, e não mais maio, pois é verão e todos estão em casa, e se torce para que tenha sol neste dia. No verão, o mar é mais receptivo, mais pessoas chegam, inclusive as que vêm visitar os familiares. O sol, assim como o mar, é o movimento. Por mais que ele nasça em lugares diferentes, no decorrer do ano, ele sempre volta. A praia fica vazia, quando não há sol. Sem sol, os moradores se recolhem às casas. O sol é o dia, em oposição à noite, noite escura em local onde não há luz elétrica, e em que até a década de 90, na maioria das casas, só havia lampião. A lua cheia é o sol da noite. Não há pesca durante a lua cheia, por esse motivo os homens estão em casa, e a família está reunida. O sol emana a socialização familiar, o valor que se dá à comunidade reunida, e a praia cheia.

Não é fácil para quem pretende morar aqui. No verão é perfeito, mar manso, conhece turista, pega amizade, no inverno o bicho pega. Até eu tenho vontade de sair. Mar agitado, ondas de 4 metros, mar bate na casa, fico preocupado com as canoas, ninguém pode sair de casa. As pessoas não têm noção, já passamos vários perrengues. Como nascemos aqui estamos acostumados, a gente respeita a natureza. O Odair avisa que o mar vai ter ressaca, ou o Criste vê na internet, ... tem que tirar a embarcação. (Vovô, 2012)



Figura 125 - O sol dos moradores  
 Fonte: Arquivo pessoal (2009)

Outra imagem, reiterante nos desenhos, é o morro (figura 126). O morro possui gênero feminino. Representa a terra, a roça e relaciona-se à tradição. O morro, assim como o mar também, é o caminho, a alternativa ao mar. É onde se obtém o alimento, que complementa a pesca, sabendo-se que possui menos valor que a proteína, visto que o desgaste na roça pode ser superior à caloria que seu produto fornece como resultado. A roça desgasta, mas também integra através do trabalho agrícola e da ajuda coletiva da família. O morro também significa isolamento, uma “muralha” que deixa os moradores cercados na praia entre o ele e o mar.



Figura 126 - O morro (desenho de moradores)  
 Fonte: Arquivo pessoal (2009)

O mar, o sol e o morro representam o cotidiano dos moradores, com a natureza projetada nos desenhos. Comparando-se as imagens com o conceito tupi da palavra “caiçara”, encontrado no Museu Caiçara de Ubatuba, é como se os desenhos narrassem uma “natureza caiçara”, no sentido que foi dado para o termo, citado novamente abaixo.

A palavra por si representa uma linguagem indígena (do Tupi) que significa lugar fechado, tipo de cerco de pesca estivado com varas de bambus e taquaras. Como o índio nomeava as regiões, lugares, nomes próprios, [...] sempre se referindo à natureza; a nossa região para os índios era considerada caiçara só que cercados ou fechados pela Serra do Mar (MUSEU CAIÇARA, visitado em 2012).

A personificação do “caiçara”, com confecção em argila (figura 127), foi apresentada pelos moradores, como um estereótipo. Tratou-se de mostrar como a memória cria representações adaptadas. Esse personagem existiu no passado: um homem descalço, com enxada na mão, com roupas remendadas, com chapéu de palha para protegê-lo do sol, enquanto trabalhava na roça. Um papel que, gradativamente, deixou de ser representado no Aventureiro, sendo revivido nas representações de festa junina, quando se referem ao passado e ainda existindo enquanto vestuário para lidar com a terra, entre os que ainda possuem roça. E com o turismo, vai deixando o espaço real e sendo revivido no imaginário, na lembrança.



Figura 127 - O Caiçara da argila  
Fonte: Arquivo pessoal (2009)

Procurou-se também verificar se havia uma forma de falar, distinta, ou seja, alguma palavra que fosse “local”, um jeito de dizer que pudesse ser “do Aventureiro”. Constatou-se um conhecimento vasto, entre os moradores, de jargões usados para pesca (por exemplo, a palavra Macareu explicada como o movimento da onda da água feita pelo peixe), nomes de peixes, assim como equipamentos para roça e produção de farinha. Uma observação interessante é que os homens não utilizam o termo pescar para se referir a esta atividade, mas, sim, o termo “matar”, como: “hoje eu matei peixe”.

Outro destaque, para uma expressão usada no local, que também é percebida pelos turistas mais assíduos e atentos, está relacionado a um hábito que os moradores têm no uso de uma exclamação, identificada pelos turistas: “Maria!”. “Maria” significa surpresa, como um “nossa senhora!”. É exclamativo, possivelmente derivado de “Ave Maria”, quando na manifestação de espanto. Os moradores dão este sentido. Eles também colocam um sonoro “vi” antes do “Maria”, algumas vezes. Os visitantes acham que os moradores falam “um pouco mais rápido” do que os de fora. Os moradores não veem diferença. A exclamação “Maria!” também foi descrita no artigo de Myrian Sepúlveda dos Santos sobre a vida em Dois Rios.

Entre os guardas, aqueles que vêm “de fora” assinalam bem as marcas distintivas dos “ilhéus”. Um deles nos contou que, quando chegou à ilha, tinha dificuldade de compreender a fala dos moradores, como também de alguns funcionários da penitenciária. Relata que ia à Provetá, no rastro dos fugitivos, e que, cansado, deitava-se na areia. Os meninos o cercavam e perguntavam quantos presos estavam na mata. Ele respondia “oito” e os meninos diziam: “Ai, ai, ai, tem gente a grané, vi Maria.” A gargalhada era geral entre os moradores, que diziam ser a imitação da entonação perfeita (SANTOS, 199. p.202).

O processo de mudança que acomete as populações tradicionais, embora mais lento, é natural, e é o resultado da incorporação de novas práticas, outras ideias. Nesse processo de mudança, um exemplo curioso ocorreu no Aventureiro: uma imagem clássica do cenário da pedra e igreja foi alterada. Quando o projeto “O Povo do Aventureiro” foi iniciado, a imagem que se obtinha na chegada à praia era diferente (figura 128) da imagem do mesmo espaço quando o projeto terminou (figura 129). Um presente ganho por uma moradora alterou a visão do lugar. A partir desse momento, os cartões postais da “igrejinha do Aventureiro”, maneira como a maioria dos turistas se refere à Igreja de Santa Cruz, ficaram obsoletos.



Figura 128 - Pedra e Igreja de Santa Cruz em 2009  
Fonte: Arquivo pessoal



Figura 129 - Cristo na Pedra da Igreja de Santa Cruz em 2012  
Fonte: Arquivo pessoal

Buscou-se também entender como os visitantes viam o local e os moradores, qual a imagem que alguns teriam sobre eles. Ainda que não seja fácil conversar com um turista na praia do Aventureiro, visto que eles estão com o objetivo de se desligarem do mundo e não demonstram interesse em ficar conversando a respeito de moradores. Poucos aceitam continuar a conversa, se acham que alguém pergunta demais. Entre os visitantes, com os quais foi possível conversar nestes três anos, foi observado que o lugar é frequentado um pouco mais por homens do que por mulheres. Isto, possivelmente, pelo fato de os homens surfarem mais do que as mulheres. Muitos turistas são formados ou são universitários. Durante as conversas foi percebido que vão ao Aventureiro, na maioria das vezes, influenciados por amigos que já conhecem o lugar. A internet foi identificada

como uma fonte de busca de informação antes da viagem. O valor que os turistas, com os quais foi feito contato, afirmam gastar é de R\$25 a R\$100 reais por dia. As opiniões sobre os moradores são as mais diversas possíveis. Algumas frases mais polêmicas são destacadas a seguir. A maioria confessa que foi para o Aventureiro atraída pela beleza natural e pela paz. Há muita reclamação também sobre a falta de conforto na “paz” encontrada, e as opiniões se dividem se o fornecimento de energia elétrica para o local seria uma boa opção, ou não. Os turistas criam um estereótipo do morador ingênuo, com poucas ambições, subserviente. Alguns turistas começam a vê-los como consumidores potenciais também. O lugar comum entre os entrevistados a respeito das constatações gerais sobre o local é o trinômio: beleza natural, tranquilidade e reclamações com a falta de infraestrutura. Seguem algumas falas de visitantes a respeito do lugar e dos moradores (quadro 13).

O Aventureiro é...	Frases
Um mercado Consumidor.	Eles compram tudo que eu trago de fora, eles se olharam em uma câmera na filmagem e adoraram. (Jean Pereira, 34 anos, surfista mora no Havaí).
A Ilha Deserta, o Paraíso.	Achava que fosse mais isolado, sem energia nenhuma, sem camping estruturado (Daniel, 26 anos, economista).  Sem muito turista, sem celular tocando funk na praia. (Arthur, 24 anos)  Eu imaginava a praia do Aventureiro com mais pessoas e menos bela. Acho que tá bom assim, não tem que mudar. . (Luiz, primeira vez, 23 anos).  Tem que ser assim mesmo (sobre não ter luz elétrica) (Rômulo, 47 anos)
Um lugar prestes a deixar de ser autêntico ou destruído.	Troca a pesca pelo camping e turismo, e muda a atividade local. Daqui a pouco estarão vendendo um artesanato, que não tinha antes, um Bob Marley feito de Durepox (Daniel, economista, 26 anos).  É uma fonte de renda que deve ser controlada para não acabar com o lugar. (Lucas, 25 anos).
“Crete” como em Provetá	Achava que todo mundo era crente aqui (Luiz, 29 anos).
Habitado por serviçais submissos, pessoas ingênuas e bobas.	Eles (os turistas) abstraem as pessoas do lugar, eles acham que são serviçais, adorno, que estão ali para servir eles. (Isabela, 26 anos).  Para eles (os moradores) um carro do ano, um tênis de marca, não faz diferença. (Luiz, 23 anos).
Um lugar onde não há mais caiçaras	Eles não são mais pescadores. Caiçara é quem nasce na ilha. Vem de família que já estava na ilha. (Jean Pereira, 34 anos)  Caiçara é quem sai para pescar e eu não vi ninguém saindo para pescar. (Reginaldo, 23 anos).

Quadro 12 - Depoimentos de turistas sobre os moradores do Aventureiro  
Fonte: Dados da pesquisa (2009-2012)

Pergunta: Você acha que as pessoas que vêm aqui, elas sabem o que é a população caiçara?

José Antônio: Eu acho que muito pouca gente sabe. Quem é daqui, quem se interessa, quem conversa, quem bate papo, ou por algum motivo está envolvido na vida da comunidade, noventa e cinco por cento das pessoas que vêm aqui não sabem exatamente nada sobre o Aventureiro, o que significa essa gente, o que elas fazem, como é que elas sobrevivem, o que elas comem, o seu dia a dia, as suas angústias, seus medos, suas ansiedades, ninguém pensa. (José Antônio, Vereador de Angra dos Reis, 2012)

Verifica-se um distanciamento entre os moradores e os visitantes, e esse distanciamento não interfere na demanda turística no local. Moradores e visitantes compreendem o custos e os benefícios que obtém nesta relação. O que atrai o turista não é a tradição e muito menos as dificuldades dos moradores. É o paraíso-proibido.

Segundo Teresa Mendonça, a situação de “legalidade-ilegalidade” proporciona ao Aventureiro o status de “paraíso turístico proibido”, tornando-o ainda mais atraente. “Mesmo proibido, o turismo no Aventureiro foi e é estimulado pela mídia e pelo poder público, alimentando a turismização do lugar” (MENDONÇA, 2010, p. 253). O paraíso proibido é na verdade bem permitido, e com direito ao recebimento de “pulseiras coloridas” (figura após assinada a permissão de entrada. Foi realizado o procedimento “correto” para ir ao Aventureiro, tratando-o como uma Reserva Biológica controlada pelo INEA, que flexibiliza a visitação (algo que seria completamente ilegal).

O Caminho correto então é ir à Turisangra, localizado em Angra dos Reis, preencher documentos apresentando a identidade original. Recebe-se, então, o termo de responsabilidade com informações sobre como agir no local, uma autorização de acesso, assim como uma pulseira colorida indicando que o visitante foi cadastrado, uma vez que há um acordo para que não haja mais que 560 pessoas no lugar. Então o visitante é educadamente orientado a “se virar” a procura de um barco para conseguir chegar ao Aventureiro, visto que não há linha regular de barco para o local. Destaca-se que nada foi cadastrado em um computador, não há um sistema integrado, quem controla a chegada ao Aventureiro não foi avisado, ou seja, não há comunicação e controle. Só folhas preenchidas. Essa foi uma experiência vivida na baixa temporada, que pode ser diferente da alta temporada.

Conclui-se que se trata apenas de um “teatro do controle”, com rituais de pulseiras e preenchimentos de documentos para que efetivamente se possa entrar no Aventureiro. Enquanto isso, sem burocracia, lanchas com pessoas sem pulseira atacam e tiram fotos no coqueiro deitado, pessoas por trilhas chegam pela praia de Dois Rios ou Provetá. O sujeito “com pulseira”, assim que chega ao local, percebe que a rotina não existe efetivamente, e o “adereço” ainda pode lhe render algumas boas brincadeiras ou apelido de “bobo”.



Figura 130 - Pulseira de acesso para “entrar” no Aventureiro  
Fonte: dados da pesquisa, 2012

Os moradores possuem também um controle dos visitantes através da cabine da AMAV, onde se registram os nomes assim como o local de acampamento. Nos últimos anos, os visitantes que frequentam o lugar, “mudaram”, de acordo com os moradores. Uma das formas de diminuir a demanda pelo turismo no Aventureiro foi o aumento das passagens de barco e do valor do camping. Isso fez com que desaparecessem os turistas que eles chamaram de “ratões”. De 2009 a 2012, foi conversado com os moradores acerca das diferenças entre os perfis dos turistas, solicitando que dessem características dos diferentes “tipos” de turistas que frequentam o Aventureiro. Os resultados estão no quadro 14 a seguir.

1. Tipo de comportamento no Aventureiro com relação ao ambiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Bagunceiro, desorganizado ou o relaxado (que deixa as coisas jogadas).</li> <li>✓ Mais porco “deixa a rola”</li> </ul>
2. Tipo de comportamento com relação ao morador	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O que não é legal.</li> <li>✓ O abusado ou “a gente não quer e eles fazem”.</li> <li>✓ O que é legal e o que agrada a gente.</li> <li>✓ É carinhoso, considera a gente.</li> <li>✓ O que a gente pega amizade.</li> <li>✓ Conhece todo mundo.</li> <li>✓ Os que vêm sempre e viram amigos da família.</li> </ul>
3. Característica da personalidade e frequência de uso.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Mais relaxado – tranquilo.</li> <li>✓ Bicho Grilo.</li> <li>✓ Pessoal da Bagunça, que vai para onde está o Auge.</li> <li>✓ Agitado, mas fica parado.</li> <li>✓ Bate volta.</li> <li>✓ Turista de 1ª. Vez – 1ª. Viagem.</li> </ul>
4. Profissionais	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Pescador.</li> <li>✓ Pesquisador.</li> </ul>
5. Preferência de hospedagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Turista de camping.</li> <li>✓ Turista de quartos.</li> <li>✓ Turista de Dinheiro que quer mais conforto.</li> </ul>
6. O que buscam	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Gostam de Trilha.</li> <li>✓ Surfistas vêm pelas ondas.</li> <li>✓ Ecoturistas vêm pela trilha.</li> </ul>
7. Pela Estação	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Surfista de todo verão.</li> <li>✓ Surfista de Inverno.</li> <li>✓ No verão vem gente para diversão.</li> </ul>
8. Do amor	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Só quer ficar tranquilo com a namorada.</li> <li>✓ Casal</li> </ul>
9. Os ratões (antes)	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Figura carimbada no Aventureiro</li> <li>✓ vem pra fumar, beber, fazer bagunça</li> </ul>
10. Tudo Igual	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ O que eu não conheço</li> </ul>

Quadro 13 - A imagem dos visitantes do Aventureiro pelos moradores  
 Fonte: Dados da pesquisa (2009-2012)

“Os ratões” não estão mais presentes, mas o aumento do preço, associado ao apelo midiático a respeito do lugar, fez com que um novo “turista do dinheiro” aparecesse. Entretanto, o local ainda está se adequando para recebê-lo. As mudanças então acontecendo lentamente. Em 2009, apenas dois campings eram divulgados na internet, com algumas informações sobre hospedagem (camping do Luís e camping do Rubem). Hoje, já há mais campings que estão se articulando na internet, através dos familiares que não moram no Aventureiro. Eles estão experimentando algo que nunca foi feito. Como exemplo, pode ser citado o camping do Valdomiro, que usa a internet atualmente para divulgação. A AMAV também possui um blog com informações sobre o local, mas o foco não é turístico, é político.

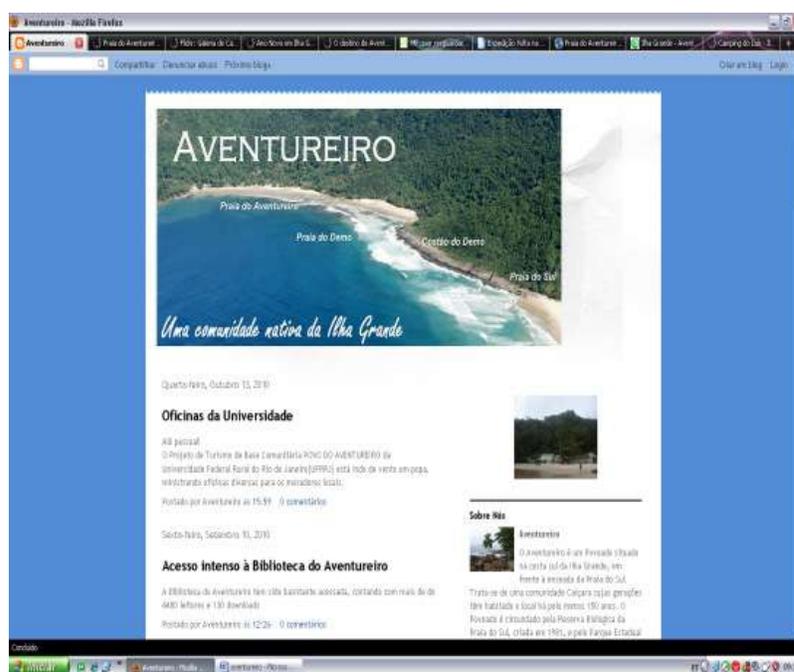


Figura 131 – Blog da AMAV

Fonte: <http://aventureiro-ilhagrande.blogspot.com.br/>, acessado em 2012.

Ao observar as redes sociais (Orkut, facebook e youtube) verifica-se que algumas pessoas que foram ao Aventureiro e compartilharam esta informação, desejavam dizer: “estive no Aventureiro”. É como se a ida ao lugar certificasse certo status a ela, relacionado a ser “ecológico”, “surfista”, “pessoa descontraída”, “antenada”. Nos sites em geral, a imagem construída na rede sobre o Aventureiro, associa-o a “paraíso de alguma coisa”, como: “o paraíso do surf”, “ilha paradisíaca”. Em Angra dos Reis, o apelo nos cartazes e outdoor é o mesmo: “Venha para o Paraíso Insular!”.

Duas argentinas entrevistadas foram “atraídas” para a “ilha paraíso” através da imagem do “coqueiro deitado” que descobriram na internet, com buscas no Google. A fim de encontrá-lo viajaram para o Rio de Janeiro, em direção a Ilha Grande, mas hospedaram-se na praia do Abrão, onde decepcionadas por não tê-lo encontrado, descobriram através de um “cartão postal” exposto em uma banca de jornal, que estavam na praia errada. Em seguida se organizaram para outra viagem pelo mar até o Aventureiro.

Na mídia em geral, há espaços onde se discute sobre o Aventureiro se tornar RDS ou APA, e, além disso, ainda se debate se os moradores “são” ou “não” uma comunidade tradicional caiçara (figura 132 e 133). Nestes ambientes *online* ou na mídia impressa pesquisadores fundamentam suas opiniões, junto com pessoas de órgãos ambientais, advogados e políticos. Os habitantes são convidados a dar suas opiniões também. Nos jornais e revistas, os moradores são “chamados” de caiçaras. Os pesquisadores se dividem. Aqueles pertencentes à área das ciências humanas e sociais defendem que, independentemente da categoria, é legítimo aos moradores a permanência no local, como uma posição política a favor da sua sustentabilidade econômica. Essa postura tem sido criticada por pesquisadores da área ambiental, ecológica e biológica, como segue em artigo publicado.

Verificou-se que a produção científica nacional, no que se refere às populações caiçaras, tem uma abordagem primordialmente sociocultural e, muitas vezes, forte orientação político-ideológica. Frequentemente, incorpora conceitos antigos ou incorretos da Biologia/Ecologia/Ecologia Cultural, faz generalizações com pouca ou nenhuma base empírica, e considera as populações caiçaras sob o viés do "bom selvagem". Observa-se, também, que a literatura ecológica internacional raramente foi incorporada pelos pesquisadores que trabalham com populações caiçaras (ADAMS, 2000, p. 165)

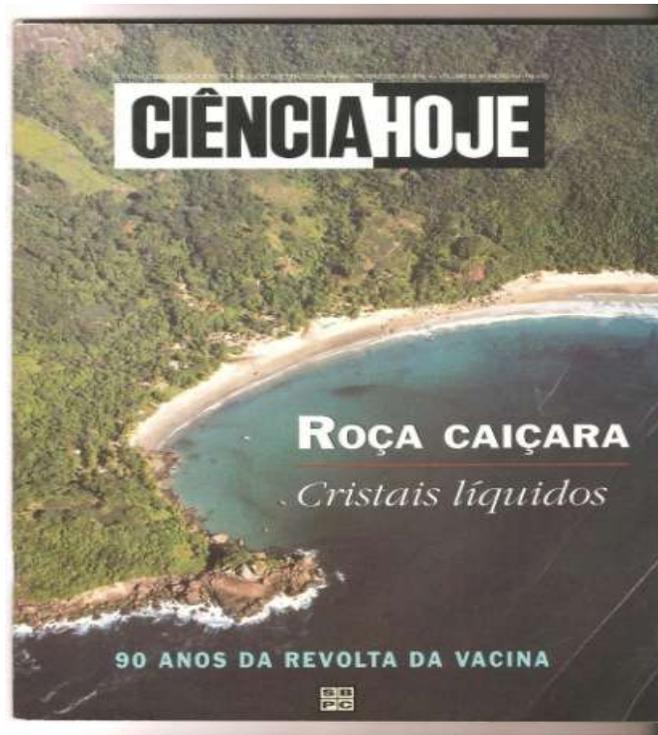


Figura 132- Matéria sobre a Roça Caiçara na Praia do Aventureiro  
 Fonte: Revista Ciência Hoje (Capa, 1994)



Figura 133 - Reportagem sobre Aventureiro  
 Fonte: Jornal O Globo (04 jul.2011)

### 4.3 SOBRE AS FESTAS DOS MORADORES

Pelo amor de Deus, a festa não pode acabar. (Micilene, ex-moradora, adolescente, na Festa de Santa Cruz, 2012).

A festa dá ensejo à sociedade de se mostrar “idealmente” de modo espetacular (BALANDIER, 1982, p. 8).

Na praia do Aventureiro, acontecem duas festas que os moradores identificam como tradicionais: em janeiro, a “Festa da Santa Cruz” e, em julho, a “festa julina”. O período das festas é adaptado pelos moradores. O dia da Santa Cruz no Aventureiro é 03 de maio, segundo os moradores, mas eles realocaram a data da comemoração para o primeiro final de semana de lua cheia de janeiro. Isto pelo fato de o mês de janeiro ser o período de maior iluminação, por se tratar de verão, que, associado à lua cheia, é também um período não favorável à pesca. Assim sendo, os homens pescadores, que antes trabalhavam embarcados, ficam em casa no verão. A festa julina também possui data adaptada, visto que, tradicionalmente, os santos comemorados, “João, Pedro e Antônio”, são festejados em junho. Entretanto, a festa é realizada em julho, porque os filhos estão de férias, e mais uma vez a família pode assim celebrar. É importante deixar bem claro que as festas são deles, realizadas por eles, para eles. E como se tratam de eventos ligados à igreja, essas duas festas sinalizam a influência do catolicismo na comunidade. Trata-se, portanto, de um catolicismo “tradicionalmente adaptado” pelos moradores do Aventureiro, conforme fala de frei Luiz abaixo.

Só aqui o dia três de maio, esse é um dia como santificado, pro povo daqui, entendeu, pro povo daqui, não é que seja da Parnaióca (Nezinho, morador, 2012).

O catolicismo aqui no Aventureiro, ele consiste num catolicismo mais de tradição, não é? De passar de geração e, então, apesar de não ter até aqui, não ter havido, uma assistência mais adequada, uma presença maior da Igreja, instituição, mas as pessoas que aqui moram, elas, até aqui, têm buscado alimentar a sua fé dentro de suas condições, dentro da sua realidade e, de uma forma muito mais ligada à questão devocional também, aos santos. Então, a fé se manteve aqui, não é? Apesar desta falta da assistência da instituição Igreja Católica, mas a gente percebe que ainda existe uma chama dessa fé no coração das pessoas, que alimenta o caminhar delas, não é? A fé e a tradição estão no centro da vida do povo. Tanto é que, a festa religiosa, ela envolve toda a comunidade, não é? (Frei Luiz, pároco da Ilha Grande, 2012).

Antes de iniciar a abordagem mais detalhada com relação às festas, é interessante entender a relação dos moradores com “as Igrejas”, visto que há duas instituições em um único templo. Uma é a Capela de Santa Cruz, vinculada à Igreja Católica Apostólica Romana, pertencente à paróquia da Ilha Grande. A outra é a Igreja de Santa Cruz, dos moradores do Aventureiro, e há diferença entre ambas. De acordo com as informações do Frei Luiz, pároco da Ilha Grande, as visitas mais constantes dos padres à comunidade se iniciaram em abril de 2011, com o objetivo de dar assistência religiosa ao grupo do Aventureiro, com a frequência de uma vez por mês. Até então, as visitas ocorriam uma vez ao ano, no dia de Santa Cruz. A assistência religiosa implica, principalmente, celebrar missa e visitar as casas e, para isso, desde fevereiro de 2001, dois freis (Frei Luiz e Frei Paulo) estão morando no Abraão. Esse acompanhamento religioso da Igreja Católica aos moradores da Ilha Grande sempre foi deficitário, e o motivo disso foi justificado pela falta de missionários para atuarem na região. Entretanto, no dia sete de agosto de 2011, a Ilha Grande se tornou uma paróquia, sendo a igreja de São Sebastião, localizada em Abraão, a sua matriz.

Paróquia é uma jurisdição católica, é uma área geográfica que é administrada por um padre. E para aquela área, a designação é paróquia. A diocese é formada por um grupo de paróquias e cada paróquia é administrada por um padre, e uma paróquia é formada por um grupo de comunidades católicas locais. Então a Ilha Grande virou uma paróquia, uma única jurisdição administrada por um padre. Isso foi no dia sete de agosto. Aí, eu me tornei pároco da Ilha Grande (FREI LUIZ, festa de Santa Cruz, Aventureiro, 2012).

Frei Luiz, primeiro pároco da Ilha Grande, é de São Paulo e está há nove anos no Rio de Janeiro. Ele é jovem, aparentando ter por volta de 38 anos, e apresenta uma postura atenciosa, clara e compreensiva com relação às particularidades atinentes ao funcionamento da Igreja de Santa Cruz dos moradores, principalmente por assumir a restrita presença da Igreja Apostólica na região. Ele afirma se identificar com o trabalho missionário que “não é para qualquer pessoa”, segundo ele, referindo-se às dificuldades relacionadas à geografia e à dependência de embarcações, somadas à possibilidade de ter que fazer trilhas. “Por causa dessa geografia toda, não é? A pessoa tem que ter uma identificação com essa realidade, esse contato com a natureza, não é?”, afirma o Frei.

A igreja de Santa Cruz (figura 134) que, na realidade é uma capela, Capela de Santa Cruz, tem aproximadamente cento e cinquenta anos, de acordo com os moradores. Além dela, há mais onze capelas na Ilha Grande. As capelas são menores, possuem um pequeno altar e, geralmente, os padres a visitam de forma itinerante. Como já foi mencionado, até 2011, o Aventureiro recebia assistência da Igreja uma vez ao ano, no dia da Festa de Santa Cruz, e ainda assim é a única vila da Ilha Grande

onde a maioria dos moradores afirma ser católica. Na Ilha Grande, segundo Frei Luiz, a maioria das pessoas é evangélica.

Porque nunca morou padre na Ilha Grande. Então a assistência da Igreja Católica sempre muito precária, sempre foi muito precária. O padre vinha uma ou duas vezes por mês do continente. [...] O Aventureiro é a comunidade que menos... Uma das comunidades que menos teve assistência da Igreja Católica, assistência que a gente fala, é no sentido de ter um padre vindo para celebrar missa e tal, motivar a comunidade, não é? E ela está mais próxima de Provetá, que é a segunda maior vila, onde cem por cento da população praticamente é evangélica. Mas aqui, há uma liderança. Porque a pessoa que está à frente, que é a luz, a pessoa muito querida, respeitada aqui, e eu vejo que é ela que manteve. Que sofreu... Que influenciou para que não cedessem, não mudassem de igreja, porque não tem sentido (Frei Luiz, 2012).



Figura 134 - O Altar da Igreja de Santa Cruz  
Fonte: Arquivo pessoal (2010)

Como mencionado, as mulheres do Aventureiro, que têm seus nomes lembrados, quando se reporta à “catequização” dos moradores, são: Dona Guilhermina, Benedita, Santinha, Sebastiana e mais atualmente Lúcia. Samara (filha de Neneca, sobrinha de Lúcia), uma jovem de 20 anos (2012) tem auxiliado como catequista das crianças atualmente. Dona Guilhermina (não nativa, moradora de Realengo, no Rio de Janeiro), comadre de um morador, foi a grande responsável por ter envolvido os que atualmente, em 2012, estão com aproximadamente 60 anos, com as atividades da Igreja. O trabalho que Guilhermina realizou, há quase meio século, ainda se mantém. Ao considerar, conforme afirmam os moradores, a existência da capela há 150 anos, outras pessoas, no passado, também se

motivaram a construí-la e a mantê-la. Os moradores se referem à “Santa Cruz” como se personificassem a própria “Cruz” como uma santa. A Cruz é santa, canonizada pelas diversas histórias contadas pelos moradores. Ela é “a milagrosa” do altar. É comum dizerem: “a santa da Igreja é a Santa Cruz”. O gênero da cruz é feminino, e o mito da sua origem santa é citado através de um fato ocorrido no passado, em um tempo no qual nenhum dos atuais moradores da comunidade viveu, mas sobre o qual ouviu contar. Na história relatada, a cruz sinalizava o local em que um rapaz foi enterrado, e a sua localização seria onde fica atualmente a Igreja. A cruz foi feita pelo pai do mencionado rapaz.

Contam os antigos que, aqui, tinha um rapaz que se chamava Josué. O Josué era muito mentiroso, então, para tudo que ele fazia, contava uma mentira e, no final das contas, ninguém dava mais crédito pelo que ele falava. Aí, um belo dia ele pegou uma canoa e foi pescar lá atrás da ponta, lá no Costão. Aí, virou a canoa e ele ficou assim: “Socorro, Socorro, Socorro!”. O pessoal que estava ao redor dele, que foi pescar lula, disse: “começou o Josué com a bobeira dele. Só que naquele dia e naquela hora ele estava pedindo socorro, ele estava falando a verdade e ninguém deu bola para o Josué. Então Josué morreu afogado. Após quinze dias, o corpo do Josué apareceu, onde? Aqui, em frente à igreja, aqui na praia. E o pai do Josué muito triste veio, cavou, fez uma cova ali onde é a igreja, colocou uma cruz de cedro, plantou lá no chão. Passou um ano, dois, três, quatro, cinco, dez, quinze anos, a cruz não apodreceu, não estragou. Aí, começaram a dizer que era um milagre do Josué, e as mulheres começaram a se reunir e falaram assim: Vamos orar para o Josué. Então, todos os sábados, à tarde, as mulheres se reuniam. De ali, para não ficar ao relento, fizeram uma casinha, uma cabaninha de sapê e de pau-a-pique, mas era muito pequenininho e as mulheres foram chegando e eles precisaram fazer um espaço maior. Então se reuniram e fizeram a capelinha. Os homens também, não é? Porque era serviço bruto, tinha que cortar madeira na mata, tinha que fazer com barro, porque era de estuque, na época. Então, aí fizeram a capelinha, a gente até chamava de capelinha de Santa Cruz. Por isso, que foi chamado de Santa Cruz, por causa da cruz do Josué (Mito contado por Neuzeli, nativa, 55 anos, 2012).

Tipo assim, tinha um casal aqui no Aventureiro, o pai que fala isso, que tinha um filho e o menino queria ir pescar e ele não queria deixar porque eles estavam fazendo farinha, tavam mexendo farinha e não queriam deixar o moleque pescar, pegar lula, uma coisa dessa. Aí ele apanhou, apanhou, apanhou do pai dele e o pai dele deixou, mas o pai dele falou pra ele: “Tá vai, mas tu não volta.”. Aí ele pegou a canoa a foi, chegou lá começou a pescar, pescar, pescar com a galera lá, matou um monte de peixe, na hora de vir embora não apareceu na areia, todas as canoas vieram e a canoa dele tava de bruços ali na ponta e ele não tava, depois no outro dia ele boiou. Aí o pai pegou uma vela, botou na canoa e foi lá, chamou, chamou ele, veio remando, aí ele veio atrás da canoa, veio, veio, até encalhar na praia. Aí ele pegou e fez essa cruz aí. Foi lá na Freguesia de Santana... Ah, faz muito tempo. Aí batizou a cruz e trouxe e fez aquele altar ali dentro da igreja e botou ali. Acho que ele foi enterrado em baixo daquele altar ali, tá enterrado ali embaixo do altar. Fizeram o altar ali em cima dele, botaram a cruz ali e batizaram a cruz como Santa Cruz (Mito narrado por Fabinho, nativo, 25 anos, 2012).

O mito apresenta um homem pescador que mentia para as pessoas, que gostava de enganar, ou não gostava de obedecer. Ele estava pescando lula e não matando peixe. O período da lula é “normalmente” entre o verão e o outono<sup>36</sup>, as duas estações em que já foi celebrada a festa de Santa Cruz. O rapaz não voltou. Ele morreu no mar; foi o castigo que recebeu por seu comportamento desviante. O milagre foi encontrar o corpo que o mar tinha escondido. O pai encontrou o corpo do filho e o enterrou, sendo o local sinalizado com a Cruz que, desde então, se tornou milagrosa. Segundo o morador Roseno (70 anos, 2012), “ver com os próprios olhos”, o que aconteceu com um homem que prometeu ajudar na realização da obra da igreja, mas não cumpriu com a palavra. Começou a ficar com o corpo todo torto, mas antes do término da obra, o homem arrependido ainda conseguiu trabalhar, finalizando com o cimento. Seu corpo desentortava à medida que ia alisando o chão. A outra história, relacionada à Cruz, é que, quando a igreja passou por uma obra, um morador guardou a cruz em sua casa, mas no dia seguinte, a cruz havia voltado sozinha para o altar.

Ao ouvir essas narrativas, há a possibilidade de várias associações de imagens e ideias. A primeira história sinaliza a importância da verdade, da credibilidade e da confiança transmitida. Desvios recorrentes podem significar o descrédito de forma definitiva. A segunda constrói a moral do valor da obediência à família. Ambas remetem ao sofrimento das famílias que ficam na terra e, por esse sofrimento, o milagre acontece. A história de Roseno afirma a importância da palavra, do trabalho e evidencia que os desvios podem marcar um homem, mas que o arrependimento o torna novamente merecedor. E a última história situa a posição de poder da cruz, de colocar as coisas nos seus devidos lugares, surpreender e superar. O mar é o mundo. As escolhas feitas no mundo podem marcar, mas a fé, o trabalho, a esperança e o arrependimento tornam o pecador, merecedor. Josué some na história. Ele é o homem comum e representa qualquer homem. Seu pai é a fé e, juntos, são a razão de a cruz existir. A Santa Cruz não tem uma especialidade, um tipo de milagre específico. Ela simboliza a conquista daquilo que se espera encontrar. A cruz empodera o homem comum.

A Igreja de Santa Cruz, portanto, nasce dessa mistura de elementos naturais e sobrenaturais que se tornam comuns na vida de seus fiéis; os moradores que não veem conflito entre serem católicos e frequentarem rezadeiras, por exemplo. Mas essa é a igreja deles, que é desviante dos dogmas da paróquia. A igreja de Santa Cruz dos moradores do Aventureiro é sincrética, aceita superstições, rezas, credices e a visão de espíritos. Ela é descolada da outra. As falas de Leninha e Dona Esmeralda, que representam as famílias mais tradicionais e também católicas da vila, mostram a experiência de sucesso com as rezas. Em Proverá, a parteira aposentada, Dona Normandina, da

---

<sup>36</sup> Embora atualmente esteja desequilibrado este período, os moradores têm falado que a lula tem aparecido no inverno, possivelmente pela mudança da temperatura da água.

Assembleia de Deus, quando ainda praticava tal atividade, costumava usar ervas e cintas no pós-parto, para evitar “barriga”. Entretanto, doze anos depois, na última conversa, ela tinha abolido qualquer tratamento com ervas, pois “não estava certo”. Frei Luiz afirma compreender essa realidade, e desde que não se fira a fé, acredita que a igreja que representa saberá trabalhar bem com a comunidade.

É a Raquel, ela, faz negócio de destroncar osso, que a gente agora fala fraturado, né. Mas chamava outro nome.... É destroncado. Ela benzia, fazia reza. Ela morava com a Dona Angelina. Cobreiro (impingem) isso tudo ela benzia. (Leninha, organizadora da festa de santa Cruz, moradora, 44 anos, 2012).

Não tem mais Rezadeiras, tinha Dona Angelina que tratava de picada de cobra, Quebranto das crianças (que é olho gordo), e dona Raquel que rezava Erisipela. Ela ainda é viva e mora em Pinheral. Sr Manoel Rezava também. Dele foi rezado por D Raquel. Benzeu e ela furou. Meu outro filho pegou erisipela, não tinha rezadeira, ele fiou no hospital já tinha rasgado, levei na rezadeira que achamos, mas já tinha rasgado, esse ficou com defeito, Dele ficou bom (D Esmeralda, moradora, mãe do festeiro escolhido para o ano de 2013, 2012).

Eu sou adepto da fitoterapia, da geroterapia, eu gosto de tratamentos naturais, a gente tem essa abertura, a gente sabe que, em muitas culturas, há uma mistura de ciência com fé, existe um fundo verdadeiro, existe uma... Como é que eu posso dizer, existe, de fato, fundamento em muito conhecimento que se tem de poder da natureza, curativo, mas que se mistura com muitos mitos e lendas. A gente sabe separar isso muito bem e valorizando esse conhecimento. Isso não tem nenhum problema. A tendência é à medida que a gente fica sabendo, a gente procurar orientar, esclarecer, mas, aquilo que for de positivo, buscando conservar. Não é tendência da nossa fé, simplesmente, atribuir tudo ao demônio, ao maligno, não, ‘Esquece isso, que isso é coisa do mal’. Não, isso é uma visão muito mais fundamentalista, que tem essa tendência, que tem essa atitude, não é? E, nesse sentido, as outras Igrejas são mais radicais nesse sentido. (Frei Luiz, 2012).

Frei Luiz, em suas falas, deixa clara a sua preocupação com o avanço da religião evangélica protestante, e posiciona a igreja católica em oposição a dogmas mais fechados ou radicais com relação a algumas práticas relacionadas à tradição. E ainda se coloca, enquanto representante da igreja, contra crenças que também resultem contra a vida, por exemplo. Com relação à posição política sobre a RDS ou a APA, o pároco explica que a Igreja não tem um posicionamento, especificamente, e que ela “se posiciona a favor daqueles que mais necessitam, dos mais necessitados”. Entretanto, na opinião pessoal de Frei Luiz, a RDS seria mais conveniente, visto que, segundo ele, ao analisar a realidade e as possibilidades, com a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), as pessoas podem permanecer na localidade “vivendo como vivem, fazendo o que fazem com o seu trabalho, tirando seu sustento do próprio lugar, na parte do turismo, ou, minimamente, da pesca, mas com direito a isso também. E sem agredir”. Frei Luiz afirma a surpresa que tem com a limpeza da praia, diferente do que ele vê em outras localidades da Ilha Grande.

Segundo ele, “não é a população que degrada, pelo contrário, a gente vê que a praia é muito limpa” (Frei Luiz, 2012). Ele considera que a igreja poderia intervir nos conflitos da comunidade sobre o assunto da recategorização, mas acredita que o pouco tempo disponível para visitas à comunidade não permite uma eficaz participação da igreja neste assunto.

Mas, mesmo sendo dentro do momento celebrativo, a gente procura enfocar a questão da importância de se manter a união, o diálogo, não é? A superação das dificuldades pela diferença, os conflitos de relacionamento por causa das diferenças de opinião, a gente procura ir nessa direção. As pessoas, apesar das diferenças de opinião, sabem manter um diálogo e se respeitar, se amar, se unir (Frei Luiz, 2012).

Com relação às mudanças que já ocorrem e poderão ocorrer no futuro do Aventureiro, Frei Luiz acredita que, com a chegada da energia elétrica, a entrada da modernização e a diminuição do isolamento através da tecnologia, os moradores vão estar muito mais ligados a toda a realidade moderna. A mídia poderá trazer transformações à vida dos jovens, principalmente ao buscar outra realidade. Os jovens vão procurar trabalho ou estudar no continente, como muitos já fizeram e fazem. Alguns poderão perder o vínculo com a comunidade, com a terra e a tradição. Ainda que haja um vínculo afetivo, poderá ser diminuído o comprometimento com a comunidade. Com relação aos jovens, são considerados mais “dispersos”, por terem uma “fé tradicional”.

Como a base da fé é mais tradicional, não é? Não é tanto por convicção, mas por tradição aqui no Aventureiro, a gente percebe na juventude essa dispersão maior. Os jovens já não estão tão envolvidos com a Igreja aqui no Aventureiro como os seus pais, não é? Como as pessoas da segunda e terceira idade, então, já há um distanciamento (Frei Luiz).

A “fé da tradição”, relacionada ao afastamento das atividades da igreja, não significa o distanciamento dela, por parte dos jovens. Os jovens demonstram gostar da festa, admiram as pessoas que lideram as celebrações, mas demonstram certa timidez, uma vergonha em agir de forma mais efetiva em algumas atividades, como “carregar andor”, celebrar missa. Eles demonstram um comportamento mais individual, pensando mais em si mesmos do que no grupo. Isso implica dizer que as novas gerações estão apresentando um comportamento mais moderno, mais distante do grupo e próximo de si mesmo. Isso implicaria o afastamento de algumas tradições, ou uma nova adaptação. A igreja (do Frei) pensa em, futuramente, envolver mais os jovens em uma fé menos da tradição e mais na evangelização. Isso significa, também, uma nova adaptação à tradição. No Aventureiro, não há confissão. Cabe ressaltar que, aproximadamente há quarenta anos, havia, através de um frei chamado Jorge, que visitava a comunidade uma vez por ano. Na maioria das vezes, a celebração da

missa é conduzida por Lúcia. Frei Luiz fez a celebração da festa de Santa Cruz deixando a comunidade conduzir a organização do rito. A forma de realizar a missa, de acordo com a experiência da comunidade, é considerada por Frei Luiz como uma celebração “diferente”, “musical”, “simples” (figura 135 e 136).

A grande ênfase a que as pessoas dão é a música, elas gostam de cantar, cantam muito, não é? Elas concentram mais as suas atenções no canto do que no próprio rito, por exemplo, elas não dão o rito, porque elas não estão acostumadas com esse rito, uma vez que é uma vez por mês que acontece e, para ser sincero, não sei como é a celebração que a Lúcia faz, mas imagino que seja uma coisa mais espontânea, mais canto e oração. Ainda não tem, ainda não descobriram o valor de determinados ritos, determinados momentos, não é? (Frei Luiz, 2012).

No final do segundo dia, domingo, o tempo estava ruim e ficamos para voltar na segunda. A noite houve uma missa. Lá não tem padre, uma MULHER líder local reza a missa. O órgão é tocado por um jovem pescador que nunca estudou música e que, além desse toca violão, tudo de ouvido. (Heitor Ney Mathias da Silva. SILVA, 2010, p. 1)



Figura 135 - Lúcia e seu filho Fabinho ensaiando as músicas  
Fonte: Arquivo pessoal (2009)



Figura 136 - Lúcia ministrando a celebração  
Fonte: Arquivo pessoal (2010)

Durante todo o ano, Lúcia é a pessoa responsável pelas celebrações. O papel de Lúcia na Igreja é como agente político na comunidade: uma pessoa carismática, que não tem vasto conhecimento sobre os assuntos religiosos ou bíblicos, mas que é muito respeitada pelo grupo. Ela é mediadora e articula para que “as coisas aconteçam” na vila. Frei Luiz considera que ela desempenha sua liderança religiosa de forma “muito espontânea”. Segundo ele, “ela cativa”, “transmite confiança”, é uma líder carismática, assim como suas antecessoras. O carisma, segundo Berger, é uma forma passional de poder de mudança de um líder isolado, escolhido para sua missão “espiritual” de substituir os significados velhos por significados novos, e redefinir os pressupostos da existência humana. Embora sua atuação seja de curta duração, ele exerce mudanças permanentes (BERGER, 1989).

A Lúcia é a liderança religiosa, mas não é só liderança religiosa, por exemplo, o único telefone do Aventureiro que pega é o telefone da Lúcia. As pessoas precisam ter acesso a um telefone, buscam o telefone da Lúcia, não sei isso é proposital, acho que não, mas é o único telefone que pega aqui. Ela é, também, a agente de saúde, então, aqui não tem médico, aqui não tem posto de saúde, mas, o mínimo que se faz é através dela e, através dela, me parece, que é o agendamento do médico, ela que faz essa ponte da comunidade com a parte da saúde. Então, ela é uma liderança em outros aspectos também, uma referência em outros aspectos, não é? Então eu percebo que ela é uma pessoa bem quista e respeitada por todos, independente, vejo que independe da posição que as pessoas tomam em relação ao futuro do Aventureiro (Frei Luiz, 2012).

Ó, a festa acaba só se a comunidade largar e entrar pra evangélica, porque enquanto os católicos tiverem não vai não. Se depender de mim e alguns católicos, não acaba não. Só se eu morrer, Deus me levar e eles largarem o barco. Aí eu não posso fazer nada, mas enquanto eu tiver... (Lúcia, moradora, sobre a possibilidade de a festa acabar, 2012).

O Avanço da religião protestante pode, realmente, ser uma ameaça, em curto prazo, para as festas relacionadas à Igreja. Os convertidos ao protestantismo não participam da festa, nem das atividades tradicionais culturais. Na última festa, houve um conflito, pois o morador Luís não fechou o bar do camping durante a procissão e festa. Tradicionalmente, todos os “comércios” ficam fechados durante a procissão, o leilão e o forró. A moradora que, no ano de 2011, ensaiou a quadrilha da festa julina, “voltou” para a Igreja de Provetá, disposta a não participar dos eventos do ano de 2012. Frei Luiz observa que a “falta” de opção de lazer faz com que a “fé da tradição” se mantenha. O distanciamento do uso da televisão e de outras tecnologias também faz com que, além da pouca opção de entretenimento, a população fique mais afastada das outras designações religiosas que chegam às casas pela TV.

Então, as pessoas acabam se ocupando com aquilo que elas têm de mais acessível e, no caso, a Igreja, a comunidade local, comunidade religiosa, ela proporciona esse vínculo entre as pessoas, esses encontros, para as pessoas prepararem as suas celebrações, as suas festas, então acaba unindo. (Frei Luiz, 2012).

A festa pra mim é aniversário da Cruz. Tem o esforço, dança, tudo o que a gente gosta acontece na festa. E a gente fica na curiosidade de saber qual tocador que vai vir. Entendeu? Como que vai ser a festa? Se vai ser melhor do que a outra? Fica nessa expectativa e tal (Fabinho, morador, 25 anos, 2012).

Vem uma galera de fora, muita gente para gente conhecer. Eu me amarro em conhecer a galera que vem de fora (Everaldo “B.A.”, morador, 39 anos).

Um marco cultural, um dos poucos que sobraram íntegros e se estende na forma de rituais, como, a procissão e os batizados, casamentos que acontecem na missa, o leilão e a festança. A impressão que tenho é que todos se falam, esquecendo as rixas, o clima fica alegre com o forró (Deise, 2010).

Já cheguei a fazer em maio a festa, né, eu fui festeiro duas vezes. Geralmente o pessoal comprava uma roupinha nova pra botar naquele dia, que era uma presença melhor, era a única coisa, não era aquela roupa especial que vê por aí, só tinha aquela presença dali, melhor. A festa enchia muita gente, tinha muita gente mesmo. Eram mais de quatro bailes ao mesmo tempo. “ Ah, vamos dançar na casa de fulano”. Aí, ia, dançava nos quatro bailes. No mesmo dia, porque vinha muita gente, não tinha como dançar numa casa. Então, era muito maneiro, o pessoal tinha o respeito, de vez em quando saía uma brigazinha, tomava um negócio, sempre toma, né? Mas era muito respeito. Tinha os caras na porta e tinha porteiro, tudo dançava, saía. Aquele que dançasse levava outro, tinha vez que fazia até fila pra dançar (Nezinho, morador, 63 anos, 2012).



Figura 137 - A Procissão da Festa de Santa Cruz  
 Fonte: Foto cedida por morador.

Na festa do passado, vinha gente de Simão Dias (comunidade que não existe mais na Ilha Grande), da Longa, da Praia Grande, de Provetá, da Parnaióca, de Abraão e do Rio. O dia de Santa Cruz no Aventureiro é três de maio, mas essa data é específica para o Aventureiro e não uma data estabelecida de fora para dentro. A festa começava no dia primeiro de maio, no feriado do dia do trabalhador. A data em maio também chegou a ser adaptada para o primeiro final de semana de lua cheia de maio, sempre pelo motivo da pesca. A claridade da lua cheia não favorece a pesca; portanto, também não se trabalha nesse dia. Antigamente, a procissão (figura 137) e a festa eram iluminadas com luzes de velas. A procissão saía às 18 horas e, como em maio anoitece mais cedo que em janeiro, no seu Caminho eram colocadas tochas, que acabavam por compor o cenário ritual. Segundo Nezinho, a tocha era composta por bambu fino furado e querosene colocado em uma lamparina chamada “periquita”. “Então, colocava aquela luz até uma distância grande. O terreno era todo clareado por isso. E fogos, e fogos daqueles de lágrimas”. Nessa época, ainda não existia o pátio da igreja.

As professoras pegavam a gente, tinha uma chamada Guilhermina que morava em Realengo, ficou muitos anos aqui, uma mulher educadora, educada e gostava de ensinar. A gente era criança, chegava na frente ela fazia aquela, aquela rua, assim. Aí, desfilava os menores na frente e atrás vinham os maiores, no meio vinha a procissão, todo mundo acompanhando. Então fazia uma fila de gente daqui quase ali, o caminho. Tudo era um respeito, todo mundo com as suas roupas. Na hora da festa, sem futebol. Parava pra jogar bola, mas na hora da festa tava todo mundo com roupa, todo mundo, tudo acompanhando na procissão, tinha um respeito naquilo ali, né. E eu tinha uma fé, um respeito (Nezinho, morador, sobre a festa de Santa Cruz, 2012).

A roupa da festa de Santa Cruz sempre teve muito valor simbólico visto que até os dias atuais se compra uma roupa nova para a festa. No passado, a roupa marcava um momento especial ainda maior, visto que gerava um grande distanciamento da “roupa do dia a dia”. O objetivo era destacar o indivíduo, mas também sinalizar o dia em que todos estavam descansando e não trabalhando, e, reunidos, celebrando o sagrado (na procissão e missa) e o profano (nos bailes e forrós), em nome da Santa Cruz. Atualmente há pessoas acompanhando ou observando a procissão vestindo “short, bermuda, sem camisa”, o que incomoda alguns moradores mais antigos. Durante a procissão, havia mais participantes do que observadores. E isso acontecia pelo “respeito à tradição”, segundo eles. Segundo o morador Nezinho “é tradição, história, aquela coisa histórica, porque é tradição do lugar. Então, o pessoal mantinha o respeito, tinha aquilo ali como tradição todos os anos, né?”.

A comida, no dia da festa, também era especial. Uma “comida melhor para o dia”. Com o histórico de um passado “mais difícil”, as pessoas optavam por comprar carne ou matar uma galinha, servindo junto com arroz e macarrão, e fugindo um pouco do trivial peixe. Durante a festa, também havia leilão, missa e batizado, como acontece até hoje. Mas, no “baile”, todos dançavam. Os bailes eram bem diferentes dos de hoje e eram realizados nas casas dos familiares. Havia mais de duas casas com bailes ao mesmo tempo, uma vez que eram muitas pessoas para dançar. O leilão quem “gritava” era um homem da Parnaióca, chamado José Sisino (falecido nos anos 70). Os prêmios do leilão sempre foram chamados de “mimos”. As pessoas doam dinheiro para que os organizadores da festa comprem os “mimos”.

Atualmente a festa acontece em janeiro, na primeira lua cheia do ano e, por isso, ficou conhecida entre os turistas como “festa da lua”, mas os moradores não se referem à festa por este nome. A equipe de organização da festa é composta por festeiro, auxiliar de festeiro, curador do dinheiro, primeiro e segundo juízes e juízas, juiz de luminária e zeladora.

A equipe é formada um ano antes (sempre na festa do ano anterior, conforme quadro 15), e o líder da festa é chamado de festeiro. O festeiro de 2012 foi o Vovô. Ele designou o Vanderlei (nativo morador) para festeiro e, para auxiliar de festeiro, Bidi (não nativo, morador), para a festa de 2013. Para o não nativo escolhido, este reconhecimento acabou sendo um ritual de passagem, uma confirmação que ele e sua família são parte da comunidade, mesmo não sendo “nascidos e criados”.

<b>Cargos</b>	<b>Função</b>
Festeiro	Administrador geral da festa. Escolhe junto com sua família, o festeiro do ano seguinte.
Auxiliar de Festeiro	Auxilia o festeiro (não existia antigamente).
Curador do Dinheiro	Recolhe dinheiro na comunidade para comprar as coisas do leilão e festa.
Primeiro Juiz	Doador principal de dinheiro.
Segundo juiz	Doador de dinheiro.
Primeira juíza	Doadora principal de dinheiro.
Segunda juíza	Doadora de dinheiro.
Juiz ou Juíza da Luminária	Garantiam o querosene, as tochas, o lampião, as velas antigamente. Atualmente tem que garantir que o gerador irá funcionar e prover outras formas de iluminação e energia, assim como velas para procissão.
Juíza do altar	Organiza o altar, as flores, os andores dos santos; prepara os santos, decora. No passado, Navitalina, Sinhá Dita e Belermina faziam muitas flores de papel.
Zeladora	Limpar igreja toda semana e dia santo, durante o ano todo

Quadro 14 - Equipe do Festeiro  
Dados da pesquisa (2009-2012)

O ritual está dividido em três temporalidades: anunciação e preparativos, festa, arrumação pós-festa, seguidas de descanso (quadro 16). A anunciação e preparativos são sinalizados pelos fogos. Dos últimos meses do ano anterior até o dia da festa, os moradores soltam fogos para lembrar que a data está chegando. Os preparativos envolvem a realização de obras na igreja, assim como pintura. As pessoas pintam suas casas, para receberem os familiares e os amigos que vêm para a festa. Elas compram roupas para serem usadas durante a festa, abastecem a casa e preparam um cardápio especial para os parentes quem vem para a festa. Para a igreja, além da organização de toda a festividade, a juíza de altar conta com a ajuda para a decoração da igreja e dos andores. Quanto mais próximo da festa, mais fogos são lançados.

<b>Momento</b>	<b>Sexta</b>	<b>Sábado</b>	<b>Domingo</b>
Manhã	Montar as barraquinhas. Arrumação da casa. Arrumação das pessoas. Preparo de comida. Fogos.	Fogos. Arrumação da igreja. Movimento nas casas e na praia.	Volta do padre. Preparação para volta à normalidade.
Tarde	Chegada do Padre. Fogos.	Arrumação para a procissão. Últimos preparativos. Organização do batismo.	Desmontagem das barracas limpeza do ambiente.
Noite	Primeira Missa Festiva . Forró até meia-noite.	Missa. Batizado. Procissão. Fogos. Forró até o sol nascer.	Descanso. Reviver momentos da festa conversando com família em casa.

Quadro 15 - Momentos da Festa de Santa Cruz  
Fonte: Dados pesquisa (2012)

A festa é composta por alguns eventos especiais que a caracterizam: chegada do padre anunciada por fogos, missa, batizado, procissão, pronunciamento dos próximos realizadores da festa (festeiro e sua equipe), leilão, forró. A seguir, descreve-se a festa de Santa Cruz, ocorrida nos dias 13 a 15 de janeiro de 2012, de sexta a domingo, primeiro final de semana com lua cheia do ano.

A festa começou na sexta-feira, com a chegada do padre. Todas as casas estavam com bastante gente, já que os parentes compareceram à festa. Era o momento em que os “nascidos e criados” voltavam à terra de origem. A chegada do padre fez com que mar e terra se comunicassem através de fogos, pois para cada rojão soltado de um barco, havia uma resposta soltada na terra. O barco, que levava o padre, chegou fazendo curvas, indo de um lado ao outro, até parar no cais. Segundo a tradição, o padre deve ficar na casa do festeiro. Entretanto, em 2012, o padre ficou na casa de outra pessoa, onde o espaço era maior. No primeiro dia, o movimento maior era das mulheres que preparavam o cabelo, faziam escovas, pintavam as unhas e experimentavam as roupas. É costume a compra de uma roupa nova para cada dia. Ao mesmo tempo em que a festa reúne todos e em vários momentos há lugares e papéis diferenciados. As roupas novas simbolizam a ausência de trabalho nesse dia, bem como a tradição.

A missa da sexta-feira iniciou-se na parte da noite. Estava marcada para as 19h, mas efetivamente só começou às 21h. O atraso é cultural, as pessoas sempre chegam depois da hora combinada. A missa é realizada com muita cantoria e, nesse ano, foi celebrada pelo Frei Luiz, com o auxílio de Lúcia e de seu filho Fabinho, responsável por tocar instrumentos para acompanhar as vozes. Por coincidência, o festeiro desse mesmo ano era o esposo da Lúcia, Vovô, com um megafone a todo o momento avisava qual a programação a seguir. Os moradores decidiram, dentro da igreja, os horários das atividades do dia seguinte. Todas as decisões foram acatadas pelo Frei, que parecia também se divertir. À noite, ocorreu o forró. As pessoas dançaram no pátio da igreja. Não tinha tanta gente dançando. Algumas pessoas dançavam do lado de fora, outras ficavam olhando em volta do pátio da igreja, muito iluminado com lâmpada. O gerador estava funcionando. Não havia vela, lampião e tochas, como no passado.

Na pista de dança, poucos turistas e alguns moradores dançavam. Havia mulher dançando com mulher, para suprir a falta de homens, que pareciam tímidos e não queriam dançar de jeito nenhum. Preferiam ficar do lado de fora, nas áreas mais escuras possível, bebendo e conversando em grupos de homens e mulheres. Não se via muito menino ou jovem do Aventureiro dançando, a não ser o Fabinho e os homens mais velhos, assim como o festeiro que dançava para animar os participantes. As mulheres estavam bonitas, enfeitadas, usando brincos e brilhos (figura 138). Geralmente as

mulheres não usam esses adereços, ou usam alguns mais discretos. No dia da festa, as mulheres estavam com os cabelos soltos, além de maquiadas, e os homens, de roupas novas. Um morador usava também cordão e pulseira de prata, que afirmou serem legítimos, comprados em Aparecida do Norte, aonde havia ido a uma excursão. Segundo Damatta (1997), o momento ritual exige a “transformação da família”, e eles pareciam transformadas na aparência, na maneira e no vestuário. No dia 13 de janeiro de 2012, estava previsto para o forró terminar à meia-noite, mas isso só ocorreu a uma hora da madrugada.



Figura 138 - A roupa da festa  
Fonte: Dados da pesquisa (2012)

No sábado, dia 14 de janeiro, ouviram-se fogos o dia inteiro. A missa então teve início às 18h. Muitos parentes de moradores compareceram à festa: pessoas que já moraram e que não moram mais, seus filhos, netos, amigos. Os turistas presentes mostravam surpresa pelo festejo, percebido como uma festa “dos moradores”. No sábado, a missa foi um pouco mais longa, e as pessoas também estavam arrumadas na igreja. Houve muitas cantorias, que é mais uma característica da celebração no local. Antes do final da missa, aconteceu o batizado, outro rito de passagem que ocorreu durante a festa. Havia moradores e não moradores para serem batizados, visto que algumas pessoas de fora levaram seus filhos para o batismo na igreja de Santa Cruz. O procedimento era previsto. O padre batizou derramando água na cabeça das crianças, ungiu a cabeça e o peito com óleo (figura 139). As velas foram acesas por pais e padrinhos, para a consagração. Os moradores pareciam não ter muita paciência com os ritos saindo e voltando da igreja com frequência. Fazia muito calor, não tinha vento, e a capela é muito pequena e apertada para comportar todos.



Figura 139 - Momentos do Batismo  
Fonte: Arquivo pessoal (2012)

Ao término da missa de sábado, iniciou-se a procissão. Alguns homens evitavam carregar o andor. Eles preferiam soltar os fogos na frente da procissão. Poucos homens da comunidade, junto com mulheres da comunidade e visitantes, carregavam os andores. As meninas carregavam o da Nossa Senhora; o Seu Nézinho e mais três mulheres, o da Santa Cruz; pessoas de fora, o de São Pedro; e o de São Sebastião foi carregado só por mulheres. A procissão saiu com muitos fogos. Pessoas seguravam velas acesas enquanto seguiam. Velas foram distribuídas para que fossem acesas durante a caminhada. O andor foi feito também pelas mulheres, sob a responsabilidade da juíza de altar. Pela primeira vez, Nossa Senhora Aparecida saiu em andor, em eventos passados ela era carregada nos braços por uma moça. A procissão saiu da igreja, caminhou para o lado do coqueiro deitado (direção onde morava Angelina no passado) e voltou para a igreja. Os homens soltavam fogos na frente e atrás da procissão (figura 140). Havia cantorias e um megafone, e davam vivas à Santa Cruz, a São Pedro, a São Sebastião e à Nossa Senhora Aparecida. Muitas pessoas tiravam fotos do lado de fora. Pareciam ser turistas, mas também havia pesquisadores. De acordo com o relato de moradores, a procissão parecia realmente não estar sendo vivida, ou seja, estava sendo muito mais assistida do que experimentada. Ela estava sendo vista como um espetáculo, e isso os incomodava, principalmente os mais antigos (figura 141).

Isso aí não é acompanhar a procissão, eles estão tirando foto, tirando foto de quê? De três pessoas na procissão, não é? (Nezinho, morador, 2012).



Figuras 140 – Os fogos e a Procissão na festa de Santa Cruz  
Fonte: Arquivo pessoal (2012)



Figuras 141 - Pessoas de fora fotografam mais e participam menos  
Fonte: Arquivo pessoal (2012)

A procissão fez seu percurso tradicional, conduzida pelo padre, motivada por Lúcia, com “vivas” no megafone, cantando e orando. A procissão fez a curva, voltou para a Igreja. Antes de os andores entrarem, houve um momento de parada, quando todos ficaram de frente para o mar, de costas para a igreja, com os andores nos ombros e, então, ocorreu uma queima de fogos. O som dos estrondos anunciava mais uma procissão realizada. Os andores foram colocados dentro da igreja nas cadeiras, e assim a procissão foi considerada encerrada pelo padre. Então, todos seguiram em direção ao pátio, para a leitura (pelo leiloeiro) dos responsáveis pela festa do próximo ano. Quem escolhe a equipe, que irá realizar a festa do ano seguinte, é o festeiro do ano anterior. O festeiro do ano (figura 142) escolheu, então, toda a sua equipe. Antes do leilão, o leiloeiro recebeu uma lista do festeiro com os escolhidos. O momento de leitura dos nomes (figura 143) foi de concentração e emoção para quem foi indicado. Havia um clima de reconhecimento e gratidão das famílias que se sentiam prestigiadas e felizes pelas escolhas. Para ser escolhido festeiro, é preciso ser católico, frequentar a igreja e ser respeitado pelas pessoas da praia. Até o momento, nunca houve festeira.

Minha mãe e minha irmã me disseram, eu não acreditei, vou fazer de tudo (Vanderlei, escolhido para ser o festeiro de 2013).

Eu gostei, é legal. (Samara, escolhida para ser zeladora em 2013).



Figura 142 - O festeiro de 2012: Vovô  
Fonte: Dados da pesquisa (2012)



Figura 143 - Leiloeiro anunciando o próximo festeiro  
 Fonte: Arquivo pessoal (2012)

Iniciou-se, após o anúncio do próximo festeiro, o leilão. O leiloeiro era sempre o Seu Clementino, que diziam ser muito engraçado, divertido. Com seu falecimento, o Sr. Nézinho assumiu o posto. As pessoas doam coisas para serem leiloadas, como: bebidas, bolos, pão, pão em desenho de tartaruga, em formato de jacaré, queijo, marmelada, goiabada, latas de salsicha, edredom, lençóis. O leilão começou com o Sr. Nezinho sendo leiloeiro que, depois, foi substituído pelo Fabinho, pois o primeiro teve um mal-estar. Fabinho, espelhando-se nas lembranças que tinha de Clementino, repetiu algumas brincadeiras do passado e conseguiu ter uma boa performance para “gritar o leilão”, que é o termo usado para a atuação.

Segundo Fabinho, o Sr Clementino bebia antes de atuar, nas suas palavras, “tomava todas e gritava o leilão”, e assim ele justificou seu comportamento: “ali eu tenho que beber porque a minha boca fica seca. E eu não vou gritar de cara. Se eu tivesse hoje, assim, bom, bom, duvido que tava fazendo leilão”. Segundo Berger ao explicar a atuação sociais, “o papel dá forma e constrói tanto a ação quanto o ator. É difícil fingir neste mundo. Normalmente, uma pessoa incorpora o papel que desempenha” (BERGER, 1989, p. 111). Fábio disse gostar da experiência e os outros moradores também apreciaram seu desempenho. Segundo o jovem morador, por ele ser brincalhão, como Clementino, os moradores disseram que “passou para ele” a responsabilidade de Gritar. Os leiloeiros pareciam criaram frase própria; cada um teve o seu jargão. Até a década de 60-70, o Sr José Sisino brincava com os participantes, durante os lances: “dois mil réis”, “três”, “três e meio”, “quatro”,

“alguém dá cinco?” Caso ninguém se manifestasse, ele gritava: “afrota, afaste, mas não acha”, já seu Clementino gritava: “Fala alto que eu pouco enxergo”, “a Célia (sua esposa) não vai levar! A Célia não vai levar!”

Durante o leilão, os lances são muito altos. É possível arrematar uma lata de salsicha, vinho, queijo e bolo por vezes o valor de mercado. O leilão é rápido, estimulante, divertido, empolgante e para quem é de fora é quase um choque ver alguém arrematando uma coisa de valor menor por um preço tão alto. Os moradores gostam de mostrar que pagam o maior valor. Isso lhes dá status, pela generosidade de estarem ajudando na festa do ano seguinte. O leilão é um momento importante da festa, pois garante a continuidade da celebração, visto que a festa do ano seguinte é feita com o que se arrecadou na festa do ano anterior. Todos podem participar do leilão, mas os lances foram altos, na faixa de 150 a 450 reais, em 2012. O investimento na festa é realizado com o valor arrecadado e uma porcentagem arrecadada nas barraquinhas de quitutes. Segundo informações de moradores, “a AMAV há anos paga o tocador e a banda de forró”. Em 2012, foi arrecadada a quantia de R\$4.000,00 reais, aproximadamente.

Após o leilão, há o forró que vai até o sol nascer (figura 144). Tradicionalmente a banda contratada era o “Trio Cariri”. No ano de 2012, foi outra pessoa, que usava um teclado, fugindo do esperado triângulo, zabumba e sanfona. O forró estava mais cheio e as pessoas dançavam mais. Muitos turistas dançavam também. Parece que as pessoas já estão um pouco menos tímidas, mas os jovens do Aventureiro, os homens, insistiram em não dançar. As mulheres ainda dançavam, às vezes com outras mulheres, ou com o Fabinho, ou com algum homem mais velho, ou turista. Os moradores colocaram barracas para venda de comidas e bebidas. Muitas pessoas de Provetá e outras praias vizinhas estavam presentes. Os moradores reclamaram um pouco de algumas arruaças feitas pelos alguns moradores de Provetá, quando iam embora bêbados.



Figura 144 - O Forró até o sol nascer  
Fonte: Arquivo pessoal (2012)

Domingo foi o momento da arrumação pós-festa, seguido de descanso. Os moradores desmontaram as barracas e organizaram a vila e suas casas para voltar à vida normal. A população estava bastante cansada, porque havia trabalhado muito para a festa e ainda se dedicado aos campings, porque em janeiro é verão, é alta temporada.

No domingo não houve missa. A igreja permaneceu fechada o dia inteiro.

A festa julina do Aventureiro difere da festa de Santa Cruz, em alguns aspectos. Ambas apresentam uma transformação visual dos participantes, sendo que, na festa de Santa Cruz, usam roupas novas. Na festa julina, as roupas para dança são trajes feitos propositalmente para serem simples e remendados. Enquanto a festa de Santa Cruz é adaptada para quem trabalha, a festa Julina é adequada para quem estuda e, dessa forma, enquanto uma se relaciona ao pai, a segunda se vincula aos filhos. Esta festa é mais vazia no sentido da quantidade de pessoas percebidas na praia, visto que não é verão, é período inverno. O mar está mais agitado, e embora seja período de férias, há menos turistas que em janeiro. A festa julina já deixou de acontecer pelo fato de os “homens não quererem dançar”. O avanço do protestantismo, contrário à veneração de santos, faz com que a proximidade de Provetá seja uma ameaça à continuidade da festividade. Na última festa, a pessoa que treinava a quadrilha se converteu e não participou juntamente com seus filhos e marido. Diferentemente do catolicismo do Aventureiro, o protestantismo de Provetá deixou de ser sincrético.

A festa junina, acho que vai acabar, ninguém quer mais dançar. (Vovô, morador, 2012)

Eles são tímidos. A gente se ajoelha para pedir e eles não dançam. Nem na festa julina eles dançam (Micilene, ex moradora, filha do morador Ita, 2012)



Figura 145 - Cartazes do Arraiá Altos e Baixos das festas de 2010 e 2012  
Fonte: Arquivo pessoal (2012)

A festa julina ocorre apenas no sábado do último final de semana de julho. Ela também está organizada em três momentos distintos: preparativos, festa e arrumação. Nos preparativos, há a compra do material para a elaboração das comidas, além da compra e doação de prendas para as brincadeiras. Ocorre também o ensaio das quadrilhas, quando os moradores se reúnem para distribuir

os papéis para o casamento, ensaiando as falas e os passos da dança. Os preparativos (figura 146 e 147) vão até o dia da festa, quando todos se “fantasiam”, se pintam, elaboram as comidas e, então, se inicia o espetáculo da festa.



Figura 146 - Preparativos para a festa julina  
Fonte: Arquivo pessoal (2012)



Figura 147 - A transformação dos moradores em personagens da Festa Julina (2010)  
Fonte: Arquivo pessoal (2010)

A festa (figura 148, 149 e 150) é identificada pelo cenário com bandeirinhas; uma espécie de arraiá feito de bambus, barraca ao lado da igreja e grande fogueira na areia. Nas casas, o movimento se altera para a elaboração das chamadas “comidas típicas”, como: canjica, cocada, pé de moleque, cachorro quente. As mulheres se reúnem para o preparo do banquete. Há também brincadeiras, rifas e sorteios. O momento alto da festa é o casamento e a dança. O casamento relata a clássica história de uma união, em que o pai obriga a filha se casar por estar grávida. Há sempre, neste universo, um personagem bêbado, um padre, uma noiva, um marido, um amante e os padrinhos como figurantes e dançarinos da quadrilha. Após a encenação, há a dança, e depois inicia-se a comilança. Os pratos preparados são vendidos, mas os moradores não pagam, só pagam os de fora.



Figura 148 - Festa julina 2012  
Fonte: Arquivo pessoal (2012)



Figura 149 - Danças. Arraiá Altos e Baixos 2012  
Fonte: Arquivo pessoal (2012)



Figura 150 - Teatralização do Casamento. Festa Junina  
Fonte: Arquivo pessoal (2010)

No dia seguinte, os moradores acordam e já iniciam o processo de desmanchar o cenário. São rápidos e logo parece que não houve festa no local. Eles desmontam o teatro, onde, por um dia, representam personagens típicos. A festa é fortemente gastronômica. Os turistas, tanto em 2010 quanto em 2012, não faziam a mínima ideia da festa e estavam lá por coincidência. E se não estivessem, não fariam muita diferença. A festa não é para eles, embora sejam convidados a participar se estiverem por perto.

Somando-se aos eventos descritos anteriormente, os moradores apontaram os eventos relacionados a seguir como “do Aventureiro”. Eles sinalizaram algumas distinções. A festa de Santa Cruz e a Festa Junina são festas da comunidade. A fabricação de farinha, o processamento da cana e as festas familiares ocorrem dentro dos “pedaços” das famílias. As pescarias podem ocorrer individualmente (no caso de linha), ou em grupo (no caso de uso de cerco e rede). O réveillon e o Carnaval são vistos como oportunidades econômicas: é o momento de servir ao turista, “suportá-lo”. Uma moradora definiu esses dois últimos eventos como “não espirituais”, em oposição à festa junina e de Santa Cruz, que considera como “espirituais”. A folia de Reis não existe há alguns anos. Para voltar a acontecer, precisaria ser “inventada” novamente.

1. Festa de Santa Cruz.
2. Festa Julina.
3. O feitiço artesanal de farinha (produção - corre nos núcleos familiares).
4. A moenda de cana (ocorre nos núcleos familiares).
5. Folia de Reis (ocorria no passado, atualmente não acontece mais).
6. As pescarias (de diferentes tipos).
7. Campeonato de Futebol.
8. Campeonato de Surfe.
9. Réveillon (para os Turistas).
10. Carnaval (para Turistas).
11. Festas familiares (aniversários, casamentos).

Fazendo uma análise da festa de Santa Cruz, pensando no significado da escolha de sua data, inicialmente próxima ao dia do trabalhador, logo depois se adaptando à lua cheia, ao verão, percebe-se que a festa se reconstrói a todo tempo, para que “aquele que trabalha no mundo (do mar)” esteja na festa, para que ele volte para casa (de onde não devia ter saído, como Josuel, como a Cruz durante a obra, como o homem da história de Roseno). A Cruz é personificada em uma mulher. E ela é Santa, tem poderes sobrenaturais. A Cruz foi fincada na terra, onde o corpo foi enterrado. E de seu espaço de domínio ela não sai. A Santa Cruz é a certeza do encontro; ela atrai. A festa de Santa Cruz, portanto, é a celebração do trabalhador que volta à terra, mas despindo-se de trabalho. E se despe ao se vestir de roupas de festas, únicas e novas, e alguns adornos. “O poder o ‘veste’ ou fixa sua figura sobre a superfície da sua pele.” (BALANDIER, 1982, p. 17). Durante a festa, alguém é escolhido para trabalhar para o grupo e, anualmente, um festeiro os serve, junto com sua equipe. E aquele que serve, será servido no próximo ano, pois seu trabalho lhe garante a autonomia para escolher o próximo a servir. O leilão é mais um momento de demonstração de “riqueza”. Os altos valores oferecidos distinguem o indivíduo de seu grupo pela proporção da generosidade representada publicamente, além de garantir festa do próximo ano. A festa é o momento de receber e retribuir.

A festa julina é o contraponto da festa de Santa Cruz no tempo e no espaço. A primeira está no verão e a segunda no inverno. Analisando inicialmente a simbologia do seu nome “Arraiá Altos e Baixos”, vê-se o outro lado da Festa de Santa Cruz. As vestes perderam a realeza e agora têm remendos; o novo personagem é um ser “típico”, que cumpre um papel esperado todos os anos, onde se narra uma história de traição, onde existem bêbados e mulheres que se perderam e precisam se

casar. A festa dos altos e baixos tem brincadeiras e guloseimas para adultos e crianças. O alto do morro desce para a praia. Altos e baixos representam o mesmo que “viver pela metade e curtir por inteiro”, escrito pelos moradores sobre eles mesmos. É a condição maniqueísta que vivem, entre o céu e o inferno, ser um agente ilegal no paraíso. Por fim, as duas festas se completam. E elas, assim como os moradores, estão sempre em processo de recriação, reinvenção e renovação. A primeira, como um mito, e a segunda como a representação da vida real dos moradores.

A tradição é um meio de identidade. Seja pessoal ou coletiva, a identidade pressupõe significado; mas também pressupõe o processo constante de recapitulação e reinterpretação [...] A identidade é a criação da constância através do tempo, a verdadeira união do passado com o futuro antecipado (GUIDDENS, 1997, p. 100).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vou Considerar a “tradição” da seguinte maneira. Na minha opinião, a tradição está ligada à memória, especificamente aquilo que Maurice Halbwachs denomina “memória coletiva”; envolve ritual; está ligada ao que vamos chamar de **noção formular de verdade**; possui “guardiães”; e ao contrário do costume, tem uma força de união que combina conteúdo moral e emocional. [...] o passado não é preservado, mas continuamente reconstruído, tendo como base o presente. Essa reconstrução é parcialmente individual, mas, mais fundamentalmente, é social e coletiva. (GIDDENS, 1997, p. 81).

Ao investigar e interpretar as representações dos moradores da Praia do Aventureiro objetivou-se descobrir os sinais diacríticos que correspondessem à identidade do grupo e dos seus indivíduos. Atualmente, o grupo que vive nessa região é reconhecido de fora para dentro como uma “comunidade tradicional caiçara”, o que desperta polêmica tanto nos ambientes acadêmicos, quando no cenário político e midiático, visto que a localidade foi legalmente categorizada como uma Reserva Biológica desde 1981, ainda que os moradores já vivessem neste lugar como nativos. Portanto, este “título” contriui para a luta pela permanência no território onde vivem há cinco gerações, de acordo com a genealogia das famílias, presente neste trabalho, ao mesmo tempo que essa identificação cria para eles um esterotipo que não contribui principalmente quando o conceito de “ser tradicional” é interpretado como algo vinculado ao passado, e não como algo associado aquilo que permanece como atual e importante, como os valores, para o grupo que vive em relação como uma comunidade.

Vale lembrar que as “comunidades tradicionais” têm o direito assegurado pelo Decreto nº 6.040 de 2007, que lhes garante o território e o acesso aos recursos naturais tradicionalmente utilizados para sua reprodução física, cultural e econômica que, associado a outras garantias, visam a contribuir para a sustentabilidade e o desenvolvimento da comunidade. O território do Aventureiro está sendo reavaliado por órgãos ambientais, a fim de diagnosticar a melhor solução para esta incompatibilidade, visto que a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, a lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, chamada lei do SNUC, regulamenta que não é permitida a permanência ou visitas em Reservas Biológicas. Por outro lado, o Decreto 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, garante a essas populações o território. Portanto, todo assunto que trata da identidade dos moradores, acaba por envolver-se neste conflito. Afirma-se que o direito aos moradores nativos ao seu território, precede ao decreto, visto que indiferente de como se autoconceituam, ou de como

pesquisadores ou turistas os vem, é legítimo o seu direito ao lugar onde vivem, pelo tempo que as 5 gerações familiares vivem na localidade.

Nos três anos de campo, verificou-se o peso que exerce esta incompatibilidade entre lei e decreto, aplicados à vida da comunidade, que se sente ameaçada e confusa, por não ter respostas ou garantias por parte de órgãos representativos do Estado sobre sua permanência. Percebeu-se que, quando as identidades asseguram direitos, especialmente os territoriais, qualquer variação nesta identidade motiva o questionamento de sua autenticidade. Ainda que o direito atribuído esteja voltado à esfera pública, a identidade se constrói muito fortemente no ambiente privado, nas casas dos moradores, nas relações familiares, no significado que dão à identificação entre o que é “de dentro”, em oposição ao que é “de fora”, engendrando estas fronteiras, que são continuamente reconstruídas pelas gerações que convivem juntas.

Entre aqueles que não consideram os moradores uma comunidade tradicional caiçara, alguns se valem do discurso que os mesmos utilizam tecnologia além das que efetivamente eram usadas pelos seus ancestrais, relacionando tradição a um congelamento principalmente da cultura material, como se fosse possível manter ou “congelar” um grupo em um “período” de vida que remeta a uma forma “imaginada”, específica de fazer e viver, no caso, pescar com canoa, fazer roça, farinha, usar gamelas e tipitis, de forma que se outras formas de fazer e viver são incorporadas, perde-se a autenticidade e, portanto, a identidade. Neste sentido, não existe, portanto, sociedade autêntica, ou é necessário que se reveja o conceito de autenticidade empregado.

Neste trabalho, pensando no grupo, compreende-se que a autenticidade se dá por agir de acordo com as próprias decisões e expectativas, e não de acordo com as expectativas do observador, ou de outrem, viver de acordo com os valores compartilhados pelo grupo, os quais se mantêm enquanto o grupo considerar que são válidos. Dessa forma, havendo a necessidade de mudança e adaptação, sendo isto reconhecido pelo grupo, as formas de agir mudarão e ainda assim serão autênticas, porque estão de acordo com os novos valores compartilhados. Isso é autenticidade, portanto, ainda que tenham TV de plasma e lancha, ou ainda que possam, um dia, ter “iluminação pública”, o desenvolvimento social e econômico de um grupo não é um sinal de perda de tradição.

Sendo assim para discutir identidade de um grupo social, é necessário ir a campo, conviver, e aprender a “ver o invisível” e ler as imagens reiterantes, as que mais se repetem, assim com os signos dominantes.

O sentimento de pertença expresso pelos moradores foi registrado e organizado, a fim de construir sua identidade confrontando as expectativas identitárias a eles imputadas com a imagem que

possuem de si e do grupo. Para tanto, se recorreu às falas dos entrevistados, a toda criação para construção da identidade de forma visual (como os desenhos, pinturas, argila, colagem) e as observações acerca dos ritos e dos mitos locais, e o registro dos conflitos políticos durante o campo do ano de 2009 a 2012. Nesse sentido, pode-se afirmar que os moradores do Aventureiro são uma comunidade de moradores com muitas práticas tradicionais. Valorizam o convívio com a comunidade que compartilham do “sofrer” ao “festejar”, juntos. Respeitam o luto do grupo, criam sua identidade tendo o grupo como referência, mantêm mecanismos de coesão social através das festas, do reconhecimento e do constrangimento. Consideram-se uma comunidade de moradores, pois assim se referem e se explicam para se situarem no tempo e no espaço, através de falas como “sou morador do Aventureiro”, “eu morei no Aventureiro”; ao dizer isso, a imagem que querem transmitir é a do conjunto, da vila, e não de uma casa ou de uma vida isolada.

A tradição cultural no Aventureiro é materializada no jeito de viver a igreja, na festa de Santa Cruz, na roça familiar e na produção da farinha, na pesca individual ou coletiva, na forma resistente de fazer turismo, nas canoas, no “café de cana”, na gamela, no “peixe com banana”, no tipiti, na casa decorada pelos artistas da família. Assim como através de elementos mais abstratos, como o conhecimento sobre o mar, a terra e as plantas, sobre os peixes, a valorização da autoridade e da generosidade, o valor que dão à comemoração da prosperidade, a importância que tem para eles a autenticidade, os mecanismos de proteção da tradição criados, e ao valor que dão ao “fazer arte por prazer” e “não por produtividade”. Todos esses valores são projetados no pano de fundo da vida cotidiana, repetindo-se e reconstruindo-se sempre quando necessário.

E as mudanças fazem parte da cultura. Como afirmou o morador, “olhando para mim e para o turista, não tem diferença”. Portanto, o vestir já não faz mais parte da fronteira que diferencia culturalmente um grupo do outro; mas o conhecimento sobre peixes e mar ainda faz. A cultura é adaptável, e quando um signo sofre adaptação, todos os elementos que estão correlacionados a este signo também se reconstróem. No caso do Aventureiro, a mudança da base econômica da pesca para o turismo tem impulsionado transformações em diferentes aspectos sociais e culturais, no jeito de vestir (por exemplo, preferência por roupa *surfwear* e uso da pulseira *Power Balance*, prática de surfe), na escolha dos ídolos (por exemplo, veneram surfistas internacionais), no aumento do poder aquisitivo que favorece a incorporação de outros objetos de consumo que também farão parte de sua cultura e tradição, readaptada ou reinventada. Portanto o consumo de tecnologia, o investimento em novas embarcações, a rejeição à roça pelos mais jovens por considerar uma desqualificação roçar, também fazem parte da vida social e cultural da vila. O Aventureiro está em um “entre lugar”, um

espaço híbrido onde a tradição e a modernidade compartilham do mesmo ambiente. E ambas irão durar e se transformar dependendo do valor que os moradores derem a cada uma delas.

Outra transformação importante, que está ocorrendo no lugar, é a valorização do “ser caiçara”. Nos três anos de pesquisa, foi possível perceber que a concepção de “caiçara” que os moradores tinham em 2009 desvalorizava o termo, e as pessoas se comportavam evitando falar sobre isso, ou negando o pertencimento ou, ainda, colocando-se em dúvida sobre o conceito. O termo era confundido com a imagem depreciativa que sofriam de “badjeco”. Entretanto, em 2012, as pessoas se assumiam “caiçaras” com mais facilidade, diziam o que significava o termo (ainda que os conceitos aplicados por eles sobre ser caiçara fossem distintos e diferentes uns dos outros) e percebiam valor em pertencer ao grupo dos caiçaras.

O sentido Tupi da palavra caiçara, como cerco, armadilha, lugar sem saída, cabe bem aos moradores do Aventureiro. Não somente pela estrutura do ambiente, mas pela situação política na qual se encontram, como foi aqui discutido. Valendo-se das diferentes fontes de autores que usam o termo (WILLEMS, 2003; Museu do Caiçara, 2012; SETTI, 1985; ADAMS, 2000 *apud* COSTA 2009; LUCHIARI, 1997 *apud* WUNDER, 2006; WUNDER, 2006), pode-se inferir que os moradores do Aventureiro, conceitualmente, estão dentro dessa categoria “caiçara, criada para a identificação de um grupo, através de um modo de vida específico. Trata-se de um termo que, a despeito de uso político e social, está associado a representações econômicas e culturais. Caiçara é, portanto, uma concepção também polêmica por ser uma “invenção” social estratificadora. Entretanto o termo, já está estabelecido, é, por exemplo, usado pela mídia que tem condecorado os moradores como “os caiçaras do Aventureiro”. Os pesquisadores também estão desejosos de investigar a respeito deste grupo. Portanto, os moradores já aprenderam que isso pode ser interessante, e não só pejorativo, como achavam no início. Por essa razão, atualmente, quando questionados, muitos se afirmam “caiçara” e consideram que tal conceito se associa às seguintes imagens ou atividades e características: pesca, roça, estar sempre juntos, ligação com a natureza, conseguir ler os significados do ambiente e suas variações (sem instrumentos de tecnologia), fazer uso de “intuição”, ter “dom”, ser o resultado da criação dos pais, desfrutar de uma forma de aprendizado com pais ou com alguém da família, e também com o grupo primário de relação e de convívio como família, parentes e amigos.

Entretanto, a cultura caiçara não é um atrativo no Aventureiro. O atrativo é a paz, é o surfe, é o coqueiro, é a beleza natural. A maioria dos visitantes não sabe ou não demonstra interesse pela história de vida dos moradores. “Caiçara” não é um elemento do conhecimento da massa. Algumas vezes o termo é associado a ser do litoral de São Paulo. O turismo cultural pode ser uma forma de

iniciar a relação com “os de fora”, mas para isso os moradores teriam outra fronteira a transpor, pois, por exemplo, por mais que usufruam de “peixe com banana”, “café de cana” e “biju”, oferecem aos turistas peixe frito com feijão, arroz, batata frita e macarrão (todos os dias), pois a alimentação faz parte da fronteira que distingue morador de turista. É uma forma de resistência a essa “invasão” do turismo em sua vila. é um mecanismo de defesa da identidade, para a preservação da sua autenticidade.

Alguns turistas ainda não sabem quem mora lá; não se incomodam com isso. Procuram justamente a “ilha do paraíso”, onde “não há luz”, que pode trazer a paz, um lugar valorizado justamente por estar vazio; onde “ninguém” mora, ou moram “aqueles que estão lá para nos servir”. E se desapontam se percebem que há moradores, caso percebam. As mudanças são fundamentais; não para passar por cima dos “homens”, mas para favorecer a relação entre eles. E o que é a humanidade, que não, algo mudado no tempo, no espaço e na ideia?

A história diacrônica dos moradores mostra que eles viveram muito tempo com roça, pesca para sobrevivência. É recente sua vivência na era moderna da produção de pesca trabalhando nas embarcações, sendo que, ainda neste período, a pesca e a agricultura familiar continuaram sendo praticadas. E agora, os moradores são solicitados a dialogar com a pós-modernidade, que resolveu classificá-los como caiçaras, classificar a área onde vivem como reserva biológica, e recategorizar o lugar onde moram. Isso tudo entre a invasão de turistas, pesquisadores e surfistas, que, na maioria das vezes, assustam menos que os antigos fugitivos da prisão. Os novos visitantes que têm trazido a renda que possibilita a compra de alguns sonhos de consumo, também.

Eles são os moradores do lugar há cinco gerações, e se saírem e comprarem outra casa em outro lugar e continuarem vivendo no Aventureiro, usando o território para o turismo e para moradia, residindo assim em dois lugares, serão ainda moradores. E o significado de morador para o grupo está relacionado com conhecer o vizinho que é seu parente; ter a filha roubada pelo morador do morro e ela, feliz, ir morar com ele; uma moradora fazer um bolo no aniversário da criança filha da comadre; entrar pela casa do outro como se nela morasse; conhecer todo mundo pelo nome, ou não conhecer o nome, só os apelidos construídos pela intimidade; conviver e compartilhar da vida privada e pública dos seus amigos e familiares; vivenciar o desespero de querer curar através da reza, do remédio ou falando umas palavras de motivação; o sentir ódio e amor, admiração e repulsa pelo outro; misturar escolhas políticas com adjetivos pessoais; ser morador no sentido da “demora” em “morar” ainda assim passando pelo crivo da autenticidade de ser morador, que não está somente no “tempo morado”, mas no compartilhamento principalmente das dificuldades enfrentadas pelo grupo; é dada a

autenticidade no reconhecimento de que, nos momentos de risco, o indivíduo suportou com a coletividade os percalços, independente das diferenças pessoais, sendo “realmente” um morador. Outra forma que legitima automaticamente um morador é “ser nascido e criado” e ter o “umbigo enterrado”, visto que nascimento e convivência são valores de reconhecimento do grupo. E são esses os conceitos de morador com os quais o Aventureiro trabalha, uma forma de conviver que muito se perdeu na urbanidade pós-moderna. E que é desejado por ela.

Podem ainda ter que sair do Aventureiro, possa ser que todos tenham que sair da reserva biológica. É possível imaginar que uma pessoa sem muita escolaridade será mais uma mão de obra desqualificada para o mercado. Caso tenham que sair para serem moradores em outros lugares, com o passar do tempo, o convívio no novo espaço dará a conotação do tipo de homem e mulher que irão se transformar.

As adaptações dentro do grupo estudado estão sempre ocorrendo. A festa de Santa Cruz, por exemplo, mudou de data e a forma de fazer, mas o “valor” que se dá à merecida “celebração da prosperidade” como o resultado do trabalho ou da sorte, isso não muda, ou leva muito tempo para mudar. E para quem “festeja a prosperidade”, economia e cultura andarão sempre imbricadas, e por isso, a identidade dos moradores está pronta, para as possíveis reconstruções dos pertencimentos através das invenções do próprio grupo, ou de um “herói” geralmente não estatal, disposto a ajudar.

Corroborar-se a hipótese sobre a perda de poder do Estado em nomear e garantir o sentimento de pertença dos grupos sociais, fator característico da modernidade tardia, gerando uma “crise de identidade”, fazendo com que o mercado acabe por dominar a capacidade de dizer “quem as pessoas são”. É na mídia, no *facebook*, no *youtube*, na fala do turista, que a imagem identitária dos moradores se constrói do lado de fora, mais através de esteriótipos e imaginários, que efetivamente através de uma certeza do estado sobre o que realmente é a região. Cabe ressaltar que os órgãos públicos, que administram e tomam decisões acerca do Aventureiro, parecem estar perdidos. Eles proíbem e liberam, e pouco controlam o que é “proibido-liberado”, causando confusões sobre o que é realmente uma reserva biológica, parecendo, através deste caso, ser um local onde é permitida visitação. Os órgãos, que representam o Estado, não tomam decisões, possivelmente devido à cobrança que qualquer decisão vá gerar, associado ao difícil gerenciamento dos diversificados interesses através das decisões públicas. Esse episódio é o coroamento da “crise de identidade” por que passa o Aventureiro.

E na relação confusa com o Estado, surge a AMAV, e seu histórico traz um bom exemplo sobre o que valorizam no grupo, através da comparação da AMAV com o festeiro e sua equipe. As

falas dos ex-festeiros são mais positivas com relação à experiência de gestão do que as falas dos ex-presidentes da AMAV, resguardadas as imensas diferenças entre ser o gestor de uma festa e o presidente da AMAV. A festa é preparada um ano antes, sendo o festeiro o responsável pelo dinheiro que toda a comunidade deposita, generosamente, através de altas quantias doadas nos leilões, na certeza de um bom retorno para o grupo.

O presidente da AMAV é o gestor da solução das necessidades da comunidade, trabalhando com arrecadações que são feitas sob reclamações de todos, tendo ainda que lidar com a desconfiança por parte da comunidade sobre seu bom desempenho como gestor. O festeiro representa “a forma como fazem”; a AMAV, como foram “impulsionados a fazer”. O festeiro é escolhido através do reconhecimento, sendo valorizado pelo seu trabalho; assim, lhe é dada a autoridade de gestão da festa. É uma autoridade não para colocar-se acima do grupo, mas para servi-lo, com a confiança de quem recebe em sua conta no banco o depósito de tudo que foi arrecadado na festa anterior. Ele é controlado não pelas notas fiscais que apresenta, ainda que possa fazê-lo, mas pelas iniciativas que toma para não passar pela “difícil situação”, frente ao grupo, de fazer uma “festa ruim”. A prosperidade da festa, a animação do grupo, a oferta do melhor e mais confortável local para receber o padre, as vestes, o coletivo como merecedor de desfrutar dos resultados do trabalho da equipe de festa. A equipe comandada pelo festeiro, em troca de todo seu trabalho, recebe o reconhecimento da comunidade e dos convidados, o que proporciona ao festeiro, agora empoderado pela experiência vivida, o poder e a autoridade, para escolher seu sucessor em nome do grupo. Isto evidencia, também, que uma comunidade não é a unicidade de seus membros, mas o convívio compartilhado, com vontade de coletividade, ainda que os sujeitos ocupem posições diferentes, as quais podem mudar a qualquer momento. Na festa, os diferentes papéis sociais são reafirmados, e os atores que representam os personagens são mudados.

Não foi essa a imagem que se construiu sobre a AMAV, além da dificuldade que se tem em negociar com aqueles que estão do lado de fora, devido à distância, há um jargão legal, político, ecológico, social, que só os dicionários especializados em conflitos políticos, ambientais e territoriais poderiam ajudar. Por isso, a AMAV se chama Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro. Os amigos são os mediadores, aqueles em quem confiam para a tradução do universo que agora começam a compreender em relação ao qual estão ficando mais experientes. A AMAV é composta por um grupo que se candidata para fazer a gestão, sendo então eleita. A AMAV tem poder, mas não tem a autoridade proveniente do sentimento de ter sido escolhida por uma competência reconhecida. Isso resulta em conflito. O grupo é resistente através do alheamento. Internamente, ainda estão se

“inventando” na tradição política de representação, fundada na valorização da autoridade, através do servir ao grupo, e no reconhecimento do status da liderança proporcional a sua demonstração de generosidade e controle. Uma idealização seria uma liderança com os atributos de um bom “festeiro”, atuando como presidente da AMAV.

A identidade política dos moradores, atualmente, baseia-se em seu *habitus* de vida, na prática. Do seu jeito, misturando o pessoal com o político, evitando participar, mas participando nos momentos em que o grupo está em risco (como faziam na época do presídio), celebrando as conquistas (como fazem com a boa pesca), respeitando silenciosamente as perdas (como fazem com o momento de luto), observando e agindo quando é preciso (como fazem no mar), no tempo certo de acordo com sinais que aprenderam a decodificar (como feito na roça), relacionando-se com o outro, que é diferente e ao mesmo tempo semelhante, que traz algo que os interessa, e busca algo que eles têm (como estão aprendendo com o turismo) e trabalhando com os limites de recursos (que é resultado de mais de 5 gerações convivendo em meio ao ambiente).

É importante destacar que, não obstante o valor do “distanciamento científico”, é impossível entrar pelos quintais e casas e não se emocionar com os moradores do Aventureiro. Para a compreensão do outro, não é possível tornar-se o outro, mas é factível aprender a ver o “invisível” no outro. O invisível não tem matéria, não um é resultado pontual como “a pesca”, “a roça”, “o mar”, “a terra”, “a mata”. O que “não se vê” é todo significado e valor que o grupo observado silenciosamente considera, compartilha e reconhece. Nesse sentido, não basta “olhar” para eles; faz mais efeito “olhar” para onde eles olham. E para isso, só há um lugar a ocupar: colocar-se espacialmente ao lado deles, resultando na realocação da própria imagem do pesquisador, geralmente “homem na frente de outro homem questionando-o”, para a imagem do “homem ao lado do outro homem vivenciando-o”. Dessa forma, poderá avaliá-lo não pelos conceitos de fora, mas pelos valores de dentro.

Na posição de estar “olhando” o que “eles viam”, foi percebido o distanciamento entre a quantidade de pesquisadores no local, e o limitado número de ações sociais que existiam, visto que o grupo mostra interesse na maior participação pública para o desenvolvimento local. Observa-se que, ainda que o Aventureiro seja uma reserva biológica, na lei do SNUC, há um “exceto” na passagem: “é proibida a visitação pública, ‘exceto’ aquela com objetivo ‘educacional’, de acordo com regulamento específico”. A educação, portanto, parece que tem abertura e permissão de entrada no lugar. Volta-se então à educação e ao atrativo cultural como recursos a serem inventados, de forma associada ao turismo. A educação como um recurso associado à cultura, à tecnologia e ao ambiente pode ser um dos caminhos de mediação da comunhão de vida dos moradores com a natureza e os turistas.

Acredita-se que seja o armistício necessário. Educação ambiental para moradores, mas principalmente e fundamentalmente, para os visitantes. Durante o tempo de campo, sabe-se que foram poucos os projetos. Pode-se mostrar um mutirão de limpeza, não promovido pelo Estado (que se pode dizer que participou através do mau serviço prestado pela prefeitura, com a demora do recolhimento das toneladas de lixo recolhido); um projeto financiado pelo Ministério do Turismo; reuniões do INEA; uma ou outra atividade, não mais que os dedos da mão possam contar; e alguns artigos publicados.

Ao observar o que os moradores olham, a imagem vista pelo pesquisador será necessariamente diferente, e esse é o momento de aprendizado para o observador, a compreensão justamente da diferença, algo como assumir a sua própria incapacidade de “ver peixes”, como no caso de estar ao lado do espia. Porém, para onde eles mais olham deve ter um sinal de valor, da mesma forma que aquilo que mais sentem é um indicativo de como estão se construindo. As “imagens reiterantes” sinalizam o “invisível e silenciado”, que não é declarado de forma explícita, como as imagens principais. Um observador distraído poderia olhar os desenhos dos moradores e ver o quanto o “coqueiro deitado” se repete. Mas, através da análise de “dentro” dos desenhos, ocupando muitas vezes o fundo, vê-se, por exemplo, que o sol, o mar e o morro com mata pertencem ao plano do “invisível”, sendo que justamente aí estão os códigos que precisam ser decodificados. Assim, eles se mostram sem ter que verbalizar, porque “dizer” às vezes não carrega todo o significado do que quer ser dito. Ao responderem, através dos desenhos, “como é ser morador do Aventureiro” a identidade se diluiu em mar. O mar, para esse grupo, simboliza seu relacionamento com o mundo, o estilo de vida, a sustentabilidade econômica pela pesca ou pelo atrativo turístico, o conhecimento dos movimentos das ondas, dos ventos e dos mares: o mar é o vizinho da frente da comunidade.

## 6 REFERENCIAS

ADAMS, Cristina. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Rev. Antropol.**, São Paulo, v. 43, n. 1, São Paulo. 2000.

APPADURAI, Arjun. **A vida Social das Coisas:** as Mercadorias sob uma Perspectiva Cultural. Niterói: EdUFF, 2008.

BALANDIER, Georges. **O Poder em Cena.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. 78 p.

BARTH, 2000, Fredrik. **O Guru, o Iniciador e outras variações antropológicas.** Contra Capa, 2000. 250p.

BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de base comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras (Org). Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. 508 p.

BAUDRILLARD, Jean. **Simulações e Simulacros.** Tradução Maria João da Costa Pereira. Lisboa: Relógio d'Água, 1991. 201 p.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade:** *entrevista a Benedetto Vecc hi.* Rio de Janeiro: ZAHAR, 2005. 110 p.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo.** RJ, Nova Fronteira, 1980. 452p.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Hucitec, 1993. 178p.

BENEVIDES, Deise. **Censo realizado em novembro de 2008.** Documento disponibilizado via email. 2008.

BERGER, Peter. **Perspectivas Sociológicas - Uma Visão Humanística.** 9 ed., Petrópolis: Vozes, 1989. 202 p.

BIDEGAIN, P.; FRESCHI, J. **Situação Geral do Povoado do Aventureiro, da Reserva Biológica da Praia do Sul e do Parque Estadual Marinho do Aventureiro,** Relatório Final, Volume I. Rio de Janeiro, Secretaria de Estado do Ambiente, Grupo de Trabalho do Aventureiro, 2009. 100p.

BONI, Paulo César; MORESCHI, Bruna Maria. **Fotoetnografia:** a importância da fotografia para o resgate etnográfico. Universidade Estadual de Londrina. Doc On line, n. 03, p. 137-157, dez. 2007.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da Prática. In: ORTIS, Renata (Org.) **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 46-81.

\_\_\_\_\_. **Outline of a theory of practice**. Cambridge University Press. 1977. 248 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e Etnia: construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1986. 211p.

BRASIL. Decreto Nº 6.040, de 7 De Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 2011.

BRASIL. Lei no 9.985, de 18 de Julho de 2000 – institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm). Acesso em: 2011.

BRASIL. Mensagem Nº 967, de 18 de Julho de 2000 (Vetos ao SNUC). Disponível em: Acesso em: 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais: uma experiência na formulação de políticas públicas no Brasil**. 2005.

BRIGGS, Asa. O conceito de lugar. In: **A Humanização do Meio Ambiente**. Simpósio do Instituto Smithsonian. São Paulo: Cultrix, 1972, p. 74-95.

BRITO, Flávio d'Assumpção. **Estudo das Transformações Socioambientais da Ilha Grande-RJ: uma abordagem sobre o turismo**. Niterói: UFF, 2001. 202 p.

CAMARA, Thiago. O Destino de Aventureiro. **(O) Eco Reportagens**. Site “O ECO”, 22 de Outubro de 2010. Disponível em: <http://www.oeco.com.br/es/reportagens/24481-o-destino-de-aventureiro#idc-cover>. Acesso em: 2012.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 7. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008

CANUTO, Elza Maria Alves. **O direito à moradia urbana como um dos pressupostos para a efetivação da dignidade da pessoa humana**. Tese (Doutorado). 2008. 342 p.

CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade - A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2010. V. 12, 530 p.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002. 552 p

CIÊNCIA HOJE. Roça Caiçara, v.18, n. 104, out. 1994.

COLÁS, Julián López. **La residencia secundaria en España**: estudo territorial de uso y tenencia. Barcelona, 2003. 440 p. Tese (Doutorado em Geografia). Facultat de Filosofia i Lletres. Universitat Autònoma de Barcelona, 2003.

COMITÊ EM DEFESA DA ILHA GRANDE. CODIG. **Reserva Biológica da Praia do Sul** – (1981-2011) - Campanha SOS REBIOSUL 30 anos – Gestão. Disponível em: <http://codigrebiosul.blogspot.com.br/p/gestao.html>. Acesso em: 2012.

COMISSÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. CNPCT. **Pesquisa Nacional sobre Povos e Comunidades Tradicionais**. 2008. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/sobreministerio/orgaoscolegiados/orgaos-em-destaque/cnpct>; <http://homolog-w.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=186>. Acesso em: 2011.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. A Construção da autoridade entre os donos de barco no Aventureiro, Ilha Grande - RJ: uma etnografia das relações de poder **Revista Sociedade e Estado**, v. 26, n. 3, set./dez. 2011.

\_\_\_\_\_. **A População do Aventureiro e a Reserva Biológica Estadual da Praia do Sul**: Conflitos e Disputas sob Tutela Ambiental. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Rio de Janeiro: UFRJ/Museu Nacional/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2004. 111 p.

\_\_\_\_\_. **O Aventureiro, Ilha Grande-RJ**: uma análise de mudança social. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, Museu Nacional/Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, 2008.

\_\_\_\_\_. O Surgimento Da Associação De Moradores Do Aventureiro, Ilha Grande-Rj: Reconfigurações De Identidades E Usos Locais Do Direito. **Teoria e Sociedade** nº 17.1, p. 58-83, jan./jun. 2009.

DAMATTA, R. A. **A casa & a rua espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil**. 5. ed. Rocco: Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. A família como valor: considerações não-familiares sobre a família à brasileira. In: ALMEIDA, A. M. et al. (Orgs.). **Pensando a família no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987. p.115-36.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Lisboa: Edições antipáticas, 2005. 155p.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS . Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm). Acesso em: 2013.

DIEGUES, Antônio Carlos. As Ilhas e Arquipélagos Tropicais Brasileiros: Práticas Sociais e Simbólicas. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Ilhas e Sociedades Insulares**. São Paulo: NUPUAB. 1997. 235 p.

\_\_\_\_\_. **Ilhas e mares: simbolismo e imaginário**. São Paulo: Hucitec, 1998.

DUMITH, Raquel De Carvalho. Território, Territorialidade E Identidade Dos Pescadores Artesanais: Subsídios Conceituais Ao Planejamento E Gestão De Reservas Extrativistas Marinhas. **Revista GEOgraphia** , UFF, 2011.

DURAND, Gilbert. **O imaginário - Ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem**. Coleção Enfoques. Filosofia. Editoração: Art Line . 1999

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes. 2007. 165p.

\_\_\_\_\_. **Da divisão do trabalho social**. Tradução de Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999 (Coleção tópicos). 483p.

E. CURY ARTWORKS. **O rapto das Sabinas**. Disponível em: <http://ecury.com.br/tag/lenda/> Acesso em: 2012.

EAGLETON, Terry. **A ideia de Cultura**. São Paulo: UNESP, 2005.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 201p.

ESTANEK, Angélica. **Trabalho e convívio no paraíso insular. Paleopatologia** dos remanescentes ósseos do sambaqui Ilhote do Leste/Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz/Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/ Departamento de Endemias Samuel Pessoa, 2008. 147 p.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do Sertão Nordestino. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 8 ed. São Paulo: Contexto. 2006. 683p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI**: o Dicionário da Língua Portuguesa. 3. ed. RJ: Nova Fronteira. 1999. 2128 p.

FERREIRA, Helena Catão Henriques. **A dinâmica da participação na construção de territórios sociais e do patrimônio ambiental da Ilha Grande-RJ**. 2010. 270 f. Tese (Doutorado), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

\_\_\_\_\_. **Redefinindo Territórios**: Preservação e Transformação no Aventureiro - Ilha Grande (RJ). Dissertação (Mestrado): Rio de Janeiro: UFRRJ/ICHS/CPDA, 2004. 111 p.

FONSECA, Maria Aparecida Pontes da; LIMA, Renata Mayara Moreira de. Segunda Residência: conceito, características e significados IN FONSECA, Maria Aparecida Pontes da (Org.) **Segunda Residência**, Lazer e Turismo. Natal, RN: EDUFRN, 2012. 226 p.

FÓRUM DE COMUNIDADES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS, INDÍGENAS E CAIÇARAS. Disponível em: <http://forumtradicionais.blogspot.com.br/>. Acesso em: 2012.

FRANZERES, Andreia. Conservação: a lanterninha da Feema. (O) **ECO**, 22 de Janeiro de 2007. Entrevista com Norma Crud. Disponível em: <<http://www.oeco.com.br/reportagens/10961-oeco20494>>. Acesso em: 2011.

GASTAL, S. **Turismo, Imagens e Imaginários**. (Coleção ABC Turismo). São Paulo: Aleph, 2005.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. 1 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. 323 p.

\_\_\_\_\_. Do Ponto de Vista dos Nativos. In: **O Saber Local**. 1974.

GIDDENS, Anthony. A Vida em uma Sociedade Pós-Tradicional. In: GIDDENS, Anthony; BECK, Ulrich; LASH, Scott (Org.). **Modernização Reflexiva**. São Paulo: Editora UNESP, 1997

\_\_\_\_\_. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002. 233p

GOFFMAN, Erving. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. 17 Ed. Petrópolis: Vozes, 2009. 231 p.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Autenticidade, Memória e Ideologias Nacionais: o problema dos patrimônios culturais.** Estudos Históricos: identidade nacional, Rio de Janeiro, Vértice, v. 1, n. 2, p. 224-275, 1988. p. 224-275.

GRUNSPAN-JASMIN, Élise. **Lampião Senhor do Sertão.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2006. 390 p.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições.** São Paulo: Martins Fontes, 2000. 540p.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade.** 11 ed. RJ: DP&A. 2006.

HANDLER, Richard. Chapter I: Is Identity a useful cross-cultural concept? 1994. In: GILLIS, John R. (Ed.). **Commemorations: The Politics of National Identity.** Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1994.

\_\_\_\_\_. On authenticity. In: **Anthropology Today**, 2(1). 1986.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). **A Invenção das Tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOTEL URBANO. Disponível em: <http://www.hotelurbano.com.br/oferta/rio-de-janeiro-angra-dos-reis-pousada-recanto-das-fadas/5511?cmp=3>. Acesso em: maio 2012.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção.** Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991. 330p.

ILHA GRANDE. Disponível em: <http://ilhagrande.org/ilha-grande-portal>; <http://www.ilhagrande.com.br/praias/aventureiro.html>; <http://br.ilhagrande.com/sys/index.php?option=content&task=view&id=281&Itemid=296> Acesso em: 2011.

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE. INEA. Disponível em <http://www.inea.rj.gov.br/unidades/pqpraiasul.asp>. Acesso em: 2012.

INOJOSA, Viviane. **Filme Etnográfico Encanto Aventureiro. 2010.** Disponível em: <http://aventureiroencanto.blogspot.com.br/>. Acesso em: 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA. **Relatório de Pesquisa sobre A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais na Visão de seus Membros. Brasília. 2012.** Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120409\\_relatorio\\_comunidade\\_s\\_tradicionais.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/120409_relatorio_comunidade_s_tradicionais.pdf). Acesso em: 2012.

\_\_\_\_\_. **Mercado de Trabalho:** População Economicamente Ativa, fev. 2009. p. 38.

JAMESON, Fredric. Pós-Modernidade e Sociedade de Consumo. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 12, p. 16-26, jun.1985.

\_\_\_\_\_. **Pós-Modernismo:** A Lógica Cultural do Capitalismo Tardio. Ática, 2006.

LACERDA, Carlos Augusto (Ed.); SECCHIN, Carlos (Foto). **Angra – Ilha Grande**. Icatu – Edição Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

LEOPOLDI, José Sávio, **As relações de gênero entre os caçadores-coletores**. Sociedade e Cultura, v. 7. n. 1, p. 61-63, jan./jun. 2004.

LEVY, Maria Stella Ferreira. A escolha do cônjuge. **Rev. Bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 117-133, jan./jun. 2009.

MACEDO, Vinícius da Costa. **Relatório de Viagem de para o Projeto O Povo do Aventureiro**, 2010.

MACHADO, L. Z. Famílias e Individualismo: tendências contemporâneas no Brasil. **Interface \_ Comunic, Saúde, Educ**, v. 4, n. 8, p. 11-26, 2001.

MACIEL, Norma Crud. **Mensagem divulgada por Norma Crud Maciel, campanha de apoio a uma causa conservacionista**. Em 08 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.bocaina.org.br/noticias/206-noticias-rdsaventureiro-ilha-grande-esclarecimentos-sobre-a-proposta-de-mudanca-de-categoria>> Acesso em: 2011.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental:** um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipelagos da Nova Guiné Melanésia. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. 424 p.

MARQUES, Luiz. **Rapto das Sabinas**. Museu de Arte para Pesquisa e Educação – MARE. 2010. Disponível em: <http://www.mare.art.br/detalhe.asp?idobra=2251>. Acesso em: 2010.

MAUSS, Marcel. *Ensaio Sobre a Dádiva, Forma e Razão da troca nas Sociedades Arcaicas*. In: **Sociologia e Antropologia**. 2003. 187p.

MELO NETO, José Francisco de. Pesquisa-Ação. In: RICHARDSON, Roberto Jarry (Org.). **Pesquisa-Ação: princípios e Métodos**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2003.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda. O Povo do Aventureiro (Ilha Grande, RJ) e o Modelo Local de Turismo: uma Transgressão aos Novos Sistemas de Valores Impostos. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL. Fortaleza, CE. 2008. **Anais...** Fortaleza, 2008.

\_\_\_\_\_. **Que paraíso é esse?: a turismização da Ilha Grande**. 2010. 342 p. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro, UERJ, 2010.

\_\_\_\_\_. Vila do Aventureiro, o “paraíso proibido”. 2011, 15-30p. In: MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda; MORAES, Edilaine Albertino (Org.). **O Povo do Aventureiro e o Turismo de Base Comunitária: Experiências Vivenciadas na Vila do Aventureiro - Ilha Grande, RJ**. Seropédica, Rio de Janeiro: EDUR. 2011. 212 p.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda; BRANDÃO, Lindalva Priscila Nunes; MARTINS, Gabriele Cardoso. O “povo do Aventureiro”: os “mais caiçaras” da Ilha Grande, 2011, p. 31-64. In: MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda; MORAES, Edilaine Albertino (Org.). **O Povo do Aventureiro e o Turismo de Base Comunitária: Experiências Vivenciadas na Vila do Aventureiro - Ilha Grande, RJ**. Seropédica, Rio de Janeiro: EDUR, 2011. 212 p.

MENDONÇA, Teresa Cristina de Miranda; MORAES, Edilaine Albertino (Org.). **O Povo do Aventureiro e o Turismo de Base Comunitária: Experiências Vivenciadas na Vila do Aventureiro - Ilha Grande, RJ**. Seropédica, Rio de Janeiro: EDUR. 2011. 212 p. Disponível em [http://r1.ufrj.br/im/gemte/pdf/O\\_povo\\_do\\_Aventureiro.pdf](http://r1.ufrj.br/im/gemte/pdf/O_povo_do_Aventureiro.pdf) Acesso em: 2012

MENEZES, Pedro da Cunha e. **Acorda aí!** Site “O ECO”. Em 02 de março de 2006. Disponível em: [http://www.oeco.com.br/pedro-da-cunha-e-menezes/17017-oeco\\_15899](http://www.oeco.com.br/pedro-da-cunha-e-menezes/17017-oeco_15899). Acesso em: 2012.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Secretaria de Energia Elétrica. Programa Luz para Todos. **Luz Para Todos: Um Marco Histórico – 10 milhões de brasileiros saíram da escuridão**. 140 p. Disponível em: [http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o\\_programa.asp](http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp) e em: <http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/publicacoes.asp>. 2010. Acesso em: 2012

MINISTÉRIO DO TURISMO. Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo. Termo de Referência para apresentação, análise e seleção de propostas de projetos de fortalecimento de TBC – 2010. 2010. 5p.

MIRANDA, Victorino Chermont de. Genealogia e Identidade. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 3, n. 34, p. 98, julho 2008.

MONTESINOS, Rafael. **Las Rutas de la Masculinidad**: Ensayos sobre el cambio cultural y el mundo moderno. Editorial GEDISA. Barcelona. 2002.

MUNICÍPIO DE ANGRA. Mapas. Disponível em: [http://www.municipio.angra.rj.gov.br/asp/angradosreis\\_mapas.asp](http://www.municipio.angra.rj.gov.br/asp/angradosreis_mapas.asp), mapas em 03 de novembro de 2011. Acesso em: 2012.

O GLOBO. No aventureiro, a resistência dos caiçaras: Ilha terá que conciliar preservação de nativos a desenvolvimento sustentável. **Jornal O Globo**, 2. ed., p. 11, 4 jul. 2011.

\_\_\_\_\_. Mercado de trabalho das Mulheres é mais afetado pela Crise. **Jornal O Globo**. 03 jul. 2009.

\_\_\_\_\_. VISITAS limitadas ao Paraíso: Projeto para a Ilha Grande se candidatar a Patrimônio Natural da Unesco prevê controle de acesso. **O Globo**, 2. ed., p. 11, 4 jul. 2011.

OLIVEIRA, Marcelo Ribeiro de. **O conceito jurídico da expressão “povos e comunidades tradicionais” e as inovações do decreto 6.040/2007**. Publicado no Site Ocareté. 2009.

OLIVEIRA, Maria Cristina Tenório de. **O Lugar dos Aventureiros**: identidade, dinâmica de ocupação e sistema de trocas no litoral do Rio de Janeiro há 3500 anos antes do presente. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, v. 1, Edição Porto Alegre – RS, maio de 2003. 597 p.

PEREIRA, Severino Joaquim Nunes. Entre Dois Mundos: Um Estudo Etnográfico Sobre a Cultura de Consumo Gay do Rio de Janeiro. São Paulo. In: XXXIII ENANPAD São Paulo, 2009.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz; SZTUTMAN, Renato. Notícias de uma certa Confederação Tamoio. **Mana**, v. 16, n. 2, p. 401-433, 2010.

PRADO, Rosane Manhães. As espécies exóticas somos nós: reflexão a Propósito do ecoturismo na ilha grande. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 205-224, out. 2003.

\_\_\_\_\_. (Org). **Ilha Grande**: Do Sambaqui ao Turismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 283 p.

PRASSINOS, Gisele. Les Machines Infernales. IN: GRAS, Alain; MORICOT, Caroline. **Technologies du Quotidien: La Complainte du Progrès**. Paris, 1992.

PRESÍDIO da Ilha Grande 1. Autoria: repórter Wanderley Moreira e repórter cinematográfico Johnson Gouvêa, [s.d.]. Vídeo. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=P7Ixf1BuwfY>. Acesso em: 2012

PRESÍDIO da Ilha Grande 2 (continuação do 1). Autoria: repórter Wanderley Moreira e repórter cinematográfico Johnson Gouvêa, [s.d.]. Vídeo. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=8lVTE9tD0bo&list=UU4uUCo0IxHqWudlD0KXNtdg>. Acesso em: 2012

PROGRAMA DE ZOONOSES REGIÃO SUL. Manual de Zoonoses,. 2.ed. V. 1, 2010. Disponível em: [http://www.zoonoses.org.br/absoluto/midia/imagens/zoonoses/arquivos\\_1258561628/3644\\_manual\\_d\\_e\\_zoonoses\\_v1\\_edicao2.pdf](http://www.zoonoses.org.br/absoluto/midia/imagens/zoonoses/arquivos_1258561628/3644_manual_d_e_zoonoses_v1_edicao2.pdf). Acesso em: 2012

RABINOW, Paul. Representation are social facts: Modernity and post-modernity in anthropology. In: CLIFFORD, James; MARCUS, Gerge E. (Ed.). **Writing Culture the poetics and politics of ethnography**. University of California Press, 1986. p. 234-260.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred. O método comparativo em Antropologia Social. p. 43-58. In **Radcliffe-Brown: Antropologia**. São Paulo: Atica, 1978. Da coletânea Julio Cezar Mellati (Org.) Grandes Cientistas Sociais, n. 3.

REVISTA DESTINOS. **AMAV – Associação de Moradores e Amigos do Aventureiro**. Grupo de Estudos em Marketing, Tecnologia e Ecologia – GEMT (Org.); SOUZA, Janaina Nascimento Simões de (Editora). Ano 1. Número 1. Edição 2011. 48p. Disponível em: [http://r1.ufrjr.br/im/gemte/pdf/Revista\\_Destinos\\_01.pdf](http://r1.ufrjr.br/im/gemte/pdf/Revista_Destinos_01.pdf) . Acesso em: 2011.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro a formação e o sentido do Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras. 1995. 477 p.

RIBEIRO, G. P. **Mapas Digitais**. Disponível em: [www.mapasdigitais.uerj.br](http://www.mapasdigitais.uerj.br), 2011 e <http://www.mapasdigitais.uerj.br/ilhagrande/PRAIADOAVENTUREIRO.pdf>. Acesso em: 2012

RIBEIRO, MariÍlia André. Modernidade e pós-modernidade. **Anal. & Conj.**, Belo Horizonte., v. 5, n 3, set./dez. 1990.

ROUANET, Sérgio Paulo. **As razões do iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. 349 p.

RYBCZYNSKI, Witold. **Casa: Pequena História de uma ideia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SA, PAULO GUILHERME DA SILVA. **Contaminação do ambiente marinho por metais pesados e suas implicações sobre comunidades de pescadores tradicionais**. 1999. 274 p. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1999.

SAHLINS, Marshall. O Pessimismo Sentimento e a experiência Etnográfica: por que a Cultura não é um objeto em via de Extinção Parte I. **Mana**, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997.

SANTOS, Milton, **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**, 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Myrian Sepulveda dos. A Construção da Violência: o caso da Ilha Grande. In: PRADO, Rosane (Org). **Ilha Grande: Do Sambaqui ao Turismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 283 p.

SARDO, Gerhard. Parnaioca Ilha Grande. Tradição sob ameaça na Parnaióca. 2009. Disponível em: <http://blogdogerhardsardo.blogspot.com.br/>. Acesso em: 2012.

SECRETARIA DO AMBIENTE. SEA. **Situação Geral do Povoado do Aventureiro, da Reserva Biológica da Praia do Sul e do Parque Estadual Marinho do Aventureiro, Relatório Final, Volume I – Apêndice – Relatório Fotográfico**. Rio de Janeiro, Secretaria de Estado do Ambiente, Grupo de Trabalho do Aventureiro, 2009. 88 p. (Paulo Bidegain e Julieta Freschi).

SEIXAS, Cristina Simão. **Estratégia de Pescas e utilização de animais por comunidades pesqueiras da Ilha Grande**. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual de Campinas. 1997. 157 p.

SERRES, Michel. **O contrato natural**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1991. 142 p.

\_\_\_\_\_. Novas Tecnologias e Sociedade Pedagógica: Uma conversa com Michel Serres. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, 6. 2000

\_\_\_\_\_. O que é identidade. **Revista Le Monde de L'Éducation, de la Culture et de la Formation**, jan. 1997. Trad. Sílvio Barini Pinto.

SETTI, Kilza. **Ubatuba nos Cantos das Praias (estudo do caiçara paulista e de sua Produção Musical)**. São Paulo: Ática, 1985. 293 p.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, p. 60-70, maio/jun./jul./ago. 2002 .

SILVA, Rubens Alves da. Entre “Artes” e “Ciências”: a noção de Performance e Drama no Campo das Ciências Sociais. Maria Elizabeth Lucas (Org.). **Revista Temática Horizontes antropológicos: antropologia e performance**. UFRGS, Porto Alegre, UFRGS, ano 11, n. 24, jul./dez. 2005.

SIMMEL, Georg. **Questões Fundamentais da Sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SIMÕES, Soraya Silveira. **Cruzada São Sebastião do leblon**: Uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro / Soraya Silveira Simões. – Niterói: UFF/ ICHF/ PPGA, 2008. 444 p.

SIMON, Alba. **RDS Aventureiro, Ilha Grande, Angra dos Reis, esclarecimentos sobre a proposta de mudança de categoria**. Site Mosaico Bocaina. Em 11 de novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.bocaina.org.br/noticias/206-noticias-rdsaventureiro-ilha-grande-esclarecimentos-sobre-a-proposta-de-mudanca-de-categoria>> Acesso em: 2011.

THIOLENT, Michel. **Pesquisa-ação nas organizações**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.

TURNER, Victor. **Floresta de Símbolos - aspectos do ritual Ndembu**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense. 2005. 488 p.

UMBERTO, Eco. **Metodologia**: como se faz uma tese. SP: Ed Perspectiva. 1985. 184p.

VILAÇA, Aparecida & MAIA, Ângela do Azevedo. O Povo do Aventureiro. 1996. In: PRADO, Rosane (Org). **Ilha Grande**: Do Sambaqui ao Turismo. Rio de Janeiro: Garamond: EDUERJ, 2006. p 59-105.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WILLEMS , Emilio. **A Ilha de Búzios**: uma comunidade caiçara no sul do Brasil. São Paulo, HUCITEC; NUPAUB/CEC, 2003. 185 p.

WUNDER, Sven. A História do uso do solo e da cobertura florestal, In: PRADO, Rosane (Org). **Ilha Grande: Do Sambaqui ao Turismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 283 p.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. 615 p.

\_\_\_\_\_. **El Recurso de la Cultura** Usos de la cultura en la era global, Editorial Gedisa, Barcelona, España, 2002, 245 p

ZANATA, Roberta M. Abraão e Aventureiro: pensando o turismo de camping na Ilha Grande – RJ. (Mestrado). Intratextos, Rio de Janeiro, Número Especial 01, 2010. 113 p.

ZANELLA, Andréa Vieira. Sujeito e alteridade: reflexões a partir da psicologia histórico-cultural. Universidade Federal de Santa Catarina. *Psicologia & Sociedade*, v. 17, n. 2, p. 99-104; mai/ago.2005.

## 7 APÊNDICES

### 7.1 IMAGENS FEITAS PELOS MORADORES SOBRE “O POVO DO AVENTUREIRO”

#### I. Técnica: Pintura em Tela – realizados durante a oficina do dia 17/05/2009

Pergunta: O que é morar no Aventureiro?



Grupo 1



Grupo 2



Grupo 3



Grupo 4

## II. Técnica: Argila – realizados durante a oficina do dia 17/05/2009

Pergunta: Quem seria a Mascote do Aventureiro – a Personificação?

O Caiçara “Purungo” – segundo o grupo



O Caiçara



O Coqueiro Deitado



O Surfista





**IV. Técnica livre: Trabalhos entregues para o Concurso de 17 de maio à**  
 Pergunta: O que representa O Povo do Aventureiro?



Autores: Cleuzeli , Luciana, Lucia,Rosangela, Manoel,  
 Celia, Alessandro, Yebastiana, Fábio, Lucia



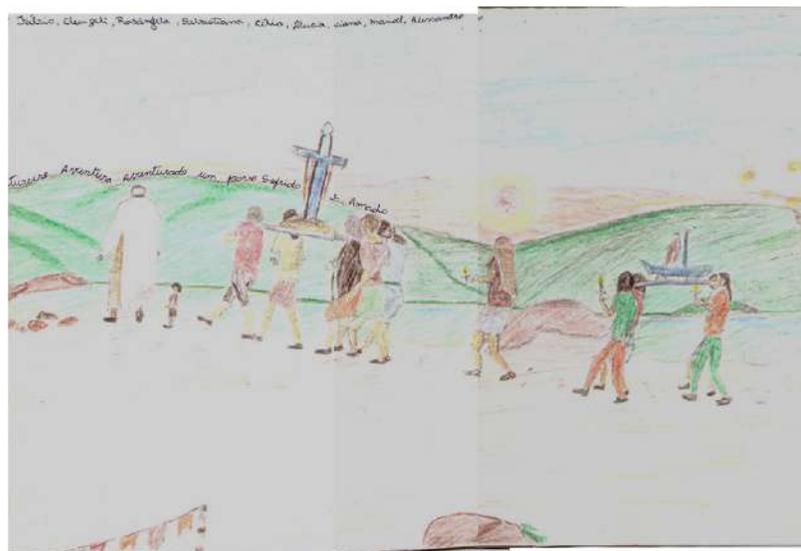
Autores: Grupo Daniel, Josinei, Josilene, Josimar, Carine,  
 Karissa, Vanda, Luana, Fabiano. Arte Dan



Autores: Daniel, Josinei, Josilene, Josimar, Carine, Larissa, Vanda, Luana, Fabiano



Autores: Cleuzeli, Luciana, Lucia, Rosângela, Manoel, Celia, Alessandro, Sebastiana, Fábio, Lucia



Autores: Cleuzeli, Luciana, Lucia, Rosângela, Manoel, Celia, Alessandro, Sebastiana, Fábio, Lucia



Autores: Grupo Jararaca

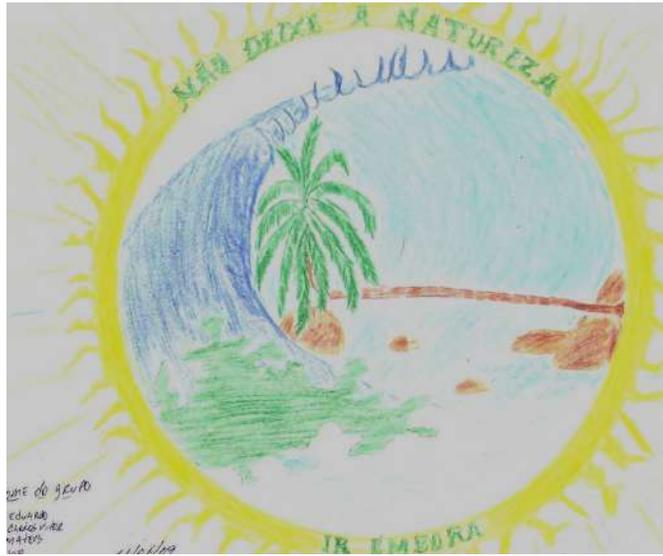
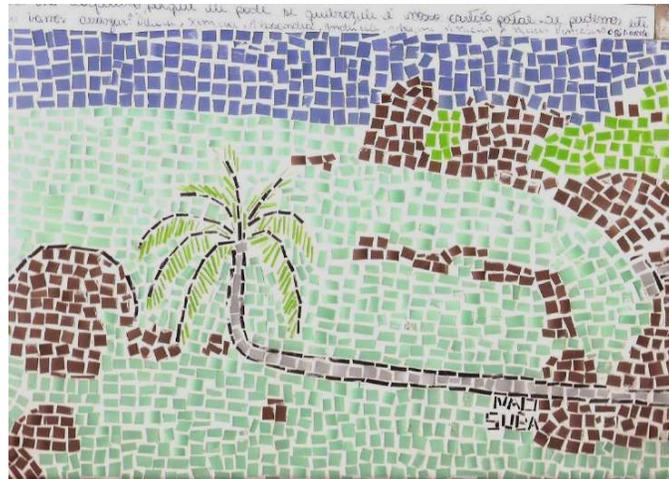


Imagem Vencedora do Concurso  
Autores: Eduardo, Carlos Vitor, Mateus e Joel



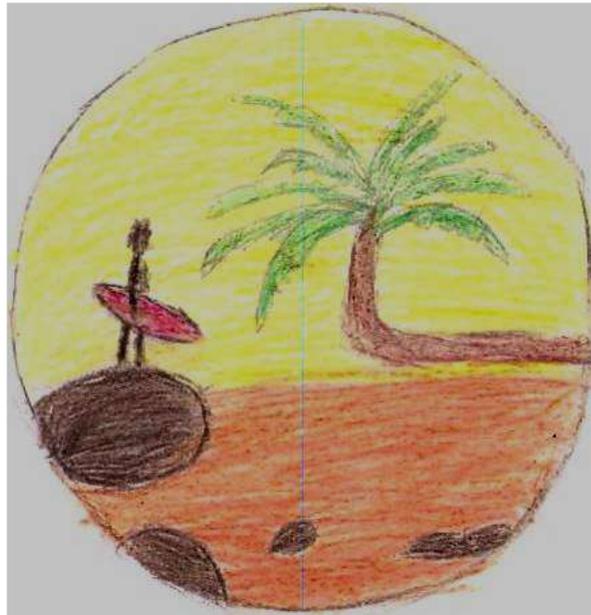
Autores: Samara, Alessandra, Debora, Andrielle, Adriane, Vinícius, Marcos Vinicius e Giliarde



Autores: Grupo Daniel, Josinei, Josilene, Josimar, Carine, Karissa, Vanda, Luana, Fabiano. Arte Daniel



Autores Fabiano, Josiney



Autores: Grupo do Josinei - Josinei



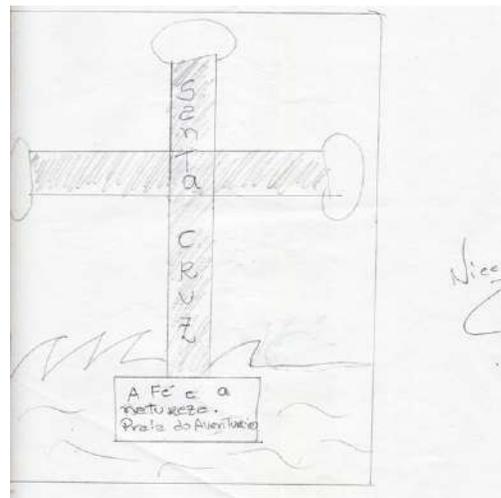
Autores: Grupo Daniel, Josinei, Josilene, Josimar, Carine, Karissa, Vanda, Luana, Fabiano



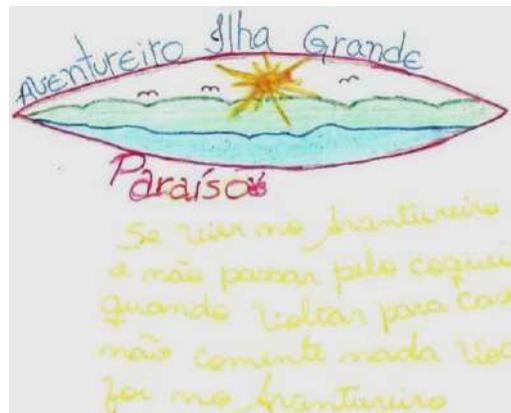
Autores: Grupo do Josinei



Autores: Cleuzeli, Luciana, Lúcia, Rosangela, Manoel, Célio, Alessandro, Sebastiana, Fábio



Autora: Nice



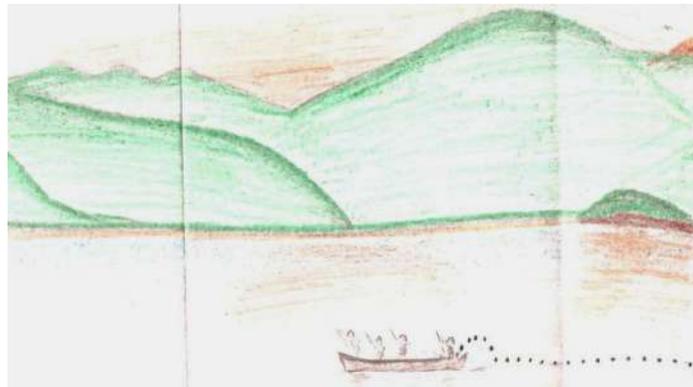
Autor: Josiney



Autores: Grupo do Josiney



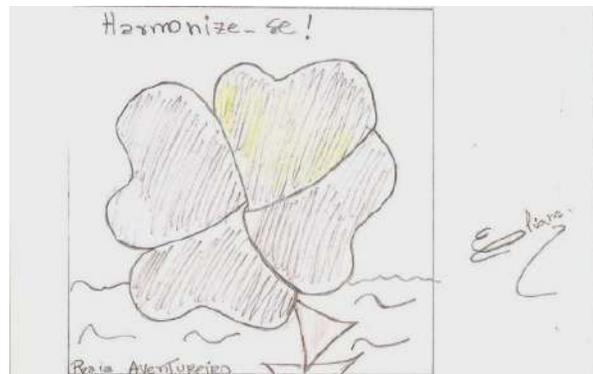
Autores: Grupo do Josiney



Autores: Cleuzeli , Luciana, Lucia, Rosangela,  
Manoel, Celia, Alessandro, Sebastiana, Fábio, Lúcia



Autores: Cleuzeli , Luciana, Lucia, Rosangela, Manoel, Celia, Alessandro, Sebastiana, Fábio, Lucia



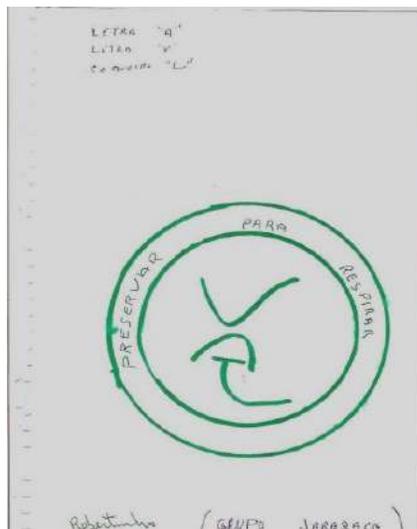
Autora: Eliane



Autores: Grupo do Josiney



Autores: Daniel, Josinei, Josilene, Josimar,  
Carine, Larissa, Vanda, Luana, Fabiano



Autor: Robertinho – Grupo Jararaca



Autores: Grupo - Samara, Alessandra, Debora, Andrielle,  
Adriane, Vinicius, Marcos Vinicius e Gislane

## 7 2 FRASES QUE REPRESENTAM “O POVO DO AVENTUREIRO”

### Gritos de Guerra criados na Oficina dia 17/05/2009:

- “Aia, Aia, Aia, Aventureiro é nossa praia” – jovens
- “Au, au, Au, nosso grupo é animal” - Adultos e mais velhos.
- “Grande, grandeza, todos juntos pela natureza” – Adolescentes.
- Houve um grito que fazia uma referência ao Flamengo, que depois, com as críticas dos outros grupos foi mudado para a frase acima.
- O quarto grupo não foi registrado, pois foi impossível a transcrição.

### Frases criadas para o Concurso “O Povo do Aventureiro” de maio a junho de 2009:

1. “Não deixe a Natureza ir embora”. - Eduardo, Carlos Vitor, Mateus e Joel.
2. “Harmonize-se – Praia do Aventureiro”. - Eliane.
3. “A Fé e a Natureza – Praia do Aventureiro”. – Nice.
4. “Preservar para Respirar”. - Robertinho – Grupo jararaca .
5. “O Aventureiro é um Lugar Perfeito para Morar, onde não tem espinho para caminhar”. - Grupo Jararaca.
6. “O Peixinho do mar como limo para o seu sustento e o caçara faz sua casinha de sapê para não ficar ao relento”. - Samara, Alessandra, Debora, Andrielle, Adriane, Vinícius, Marcos Vinicius e Giliarde.
7. “Não suba no coqueiro, ele pode quebrar, ele é nosso cartão postal. Se perdermos este, onde vamos arrumar outro”. - Samara, Alessandra, Debora, Andrielle, Adriane, Vinícius, Marcos Vinicius e Giliarde
8. Dormi acordei sonhando com o resplandecer do sol e o cântico do curió! Não vive prisioneiro, não existe lugar no mundo mais lindo que o aventureiro”. - Cleuzeli , Luciana, Lucia, Rosangela, Manoel, Celia, Alessandro, sebastiana, Fábio, Lucia.
9. Aventureiro, Aventura, Aventurado: um povo sofrido e amado” . - Cleuzeli , Luciana, Lucia, Rosangela, Manoel, Célia, Alessandro, Sebastiana, Fábio, Lúcia.
10. “Povo do Aventureiro: Tradição e Cultura”! - Daniel, Josinei, Josilene, Josimar, Carine, Larissa, Vanda, Luana, Fabiano.
11. “Se o Paraíso existe ele é chamado de Aventureiro”. - Daniel, Josinei, Josilene, Josimar, Carine, Larissa, Vanda, Luana, Fabiano.
12. “Paraíso do Sol e do Surf”. - Daniel, Josinei, Josilene, Josimar, Carine, Larissa, Vanda, Luana, Fabiano.
13. “Se vier ao Aventureiro e não passar pelo coqueiro, quando voltar para casa, não comente nada, você não foi ao Aventureiro”. – Josiney.
14. “Viver pela metade, Curtir por inteiro, gostar da ilha, amar o Aventureiro” .Daniel, Josinei, Josilene, Josimar, Carine, Larissa, Vanda, Luana, Fabiano.

### 7.3 PRÊMIO DE VALOR

O que seria um prêmio de valor que te faria feliz?

As ideias foram dadas pelos grupos e não individualmente; portanto são propostas resultantes de diálogos entre as equipes e não de decisões únicas individuais. Estes foram os resultados sobre “um prêmio que agrega valor”, mas encarem esses resultados como dados gerais para outras atividades e sobre o perfil do grupo.

Resultados agrupados:

1º lugar - Prancha de surf

2º lugar – Camisa do Time e Rádio a Pilha

3º lugar – Telefone Celular Vivo, Relógio de Pulso, MP4, Televisão de Plasma e Lancha.

Outros:

Bolsa de Estudo

Ir ao Maracanã ver o Flamengo jogar

Passeio ao Cristo Redentor

Passeio em Aparecida do Norte

Passeio de helicóptero

Ir para neve esquiar

Passeio para Disney

Batedeira

Liquidificador

Geladeira

Uma bola de Futebol

Uma bicicleta

Skate

Caiaque

Um jet-ski

DVD

MP5

Uma filmadora

Máquina Digital

Computador

#### **Análise dos Resultados e Sugestão:**

Estes são os resultados do que seria um prêmio de valor para o povo do Aventureiro, segundo os mesmos, que foram devidamente orientados sobre termos limitações para premiar.

Foi feita uma análise das ideias propostas por eles conjuntamente com os resultados sobre representação e identidade deles na oficina.

Havia muitos jovens na oficina, por isso a Prancha de surf é o produto mais solicitado. Tanto os rapazes quanto as moças do local geralmente surfam. São muito ligados aos Esportes. Houve, na tarde do domingo, um jogo de futebol que mobilizou quase toda a população que joga ou assiste. Quando se representaram por imagens, a foto do jogo de futebol ocupou lugar central no espaço que foi disponibilizado. Outras fotos de futebol e ligadas a esporte também foram coladas. O rádio a pilha também tem o seu envolvimento com futebol e é uma forma de se adaptar à falta de luz.

O telefone celular solicitado é de marca Vivo, por conta de ser a única empresa de telefonia que, em alguns pontos, há a possibilidade de sinal. Alguns também acessam a Internet pela Vivo. Resultados como MP4, relógio de pulso, televisão de Plasma e Lancha também foram apresentados. Destaque para o MP4 (também solicitaram MP5) e o relógio de pulso, que seriam adequados ao perfil do grupo e aos limites de preço definidos.

Penso sobre os outros resultados e gostaria que fossem analisados agrupadamente, como organizei nos parágrafos anteriores. Há seis solicitações de passeio (Maracanã, Cristo, Aparecida do Norte, de helicóptero, neve para esquiar e Disney). Analisando genericamente, vê-se que, no final, querem passear, conhecer outras pessoas, coisas e outros lugares. O Maracanã teria um destaque por conta do grande envolvimento do grupo com esportes, principalmente futebol, além do surf. Foram solicitados cinco objetos ligados a esportes (bola de Futebol, bicicleta, Skate, Caiaque e jet-ski). Seria interessante que houvesse desdobramentos e reflexões sobre estes dados. São muito envolvidos com esportes, definitivamente. Pode-se fazer algo para valorizar este ponto forte da comunidade? Há atividades ligadas ao esporte para desenvolver e valorizar a comunidade em nossas propostas de cursos e oficinas? Acredita-se que teriam um bom público.

Deram três ideias de objetos ligados à casa (batedeira, liquidificador e geladeira), sendo o liquidificador de baixo preço e, talvez, dependendo dos vencedores do concurso, pode-se pensar na possibilidade. Há cinco solicitações ligadas à Tecnologia (DVD, MP5, filmadora, máquina digital e computador), o que traz o sinalizador de que mesmo com as dificuldades de luz, distância, características do mar, falta de telefone etc., estão envolvidos com tecnologia, sabem usar ou querem usar. Este também pode ser outro dado interessante para outras atividades a serem oferecidas. Requereu-se, também, bolsa de estudo e acredita-se que se deveria discutir e pensar nas possibilidades. Eles apresentam esta necessidade.

Nós solicitamos um logotipo, como estava acordado, e acrescentamos um pedido de sugestão de mascote e slogan. Assumo a premiação do slogan e mascote junto com a minha turma de marketing, que já está ciente e envolvida. Estamos nos organizando para solicitações de apoio com empresas. Queria pedir que todo material coletado pudesse ser, por mim ou meus alunos, fotografados e analisados, para nossas outras atividades acadêmicas.

Com relação à oficina, o grupo é heterogêneo com relação à idade, o que o torna mais rico e interessante. Tem um perfil muito criativo, participativo. Eles se respeitam e se gostam acima de qualquer diferença que possam ter. Gostam de fazer, por isso seria interessante uma adequação das metodologias para que fossem teóricas e práticas. A utilização do lúdico também parece adequada.

Como premiação, se me cabe e me permitem sugerir, algo como: passeio para ver um jogo no maracanã (com possível ida a pontos no Rio – há facilidade de ônibus da Rural com os alunos atuando como guias?), bola de futebol, rádio a pilha, camisa de time, MP4, liquidificador e bolsa de estudo, seriam os mais abrangentes, a meu ver, e de maior valor para o povo do Aventureiro.

Obrigada,  
Janaina Nascimento.

#### 7.4 QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO PARA ORIENTAR AS CONVERSAS

- 1) Conte um pouco como surgem os moradores na praia do Aventureiro. Fale sobre você(s), da história de vocês aqui, família, comunidade, amigos, do trabalho, ou seja, da história de vocês aqui em Aventureiro.
- 2) Como vieram parar no Aventureiro?
- 3) O que é ser morador de uma ilha como essa? Para você, o que é ser morador de aventureiro? O que é ser morador do Aventureiro? Como é?
- 4) E quem é de fora?
- 5) Como você acha que as outras pessoas, os visitantes, ou quem nunca veio aqui antes, como eles acham que são os moradores do Aventureiro?
- 6) O que você acha que as pessoas não sabem sobre os moradores do Aventureiro?
- 7) Há algo que dizem sobre os moradores que você não concorda (identidade negada)?
- 8) Se você estivesse fora daqui e alguém perguntasse de onde você é, como explicaria?
- 9) Quem nasce no aventureiro é?
- 10) O que significa ser.(caiçara, povo do Aventureiro etc., conforme resposta anterior)?. Muitas respostas podem surgir, povo do aventureiro, caiçara, e dezenas de outras etc.)
- 11) Você se lembra quando ouviu o termo caiçara pela primeira vez? Quem falou? Você sempre utilizou ou utiliza o termo?
- 12) O que as pessoas imaginam que significa caiçara?
- 13) O que identifica ser morador do Aventureiro?
- 14) O que identifica ser caiçara?
- 15) Existem moradores mais tradicionais e outros menos? Qual a diferença?
- 16) Você percebe diferença entre um morador do Aventureiro e os demais moradores da Ilha?
- 17) Como vê o seu futuro? E o futuro da praia do Aventureiro?
- 18) Quais seus sonhos? Desejos?
- 19) Qual a melhor categoria de unidade de conservação em sua opinião? Pode explicar o que ela significa?
- 20) O que é pode ser considerado “antigo” e “novo”? – fala “antigo” do Luís (COSTA, 2004)
- 21) Você possui animais domésticos? (fotografar).
- 22) Ver com Neneca sobre a ajuda dela no sítio arqueológico, quanto ganhou e por que resolveu investir no bar. Em que ano foi isso?
- 23) Guapuruvu ainda é usado para confeccionar barco?
- 24) Há rituais de passagem com relação à idade? Poder? Quando um menino vira homem? E a moça? Há rituais de iniciação? (ver Clastres)
- 25) O que representa a palavra do chefe? Do presidente da AMAV? De quem o lidera ou representa? (clastres)
- 26) Quais as histórias lembradas mais antigas?
- 27) Quem chegou primeiro?
- 28) O que era nesta parte da Ilha no passado?
- 29) Sobre o termo caiçara, se consideram assim? Ou seja, como se percebem e se veem?
- 30) E como quem é de fora os veem, em sua opinião? Entenda “de fora” como turistas, visitantes, pesquisador. Há diferença entres essas pessoas de fora?
- 31) Você se sente caiçara? O que diferencia um caiçara dos outros? O que diferencia um morador do Aventureiro dos outros moradores da Ilha?
- 32) Há uns turistas que estão sempre aí, conhecem bem os moradores. Eles sabem o que é caiçara? Sabem que a comunidade é caiçara?

- 33) Ser caçara representa o quê, no passado, hoje e no futuro?
- 34) Como é a relação dos moradores com o Estado? Como é a relação dos moradores com as lideranças locais? Com a AMAV? Quem são as pessoas que você considera mais influentes? Por quê?
- 35) O que o turista trouxe de novo para o Aventureiro? O que está mudando no local? Quais as mudanças mais rápidas, quais as mais lentas e quais você prevê?
- 36) O que acontece de diferente no dia a dia dos moradores antes, durante e depois de uma festa como o réveillon?
- 37) E o que acontece de diferente no dia a dia dos moradores na festa de Santa Cruz?
- 38) Tem diferença entre estes dois eventos? Parece-me que um é mais para o turista e outro é mais para a própria população. Esta minha observação está certa? Como você vê isso?
- 39) Li que antes o "espia" era o seu Jorge, e agora ainda há essa figura para o cerco?
- 40) E o leiloeiro? Depois da morte do Clementino, quem faz o leilão é o Nezinho?
- 41) Eu poderia comprar no leilão, ou só moradores? Mulher também pode dar lance no leilão?
- 42) Como é escolhido o festeiro?
- 43) Tem-se a informação de que também há outros cargos de juiz, o que fazem?
- 44) Quanto se investe mais ou menos na festa?
- 45) O que você acha que festa significa?
- 46) Como fazem compras, como escolhem as marcas, quem influencia? Narre a compra mais importante na família.
- 47) O que pensam sobre trabalho artesanal? Fazem? Compram?
- 48) Quais os principais problemas de saúde?
- 49) Quem você admira?
- 50) Alguém estuda fora? Qual escolaridade?
- 51) Como ter sucesso no empreendimento? Como organizar melhor a comunidade pela AMAV?
- 52) O que é ser homem e mulher no Aventureiro?
- 53) O que pensa da AMAV?
- 54) Qual o sentimento desse momento de recategorizar o lugar?
- 55) O que acha do assédio dos pesquisadores?

## 7.5 QUESTIONÁRIO PESQUISA TURISTA - SEMIESTRUTURADA

Nome:

Sexo: Masculino ( ) Feminino ( )

Faixa Etária:

Grau de Escolaridade

Qual sua cidade/localidade de origem?

- 1) É a primeira vez que visita a localidade/ festividade?
- 2) Quando e como você teve conhecimento da comunidade?
- 3) Esta cultura lhe desperta o interesse? Por que motivos? O que lhe motivou a deslocar-se até aqui?
- 4) Estabeleceu algum tipo de contato com integrante(s) da comunidade?. Como ele se deu?
- 5) Qual a sua percepção a respeito da cultura e, sobretudo, da comunidade e seus respectivos membros? Por quê?
- 6) Já teve problemas ou algum tipo de desavença por parte da comunidade ou com algum integrante da mesma? Como foi?
- 7) Acha que a sua presença aqui interfere de algum modo no cotidiano da comunidade? Como?
- 8) O que você pensa a respeito do estilo rudimentar/ rústico de vida que levam?. Por quê?
- 9) Você acha que a localidade/festividade necessita de melhorias na questão de infraestrutura (como estradas, energia elétrica etc.), para melhor atendimento dos visitantes? Por quê?
- 10) Você se sente responsável enquanto visitante de uma população tradicional caiçara reconhecida oficialmente? Por quê?
- 11) O que você aponta como acréscimo no que diz respeito à sua bagagem cultural durante sua visita à comunidade/localidade/festividade?
- 12) Qual o seu interesse em relação à conservação desta cultura e preservação dos seus respectivos costumes e tradições?
- 13) Você está satisfeito com sua visita, baseado nas suas motivações iniciais de seu deslocamento (viagem)?

## 8 ANEXOS

8.1 **DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007.**

Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

**DECRETA:**

- Art. 1<sup>o</sup> Fica instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - PNPCT, na forma do Anexo a este Decreto.
- Art. 2<sup>o</sup> Compete à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - CNPCT, criada pelo [Decreto de 13 de julho de 2006](#), coordenar a implementação da Política Nacional para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- Art. 3<sup>o</sup> Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:
  - I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;
  - II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os [arts. 231 da Constituição](#) e [68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#) e demais regulamentações; e
  - III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.
- Art. 4<sup>o</sup> Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de fevereiro de 2007; 186<sup>o</sup> da Independência e 119<sup>o</sup> da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
*Patrus Ananias*  
*Marina Silva*

**Este texto não substitui o publicado no DOU de 8.2.2007.**

## ANEXO POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

### PRINCÍPIOS

Art. 1º As ações e atividades voltadas para o alcance dos objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais deverão ocorrer de forma intersetorial, integrada, coordenada, sistemática e observar os seguintes princípios:

I - o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre outros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desprezar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade;

II - a visibilidade dos povos e comunidades tradicionais deve se expressar por meio do pleno e efetivo exercício da cidadania;

III - a segurança alimentar e nutricional como direito dos povos e comunidades tradicionais ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis;

IV - o acesso em linguagem acessível à informação e ao conhecimento dos documentos produzidos e utilizados no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

V - o desenvolvimento sustentável como promoção da melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais nas gerações atuais, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras e respeitando os seus modos de vida e as suas tradições;

VI - a pluralidade socioambiental, econômica e cultural das comunidades e dos povos tradicionais que interagem nos diferentes biomas e ecossistemas, sejam em áreas rurais ou urbanas;

VII - a promoção da descentralização e transversalidade das ações e da ampla participação da sociedade civil na elaboração, monitoramento e execução desta Política a ser implementada pelas instâncias governamentais;

VIII - o reconhecimento e a consolidação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;

IX - a articulação com as demais políticas públicas relacionadas aos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais nas diferentes esferas de governo;

X - a promoção dos meios necessários para a efetiva participação dos Povos e Comunidades Tradicionais nas instâncias de controle social e nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesses;

XI - a articulação e integração com o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;

XII - a contribuição para a formação de uma sensibilização coletiva por parte dos órgãos públicos sobre a importância dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e do controle social para a garantia dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;

III - a erradicação de todas as formas de discriminação, incluindo o combate à intolerância religiosa; e

XIV - a preservação dos direitos culturais, o exercício de práticas comunitárias, a memória cultural e a identidade racial e étnica.

#### OBJETIVO GERAL

- Art. 2<sup>o</sup> A PNPCT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

#### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Art. 3<sup>o</sup> São objetivos específicos da PNPCT:

I - garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;

II - solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável;

III - implantar infra-estrutura adequada às realidades sócio-culturais e demandas dos povos e comunidades tradicionais;

IV - garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados direta ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos;

V - garantir e valorizar as formas tradicionais de educação e fortalecer processos dialógicos como contribuição ao desenvolvimento próprio de cada povo e comunidade, garantindo a participação e controle social tanto nos processos de formação educativos formais quanto nos não-formais;

VI - reconhecer, com celeridade, a auto-identificação dos povos e comunidades tradicionais, de modo que possam ter acesso pleno aos seus direitos civis individuais e coletivos;

VII - garantir aos povos e comunidades tradicionais o acesso aos serviços de saúde de qualidade e adequados às suas características sócio-culturais, suas necessidades e demandas, com ênfase nas concepções e práticas da medicina tradicional;

VIII - garantir no sistema público previdenciário a adequação às especificidades dos povos e comunidades tradicionais, no que diz respeito às suas atividades ocupacionais e religiosas e às doenças decorrentes destas atividades;

IX - criar e implementar, urgentemente, uma política pública de saúde voltada aos povos e comunidades tradicionais;

X - garantir o acesso às políticas públicas sociais e a participação de representantes dos povos e comunidades tradicionais nas instâncias de controle social;

XI - garantir nos programas e ações de inclusão social recortes diferenciados voltados especificamente para os povos e comunidades tradicionais;

XII - implementar e fortalecer programas e ações voltados às relações de gênero nos povos e comunidades tradicionais, assegurando a visão e a participação feminina nas ações governamentais, valorizando a importância histórica das mulheres e sua liderança ética e social;

XIII - garantir aos povos e comunidades tradicionais o acesso e a gestão facilitados aos recursos financeiros provenientes dos diferentes órgãos de governo;

XIV - assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos concernentes aos povos e comunidades tradicionais, sobretudo nas situações de conflito ou ameaça à sua integridade;

XV - reconhecer, proteger e promover os direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre os seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais;

XVI - apoiar e garantir o processo de formalização institucional, quando necessário, considerando as formas tradicionais de organização e representação locais; e

XVII - apoiar e garantir a inclusão produtiva com a promoção de tecnologias sustentáveis, respeitando o sistema de organização social dos povos e comunidades tradicionais, valorizando os recursos naturais locais e práticas, saberes e tecnologias tradicionais.

#### DOS INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO

- Art. 4<sup>o</sup> São instrumentos de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais:

I - os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;

II - a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, instituída pelo Decreto de 13 de julho de 2006; III - os fóruns regionais e locais; e

IV - o Plano Plurianual.

#### DOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

- Art. 5<sup>o</sup> Os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais têm por objetivo fundamentar e orientar a implementação da PNPCT e consistem no conjunto das ações de curto, médio e longo prazo, elaboradas com o fim de implementar, nas diferentes esferas de governo, os princípios e os objetivos estabelecidos por esta Política:

I - os Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais poderão ser estabelecidos com base em parâmetros ambientais, regionais, temáticos, étnico- socio-culturais e deverão ser elaborados com a participação equitativa dos representantes de órgãos governamentais e dos povos e comunidades tradicionais envolvidos;

II - a elaboração e implementação dos Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais poderá se dar por meio de fóruns especialmente criados para esta finalidade ou de outros cuja composição, área de abrangência e finalidade sejam compatíveis com o alcance dos objetivos desta Política; e

III - o estabelecimento de Planos de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais não é limitado, desde que respeitada a atenção equiparada aos diversos segmentos dos povos e comunidades tradicionais, de modo a não convergirem exclusivamente para um tema, região, povo ou comunidade.

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6<sup>o</sup> A Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais deverá, no âmbito de suas competências e no prazo máximo de noventa dias:

I - dar publicidade aos resultados das Oficinas Regionais que subsidiaram a construção da PNPCT, realizadas no período de 13 a 23 de setembro de 2006;

II - estabelecer um Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável para os Povos e Comunidades Tradicionais, o qual deverá ter como base os resultados das Oficinas Regionais mencionados no inciso I; e

III - propor um Programa Multi-setorial destinado à implementação do Plano Nacional mencionado no inciso II no âmbito do Plano Plurianual.

Fonte: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm). Acesso em: 2012.

## 8.2 RECOMENDAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### **PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA NÚCLEO ANGRA DOS REIS**

MEIO AMBIENTE – CIDADANIA - CONSUMIDOR  
Angra dos Reis, Mangaratiba, Paraty, Rio Claro

#### RECOMENDAÇÃO Nº 10/06

Inquérito Civil nº 581/06

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, pela Promotora de Justiça titular da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva – Núcleo Angra dos Reis, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, com fulcro no art. 129, incisos II e III da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 6º, inciso XX da Lei Complementar nº 75/93; art. 27, inciso IV da Lei nº 8.625/93 e art. 34, inciso IX da Lei Complementar nº 106/03;

CONSIDERANDO a reunião realizada no Gabinete desta Promotoria de Justiça no dia 09 de março de 2006, com os representantes da Associação de Moradores da Praia do Aventureiro e com o Diretor da Sociedade Angrense de Proteção Ecológica – SAPÊ;

CONSIDERANDO que os participantes da reunião compareceram espontaneamente ao gabinete desta Promotoria de Justiça para externar que a Comunidade da Praia do Aventureiro, localizada na Ilha Grande, Angra dos Reis, está extremamente preocupada com a atuação do Poder Público, ante o descaso com os interesses da Comunidade, haja vista as ações fiscalizatórias ocorridas no Carnaval, Semana Santa e demais feriados o que vem impedindo a comunidade de praticar atos para sua própria subsistência;

CONSIDERANDO que a área que a Comunidade ocupa está inserida dentro dos limites da Reserva Biológica da Praia do Sul, Ilha Grande, Angra dos Reis, Unidade de Conservação de Proteção Integral onde não se permite sequer a presença do homem e que, todavia, a Comunidade lá reside há mais de 300 anos;

CONSIDERANDO que em 1981 o Estado do Rio de Janeiro criou a Reserva Biológica da Praia do Sul, de domínio público, através do Decreto nº 4.972/81, em área de 3.600 ha, como forma de preservar o ambiente primitivo da Praia do Sul, na Ilha Grande, bem como a flora e a fauna remanescentes naquele recanto, ainda de difícil acesso, representam fonte inestimável para as pesquisas ecológicas;

CONSIDERANDO que a Reserva Biológica da Praia do Sul consiste em uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, conforme determina o art. 8º, inciso II da Lei nº 9.985/00 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC;

1.

Rua Coronel Carvalho, nº 465 / 4º andar, Centro  
Angra dos Reis / RJ - CEP 23.900-000  
Tel: (24) 3365-2684 Fax: (24) 3365-4088

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA  
NÚCLEO ANGRA DOS REIS**

MEIO AMBIENTE – CIDADANIA - CONSUMIDOR  
Angra dos Reis, Mangaratiba, Paraty, Rio Claro

CONSIDERANDO que o art. 10 do mencionado diploma legal define a Reserva Biológica como a Unidade de Conservação que tem por objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, *sem interferência humana direta ou modificações ambientais*, exceto aquelas que visem a recuperação dos ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para restabelecer e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais. *A visitação é expressamente proibida*, salvo para fins educacionais e de pesquisa científica;

CONSIDERANDO que no ano de 1995 o Estado do Rio de Janeiro promulgou a Lei nº 2.393/95 que dispõe sobre a permanência de populações nativas residentes em unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro e estabelece em seu art. 1º, *in verbis*:

*Art. 1º - Fica o Poder Executivo, através de seus órgãos competentes, autorizado a assegurar às populações nativas residentes há mais de 50 (cinquenta) anos em unidades de conservação do Estado do Rio de Janeiro, o direito real de uso das áreas ocupadas, desde que dependam, para sua subsistência, direta e prioritariamente dos ecossistemas locais, preservados, os atributos essenciais de tais ecossistemas e cumpridas as exigências previstas na presente Lei.*

*§ 1º - A concessão do direito real de uso às áreas ocupadas, prevista no caput desse artigo, será inegociável por prazo indeterminado, podendo ser transferível apenas aos descendentes diretos somente se os mesmos também dependerem direta e prioritariamente destas mesmas áreas, vedadas a locação ou sublocação a outros interessados.*

*§ 2º - Como contrapartida deste direito, as populações beneficiadas por esta Lei ficam obrigadas a participar da preservação, recuperação, defesa e manutenção das unidades de conservação.*

*§ 3º - Em nenhuma hipótese poderá ser concedido o direito real de uso de terra em áreas que sejam consideradas, por Lei, como Reservas Biológicas.*

CONSIDERANDO o evidente interesse público que a desafetação da Praia do Aventureiro da REBIO requer, haja vista a existência secular da comunidade caiçara que lá habita, que necessita de meios que lhes garantam a própria subsistência, ante o direito constitucional fundamental que é o direito à vida, bem como a preocupação com a preservação do meio ambiente, haja vista a forte especulação imobiliária que a Ilha Grande atrai, especialmente na Praia do Aventureiro;

2.

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA**  
**NÚCLEO ANGRA DOS REIS**  
MEIO AMBIENTE – CIDADANIA - CONSUMIDOR  
Angra dos Reis, Mangaratiba, Paraty, Rio Claro

CONSIDERANDO que tramita perante a FEEMA o Processo nº E-07.200.567/04, que dispõe sobre a alteração de limites da REBIO, incluindo a desafetação da Comunidade do Aventureiro da área da Reserva, o que somente poder ser feito através de lei;

CONSIDERANDO que em ocorrendo a desafetação da Praia do Aventureiro dos limites da REBIO, os moradores temem ser expulsos da área que tradicionalmente ocupam, em razão do forte grau de especulação imobiliária que incide sobre o local, principalmente se a área ficar somente dentro dos limites da Área de Proteção Ambiental de Tamoios – APA TAMOIOS que compreende todo o território da Ilha Grande, bem como a zona costeira do continente correspondente ao espaço territorial de Angra dos Reis, considerando-se que a APA é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável;

CONSIDERANDO que a comunidade possui um projeto de transformar a Praia do Aventureiro em outra unidade de conservação que lhes garantam o direito de continuar a ocupar a área, bem como o direito de exercer atividades que lhes garantam o próprio sustento, obedecendo ao uso sustentável do meio ambiente, mais especificamente em uma *Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS*, nos termos do art. 20 da Lei nº 9.985/00 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Lei do SNUC no que tange às disposições transitórias que regulamenta a situação das comunidades tradicionais em Unidades de Conservação;

CONSIDERANDO que até que seja definida qual a nova Unidade de Conservação que será implementada quando da desafetação da Praia do Aventureiro da REBIO é *IMPRESINDÍVEL que o Poder Público estabeleça normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação EFETIVA na elaboração das referidas normas e ações;*

CONSIDERANDO que as atividades de subsistência da Comunidade deverá ser compatível com os objetivos da Unidade devendo ser tais atividades regulamentadas pelo Poder Público de forma a permitir o *modus vivendi* da população tradicional e sua sustentabilidade com o meio ambiente;

CONSIDERANDO que o art. 42 da Lei nº 9.985/00 foi regulamentado pelo Decreto nº 4.320/02, o qual determina em seu art. 39 que as condições de permanência das populações tradicionais em Unidades de Conservação de Proteção Integral serão reguladas por *Termo de Compromisso*, negociado entre o órgão executor e a população envolvida, devendo indicar as *áreas ocupadas, as limitações necessárias para assegurar a conservação da natureza e os deveres do órgão executor referentes ao processo indenizatório,*

3.

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA  
COLETIVA NÚCLEO ANGRA DOS REIS  
MEIO AMBIENTE – CIDADANIA -  
CONSUMIDOR**

Angra dos Reis, Mangaratiba, Paraty, Rio Claro

*assegurados o acesso das populações às suas fontes de subsistência e a conservação dos seus modos de vida;*

RESOLVE

RECOMENDAR,

1. à FUNDAÇÃO ESTADUAL DE ENGENHARIA E DE MEIO AMBIENTE – FEEMA, na pessoa de sua Presidente, Dra. Isaura Fraga;
2. ao INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF, na pessoa de seu Presidente Dr. Maurício Lobo;
3. à SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DE DESENVOLVIMENTO URBANO – SEMADUR, na pessoa de seu Secretário, Dr. Luiz Paulo Fernandez Conde;
4. ao MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS, na pessoa de seu Prefeito Municipal, Exmo. Sr. Fernando Antonio Ceciliano Jordão e

Que celebrem o TERMO DE COMPROMISSO, a que alude o art. 39 do Decreto nº 4.320/02, que regulamentou o art. 42 da Lei nº 9.985/00, de caráter transitório, enquanto não se encerrar o processo de desafetação da área com a instituição de outra Unidade de Conservação nos moldes da Reserva de Desenvolvimento Sustentável, conforme reivindica a Comunidade, definindo as condições de permanência da Comunidade da Praia do Aventureiro, bem como indicando as áreas ocupadas, as limitações necessárias para assegurar a conservação da natureza e os deveres do órgão executor referentes ao processo indenizatório, assegurados o acesso das populações às suas fontes de subsistência e a conservação dos seus modos de vida, regulamentando o exercício das atividades desenvolvidas, tais como camping, pesca, artesanato, agricultura etc.

A presente RECOMENDAÇÃO deverá ser atendida, dentro do **prazo improrrogável de 30 (trinta) dias**, devendo, dentro do mesmo prazo, manter esta Promotoria de Justiça informada sobre seu fiel cumprimento, sob pena de ajuizamento da competente ação judicial, nos termos do art. 24 da Resolução GPGJ nº 1.066/02, bem como de responsabilização civil, administrativa e criminal de quem de direito.

Publique-se, registre-se, intimem-se.

Angra dos Reis, 29 de agosto de 2006

*Patrícia Gabai Venancio  
Promotora de Justiça*

4.

Rua Coronel Carvalho, nº 465 / 4º  
andar, Centro  
Angra dos Reis / RJ - CEP  
23.900-000  
Tel: (24) 3365-2684 Fax: (24)  
3365-4088

## 8.3 CENSO REALIZADO EM 2008 POR DEISE BENEVIDES

CASA	CAIÇARA MORADOR	NÃO MORADOR	COMPRADOR MORADOR	NÃO MORADOR
1	Manoel, 59 Sueli, 44 Max, 23 Ana Paula, 22 Edna, 18 Márcia, 15			
2				Eliane e Max
3			Roberto Coelho (AMAV)	
4		Osório		
5				Anísio e Nice
6				Renato
7	* Pousada do Vert			
8	Lucinea, 45 Antonio, 58 Fábio, 21 Fabiano, 23 Rodrigo, 25			
9	* vazia por óbito recente.			
10	Sidinei, 50 Rosângela, 37 Samara, 16 Marcos 10 Kauan, 1			
11		Vera(urbana),Dito(caiçara)		
12	* Bar do Vert. Vert, 55 Zuleica, 45	Alex, 27		
13		Rubem, 58 Olicéia, 45 Carine, 18 Ronaldo, 22 Nissinha, 29		

CASA	CAIÇARA MORADOR	NÃO MORADOR	COMPRADOR MORADOR	NÃO MORADOR
14		Tataco, 40 Adriana, 30 Amanda, 9 Ariane, 7 Alexandre, 13	* Alugada	
15	Cida, 65			
16		Mário, 60 Tonica, 50 Mazinho, 35		
17		Andréa, 28 (caiçara) Djamil, 38 (urbano)	* alugada	
18	Valdomiro, 60	Maria Marcelo Daniela Simone		
19				Roberto Moura
20				Magali e Arnô
21		Neuzeli		
22			Larissa, 29 Daniel, 27 Luara, 6 meses	
23	Clementino, 55 Célia, 45 Aldianes, 19			
24	Eunice, 43 Hailton, 46			
25				
26	Roseno, 66 Iracema, 62 Júnior, 18			
27	Edinaldo, 30 Ma Aparecida, 3 Jeana (urbana)			
28	Juraci, 65 José, 70 Elivanda, 29 Everaldo, 35			
29	Sebastiana, 41 José Maria, 49 Josinei, 19 Josilene, 15 Josimar, 13			
30	* Chalé	Edson, 40		
31	Benedito, 68			
32	Luciano, 27 Creuzeni, 27 Lucas, 3			

CASA	CAIÇARA MORADOR	NÃO MORADOR	COMPRADOR MORADOR	NÃO MORADOR
33	Luis, 50 Janete, 40 Eduardo, 22 Joel, 21 João Paulo, 23 Mateus, 12 Vitor, 17 Jaqueline, 19 Anderson, 28 (urbano) Janaina, 1			
34		Oldair, 30		
35	Adilson, 45 Joana, 40(gestante) Alessandro, 20 Alessandra, 18 Débora, 15			
36	Cláudio, 50	Claudemir		
37	Amarildo, 43 Creuzeni, 37 Anderson, 19 Adriele, 16 Adriane, 14 Ester, 11			
38	Jorge, 72 Esmeralda, 62 Rildo, 34 Giliarde, 20 Gilma, 17	Shirle, 25 Yasmin, 5		
39	Vanderlei, 38 (2012 – 40)			
40	Cláudia, 30 Vagner, 36 Vinicius, 14 Guilherme, 6 Gustavo, 3			
41	Flávio, 31 Luciana, 29 Luana, 10 Letícia, 6			

CASA	CAIÇARA MORADOR	NÃO MORADOR	COMPRADOR MORADOR	NÃO MORADOR
42	Criste, 29 Davi, 4 Deise, 27 (urbana)			
43			Comodato p/ uma pessoa urbana. (gnomo)	
Total	84	29	5	7

Censo das famílias. Fonte: Benevides (2008)

#### RESUMO

Casas	43
Caiçara Morador	84
Caiçara Não Morador	29
Comprador Morador	5
Comprador Não morador	7

Censo das famílias. Fonte: Benevides (2008)